

HISTÓRIA DE PORTUGAL

A. H. de Oliveira Marques

VOLUME II

DAS REVOLUÇÕES LIBERAIS AOS NOSSOS DIAS

A. H. DE OLIVEIRA MARQUES

HISTÓRIA DE PORTUGAL
DESDE OS TEMPOS MAIS ANTIGOS ATÉ AO GOVERNO
DO SR. PINHEIRO DE AZEVEDO

Manual para uso de estudantes e outros curiosos por assuntos do passado pátrio

PALAS EDITORES -- LISBOA

PREFÁCIO

A versão americana deste volume ficou concluída em Agosto de 1970, sendo posta à venda na Primavera de 1973. O autor julgou necessário modificá-la substancialmente, ao verter o texto para português. Foram modificações de alargamento, essas, mais do que de doutrina ou de estrutura dos vários capítulos. O período que vai de 1820 a 1926 é tão importante para a compreensão do Portugal de hoje que entendeu o autor ser indispensável uma explicitação mais larga de matérias, mesmo em prejuízo do equilíbrio entre os dois volumes da obra e, até, entre os diversos capítulos do próprio segundo volume. Realmente, pede-se ao leitor que só considere *história+, do mesmo nível e com a mesma estrutura do texto do volume primeiro, o que vai escrito até ao começo da década de Trinta. Para diante, a escassez de documentos e a dificuldade da perspectivação tiveram de reduzir o texto a um simples apontamento, a uma lembrança, quase cronológica, de eventos e de datas. Faltam, sobretudo, informes, indispensáveis num manual de história, sobre as classes sociais e a sua estrutura a partir de 1930. O autor renunciou a tentar escrevê-los, na ausência total de monografias de base. Não passaria de impressionismo, mais ou menos bem arquitectado, o que a sugestão o levasse a dissertar sobre esse assunto. Mesmo para o período imediatamente anterior, se reconhece a deficiência dos dados e a fraqueza das interpretações.

Assim também se limitou o escopo da ilustração ao período anterior a 1926.

Gráficos e mapas ultrapassaram um pouco esse limite, mas apenas em casos raros.

Não é sem apreensões que o autor submete ao público este segundo volume. A experiência do primeiro foi-lhe, sem dúvida, favorável. Mas os séculos eram mais recuados, as questões menos candentes, os parcialismos menos fáceis. Entra-se agora nas épocas cruciais da história portuguesa, naquelas que, mas de longe, mais marcaram a nossa actual feição de Portugueses e de cidadãos. O século XIX e o século XX foram períodos de paixões e de ódios. Ainda somos pelo D. Pedro IV ou pelo D. Miguel! Ainda tomamos partido contra ou a favor das Irmãs de Caridade! Ainda fremimos ante o Ultimato! Ainda pugnamos pela Monarquia ou pela República! Ainda nos confessamos afonsistas, almeidistas, camachistas ou integralistas! E quantos, de entre nós, não são pró ou contra o *Estado Novo+, criação de 1930?!

Sem falsa modéstia nem pretensa humildade, mas perfeitamente consciente das suas limitações e hesitações, o autor submete à crítica esclarecida as páginas que se vão seguir. Espera de todos, os que, com honestidade e sinceridade, se debruçarem sobre este livro, as correcções que ele merece. O leitor verá, nas edições futuras que esta obra possa vir a ter, todas as modificações que o melhor esclarecimento, a análise mais ponderada e o avanço dos estudos históricos lhe proponham. Disso, pode estar certo.

Serra d'El-Rei, 14 de Agosto de 1973.

CAPÍTULO X

A MONARQUIA CONSTITUCIONAL

1 - Estruturas do passado e ordem nova

A abertura dos portos do Brasil a todas as nações (1808), seguida pelo tratado comercial com a Grã-Bretanha, dois anos mais tarde, arruinara as bases da economia portuguesa. Em 1820, a balança de comércio acusava um deficit de 21 milhões de cruzados. Com a proclamação da independência do Brasil, novo golpe foi infligido na situação precária das fontes de receita nacionais. Ao desvanecerem-se os sonhos burgueses de recuperar a colónia perdida, com a assinatura do tratado do Rio de Janeiro que lhe consagrou a autonomia (1825), houve que encarar de frente a necessidade de criar para o País uma nova feição económica. Para muitos, a solução estava num renascimento da agricultura. O abade Correia da Serra, fazendo-se eco da atitude fisiocrática, defendera que, em qualquer nação que quisesse tirar proveito das suas riquezas, o primeiro passo consistia em conhecer com rigor a terra que habitava, o que ela produzia e aquilo de que era capaz. Portanto, explorar o solo e fomentar as actividades agrícolas iriam tornar-se, no Portugal oitocentista, os objectivos primaciais a atingir. Mais do que nunca no passado, a economia portuguesa quis tentar a via

nacional interna; cépticos quanto às possibilidades de criar um novo império, tanto economistas como homens de estado procuraram olhar *para dentro+, para a metrópole, dar-se conta das virtualidades da nação em termos de agricultura, criação de gado, pesca, mineração e indústria (esta última um tanto mais tarde) e realizá-las.

4

Uma atitude e um programa deste tipo necessitam de ser sublinhados, já que se opunham a quase quatro séculos de exploração ultramarina e se aventuravam a criar um Portugal completamente novo. Iam contra a tradição e contra o hábito. Em boa verdade, tinham muito -de revolucionário e haviam de se escorar em outras estruturas revolucionárias. O Portugal monárquico-constitucional foi, de facto, ou tentou ser, uma ordem nova revolucionária. Partiu do caos, do ponto mais baixo no declínio económico e na subordinação política à Inglaterra. Valorosamente lutou por levantar um país novo. E a própria sobrevivência de Portugal no nosso século XX constitui prova bastante de que o conseguiu, embora não tão completamente como o teria desejado.

Agricultura -- Não seria possível desenvolver a agricultura - diziam fisiocratas e liberais - sem a libertação total dos laços *feudais+ que enleavam, tanto o camponês quanto a sua actividade plena de produtor. Em Portugal, como na França da Revolução, e como de resto por toda a Europa, legislou-se amplamente com o objectivo bem determinado de *libertar+ o trabalhador rural e de permitir um ressurgimento agrícola. Leis desse tipo iriam afectar, não só a propriedade em suas formas, mas também a sociedade rural em seus modos.

A dizima à Igreja foi extinta. A sisa ficou reduzida a metade e confinada apenas aos bens de raiz. Todos os direitos feudais desapareceram: jeiras, monopólios de fornos e lagares, relegos, pagamentos ao senhor ou ao rei, etc. Outras tradições de tipo feudal foram igualmente abolidas, tais como coutadas e coudelarias. Os chamados *bens da coroa+ passaram a *bens nacionais+, revertendo para o Estado todas as terras e todos os direitos que ainda pertenciam a comendatários e a donatários. A propriedade vinculada ficou reduzida aos morgadios opulentos, com mais de 200\$000 réis de renda líquida anual, adoptando-se diversas medidas com vista à sua extinção final num futuro próximo. Os deveres de toda a ordem consignados nos forais foram extintos, bem como numerosas portagens, peagens e costumagens que, em todo o País, incidiam sobre o comércio e a circulação, agravando-os e dificultando-os. Finalmente, garantiu-se li-

5

berdade fiscal às terras arroteadas de novo ou havia pouco tempo, por um período de vinte anos.

Toda esta legislação foi decretada de 1821 a 1823 pelas cortes eleitas em 1820 e em 1821 e, posteriormente, por Mousinho da Silveira em 1832. Entre ambos os períodos, uma reacção conservadora revogou a maioria dos decretos revolucionários, que tiveram de ser postos novamente em vigor quando os liberais tornaram ao poder. Outra medida importante consistiu na extinção das ordens religiosas (1834), com o resultado de que todos os seus bens foram desamortizados e vendidos em hasta pública.

O Estado desfez-se também de grande parte da propriedade pertencente à Coroa. Nestes termos, uma percentagem considerável de terra baldia ou imperfeitamente aproveitada começou a pouco e pouco a tornar-se produtiva graças ao interesse directo dos seus novos proprietários. Muita dessa terra deu a princípio produtividades altíssimas, já que pousios de dezenas ou centenas de anos a haviam fertilizado de grande. A extinção total dos vínculos (1863) deu à propriedade uma estrutura moderna e contribuiu ainda mais para o surto da agricultura. Organizou-se também o crédito rural, surgindo em 1864 uma companhia com esse fim, a Companhia Geral do Crédito Predial Português. Por último, o desenvolvimento dos transportes e das comunicações, a partir de 1840, trouxe consigo os fundamentos de uma infra-estrutura apropriada ao progresso económico geral.

Levou algum tempo para estas e outras medidas de carácter mais limitado exercerem os seus efeitos plenos na agricultura. As perturbações políticas e as guerras civis de 1832-34 e 1846-47 não ajudaram nem a arroteias nem a aumentos de produção. A pouco e pouco, porém, mas sem desfalecimentos, foram surgindo as novas condições agrárias que estiveram na base do desenvolvimento efectivo da segunda metade da centúria.

Como primeira novidade, registre-se que as importações de trigo baixaram gradualmente, até ser conseguida uma situação de auto-suficiência. De 1838 a 1855, Portugal até exportou algum trigo para o Ultramar e para o estrangeiro. Era sobretudo o resultado de duas leis proteccionistas, promulgadas em 1821 e em 1837, que controlavam estritamente a importação, aumentavam

6

os direitos aduaneiros e defendiam a produção de trigo nacional. Contudo, quando a fertilidade do solo começou a diminuir, enquanto a população não parava de aumentar, o recurso às importações do estrangeiro tornou-se outra vez necessário. A lei de

1837 foi revogada e nova legislação entrou em vigor, com propósitos um tanto mais livre-cambistas. As médias anuais de trigo importado subiram de zero para 31000 toneladas (1856-57 a 1862-63), depois para 67 000 (1865 a 1888) e, por fim, para 134 000 (1890 a 1899). Publicaram-se estudos e redigiram-se projectos tendendo a resolver o problema que ia desfalcando o tesouro em somas cada vez maiores. Uns limitavam-se à questão do pão, outros integravam-na na questão geral da agricultura,

sempre considerada em crise. Em parte devido a isto, foram promulgados, entre 1889 e 1899, algumas leis e regulamentos importantes, com consequências de monta para a agricultura, sobretudo a lei de 1899, assinada por Elvino de Brito. Mercê de uma supervisão apertada das importações, de novo aumento nas tarifas alfandegárias, da fixação de preços e de outros meios ainda para fornecimento

Fig. 1 - Importações de trigo, 1865-1910

tar a produção de trigo, essa lei conseguiu fazer baixar as entradas do cereal exótico (médias de 88 000 t em 1899-1913, tendo, em igual período, a população aumentado 10%), ao mesmo tempo que promovia o alargamento da área cultivada.

7

De facto, o estudo da evolução dos baldios durante todo o século XIX e os começos do século XX é a melhor prova de desenvolvimento do País nos domínios da agricultura e do povoamento

Fig. 2 - Solo cultivado em 1867

1 - Terras cultivadas 2 - Terras incultas; cumeadas; terras arenosas

8

voamento interno. Em 1819, dois terços do solo nacional estavam por cultivar; cinquenta anos mais tarde essa parte baixara para metade; e para menos de 40% em 1902. A lei de 1899 deu novo impulso às arroteias, que prosseguiram até à época da I.ª Grande Guerra (ef. cap. XII).

Entre as novas culturas introduzidas ou expandidas durante este período, estiveram à cabeça a batata e o arroz, com consequências importantes. A batata substituiu, com vantagem, o consumo de nabos e castanhas na alimentação popular, sobretudo nos distritos de Norte e de Nordeste. Vastas áreas de castanheiros foram gradualmente cedendo o lugar a plantações de batata. Em muitas regiões, o pousio puro e simples pôde ser parcialmente suprimido e substituído por batatais. O arroz difundiu-se nos meados do século com o propósito declarado de fazer baixar as respectivas importações. Com o aumento das tarifas aduaneiras (1837) surgiram, a pouco e pouco, arrozais por todo o País. Apesar de uma campanha desencadeada contra a sua proliferação anos mais tarde - devido às condições insalubres do arrozal e aos exageros no cultivo do arroz em detrimento de outras culturas - a produção orizícola intensificara-se definitivamente ao dealbar o século XX, tornando-se o arroz cereal costumeiro na mesa de todos os Portugueses.

Também a cortiça se expandiu. A partir de 1822, imigrantes da Catalunha vieram ajudar ao surto da sua produção, mediante o uso de técnicas mais avançadas na obtenção e na transformação da cortiça. De 1870 à primeira Grande Guerra, as exportações corticeiras mais do que duplicaram, com seu aumento correspondente

nas áreas de sobreirais.

Outras culturas, de maior tradição, conheceram expansão idêntica. Plantou-se, por exemplo, vinha em larga escala na Estremadura e no Ribatejo. Nas regiões do Norte, todavia, a filoxera atacou e dizimou enormes extensões dela, a partir de 1872. No distrito de Bragança, a produção de vinho baixou para um quinto nos meados da década de 1880-89 e a área de vinhedo contraiu-se para a sexta parte do que fora antes do flagelo. No Algarve, aumentaram as zonas de amendoeira e alfarrobeira. Por todo o País se plantaram, aqui e além, pomares e hortas, dando

9

à paisagem aspecto mais variado e fértil. Com poucas excepções, todas as formas agrícolas conheceram progresso, digna-de nota, quer em áreas de cultivo, quer em surto de produtividade, resultado de técnicas mais aperfeiçoadas. Em meados do século, introduziram-se em Portugal as primeiras máquinas agrícolas, que despertaram grande interesse e começaram até a ser fabricadas aquém-fronteiras. A sua irradiação à escala nacional iria ser, contudo, extremamente vagarosa, prolongando-se bem até aos nossos dias. Também a utilização da adubagem, química

E@:j 1

5

6

7

Fig. 3-Utilização do solo em 1875 (segundo O. Ribeiro)

1-Culturas arvenses e hortícolas

2 - Vinhedos

3 - Olivais

4 -Arvores de fruto

5 - Soutos e carvalhais

6 - Montados

7 - Pinhais

8 - Solos incultos mas produtivos

9 - Solos improdutivo

princípios. cedo mas tardou em divulgar-se. Só nas últimas décadas da centúria é que assistimos a uma importação acelerada de adubos, cujos números decuplicaram nos anos de 1890, em comparação com os dos começos do decénio anterior.

Para desenvolver, a agricultura e acelerar a sua modernização, surgiram umas quantas associações - as ligas, oficialmente constituídas em 1844-54; a Associação Central da Agricultura Portuguesa, fundada em 1860; a Liga Agrária do Norte. aparecendo em 1889 - ao mesmo tempo que exposições e congressos chamavam a atenção do País para aspectos e problemas vários da agricultura. Portugal participou também em certames internacionais, conquistando o aplauso e os galardões do público estrangeiro para os seus produtos.

A redistribuição da propriedade foi uma das principais características do Portugal oitocentista, com resultados do maior relevo, tanto na economia como na sociedade. Durante a Guerra Civil de 1832-34, os Liberais decretaram o confisco de todos os bens do inimigo, medida a que chamaram *indenização+. Vinha ainda longe a vitória, mas não importava. A terra e outros haveres foram postos em leilão e logo adquiridos pelos mais ricos dos vencedores, na sua maioria homens de comércio ou industriais. Alguns meses mais tarde, o governo liberal extinguiu as ordens religiosas e confiscava a sua extensa propriedade. Decidiu igualmente pôr em hasta pública bens que pertenciam à Coroa. Milhares de hectares de terra mudaram, assim, de mãos, satisfazendo o apetite voraz da burguesia triunfante. Até 1836, uma quarta parte dos bens nacionalizados havia sido já leiloada a mais de 600 pessoas, mas levou pelo menos um decénio para se concluir a transacção, cujo valor foi calculado em duas vezes o total das receitas públicas. Uma vez encerrada, a venda veio mostrar um Portugal novo, no que à grande e média propriedade dizia respeito. Se muitas herdades mudaram simplesmente de dono sem alteração de monta nos seus limites, outras muitas foram divididas ou, pelo contrário, emparceladas pelos compradores. Grande número de lezírias do Tejo e do Sado couberam, por dois mil contos, a um mesmo licitante - a Companhia das Lezírias - onde vários capitalistas se davam as mãos. Assim surgiu uma classe poderosa de burgueses terratenentes, escorando sem desfalecimento a situação liberal e impedindo o regresso ao antigo regime.

O desenvolvimento da indústria constituiu outro traço do Início da Industrialização em Portugal. Até à década de 1830, poucas foram as modificações neste campo, em parte porque o poder se concentrava nas mãos de proprietários rurais, comerciantes, burocratas, nobres *vieux-style+, em parte porque as querelas políticas não favoreciam um crescimento estável das actividades transformadoras. E lá estava a Inglaterra para assegurar o abastecimento do País em artigos industriais.

Depois de 1834, a situação modificou-se. Para começar, a lei pôs termo às restrições - e a outros entraves à liberdade-de-comércio, e, a indústria cultura, Fábricas e Navegação, que superintendia no desenvolvimento industrial do País, desapareceu também. Os industriais ficaram, assim, com as mãos livres

para adoptar inventos, investir capitais, fixar preços e explorar o trabalho como melhor entendessem- Em 1836 o poder coube mesmo, embora por curto espaço de tempo, a alguns homens da indústria, apoiados por artesãos da classe média e demais cidadãos. A pauta aduaneira de 1837 veio proteger a escassa indústria nacional, ao mesmo tempo que fomentava o surto de outras actividades. Tudo isto representou, para o País, o começo de uma nova época.

As formas pré-capitalistas da produção e das relações de tipo industrial evoluíram a pouco e pouco para formas, capitalistas desenvolvidas. Levaria, no entanto, muito tempo até que a indústria portuguesa se conseguisse libertar da tradição artesanal, do trabalho manual feminino feito em casa, da falta de capitais, da escassez de mão-de-obra qualificada e de maquinaria, etc.

Alguns números poderão dar uma ideia do crescimento industrial do País. Até 1835, por exemplo, não existiam máquinas a vapor com fins industriais. Em 1840 já trabalhavam quatro, com uma força total de 79 cavalos-vapor. Dez anos mais tarde, esse número subira a quase o dobro, com dez vezes mais cavalos-vapor de potência. Em 1881, a indústria portuguesa empregava uma força total de 9087 cavalos-vapor, que mais uma vez decuplicara em começos do século XX, incluindo agora já uma percentagem diminuta de força eléctrica. Tais saltos em frente eram bem reveladores do crescimento geral da indústria. Mas serviam para de-

12

monstrar, também, a debilidade da indústria nacional face à de outros países europeus. A Bélgica, por exemplo, metade de Portugal em tamanho, servia-se de 720 000 cavalos-vapor nos começos da década de 1900, contra 111000 em Portugal. Nas fábricas e na mão-de-obra, as estatísticas assumiam igualmente significado: menos de 15 000 operários com 1031 fábricas em 1822, 180 000 com 1350 fábricas em 1881, uns 200 000 com mais de 5000 fábricas nas vésperas da primeira Grande Guerra. Para uma população de cinco milhões e meio, esse número de operários fabris exercia um peso bastante diminuto, sobretudo se nos lembrarmos de que as estatísticas não distinguiam entre artífices domésticos e operários fabris. A taxa de aumento ao número de patentes de invenção era também reveladora do crescente interesse pela indústria: 5,1 em 1837-52 (média anual), 14,4 em 1863-67, 27,4 em 1873, 60 em 1878-82, 109,5 em 1887-92.

Que indústrias eram essas? Aqui, igualmente, haviam-se registado mudanças profundas na tradição nacional. Antes de 1820, o fabrico de couros e actividades relacionadas vinha à cabeça, seguido pela indústria têxtil. Em conjunto, empregavam 80% dos trabalhadores e das fábricas. Sessenta anos depois, a indústria dos curtumes decaíra para o nível de actividade secundária, que nem sequer maquinaria utilizava. Ao lugar cimeiro ascendera a indústria têxtil, seguida pela dos tabacos (que empregava 4000 pessoas e se servia de 30 máquinas

a vapor), a moagem, a indústria de cerâmica, as actividades corticeiras e o fabrico de vidro. Nas vésperas da primeira Grande Guerra, a indústria têxtil representava 1/4 do complexo industrial português, com 50 000 operários. Além das actividades mencionadas para 1881, estavam em expansão a indústria de lacticínios e a de sardinhas em lata.

A partir da década de setenta >o processo de acumulação de capital e de concentração de firmas acelerou-se. Em 1881 já existiam alguns grandes complexos industriais, como por exemplo a indústria dos tabacos e a indústria têxtil. Capital estrangeiro (sobretudo britânico) começou a afluir ao País num ritmo menos vagaroso: em 1884, eram estrangeiras cerca de 10% de todas as sociedades anónimas e outras companhias - tanto de comércio como de indústria - mas o capital nelas investido alcançava uns

13

20% da totalidade. Por volta de 1900, as firmas estrangeiras tinham aumentado para um sexto do conjunto (metade delas inglesas), e os seus investimentos controlavam uma quarta parte do comércio e da indústria do País. Em 1891, a indústria tabaqueira foi convertida em monopólio, cujo capital pertencia predominantemente a estrangeiros.

Seria, no entanto, errado supôr que não existiam também grandes complexos nacionais, onde, pelos fins do século XIX, começaram a salientar-se os primeiros industriais portugueses de relevo, aquilo a que poderíamos chamar os primeiros *milionários+. A indústria moageira contava-se entre tais complexos, possuindo virtualmente o monopólio de abastecer Lisboa com pão, bolachas e massas alimentícias. Nas actividades vidreira e cerâmica, surgiram igualmente concentrações desse tipo. Grandes nomes ligados à indústria, apareceram nos começos do século XX: Narciso Ferreira (Riba áAve) na têxtil, Alfredo da Silva na de produtos químicos. Ambos deram inicio a dinastias que ainda existem.

A >expansão económica do País resultou, em grande parte, da TransPorte Política governamental. de desenvolvimento da rede de transpor- e--- unioç, tes e comunicações. A construção de estradas, caminhos de ferro, portos, ligações telegráficas e assim por diante constituiu objectivo supremo de grande número de ministérios, mormente a partir de 1851. Mas já algumas medidas de fomento rodoviário haviam sido tomadas em 1838 e em 1843, quando o governo adjudicou a várias companhias a construção de estradas no Norte, Centro e Sul. Essas companhias foram até autorizadas a estabelecer locais de portagem ao longo das novas estradas durante um certo período. Em 1844 surgiu a Companhia das Obras Públicas de Portugal, tendo estradas em todo o País. Pela mesma época (governos de autoridade de Costa Cabral, 1842-46 e 1849-51) levantaram-se algumas pontes - por exemplo, a ponte pênsil sobre o Douro - dando-se também inicio a obras de relevo para o melhoramento da barra daquele rio. Mas foi só com António Maria de

Fontes Pereira de Melo (Ministro da Fazenda, 1851-52; Ministro das Obras Públicas, 1852-56;

14

A monarquia constitucional

Presidente do Conselho, 1871-77, 1878-79 e 1881-86) que se criou no governo u a_pplíttçR adulta e amadurecida de obras públicas, * nortear os seus esforços.

Conhecida por Pont~, essa política pretendia modernizar * País mediante um programa de melhoramentos materiais que punha em relevo os aspectos dos transportes e das comunicações, considerados infraestrutura do comércio, da indústria e da agricultura, áreas em@ que, segundo a ideologia liberal, a intervenção do Estado devia ser mínima. O Fontismo esforçou-se por conceder a Portugal um lugar aceitável dentro do mundo civilizado, por europeizar o País e arrancá-lo da condição de atraso em que vivia. Por meio de amplos empréstimos, Fontes e os seus sucessores (principalmente Egídio Navarro em 1886-89) conseguiram os créditos necessários para a sua política de, obras públicas.

A frente de tudo o mais, veio a construção rodoviária: em 1852, quando Fontes tomou posse como primeiro ministro das Obras Públicas, não havia em Portugal mais de 218 Km de estradas modernas, macadamizadas. Quatro anos depois, ao largar o cargo, estavam prontos 678 Km e 120 Km mais em construção. Em 1884 esses números haviam decuplicado (9155 Km) e, em 1900, Portugal podia orgulhar-se de possuir uma rede de estradas com 14 230 Km.

A construção de vias férreas assumiu aspectos ainda mais espectaculares. Na década de 1840 gizeram-se os primeiros projectos para introduzir no País os novos comboios. Costa Cabral adjudicou à Companhia das Obras Públicas de Portugal a construção de um troço ferroviário, de Lisboa à fronteira. Mas o projecto não foi avante, cabendo uma vez mais a Fontes a glória de dotar o País com o seu primeiro caminho de ferro: de 1851 a 1856 foram assinados vários contratos com companhias portuguesas e

estrangeiras, começando a circular os primeiros comboios em 1856 (Lisboa ao Carregado). A rede ferroviária cresceu de 36 Km (1856) para vinte vezes mais em 1864, atingindo um número superior a 1500 Km nos meados da década de 1880, 1888 Km em 1892, 2381 em 1902 e 2974 em 1912. Por volta de 1894, Portugal

16

detinha um honroso décimo lugar entre as nações do mundo no que respeitava à densidade ferroviária por Km, estando à frente de países como a Espanha, a Roménia, a Noruega, a Grécia e outras nações europeias. Vinte anos depois, conservava aproximadamente o mesmo lugar.

As pontes acompanharam as estradas e os caminhos de ferro. Ao findar o seu primeiro período no governo, Fontes podia orgulhar-se de ter feito construir dezassete e de se terem começado mais vinte e oito. A grande ponte sobre o rio Douro, construída pelo famoso engenheiro francês Eiffel (1857-77), permitiu o completamento da ligação ferroviária Lisboa-Porto. O mesmo sucedeu com a ponte internacional sobre o Mnho, que inaugurou as comunicações directas por caminho de ferro entre o norte de Portugal e a Galiza (1886). Para pedestres e para carros foi inaugurada no mesmo ano uma segunda ponte monumental sobre o Douro, que substituiu a ponte pênsil de quarenta anos atrás.

A pouco e pouco, todas as províncias foram recebendo as vantagens das comunicações rápidas: partindo de Lisboa por via férrea, passou a ser possível chegar ao Alto Alentejo (1861), ao Ribatejo (1863), à Beira Litoral, Douro e Baixo Alentejo (1864), ao Porto e ao Minho (1877), à Beira Alta (1882), a Trás-os-Montes (1883), ao Algarve (1889) e finalmente à Beira Baixa (1893). Em menos de quarenta anos, todo o País, até às suas cidades mais distantes, foi vinculado pelo caminho de ferro. Com a Espanha - e portanto com a Europa - as ligações ferroviárias inauguraram-se na década de 1860.

Outros meios - Ao comboio seguiu-se o telégrafo (1857), ligado quase imediatamente à Espanha. Em 1864 funcionava já mais de 2000 Km

de fios telegráficos, número que saltara para quatro vezes mais ao eclodir a primeira Grande Guerra. Em 1870 o cabo submarino ligou Portugal à Inglaterra, e três anos depois, ao Brasil, via Madeira e Cabo Verde. Em 1893 fez-se a ligação com os Açores. Os telefones entraram muito cedo no País, havendo-os já em Lisboa em 1882. A telegrafia sem fios surgiu nos começos do século XX. Também pela mesma data foram introduzidos os primeiros car-

17

ros eléctricos nas grandes cidades, que gradualmente substituíram os transportes a cavalos.

Portos e faróis conheceram amplos melhoramentos. O governo fez construir o porto artificial de Leixões, para servir o Porto e seu hinterland (1884-92). No porto de Lisboa, o plano de desenvolvimento começou por 1887. Na década de 1890 empreenderam-se esforços bem sucedidos para iluminar, de norte a sul, a costa portuguesa, conhecida como a *costa negra+ pela navegação estrangeira. Para tal se construíram numerosos faróis.

Os correios foram completamente reformados e melhorados na década de 1850, e posteriormente, diversas vezes, até finais da centúria. Em 1853 criaram-se os primeiros selos adesivos, acompanhando um novo mapa das estações postais do País. O complexo e antiquado sistema de pesos e medidas sofreu mudança radical, com a introdução do sistema métrico decimal em 1868 (na moeda, o sistema decimal surgira já em 1835). Levou, é claro, gerações para habituar a população a um processo de contagem tão absolutamente diferente.

Correios, telégrafos e telefones (à excepção dos de Lisboa e Porto) foram nacionalizados desde o seu começo. Cerca de metade da rede ferroviária pertencia ao Estado também.

No que dizia respeito ao comércio, a adopção da ideologia liberal-Comércio, os poderes públicos de tomarem medidas que significassem uma intervenção--dirQçta. Nos começos, os seus objectivos principais consistiam apenas em pôr fim a tudo aquilo que pudesse obstar ao livre câmbio dentro e fora do País. Daí, todas essas medidas a abolirem as portagens e as peagens, as licenças de circulação, os monopólios municipais, os exclusivos e os privilégios de muitas companhias, parte das sisas e dizimas, as corporações, etc. O Estado tinha, não obstante, possibilidade de dotar o comércio com um enquadramento legal que regulasse, organizasse e, em última análise, facilitasse a livre circulação e distribuição dos produtos. Foi assim que desde logo se promulgou o primeiro código comercial, em 1833, bem revelador das características burguesas da nova administração. O seu autor era Ferreira Borges, um dos principais dirigentes da Revolução

18

Liberal. Este código vigorou até 1888, data em que o enorme desenvolvimento das práticas comerciais, tanto em Portugal como no estrangeiro, exigiu um novo, devido ao labor de Veiga Beirão. Numerosas leis, começando com o código de Ferreira Borges, criaram e regulamentaram associações de tipo económico, nomeadamente as sociedades anónimas que depressa proliferaram em todo o País. As sociedades por quotas tiveram a sua consagração legal em 1901. Foram também promulgados códigos do processo comercial (1896; 1905) e um código de falências (1899).

De toda esta legislação e do surto económico que o País ia conhecendo resultou um movimento associativo privado virado ao comércio. Os homens de negócio das praças de Lisboa e do Porto fundaram as suas respectivas associações comerciais (Associação Mercantil Lisbonense, 1834; Associação Comercial do Porto, 1.834;) a que se seguiram as da Figueira da Foz e de Setúbal. Por 1875 existiam umas quinze associações de comércio nos mais importantes centros urbanos, com influência marcante no progresso comercial, industrial e agrícola e no fomento ultramarino. Em 1894 foi autorizada a criação de uma Câmara de Comércio e

Indústria em Lisboa.

As sociedades anónimas conheceram desenvolvimento acelerado, sobretudo desde 1867, data em que foi abolido um certo número de restrições oficiais à sua livre constituição: em 1875, e incluindo companhias de comércio, contavam-se 136 por todo o País, 29 das quais estrangeiras; e em 1900, mais de 600, a oitava parte não portuguesa. Cerca de metade das companhias e dos capitais estrangeiros eram ingleses. Até finais do século XIX, a

esmagadora maioria das sociedades anónimas respeitava ao comércio, só uma mínima parte se ocupando da indústria. Depois de 1900, porém, a situação mudou radicalmente, começando os capitais a buscar a indústria em quantidade sempre crescente.

Como parece óbvio, grande parte deste surto comercial que causou o desenvolvimento rápido de cidades como Lisboa e o Porto - derivou do aumento nos meios de transporte e nas comunicações. Caminhos de ferro e estradas vieram facilitar a venda dos produtos agrícolas e industriais, alicerçando ao

19

mesmo tempo o crédito rural e garantindo as transacções fundiárias.

O comércio externo conheceu um progresso acelerado, sobretudo a partir de 1832. Os direitos alfandegários sobre as exportações de produtos nacionais baixaram de 8 para 1%. A pauta aduaneira de 1837 (Passos Manuel) registava 1499 artigos de comércio, racionalizando os direitos de entrada e de saída, e tentando proteger os interesses nacionais contra a exploração pelas potências estrangeiras. Com a Grã-Bretanha, parceiro comercial mais importante, foi assinado em 1842 um novo tratado de comércio, que moderava os privilégios exorbitantes concedidos aos Ingleses em 1810 e em 1831. Assinaram-se, mais tarde, tratados com diferentes outros países.

O Fontismo veio reagir contra o protecçãoismo. A pauta aduaneira de 1852 baixou os direitos em muitas importações, particularmente no que dizia respeito a matérias primas, cuja entrada era fundamental ao desenvolvimento da indústria e das comunicações. Durante quarenta anos, e mau grado algumas correcções posteriores à pauta, a política económica geral tendeu para o livre-câmbio. Só em 1892, quando as circunstâncias haviam mudado e uma séria crise ameaçava o País, é que nova pauta alfandegária mareou o regresso a princípios menos liberais, favorecendo os produtos metropolitanos e ultramarinos.

A balança comercial acusou um deficit permanente, que se acentuou sobretudo a partir de 1899: médias anuais de 12 017 contos em 1880-89, de 15 244 contos em 1890-99 e de 31033 contos em 1900-09. Nos começos deste século, Portugal importava (especialmente da Inglaterra) duas vezes mais do que aquilo que

exportava. As importações mais onerosas financeiramente respeitavam a têxteis de lã, algodão e seda, maquinaria, algodão, lã e seda crus, carvão, açúcar, ferro e bacalhau. Como é fácil de compreender, a expansão industrial do País implicou a necessidade de matérias-primas em ritmo crescente e, portanto, uma balança comercial cada vez mais deficitária. Como factor de compensação parcial lá estavam as divisas estrangeiras que os imigrantes no Brasil enviavam às famílias.

20

Banco A tomada do poder pela burguesia e a expansão económica

do País traduziram-se igualmente pela fundação dos primeiros bancos. Até aos começos do século XIX, a estrutura económica portuguesa, alicerçada no intervencionismo do Estado e na dominação estrangeira, resistira ao surto de um sistema bancário nacional. Diversas tentativas a partir de 1800 haviam fracassado, excepto no Brasil (ef. capítulo IX). Depois da Revolução liberal, contudo, as novas condições económicas e sociais permitiram o estabelecimento do primeiro banco português, o Banco de Lisboa (1821). Dispondo de um capital de 5000 contos, o Banco de Lisboa obteve o monopólio da emissão de notas, que pôde conservar até 1845. Era fundamentalmente um banco comercial.

Até à década de 1860, o crescimento do sistema bancário foi pequeno. Criaram-se apenas três novos bancos e um deles consagrado ao Ultramar (Banco Ultramarino, 1865). Como característica importante deste período inicial registou-se, sim, a fusão do Banco de Lisboa com a Companhia Confiança Nacional, surgindo, em sua substituição, o Banco de Portugal (1846) com um capital de 11000 contos.

No decénio de 1860, um boom económico, sacudiu o --- País, parte como resultado da conjuntura internacional, parte como resultado da política conhecida por Fontismo. Multiplicaram-se as transacções na Bolsa e a especulação no mercado atingiu um nível desproporcionado com as possibilidades do País. O número de bancos subiu para quatro (1863), doze (1865), vinte e seis (1874) e por fim cinquenta e um (1875). Os seus depósitos aumentaram de 3183 contos em 1858 para o dobro (1865), novamente o dobro (1872) e o dobro ainda outra vez, em 1875 (24 513 contos). Mas enquanto o número total de depósitos crescera, a sua concentração em poucos e grandes bancos diminuía consideravelmente: 79,4 % nos cinco principais bancos em 1870, 55,2 % cinco anos mais tarde. Quando a crise económica de 1876 sacudiu Portugal, boa parte dos bancos mais pequenos ou de cunho local tiveram de fechar as suas portas. Por volta de 1880, ao ser vencida a crise, só 44 bancos sobreviviam.

O final do decénio de 1880 correspondeu a novo período de contracção: 48 bancos em 1887-88, 45 em 1889-90 e 44 em 1891.

21

Os depósitos, que tinham subido para 55 000 contos em 1889 - número a comparar com a *maré alta+ de 1875 por revelador do crescimento económico do País -baixaram de novo: 48 000 (1890), 39 000 (1891), 33 000 (1892). A grande crise de 1892 reduziu os bancos a menos de trinta. Desde então, e embora os depósitos crescessem uma vez mais -em 1917 atingiam o dobro do valor de 1892 - o número de bancos manteve-se aproximadamente sem alteração - 28 em 1910 -, enquanto a concentração de depósitos nos cinco maiores continuasse a aumentar.

A história dos preços seguiu, em Portugal, linhas parecidas Pref os

com as dos outros países da Europa no mesmo período. A curva respectiva acusa uma queda desde cerca de 1817 até à década de 1840, depois uma subida até meados do decénio de 1870, seguida por novo abaixamento até 1890 e por novo aumento que pararia apenas alguns anos após o final da 1.ª Grande Guerra. Tais subidas e descidas, porém, foram geralmente suaves e pouco causadoras de perturbações sociais (com algumas excepções), pelo menos até aos começos do século XX. Em Portugal, a curva dos preços para o período de 1868 a 1910 denota fracas variações até à subida de 1890, a que se sucedeu novo planalto - com

alguns pequenos altos e baixos -terminando em 1904. Foi só a partir deste ano que se iniciou uma subida quase contínua, com

22

as suas consequências no descontentamento geral e em agitação de tipo revolucionário.

Moeda A moeda seguiu tendência semelhante, com poucas desvalorizações e uma característica geral de estabilização. A _falta do ouro brasileiro causou a primeira mudança no valor da moeda desde meados do século XVIII: uma lei de 1822 levantou o preço do marco (= 230 g) de ouro amodado de 102 400 para 120 000 réis, ou seja uma desvalorização de 17 %. Voltaram assim a circular moedas de ouro, que estavam a desaparecer e a ser fundidas. Na prata não se registaram então mudanças, o que fez subir a relação entre os dois metais de 1/13,5 para 1/16.

Em 1835 foi levada a efeito uma reforma monetária geral. A prata desvalorizou-se em quase 20 % (1 marco= 7 750 réis em lugar de 7 500), mas no ouro não se mexeu. Mais importante se mostrou a adopção do sistema decimal na moeda: embora mantendo o real, a lei estabeleceu um novo sistema de contagem monetária, baseada no valor de 1000 réis, com moedas de ouro de

5000 e 2500 réis, moedas de prata de 1000, 500, 200 e 100 réis. e moedas de cobre de 20, 10, 5 e 2 réis.

Em 1847-54 a moeda sofreu ligeira desvalorização: 7% quanto ao ouro (1 marco= 128 000, depois 129 000 réis), 18% quanto à prata (1 marco= 9180 réis). E até aos começos do século XX não voltaram a registar-se modificações importantes no sistema monetário. Além das moedas de ouro nacionais (10 000, 5000, 2000 e 1000 réis) tinham curso legal no País as libras de ouro inglesas, cotadas a 4500 réis. Em prata surgiu mais tarde nova moeda de 50 réis, deixando de ser cunhada a de 1000 réis.

A findar a centúria, o desaparecimento gradual das moedas de ouro portuguesas - que, com D. Luís e seus sucessores, deixaram de ser cunhadas (a partir de 1861) -, o aparecimento de numerário de níquel (100 e 50 réis) e o aumento da circulação de papel-moeda foram outros tantos sintomas de uma deterioração da boa moeda. O ouro inglês inundava o País, substituindo por completo o ouro nacional e merecendo bem mais confiança do que as notas de banco. Apesar de todos os esforços para a reduzir, a circulação fiduciária nunca cessou de aumentar.

23

O estado das finanças públicas mereceu também a atenção Finanças dos governantes liberais desde o início do novo regime. Tornou-se, aliás, a principal fonte de preocupação para a maior parte dos ministérios durante todo o século XIX e os começos do XX. A antiga irresponsabilidade governativa chegara ao seu termo, e com ela a confusão existente entre rei e Coroa. A partir de 1820, os governos tinham um Parlamento para os vigiar, um órgão a

quem periodicamente haviam de dar contas do que recebiam e

do que pagavam.

Uma lei de 1832 (Mousinho da Silveira) extinguiu o Erário Régio e criou o Tribunal do Tesouro Público, que aliás a Carta Constitucional impunha. Este Tribunal devia conhecer de toda as contas através do País e defini-las como correntes ou não. Em cada província passava a existir um recebedor-geral para centralizar as receitas e pagar as despesas. Como seu representante em cada comarca, haveria um delegado, prevendo-se a criação de sub-delegados onde quer que fosse necessário. Instituiu-se ainda um outro organismo conhecido como Junta do Crédito Público

- depois dissolvido e, mais tarde, novamente criado - com o

objectivo de, recebendo todos os anos uma dotação fixada pelas cortes, a despender em juros e na amortização da dívida pública.

Legislação ulterior introduziu cambiantes neste sistema.

O Tribunal do Tesouro Público foi extinto para, mais tarde, ser de novo estabelecido. Uma lei de 1842 criou cofres centrais em cada um dos distritos, para cobrança de todas as receitas que não tivessem destino local bem determinado. A mesma lei estipulou que fosse o Tribunal a nomear um recebedor ou cobrador de impostos em cada concelho. Os governadores-civis dos distritos administrativos ficaram encarregados de superintender na cobrança das contribuições e na sua aplicação às despesas públicas. Uma lei de 1849 deu origem ao Tribunal de Contas, cuja função consistia em fiscalizar todas as receitas e despesas do Estado. Outras leis (1860, 1870, 1886, etc.) corrigiram e alteraram alguns pormenores mas sem se modificarem, na sua essência, os princípios básicos atrás expostos.

Nenhuma reforma, todavia, poderia resolver um dos problemas cruciais do País, o da escassez das receitas. Em boa ver-

24

dade, esta questão era tão velha como o próprio Portugal. Contudo, a introdução do princípio da fiscalização pública ao sistema financeiro do Estado tornou conhecido de todos o que dantes preocupara apenas alguns. Para mais, o desaparecimento do Brasil como colónia e a abolição de muitos direitos feudais fizeram baixar as receitas, ao passo que as Invasões Francesas, a Revolução, a guerras civis (só a de 1832-34 custou seis mil contos) e as reformas das estruturas causaram um aumento desmesurado das despesas. Mais tarde, foi a própria expansão de Portugal que acarretou renovadas despesas do Estado em todas as áreas. As obras públicas custavam dinheiro e levava tempo a receber os seus eventuais benefícios. No entretanto, novas despesas vinham absorver as novas receitas. Tudo isto constituía preocupação geral de todos os países, mas com aspectos um tanto mais graves numa nação pequena como Portugal, sempre com estreita margem de saída. Nestes termos, tanto o deficit orçamental como a dívida pública se foram agravando, visto que as despesas não paravam de aumentar, e numa percentagem de aumento que transcendia a das receitas.

Em 1805, nos bons tempos de prosperidade, a Coroa recebera 11200 contos de receita. Esta cifra baixara para uma média de 5 a 7000 contos depois das Invasões Napoleónicas, enquanto as despesas atingiram quase 15 000 contos nos anos piores (1828, 1834). A dívida pública ascendeu a quase 40 000 contos (encargo anual de 1269 contos), incluindo juros, papel-moeda, notas promissórias e pensões e vencimentos por pagar. Em 1834-43, a média anual das receitas do Estado subira para os 8000 contos, mas as despesas, também, ultrapassavam os 10 000 contos ao ano. Contudo, a tendência, no que respeitava às receitas, era para dias melhores: as de 1842 e 1843 equivaleram às de 1805, isto pela primeira vez em quarenta anos.

O Fontismo, aliado ao surto geral do País e ao encerramento do período revolucionário, traduziu-se por uma melhoria de situação para o tesouro. Na década da 1850, as receitas passaram a ultrapassar permanentemente o nível de 1805, crescendo em ritmo acelerado: em médias anuais, as cifras foram de 14 527 contos (1854-63), 18 560 (1864-73), 30 323 (1874-83), 41332 (1884-

25

-93), 54 104 (1894-1903) e 67 090 (1904-1910). Por conseguinte, ao começar o século actual, e em termos de receitas públicas, o País era cinco vezes mais rico do que no período de apogeu da exploração do Brasil, prova evidente de que podia sobreviver mesmo sem colónias (nesses dias, o peso do Ultramar nas receitas públicas revelava-se mínimo). Ao mesmo tempo, as despesas aumentaram até níveis ainda mais altos: 17 520 contos (1864-73), 25 220 (1864-73), 34 108 (1874-83), 47 420 (1884-93), 57 372 (1894-1903) e 69 085 (1904-10). A história do deficit foi assim a história das finanças constitucionais, com os seus anos mais sombrios no final da década de 1860 e em 1888-91. A partir desta última data, a pressão da opinião pública e principalmente a ameaça republicana levaram a uma administração um pouco mais cuidadosa das finanças do Estado, reduzindo-se o deficit pela diminuição das despesas.

O aumento da dívida pública mostrou-se ainda mais impressionante. Os governos pediam emprestado onde quer que podiam, tanto no País como no estrangeiro. A Inglaterra, claro está, foi o principal credor, mas a Inglaterra exigia também paga-

26

mento pronto e honesto. Ante outras proveniências, a solução podia antes consistir em demorar o pagamento, em não pagar e em declarar insolvência, na boa tradição do Império Português. A partir de 1851, os governos estabeleceram o princípio da não-amortização como regra administrativa, com o resultado de que a dívida consolidada se elevou a proporções inauditas cerca de 38 000 contos em 1835, 93 000 contos em 1855, 194 000 contos dez anos depois, 573 000 em 1890, 797 000 em 1910, uns 90% da dívida pública total.

administração Entre as mudanças de estrutura que forjaram um Portugal

novo, as reformas administrativas desempenharam um papel importante. As cortes deram-lhes início em 1822, ao regulamentar ao nível local as eleições e ao adoptar novos princípios para a organização municipal. Veio depois a Constituição estabelecer as bases da reforma administrativa e da independência

dos tribunais. O País foi integralmente dividido em distritos, cada qual englobando certo número de concelhos. Em cada distrito o governo estaria representado por administradores gerais, de nomeação régia, enquanto os concelhos elegiam os seus representantes a uma junta administrativa que funcionava junto dos administradores. Todos estes princípios seguiam de perto a legislação francesa, ao tempo considerada a mais perfeita e que exerceu grande influência sobre muitos recém-criados regimes liberais.

A contra-revolução de 1823 pôs fim às reformas antes que pudessem ser executadas. Só em 1826 é que a restauração liberal pôde iniciar novo plano de modificações administrativas e judiciais, nomeando-se duas comissões com o encargo de estudar e de sugerir os meios práticos de reforma. Mas de novo a evolução política do País tudo veio interromper até 1832. Neste ano, o *governo provisório+ dos Açores promulgou três leis de reforma, das finanças públicas, da administração civil e da administração judicial (Mousinho da Silveira). Seriam os fundamentos básicos do moderno Portugal.

De acordo com os princípios exarados na Constituição, as funções administrativas e judiciais não podiam e não deviam estar confundidas, como anteriormente Assim, a nova legislação

27

mudou por completo a maioria das normas vigentes na administração pública, revogando grande parte das Ordenações (ef. cap. VI) e das outras leis subsequentes. Com as Ilhas, Portugal foi dividido em províncias, comarcas e concelhos, as primeiras chefiadas por um prefeito, as segundas por um sub-prefeito e as terceiras por um provedor, todos de nomeação régia. Cada um destes funcionários seria assistido por corpos colectivos, indirectamente eleitos pela população: respectivamente, a junta geral de província, a junta de comarca e a câmara municipal. Em cada província funcionaria um conselho de prefeitura, de nomeação régia, com atribuições consultivas e de contencioso. Esta lei de 1832 distinguia-se pelos princípios centralizadores que consignava e pelos amplos poderes atribuídos aos representantes do governo.

Três anos mais tarde, o ministro Rodrigo da Fonseca assinou um decreto introduzindo algumas alterações ao esquema indicado, embora sem lhe tocar nos fundamentos básicos. Desapareceram as províncias e as comarcas foram substituídas por distritos. Aos sub-prefeitos passou a chamar-se governadores civis e aos provedores, administradores dos concelhos, sendo estes últimos de eleição popular e confirmação governamental. Em vez do conselho de prefeitura surgiu o conselho de distrito. Passaram a ser directas as eleições para as novas juntas! gerais dos distritos e para as câmaras municipais. Abaixo dos concelhos, a lei reconheceu a existência de paróquias, com suas juntas eleitas pela população, e de comissários de paróquia, também de eleição directa mas homologados pelo administrador do concelho. O código administrativo de 1836 - o

primeiro em Portugal - confirmou a legislação de 1835 com ligeiras alterações (Passos Manuel). Em ambos os casos se tendia para uma menor centralização e um aumento da autonomia local.

A legislação de 1840-42 (código administrativo de 1842 - Costa Cabral) reagiu contra a descentralização, voltando aos princípios de 1832. Os administradores dos concelhos e os novos regedores de paróquia passaram uma vez mais a ser de escolha governamental. E este balanço alternado entre maior centralização e maior descentralização iria continuar até ao presente, con-

28

soante as variações da política. Assim, e depois de várias tentativas de correcção da legislação de 1840-42, o código administrativo de 1878 (Rodrigues Sampaio) acentuou a autonomia local como nunca antes, retirando ao governo a maior parte dos poderes de inspecção e supervisão. O código de 1886 (José Luciano de Castro), com alterações posteriores, voltou a fortalecer a centralização, extinguindo igualmente as juntas gerais dos distritos. Os códigos de 1895 e 1896 (João Franco) insistiram na mesma tendência centralizadora, sobretudo no que respeitava aos distritos e aos concelhos. Esta última legislação iria persistir até ao período republicano.

Os Açores e a Madeira resistiram eficazmente às asserções de centralização, travando uma batalha de décadas a favor da autonomia local. Essa batalha, venceram-na finalmente em 1895 (Açores), e em 1901 (Madeira), obtendo a restauração das juntas gerais e a concessão de uma ampla autonomia administrativa.

justiça A organização judicial do País, tal como foi decretada em

1832-35 (Mousinho da Silveira, Silva Carvalho e outros), além de introduzir um princípio fundamental, o do júri, dividia Portugal em círculos judiciais - depois chamados distritos de relação - sub-divididos em comarcas. Estas últimas compunham-se de julgados, fraccionados por sua vez em freguesias. Em Lisboa estabeleceu-se um Supremo Tribunal, com jurisdição sobre todo o Reino. Assistia-o um procurador geral da coroa. Cada círculo dispunha do seu tribunal de segunda instância - mais tarde crismado em relação - assistido por um procurador régio. As comarcas tinham os seus juízes e jurados próprios, com a assistência de um delegado do procurador régio. As freguesias possuíam igualmente os seus juízes de paz. O processo de escolha dos magistrados era o electivo até ao nível do julgado, e a nomeação régia para os outros juízes.

Em 1836-37 e em 1841 esta reforma sofreu algumas alterações conquanto permanecessem intactas as suas cláusulas de base. A chamada *Novíssima. Reforma Judicial+, de 1841 (Costa Cabral), posteriormente ainda aditada, pouco mais fez do que sistematizar e uniformizar o que a legislação dos dez anos an-

teriores revolucionara e acumulara. Só com a promulgação do novo Código Civil (1867) se tomaram necessárias modificações na organização judicial, principalmente no que ao processo respeitava. Assim, o Código de Processo Civil (1876, Barjona de Freitas) simplificou-o e abreviou-o na sua forma, sem com isso prejudicar uma justiça precisa e eficaz. Outro corpus legislativo importante foi o Código Penal de 1852, que iria durar longas décadas na sua essência. Entre as restantes realizações que lhes são devidas, os governos liberais contaram ainda a abolição da pena de morte, medida revolucionária no tempo (1867, Barjona de Freitas), bem como a da escravatura (1869), na forja havia longos anos (cf. cap. XI).

Mas o passo mais relevante em todo este campo da administração e da justiça deu-se com a promulgação do Código Civil de 1867, preparado pelo Visconde de Seabra e referendado pelo Ministro da Justiça, Barjona de Freitas. Muito original na sua estrutura e em parte dos seus artigos, este Código que, por fim, vinha substituir as Ordenações Filipinas, introduziu alguns princípios *revolucionários+ para a maioria dos países católicos de então, nomeadamente o da existência de casamento civil para nubentes não-católicos.

Governança Na governança, a complexidade crescente dos negócios públicos levou ao desdobramento dos ministérios e das suas repartições internas. As quatro pastas existentes ao começar o século (Reino, Negócios Estrangeiros e Guerra, Marinha e Ultramar, e Fazenda) subiram para seis em 1821, quando o ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra se dividiu nas suas duas partes componentes e quando um novo ministério, o dos Negócios Eclesiásticos e Justiça, fez o seu aparecimento. Em 1852 foi criado o ministério das Obras Públicas e, durante alguns meses, em 1870, o ministério da Instrução Pública, novamente experimentado em 1890-92. A presidir ao ministério houvera, de vez em quando, desde os tempos de D. Maria I, ministros assistentes, mas não um primeiro-ministro permanente. Com o primeiro governo constitucional de D. Maria II, em 1834, introduziu-se a novidade de um Presidente do Conselho de Ministros, que então

foi o Duque de Palmela. Com poucas excepções, o Presidente do Conselho era nomeado também ministro de uma pasta, geralmente a do Reino.

Outras reformas abrangeram o exército e a marinha, a assistência pública e,

claro está, os territórios ultramarinos (ef. cap. XI).

Em toda a Europa o século XIX caracterizou-se por uma subida desmesurada da população. As cidades viram o número dos seus habitantes multiplicado várias vezes em cem anos. No campo, também, pôde verificar-se um aumento e uma distribuição mais racional das gentes que o povoavam.

3 000 000

Fig. S-Aumento da população, 1821-1911

Conquanto de forma moderada, Portugal teve de acompanhar essa tendência, que era o resultado de um século de paz e

de prosperidade, marcado por conquistas importantes nos domínios da saúde e da higiene. Os cálculos populacionais, bastante aproximados até à década de 1860, mais rigorosos a partir de 1864 - data em que o governo organizou o primeiro censo com bases científicas - demonstram cabalmente esse surto: menos de 3 100 000 h. na década de 1820, 3 200 000 na de 1830,

32

3 400 000 na de 1840, 3 500 000 na de 1850, 3 829 618 em 1864, 4 160 315 em 1878, 4 660 095 em 1890, 5 016 267 em 1900, 5 547 708 em 1911. Se incluíssemos os Açores e a Madeira, estes números subiriam para mais 300 a 400 000. O crescimento mostrou-se impressionante, sobretudo desde 1878. Num contexto europeu, as taxas portuguesas, de natalidade e mortalidade vinham atrás das de países como a Alemanha, a Espanha ou a Itália, mas à frente das da Bélgica, Suíça, Inglaterra e França.

Lisboa e o Porto tiveram seus aspectos característicos e de interesse. A capital possuía umas 210 000 almas em 1820, número que se manteve -praticamente sem alterações até à década de 1860. O grande salto em frente começou então: 227 674 (1878), 301206 (1890), 356 009 (1900) e 434 436 (1911). Portanto, a população da cidade duplicou em menos de cinquenta anos, quando

Fig. 9 -Crescimento de Lisboa, 1852-1905 (segundo Vieira da Silva, simplificado)

1 -Limites anteriores a 1852

2 -Limites em 1852

3 -Limites em 1885

4 - Limites em 1885, 1895 e 1903

5 -Limites em 1886

6 -Limites de 1887 a 1905

33

estagnara em igual período para trás. O número das suas paróquias subiu de 41 (1833) para 48 (1885) data em que uma espécie de *Grande Lisboa+ fez o seu aparecimento, com a incorporação na zona concelhia de vastas regiões adjacentes. Em superfície total, Lisboa subiu de 947 hectares (começos do século XIX) para 1208 (1852), 6500 (1885) e finalmente 8244 (1895-1903). Em área de construção urbana, todavia, o surto revelou-se muito menor. Lisboa era talvez o dobro, ao começar o século actual, do que fora em 1820.

O Porto saltou de 50 000 habitantes (à roda de 1820) para cerca de 60 000 (1838), 86 000 (1864), 105 000 (1878), 138 000 (1890) 168 000 (1900) e 194 000 (1911). Até à década de 1870 o seu crescimento foi, portanto, muito acentuado, diminuindo a

pouco e pouco a diferença de população que o separava de Lisboa. A partir de então, todavia, a tendência inverteu-se, mostrando-se o Porto incapaz de acompanhar Lisboa no seu surto demográfico. Por volta de 1910, a capital tinha 8% da população metropolitana, contra 6% em 1820. Para o Porto, as percentagens eram, respectivamente, 3,4 e 1,6. Em conjunto, as duas cidades agrupavam mais de 11% da população nacional, contra 8% noventa anos atrás. Tal era o resultado do movimento urbano.

Comparativamente, todas as outras cidades registaram um aumento modesto. Algumas até declinaram, sobretudo no interior e no Sul. Até fins do século XIX, prosseguiu a tendência para um crescimento demográfico contínuo na faixa litoral nortenha, em oposição à estagnação ou ao decréscimo no resto do País. Só as leis agrárias de Elvino de Brito e outros é que conseguiram travar essa tendência e promover um (limitado) surto de população no Meio-Dia.

Outra característica marcante da evolução demográfica de Portugal encontramos-a, no aumento da emigração para a América, principalmente para o Brasil. O grosso dos emigrantes provinha de Entre-Douro-e-Minho e da Beira Litoral - sem falar já dos Açores e da Madeira - tudo regiões em que o crescimento da população se tornara incompatível com as condições de sobre-

34

vivência dentro de um mínimo de bem-estar. Tal como em muitos outros países da Europa, uma emigração acelerada pôde verificar-se a partir de 1850 ou até um pouco antes. Para o Continente, os números que possuímos denotam um surto migratório da ordem das 4000 pessoas em 1843, para cerca de 6000 no ano de 1855,

número que subiu para cerca de 10 000 em 1886 e, de Fig. 10-Emigração, 1885-1910 (escala logarítmica)

pois, para o dobro, como média anual, até 1900. Em 1911 a emigração atingiu quase 50 000 almas. Com os que saíam clandestinamente, estes números seriam ainda mais elevados. De toda esta gente, sã uma pequena minoria é que regressava mas, em compensação, o volume de divisas que os emigrados remetiam do Brasil e de outras partes servia para estimular a economia portuguesa e compensar o deficit da balança comercial: os cálculos (aproximados) avaliavam essas remessas em 3000 contos de média anual na década de 1870, mais de 12 000 na de 1890 e talvez uns 20 000 por volta de 1910 - o equivalente a mais da quarta parte das receitas totais do Estado!

A Igreja Entre as mudanças fundamentais de estrutura levadas a

efeito pelos governos liberais desde 1820, não pode esquecer-se a reforma religiosa. Acarretou ela consequências profundas que afectam ainda o Portugal de hoje.

As cortes começaram por extinguir a Inquisição, onde aliás

ninguém se encontrava preso já. Esta abolição de um organismo

35

várias vezes secular, com o impacto que conhecemos sobre a história, teve indiscutivelmente um significado simbólico mas muito escassas consequências de natureza prática, visto que a Inquisição fora morrendo aos poucos durante décadas a fio. Bem mais importante se mostrou a atitude liberal para com o clero regular.

As ordens religiosas ainda desempenhavam papel de relevo na sociedade portuguesa desse tempo. Controlavam em parte a assistência e a educação. Possuíam vastos bens de raiz, que as constituíam em potentados económicos de norte a sul de Portugal. Exerciam influência sobre todas as classes sociais - especialmente nas fileiras mais baixas da sociedade - o que as realçava como força política a ter em conta. Contavam directamente às suas ordens milhares de clientes que com elas viviam, com elas trabalhavam e delas inteiramente dependiam. De um ponto de vista estritamente religioso, eram soldados de Cristo dispersos por toda a parte, duplicando ou triplicando a presença do clero secular, atingindo os pontos mais remotos do País, recordando permanentemente, a todos e em todo o lado, o Portugal tradicional, fervorosamente católico, intolerante e supersticioso, fanático e reaccionário. Os conventos femininos desempenhavam ainda o dúbio papel moral de acolher grande número de jovens cujos pais lhes tolhiam o matrimónio, e de aceitar os seus votos forçados.

Emergira a pouco e pouco em Portugal, como por toda a Europa, o sentimento anticlerical, bem característico das ideologias liberais do século XVIII. As classes superiores, tornaram-se

matéria de discussão

até ao fim do século XVIII, planos teórico ou prático. Para muitos, o clero não passava de um símbolo perigoso do passado, de um obstáculo no caminho do progresso. A decadência notória da ordem eclesiástica, tanto na sua forma secular como na regular, parecia corroborar esse ponto de vista. Sacerdotes, monges, frades e

freiras desempenhavam papel cada vez menos relevante - por importante que ainda fosse - nos campos da educação e da cultura em geral. Surgira uma intelligentsia laica, composta de nobres, burocratas, oficiais do exército e da marinha, comerciantes

36

e industriais, autoconsciente, que não precisava do clero para nada e muitas vezes o desprezava. Mesmo no que dizia respeito à assistência, a intervenção do Estado e dos particulares reduzira consideravelmente a parte tradicional reservada à Igreja.

O liberalismo triunfante dirigiu um dos seus maiores ataques contra o clero, particularmente contra as ordens religiosas. Aboliram-se as, dizimas e---outras contribuições várias, o que retirou à Igreja portuguesa 4 sua mais importante fonte de receita. Além disso, os governos constitucionais agravaram a propriedade eclesiástica com uma tributação fiscal onerosa, que em certos casos, ascendia a 50% de todos os seus réditos. Confiscos baseados em pretextos vários fizeram subir as queixas que a classe eclesiástica alimentava contra a nova situação. Na esfera política, tanto a Constituição de 1822 como a Carta Constitucional de 1826 negaram o direito de representação em Cortes ao clero regular e a sua capacidade como votante nas eleições. E parecia a todos coisa evidente que o estabelecimento de uma imprensa livre e a liberdade de discussão implicariam um declínio na influência da Igreja sobre todas as classes através do confessionalário e do púlpito.

Estas e outras questões lançaram a grande maioria do clero nos braços da oposição absolutista. Levaram-no a apoiar as *restaurações+ de 1823 e 1828 e a defender a causa miguelista contra a de D. Pedro IV. Todavia, a sua integridade como classe não era já a mesma durante a segunda Restauração e a Guerra Civil. Clero secular e clero regular mostravam-se agora divididos, porque a Carta Constitucional de 1826 favorecia o primeiro sobre o segundo. Aos bispos foi garantida representação permanente na Câmara dos Pares, o que os colocava a um nível idêntico ao da alta nobreza. E, por paradoxal que parecesse, os seus

subordinados à testa das paróquias começavam também a esperar certos benefícios económicos do triunfo da nova ordem, baseados na igualdade e na concessão de subsídios governamentais, visto que o grosso das rendas até então existentes cabia aos bispos e ao clero regular. Mediante esta divisão interna, os governos liberais conseguiram uma vitória sobre o clero, que lhes permitiu reali-

37

zar, com relativa facilidade, uma série de reformas verdadeiramente revolucionárias.

O facto que muitos mosteiros apoiaram activamente o lado vencido na Guerra Civil, e que muitos frades e monges pegaram em armas contra os *ímpios e blasfemos+ liberais, permitiu a estes últimos a efectivação de algumas medidas que pensavam havia muito. Para começar, o núncio papal foi expulso do País e cortadas as relações diplomáticas com Roma, dado que a Santa Sé reconhecera o regime de D. Miguel. O clero português ficou privado de um aliado poderoso e colocado à mercê do seu inimigo triunfante. Os Jesuítas, que o Papado voltara a criar e que o Portugal miguelista acolhera devotamente em 1829, receberam ordem de expulsão. Todos os bispos nomeados pelo rei *usurpador+ foram depostos', e declaradas vacantes as suas sés. Pôs-se termo aos padroados eclesiásticos. Grande número de mosteiros, abandonados pelos seus ocupantes que fugiam à invasão, foram considerados extintos. Monges, frades e sacerdotes sofreram toda a casta de perseguições, até ao limite da violência e da morte. Um decreto de 1833 proibiu os noviciados em qualquer mosteiro, na previsão da extinção gradual das ordens.

Por fim, o regente D. Pedro resolveu-se a aceitar a proposta, repetidas vezes apresentada pelo ministro Joaquim António de Aguiar, de abolir todos os mosteiros masculinos e dispersar a sua população (28 de Maio de 1834). O decreto afectou 401 casas religiosas (incluindo colégios, hospícios e ainda 12 mosteiros femininos) disseminados pelo País e as províncias do Ultramar, com mais de 6500 pessoas, das quais só menos de metade eram frades e monges. Muitos deles deixaram Portugal, enquanto outros se recolhiam a casas de parentes e amigos. Boa parte desses egressos estava ainda em idade de começar vida nova, o que fizeram, chegando alguns a atingir posições de destaque na governação, educação, assistência e no mundo das letras. Outros muitos entraram para o clero secular e foram ordenados sacerdotes. O decreto de 1834 previa a concessão de uma pensão a todo o egresso que não possuísse outra fonte de receita, mas excluía da graça todos aqueles que tivessem lutado contra os liberais. Os

38

mosteiros femininos não foram dissolvidos, aguardando-se que a extinção dos noviciados levasse ao seu encerramento final. Toda a propriedade dos mosteiros,

tanto masculinos como femininos, foi nacionalizada. Alfaias e paramentos sagrados doaram-se às igrejas.

A extinção das ordens religiosas não prejudicou grandemente o País, se nos esquecermos das perdas incalculáveis em objectos de arte, livros e manuscritos que resultaram do vandalismo destruidor e do saque que em certos casos acompanhou a extinção. Pelo contrário, trouxe até benefícios à agricultura e à propriedade, como atrás foi já salientado. Deu igualmente à nação um quinhão apreciável de riqueza em propriedade fundiária e em edifícios de construção sólida, aplicados aos fins mais diversos. Socialmente, deparou com escassa resistência, sendo aplaudida ou aceite com indiferença pela maioria da população, incluindo o clero secular. Do ponto de vista religioso é que pode ter contribuído para um certo declínio da fé entre as classes mais baixas da população. E, claro está, ajudou a prepará-las para a aceitação de influências sucedâneas -a do cura, a do influente local, a do cacique político, mas também a do mestre-escola e a dos meios de informação laica.

As ordens religiosas regressaram, aliás, embora de forma muito moderada, e disfarçadamente. Em 1857 algumas Irmãs da Caridade francesas (ordem de S. Vicente de Paulo) entraram em Portugal com o propósito de assistência. Tiveram, no entanto, de sair do País cinco anos depois, devido à campanha anti-clerical que contra elas se moveu. A partir da década de 1850, Jesuítas, Franciscanos, Padres do Espírito Santo, Beneditinos, Irmãos de S. João, Irmãs das Pobres, Salesianos, Lazaristas e dezenas de outros foram entrando em Portugal com o fim expresso de fundar escolas, hospícios, hospitais, etc. Um decreto de 1901 (ministério Hintze Ribeiro) legalizou praticamente a entrada de qualquer ordem religiosa, desde que se dedicasse à educação ou à assistência. Nos começos deste século acham-se estabelecidas em território português mais de cinquenta congregações religiosas, com algumas centenas de membros. A sua influência ia aumentando, sobretudo entre as classes superiores.

39

A reforma do clero secular teve aspectos e influência mais limitados. Os sacerdotes converteram-se numa variante de funcionários públicos, pagos pelo Estado para desempenhar serviços em proveito da colectividade. Este facto colocou todo o clero sob a supervisão do governo, transformando-o em clientela dócil dos grupos dirigentes. Disposto de assento na câmara alta, os bispos passaram a tomar parte activa na vida política da Nação, apoiando este ou aquele partido e raras vezes levantando problemas como corpo eclesiástico unido. Restabelecidas relações diplomáticas com Roma (1842), foi assinado, seis anos depois, entre Portugal e a Santa Sé, o acordo que permitiu uma situação harmoniosa entre a Igreja e o Estado até à proclamação da República. Mas a decadência gradual do clero, mau-grado a sua protecção oficial, constituía um facto corrente, e de tal forma que viria a provocar uma reacção interna e, com ela, o surto do movimento anti-clerical. A Igreja via-se

constantemente envolvida em questões de tipo cultural, onde a sua tendência reaccionária e a sua incapacidade de acompanhar os novos tempos eram manifestas. O número de padres baixou. De 1820 a 1840 os contingentes do clero secular ficaram reduzidos a menos de metade (24 000 para 10 000). A medida que aumentavam as escolas laicas, o papel educacional da Igreja diminuía. Só os seminários continuaram a desempenhar papel de relevo na província, como núcleos de instrução gratuita e aberta a todas as classes.

Aspecto simbólico do declínio da Igreja durante o século XIX mostrou-se também a estagnação e até o decréscimo no número das suas dioceses. Embora a população de Portugal tivesse quase duplicado até 1910, a Igreja absteve-se de qualquer reforma administrativa de vulto, extinguindo, pelo contrário, cinco dos bispados existentes: Aveiro (1837), Castelo Branco (1831), Leiria (1873), Pinhel (1838) e Portalegre (1833, restabelecido em 1883).

O outro pilar do absolutismo, a nobreza feudal, sofreu parativamente muito menos do que o clero com o triunfo da nova ordem. Em teoria, o reconhecimento oficial da igualdade

40

reduziu os aristocratas a zero. A lei pôs fim aos direitos feudais e às comendas (1821-46), extinguiu os vínculos (parte em 1832, totalmente em 1863), tirou aos nobres as tenças e outros subsídios que o rei tradicionalmente lhes garantia, não deixou a propriedade da Coroa, e assim por diante. Para muitos não o conseguiram - os nobres tiveram de passar a depender exclusivamente dos seus bens fundiários e da sua participação no comércio e na indústria. Este facto fez-los aproximar da burguesia como nunca anteriormente. Por outro lado, a política governamental de conceder títulos a membros da pequena nobreza, a comerciantes, a burocratas e a soldados prosseguiu a ritmo cada vez mais acelerado. No decénio de 1821-30, as concessões de títulos foram já em número de 51, cifra diminuta se comparada com a inflação das décadas seguintes: 101 em 1831-40, 38 em 1841-50, 112 em 1851-60, 205 em 1861-70, 192 em 1871-80 e 152 em 1881-90. A maior parte destes títulos não implicava nobilitação permanente, visto serem concedidos em uma vida ou duas vidas apenas. Numerosos brasileiros e outros estrangeiros eram incluídos nas reais mercês, que pouco mais significavam do que uma condecoração à maneira moderna. Viscondes e barões tomavam a dianteira, com 81 % da totalidade dos títulos. Até 1850, as concessões de baronia superaram todas as outras, com o resultado de que os beneficiados passaram a constituir objecto de mofa para a opinião pública. Em parte devido a isto, os títulos de visconde entraram a predominar, seguindo à cabeça até finais do século, com resultados idênticos, como é fácil de supôr. Daí o famoso dito popular, muito em voga na época, *- Foge, cão, que te fazem barão! - Para onde, se me fazem visconde?! +. A política de concessão de títulos

achava-se tão desacreditada ao findar o reinado de D. Luís que os seus sucessores D. Carlos (1889-1908) e D. Manuel II (1908-1910) reduziram as mercês nobiliárquicas ao mínimo, num esforço de condicionar a nobilitação às suas antigas regras.

Assim, ao terminar o século, aristocracia *antigo-regime+ e aristocracia constitucional mostravam-se tão confundidas que se tornava difícil separá-las, a não ser com base meramente histórica.

41

As constituições de 1822 e 1838 não reconheciam representação da nobreza no Parlamento como ordem específica. Mas duraram pouco, e precisamente por causa disso. Os aristocratas terratenentes - e quase todos os novos titulares com outra origem de fortuna passavam a investir em terra - desempenharam um papel de tal forma importante na estrutura económica de Portugal (pelo menos até à década de 1871-80) que a direcção dos negócios públicos lhes havia necessariamente de caber, quer em parte, quer no todo. Eis o motivo porque a Carta Constitucional de 1826, garantindo à nobreza representação hereditária na Câmara dos Pares, pôde triunfar e persistir - mau-grado as suas várias alterações - até ao final da Monarquia.

Contudo, a evolução da sociedade portuguesa mostrou-se um tanto mais complexa. A unia fase primeira de domínio aristocrático que durou cerca de meio século (se esquecermos os curtos períodos de 1820-23 e 1836-42, de predomínio burguês) sucedeu uma segunda fase de banqueiros, industriais e comerciantes não titulares que passaram a governar o País. Até ao decénio de 1871-80, mais da quarta parte dos ministros e 80 % dos presidentes do conselho foram titulares, todos eles de cepa constitucional. A partir dessa década, a sua participação nas responsabilidades governativas decaiu com rapidez. O duque de Avila, presidente do conselho em 1877-78, foi o derradeiro titular a chefiar ministério. Até 1910, o número de titulares ministros baixou constantemente: 35 % das pastas em 1861-70, 17 % em 1871-80, 3,2 % em 1881-90, 3,4 % em 1891-1900 e 2,9 % em 1901-10. Esta crescente falta de membros da alta nobreza nas tarefas governativas teve compensação parcial no surto de uma pequena nobreza de boa linhagem mas desprovida de títulos, simultaneamente dependente de cargos públicos e das suas rendas fundiárias. A proclamação da República, em 1910, veio liquidá-la quase à nascença, sem lhe dar tempo para se afirmar como classe.

O declínio da nobreza constitucional a partir de 1870 teve o seu correspondente na legislação. Com a abolição final dos vínculos, deixou de haver lugar para a hereditariedade, fosse onde fosse. O 2º Acto Adicional à Carta (1885) extinguiu os pares

hereditários na câmara alta, reduziu a cem o número de nobres e de clérigos com assento nela e instituiu o pariato electivo para uma fracção da Câmara dos Pares. Na década de 1890, contudo, a nobreza readquiriu força para voltar ao combate e recobrar algumas das perdas. O 3.º Acto Adicional (1896) suprimiu o parlato electivo e permitiu que os pares hereditários existentes em 1885 voltassem a ocupar os seus lugares na Câmara, embora transitoriamente. Era esta a situação quando foi proclamada a República.

Burguesia A burguesia, a quem já coubera um largo quinhão no governo e nos cargos administrativos a partir de Pombal, triunfou em 1820 e depois, permanentemente, -em, 1834. -São poucas as monografias a darem-nos conta das suas características, evolução e aspectos quantitativos. Por volta de 1820, os grupos burgueses abrangiam uns 8 % da população total, mas dentro deles a grande maioria compunha-se de funcionários públicos (incluindo a oficialidade de terra e mar), professores, estudantes universitários, advogados, médicos, etc., com apenas cerca de 1/10 de mercadores e homens de negócio. Por 1867 a burguesia duplicara talvez a sua percentagem no País, já com os negociantes e industriais a predominarem face ao funcionalismo público e a todos os outros. Até aos começos do século XX, o peso de ambos os grupos não parou de aumentar, Analisando os censos da população desde 1864, verificamos claramente o declínio daquela parte do País que à agricultura se dedicava: 72 % (1864), 61 % (1890 e 1900), 57 % (1911). Como os números que correspondem aos grupos industriais inferiores não revelam muito mais de cem mil proletários autênticos ao redor de 1910, a diferença pode ter certo significado para mostrar o surto de uma burguesia onde os comerciantes e os industriais depressa assumiram a dianteira.

Lisboa e Porto foram as duas cidades onde a percentagem de burgueses conheceu maior desenvolvimento. Em Lisboa, governo e administração pública davam-se as mãos com a oficialidade, os membros das profissões liberais, a banca, o comércio e uns quantos industriais. Muitos proprietários rurais habita-

vam na capital também. Em 1880 havia em Lisboa 568 firmas (1/6 das quais estrangeiras), 192 médicos e 140 advogados (incluindo solicitadores). O Porto contava proporcionalmente mais comércio e mais indústria mas mostrava-se obviamente mais fraco em todos os outros ramos. As duas cidades controlavam a banca, o comércio e a indústria da província, sendo o papel da capital sucessivamente aumentado pelo progresso da centralização administrativa e pelo desenvolvimento geral do País.

No que respeita à consciência de classe, a burguesia constitucional reforçou sem

dúvida a sua na segunda metade do século XIX. Os títulos de nobreza passaram a ser menos cobiçados e, às vezes até, recusados por alguns burgueses ricos. Aliados a uma pequena aristocracia, os burgueses dominaram permanentemente a governação desde a década de 1870. Como vimos, deixaram de ser nomeados titulares para a chefia dos ministérios. Dos trinta e sete governos que dirigiram Portugal entre 1870 e 1910, nenhum foi presidido por titular e só à frente de três ou quatro se encontraram nobres de boa linhagem. Nenhum dos grandes estadistas ou parlamentares do tempo recebeu qualquer título. A burguesia dera-se por fim conta do seu próprio valor e desdenhava de nobres e nobilitações. Preferia o acesso à Câmara dos Pares, a concessão da dignidade de conselheiro, os hábitos das antigas ordens religiosas-militares e as condecorações.

@@atj@@ as classes inferiores, saliente-se o crescimento gra- operariado dual, embora muito vagaroso, do proletariado. Nos começos do século XIX, o artesanato, com a propriedade das suas oficinas e dos seus meios de produção, à maneira antiga, controlava ainda dois terços de toda a *população industrial+. Havia cerca de 36 000 obreiros e aprendizes. Por seu turno os trabalhadores rurais formavam uns 70 % do total da população dos campos.

Um século mais tarde, contavam-se, nas unidades fabris com mais de dez pessoas - ou seja, fábricas, à maneira moderna -uns 100 000 trabalhadores, correspondendo a cerca de 20 % da totalidade dos obreiros que se ocupavam em transformar matérias-primas. A grande maioria da população *indus-

44

trial+ estava, portanto, ainda distribuída por pequenas oficinas com menos de dez trabalhadores, por actividades artesanais de tipo doméstico e por tarefas semelhantes. As mulheres continuavam a desempenhar papel de relevo, conquanto a sua percentagem na população obreira viesse a declinar desde as décadas de 1880 ou 1890: 34,8 % (1890), 29 % (1900), 28,3 % (1911). A participação de crianças baixara também. Contudo, no censo industrial de 1881 ainda se registavam 6,6 % de menores de dezasseis anos na população industrial total, número que subira até para 7 % em 1907.

As condições gerais para o trabalhador parece terem piorado no decorrer do século XIX. Baixaram os salários reais, sobretudo a partir de 1880, correspondendo à concentração do capital e da indústria. O padrão de vida, o tipo de alimentação e de alojamento, etc., pioraram também. Apesar de uma lei de 1891, o número de horas de trabalho por dia nunca pôde ser uniformizado em todo o País. Por volta de 1900, a média era de dez horas, mas não faltavam excepções para mais. Nem os governos nem os patrões dispensavam aos operários qualquer

espécie de protecção legal ou de assistência contra acidentes, velhice, etc.

Os trabalhadores reagem das duas maneiras habituais: associando-se e fazendo greve. Já sem falar de algumas associações muito antigas mas insignificantes, só em 1853 é que apareceu em Lisboa o primeiro agrupamento com relevância e objectivos sociais de luta de classe: o Centro Promotor do Melhoramento da Classe Laboriosa. Seguiram-se-lhe muitos outros grupos com objectivos e formas variados -o movimento cooperativista, por exemplo, depressa se desenvolveu em Lisboa e no Porto - sendo o todo acompanhado de propaganda e doutrinação social através de conferências, jornais, panfletos e livros de toda a espécie. As sociedades de socorros mútuos subiram de 65 (1876) para 590 (1903). Em 1889 havia um total de 392 associações de trabalhadores de todos os tipos, sendo mais de 300 nos distritos de Lisboa e Porto. Conjuntamente, integravam 138 870 membros. o sindicalismo evoluiu de umas 24 associações em 1876 para 135 em 1903. Na década de 1870 fundou-se também um Partido Socialista.

45

Até à revolução republicana, a greve era considerada ilegal e punível pelas disposições do Código Penal. Toda Via, registaram-se greves (chamadas çQligqç ou coalísões) a partir da década
ação começo

o seu papel na vida da N - u a,,Rdquirir certo peso desde os
começos do século XX. Até 1899 mais de sessenta greves afectaram Portugal, número que subiu para
91 entre 1900 e 1910, a maior parte das quais triunfantes. Em
1903 registaram-se três *coligações+ de grande importância, sendo uma no Porto (quase geral), uma em Lisboa (excepcionalmente violenta) e a terceira em Coimbra (onde trabalhadores e estudantes combateram juntos). Pelo menos oito por cento dos operários eram mobilizados por essas greves. No Sul, as greves rurais desempenharam também o seu papel.

Mau-grado estes e outros factores de descontentamento social e de surto da indústria, o Portugal proletário dos começos do século XX estava longe de representar qualquer ameaça para a chefia burguesa. Escasso em número, analfabeto na maioria, o proletariado urbano mostrava-se presa fácil para políticos e filósofos, tanto da burguesia como até da aristocracia.. Quer nas cidades, quer no campo, o operário funcionava como clientela humilde de comerciantes, industriais e proprietários, para não falar da forte influência clerical que o distraía de quaisquer propósitos de rebelião organizada.

Preocupação, ao nível oficial, pela instrução do povo existira, pelo menos, desde os tempos de Pombal. As doutrinas do Iluminismo incluíam a difusão da instrução em larga escala, embora não a toda a gente. A lei de 1772, uma das primeiras tentativas, em todo o mundo, de organizar a educação primária por

conta do Estado, levou a uma situação de florescimento relativo das primeiras letras ao findar o século XVIII: 720 escolas existiam já em 1779. Mas esse movimento não foi prosseguido como o merecia. Muitas escolas foram, mais tarde, encerradas e poucas se criaram de novo. Outras ainda, passaram para a direcção da Igreja.

A Revolução liberal veio acompanhada de uma política ampla de garantir instrução a todos os cidadãos, o que, aliás, era

46

lógico, visto que um sufrágio livre e autêntico só a partir dela se criaria. Assim, em catorze meses apenas, incrementou-se consideravelmente a situação económica e moral do professor, proclamou-se a liberdade de ensino e promoveu-se a abertura de 59 escolas de primeiras letras. A Carta Constitucional de 1826 decretou o ensino primário livre e introduziu-o como direito de cada cidadão. Em contrapartida, as reacções absolutistas de 1823-26 e 1828-34 distinguiram-se pelo encerramento de escolas e pela perseguição aos professores, justamente havidos por simpatizantes das doutrinas liberais.

A partir de 1834 tomou-se possível garantir certa continuidade ao progresso educacional, e em todos os campos. A primeira tarefa consistia em abrir escolas por toda a parte, em preparar um professorado competente e em tentar debelar um analfabetismo que orçava pelos noventa por cento da população. Tudo isto requeria tempo e dinheiro, dois factores que as variadas situações liberais só com dificuldade alcançavam. Não estranhemos, por isso, que em 1841, ainda cerca de metade da população infantil masculina não frequentasse a escola. Todavia, a densidade da rede escolar primária ao nível oficial nunca cessou de aumentar: uma escola por 120 km² em 1820, uma por 40 km² cinquenta anos depois, uma por 20 km², ao começar o século XX. A estas seria necessário adicionar as escolas particulares, 270 em 1845, 1500 em 1870 -embora o seu ritmo de crescimento não acompanhasse o das escolas do Estado, que constituíam 74,2 % de todas as instituições primárias em 1900. Aumentou também o número de escolas para meninas, sobretudo desde 1860. Os professores primários triplicaram entre 1870 e 1910, inaugurando-se escolas normais para a sua preparação desde 1860. Tornou-se assim possível reduzir, a pouco e pouco, a taxa de analfabetismo: 76 % para os maiores de sete anos em 1890, 74,1 % em 1900, 69,7 % em 1911. Mas estas percentagens continuavam a parecer muito altas, mesmo nessa Europa eivada de analfabetos dos fins do século XIX, facto que proporcionou à propaganda republicana uma das suas melhores armas. Através CIO País, 702 paróquias (17,5 % do total) continuavam sem escola à data da proclamação da República. Era, apesar de tudo, ine-

gável, que muito se fizera e se estava a fazer pela instrução primária, sobretudo a partir de 1900. O ensino primário consistia em três anos de frequência obrigatória e em um ano mais de voluntariado.

Fig. 11-Criação de escolas primárias, 1825-1910

Como em tantos outros aspectos da administração pública, um dos grandes problemas a resolver respeitava à centralização ou descentralização do ensino primário. Devia o governo central tudo dirigir ou antes confiar aos municípios a instrução popular no seu grau inferior? Governos e reformas oscilaram entre os dois princípios. Na década de 1820, a tendência foi para centralizar a educação de um ponto de vista burocrático; no começo da década de 1830 adoptou-se o princípio contrário. A reforma de 1836 voltou a insistir numa maior centralização, o que foi confirmado pela reforma de 1844, mas totalmente modificado em 1878-81. A partir de 1890 tornou a prevalecer a centralização. É evidente que todo este problema trazia implicações de natureza política e ideológica, relacionadas com uma maior centralização de poderes nas mãos do governo ou uma mais ampla autonomia para as instituições locais.

Emino As classe dirigentes do liberalismo mostravam-se, na realidade, bem mais preocupadas com os dois graus superiores da instrução - os quais iam afectar os seus próprios filhos durante um largo período de tempo - do que com a criação de novas escolas primárias ou o aumento do número de professores primários no País. Uma das suas mais importantes realizações neste sentido respeitou à reforma completa do ensino secundário, de acordo com o sistema francês do lycée. Depois de longo planeamento, que começara em 1821, o ministro do Reino Passos Manuel instituiu liceus em todas as capitais de distrito, e dois em Lisboa (1836). Ao mesmo tempo, promulgava-se todo um plano pormenorizado de estudos secundários, que incluía cadeiras de Humanidades (História, Geografia, Literatura), Línguas Vivas (Francês, Inglês e Alemão) e Ciências (Química, Física, Álgebra, Geometria, Ciências Naturais, etc.), além das tradicionais de Línguas Clássicas, Rectórica e Filosofia, já existentes à data.-D-\$ liceus ficaram assim confinados aos centros urbanos, precisamente onde a burguesia governante- tinha -as suas, mQra@ @!@.

A reforma de Passos Manuel mostrava-se demasiado progressiva e demasiado ambiciosa para poder durar. Assim, com Costa Cabral, os estudos de ciências foram totalmente eliminados do programa dos liceus enquanto o ensino das línguas vivas se restringia às escolas secundárias das principais cidades (reforma de 1844). Em contrapartida, as propinas foram reduzidas para um quinto do que eram antes. Só em 1860 (reforma de Pontes Pereira de Melo) se regressou aos planos

originais de Passos Manuel e, mesmo assim, de forma bastante moderada: o ensino secundário compreenderia cinco anos, com a inclusão de Física, Química e História Natural. Até finais da centúria, as diversas outras reformas promulgadas modificaram pouco este estado de coisas. Cuidou-se mais da duração do ensino (cinco anos, seis anos), da distribuição das disciplinas por cada ano lectivo, do sistema de exames e de alguns outros pormenores técnicos.

Em 1894-95, o ministro em Reino João Franco aprovou nova reforma e novo regulamento para os liceus, elaborados pelo professor do Curso Superior de Letras, Jaime Moniz. Era uma reforma modelar, esta, concebida segundo os mais avançados prin-

49

cípios da pedagogia, insistindo no chamado *regime de classe+, acrescentando um sétimo ano aos estudos secundários e multiplicando o número de disciplinas. Malgrado algumas correcções de somenos importância, a reforma de Jaime Moniz iria vigorar um quarto de século e constituir a base dos planos de estudos liceais até quase os nossos dias.

A instituição do ensino secundário técnico resultou da necessidade de dotar o País com pessoal apetrechado para os

Ensino técn@

ramos da indústria e do comércio (pouco se fez no ramo agrícola). Passos Manuel lançou as bases do ensino técnico oficial ao criar os Conservatórios das Artes e Ofícios em Lisboa e no Porto (1836-37), espécie de museus ou laboratórios técnicos, onde se exporiam máquinas, modelos, utensílios, desenhos, descrições e livros. Pontes, através do seu novo ministério das Obras Públicas, organizou (1852) um sistema completo de estudos técnicos em três níveis: elementar, secundário e complementar. As primeiras escolas industriais - o Instituto Industrial de Lisboa e a Escola Industrial do Porto - abriram as suas portas na década de 1850, seguidas pelas comerciais na de 1880. Com as reformas de Emídio Navarro (1886-89) alargou-se consideravelmente o âmbito do ensino técnico, mas o enquadramento necessário para o surto das modernas escolas derivou muito mais de uma conjugação gradual de esforços do que dos actos individuais de qualquer estadista. Até à proclamação da República pode dizer-se que haviam sido dados os passos decisivos nesse sentido.

Comparativamente, a reforma da Universidade mostrou-se 1 Uníversid
mediocre e acanhada. Coimbra continuou a deter o exclusivo teórico dos estudos universitários, embora a maioria do seu corpo docente não conseguisse acompanhar o espantoso progresso que se ia desenrolando no mundo em todos os ramos do saber. Desde sempre os liberais não confiaram na universidade de Coimbra, que tinham por centro de tradição e de absolutismo e que, como tal, muitas vezes combateram. A Universidade, por seu turno, sempre impediu ou demorou a iniciativa tendente a criar novos centros de instrução superior susceptíveis

de lhe fazerem concorrência. Até 1859, era Coimbra que dispunha mesmo da autoridade teórica para superintender no ensino de todo o país. Na prática, os seus poderes mostravam-se muito limitados aos níveis primário ou secundário, mas amplos bastante para travar a sua própria reforma. De facto, tanto Passos Manuel como Costa Cabral incluíram a Universidade nos seus planos reformadores e até na sua legislação, mas foram incapazes de conseguir quaisquer resultados de âmbito revolucionário. Como aos próprios professores da Universidade-se cometia o encargo de preparar a sua reforma, os planos consequente

resultavam demasiado tímidos e demasiado conservadores para provocar qualquer mudança radical de estruturas. Assim, as únicas alterações de relevo em quase um século consistiram na

fusão das duas Faculdades, de Leis e Cânones, em uma só - a

nova Faculdade de Direito -e a inclusão de umas quantas cadeiras nos estudos de ciências. Apesar de contar no seu seio com alguns lentes de excepcional qualidade e actualização científica, a Universidade de Coimbra desempenhou um papel modesto em quase todos os campos do conhecimento até ao século XX. Só a Faculdade de Direito podia orgulhar-se de algum prestígio à escala nacional, derivado muito mais de ser a única escola do País no seu campo do que de traduzir qualquer avanço significativo nos estudos jurídicos. Tornou-se numa autêntica escola de futuros administradores e governantes, a *Faculdade+ por excelência, aonde todo o aristocrata e todo o burguês mediano gostaria de mandar os seus filhos.

Escolas O desenvolvimento do ensino superior no Portugal oito SuPeriores centista deve antes procurar-se nas outras oito escolas que, a

par e passo, foram sendo instituídas em Lisboa e no Porto. Em 1836-37, Passos Manuel extinguiu o Colégio dos Nobres (ef. cap. VIII) e a Academia Real da Marinha, substituindo-os por uma nova Escola Politécnica, inspirada nas Écoles Polytechniques francesas. No Porto, criou uma Acade-mia Politécnica em moldes semelhantes. As duas escolas proporcionavam cursos desenvolvidos de Ciências e serviam para preparar os futuros oficiais do Exército e da Marinha. Ao mesmo tempo uma nova Escola

do Exército vinha substituir a antiga Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho, e alargar o seu plano de estudos. Anos mais tarde (1845) fazia também o seu aparecimento a Escola Naval, em substituição da Academia dos Guardas

Marinhas.

As escolas de cirurgia já existentes nas duas cidades foram convertidas em Escolas Médico-Cirúrgicas, com um corpo de disciplinas muito ampliado. O quinto estabelecimento de ensino superior da reforma de Passos Manuel foi o Conservatório Geral da Arte Dramática de Lisboa, onde o ministro reuniu uma escola de música, havia pouco criada, a novas escolas de teatro e de dança. Finalmente, Passos Manuel criou ainda escolas de Belas Artes, tanto em Lisboa como no Porto.

A última escola de nível universitário fundada no século XIX (e devida, em grande parte, à iniciativa do rei D. Pedro V) foi o chamado Curso Superior de Letras, que abriu as suas portas em Lisboa, em 1859, e conheceu planos de estudos sucessivamente melhorados e ampliados. Destinava-se ao ensino da história, da literatura e da filosofia.

Juntamente com diversas outras instituições de cultura, como fossem os museus, academias de artes e de letras, a Academia Real das Ciências, associações particulares de toda a ordem, etc., aquelas escolas e a Universidade de Coimbra conseguiram preparar uma elite relativamente numerosa e de boa qualidade, que floresceu na segunda metade do século XIX e nos começos da centúria seguinte, contribuindo para dar ao País um lugar honroso entre as nações civilizadas do globo.

Na realidade, um dos aspectos mais interessantes do Por- Imprensa tugal
oitocentista foi o seu surto cultural, porventura mais elevado e mais rico do
que o acme glorioso do século de Quinhentos.

Este surto resultou, antes de mais nada, da abertura do País. Os gíq@@erpos
liberais começaram por abolir a censura a

livros e a periódicos (1821), por proclamar e efectivar a liberdade de palavra e
de imprensa, e por estimular a livre discussão a todos os níveis e sobre quase
todos os assuntos. Como consequência, o número de publicações multiplicou-se até
limites insuspeitados. Os jornais, por exemplo, que em 1820 eram ape-

52

nas quatro em todo o Portugal e Brasil, passaram a mais de vinte, um ano mais
tarde. Os interlúdios reaccionários de 1823-26 e 1828-33 trouxeram de novo a
censura e, com ela, um declínio evidente no número e na qualidade das
publicações. Nas três décadas seguintes, com o retorno à liberdade de imprensa,
a quantidade de periódicos aumentou sem interrupção, embora a

ritmo moderado. A liberdade de imprensa conheceu mesmo um recuo nítido entre
1840 e 1851 (Cabralismo). A partir de 1860, todavia, os jornais multiplicaram-

se, mormente nos dois últimos decénios da centúria. JE -século X-
'r,-,PQftuZgl de- ,,,-m começos.----do tinha um lugar honroso entre os países
do Mundo no que dizia respeito, tanto a número absoluto como a
taxa,proporc-iõ-n-al -de periódicos de todos os, tipos. Facto semelhante
ocorria@com livros e opúsculos. Apesar de algumas leis mais restritivas, que
suscitaram protestos sem fim e de algumas-muito moderadas perseguições à
imprensa, a liberdade de publicar podia considerar-se completa.

Tanto jornal e tanta revista haviam, sem dúvida, de estimular a produção
literária que, por seu turno, os fomentava também. Grandes escritores tiveram a
sua estreia ou começaram a revelar-se mediante a publicação de artigos em
revistas ou de novelas e romances em forma de folhetim nos jornais diários. A
liberdade de palavra e de reunião levou, por sua vez, à voga da conferência e
dos clubes culturais de todo o género. E enquanto a vida parlamentar contribuía
para o desenvolvimento da retórica política, as eleições frequentes permitiam ou
exigiam até o surto de uma técnica apurada de discurso e de argumentação, tanto
oral como escrita.

De tudo isto resultou o culto pela arte de bem escrever e de bem falar. Os
jornais, as revistas e os livros desse tempo revelam uma elegância e qualidade
de estilo assaz generalizadas e a

tendência para um tipo de pensamento racionalista e claro, descontando,
evidentemente, o inevitável romantismo da época.

Literatura. Relações com

o exterior

Outro factor que ajuda a compreender a expansão cultural do País foi o
desenvolvimento dos meios de comunicação com a Europa, sobretudo com a França. O
assentamento das vias

53

férreas e a possibilidade de alcançar directamente Paris em dois ou três dias
aproximou Lisboa e o Porto dos grandes centros da cultura como nunca. dantes.
Recorde-se e sublinhe-se, unia vez mais, que Portugal via na França o seu modelo
cultural e se abria profundamente, sem restrições, a toda e qualquer influência
francesa. A importação crescente de livros e de revistas por via do comboio -
que os fazia, não só muito mais rápidos de conseguir, mas também muito mais
baratos de comprar - serviu para reforçar esses laços culturais a partir da
década de 1870. Mas o caminho de ferro relacionava também Portugal com outras
nações culturalmente significativas, como por exemplo a Espanha
- cuja influência carece de ser analisada em pormenor -, a Ale- manha, a
Bélgica, a Suíça, a Itália e a Inglaterra. Todo o aristocrata e todo o burguês

rico exigia que seus filhos aprendessem línguas estrangeiras, francês acima de tudo, mas também alemão e inglês. Mais tarde, começou a mandá-los estudar além Pirinéus, nas melhores escolas de que civilização oitocentista se podia orgulhar.

Do ponto de vista literário e artístico, as grandes modificações sociais e políticas do século trouxeram consigo o Romantismo. em Portugal como em no Mundo. Mais do que na poesia, foi no teatro e no romance histórico, bem como na pintura e na escultura, que o novo estilo se afirmou. Eram esses, aliás, os gêneros que atraíam de preferência a burguesia citadina e que mais facilmente podiam ser apreendidos por ela. A legislação de 1836-37 criou as condições para o surto de um teatro português, cujo melhor representante foi Almeida Garrett (1799-1854). Em Lisboa, o governo fez construir um Teatro Nacional, ao passo que, por todo o País, se foram edificando e inaugurando, até aos finais da centúria, teatros e outras salas de espectáculos de todos os tipos e tamanhos, melhores ou piores em gosto e em estilo, símbolos perfeitos da cultura burguesa urbana e laica. De certo modo, substituíram as tradicionais igrejas e mosteiros como marcas de opulência e de prestígio locais. Mas mau-grado Garrett e o nível das suas produções (Um Auto de Gil Vicente, 1838; O Alfacame de Santarém, 1842; Frei Luis de Sousa,

54

1844), no que o acompanharam alguns outros dramaturgos românticos, as traduções de autores estrangeiros depressa inundaram os palcos, recebendo a maior das vezes as preferências do público. Isto, note-se, apesar de o teatro português poder sofrer o confronto com o que de melhor o estrangeiro podia oferecer (Marcelino Mesquita, 1856-1919; D. João da Câmara, 1852-1908; Gervásio Lobato, 1850-1895). A cabeça situavam-se as comédias e as farsas - que o público claramente preferia - onde os talentos sempre se revelaram melhores do que no drama. Por aqui se explica também o favor concedido à opereta, onde as importações de autores espanhóis (zarzuela), franceses e austríacos podiam rivalizar com alguns excelentes exemplos nacionais, e à revista, esse género teatral genuinamente português, nascido na década de 1850 com retumbante sucesso. Tanto o drama quanto a comédia foram servidos por uma ou duas gerações de actores de primeira grandeza, que floresceram a partir da década de 1880. Em contrapartida, não foi possível desenvolver uma ópera nacional, sem embargo do gosto pelo drama musicado. Companhias italianas, francesas e (mais tarde) alemãs visitavam Portugal todos os anos, moldando inteiramente os paladares lisboetas e portuenses. O mesmo aconteceu com a música de concerto, onde a participação nacional se mostrou medíocre.

O romance histórico prosperou desde a publicação, em tradução portuguesa, das obras de Walter Scott. A revista Panorama (começada em 1838) deu guarida a novelas históricas em forma de folhetim, cuja influência se exerceu em, pelo menos, uma geração de autores e de leitores. > Alexandre Herculano

(1810-1877), o maior escritor nacional dos meados do século, contou-se igualmente como o principal representante do romance histórico, onde. a Idade Média - tão do agrado romântico - assumiu papel de relevo (O Babo, 1843; Eurico, o Presbítero, 1844; O Monge de Cister, 1848). Outros muitos se lhe seguiram, como fossem Rebelo da Silva (1822-71), Andrade Corvo (1824-90) e Arnaldo Gama (1828-69). O romance histórico continuou a receber os aplausos do público burguês até já bem entrado o século XX, com uma última geração de autores que floresceram

55

nos finais de Oitocentos e princípios de Novecentos (ef. capítulo XII).

A História conheceu um surto notável, com a utilização sistemática de fontes arquivísticas. Quando os governos liberais nacionalizaram os mosteiros, a maior parte dos arquivos do clero regular deu entrada nos depósitos do Estado, sobretudo no Arquivo da Torre do Tombo, onde se iniciou a sua organização e classificação. Alexandre Herculano, cujo papel foi marcante nessa recolha e organização, demonstrou talento insuperável para a História, remodelando-lhe por completo a concepção e execução, de acordo com os princípios do seu tempo. Além de várias outras obras importantes, Herculano deu início a uma monumental História de Portugal (1846-53), que não pôde ir além dos fins do século XIII. A sua obra, a sua personalidade forte e austera e a sua metodologia exerceram influência ímpar sobre os contemporâneos e sobre todas as gerações subsequentes, até à actualidade. A História, aliás, floresceria até começos do século XX.

O romance desenvolveu-se conforme às novas condições sociais e à influência de autores franceses e ingleses. Uma primeira geração de românticos (Camilo Castelo Branco, 1825-90; Júlio Dinis, 1839-71) lançou os alicerces para os excepcionais romances realistas de Eça de Queirós (1845-1900) e de outros coetâneos seus menos afamados. Wlgmata, vivendo no estrangeiro a maior parte da vida, Eça introduziu em Portugal um gosto e uma arte de -escrever de cunho internacional, conquanto insistindo sempre em temas portugueses e fustigando a sociedade burguesa com a sua sátira mordaz (o Crime do' Padre Amaro, 1876; O Primo Basílio, 1878; Os Maias, 1888).

Eça de Queirós pertenceu à chamada *geração de 1870+, Geração grupo notável de intelectuais que pouco passavam dos vinte anos de 1870 por esse tempo e que, consequentemente, trabalharam dos finais da década de 1870 aos começos do século XX. Foram eles o resultado da total abertura de Portugal ao mundo civilizado de então, com o progresso das comunicações e a maturidade da liberdade de imprensa. -Foram os expoentes do Portugal do libe-

56

ralismo, europeu, moderno, arejado, lutando por arrancar o País ao subdesenvolvimento industrial, comercial e político e o projectar nessa nova sociedade que estava assente na Revolução Industrial, na supremacia burguesa e no regime parlamentar. E, apesar de muitas vezes haverem reagido contra essa sociedade e acerbamente criticado as suas características essenciais, foram eles, ao fim e ao cabo, os seus representantes mais perfeitos e mais integrados. No que respeitou a influências estrangeiras, a geração de 1870 mostrou-se particularmente sensível aos escritores franceses Renan (critica bíblica), Michelet O (germanismo+), Vítor Hugo (luta pela liberdade, progresso) e

Balzac, os quais, por sua vez, transmitiam e difundiam outras influências, de cunho alemão e inglês. A geração de, __, 18 >70 mostrava-se anti-clerical, racionalista, positivista (ou, pelo i@@:nc@, acreditando fortemente no cientismo) e, em geral, anti-monárquica, com algun dos seus membros tendendo para um sistema

1 s

1

republicano liberal, ao passo que outros preferiam as formas de tipo socialista.

A maioria destes intelectuais estudou na Universidade de Coimbra. Foi ai que teve. início a sua afirmação e consciencialização como grupo (1865), na chamada qz@estão coimbrã, que pós frente a frente dois bandos, um, de jovens estudantes, chefiado por Antero de Quental, contestando os valores espirituais, sociais e literários do seu tempo, -é o outro, de intelectuais mais idosos (com alguns estudantes também), dirigido pelo poeta Castilho, defendendo esses valores. Anos mais tarde, em Lisboa, os primeiros reuniram-se de novo, agora num clube privado, que organizou um ciclo de conferências no Casino Lisbonense, sobre Qs aspectos modernos da literatura, história, religião, educação, etc. Estas conferências do Casino (1871) depressa se converteram em ataques ousados à ordem social e política existente, assustando os poderes públicos que, arbitrariamente, as proibiram.

A geração de 1870 teve, como principais representantes', além de Eça de Queirós, Antero de Quental (1842-92; poeta e ensaísta social), Ramalho Ortigão (1836-1915; crítico social e novelista), Teófilo Braga (1843-1924; prolifero historiador da literatura e político, futuro Presidente da República), Oliveira Martins

57

(1845-95; historiador, sociólogo e político) e Guerra Junqueiro (1850-1923; poeta muito popular, eivado de anti-clericalismo e anti-monarquismo). Mas também incluiu artistas, cientistas, professores, aristocratas, jornalistas e outros muitos, que todos contribuíram para elevar o nível da cultura portuguesa a

alturas insuspeitadas.

No domínio da ciência, Portugal desempenhou papel muito modesto. 4 ciência moderna exigia um apetrechamento cada vez maior em maquinismos caros que os habitualmente magros orçamentos de escolas e governos não estavam em condições de proporcionar. Não obstante, despenderam-se enormes esforços que conduziam à abertura de museus científicos, laboratórios, observatórios e jardins botânicos e a um florescimento moderado da ciência o qual, se não inventivo, pelo menos permitiu que se fosse acompanhando o movimento científico internacional. Desenvolveram-se as matemáticas, a geologia, a química, a botânica, a zoologia e a antropologia, sobretudo no que respeitou aos solos, à fauna e à flora de África, onde os Portugueses tinham um campo natural de investigação. Na medicina, também o século XIX foi de progresso para Portugal, nomeadamente no campo das doenças tropicais.

O movimento artístico não se acha ainda bem conhecido, excepto no que à pintura se refere. O classicismo, o neo-classicismo -e os estilos neo-medievais (românico e gótico)- exerceram o seu

impacto sobre a arquitectura, como em todo o mundo. A primeira metade do século foi marcada pelo completamento da reconstrução de Lisboa e pelo desaparecimento das últimas ruínas. Na capital, como algures no País, construíram-se numerosas igrejas, todas semelhantes mas todas relativamente puras em suas formas neo-clássicas e sóbrias de decoração. Os interiores, sobretudo no que respeita a imagens e a quadros, merecem porventura maior atenção do que o desprezo do nosso século XX lhes tem votado. Mais importantes, todavia, foram as inúmeras residências burguesas, tanto nas cidades como no campo, exibindo a opulência crescente dos seus proprietários. Teatros, estátuas, estações de caminho-de-ferro, câmaras municipais, pontes, chafarizes, ho-

58

teis e outros exemplos laicos de arquitectura civil continuam à espera do historiador imparcial. O revestimento das paredes com azulejo @-- tanto nas fachadas como nos interiores - assumiu aspectos únicos. O crescimento de Lisboa, do Porto e de outras cidades implicou um aumento da actividade construtora em extensas áreas e um melhoramento nos princípios urbanísticos. Pelos finais da centúria, uma reacção nacionalista contra o emprego de fórmulas tradicionais na arquitectura levou ao surto de uma dita escola *portuguesa+ que só viria a florescer plenamente no século XX. Essa reacção pugnou por uma *casa portuguesa+ onde a tradição e as concepções modernas harmoniosamente se dessem as mãos.

A escultura e a pintura conheceram alguns representantes dignos de nota. Soares dos Reis (1847-89) foi provavelmente o maior escultor do seu tempo. Os pintores Silva Porto (1850-93), José Malhoa (1854-1933) e Columbano Bordalo Pinheiro (1857-1929) salientaram-se de entre uma equipe numerosa de artistas excelentes,

que absorveram as tendências nacionalizantes muito mais cedo do que nos outros ramos da cultura. Em sua maioria, os pintores dessa época preferiam os temas rurais, desprezando a cidade e a sua sociedade *corrompida+. Mas apesar da boa qualidade e de uma certa originalidade da pintura portuguesa, sobretudo na segunda metade do século XIX, é necessário reconhecer a sua incapacidade para acompanhar as realizações internacionais mais avançadas do tempo. Correntes como o impressionismo, o fativismo ou o cubismo não tiveram praticamente seguidores em Portugal, onde as tendências conservadoras de públicos e de artistas sempre levaram a melhor.

Bibliografia - Entre as histórias gerais, só a História de Portugal, dirigida por Damião Peres, vol. VII, Barcelos, Portucalense Editora, 1935, assume relevância para a análise das estruturas. Existe um pequeno manual escolar, da autoria de Fortunato de Almeida, História das Instituições em Portugal, 2.a edição, Porto, Magalhães e Moniz, 1903, de grande utilidade como visão de conjunto. O Dicionário de História de Portugal revela-se, uma vez mais, de consulta imprescindível.

Sobre os aspectos demográficos e agrícolas e sobre problemática geral de comércio e economia, veja-se o excelente livro de Miriam Halpern Pereira, Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na segunda

59

metade do século XIX, Lisboa, Cosmos, 1971. Acerca de problemas da população consultem-se os dois rigorosos trabalhos de Joel Serrão, Emigração Portuguesa, Sondagem Histórica, Lisboa, Livros Horizonte, s/d. [1971] e Fontes de Demografia Portuguesa, Lisboa, Livros Horizonte, 1973. A abolição dos últimos vestígios do feudalismo foi estudada por Albert Silbert, Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista, Lisboa, Livros Horizonte, 1972. De aspectos gerais tratam igualmente as obras de Armando Castro, Introdução ao Estudo da Economia Portuguesa (Fins do séc. XVIII a princípios do séc. XX), Lisboa, Cosmos, 1947, e de Ezequiel de Campos, O Enquadramento Geo-Económico da População Portuguesa através dos séculos, 2.ª edição, Lisboa, Ocidente, 1943, enquanto a monografia pormenorizada de Vitorino Magalhães Godinho, Prix et Monnaies au Portugal 1750-1850, Paris, SEVPEN, 1955, se debruça já sobre problemas mais específicos de moeda, salários e preços, embora sem descurar uma visão de conjunto. Joel Serrão carrega igualmente material de utilidade para temas mais particularizados (incluindo problemas de cultura) nos seus Temas Oitocentistas. Para a História de Portugal no Século Passado, vol. I, Lisboa, Atica, 1959, e vol. II, Lisboa, Portugália, 1962. Sobre moeda, vale ainda a pena utilizar o clássico A. C. Teixeira de Aragão, Descrição Geral e Histórica das Moedas cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal, vol. II, 2.ª edição, Porto, Fernando Machado, s/d. Do orçamento e questões financeiras ocupou-se Armindo Monteiro, Do Orçamento Português, vol. I, Lisboa, 1921.

Temas administrativos encontram o seu historiador em Marcelo Caetano, autor de duas obras dignas de menção: uma, de carácter mais geral, o Manual de Direito Administrativo, 8.ª edição, 2 vols., Coimbra, Coimbra Editora, 1969; a outra mais especializada, A Codificação Administrativa em Portugal (Um Século de Experiência: 1836-1935), separata da Revista da Faculdade de Direito, Lisboa, 1935.

Igreja e temas religiosos em geral foram competentemente abordados por Fortunato de Almeida, na sua História da Igreja em Portugal, vols. III e IV, 2.ª edição, Porto, Civilização, 1970-71.

Sobre cultura, a visão de conjunto a utilizar é a História da Literatura Portuguesa, de António José Saraiva e óscar Lopes, 7.ª edição, Porto, Porto Editora, s/d. Consulte-se ainda o livro de José Tengarrinha, História da Imprensa Periódica Portuguesa, Lisboa, Portugália, 1965. Para os aspectos artísticos existe ainda uma excelente e desenvolvida monografia por José Augusto França, A Arte em Portugal no séc. XIX, vols. I e II, Lisboa, Bertrand, 1966.

Entre os autores do século XIX que escreveram sobre o seu tempo e que são, por isso, fontes de grande utilidade para o historiador de hoje, destacam-se Alexandre Herculano e Oliveira Martins, cujas obras se revelam indispensáveis. Veja-se sobretudo, deste último, o Portugal Contemporâneo (cobrindo o período de 1826 a 1868), 3 volumes, 7.ª edição, Lisboa, Guimarães, 1953.

2 -A Vida Política

Como sistema de doutrinas políticas, económicas e sociais, o Liberalismo era conhecido em Portugal desde fins de Setecentos. Entre os autores *iluminados+ do tempo de Pombal e de D. Maria I (cf. cap. VIII) poder-se-ia certamente detectar um corpo esboçado de doutrinação liberal ou para-liberal; contudo, as *Luzes+ como tais não o devem nem podem confundir-se com o Liberalismo, enfileirando muitas vezes até na sua mais completa oposição. Na verdade, -os Liberais defendiam uma constituição política estabelecida sobre bases populares, uma limitação severa às prerrogativas do rei, liberdade de religião, de imprensa e de palavra, liberdade de comércio e de indústria e outras muitas doutrinas *subversivas+, diametralmente opostas aos princípios fundamentais do Despotismo Esclarecido.

A Revolução Americana pôs em execução prática muitas teorias dos filósofos e ensaístas franceses e ingleses. Treze anos ,mais tarde, veio a Revolução Francesa completá-las e alargá-las na sua pragmatização. Nas décadas de 1780 e 1790, ser liberal começava a adquirir um significado preciso, de defesa de doutrinas já triunfantes algures. Crescentemente preocupada com a *subversão+ liberal, a maioria dos governos europeus foi tratando de adoptar medidas repressivas muito severas.

Em Portugal, o Liberalismo entrou pela dupla via das influências francesa e inglesa. Conquanto a primeira haja inerecido sempre o grosso das atenções dos historiadores, a segunda

61

não deve ser menosprezada. Autores como Jererny Berítham, Adam Smith e outros eram largamente citados e valorizados no País. Quanto ao impacto da Revolução Americana, ele sentiu-se, sem dúvida - sobretudo via Inglaterra -, mas com muito menos vigor do que o da Revolução Francesa.

Na difusão do Liberalismo, a Maçonaria assumiu papel de A Conhecida em Portugal desde havia muito, foi só por ocasião da regência do príncipe D. João que a actividade da Maçonaria e o número de maçons portugueses começaram a inquietar o governo. Em 1801 contavam-se cinco lojas maçónicas em Lisboa, com um grupo de filiados que incluía nobres, burgueses ricos e até alguns clérigos. O primeiro grã o-mestre português (Sebastião de São Paio de Melo e Castro), membro da nobreza e alto funcionário público, foi eleito em 1804. Perseguições de toda a ordem impediram o desenvolvimento pacífico da Maçonaria em Portugal nesses primeiros tempos, mas as Invasões Francesas vieram dar-lhe novo alento, que resultou na existência já de treze lojas em Lisboa, por volta de 1812. No Porto vários pedreiros-livres e simpatizantes seus fundaram o

p chamado Sinédrio (1818), associação secreta que contribuiu de maneira decisiva para a subversão da ordem vigente e que até, em boa verdade, foi a organizadora principal da Revolução de 1820.

Como outros veículos de difusão liberal, mencionem-se os- os exilados (a maioria dos quais em Londres e em Paris) durante a regência joanina. A par das realidades do Liberalismo, presenciando o jogo das instituições parlamentares, conceberam um programa completo de reformas políticas e económicas a estabelecer um dia na sua pátria. Os jornais e panfletos por eles fundados (O Correio Braziliense, Londres, 1808-22; O Investigador Português em Inglaterra, Londres, 1811-19; O Português, Londres, 1814-23; Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras, Paris, 1818; entre outros muitos) conseguiram entrar em Portugal, apesar de toda a vigilância da polícia, conquistando largo público. Alguns desses exilados voltaram à sua terra depois das

62

campanhas napoleónicas, tornando-se dirigentes políticos ou de influência entre todos aqueles que protestavam contra o regime vigente.

Ideologia A ideologia que triunfou em 1820 continha muitas das libásica nhas

- de ---força do Liberalismo internacional mas incluía também alguns princípios meramente portugueses. Assentava no direito à propriedade privada, do qual derivavam todas as outras liberdades: liberdade de não ser obrigado a fazer aquilo que a lei não mandasse, nem a deixar de fazer o que ela proibisse, liberdade de não ser preso sem culpa formada nem julgado excepto de acordo com a lei, liberdade de dispor, à vontade, da propriedade, liberdade de falar e de escrever sem censura prévia (embora limitada pela Igreja no que respeitava ao dogma e à moral), igualdade de direitos e de leis para todos, abolição da tortura, da confiscação de bens, da infâmia, dos açoites e de outros castigos corporais, direito para todos de serem admitidos aos cargos públicos, direito de apresentar reclamações, queixas ou petições, inviolabilidade da correspondência, abolição das leis e direitos feudais, etc. Afirmava também a soberania da nação, o princípio da lei como vontade dos cidadãos, a divisão tripartida dos poderes, etc. O Liberalismo português defendia ainda a união da Igreja e do Estado e a monarquia constitucional hereditária.

Como princípios mais nacionalistas, resultado das necessidades portuguesas, poderiam indicar-se uma certa defesa do proteccionismo e dos direitos aduaneiros elevados, em oposição ao livre câmbio com o estrangeiro, o desenvolvimento das técnicas, dos transportes e das comunicações, e uma *reforma agrária+ que pusesse fim aos grandes latifúndios detidos pela Coroa e pelas ordens religiosas. O Liberalismo português definia também a nação como *a união de todos os Portugueses de ambos os hemisférios+ (o que justificava a sua política *colonialista+, tanto em 1820-25 quanto ao Brasil, como mais tarde quanto à África), garantindo-lhes, pelo menos em teoria, direitos e deveres iguais.

63

É importante acentuar que os princípios básicos do Liberalismo se mantiveram e foram cumpridos em Portugal durante todo o período monárquico constitucional (1820-1910) e mesmo durante a 1.ª República (1910-1926). As suas várias tendências políticas não alteraram os fundamentos de base, definidos em 1820-22 e expressos claramente na primeira Constituição.

O Liberalismo pôde também triunfar porque se apresentava como restaurador das antigas *liberdades+ do reino. O prefácio à Constituição de 1822 dizia-o sem ambiguidades, ao declarar que as Cortes *... intimamente convencidas de que as desgraças públicas, que tanto a têm oprimido e ainda oprimem [à Nação], tiveram sua origem no desprezo pelos direitos do cidadão, e no esquecimento das leis fundamentais da Monarquia; e havendo outrossim considerado que somente pelo restabelecimento destas leis, ampliadas e reformadas, pode conseguir-se a prosperidade da mesma Nação ... +. Desta maneira, os Liberais condenavam em bloco todo o período da história que os precedera - período vago no que respeitava a datas, visto que alguns o limitavam aos reinados de D. Maria I e de D. João VI, enquanto outros o estendiam até aos finais da Idade Média - apresentando-se perante a Nação, mais do que como revolucionários, como

restauradores de qualquer coisa que fora destruída ou esquecida. E a adopção da palavra tradicional *cortes+ para os parlamentos constitucionais foi simbólica dessa atitude.

A Constituição de 1822 era um longo documento de 240 artigos. Seguiu sobretudo a Constituição espanhola de Cádiz, de 1812, de 1822 embora modificando-a e adaptando-a ao caso português. Depois de enumerar os direitos e os deveres individuais - porventura influenciada pela Constituição francesa de 1795 - prosseguia afirmando a soberania da Nação e aceitando a independência dos três poderes, o legislativo, o executivo e o judicial. O primeiro ficava a pertencer às Cortes (com uma câmara única, eleita directamente por todos os varões sabendo ler e escrever -excluídos os frades, os criados e alguns mais), o segundo ao rei e ao governo (composto pelos secretários de Estado que aquele nomeava), e o terceiro aos juizes. Na feitura das leis,

64

o rei dispunha apenas de *veto suspensivo+, isto é, do direito de devolver uma vez às Cortes qualquer lei com que não concordasse, expondo as razões da discordância. O governo era responsável perante as Cortes e podia ser citado por elas para explicações ou esclarecimentos. A Constituição adoptou igualmente uma espécie de regime federal para com o Brasil (seguindo a decisão régia de 1815), criando uma regência de cinco membros e um governo de três que residiriam no Rio de Janeiro. Haveria ainda um Conselho de Estado composto de treze conselheiros, escolhidos pelo rei ante proposta das Cortes, dos quais seis de Portugal, seis do Ultramar (ou seja, do Brasil) e um tirado à sorte.

Esta Constituição não vigorou por muitos anos (cf. a parte 3 deste capítulo). Era demasiado progressiva e demasiado democrática para o seu tempo. A concessão do direito de voto a todos os varões que soubessem ler e escrever punha em perigo os interesses dos proprietários e dos homens de negócios. Não satisfazia a nobreza, nem o clero (nenhum dos quais recebia quaisquer prerrogativas), nem o rei, cujos poderes ficavam praticamente reduzidos a nada. Não admira, pois, que só perdurasse menos de dois anos na sua primeira fase (Outubro de 1822 a Junho de 1824) e, mais tarde, restabelecida provisória e teoricamente apenas, de Setembro de 1836 a Abril de 1838.

Carta A segunda constituição portuguesa teve o nome de Carta ConstituciOnal Constitucional e foi geralmente conhecida como *A Carta+. O seu

nome seguia o exemplo francês (1814), copiado em vários outros países do mundo (estados do sul da Alemanha, Polónia, Brasil, etc.) e reflectia a reacção conservadora contra a promulgação de constituições populares. O imperador do Brasil, D. Pedro I, herdeiro do trono português (ef. cap. IX) outorgara uma carta constitucional ao seu novo país em 1824. Quando D João VI morreu (1826),

apressou-se a conceder outra a Portugal (29 de Abril de 1826), que seguia de perto o modelo brasileiro, influenciado, por sua vez, pelo modelo francês.

A Carta Constitucional tinha 145 artigos apenas. Os direitos do indivíduo (não se fazia menção dos deveres) estavam agora

65

colocados no fim. Em adição aos expressos em 1822, incluíam o direito aos *socorros públicos+, o direito à instrução primária gratuita, o direito a colégio e universidades e diversos outros ainda. Tal como na primeira constituição, não era expressamente concedida liberdade de religião, embora ninguém pudesse ser perseguido por motivos religiosos, desde que respeitasse a religião do Estado e não ofendesse a moral pública. Entre os direitos individuais, a Carta inseria a garantia da nobreza hereditária e suas regalias, e da dívida pública, num esforço de obter o apoio de aristocratas e de burgueses.

Além disso, a Constituição de 1826 introduzia um número grande de inovações anti-democráticas. Os poderes do Estado passaram a ser quatro, em vez de três, o legislativo, o moderador, o executivo e o judicial. O primeiro pertencia às Cortes, compostas de duas câmaras, a Câmara dos Deputados (eleita por quatro anos e sufrágio indirecto, por um número limitado de indivíduos do sexo masculino, que tivessem, pelo menos, 100\$000 réis de renda líquida anual) e a Câmara dos Pares, nomeados sem número fixo, pelo rei, vitalícia e hereditariamente -nela entrando também, por direito, o príncipe real e os infantes. O poder moderador, que a Carta considerava *a chave de toda a organização política+ pertencia privativamente ao rei que, como tal, podia nomear os pares, convocar as Cortes e dissolver a Câmara dos Deputados, nomear e demitir o governo, suspender os magistrados, conceder amnistias e perdões, e vetar as leis decretadas pelas Cortes. O poder executivo cabia ao monarca e ao governo, e o poder judicial aos juízes e jurados. Um Conselho de Estado, composto por conselheiros sem número fixo, de nomeação régia vitalícia, assistiria ao rei como cabeça do poder moderador.

Poucos dias depois da outorga da Carta, uma cascata de diplomas régios estabelecia a composição da Câmara dos Pares, que ficava a incluir um duque, 26 marqueses, 42 condes e 2 viscondes pelo lado da Nobreza (71 ao todo), mais o cardeal-patriarca de Lisboa, 4 arcebispos e 14 bispos pelo clero secular (19 no conjunto). Outra carta régia com a mesma data determinava que, para o futuro, arcebispos e bispos tomassem, de

66

A monarquia constitucional

direito, assento na Câmara dos Pares pelo simples facto da sua elevação à dignidade. Nestes termos, quase toda a alta nobreza e a totalidade da hierarquia ficavam com lugar permanente no novo Parlamento liberal.

A Carta de 1826 agradava, pois, às tradicionais classes privilegiadas, assim como aos proprietários e aos grandes burgueses. Concedia também extensos poderes ao monarca. Por tais motivos, dispunha de todas as condições de sucesso e de perdurabilidade. Com efeito, passado um breve período inicial de menos de dois anos (31 de Julho de 1826 a 3 de Maio de 1828), manteve-se, como texto fundamental do Reino, de 1834 a Setembro de 1836 e depois, novamente, de Fevereiro de 1842 até à proclamação da República, em 5 de Outubro de 1910. Ao todo, setenta e dois anos.

constituição

de 1838

A terceira constituição portuguesa durou menos de quatro anos (Abril de 1838 a Fevereiro de 1842). Compromisso entre a Constituição de 1822 e a Carta, sofreu a influência da Constituição espanhola de 1837 e ainda da Constituição belga de 1831. Atacava a Carta, na medida em que se reafirmava o princípio de a soberania residir na Nação (e não no rei), em que suprimia a Câmara dos Pares hereditária e a substituíva por uma Câmara de Senadores electiva (à qual só podiam pertencer proprietários e burgueses ricos, arcebispos e bispos, conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça, alguns lentes da Universidade e das Escolas Politécnicas, oficiais do Exército e da Marinha de elevada patente, e, embaixadores e ministros plenipotenciários) e em que aceitava eleições directas para a Câmara dos Deputados, conquanto em condições muito restritas para os eleitores. O poder moderador foi abolido mas concedeu-se ao rei a faculdade de dissolver as Câmaras e de vetar as leis.

Actos Os sessenta e oito anos consecutivos em que vigorou a Carta (1842-1910) dependeram de três Actos Adicionais, que gradualmente introduziram um sistema mais democrático e adaptaram a Constituição às várias mudanças que no País se iam registando.

67

Entre outras modificações, o primeiro Acto Adicional (1852) tornou directas as eleições para a Câmara dos Deputados e alargou a capacidade de eleitor, ao mesmo tempo que abolia a pena de morte para crimes políticos. Foram ainda consignadas disposições importantes sobre fiscalização de dinheiros públicos e sobre administração ultramarina. O segundo Acto Adicional (1885) suprimiu o pariato hereditário e limitou a cem o número de pares vitalícios de nomeação régia, para além dos de direito próprio, criando também pares electivos e temporários em

número de cinquenta; arcebispos e bispos passaram a ter assento automático na Câmara dos Pares. Pôs ainda algumas restrições ao poder moderador, alterou a duração de cada legislatura, de quatro para três anos, e garantiu expressamente o direito de reunião. O terceiro Acto Adicional (1896) restabeleceu as prerrogativas régias abolidas onze anos antes e pôs fim aos pares electivos, sem no entanto, restabelecer por completo o pariato hereditário.

A vida eleitoral >começou poucos meses após a Revolução Liberal.

As Instruções de 22 de Novembro de 1820, copiadas da lei espanhola, foram o primeiro código eleitoral português. Estabeleciam um sistema indirecto, a quatro níveis, no qual todos os *cidadãos+ - sem definição precisa do termo - eram chamados a participar. Nas juntas ou assembleias eleitorais de freguesia, aqueles elegeriam os chamados compromissários e estes, os eleitores paroquiais; estes últimos, por sua vez, nas juntas eleitorais das comarcas, elegeriam os eleitores das coniarcas; os quais, finalmente, nas juntas eleitorais de província, escolheriam os deputados às Cortes. Todos os cidadãos eram elegíveis como deputados, à excepção dos conselheiros de Estado e dos empregados da Casa Real. A representatividade foi de cerca de 1 deputado por cada 30 000 habitantes. Com o Brasil e as demais possessões ultramarinas, este facto trouxe ao primeiro Parlamento 181 representantes, dos quais 100 por Portugal metropolitano, nove pelas Ilhas Adjacentes, sete pelas possessões africanas e asiáticas e 65 pelo Brasil. Os círculos eleitorais do Continente correspondiam às 43 comarcas (subdivisões das províncias) e à cidade de Lisboa, sendo cada lista de candidatos eleita por maioria relativa.

A votação da primeira Constituição veio modificar este sistema. As eleições passaram a ser directas - via bem mais de-

68

mocrática- mas, pela primeira vez, se introduziram restrições à capacidade de ser eleito. De facto, para ser deputado tornou-se necessário possuir uma *renda suficiente+. Em vez das comarcas, o código eleitoral de 11 de Junho de 1822 estabeleceu, como círculos, um número de divisões eleitorais, 26 para Portugal Continental em vez dos 44 anteriores. Mas na totalidade, o número de deputados baixou para 118, porque o Brasil deixou de estar representado.

As primeiras eleições realizadas depois da outorga da Carta de 1826-52 Constitucional (Setembro-Outubro de 1826) reflectiram com clareza as tendências conservadoras da *nova, ordem+. Até 1852, com excepção de um curto período (1836-42), todas as eleições foram indirectas, restringindo-se consideravelmente as qualificações, tanto para eleger como para ser eleito, as quais se basearam no rendimento possuído. Para se ser eleitor paroquial, era

necessário possuir, pelo menos, 100\$000 réis de rendimento anual, para se ser

elegível pelo menos 400\$000 réis. Tais restrições reduziram enormemente o número de votantes. Colocaram a representação parlamentar nas mãos dos proprietários rurais, dos comerciantes, dos industriais e de outros poucos, e a votação parlamentar nas mãos de uma classe média, tanto rural como urbana.

Das eleições de paróquia, directas, saíam os eleitores de província, à razão de um eleitor por cada cerca de 1000 fogos. Lisboa e seu termo elegiam 48 eleitores de província. Das eleições de província é que resultavam os deputados à Câmara, num total de 138, sendo 120 pelos seis círculos ou assembleias do Continente (Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Alentejo e Algarve), onze pelos dois círculos das Ilhas Adjacentes (Madeira e Açores) e os restantes sete pelas possessões ultramarinas (Cabo Verde, Bissau e Cacheu; Angola e Benguela; S. Tomé e Príncipe; Moçambique; Goa, Macau, Timor e Solor). A primeira lei eleitoral nos termos da Carta teve a data de 7 de Agosto de 1826.

Depois da Revolução de Setembro (1836), um breve interlúdio de seis anos fez novamente as eleições directas mas mal tocou nas condições de eleitor e de elegível.

69

A lei eleitoral de 30 de Setembro de 1852 (Rodrigo da Fonseca) era um longo documento de 157 artigos que consubstanciava os princípios típicos do parlamentarismo burguês. Mantinha para o eleitor a necessidade de possuir uma renda anual líquida de 100\$000 réis, que, para o elegível, subia a 400\$000 réis, mas tornava as eleições directas uma vez mais e alterava outros pontos de somenos importância. Os deputados seriam eleitos por maioria relativa de um quarto ou mais dos votos. Se a não conseguissem, realizar-se-ia um segundo escrutínio, com vitória para qualquer pluralidade. De 1859 a 1878 a maioria relativa do primeiro escrutínio deu lugar a uma maioria absoluta.

Modificações importantes no sistema eleitoral só se registaram com a lei de 8 de Maio de 1878 (Fontes Pereira de Melo). Alargava consideravelmente o número dos eleitores, visto conceder direito de voto a todos aqueles que soubessem ler e escrever ou que, sendo analfabetos, possuíssem um mínimo de 100\$000 réis de rendimento ou fossem simplesmente chefes de família. Para mais, a idade legal baixou de 25 para 21 anos. A capacidade de votar passou, assim, a depender mais da condição cultural e da condição familiar do que da condição económica. Pela lei eleitoral de 1884 (Fontes Pereira de Melo) foi introduzido o sistema da votação com lista incompleta, o que garantia às minorias uma representação na Câmara mais ou menos proporcional aos votos obtidos. Utilizando as palavras do texto legal, *as listas de votação para os círculos de três deputados conterão até dois nomes, para os de quatro até três nomes e

para os de seis até quatro nomes, considerando-se' como não escritos os últimos

nomes excedentes, se os houver, na ordem da lista+. Era um enorme passo em frente no princípio da representatividade democrática. Como consequência lógica, aboliram-se os segundos escrutínios. A lei eleitoral de 28 de Março de 1895 (João Franco) baixou para cerca de metade a base de 100\$000 réis de rendimento necessária ao eleitor analfabeto (pela redução, de 1\$000 para 500 réis, da contribuição directa anual a ter de se pagar ao Estado) mas retirou aos chefes de família que a não pagassem e fossem analfabetos a capacidade de votar. Voltou-se, com esta lei, ao sistema da lista completa, que vigorou

70

A monarquia constitucional

até 1901. A legislação eleitoral deste ano reintroduziu o princípio da lista incompleta, que iria persistir durante um quarto de século, com poucas interrupções.

Houve numerosas leis eleitorais até aos fins da Monarquia -quinze em noventa anos -mas o seu principal objectivo esteve sempre na divisão do País em círculos. A maior parte dessas leis criou círculos de dois ou três deputados, em média, mas várias houve que introduziram o princípio do círculo uninominal. Assim a de 23 de Novembro de 1859 (Fontes Pereira

71

de Melo), estabeleceu 165 círculos, de um deputado cada, no território do Continente e Ilhas Adjacentes. Lisboa ficava divi-

72

da em sete círculos e o Porto em três. Foi o máximo do parcelamento eleitoral, quase correspondendo o círculo ao concelho. Em contrapartida, a lei de 8 de Agosto de 1901 (Hintze Ribeiro)

73

reduziu os círculos metropolitanos a um mínimo de 26, sendo 22 pelo Continente e 4 pelas Ilhas Adjacentes. A correspondência era, agora, quase de um círculo por distrito. Esta lei de 1901 teve ainda a característica de dividir as cidades de Lisboa e do Porto em dois círculos cada uma, ligados por sua vez a extensas áreas rurais adjacentes. Assim, o círculo n.º 15 (Lisboa Oriental) tinha consigo, não apenas dois bairros de Lisboa, mas também os

concelhos de Alenquer, Arruda, Azambuja, Cadaval, Loures e Vila Franca de Xira, ao passo que o n.º 16 (Lisboa Ocidental) englobava os outros dois bairros da cidade e os concelhos de Cascais, Sintra, Lourinhã, Mafra, Oeiras, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras. No Porto, o círculo n.º 5 (Porto Oriental) metia o 1.º bairro da cidade em conjugação com os concelhos de Amarante, Baião, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Marco de Canavezes, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel, enquanto no círculo n.º 6 (Porto Ocidental) entravam o 2.º bairro do Porto e mais os concelhos de Bouças, Maia, Póvoa do Varzim, Santo Tirso, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia. O único objectivo desta *ignóbil porcaria+ (como os seus inimigos lhe chamaram) estava em tentar afogar os votos urbanos -da pequena e da média burguesia, de tendência republicana- com os disciplinados votos rurais.

O número total de deputados não seguiu, com grande rigor, o crescimento, geral da população mas, apesar de tudo, a representação proporcional pôde ser mantida sem grandes excessos. Em 1820 havia 100 deputados para uns 3 milhões de pessoas no Continente (ou seja, 1/30 000). Nas legislaturas seguintes, a representatividade subiu até 1/25 000. Ainda baixou até cerca de 1/23 000 em 1859, quando o número máximo de 177 deputados foi fixado para a Câmara. Experimentou depois grandes oscilações, variando entre 1/44 000 (120 deputados; representatividade mínima, determinada em 1895 e 1896) e 1/30 000 (170 deputados em 1884). A *ignóbil porcaria+ estabeleceu-a em 1/36 000 (155 deputados), cifras que se mantinham à data da proclamação da República.

O número total de eleitores variou também. Em 1864 estavam recenseados cerca de 350 000, número que foi aumentando

74

75

correspondeu à média de um ano e oito meses por legislatura. As eleições tornaram-se, assim, em algo de corriqueiro na vida política da Nação, tanto mais que havia ainda a contar com as eleições paroquiais e as eleições municipais, igualmente frequentes. A sua organização e supervisão converteram-se em qualquer coisa de muito importante, de vital mesmo (além de oneroso), tanto para o ministério do Reino como para os partidos políticos.

Quais eram esses partidos?

Os partidos Uma organização partidária à maneira moderna entrou assás tarde na história constitucional portuguesa. Antes das décadas de 1860 e 1870 existiam correntes da opinião, grupos ideológicos, forças políticas ou o que quer que lhes queiramos chamar, mas não partidos no sentido de organismos devidamente estruturados. Frequentemente se defrontavam, sem outro nome específico,

*governo+ e *oposição+. Até 1834, as duas forças frente a frente eram os Absolutistas, defendendo a monarquia tradicional, e os Liberais, que lutavam pela Constituição. Em cada uma destas forças se distinguiam ainda tendências várias, sobretudo no lado liberal, onde aos Democratas (por vezes chamados Vintistas, visto alegarem ser fiéis à verdadeira doutrina da Revolução de 1820) se opunham os Conservadores (que desejavam um compromisso entre as tradições nacionais e os princípios do Liberalismo) e os *Burgueses+ ou grupo do Centro, que se inclinavam para um meio caminho entre os outros dois. Estas três tendências, dentro da' ideologia liberal, compuseram o Parlamento até à década de 1840, embora com rótulos variados e esporádicas coligações. Os Democratas, aliados a parte dos Burgueses, triunfaram em Setembro de 1836, ficando a ser conhecidos como Setembristas. Os Conservadores, com outra parte do Centro, permaneceram fiéis à Carta Constitucional, sendo por isso chamados Cartistas. Por volta de 1838 surgiu um novo Centro, mais ligado à Direita do que à Esquerda, que a si mesmo se denominou Partido Ordeiro.

Na década de 1840, a Direita conquistou o poder e impôs uma ditadura sob a égide do ministro Costa Cabral. Em oposição a este Cabralismo, todas as outras forças se uniram numa

76

coligação *Progressista+ que pegou em armas em 1846-47 (sendo então conhecida como Patuleia) e depois, novamente, em 1851, debaixo da bandeira de que ia *regenerar+ o País. Chamando-se a si próprios Regeneradores Progressistas, preferiram depois o primeiro ao segundo epíteto, passando definitivamente à HistóCONSERVADORES

(U,ii.t.. . p.-Mad-)

RADICAIS

(Pr-etembristas * SelembrislS)

Fig. 16 - Tempo de governo dos vários

grupos políticos antes de 1851

ria como Regeneradores. Foi deste grupo que emergiu o primeiro partido organizado, sempre fiel à mesma bandeira e ao mesmo nome, e persistindo como o mais forte e o mais qualificado de todos os agrupamentos políticos até começos do século.

Rotativismo O Cabralismo morreu sem sucessão visto que os seus lemas

e os seus objectivos vieram a ser adoptados pela Regeneração sem a violência

ditatorial que o caracterizara. Em breve, porém, se começou a esboçar uma oposição ao regime regenerador, levando ao surto de novo grupo político conhecido como dos Progressistas Históricos (visto pretender continuar o autêntico núcleo Progressista de oposição ao Cabralismo), ou, abreviadamente, dos Históricos. Este grupo reunia toda uma massa indistinta de opositores *de ala esquerda+ ao partido governante. Regeneradores e Históricos alternaram-se no poder e enfrentaram-se nas Câmaras durante mais de quinze anos, constituindo essa sucessão o primeiro período do chamado rotativismo partidário. Em 1865-68 os dois partidos tentaram uma coligação à escala governamental, mal cimentada e pouco duradoura, que recebeu o nome de Fusão e representou uma das primeiras tentativas de fazer *união nacional+ fora do esquema partidário

77

mas sem o destruir. Nos fins da década de 1860 e começos da de 1870, outros dois partidos de orientação esquerdista surgiram no horizonte político: os Reformistas e os Constituintes, este último sem grande peso nacional. Mas o sistema multi-partidário não vingou. Em 1876, Históricos e Reformistas (os Constituintes

Fig. 17 -Tempo de governo dos vários grupos

políticos 1851-1910

já haviam desaparecido) fundiram-se por sua vez no novo Partido Progressista, um verdadeiro partido no sentido moderno da palavra, com programa e estrutura bem definidos.

Regeneradores e Históricos primeiro, Regeneradores e Progressistas depois, este sistema bi-partidário que procurava imitar o rotativismo inglês tomou conta do poder durante quase cinquenta anos, geralmente pacíficos, com alguns breves interlúdios em períodos de crise. Contudo, o Rotativismo seria depressa ameaçado pelo surto de novas forças políticas e pelo declínio do próprio regime monárquico constitucional.

Em oposição intransigente surgiram, ambos na década de 1870, os partidos Republicano e Socialista, o primeiro com um formidável poder de atracção sobre as massas populares, sobretudo nas cidades. Dentro das convicções monárquicas, porém, novos partidos vieram a nascer, em luta por uma *vida nova+, princípios novos e menos corrupção política. Foi o período das cisões, das rebeliões contra os dirigentes partidários, da tentativa de afirmação de políticos mais jovens, que desejavam insuflar sangue novo nas veias de um corpo doente. Na década de 1880, dissidentes dos Regeneradores constituíram a chamada Esquerda Dinástica, que embora não conseguisse durar, conquistou, todavia, os aplausos de muitos. Entre 1900 e 1910, os dois

grandes partidos fragmentaram-se, resultando dessas cisões umas

sete ou oito facções de relativa importância. Além dos dois ramos principais, que se arrogavam a verdadeira herança do passado e mantinham a designação partidária tradicional, os mais importantes dos novos grupos foram o Partido Regenerador-Liberal (fundado em 1901, no poder em 1906-08) e a DIssidência Progressista (criada em 1905). Também os Católicos Ultramontanos se organizaram em força política que desceu à liça com o nome de Partido Nacionalista e que contava com o apoio decidido da Companhia de Jesus.

As sociedades secretas e as associações religiosas proporcionaram o enquadramento para muita actividade política. Mas a real influência que hajam exercido está ainda para ser determinada com rigor do ponto de vista histórico, já que exageros de toda a ordem se disseram e escreveram sobre o seu impacto na política governamental e na actividade revolucionária. A Maçonaria era sem dúvida a mais importante dessas sociedades. A sua acção e o número dos seus filiados aumentaram consideravelmente nos começos do século XX, tornando-se a Maçonaria quase- completamente republicana em orientação prática. Contudo, ser maçom continuava a ter muito de moda, de implicação viril, por assim dizer, e fazer parte da Maçonaria não significava necessariamente ser um revolucionário em potência. Mais ligada às massas populares e activa nos seus propósitos políticos se mostrou a Carbonária, cujo surto ocorreu nos começos do século XX, copiando o modelo italiano dos meados da centúria anterior. Entre as associações religiosas que incluíam, pelo menos para alguns dos seus membros, cláusulas semi-secretas da defesa de Deus, da fé católica inalterável, das instituições, etc., contra a *subversão+ liberal, republicana ou socialista, havia que salientar a ordem terceira da Companhia de Jesus e as associações suas aparentadas ou protegidas.

Era muitas vezes difícil encontrar diferenças precisas entre os vários partidos monárquicos. A definição de ideologias e normas de acção num programa escrito, que haveria que cumprir,

depois, até onde possível fosse, achava-se ainda longe da concepção de partido. É significativo que o Partido Regenerador, o

mais forte e de maiores responsabilidades governativas no segundo período da Monarquia Constitucional, não haja possuído um programa escrito até Janeiro de 1910, poucos meses antes da sua auto-dissolução. Os outros partidos tiveram, é certo, os seus programas, onde generalidades e escassa homogeneidade se davam as mãos. Os Regeneradores defendiam a Carta e seus Actos Adicionais (todos

decretados por eles) e insistiam no princípio da ordem pública, sob um governo, forte que garantisse o livre jogo das iniciativas privadas. Também acentuavam a necessidade de um programa desenvolvido de obras públicas, sobretudo no campo das comunicações, fomentado pelo Estado e baseado em empréstimos de particulares. O Partido Progressista era a favor de uma mais ampla revisão constitucional, divergindo dos Regeneradores em outros pontos de menos importância ligados às finanças, à economia e à organização política. Contudo, pelos fins do século XIX, estavam praticamente reduzidas a nada as diferenças reais entre os dois partidos. Os Regeneradores-Liberais, por sua vez, defendiam o fortalecimento da autoridade régia e uma intervenção muito maior do Estado na vida económica e social da Nação. Em certa medida, pretendiam representar, em Portugal, um socialismo de Estado, à maneira alemã. Todos os partidos, claro, mesmo o Nacionalista, aceitavam o corpus doutrinário liberal nas suas linhas gerais.

Teoricamente, os grandes partidos da Monarquia estavam organizados sobre uma base de centros locais, livremente eleitos pelo povo. Na prática, tais centros só existiam nas cidades. Fora delas, e até em muitas delas, o elemento básico do Partido era

o cacique ou influente local, que controlava tudo e todos. Deste modo, e para seguirmos o escritor espanhol Luís Araquistain, o poder não emanava do povo para os partidos e destes últimos para a Coroa, mas sim da Coroa para os partidos e destes para as organizações locais de caciques. O povo votava como o mandavam ou em quem pagava mais pelos votos+. Desta maneira,

80

também, o regime constitucional continuava a ter muito de monarquia absoluta *que confiava aos partidos o poder; e os partidos, manipulando cinicamente a máquina política, iam impondo esse poder a um povo na sua maior parte ignorante e indiferente.+ Como a opinião pública era escassa e só existia, de facto, numas poucas cidades, os partidos não passavam de grupos de clientes dependendo de um cacique ou de um chefe e na mira de cargos públicos. As eleições eram *feitas+ pelo governo, que as ganhava sempre mediante uma rede de autoridades locais. Consequentemente, em vez de o Presidente do Conselho ser escolhido pelo rei com base na votação popular, era o rei quem dissolvia a Câmara dos Deputados, a fim de que o governo pudesse ter maioria na Câmara seguinte, *feita+ por ele. Os Presidentes do Conselho mudavam sempre que assim o entendiam conveniente o partido mais forte, um acordo entre os partidos ou até o próprio rei. As razões variavam de caso para caso e consoante a conjuntura: muitas vezes, bastava o simples cansaço ou desgosto de governar para acarretar uma mudança; outras, o receio ante qualquer responsabilidade, um debate parlamentar desfavorável em uma das Câmaras, uma campanha de imprensa inteligentemente orientada, assuntos pessoais envolvendo um dos ministros, etc., serviam de causa.

A instabilidade dos ministérios não constituiu traço característico da Monarquia Constitucional portuguesa. Houve, de facto, períodos em que os governos não duraram muito, como por exemplo em 1820-22 (uma média de cinco meses por governo), 1826-28 (média de quatro meses), 1834-37 (média de quatro meses) e 1908-10 (média de seis meses). Mas foram épocas que corresponderam, as primeiras três, a períodos conturbados de afirmação e consolidação da Monarquia Constitucional, e a última à sua desagregação final. Entre 1837 e 1908 as médias de duração de cada ministério atingiram números bastante mais elevados, ano e meio até à Regeneração (1851) e mais de dois anos posteriormente. E houve longos Ministérios, de cinco anos e meio (Fontes Pereira de Melo, 1871-77), cinco anos (Saldanha, 1851-56), quatro anos e nove meses (Loulé, 1860-65), quatro anos

A vida política

1

e quatro meses (Hintze Ribeiro, 1900-04), quatro anos e três meses (Fontes, 1881-86), etc. Médias como aquelas e *longos+ períodos de governo como os indicados estavam, é certo, muito abaixo da estabilidade governativa dos séculos de Monarquia Absoluta. Mas eram outros os tempos e, fosse onde fosse, Liberalismo nunca se traduzia por grande estabilidade, que, para os seus adeptos, se igualava a estagnação e a corrupção. Num contexto europeu, os ministérios portugueses mostravam-se tão estáveis como quaisquer outros. E essa renovação contínua das equipas governativas permitia, aliás, a distribuição do poder por vastas secções da aristocracia e da burguesia, satisfazendo os apetites e minorando os descontentamentos. A todos podia caber a vez, quer nos conselhos da Coroa, quer nas câmaras legislativas, quer ainda nos cargos públicos. Não era uma casta que detinha o poder, mas uma ou várias classes, com ampla renovação.

A Monarquia Constitucional tem sido muitas vezes caracterizada como um regime corrupto, entendido em termos de eleições falsificadas e de suborno geral na administração pública. Os Parlamentos foram definidos como órgãos de sistemática obstrução à governação, como máquinas de oratória balofa e como arenas de desordem. Tudo isso, na verdade, aconteceu, mas seria exagero grosseiro reduzir o constitucionalismo, a alguns casos de mau funcionamento. As eleições, por exemplo, tinham pouco significado no campo, mas sem dúvida alguma representavam a opinião pública nas cidades, nomeadamente em Lisboa e no Porto. Assim, se as maiorias eram *feitas+ pelos governos na maior parte do País, não o eram nos grandes centros, exactamente nos locais onde se concentrava a burguesia comercial e industrial. Em Lisboa e no Porto, os governos perderam algumas vezes as eleições, facto que tinha sobre a política nacional uma influência muito maior do que as bastas maiorias conseguidas algures. Tal sucedeu em 1865 (Lisboa e Porto), 1870 (Porto), 1878 (Lisboa e Porto), 1890 (Lisboa), 1894 (Porto), 1899 (Porto) e 1910 (Lisboa). Nas eleições de 1860 e 1870 governo e oposição equilibraram-se na

capital. Por seu turno as minorias foram, em

82

geral, conquistadas pelo partido ou partidos não vencedores, sendo relativamente poucos os casos em que governo ou oposição arrebatarem todos os lugares dos círculos lisboetas ou portuenses. Nalguns deles, até, fizera-se acordo entre os partidos rotativos para a confecção de uma lista única ou registava-se, pura e simplesmente, defecção das hostes oposicionistas. Casos retumbantes de vitória da oposição deram-se em 1899, no Porto, e em 1910, quando os republicanos obtiveram sucessos espectaculares. Irregularidades de toda a ordem (*chapeladas+, votações de mortos, falsificações dos cadernos, etc.) aconteciam com frequência nos actos eleitorais, mas na capital, ou no Porto, as coisas passavam-se de outra maneira com raras ocorrências desse tipo, muitas vezes corrigidas. A liberdade de imprensa, praticamente sem limites (pelo menos do ponto de vista político) ajudava a construir uma consciência cívica nos grandes centros, que seria errado menosprezar.

No que respeita a suborno e à corrupção política, não temos provas de que o regime constitucional tivesse ido mais longe do que qualquer outro regime português, antes ou depois. Como sempre, o termo *corrupção+ surgia como bode expiatório para todos os sinais de fraqueza ou atraso de Portugal num contexto europeu. A perda do Brasil, a incapacidade de desenvolver os territórios ultramarinos, diversas humilhações oriundas do estrangeiro, falta de capitais, analfabetismo, tudo se apresentava a olhos de contemporâneos (e de historiadores que os seguiram) como resultado de incompetência, de irresponsabilidade, de corrupção política. Ora, o que o senso comum parece sugerir é que a fiscalização diária dos negócios públicos pela Imprensa e pelo Parlamento - por muito imperfeitos que fossem e errados que estivessem - havia de tornar essa corrupção e esses defeitos mais difíceis do que nos velhos tempos do despotismo. É uma hipótese, porém, que aguarda o seu historiador.

Bibliografia - Sobre a ideologia liberal e a sua introdução no País, existem alguns bons artigos no Dicionário de História de Portugal, dirigido por Joel Serrão, vol. II (*Liberalismo+, *Maçonaria+, *Imprensa+, etc.). Vejam-se igualmente os trabalhos recentes de Joel Serrão, *Do Sebastianismo ao Socialismo em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1969, e *Antologia do*

83

Pensamento Político Português, vol. 1, Liberalismo, Socialismo, Republicanismo, Porto, Inova, 1970. Todos estes artigos e livros inserem boas bibliografias.

As Constituições foram estudadas por Marcelo Caetano num útil livrinho de divulgação, *História Breve das Constituições Portuguesas*, 2.11 edição, Lisboa,

Verbo, 1968.

Não existe qualquer obra geral sobre as eleições e os sistemas eleitorais. Só as eleições de 1820-22 suscitaram uma análise, de Fernando Piteira Santos, *Geografia e Economia da Revolução de 1820*, Lisboa, Europa-América, 1962. Contêm igualmente dados sobre o período de 1820-1852, embora requeiram extrema precaução na sua consulta, os dois livros de Vítor de Sá, *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*, Lisboa, Seara Nova, 1969, e *A Revolução de Setembro de 1836*, Lisboa, Dom Quixote, 1969. Uma fonte de grande utilidade continua a ser o *Manual Parlamentar para uso dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, editado por José Marcelino de Almeida Bessa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901. Sobre partidos e o sistema partidário vejam-se os artigos correspondentes no tantas vezes mencionado *Dicionário de História de Portugal*, com suas bibliografias apenas.

Para aspectos gerais da estrutura política e constitucional, consulte-se o importante *Curso de Ciência Política e Direito Constitucional*, de Marcelo Caetano, sobretudo o seu vol. II, 6.a edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1972. Também as histórias gerais de Portugal contêm informes múltiplos sobre a vida política do País neste período.

3 -Os Principais Acontecimentos

Antecedentes O triunfo do Liberalismo em Portugal foi precedido por uma da Revolução conspiração abortada, de objetivos aparentemente mais políticos do que ideológicos. Os Portugueses sentiam-se abandonados pelo seu monarca; queixavam-se da constante drenagem de dinheiro para o Brasil na forma de rendas e contribuições; lamentavam o declínio comercial e o permanente desequilíbrio do orçamento; ressentiam-se da influência britânica no Exército e na Regência; etc. Em 1817, várias pessoas foram presas sob a acusação de conspirarem contra a vida do Marechal Beresford, o governo e as instituições vigentes. Depois de um breve processo e de um julgamento sumário, a sentença fez executar uns doze indivíduos, incluindo o presumível chefe da conspiração, tenente-general Gomes Freire de Andrade. Esta execução teve profunda influência no surto de uma consciência liberal entre o Exército e a burocracia. Longe de evitar futuras rebeliões, apenas serviu para as estimular, uma vez que os opositores ao regime, e com eles muitos outros até então indiferentes, se convenceram da tirania dos governantes e da impossibilidade de conseguir, por meios pacíficos, quaisquer modificações no statu-quo.

Diga-se de passagem, e em abono da verdade, que a Regência estava inteirada, até certo ponto, da gravidade da situação, tendo sugerido ao governo no Brasil várias maneiras de a solucionar. Mas o que a preocupava, sobretudo, eram os aspectos econó-

micos e financeiros, para o que propunha reduções nas despesas e tímidas reformas na administração. Longe de Portugal, nem rei nem governo se davam plena conta das tensões políticas e económicas existentes, ao passo que a Regência, para agradar aos governantes, procurava sempre ignorar certos factos ou diminuí-los em gravidade.

Nos começos de 1820, o Liberalismo triunfou em Espanha. Intensificaram-se os contactos entre espanhóis e conspiradores portugueses. Beresford resolveu ir ao Brasil, a fim de conseguir poderes mais amplos, tanto para melhorar o estado do Exército como para conjurar o perigo liberal.

Aproveitando-se desta ausência, o Exército revoltou-se no Revolução Porto (24 de Agosto de 1820), alcançando, em poucos dias, a adesão de todo o Norte. Formou-se uma *Junta Provisional do Governo Supremo do Reino+ sob a presidência do brigadeiro-general António da Silveira. Os seus principais objectivos consistiam em tomar conta da Regência e em convocar as Cortes com o fim de adoptar uma Constituição. Em Lisboa, a Regência tentou resistir, denunciando os revolucionários como inimigos da Pátria. Mas não pôde evitar um segundo levantamento (15 de Setembro), desta vez na própria capital, que, triunfante por seu turno, expulsou os regentes e se constituiu como Governo Interino sob a presidência nominal de Freire de Andrade (Principal Decano da Sé de Lisboa e parente do mártir de 1817). Pela mesma ocasião, os revolucionários nortenhos iniciavam a marcha sobre Lisboa. Em 28 de Setembro, Norte e Sul fundiram-se numa nova Junta Provisional, onde o Principal Freire de Andrade detinha a presidência, passando a vice-presidência para António da Silveira. Os verdadeiros chefes da Revolução, contudo, eram Fernandes Tomás, Ferreira Borges e Silva Carvalho, todos três juristas e burocratas, os quais, conjuntamente, tomaram conta das pastas do Reino e da Fazenda.

O novo governo quase nada fez, para além da organização de eleições para as Cortes.' Realizadas elas em Dezembro de 1820, saiu eleita uma maioria burguesa de proprietários, comerciantes e burocratas que desde logo solicitou, em termos firmes, a D.

João VI, que regressasse a Portugal. Pondo termo à Junta Provisional, as Cortes elegeram (Janeiro de 1821) um novo governo e uma nova regência (presidida pelo conde de Sampaio) para governar o País na ausência do monarca.

Regresso D. João VI chegou a Lisboa em Julho de 1821, depois de ter D. João VI jurado as bases da futura Constituição. Muitos liberais olharam-no com desconfiança, vendo nele o dirigente natural de uma corrente de opinião

conservadora e anticonstitucional. Todavia, D. João VI não traiu o seu juramento desde logo, aceitando com certa boa vontade tudo aquilo que as Cortes e os governos lhe foram impondo. É verdade que escolheu sobretudo ministros conservadores mas, no conjunto e durante dois anos, comportou-se bem para um primeiro monarca constitucional. Os dirigentes do movimento absolutista achavam-se antes na rainha Carlota Joaquina e no seu filho, o infante D. Miguel.

Os *Liberais+ estavam longe de unidos. A maior parte dos juristas e dos burocratas, defendendo os princípios revolucionários das ideologias americana e francesa, exigiam Cortes eleitas por todos, independentemente da classe social a que pertencessem, advogavam a necessidade de uma Constituição e clamavam por reformas profundas na administração pública, prelúdio à instituição de uma autêntica ordem nova. Queriam, em suma, uma Revolução. Entre eles, aliás, ainda se distinguiam várias alas. Pelo contrário, a maior parte dos militares que haviam efectivado e comandado a rebelião visavam objectivos muito mais moderados, como fossem o regresso do rei, o fim da influência inglesa no Exército, e a convocação das Cortes tradicionais com representação das três ordens (clero, nobreza e povo). No que todos concordavam, era em pôr fim à autonomia do Brasil e em regressar à antiga situação de Portugal para com a sua ex-colónia.

Juristas e burocratas dominaram algum tempo. Controlaram as Cortes, redigiram uma Constituição altamente progressiva, encetaram a tarefa revolucionária de mudar instituições e abolir privilégios, decretaram liberdade de imprensa, extinguiram a Inquisição, e assim por diante. A maior parte dos membros do go-

87

verno eram burocratas. Facções do Exército, comandadas por militares de altas patentes, tentaram golpes de Estado e até rebeliões armadas, mas fracassaram.

A independência do Brasil (Setembro de 1822) infligiu UM A Contragolpe mortal nas Cortes liberais e emprestou a estes últimos Revolução grande impopularidade. Muita gente se dava agora conta de que um dos principais objectivos da Revolução, o de trazer de novo o Brasil à condição de colónia, falhara, disso culpando as Cortes. Por outro lado, muitas das inovações deparavam com a resistência da grande maioria da população, que as não compreendia, já sem falar do clero e da nobreza, atingidos na sua essência. O partido liberal, no poder, depressa se viu isolado e alho de apoio. A rainha Carlota Joaquina recusou-se a jurar a Constituição, o que lhe valeu enorme popularidade. Na vizinha Espanha, o exército francês intervinha, a fim de restaurar o regime absoluto (Abril de 1823).

Nestas circunstâncias, foi relativamente fácil ao partido anti-liberal pegar em armas em Vila Franca de Xira e proclamar também a restauração do Absolutismo (Maio de 1823). Contudo, D. João VI rejeitou a ideia de voltar simplesmente ao

passado. Tentando um compromisso, prometeu antes ao País uma Constituição modificada e melhorada, ao mesmo tempo que decretava a dissolução das Cortes para agradar aos vencedores. Desta forma, o rei, -com muita prudência, tentava conjurar futuras rebeliões do lado vencido.

Embora o infante D. Miguel se apresentasse como a cabeça do movimento anti-constitucional conhecido por Vilafrancada, não era de facto mais do que um instrumento nas mãos de vasto grupo de pessoas, onde alguns dos revoltosos de 1820 desempenhavam papel de relevo. Todavia, e exactamente como sucedera em 1820, a contra-revolução podia agora definir-se como um movimento contra qualquer coisa, mais do que a favor de um ideário e de uma acção precisos. Tudo isto se tornou claro à medida que o tempo foi passando e os contra-revolucionários se dividiram numa ala direita extremista, chefiada por D. Miguel e por sua mãe, e numa ala moderada do centro, simbolizada pelo rei e

88

pelo governo. Descontente e impaciente, a primeira voltou a conspirar e revoltou-se uma vez mais em Abril de 1824 (Abrilada). D. João VI procurou refúgio a bordo de um navio de guerra inglês surto no Tejo e, daí, apoiado pela Inglaterra, obrigou D. Miguel a submeter-se. O infante deixou o País e o partido do Centro voltou ao poder. Até à morte do rei (Março de 1826), Portugal foi governado por um absolutismo moderado, ainda que, sem dúvida, mais virado para a Direita do que para a Esquerda. A prometida Constituição nunca se concretizou, anunciando até o monarca a sua intenção de convocar as Cortes à maneira antiga. Numerosos liberais fugiram do País, exilando-se em Inglaterra e em França.

Sucessão de A morte de D. João VI veio criar um problema de difícil resolução. O filho primogénito, D. Pedro, era o imperador do Brasil. E embora ninguém tivesse, até à data, posto em dúvida os seus direitos ao trono de Portugal, parecia óbvio que nem brasileiros nem portugueses aceitariam uma reunião das suas coroas, mesmo com estatutos separados e autónomos. Assim, D. Pedro, aclamado em Portugal como D. Pedro IV logo que seu pai morreu, abdicou sem demora (uma semana depois de o falecimento do rei ser conhecido no Brasil) a favor de sua filha Maria da Glória - uma menina de sete anos -, sob a condição de ela casar com seu tio D. Miguel, ao qual era confiada a regência do Reino. Ao mesmo tempo, D. Pedro outorgava a Portugal uma constituição conservadora (Carta Constitucional), apressadamente redigida. Concedeu também uma amnistia e nomeou os primeiros Pares do Reino, escolhidos, tanto entre os partidários do Absolutismo como do Liberalismo. Pedro IV tentava assim continuar a política de compromisso de seu pai, até ao extremo de chamar D. Miguel, cabeça da facção extremista, e de lhe confiar plenos poderes governativos durante, pelo menos, onze anos.

Em Portugal, e apesar de muita gente criticar as abruptas decisões de D. Pedro (tomadas sem primeiramente jurar o tradicional voto de fidelidade à Nação) e

rejeitar a ideia de uma Constituição, aquela solução foi geralmente aceite. A regente interina, infanta Isabel Maria, fez aclamar a nova rainha (D. Maria II) e jurar a Carta em todo o País, organizando ao

89

mesmo tempo as eleições para as novas Cortes. Em Viena (onde D. Miguel estava a residir), o Infante e futuro regente aceitou as condições de seu irmão, jurou a Carta e realizou os sponsais com a sobrinha. Nos fins de 1827 deixou a Áustria, chegando a Portugal, via Paris e Londres, em Fevereiro de 1828.

Já então se desvanecera por completo o primitivo clima de conciliação. Os Liberais, dotados novamente de uma constituição e de um parlamento, gritavam vitória e exibiam-se nas ruas em manifestações arrogantes. Os Absolutistas davam-se conta de que a manutenção do statu-quo significava derrota e um regresso ao odioso período constitucional. Não tardaram a invocar toda a espécie de razões para provar que D. Pedro não tinha direito à coroa - visto que proclamara a independência do Brasil e traíra, conseqüentemente, Portugal - e que, portanto, não a podia transmitir a ninguém. D. Miguel, alegavam, era o legítimo herdeiro e soberano. Aqui e além registaram-se levantamentos militares e guerrilhas. Por curto espaço de tempo, em 1826-27, houve mesmo um esboço de guerra civil com auxílio espanhol.

O governo tinha pouca força, e menos decisão para conter as erupções de violência. Mas era claro que se inclinava mais para a corrente absolutista do que para a liberal. A fim de se proteger a si próprio e à situação vigente, solicitou até ao governo inglês o envio de um contingente militar que se manteve estacionado em Lisboa durante algum tempo.

De regresso ao País, D. Miguel jurou novamente fidelidade à Restauração a D. Pedro e a D. Maria II, assim como à Constituição. Estava, todavia, sujeito a pressões constantes, oriundas de todas as classes sociais e, principalmente, dos seus conselheiros mais chegados, para esquecer juramentos e se fazer proclamar rei absoluto. Os governos austríaco e espanhol também se mostravam favoráveis à restauração do Absolutismo. Em Março de 1828, D. Miguel dissolveu as Cortes, voltando a convocá-las em Maio seguinte, mas à maneira antiga, por ordens. Nelas foi proclamado rei (Julho de 1828), ao que imediatamente anuiu. As potências estrangeiras retiraram os seus representantes diplomá-

90

ticos até 1829, data em que quase todas elas - mas não as três principais, Inglaterra, França e Áustria - formalmente reconheceram a realeza miguelista.

A oposição liberal reagiu com um levantamento militar no Porto e noutras partes

do País, que fracassou. Outras conspirações falharam também. Como consequência, uma repressão violenta caracterizou os seis anos de regresso ao regime absolutista. Milhares de liberais fugiram de Portugal, milhares de outros foram presos e sujeitos, no cárcere, às piores condições possíveis, dezenas foram executados ou assassinados. As perseguições atingiram todos os aspectos da vida nacional, ultrapassando o despotismo pombalino, de cinquenta anos atrás. Contudo, a maioria da população aplaudiu tais medidas e emprestou ao regime um carácter de popularidade, porque via nos liberais ateus empedernidos, inimigos da Nação e culpados dos piores crimes.

O regime despótico de D. Miguel constituiu o prelúdio de uma violenta luta civil. O rei foi incapaz de se rodear de ministros e conselheiros competentes, com o resultado de que, tanto a sua política interna como a externa, se caracterizaram por uma sucessão de actos imprevidentes, inoportunos ou desastrosos. Após 1831, o governo absolutista conseguiu, a pouco e pouco, alienar todo o apoio estrangeiro que até então obtivera, mesmo o da vizinha e reaccionária Espanha (visto ter auxiliado as pretensões de D. Carlos contra seu irmão, o rei Fernando VII). Longe de beneficiar com o regresso ao Absolutismo, a situação económica e financeira piorou ainda mais.

Começos da No entretanto, o rei-imperador Pedro enviara D. Maria II Guerra Civil. para a Europa. A presença da jovem rainha em Inglaterra deu

Os Açores novo alento aos milhares de exilados, ao passo que dinheiro

vindo do Brasil (nos termos do tratado de paz de 1825) ajudava a preparar uma expedição que pôde desembarcar nas praias da Terceira, em começos de 1829. A ilha revoltara-se contra D. Miguel e sustentara com galhardia a causa liberal durante mais de um ano. Grande número de exilados e de elementos locais organizaram um governo provisório em Angra e uma regência

91

chefiada pelo marquês de Palmela. A jovem soberana regressara entretanto ao Brasil, esperando melhores dias.

Os Absolutistas tentaram em vão submeter a Terceira. Pelo contrário, foram os Liberais que, a pouco e pouco, conquistaram todas as outras ilhas dos Açores. No Brasil, as circunstâncias haviam forçado D. Pedro a abdicar em seu filho D. Pedro II (1831), o que lhe deu plena liberdade de acção e renovado estímulo para tentar recobrar a coroa portuguesa. Deixando o Brasil com sua mulher e a jovem rainha, dirigiu-se a Inglaterra e a França, e assumiu o comando directo da causa liberal. O governo francês, favorável aos Liberais desde a revolução de 1830, não levantou quaisquer obstáculos a que fosse organizada, em seu território, uma nova expedição militar com o propósito de libertar Portugal do jugo absolutista. Chegando à Terceira (Março de 1832), D. Pedro substituiu Palmela como regente e

partiu para Portugal com os seus, em Junho de 1832. Compunham a expedição uns 7 500 homens, incluindo 800 mercenários franceses e ingleses. O desembarque efectuou-se em Julho, perto do Porto (praia de Pampelido, Mindelo). Apanhadas de surpresa, as forças absolutistas que protegiam a cidade bateram em retirada, deixando os Liberais entrar no Porto quatro dias mais tarde, quase sem derramamento de sangue.

Começara assim a guerra civil no Continente. Iria durar A Guerra dois anos, causando apreciáveis estragos, mortes e feridos. Acabou de arruinar também a já de si desastrosa economia nacional, entregando liberais e absolutistas à mercê dos credores externos. Ingleses, franceses e vários outros tomaram o seu quinhão da riqueza pátria e impuseram ao País um controle maior do que nunca. Auxílio estrangeiro e interferência estrangeira directa nos assuntos internos de Portugal iriam caracterizar a conturbada história do constitucionalismo monárquico até à década de 1840. Representantes diplomáticos das potências europeias actuaram muitas vezes como conselheiros do rei e dos governos.

No começo, a guerra civil assumiu as características de um duelo desigual, entre um punhado de exilados liberais, ajudados pela França e pela Inglaterra, e a esmagadora maioria da nação,

92

apoiada num exército regular de mais de 80 000 homens. Contudo, os Liberais tinham a vantagem de lutar por um ideal novo e puro, praticamente por experimentar, o que lhes permitia uma propaganda eficaz. Podiam prometer muito, anunciar um regime de prosperidade e de liberdade para todos, comparar um passado e um presente dúbios e corruptos com um futuro pleno de glória. A legislação teórica de Mousinho da Silveira, promulgada nos Açores, exerceu igualmente o seu impacto nas mentes dos soldados absolutistas e de muitos outros seguidores do Miguelismo. Além disso, os Liberais tinham consigo a nata da inteligência portuguesa, os melhores advogados e juristas, burocratas, médicos, cientistas e escritores, ao lado de um grupo significativo de jovens, ousados e combativos. Se contavam com poucas patentes elevadas, dispunham, por outro lado, de alguns oficiais jovens de enorme talento militar. A supremacia na direcção das operações pertenceu, desde o começo, aos Liberais, que nunca a perderam, orgulhosamente exibindo chefes militares como Saldanha, Vila Flor e Sã Nogueira. Por último, convém salientar que os Liberais lutavam com desespero pelo seu regresso à Pátria, pelo direito de viverem na terra que era sua, enquanto, para os Absolutistas, derrota não significaria necessariamente morte ou exílio. Num regime de liberdade podiam caber todos, ao passo que num regime de despotismo se tinham de excluir muitos.

Contudo os Absolutistas não cederam com essa facilidade. Depois das desorientações iniciais, voltaram a organizar-se e foram cercar o Porto. O cerco durou um ano, mas os Liberais, ao lado da população da cidade que acabou por

Dificuldades O fim da guerra civil não significou estabilidade para o País. Os Liberais achavam-se minados por divisões internas e a reintegração dos Absolutistas na família política só contribuiu para piorar a situação. Exacerbaram-se as inevitáveis perseguições contra o lado vencido, com os confiscos e as destruições acom* E não convenção, como depois se disse.

95

panhantes. A ala direita robusteceu-se mas a ala esquerda tornou-se igualmente mais agressiva. Os oficiais e todos aqueles que haviam lutado pela causa liberal queriam agora a recompensa pelos seus serviços. Os mais impetuosos e afamados chefes militares (Saldanha, Terceira e outros) lutavam pelo poder e olhavam-se como dirigentes naturais da Nação. Sem prática de constitucionalismo, a maioria dos governantes tendia para uma ditadura disfarçada que os trazia em conflito quase permanente com as Cortes. No seio destas últimas também se manifestava oposição, por vezes revestida de aspectos violentos, entre Câmara dos Pares e Câmara dos Deputados. E assim por diante.

O regente D. Pedro foi a primeira vítima do sistema que tanto contribuía para implantar. Acusaram-no de ditador e censuraram-no pela sua transigência para com D. Miguel. A sua impopularidade cresceu, tanto entre a ala esquerda como entre muitos dos seus antigos fiéis. Velo porém, a morrer, tuberculoso, poucos meses depois (Setembro de 1834). De preferência a uma nova regência, as Cortes e o governo resolveram decretar a maioria da jovem rainha D. Maria II, com quinze anos apenas. Para chefiar ministério a soberana nomeou o duque de Palmela, que constituiu um governo de centro-direita, apoiado pelos terratenentes, os ricos comerciantes e banqueiros, a Igreja e a maioria dos antigos aristocratas.

Até 1836 os conservadores mantiveram-se no poder. Palmela, os Terceira e Saldanha, aliados a uns quantos moderados, controlaram os governos, tentando introduzir um simulacro de ordem A O Poder

e injectar alguma prosperidade num país completamente esgotado e ainda sangrando da guerra civil. Eram apoiados pelas potências europeias que neles viam os símbolos e as garantias de um constitucionalismo moderado, à inglesa, dependente de créditos estrangeiros e empenhado no seu pagamento Foi também por sua influência que a rainha se consorciou com um príncipe alemão, Augusto de Le`uchtenberg (Janeiro de 1835) e, quando este subitamente morreu, dois meses mais tarde, com um outro alemão, Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha (Janeiro de 1836). O príncipe recebeu o título de comandante-em-chefe do Exército.

96

Ao nascer o seu primeiro filho (1837), foi proclamado rei-consorte com o título

de Fernando II.

A conturbada situação do País e a fraqueza dos diversos governos que uns aos outros se sucederam tornou os conservadores impopulares, sobretudo nas grandes cidades. A oposição esquerdista na Câmara dos Deputados, dirigida por Manuel Passos (mais conhecido por Passos Manuel) mantinha o governo sob fogo constante. O Parlamento foi dissolvido (Junho de 1836) mas, nas eleições que se seguiram, a oposição conseguiu triunfar em vários círculos, nomeadamente no Porto. Quando o seus deputados chegaram a Lisboa, a guarnição da cidade revoltou-se, com apoio popular, obrigando o governo à demissão (Setembro de 1836). Um novo ministério, em que Passos Manuel era a figura dominante, tomou conta do poder, aboliu a Carta e pôs em vigor a Constituição de 1822. As eleições realizadas pouco depois deram-lhe uma maioria que pôde gizar nova constituição, mais avançada do que a Carta mas muito mais moderada do que a de 1822.

Setembrismo O *Setembrismo+, ou seja a política resultante da revolução

de Setembro, evoluiu rapidamente para um compromisso Centro-Esquerda, em que o moderado visconde de Sã da Bandeira (o ex-herói da guerra Sã Nogueira) veio a prevalecer sobre Passos Manuel, mais virado à esquerda. A revolta de 1836 fora sobretudo uma reacção da burguesia industrial urbana, aliada à classe média dos comerciantes (e ambas aclamadas pelas classes inferiores) contra o predomínio dos proprietários rurais e da alta burguesia. Mas depressa se tornou evidente que os vencedores não dispunham da força indispensável para levar a efeito um programa radical seu. Para mais, embora os seus interesses se mostrassem geralmente urbanos, contradiziam-se internamente, opondo os ricos industriais aos pequenos comerciantes e até a proletários. o governo ditatorial de Passos Manuel (conquanto lhe não pertencesse a direcção nominal) caracterizou-se Por algumas medidas importantes e revolucionárias mas não conseguiu durar: oito meses depois, Passos cedia o poder a elementos mais moderados.

97

O Setembrismo manteve-se em teoria até 1842, embora os seus traços característicos tendessem a mostrar-se cada vez menos radicais. Ainda por cima, teve de lutar contra tentativas constantes de restauração da Carta, que o foram enfraquecendo: logo em Novembro de 1836, a rainha e a sua clique de palácio tentaram um golpe de estado que fracassou (Belenzada); de Julho a Setembro de 1837, os Cartistas pegaram em armas e criaram um simulacro de guerra civil, sob o comando de dois prestigiosos marechais, Saldanha e Terceira, movimento que ficou conhecido na História pelo nome de Revolta dos Marechais; outras conspirações, menos importantes foram ainda descobertas. Do lado contrário, os Esquerdistas mais avançados também se revoltaram em Lisboa contra aquilo a que chamavam a traição à Revolução de Setembro. Como consequência fatal, o governo tendeu a pôr em relevo o problema da ordem pública e a deslizar para o

autoritarismo. A partir de 1839, o ministro da Justiça, Costa Cabral (um ex-radical) surgiu a todos como o homem forte e praticamente o chefe do governo, encarado pela Coroa e pelas Direitas como a mais segura garantia da ordem e da prosperidade.

O passo final foi dado em Fevereiro de 1842, quando o pró-Cabraldis-o prio Costa Cabral proclamou a restauração da Carta no Porto, num golpe-de-estado pacífico. A rainha nomeou novo governo, presidido pelo duque da Terceira, mas onde Cabral, como ministro do Reino, era o verdadeiro dirigente. O Poder voltara assim às mãos da Direita, mas agora sob a direcção de um estadista competente e autoritário, que sabia como governar e como fazer-se obedecer.,

O Cabralismo adoptou a bandeira da ordem e do desenvolvimento económico. Como tal, estabeleceu no País um regime de repressão e de violência, muitas vezes comparável ao despotismo miguelista. Mas ao contrário de D. Miguel, Costa Cabral não pretendia voltar ao passado nem às suas estruturas obsoletas; o que lhe interessava era o desenvolvimento de Portugal numa via progressiva, sobretudo nos campos das obras públicas e da administração. Muitas das suas reformas iriam por isso durar,

98

mesmo depois de o seu nome se ter convertido em anátema para * maior parte do cidadãos.

Q despotismo impudente de Costa Cabral, em contraste com * seu respeito teórico pela Carta e pelas liberdades nela consignadas, aliado à sua incapacidade, ou falta de vontade, de levar a violência aos seus últimos limites e se desembaraçar de toda a oposição, resultaram na mais terrível e mais longa guerra civil que se registou entre os Liberais. Note-se, aliás, que o pretexto para a rebelião geral, a fagulha que desencadeou o incêndio, foi uma lei altamente progressiva que visava proibir os enterros nas igrejas, confinando-os aos cemitérios. O aumento nas contribuições constituiu outro motivo, este mais sério e mais generalizado, para a revolta. Já em 1844 se verificara um levantamento militar, que fracassou. Dois anos depois, todavia, o povo rural do Minho levantou-se em armas com a participação activa de muitas mulheres. Uma delas, cognominada a Maria da Fonte, converteu-se em figura lendária, vindo a dar o seu nome a todo o movimento.

A *Maria A Revolução da Maria da Fonte - também chamada Patuda Ponte+ leia na sua segunda fase, de *pata ao léu+, o que revela o seu

carácter popular - teve características muito complexas. Conjugou diversas forças contraditórias, que incluíam antigos absolutistas e partidários de D. Miguel, radicais esquerdistas, moderados, e até cartistas da Direita revoltados contra a violência dos métodos cabralistas e a corrupção infrene do regime. Teve

consigo generais, aristocratas, clérigos, burgueses, proletários e

trabalhadores rurais. E revestiu-se de aspectos muito interessantes de organização popular revolucionária (que esperam o seu historiador), na forma de Juntas locais que detiveram o Poder por algum tempo à escala regional,, recusando-se a -obedecer ao governo central, fosse ele o da rainha, fosse ele o da Revolução.

A primeira fase da Maria da Fonte durou apenas um mês (Abril-Maio de 1846) e encerrou-se com a salda de Costa Cabral do governo. Ele e seu irmão José Bernardo abandonaram o País, enquanto o Duque de Palmela organizava um ministério de coligação, formado por cartistas moderados e setembristas também

99

Fig. 19-A *Maria da Fonte+, 1846

1 - Concelhos que se revoltaram 3 - Locais onde foram constituídas

contra o Governo

Juntas

2 - Fonte Arcada, provável origem 4 - Outros locais revoltados

da revolta

100

moderados. Foi governo, todavia, que não agradou a ninguém, antes suscitou contra si tanto cabralistas quanto esquerdistas, sem falar dos Absolutistas, interessados na destituição da própria rainha. Desta fraqueza governativa resultou uma situação confusa e conturbada, cheia de perigos no horizonte, que se arrastou durante algum tempo, preocupando as potências estrangeiras e principalmente a Espanha, onde se receavam rebeliões de tipo radical em conjunção com os Portugueses. Para mais, D. Maria II e seus conselheiros entraram também no jogo político, obrigando Palmela a demitir-se (Outubro de 1846) e nomeando, em seu lugar, Saldanha para chefiar um governo de força. Foi o sinal para a guerra civil em larga escala: a Junta do Porto que, como a maior parte das outras Juntas, se não dissolvera, pegou novamente em armas, arrastando consigo todo o Norte, parte da Beira, o Alentejo e o Algarve. Aqui e além, nos territórios ainda fiéis a Lisboa, reapareceram guerrilhas. Muitos revoltosos projectavam, agora, depôr a rainha e substituí-la pelo príncipe herdeiro D. Pedro, ou até proclamar uma república.

A guerra prolongou-se por oito meses, com resultados geralmente favoráveis aos rebeldes. A sua vitória final, contudo, implicaria a abdicação de D. Maria II e a subida ao poder de um governo dominado pelos radicais. Ora, nem a Inglaterra nem a Espanha estavam dispostas a admitir tal possibilidade. E, nessa recusa, os

dois países eram activamente apoiados pelo próprio governo de Lisboa. Saldanha solicitou, assim, a intervenção estrangeira. Um exército espanhol entrou em Portugal, ao mesmo tempo que uma esquadra inglesa bloqueava o Porto. Em Gramido, lugarejo perto do Porto, os revoltosos foram constrangidos a depôr as armas, assinando um tratado (Junho de 1847) que aliás lhes tributava todas as honras e lhes garantia todos os direitos.

2.a fase do A paz imposta pela chamada *convenção de Gramido+ trouxe como consequência o regresso dos Cabrais. Saldanha

ainda se manteve à testa do governo durante algum tempo, com eles coligado, mas intrigas de palácio e acusações de corrupção levaram à sua queda em Junho de 1849. Costa Cabral, já então

Os principais acontecimentos

101

Fig. 20-A Patuleia, 1846-47

1 -Área do País que aderiu ao 5-Marcha do barão do Casal

movimento à data da convenção 6 - Marcha de Sã da Bandeira do Gramido

7 -Marcha de Saldanha e do e

2 - Porto, capital do movimento das Antas

onde

3 - Locais onde foram constituídas 8 -Expedição de Sã da Bandeira

Juntas 9 - Batalhas

4 - Outros locais ligados à revolta

102

A monarquia constitucional

feito conde dá Tomar, reassumiu a plenitude do poder, desta vez como Presidente do Conselho. Voltara o Cabralismo, embora numa forma mais moderada e menos violenta. Saldanha, pessoalmente ofendido com o governo, com a rainha e com a sua clique, tornou-se o chefe da oposição. O seu enorme prestígio militar e a sua ingenuidade política faziam-no bem-vindo pela Esquerda e pelo Centro, não obstante as suas anteriores alianças com a extrema Direita, nomeadamente com o próprio Costa Cabral.

Em Abril de 1851, Saldanha revoltou-se uma vez ~, sendo apoiado por um pronunciamento militar no Porto. Ao novo movimento chamou a *regeneração de

Portugal+, passando os seus partidários a ser conhecidos como *regeneradores+. O governo cabralista demitiu-se e a rainha foi obrigada a encarregar Saldanha de constituir novo gabinete.

Regeneração A rebelião estava na forja havia muito e compreendia algumas das melhores cabeças do Portugal de então, incluindo o grande escritor Alexandre Herculano que, durante algum tempo, teve papel de relevo na sua preparação e definição de objectivos.

O ministério Saldanha (o quinto que chefiava) reuniu personalidades competentes e adestradas, tais como Rodrigo da Fonseca (Reino), Fontes Pereira de Melo (Fazenda e, mais tarde, Obras Públicas), António Luís de Seabra (Justiça), Almeida Garrett (Estrangeiros), e outros vários. Sofreu, aliás, diversas transformações. Politicamente, começou por ser apoiado por uma vasta e notável coligação de moderados, direitistas e esquerdistas que mereceu o aplauso da maioria da Nação e lhe permitiu manter-se no poder durante cinco anos.

O País estava visivelmente cansado de tanta agitação política, e desejava paz. A burguesia, sobretudo, pretendia um governo forte mas maleável, que lhe garantisse tranquilidade e expansão económica. O prestígio de Saldanha servia a primeira, os planos de fomento de Fontes asseguravam a segunda. Politicamente, também, o regime liberal e a monarquia constitucional haviam alcançado a maturidade, o que queria dizer, em termos práticos, um máximo de liberdade para um pequeno grupo, um

Os principais acontecimentos

103

monarca dócil e não-interferente, um estado de equilíbrio entre as várias classes e grupos sociais, e uma inteligente manipulação da máquina política. O período do idealismo chegara ao fim. Problemática económica e administrativa substituíam-se ao ideário político em termos de programa de governo. O Acto Adicional de 1852, de par com a nova lei eleitoral, pôs termo à divisão entre cartistas e setembristas, tornando a Carta aceitável praticamente por todos. A expansão industrial, financeira e mercantil do País, em paralelo com a da Europa, harmonizava os interesses de industriais, banqueiros, comerciantes e proprietários rurais aos vários níveis, unificando, para objectivos comuns, alta, média e pequena burguesias. Entre aristocratas e burgueses, as diferenças foram-se minimizando. De 1851 até ao surto do Partido Republicano, nas décadas de oitenta e noventa, pode dizer-se que não houve, em Portugal, *oposição+ real às instituições, às formas de governar e às políticas ou estruturas económicas e sociais. De tempos a tempos verificaram-se umas quantas tentativas de criar essa oposição, por parte de alguns intelectuais ou alguns despeitados, ou a partir de alguma conjuntura desfavorável, mas sempre em vão. Esta firme manutenção do poder por uma burguesia unificada iria durar meio século e impedir quaisquer veleidades de rebelião por parte das classes inferiores. Em resumo, poder-se-ia dizer que, com o ano de 1851, se conseguiu a adaptação final do País às novas condições nascidas da perda do Brasil e do ruir do antigo regime.

D. Maria II morreu em 1853, de parto. Conquanto Muito
respeitada como pessoa e como mãe, a sua conduta como rainha
Luís

De D. Mar
a D.

constitucional merecera frequentemente as mais acerbas críticas. Era patente o seu gosto pela intervenção política e a sua tendência para o favoritismo na escolha dos ministros. Cercava-se de conselheiros estrangeiros, desde o marido até aos representantes diplomáticos de países como a Inglaterra e a Bélgica, a quem ouvia às vezes mais do que aos portugueses. Foi com toda a probabilidade, uma das grandes responsáveis pelas várias crises -políticas que Portugal atravessou, de 1836 a 1851. O rei consorte D. Fernando II que, quando jovem, também interveio na

104

A monarquia constitucional

política, amadureceu com a idade, ganhando a estima e o respeito dos seus súbditos. Muito dotado para a música e para as artes, talentoso e instruído, desempenhou papel de relevo no fomento artístico da sua pátria adoptiva e na excelente educação dada a todos os seus filhos.

Como o príncipe herdeiro, D. Pedro, não tinha ainda a idade legal, a regência foi assumida por seu pai, o rei D. Fernando II. D. Pedro V tomou conta do poder em 1855, vindo a falecer muito novo, de tifo, em 1861. Era de grande inteligência e maturidade em relação aos deveres de monarca, sendo a sua morte muito pranteada e m. todo o Reino. Sucedeu-lhe seu irmão D. Luís. Menos interessado pelos negócios públicos do que D. Pedro V e D. Maria II, mais tolerante e respeitador das várias correntes políticas, D. Luís passou à história como o soberano constitucional modelo. A política preferia a literatura, tendo publicado várias boas traduções de peças de Shakespeare. O seu casamento com D. Maria Pia, filha de Vitor Manuel II da Itália, apertou os laços com aquele país e ajudou à popularidade do casal entre os anti-clericais das Esquerdas.

A política interna de Portugal durante os reinados de D. Pedro V (1853-61) e de D. Luís (1861-89) caracterizou-se por uma relativa acalmia, explicável no enquadramento geral da expansão económica e da prosperidade para as classes dirigentes. Regeneradores e Históricos (mais tarde chamados Progressistas) alternaram-se no poder, cada qual com um número equivalente total de anos de governo (os Regeneradores em 1851-56, 1859-60, 1871-77, 1878-79 e 1881-86; os Históricos, os Reformistas e os Progressistas em 1856-59, 1860-65, 1868-70, 1870-71, 1877-78, 1879-81 e 1886-90; uma coligação dos dois partidos, conhecida por Fusão, em 1865-68), mas os Regeneradores com maior soma de realizações práticas. De quando em vez, algumas pequenas crises sacudiram a ordem pública, mas sem grande relevância. Em 1 de Janeiro de 1868, por exemplo, registaram-se tumultos e disparos, em Lisboa, em protesto contra o

aumento de impostos (a chamada Janeirinha). Em 1870, o velho e sempre orgulhoso marechal Saldanha, sentindo-se novamente agravado nos seus bríos

Os principais acontecimentos

105

personais por um acto do Executivo, chefiou uma revolta contra o gabinete do seu inimigo duque de Loulé. Encarregado de formar ministério, governou durante alguns meses com um grupo de gente de valor em seu tomo, mas não tardou a cair em proveito da situação anterior. E, em 1871, as famosas conferências do Casino Lisbonense mostraram os começos de uma autêntica oposição às instituições e à ordem burguesa.

A política externa de Portugal parecia, à primeira vista, igualmente serena. Em boa verdade, o País dispunha de pouca autonomia própria, dependendo antes da ordem europeia geral, tal com fora estabelecida pelo Congresso de Viena (1815). Até à década de Cinquenta, a Inglaterra, a França, a Áustria e, de certa maneira, a Espanha controlaram Portugal, exactamente como controlaram a maioria dos outros países europeus pequenos. A Inglaterra figurava como principal *protector+, devido as motivações económicas, impedindo uma possível arremetida espanhola com vista à sempre sonhada União Ibérica. Contudo, quando qualquer outra grande potência violava os direitos de Portugal, a Inglaterra aconselhava moderação e retraía-se. Tal aconteceu, por exemplo, em 1831, quando uma esquadra francesa fez demonstrações em frente a Lisboa, ameaçando bombardear a cidade se algumas exigências francesas fossem por aceitar. Tal aconteceu, de novo, em 1857-58, quando a França violou os direitos de Portugal e lhe impôs o pagamento de uma pesada indemnização devido ao confisco de um navio negreiro francês pelas autoridades portuguesas em Moçambique (ef. cap. XI). Tanto a Inglaterra como a França se fixaram em territórios africanos possuídos pelos Portugueses ou por estes reclamados com pouco respeito por direitos históricos nessas regiões. A arbitragem de outros países, que Portugal muitas vezes propôs para dirimir questões desse género, mas que raramente foi aceite, dava, em via de regra, razão, às pretensões nacionais. E outros muitos exemplos se poderiam invocar para demonstrar essa dependência. Por outro lado, eram os próprios Portugueses quem solicitava a protecção e a intervenção estrangeiras nos seus negócios internos: isso aconteceu em 1823, 1824, 1828-34 (tanto de Liberais

106

A monarquia constitucional

como de Absolutistas), 1836 e 1847. Embora essa intervenção fosse requerida, geralmente, do lado conservador, receoso de ser apeado pelos movimentos radicais, os Esquerdistas também se não mostraram inteiramente isentos de culpa. Sempre que a Espanha, a França ou a Inglaterra demonstravam qualquer simpatia pelos seus princípios, ei-los que prontamente suplicavam o apoio das potências.

o Iberismo A partir de 1848, a ordem internacional conheceu grandes

mudanças. Intervenções estrangeiras em nações da Europa tornaram-se mais raras; afirmando-se a tendência nacionalista de deixar cada país resolver os seus problemas internos como melhor o entendesse. Relativamente a Portugal, a questão mais importante que o afectou, no plano das relações externas, durante algum tempo e com fundas implicações de ordem política, foi a do Iberismo, ou seja, a união entre os dois estados da Península. Aspiração datando de séculos e alimentada, no passado, por qualquer dos países, pelo menos ao nível dirigente, a União Ibérica fora, todavia, posta de parte pelos Portugueses desde 1640. A Espanha tornara-se um sócio perigoso e, particularmente durante o século XIX, as suas pretensões a uma união peninsular puseram em perigo, de quando em vez, a independência de Portugal. Havia, diga-se de passagem, também no Portugal oitocentista, partidários dessa união, mas em número pequeno e de influência prática muito reduzida. Em ambos os países, a unificação da Itália (1859-61) e a tendência para a unificação da Alemanha (efectiva em 1871) exerceram indubitável impacto. Autores espanhóis e autores portugueses - com a participação da Imprensa- debateram o problema, atacando ou defendendo a união e sugerindo meios práticos de o solucionar. Em 1868-70, a revolução espanhola e o interregno de dois anos vieram repôr a questão a uma nova luz. Pensou-se, no país vizinho, tanto em D. Fernando II como em D. Luís, como candidatos ao trono de Espanha - e ambos foram convidados - com o pensamento reservado de que as duas coroas viriam a unir-se, num futuro. não muito distante. Ambos os príncipes recusaram, exactamente por causa disso. O duque de Saldanha mostrou-se, durante algum

Os principais acontecimentos

107

tempo, um partidário convicto do Iberismo, sendo provável que a sua tomada de poder, em 1870, tivesse por detrás alguma participação espanhola. A questão reabriu-se uma vez mais, em 1873-75, durante a 1.ª República Espanhola e até que o trono do país vizinho se houvesse consolidado na pessoa de Afonso XII. A muitos intelectuais portugueses, incluindo grande número de republicanos, atraía-os o sonho de uma União Ibérica, como remédio para o atraso em que se debatiam as duas pátrias e a aurora de uma nova era de grandeza para os *Hispanicos+ unificados. Defendiam, evidentemente, uma espécie de federação com a Espanha (ou mesmo uma confederação de vários estados desmembrados da Espanha), que fosse capaz de preservar a identidade cultural e política portuguesa.

A estabilidade das décadas de 1870 e 1880 foi seguida por Sintomas uma profunda crise, de carácter político, económico e financeiro. de crise As contradições da monarquia constitucional começavam a ser patentes para todos. A sua ideologia deixara de exercer qualquer apelo sobre as gerações mais jovens. Em vez dela, eram o socialismo e o republicanismo que lhe apontavam a rota a

seguir. As revoluções espanhola e francesa dos anos de 1870 tiveram papel de relevo no surto de uma consciência política nacional oposta ao rotativismo cínico dos partidos e ao enriquecimento despreocupado da burguesia. O número sempre crescente de emigrantes que, ano após ano, deixavam o País, parecia indicar que os problemas sociais das classes baixas, em vez de se minorarem com a expansão económica geral, iam, pelo contrário, piorando. O anti-clericalismo desenvolveu-se também como catalizador de muito descontentamento e de muita oposição às instituições.

Na década de 1870 começaram a surgir agrupamentos republicanos e socialistas. Um decénio mais tarde, haviam cristalizado em dois partidos de alguma relevância, sobretudo o Partido Republicano. A sua agressividade mostrou-se em aumento espectacular e assim também a sua ousadia clamorosa e a sua obra subversiva. O primeiro deputado republicano às cortes foi eleito em 1878. O rei D. Luís morreu em 1889 e o novo

monarca, D. Carlos, inteligente mas altivo e casado com uma princesa francesa muito devota, Amélia de Orléans, estava longe de gozar da popularidade do pai.

O Ultimato e O facto que provocou a crise foi o ultimato enviado pela o 31 de Janeiro Grã-Bretanha, em Janeiro de 1890. Segundo os seus termos, Portugal era obrigado a renunciar a um vasto território africano, ligando Angola e Moçambique, no que são hoje a Zâmbia e a Rhodésia (ef. cap. XI). Este ultimato provocou uma vaga nacional de indignação contra a Inglaterra e um movimento generalizado contra a Monarquia e o próprio rei, acusados de não haverem prestado atenção suficiente aos territórios ultramarinos e, assim, de terem comprometido os interesses da Nação. Registaram-se manifestações e tumultos aqui e além e, em 31 de Janeiro de 1891, eclodiu no Porto a primeira revolta republicana. Embora sufocada, serviu para revelar a existência de uma ameaça real às instituições vigentes.

Os acontecimentos de 1890-91 estiveram enquadrados numa séria crise económica e financeira, de âmbito internacional. A crise económica europeia de 1890 repercutiu-se em Portugal como possivelmente nenhuma até então, sendo agravada pelo ambiente de pessimismo e de profunda descrença nos governantes e nos modos de governar que permeabilizava as classes dirigentes. A depreciação da moeda, a falência de alguns bancos, o aumento da dívida pública, a contracção nos - investimentos, tudo isto acentuado pela gravidade da boataria circulante, a agitação das ruas e a momentânea instabilidade governativa, implicaram um longo ciclo depressivo, que persistiu durante quase toda a década de 1890. Por outro lado, a expansão económica dos decénios anteriores e o afluxo crescente de população às grandes cidades haviam causado o surto de uma classe média de pequenos e médios burgueses que se sentia oprimida pela grande burguesia e a aristocracia dirigentes. Essa classe média urbana, que constituía novidade pelo

número e a concentração atingidos, representou o sedimento de base do republicanismo militante e a grande força de ataque ao rei, às instituições monárquicas e à Igreja.

Os principais acontecimentos

109

O governo progressista de José Luciano de Castro, considerado responsável pelo Ultimato, demitiu-se. O rei chamou ao poder os Regeneradores sob a chefia de António de Serpa Pimentel. Mas os Regeneradores não conseguiram governar contra a

opinião pública e o próprio Parlamento, que rejeitaram o projectado acordo a ser assinado com a Inglaterra. Constituiu-se então um governo nacional, dirigido pelo idoso general João Crisóstomo, figura de grande prestígio dentro do País (Outubro de 1890). A ele se seguiu outro governo de coligação, desta vez chefiado pelo economista e político independente José Dias Ferreira (Janeiro de 1892), com a participação de Oliveira Martins na pasta da Fazenda.

A situação Dias Pereira conseguiu resolver os aspectos principais da crise financeira e acalmar os ânimos. Em consequência, o rotativismo político voltou ao poder. Regeneradores, chefiados por Hintze Ribeiro e Progressistas, por José Luciano, alternaram-se na direcção dos negócios públicos até 1906 (os Regeneradores em 1893-97, 1900-04 e 1906; os Progressistas em 1897-1900 e em 1904-06). A Monarquia Constitucional conseguira vencer a profunda crise - a penúltima da sua existência - e prosseguir avante.

A situação política, todavia, não era precisamente a mesma do que antes do Ultimato. Para sustentar o regime, os partidos monárquicos careciam de modificar os modos práticos de governação, senão os próprios fundamentos ideológicos que os enquadravam. Novas tendências visaram, quer uma maior afirmação do poder real, quer uma concepção muito mais liberal do constitucionalismo. Ambas se puderam encontrar em qualquer dos dois partidos. Em 1893, Hintze Ribeiro tentou governar com a

ala liberal regeneradora, o que não conseguiu, forçando à demissão os dois ministros liberais (Bernardino Machado e Augusto Fuschini) alguns meses mais tarde. Foi a ala direita que triunfou, representada principalmente por João Franco, ministro do Reino. Hintze e Franco chegaram mesmo a governar em ditadura, em 1895. A unidade partidária não pôde manter-se, exactamente devido a essas tendências divergentes, exacerbadas por rivalidades

110

A monarquia constitucional

personais. Em 1901, João Franco separou-se dos Regeneradores, fundando no ano

seguinte o seu próprio partido, o Regenerador-Liberal, adepto de um tipo novo de monarquia, assaz despótica, defensora do fortalecimento do poder real, mas preocupada com questões sociais e advogando a intervenção do Estado em seu favor (influência de Bismarck e do socialismo de Estado) germânico). Do outro lado, um pequeno grupo de dissidentes, chefiado por José Maria de Alpoim, abandonou o Partido Progressista (1905), preconizando um regime mais liberal, quase republicano. Contudo, a grande força em ascensão, que cada vez mais ia ameaçando a estabilidade da monarquia constitucional e preocupando os seus defensores, era o Partido Republicano, sobretudo desde 1903, data em que Bernardino Machado, o antigo ministro regenerador, aderiu ao ideal de República, emprestando ao partido toda a força da sua influência e da sua capacidade organizadora.

O problema No entretanto, se a posição internacional de Portugal melhocolonial rara relativamente às ameaças à sua independência por parte

da Espanha, a segurança do seu património ultramarino é que estava longe de garantida. Alemães e ingleses olhavam com cobiça Angola e Moçambique, não desprezando toda e qualquer oportunidade que se lhes oferecesse de repetição do ultimato de 1890. Em 1898, os dois países assinaram um tratado prevendo a partilha de Angola, Moçambique e Timor em caso de dificuldades financeiras portuguesas que obrigassem a avultados empréstimos externos. Até os Estados Unidos parece terem lançado as vistas sobre os Açores. Em 1904, a Alemanha encarou a hipótese de ocupar, ela só, a totalidade das colónias portuguesas. Perfeitamente cónscios de todas estas ameaças, os governos e a diplomacia nacionais fizeram o que puderam para moderar a cobiça das grandes potências e, até certo ponto, conseguiram-no.

O tratado secreto de Windsor (1899), entre Portugal e a Grã-Bretanha, inutilizou, para todos os efeitos, o de 1898. O próprio rei D. Carlos foi um bom embaixador nessa causa, visitando frequentemente as cortes europeias e recebendo em Portugal os chefes de Estado da Inglaterra, Alemanha, França e Espanha.

Os principais acontecimentos

111

Entre os seus colegas reais, D. Carlos gozava de tanta popularidade como de impopularidade entre os seus súbditos. Mas a principal razão que impediu a partilha das colónias portuguesas foi a rivalidade entre as grandes potências e a sua preocupação crescente de manterem o equilíbrio europeu.

Por 1906, as divergências pessoais entre os chefes partidários tinham atingido o seu ponto máximo. As Cortes não passavam de reuniões turbulentas e inúteis, para discussão de questões partidárias. Eram episódio comum a obstrução sistemática aos actos governamentais, por todos os meios possíveis. Os dois grandes partidos pouco faziam para evitar as acusações de corrupção, ineficácia e incapacidade que lhes assacavam. Dessas

112

dissensões intestinas dos Monárquicos tiravam o maior proveito os Republicanos para pôr em xeque o regime. Resolvido enfim a intervir e a tentar a vida nova que todos reclamavam, o rei D. Carlos forçou Hintze Ribeiro a demitir-se, recusando-lhe a dissolução parlamentar uma vez mais solicitada. João Franco foi o encarregado de formar ministério, concedendo-lhe D. Carlos a dissolução que negara ao chefe regenerador. Dispondo, nas novas Câmaras, de uma maioria própria e com o apoio dos Progressistas, governou constitucionalmente durante alguns meses, *à inglesa+, como ele dizia. Em breve, porém, a precária aliança se dissolveu, decidindo-se João Franco, com o pleno apoio do monarca, a enveredar pela ditadura (*à turca+, como disseram os seus adversários). Aproveitando-se do pretexto da obstrução parlamentar levantada pela Oposição devido à greve académica de 1907, o rei dissolveu as Cortes, sem que fosse marcada data para novas eleições.

As consequências revelaram-se desastrosas para o regime. Franco viu contra si a esmagadora maioria das forças organizadas do País e teve de depender, principalmente, do apoio régio. No entanto, e por iniciativa do próprio Presidente do Conselho que se apresentava com intuítos de morigerar radicalmente a administração e, assim, caçar no mesmo terreno dos Republicanos (como ele dizia), fora trazido a conhecimento público que a família real estava em dívida para com o Estado de importantes somas de dinheiro, que todos os governos lhe tinham ido *adiantando+, durante anos a fio, a pretexto de ser insuficiente a dotação oficialmente estabelecida. Esta *questão dos adiantamentos+ levou a uma campanha violenta contra a Monarquia, a que tácita ou expressamente se associaram os próprios partidos rotativos.

Violência e repressão caracterizaram o segundo ano do governo de João Franco. Em Abril de 1907, os estudantes de Coimbra entraram em greve prolongada e revestida de aspectos tumultuários que, a breve trecho, se converteu em movimento geral contra o Governo. Em 28 de Janeiro de 1908, Republicanos e Dissidentes Progressistas organizaram e puseram na rua uma revolução, que pôde ser sufocada à nascença. Foram presos mui-

114

tos dirigentes dos dois partidos. João Franco levou à assinatura régia um decreto que punia com o degredo para as colónias - nesse tempo por muitos considerado quase equivalente à pena de morte - os incriminados por crimes políticos graves. Visavam-se, sobretudo, os chefes republicanos, cuja campanha de agitação contra a Monarquia se intensificava. No dia 1 de Fevereiro seguinte, D. Carlos e o príncipe herdeiro D. Luís Filipe caíram assassinados em Lisboa, por elementos republicanos actuando individualmente, ficando um pouco ferido o infante D. Manuel.

Proclamado rei como D. Manuel II, o novo monarca, jovem de dezoito anos, demitiu João Franco e chamou ao poder um ministério de

coligação chefiado pelo almirante Ferreira do Amaral. Dominado pela ideia de *acalmação+, o novo governo caracterizou-se pela transigência e pela brandura com que tratou as oposições, em contraste com a ferocidade da ditadura anterior. Os Republicanos obtiveram mais liberdade do que nunca, conseguindo ganhar para a sua causa milhares de adeptos, até então indiferentes ou desconfiados. Entre as massas populares urbanas, a sua influência aumentou consideravelmente. As eleições legislativas de 1908, se não concederam grandes ganhos ao Partido Republicano, resultaram, todavia, numa Câmara extremamente dividida por partidos. Mas nas eleições municipais de Lisboa, de 1908, os Republicanos triunfaram, elegendo uma Câmara Municipal 100 % sua. No Porto, já desde 1906 que Republicanos e Monárquicos liberais governavam, coligados, por vitória sobre as listas monárquicas ortodoxas. Tornou-se óbvio a quase toda a gente que a Monarquia se aproximava do fim, a menos que conseguisse uma reforma radical dos seus quadros e dos seus métodos.

Tal reforma não se deu nem se podia dar. Pelo contrário, corrupção política, questúnculas pessoais e dissensões partidárias internas foram característica da *Monarquia, Nova+ de D. Manuel II. A instabilidade ministerial veio somar-se aos escândalos (mais ou menos exagerados pela Imprensa e pela opinião pública), aos ataques mútuos e à influência clerical cres-

116

cente. De 1908 a 1910 ocuparam o poder seis ministérios, cada qual traduzindo nova divisão adentro dos dois grandes partidos. Nos bastidores, o velho chefe progressista, José Luciano de Castro (Hintze morreu em 1907), controlava a situação política, manobrando com habilidade e concedendo o seu apoio a todos menos o último dos governos. Em Junho de 1910, a facção ortodoxa do Partido Regenerador conseguiu finalmente o poder, sob a chefia de Teixeira de Sousa, principal maioral do agrupamento, e a dissolução parlamentar indispensável. A oposição monárquica ao governo atingiu então grande violência, de que os Republicanos tiraram decisivo partido. Nas eleições que se seguiram, os Republicanos ganharam em Lisboa e em vários outros círculos. Num País como Portugal, onde o peso da capital resumia a vida da Nação, isso queria dizer o fim para as instituições monárquicas. Na verdade, em 4 de Outubro de 1910, e depois de duas tentativas abortadas, uma revolução militar e civil, com ampla e decisiva participação das massas populares (enquadradas pela Maçonaria e pela Carbonária) pôde facilmente triunfar dos últimos defensores do regime. Em 5 de Outubro era proclamada a República, fugindo D. Manuel e toda a família real para não mais voltarem.

Bibliografia-A melhor narrativa dos factos colhe-se na História de Portugal dirigida por Damião Peres, vol. VII, Barcelos, Portucalense Editora, 1935. O Dicionário de História de Portugal, dirigido por Joel Serrão, inclui, como sempre, vários artigos excelentes sobre pessoas e eventos. A obra clássica de Joaquim Pedro de Oliveira Martins, Portugal Contemporâneo, 7.a ed., 3 volumes, Lisboa, Guimarães, 1953, cobre o período até

1868 mas deve ser usada com extrema precaução, visto que o autor tende a interpretar factos e personalidades de modo exageradamente pessimista. A História de Portugal de Fortunato de Almeida, vol. VI, Coimbra, 1929, revela-se de pouca utilidade, a não ser para o estudo dos problemas religiosos. Inclui, todavia, extensas referências bibliográficas. Para o estudo dos dois últimos reinados e do surto republicano, veja-se igualmente a História do Regimen Republicano em Portugal, dirigida por Luís de Montalvor, 2 vols., Lisboa, 1930-32. Não se esqueçam ainda os trabalhos de José de Arriaga (História da Revolução Portuguesa de 1820, 4 vols., Porto, Liv. Portuense, 1886-89; História da Revolução de Setembro, 3 vols., Lisboa, s/d.-1892; Os Últimos 60 Anos da Monarchia- Causas da Revolução de 5 de Outubro de 1910, Lisboa, Parc. Antônio Maria Pereira, 1911), de Silnã José da Luz Soriano (História do Cerco do Porto, 2 vols. 2.1 ed., Porto, A. Leite Guimarães, 1890; Historia da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal, 17 vols., Lisboa, 1866-90), de J. Barbosa Colen (Entre Duas Revoluções, 1848-1851, 2 vols., Lisboa, M. Gomes, 1902), etc.

1 -Viagens e Colonização

No século XX, a África central e meridional começou a sofrer o impacto da expansão e colonização europeias. Caçadores, comerciantes, cientistas, missionários e outros muitos em busca de fortuna ou de glória começaram a penetrar no continente por todas as partes. As grandes viagens de David Livingstone (1852 a 1873) e H. M. Stanley (1874 a 1877) foram apenas as mais importantes e as mais divulgadas de todo um conjunto, onde Franceses, Ingleses, Alemães, Boeres, Belgas e Portugueses desempenharam papel de relevo também. A parte que coube a Portugal, embora ainda mal conhecida e menos propagandeada, revelou-se de grande mérito. A partir dos finais do século XVIII (cf. cap. IX) e até ao século XX, expedição após expedição largou das zonas costeiras de Angola e de Moçambique com objectivos vários e resultados diversos. Essas viagens deram a conhecer à civilização ocidental vastos territórios entre os paralelos 7 e 27 de latitude Sul, cavando os alicerces da colonização europeia - não apenas de Portugal mas também da Grã-Bretanha e da Bélgica -, nas actuais Zâmbia, Malawi, Rhodésia, e Congo.

Cronologicamente falando, a primeira expedição importante levada a efeito pelos Portugueses depois da Revolução Liberal teve lugar em 1831-32. O major José Maria Correia Monteiro, secundado pelo capitão António Pedroso Gamito, e à frente de um numeroso grupo de 420 mercadores e carregadores, largou

de Tete (Moçambique) em 1831, dirigindo-se para noroeste segundo a rota dada a conhecer por Lacerda e Almeida, trinta anos atrás. O grupo atingiu Cazembe, perto do lago Mweru. (hoje na fronteira entre a Zâmbia e o Congo), prosseguindo

objectivos simultaneamente económicos e geográficos. Despojada da maior parte das mercadorias e da pólvora, a expedição regressou a Tete, aonde chegou em 1832. Gamito escreveu um importante relatório da viagem.

Em 1843, o governador de Angola encarregou Joaquim Rodrigues Graça da missão de alcançar as nascentes do rio Sena e a região conhecida como Bié e de aí tentar impôr a soberania portuguesa. Foi longa a sua viagem, Cuanza acima e, depois, rumo a nordeste, descendo o Cassai até Mússumba, situada entre aquele rio e o Lulua (no actual Congo). Rodrigues Graça regressou a Luanda pelo mesmo caminho, em 1846.

De 1847 e até à década de 1850, o explorador Bernardino José Brochado foi de Moçâmedes, no sul de Angola, até ao rio Cunene, cuja área percorreu demoradamente, anotando conclusões do mais alto interesse para a etnografia e a geografia.

O conhecimento exacto do curso do Cunene resultou desta viagem.

Nas décadas de 1840 e 1850, o colono e comerciante Silva Porto (1817-1890) empreendeu algumas das mais importantes expedições nas actuais Angola e Zâmbia. Fixando-se no centro de Angola, onde não havia então outros brancos, alcançou grande prestígio e influência entre os sobas africanos locais, que lhe permitiram levar a efeito uma autêntica política geográfica e económica. Os seus *enviados+ e ele próprio atingiram o Barofte, na Zâmbia de hoje, (onde encontrou Livingstone), estabelecendo-se contactos regulares com essa região. Além de outras expedições, acompanhou dois mercadores árabes (que haviam atravessado a África vindos de Zanzibar) no seu regresso à pátria. quase até o rio Kafue, na Zâmbia central (1853). Deteve-se aí, mas clientes africanos seus prosseguiram na viagem até ao oceano índico (1854), voltando depois, por mar, para Angola. Os méritos de Silva Porto como explorador e defensor da soberania portuguesa no centro de Angola foram recompensados com a no-

Viagens e colonização

121

Fig. 24 - Principais viagens portuguesas através da África, 1831-1886) (Segundo Teixeira da Mota, simplificado)

- 1 - Monteiro e Gamito, 1831-32
- 2 - Rodrigues Graça, 1843-46
- 3 - Bernardino José Brochado

antes de 1850

- 4 - Silva Porto, 1853
- 5 - Pombeiros de Silva Porto,

1853-54

6 - Caetano Ferreira, 1854

7 - Henrique de Carvalho 1884-85

8 - Capelo e Ivens, 1877-80

9 - Serpa Pinto, 1877-79

10 - António Maria Cardoso, 1883

11 - Capelo e Ivens, 1884-85

12 - Serpa Pinto, 1885-86

13 - Montanha e Teixeira, 1855

122

África

meação de capitão-mor do Bié. Silva Porto veio mais tarde a suicidar-se, quando algumas tribos locais se revoltaram contra a bandeira portuguesa.

Ainda na década de 1850, o naturalista austríaco Friedrich Welwitsch percorreu demoradamente Angola, em comissão do governo português. Outro explorador, Caetano Ferreira, partiu do sueste angolano de hoje, viajando para sul, Quando acima, até lhe descobrir as nascentes (1854). Um ano mais tarde, os dois exploradores Montanha e Teixeira largaram de Inhambane, na costa oriental de África, seguindo para ocidente até ao Transval (Kruger National Park dos nossos dias). Com eles se encerrou o primeiro ciclo da expansão geográfica portuguesa no século de Oitocentos.

Depois de uns vinte anos de relativa pausa, novo período se iniciou, marcado pelas expedições mais relevantes e mais ousadas de todas quantas os Portugueses empreenderam. A preparação científica e militar era agora melhor e os executantes demonstravam maior soma de conhecimentos em todos os campos. A recém-criada Sociedade de Geografia de Lisboa (1875) desempenhou papel cimeiro na organização das expedições.

Em 1877, os oficiais de marinha Hermenegildo Capelo (1841-1917) e Roberto Ivens (1850-98) partiram para a sua primeira viagem. Saindo de Benguela, passaram a Luanda, acompanharam o curso do Cuanza até certo ponto, continuando depois para norte, rumo ao Congo, em busca de carregadores. Daí tornaram para sul, seguindo uma linha sinuosa que os levou ao quartel-general de Silva Porto, no Bié. Descobriram, nesta viagem, os cursos dos rios Cubango e Tofficapa, regressando a Luanda em

1880. O seu relatório' precioso exemplo de conhecimentos geográficos, conheceu larga divulgação (De Benguela ds Terras de Iacca, Lisboa, 1881). Um antigo companheiro de ambos, o capitão Serpa Pinto (1846-1900) decidiu empreender a travessia da África, de ocidente para oriente. Largando dos arraiais de Silva Porto em 1877, Serpa Pinto caminhou para sul, seguindo o curso da eXpedição de

1853 até à Zâmbia central. Continuou na mesma direcção ao longo do Zambeze e, depois, acompanhado pelo mis-

sionário francês Coillard, prosseguiu na sua rota meridional até Pretória (Transval) e Durban (1879), tendo sido o primeiro português e um dos primeiros europeus a atravessar o continente africano. Escreveu um relato famoso da sua expedição, publicado logo a seguir ao feito (Como eu atravessei a África, 2 vols', Londres, 1881).

Dentro de Moçambique, o tenente de Marinha António Maria Cardoso foi de Inhambane a Sofala, regressando ao ponto de partida depois de um largo desvio para ocidente (1883). De novo em Angola, o oficial do Exército Henrique de Carvalho viajou de Malanje ao rio Cassa! (1884-86).

Capelo, Ivens e Serpa Pinto ainda efectuaram novas viagens. Os dois primeiros partiram de Moçâmedes (sul de Angola) em 1884, cruzando uma vez mais o continente, agora até Quelimane, onde chegaram um ano depois. No percurso atingiram Katanga, a norte (actual Congo), seguindo depois o curso do Zambeze até à foz. O relatório desta ousada e bem-sucedida iniciativa constituiu objecto de publicação, em Lisboa, em 1886 (De Angola à Contra-Costa). Acompanhado por Augusto Cardoso, Serpa Pinto percorreu parte de Moçambique, na costa, até o Ibo, a norte, também na costa e, daí, para ocidente, até ao lago Niassa.

Estas foram apenas as mais famosas de muitas expedições, onde dezenas de comerciantes, oficiais do Exército e da Marinha e cientistas, dentro dos actuais limites de Angola e de Moçambique, contribuíram para um melhor e definitivo conhecimento geográfico das duas regiões, cavando os alicerces da expansão colonial portuguesa em África. De facto, o motivo principal de quase todas as viagens foi a necessidade de afirmação da soberania ou suserania portuguesas sobre territórios historicamente considerados sob a bandeira das quinas. Razões de ordem geográfica e económica estiveram também por detrás mas o seu papel foi secundário. Entre os resultados obtidos releve-se essa cartografia pormenorizada dos territórios africanos, datando dos finais do século XIX e do século XX, bem como o interesse crescente por empreendimentos de natureza comercial, tanto entre brancos como entre pretos. O tratado Anglo-Português de 1890, definindo as fronteiras entre as Áfricas inglesa e por-

pelo menos, toda a região fronteira. Delineando o quadro das modernas Angola e Moçambique, estimulou os Portugueses a levar a efeito uma exploração integral dos territórios que lhes couberam, tarefa empreendida - nas suas linhas essenciais - na última década do século XIX e na primeira do século XX. Numerosas comissões de cartografia, missões geográficas e operações militares completaram as tarefas básicas iniciadas pelos exploradores de Oitocentos.

Por volta de 1830 ou 1840, a ocupação efectiva de Angola reduzia-se a uma estreita faixa costeira de 80 a 130 km de largura média, sem limites definidos para o interior. No norte, o território ocupado alargava-se um tanto, abrangendo as duas margens do Zaire até à actual Matadi, 171 km distante da foz, onde a navegabilidade do rio se detém nas Quedas de Água de Livingstone. No Sul, a sueste da Benguela de hoje, a soberania portuguesa alcançava Caconda, uns 240 km a oriente do mar. A própria linha costeira só se conhecia com pormenor até Benguela

Viagens e colonização

125

tório ocupado alargava-se um tanto, abrangendo as duas margens do Zaire até à actual Matadi, 171 km distante da foz, onde a navegabilidade do rio se detém nas Quedas de Água de Livingstone. No Sul, a sueste da Benguela de hoje, a soberania portuguesa alcançava Caconda, uns 240 km a oriente do mar. A própria linha costeira só se conhecia com pormenor até Benguela

cLir 95.5ALVADOR

BE

AMBRIZ ME

LUANDA

AMBACA

BENGUELA

VELHA

BENGUELA

CASSANGE

Fig. 26 -Angola portuguesa em 1861 (segundo D. Wheeler, simplificado)

antes da expedição naval das décadas de 1830 e 1840 que a traçou de forma científica até à Bala dos Tigres, 1711 de latitude Sul.

Em Moçambique, Portugal senhoreava ainda menos território do que, em Angola. Do

Cabo Delgado a Lourenço Marques, nem sequer era contínua a ocupação da costa: caminhando de norte para sul, parava em Angoche, cujo sultão resistia tenaz-

126

mente aos Portugueses, para recomeçar em Quelimane e daí seguir até à baía de Lourenço Marques. Do Cabo Delgado a Angoche, não havia mais de 40 km de faixa costeira em mãos europeias; de Sofala a Lourenço Marques, o território senhoreado alargava-se um pouco, principalmente nos vales dos rios. Só ao longo do Zambeze, porém, é que existia uma extensa penetração para interior, com ocupação portuguesa bem radicada até Tete e mesmo além, a quase 500 km da costa.

Na Guiné, a soberania portuguesa assumia um mero carácter litoral, confinando-se a uns quantos fortes e aldeias, como Bissau, Bolama (desde 1828), Cacheu, Zinguichor, Geba, Farim e outros poucos, quase só ligados entre si por navegação de cabotagem. Facto semelhante ocorria no longínquo Timor.

As razões para esta restrita ocupação do continente africano eram várias. A excepção de Angola, nos finais do século XVI e começos do XVII, a Coroa nunca planeara efectivamente uma conquista substancial de território, preocupando-se apenas em proteger as feitorias costeiras com um mínimo de hinterland circunjacente, na boa tradição do *Império+ asiático. Por outro lado, e comparada com o Brasil e com o Oriente, a África desempenhava para Portugal um papel económico mínimo, onde só os escravos avultavam. Em terceiro lugar, não convém esquecer

128

África

que os povos africanos ofereciam geralmente resistência tenaz ao avanço europeu. E por fim, last but not least havia o clima e as características geográficas do continente, a levantarem dificuldades de monta a uma colonização europeia. O que levou Portugal à conquista de Angola, Moçambique e Guiné, foi sobretudo a concorrência estrangeira e o receio crescente de ser *roubado+ daquilo que considerava território seu. Este * imperialismo não-económico+, para usar da expressão correcta de R. J. Hammond, necessita de ser acentuado a fim de podermos compreender cabalmente a posição de Portugal em África no século XIX e a atitude portuguesa em face das suas colónias até ao presente. Só no século XX (em alguns casos, a partir da década de 1890) é que vantagens de tipo económico passaram a justificar nitidamente a ocupação portuguesa da África continental. Até então, conquista, povoamento e exploração resultavam, acima de tudo, de esforços e execuções governamentais, com objectivos de natureza política, mas suscitando interesses limitados e escasso capital por parte da iniciativa privada. A mobilização de uma ampla corrente de opinião pública em apoio da política imperialista -que existiu, a partir de certa altura, a ponto de obrigar os governos a prestar maior atenção às colónias - não teve outro fundamento

senão o orgulho nacional. Conquistar Angola, Moçambique ou a Guiné, contar ao mundo os feitos aí praticados por soldados, marinheiros e exploradores, representava para os Portugueses - como ainda hoje representa,, embora em escala menor - uma maneira de compensação das frustrações sentidas na metrópole, alinhando entre as sete nações colonizadoras do globo: a Inglaterra, a França, a Alemanha, a Itália, a Bélgica, a Holanda e a Espanha (esta última substituída pelos Estados Unidos a partir de 1898).

Tentativas várias de promover oficialmente a colonização da África não encontraram grande sucesso. A Angola ou a Moçambique, onde nada se aprestava a recebê-los e onde os ganhos pareciam diminutos e difíceis de obter, os emigrantes preferiam o Brasil ou os Estados Unidos, onde sociedades bem organizadas careciam deles e rapidamente lhes proporcionavam empregos e salários compensadores. Estadistas como Sã da Bandeira, que

Viagens e colonização

129

tentaram canalizar para África parte da emigração portuguesa, foram em geral mal sucedidos nos seus esforços. Em 1838, distribuiu-se terra em Moçambique a órfãos e a ex-alunos da Casa Pia de Lisboa, mas com medíocres resultados. O fundo especial instituído em 1852 para promover a emigração com destino ao Ultramar teve, igualmente, consequências de escasso relevo. Em 1884, levou-se a efeito um empreendimento mais prometedor, a colonização do planalto de Moçamedes por colonos da Madeira. Fracassaram diversas companhias e regulamentos cujo objectivo consistia em incentivar a colonização ultramarina. Para ficarem em África para sempre não se conseguiram mais do que degredados e alguns militares das guarnições. As *sociedades+ de Luanda ou de Lourenço Marques não exibiam, assim, grandes atractivos nem se caracterizavam por aquele mínimo de respeitabilidade que todo o emigrante exigia para si e para os seus.

Nos começos do século XIX não havia, em todo o *Império+ português, mais de dez mil europeus, número que não sofreria brancas grandes alterações até meados da centúria. Cabo Verde, Angola e o Estado da Índia albergavam os contingentes maiores. Grande parte compunha-se de degredados e de militares das guarnições. Era mínimo o número de colonos efectivos, visto que a maioria dos Brancos preferia regressar à Metrópole depois de algum tempo de permanência no Ultramar. As próprias guarnições militares incluíam uma maioria de africanos e asiáticos, sob o comando da oficialidade portuguesa branca. Existiam mestiços, mas em número reduzido e sem necessária ligação com uma *pátria+ ultramarina. Pelo contrário, muitos deles tentavam e conseguiam vir para Portugal, onde organizavam a sua vida.

A partir de meados do século, esta situação começou a modificar-se, mas tenuemente. Embora a população branca, tanto de Angola como de Moçambique, houvesse aumentado oito ou nove vezes entre 1850 e 1910, Angola não albergava mais de 12 000 europeus à data da proclamação da República, e Moçambique cerca

de metade daquele número. O processo de miscigenação era lento, não só devido à existência de mulheres brancas em quantidade relativamente elevada, mas também devido à alta taxa de

130

África

mortalidade infantil. Uma análise dos contingentes de guarnição ultramarina em período de paz, ao findar a Monarquia, revelava pouco mais de 10 000 militares distribuídos por todo o Império, dos quais menos de um terço eram brancos: 5 000 em Angola, 2 800 em Moçambique, 1000 na Índia, 500 em Macau e os restantes distribuídos quase igualmente pelas outras quatro colónias. *O Império+ não representava para Portugal qualquer peso demográfico nem lhe ajudava a resolver os problemas de emigração. Controlar esses imensos territórios e conservá-los em paz custava menos do que manter a ordem na capital (8 000 soldados em Lisboa não conseguiram impedir a proclamação da República em 5 de Outubro de 1910).

As *cidades+ não passavam de pequenas aldeias, com algumas excepções: Macau (78 000 habitantes), Pangim, Luanda e Lourenço Marques, nenhuma das três excedendo as 20 000 almas em 1910, entre pretos, brancos e amarelos. Outro tanto acontecia, não o esqueçamos, com a maior parte das cidades europeias a sul do Sahara, o que conferia a Luanda o papel de grande metrópole, entre Marrocos e a Cidade do Cabo.

Povos africanos Embora fossem muitos os povos africanos de Angola, Moçambique e Guiné, subdivididos em vários grupos linguísticos e tribos com características e tradições diferentes, era possível apontar entre eles alguns traços similares. A maior parte falavam línguas aparentadas e geralmente conhecidas como Banto, espécie de *Iatim+ africano na sua feição de língua-mãe. Dedicavam-se principalmente às culturas arvenses, que conduziam a um rápido esgotamento dos solos. Conhecendo meios pouco eficazes de restaurar a fertilidade da terra, haviam, portanto, de recorrer, com frequência, a uma agricultura de tipo itinerante. Muitas tribos combinavam o cultivo de cereais com a criação de gado. No que respeitava a nível civilizacional, a maior parte dos povos africanos em contacto com os Portugueses alcançara um estágio comparável ao período pré-histórico dos metais. Serviam-se de instrumentos de ferro (enxadas, por exemplo) mas não conheciam a escrita. Em religião, combinavam o fetichismo com um panteão por vezes muito complexo de deuses que não

Viagens e colonização

131

excluía a existência de um ser supremo. Politicamente, não se achavam em geral organizados segundo formas tradicionais de realeza, constituindo antes clãs independentes ou tributários, sob a chefia de um soba. Em termos históricos, tinham grandes semelhanças com os povos germânicos em contacto com o

Império Romano nos primeiros séculos da nossa era. Todas estas características, aliás, variavam de região para região. Em certas zonas da Guiné e de Moçambique setentrional (principalmente junto à costa), uma influência islâmica centenária fizera elevar o nível civilizacional dos Africanos e modificara muitas das suas primitivas maneiras de viver. Esses negros eram muçulmanos em religião, muitos deles falando línguas ou dialectos com forte influência árabe (Swahili, por exemplo), e estavam organizados em pequenos principados sob a chefia de um xeque, à maneira árabe, ou até em sultanátos relativamente evoluídos.

Em Angola, o maior grupo tribal, a grande distância dos demais, era o dos Umbundos que ocupava uma posição central no planalto de Benguela. A norte dos Umbundos viviam os Ambundos e os Congues ou Quiconcos, estes últimos estendendo-se muito para além da actual fronteira angolana, até o interior do antigo Congo Belga. A sul e a oriente dos Umbundos havia vários outros grupos tribais mais pequenos, entre eles os Lunda-Quiocos, os Ganguelas, os Hereros, os Nhaneca-Humbes, os Ambos e os Xindongas, alguns ocupando parte do actual Sudoeste Africano (Namíbia). Todos eles falavam línguas banto diferentes.

Em Moçambique, os grupos tribais e as línguas faladas eram ainda em maior número do que na África Ocidental Portuguesa. A norte viviam os grandes grupos dos Macuas e dos Aianas, comuns a Moçambique, ao Malawi e à Tanzânia e ambos frequentemente islamizados. O centro de Moçambique estava povoado pelos Nhanjas, com o importante subgrupo dos Sengas, de origem zulu. No sul existiam os grupos dos Tongas (o principal), Batongas e Muchopes ao lado de diversas outras tribos zulus menores.

Na Guiné Portuguesa, cerca de uma dúzia de povos ocupavam a maioria do território: os grupos islamizados dos Fulas, no interior; os Mandingas e os Biafadas ou Biafar; e as tribos não-is-

132

África

Fig. 29 - Povos angolanos (segundo o Atlas de Portugal Ultramarino, simplificado)

- 1 - Quiconcos
- 2 - Quimbundos
- 3 - Quiocos
- 4 - Umbundos
- 5 - Ganguelas

- 6 - Lunhanecas
- 7 - Lucunibis
- 8 - Meuanhamas
- 9 - Xindongas

10- Xihereros

Iâmicas dos Balantas, Manjacos, Papéis, Felupes, Bijagões, Nalus, etc.

Viagens e colonização

133

Diferenças tribais, rivalidades de toda a ordem e hostilidades frequentes impediram sempre os povos africanos, em contacto com os Portugueses, como aliás com os demais europeus, de se unirem contra o inimigo comum. Excepto em períodos breves de esporádicos *impérios+, isto é, confederações de tribos sob a direcção de um chefe prestigioso (por exemplo o *Império+ Vátua dos Zulus, no sul de Moçambique), os Portugueses tiveram pouca dificuldade em impôr a sua soberania, se porventura a isso estivessem determinados. Em regra, preferiam a astúcia à violência, explorando habilmente as rivalidades e as questões entre tribos e subtribos, dividindo os Negros e apresentando-se, muitas vezes, como protectores ou defensores de uma tribo contra outra. Não se esqueciam também de proclamar o *poder+ de Portugal, ameaçando com vinganças ferozes as tribos menos dispostas a alinhar sob a sua bandeira. Um contacto várias vezes centenário com povos africanos ensinara os Portugueses a fazer-se aceitar como senhores e a governar com um mínimo de força. Em contrapartida, exigiam geralmente pouco dos povos submetidos: sujeição teórica à bandeira e às autoridades de Portugal e o pagamento de um tributo. Só o progresso da colonização europeia, no século XX, é que viria modificar esta situação.

Sempre que os meios pacíficos se mostravam insuficientes ou ineficazes, ocorriam as chamadas campanhas de submissão. Uma vez mais, os Portugueses revelavam-se mestres em *pacificar+ qualquer território com um mínimo de luta. Poucos como eram, dependiam antes da prática de actos individuais de bravura, de proezas ousadas e de outras *técnicas+ semelhantes, que exerciam profunda influência nas mentes dos Africanos. Diga-se de passagem que, apesar da superioridade europeia em armamento e em organização militar, os Negros dispunham de grande número de triunfos seus: conheciam o terreno, estavam habituados ao clima e aos insectos, tinham esmagadora superioridade numérica, etc. A partir de meados do século XIX, a maior parte das tribos em luta contra Portugal servia-se já de espingardas, vendidas ou oferecidas por outros europeus - por vezes obede-

135

cendo ao propósito de fomentar um recuo de Portugal na África - ou até pelos próprios Portugueses.

Durante quase todo o século XIX, a colonização de Angola, Moçambique e Guiné pouco interferiu com a propriedade, africana da terra. Excepto numas quantas áreas, tais como o vale do Zambeze ou a faixa costeira, onde a soberania portuguesa era um facto desde séculos, os Africanos não se viam despojados das suas terras, pela simples razão de que os colonos se contavam em escasso número

e mostravam fraco interesse pela agricultura. Mesmo quando o governo de Lisboa e várias companhias particulares começaram a organizar sistematicamente e a promover a colonização branca, a apropriação declarada de terras pertencentes a Africanos era sempre desencorajada, por receio de rebeliões. Deve recordar-se a fraca densidade de população em cada uma das três colónias: não mais de 1,5 habitantes por quilómetro quadrado em Angola, não mais de três em Moçambique, uns 8 na Guiné. Vagos ou inexistentes de todo se encontravam, muitas vezes, os limites da propriedade. Uma agricultura de tipo itinerante obrigava ainda muitas tribos a movimentarem-se sem poiso fixo. Vastas áreas havia que não pertenciam a ninguém.

Por outro lado, os Europeus preferiam concentrar-se nas cidades a dispersar-se na vastidão do campo. Desenvolveu-se assim um tipo de povoamento semelhante ao do Sul de Portugal, em que vastas regiões de território desabitado ou escassamente povoado por Negros separavam cidades, vilas e aldeias de população relativamente densa. Foi só em pleno século XX que surgiu uma lavoura exclusivamente branca, assente em povoamento disperso, à medida que a rede vial se alargava, as comunicações se facilitavam e os Europeus se sentiam mais à vontade no meio e em maior segurança.

O sistema de colonização, quando existia, visava sempre converter o Africano num Português. Em 1820, tinham sido declarados cidadãos portugueses todos os indígenas dos territórios ultramarinos. Embora teórico e utópico, o propósito jamais seria abandonado. Com tais fins em mente, não admira que os sucessivos governos houvessem sistematicamente de rejeitar tudo aquilo

que entrasse esse aportuguesamento: o ensino seria em Português e só o Português a língua oficial; a religião e a moral seriam cristãs e, se possível, católicas; os costumes, as tradições e o modo de vida ligar-se-iam à Pátria Portuguesa e não ao passado africano. Consequentemente, a aprendizagem e a conservação das línguas e culturas negras seriam apenas encaradas de um ponto de vista estritamente científico ou como ponte provisória de comunicação entre Brancos e Pretos.

Entre Portugueses e Africanos, os contactos de cultura foram quase totalmente unilaterais. A diferença em avanço técnico mostrava-se muito grande para tornar os Europeus permeáveis a qualquer influência negra que se visse. Acentue-se também que os Portugueses sempre resistiram a deixar-se influenciar por raças e civilizações que haviam por atrasadas e, consequentemente, inferiores. Se olharmos de perto a expansão de Portugal, várias vezes centenária e ecuménica, não deixaremos de verificar que bem poucos aspectos de origem africana, americana e mesmo asiática passaram para o modo português de vida ou de cultura, em contraste com a sua permeabilidade, muitas vezes excessiva, às influências europeias. Uns quantos vocábulos, algumas plantas novas e eis tudo o que a

África deu a Portugal nesse tempo.

Escravatura A questão da escravatura pairou sobre toda a administração

colonial portuguesa até ao século XX. Em boa verdade, e de forma mais disfarçada, prolongou-se mesmo até à década de 1950. Claro que Portugal não se encontrava isolado ante esse problema, que todas as nações coloniais, com maior ou menor intensidade, tiveram de resolver também.

As grandes transformações industriais dos séculos XVIII e XIX tomaram possível um movimento anti-esclavagista com boas condições de triunfo. A Revolução Francesa sublinhara os conceitos de liberdade e de igualdade para todos os homens, insuflando novo alento na centenária doutrina cristã e pré-cristã, estagnada havia séculos, da igualdade de todos os homens perante Deus. No decorrer do século XVIII, a escravatura fora abolida na maior parte dos estados da Europa e a luta contra ela converteu-se em atitude com seu quê de moda, que defendiam intelectuais e aris-

Viagens e colonização

137

tocratas *iluminados+. Nos começos do século XIX, notava-se em franco desenvolvimento uma corrente da opinião pública contra a escravatura em geral e o tráfico de escravos em particular. A Inglaterra, nação onde a revolução industrial mais progredira, podia bem permitir-se a direcção desse movimento e apresentar-se, aos olhos das outras nações, como o inimigo número um dos países esclavagistas. Durante o século XIX, os navios ingleses (que sulcavam todos os mares) actuaram como uma espécie de corpo policial, tentando pôr fim ao tráfico de escravos na África, na Ásia e na América. Esta actuação, todavia, resultava ainda de outras motivações e podia conduzir a objectivos um tanto diversos. Operações de limpeza anti-esclavagistas não passavam, muitas vezes, de disfarce para atitudes políticas de imperialismo. Como garantias da liberdade, os Ingleses sentiam o direito de interferir onde quer que fosse - particularmente nas regiões equatoriais- e de se imiscuir na plena soberania e liberdade de acção dos demais países. Era um pretexto para estender a *protecção+ britânica a zonas do continente africano e de controlar o seu comércio em detrimento de outras nações.

Na sequência do tratado de Viena (1815), a Inglaterra e Portugal assinaram um acordo que tinha por fim atenuar o tráfico de escravos nas possessões portuguesas. Portugal comprometia-se a suprimi-lo totalmente a norte do equador, ou seja, nas suas colónias de Cabo Verde e da Guiné. O !@@tembrismo (ef. cap. X) veio generalizar a abolição, na medida em que São da Bandeira proibiu todas as importações e exportações de escravos,` a sul do equador (1836). O mesmo estadista tentou igualmente pôr fim ao trabalho. obrigatório do negro que, com frequência, fazia as vezes de autêntica escravatura ou até competia com ela. Contudo, por simples que medidas como estas parecessem em teoria, a sua

aplicação prática deparava com obstáculos insuperáveis. O comércio de escravos traduzia-se em prosperidade para colónias como a Guiné e Angola. A procura de escravos pelo Brasil constituía tentação que a poucos era dado resistir. Os decretos do governo da metrópole, por conseguinte, iam causar resistência e descontentamento generalizados. Durante muitas décadas, a efectivação de uma política anti-esclavagista teve o seu

quê de quimérica. Foi só a abolição total da escravatura no Brasil nos finais da década de 1880 - embora o tráfico de escravos houvesse declinado consideravelmente a partir de 1850 que pôs termo à venda de africanos nas colónias portuguesas.

O tratado de 1842 entre Portugal e a Grã-Bretanha suprimia por completo todas as formas de tráfico de escravos nas possessões ultramarinas dos dois países. A opinião pública esclarecida de Portugal fez então pressão sobre o governo para que fosse transposto o passo final declarando-se livres todos os escravos. Esta medida, porém, tardou algum tempo e exigiu vários estádios intermédios. Os escravos pertença do Estado foram os primeiros a ser emancipados (1854), seguindo-se os dos municípios, misericórdias e igrejas (1856). Neste último ano, outra lei declarava livres os filhos de mães escravas. A legislação de 1856 libertou ainda todos os escravos que desembarcassem em Portugal metropolitano, Açores, Madeira, Índia Portuguesa e Macau, abolindo por completo a escravatura em algumas zonas do norte de Angola (Cabinda, Ambriz), a fim de pôr termo às tentativas de penetração britânica nessas regiões. Um decreto de 1858 previa a abolição total da escravatura no prazo de vinte anos, prazo este reduzido a metade quando a lei de 25 de Fevereiro de 1869 proclamou a imediata extinção da escravatura em todo o império português. Em todo este processo, a Maçonaria desempenhara papel fundamental.

Libertos Deixava assim de haver escravos em teoria mas tornava-se serviços necessário encontrar qualquer meio para satisfazer as procuras

de mão-de-obra. A lei de 1869, como já vários outros diplomas a partir de 1854, mantinha os ex-escravos na condição de libertos, obrigados à prestação de serviços aos seus antigos senhores até 1878. Este prazo foi, mais tarde, reduzido para 1874 no arquipélago de Cabo Verde e para 1876 em todos os demais territórios. Contudo, se os libertos desapareceram, surgiram em seu lugar os serviços de acordo com o novo código de trabalho indígena, promulgado em 1875 e regulamentado três anos mais tarde. Entre escravos, libertos e serviços havia, sem dúvida, diferenças, mas em pequeno grau. Estava ainda longe a conquista da liberdade total para muitos africanos. Para mais, o código de

Viagens e colonização

trabalho de 1875-78 (com novas versões em 1899 e em 1902) podia ser aplicado a todos os indígenas, de acordo com o princípio vulgarmente aceite de que o trabalho civilizava e de que, para europeizar os Negros, se devia começar por habituá-los a trabalhar. Suraiu nestes termos, uma forma de escravatura disfarçada com aspectos diferentes de região para região - não nos esqueçamos de que a grande maioria dos negros em Angola, Moçambique e Guiné continuava a viver em liberdade, sujeitos apenas ao pagamento de um pequeno tributo - mas particularmente conspícua no que respeitava à exportação de mão-de-obra africana para as roças de S. Tomé e para as minas da África do Sul.

O desenvolvimento económico de S. Tomé e Príncipe na segunda metade do século XIX exigiu cada vez mais obreiros. Ao desaparecer a condição de liberto, os donos das plantações contrataram negros livres da Serra Leoa, Dahomey, Libéria, Angola, e até chineses da China. Neste conjunto, a posição de Angola foi-se gradualmente destacando, à medida que os serviços substituíam sem grandes problemas, os antigos escravos e libertos. Entre 1885 e 1903, 56 189 serviços angolanos entraram em S. Tomé e Príncipe. A princípio eram livres e, nos termos do respectivo contrato de trabalho, podiam regressar a casa depois de alguns anos. Mais tarde, porém, os donos das roças ou os seus capatazes começaram a dificultar o repatriamento, mantendo virtualmente os trabalhadores na situação de prisioneiros nas ilhas. Este facto causou preocupações de monta, tanto às autoridades portuguesas, desejosas de dar cumprimento à legislação anti-esclavagista, como aos próprios colonos brancos de Angola, que se queixavam de uma crescente escassez de mão-de-obra na colónia. A situação dos negros angolanos expatriados em S. Tomé e Príncipe acabou por atrair a atenção de países como os Estados Unidos, a Inglaterra e a Alemanha, dando origem a uma campanha, mais ou menos violenta, contra Portugal. Preocupados com a crescente concorrência que lhes faziam o

cacau e o café de S. Tomé, os plantadores ingleses das índias Ocidentais e os seus clientes no comércio e na indústria actua-

vam nos bastidores exagerando os métodos de violência empregados pelos Portugueses contra os trabalhadores africanos. Um chocolateiro inglês, de nome William Cadbury recebeu o encargo de investigar o assunto. Esteve em Lisboa, em S. Tomé e em

Angola escrevendo e publicando depois um relatório que causou grande sensação na época, onde atacava as formas existentes de contrato de mão-de-obra, comparando-as com pura escravatura. Cadbury fora já precedido e foi depois continuado por vários outros autores menos famosos, como Henry Nevinson, Charles Swan e John

Harris, todos eles agitadores da opinião pública, sobretudo na Grã-Bretanha, onde a questão chegou ao Parlamento e se exigiu a boicotagem dos produtos de S. Tomé.

A administração portuguesa tentou sinceramente corrigir alguns abusos, os que reconhecia: fomentou contratos de trabalhadores oriundos de outras partes (nomeadamente de Moçambique) e sob condições melhoradas e sujeitas a uma maior supervisão; pôs freio a diversas injustiças e publicou um novo e aperfeiçoado código de trabalho (1909); ordenou um inquérito e um aumento de salários; etc. Do lado português foram também publicados relatórios - alguns por estrangeiros - contraditando as conclusões de Cadbury e defendendo a política de Portugal.

Mesmo depois da sua abolição oficial, o tráfico de escravos continuou a ser levado a efeito em águas portuguesas por navios de várias nacionalidades. Franceses, Ingleses, Brasileiros e outros, todos foram culpados de violar a proibição sendo frequentemente perseguidos por navios de guerra portugueses e britânicos. Um exemplo de que os interesses privados e as questões de orgulho nacional prevaleciam sobre a justiça e o direito das gentes ocorreu em 1857. O navio francês Charles et Georges, que se entregava ao tráfico de escravos entre Moçambique e a colónia francesa de Réunion foi capturado pelas autoridades portuguesas, e o seu comandante condenado a prisão. Contudo, o governo de Napoleão III não podia tolerar um ultraje dessa ordem à sua bandeira, por parte de uma nação pequena. Assim, o governo de Paris não tardou a enviar uma espécie de ultimato,

Viagens e colonização

141

exigindo, não só a restituição do navio mas também a libertação do seu comandante e o pagamento de uma indemnização. Como a Inglaterra se recusasse a interferir - a fim de não prejudicar as boas relações com a França - Portugal teve de se submeter a todas as exigências francesas.

A falta de uma organização eclesiástica desenvolvida e a escassez de clérigos constituíram outro obstáculo à penetração portuguesa em África. Até ao fim do período monárquico, foram poucos os sinais de revivescência missionária nos territórios ultramarinos de Portugal, o que afinal se limitava a prolongar uma situação já reconhecível no século XVIII. A decadência da Igreja era patente, tanto na África e na Ásia como na Europa.

Não se registaram praticamente mudanças no número ou nos limites das dioceses que remontavam aos séculos XVII e XVI. O bispo de S. Tomé e Príncipe deixou, para todos os efeitos, de existir em 1816, embora a diocese continuasse oficialmente a subsistir. A extinção das ordens religiosas em 1834 foi a razão principal para a falta permanente de missionários durante todo o século XIX, embora a diminuição no número das vocações se notasse já muito anteriormente. As querelas religiosas e políticas verificadas na Metrópole (ef. cap. X) exerceram

também o seu impacto nos domínios ultramarinos.

No Oriente, os direitos do Padroado português sofreram constante violação por parte da Santa Sé - através da organização da Propaganda Fide -, simplesmente porque Portugal não dispunha já das condições indispensáveis para tentar sequer uma efectiva cristianização da Índia ou da China. Em 1836-38, o papa Gregório XVI extinguiu mesmo algumas das sés tradicionalmente mantidas por Portugal no Oriente. É verdade que a resistência por parte de comunidades cristãs locais, que se apegavam aos seus prelados e à sua organização secular, rejeitando os sacerdotes que a Propaganda Fide lhe enviava, criou, por vezes, problemas de difícil solução, resultando em situações eclesíásticas caóticas. Só em 1857-59 é que uma concordata assinada entre a Santa Sé e o governo português pôde apaziguar os ânimos e, de certa maneira, suavizar a situação. As antigas dioceses

142

África

foram conservadas, embora com limites consideravelmente reduzidos. O Padroado português manteve-se em Goa, Cranganor, Cochim e Meliapor, com jurisdição sobre toda a Índia Inglesa, Malaca e Macau. Contudo, a falta de sacerdotes e a deficiente preparação de muitos dos que existiam prejudicaram a aplicação prática do texto da Concordata e continuaram a justificar a acção da Propaganda Fide contra Portugal. Uma nova concordata, firmada em 1886, veio restringir ainda os direitos portugueses na Índia, embora concedendo ao arcebispo de Goa o título pomposo de Patriarca das Índias Orientais.

No entanto, algumas medidas haviam sido tomadas para incrementar a actividade missionária em África. Na década de 1840 abriu no Bombarral uma escola para a preparação de sacerdotes a enviar para a China. Vinha simplesmente fazer reviver uma escola anterior, fundada em 1791 em Sernache do Bonjardim e encerrada em 1834. Na década de 1850, o seminário do Bombarral foi ampliado, concedendo-se-lhe mais largos fundos e anexando-se-lhe o edifício do antigo seminário de Sernache, agora reconstruído. Em 1856 o Governo criou oficialmente o Colégio das Missões Ultramarinas, visando não só a China mas a África. Esta data marcou o verdadeiro início de um novo esforço missionário nas províncias ultramarinas portuguesas. Aos poucos, o Colégio das Missões foi recebendo dotações ampliadas, alargando-se consideravelmente a sua actividade. Até 1910, uns 317 missionários tinham sido aí educados e enviados para a África e a Ásia.

Bibliografia -Sobre as viagens na África Portuguesa, as melhores informações colhem-se ainda nos relatórios ou descrições dos próprios exploradores, na sua maioria publicados em Lisboa durante o século XIX. Vejam-se, entre as mais importantes obras: Antônio Cândido Pedroso Gmito, O Muata Cazembe, e os Povos Maraves, Chevas, Muizas, Muembas, Lundas e outros da África Austral. Diário da Expedição Portuguesa comandada pelo Major Monteiro (1831-1832), Lisboa, I. N.,

1854; Bernardino José Brochado, *Descrição das Terras do Humbe, Camba, Mulondo, Cuanhama e outras, contendo uma idea da sua População, seus Costumes, Vestuário, etc., in Annaes do Conselho Ultramarino, série 1, Novembro de 1855; António Francisco Ferreira da Silva Porto, *Novas Jornadas nos Sertões Africanos+, in Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, 5.1 série (n.01 1,

Viagens e colonização

143

3, 9 e 10) e 6.ª série (n.08 1, 3, 4, 5, 7 e 8) - o seu diário, intitulado *Viagens e Apontamentos de um português em Africa+, em 13 volumes, acha-se inédito na Biblioteca Municipal Pública do Porto; Frederico Artur Welwitsch, „Apontamentos phito-geographicos sobre a Flora da província de Angola na Africa equinocial+ nos Annaes do Conselho Ultramarino, Dezembro de 1858, pp. 527-593; Alexandre Alberto da Rocha Serpa Pinto, Como Eu atravessei a Africa do Atlantico ao mar Indico, 2 vols., Londres, 1881; Hermenegildo Carlos de Brito Capelo e Roberto Ivens, De Angola à Contra-Costa, 2 vols., Lisboa, 1886, e De Benguella às Terras de Iácca, 2 vols., Lisboa, 1881; Henrique Dias de Carvalho, Expedição Portuguesa ao Mgatiânvua. Descrição da viagem à Mussumba de Muatiânvua, 3 vols., (com subtítulos vários), Lisboa, 1890-93; etc. Não existe uma boa história geral das expedições portuguesas, mas obtêm-se achegas de importância nas histórias gerais de Portugal e sua expansão, nomeadamente na História da Expansão Portuguesa no Mundo, dirigida por António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, vol. III, Lisboa, Atica, 1940, bem como nos artigos sobre os vários exploradores no Dicionário de História de Portugal, dirigido por Joel Serrão. Ambas estas obras contêm bibliografias. Outra fonte de primeira ordem para o estudo científico da África Portuguesa oitocentista é o Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, publicado a partir de 1876.

Sobre os demais aspectos, vejam-se as obras gerais mencionadas, que indicam grande parte da extensa e dispersa bibliografia existente. Sobre a escravatura consulte-se, entre outras fontes, o livro do Marquês de Saldanha, O Trabalho Rural Africano e a Administração Colonial, Lisboa, 1813, e bem assim a obra de Luciano Cordeiro, Questões Histórico-Coloniais Lisboa, 1936. Outro clássico é o livro de Francisco Mantero, A Mão-de-Obra e o Trabalho em S. Thomé e Príncipe, Lisboa, 1910, abundantemente documentado. Do lado anti-português, veja-se, por todos, James Duffy, A Question of Slavery, Cambridge, Mass., 1967.

Sobre as missões cristãs e a política da Igreja consulte-se, além das histórias gerais e de Fortunato de Almeida, História da Igreja em Portugal, vol. III e IV, o livro de Eduardo dos Santos, O Estado Português e o Problema Missionário, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1964.

2 - Organização

A Constituição de 1822 definia a Nação Portuguesa como sendo *a união de todos os portugueses de ambos os hemisférios+ (artigo 20.0), compreendendo Portugal propriamente dito, as Ilhas Adjacentes, o Brasil e as possessões africanas e asiáticas, que eram enumerados com clareza e rigor. Não se fazia qualquer distinção entre Brancos e Pretos, ou entre Portugueses de Portugal e Portugueses nascidos nos territórios de além-mar. Os legisladores de 1822 pensavam, obviamente, no Brasil e na Índia, mais do que na África. Podiam também acrescentar que a maior parte ou grande parte dos indivíduos vivendo à sombra da bandeira portuguesa em Angola ou em Moçambique eram, de facto, portugueses, visto serem europeus na sua maioria, com um escasso número de africanos, mais ou menos europeizados, em seu redor Gembremo-nos da estreita nesga de território, ao tempo senhoreado por Portugal no continente africano). Fosse corno fosse, o princípio estava estabelecido e viria a ser glosado vezes sem conto no futuro, sem atender ao facto da crescente anexação de povos africanos, totalmente estranhos à cultura portuguesa. Definições e descrições semelhantes foram incluídas na Carta Constitucional de 1826 (artigos LO, 2.º e 7.0), na Constituição de 1838 (artigos LO, 2.º e 6.0) e, mais tarde, nas duas constituições republicanas, de 1911 e de 1933. única na história constitucional das potências colonizadoras europeias, a definição de 1822 ligava indissoluvelmente Portugal aos seus territórios ultramarinos,

Organização

145

visto que a Nação era considerada una e indivisível. Ora, princípios como este, por muito teóricos que sejam, exercem sempre um forte impacto sobre as políticas e as atitudes políticas da nação a que respeitam, porque constituem parte do corpo doutrinário mais difícil de modificar, a lei constitucional no que se refere ao significado de nação. Podem revestir-se de carácter tão sagrado e tão resistente a alterações como o da própria religião. É verdade que a Constituição de 1822 não fora inteiramente revolucionária acerca do lugar concedido ao Ultramar na definição de Portugal. Numerosos textos oficiais e outros escritos do Antigo Regime se referiam também às províncias da América, Ásia e África como partes do Portugal. Todavia, a ausência de um rígido texto constitucional facilitava o ajustamento da teoria à prática e um modificar de política ultramarina consoante cada caso ou as circunstâncias gerais. E é verdade também que a definição oficial de Nação não impediu muitos portugueses, ao longo de todo o século XIX, de alvitarem, até ao nível parlamentar e ministerial, a alienação, pura e simples, de parcelas do Ultramar português, sem com isso serem acusados de traidores. Só a partir do Ultimato se tenderia a confundir colonialismo e nacionalismo.

Mas a legislação de 1820-22 foi ainda mais longe. Se todos os indivíduos que viviam sob a bandeira portuguesa eram cidadãos portugueses, e se todos os territórios ultramarinos não passavam de províncias de Portugal, semelhantes às

da Metrópole, não fazia sentido individualizar ministérios ou repartições que se ocupassem do Ultramar como de um todo. Consequentemente, todos os assuntos referentes às colónias passaram a ser tratados pelos respectivos ministérios da metrópole, em conjunção com os assuntos metropolitanos: Interior (Reino), Justiça, Finanças (Fazenda), Guerra e Negócios Estrangeiros (lei de 1821). A reacção absolutista de 1823 estabeleceu a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, mas a vitória definitiva dos Liberais, em 1834, voltou a suprimi-la.

Esta utopia, que implicara uma considerável desorganização dos serviços públicos nos territórios da África e da Ásia, chegou

146

África

ao seu termo em 1835 (Sã da Bandeira). Voltou a ser criada a Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar, dividida em duas secções, a da Marinha e a do Ultramar (1838). Em 1843, a secção do Ultramar foi subdividida em quatro repartições, uma para a Ásia Portuguesa, outra para Angola, a terceira para Moçambique, e a última para Cabo Verde, Guiné e S. Tomé e Príncipe. A tesouraria do ministério teria a seu cargo a organização de orçamentos para as várias colónias. Em 1859, este sistema cedeu lugar a um novo, baseado na classificação por assuntos em vez de por províncias: as quatro repartições passariam a ocupar-se, respectivamente, da administração geral, dos negócios estrangeiros e colonização, da administração central, e das obras públicas, comércio e indústria. O número destas repartições viria mais tarde a ser alterado, três apenas entre 1868 e 1878, seis entre 1878 e a proclamação da República, mas o princípio em si não sofreu modificações. Para assistir a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, a Monarquia constitucional restabeleceu, em 1851, o Conselho Ultramarino, que ela mesma extinguiu em 1833 (ef. cap. VID. Este Conselho reunia um grupo de peritos em assuntos coloniais e possuía amplas atribuições. Em 1868 mudou o seu nome para Junta Consultiva do Ultramar, perdendo também em acção teórica e prática.

No que respeitou a legislação e à sua aplicação ao Ultramar,

a tendência do século XIX não se apartou de uma excessiva centralização. As leis aplicáveis às colónias africanas e asiáticas deviam resultar de decisões tomadas em cortes. O Executivo, todavia, tinha poderes para legislar sempre que o requeresse a urgência dos negócios ou o justificasse a simples interrupção das sessões legislativas. Os governadores de cada colónia dispunham, também, em caso de emergência, de poderes especiais (Constituição de 1838; Acto Adicional de 1851), mais tarde reduzidos de tal forma que, na prática, obrigavam à consulta do governo da Metrópole em todas as circunstâncias.

Os códigos administrativo, civil e penal, bem como várias outras legislações de feição europeia, tinham aplicação na África e na Ásia, com poucos ajustamentos aos costumes e às tradições lo-

cais. Facto semelhante acontecia com a organização administrativa. As leis de 1832 criaram prefeitos para cada uma das *províncias+ do Ultramar, semelhantes aos da Metrópole, para substituir os capitães ou capitães-generais. Em 1836, contudo, nova reforma (Vieira de Castro) veio modificar a situação: criaram-se governos gerais e governos particulares para os domínios de além-mar, os primeiros para 1) Cabo Verde e Guiné, 2) Angola, 3) Moçambique e 4) Estado da Índia, os segundos para 1) S. Tomé e Príncipe (incluindo S. João Baptista de Ajudá) e 2) Macau e Timor. Os governadores-gerais e governadores, nomeados pelo governo da Metrópole, deixavam de ter interferência nos assuntos de justiça. Junto de cada governador-geral haveria um Conselho de Governo, que o substituiria nos seus impedimentos. Este sistema-@durou até 1869, quando nova reforma, (Rebelo da Silva), pendendo um tanto para a descentralização, concedeu aos governadores poderes mais amplos e estimulou iniciativas ao nível local mediante as recém-constituídas Juntas Gerais. A reforma falava de *províncias+ em vez de *domínios+ e abolia os governos gerais. Alterações posteriores vieram separar Cabo Verde da Guiné em 1879 (esta última chamada primeiramente *província+, depois *distrito autónomo+ em 1892, e novamente *província+ a partir de 1895), e Macau e Timor em 1863-66 (como *província+) e em 1896 (como *distrito autónomo+). Em 1895 restabeleceram-se os governadores-gerais para Angola, Moçambique e Estado da Índia. Mas a política de descentralização de Rebelo da Silva não teve consequências, visto que leis posteriores impediram sempre os governantes locais de exercer a sua actividade com autonomia.

Para mais, a instabilidade ao nível de governador constituiu, marca da administração ultramarina durante a Monarquia constitucional, no que se limitava a continuar uma tradição já velha de séculos. Em Angola, por exemplo, houve trinta e sete governadores de 1836 a 1910 (além de várias juntas provisórias e conselhos de governo interinos), ou seja, uma média de menos de dois anos por governador. As razões desta instabilidade eram múltiplas: situações políticas instáveis na metrópole, acima de tudo, mas igualmente dificuldades em governar no meio de toda a espécie de questões locais e problemas locais, falta de preparação de mui-

África

tos governadores, conflitos com o governo metropolitano, motivos de saúde e familiares, a escassa atracção que a maioria das capitais ultramarinas e das suas *sociedades+ exerciam sobre um Europeu culto, e assim por diante. As consequências traduziram-se em administração deficiente, pouca ou nenhuma

continuidade nas iniciativas, mudança constante de processos e de maneiras.

A mesma preocupação em converter as colónias africanas e asiáticas em réplicas do Portugal metropolitano levou à criação dos distritos, cada qual abrangendo diversos concelhos, à maneira portuguesa, por vezes até em áreas de penetração relativamente moderna e de povoamento europeu mínimo. Desde os começos do regime constitucional que as colónias tiveram representação no parlamento; já para as primeiras cortes, em 1821, foram eleitos sete deputados pelos territórios africanos e asiáticos: um por Cabo Verde e Guiné, um por S. Tomé e Príncipe, um por Angola, um por Moçambique, dois pelo Estado da Índia e um por Macau e Timor. Este número de sete manter-se-ia sem grandes alterações até ao fim da Monarquia. Obviamente, os cidadãos eleitores eram quase todos brancos ou mestiços, não por qualquer motivo de discriminação rracica, mas porque só os brancos e alguns mestiços preenchiam as condições requeridas para votar. Na maior parte dos casos, os deputados não correspondiam a uma livre escolha dos colonos, sendo simplesmente *proclamados+, ao arbítrio do governo da Metrópole e sem oposição. Muitos deles haviam tido um contacto superficial com o seu eleitorado ou os problemas do círculo que os elegia, sendo frequentes os casos de deputados e candidatos a deputados sem

nunca terem posto pé na colónia. Houve, no entanto, excepções e autênticas campanhas eleitorais, de tempos a tempos.

As finanças ultramarinas obedeciam aos mesmos princípios centralizadores. Era Lisboa quem tinha a primeira e a última palavra na concessão de fundos e na cobrança de impostos. Mas o desejo, por muitos expresso, de que as colónias pagassem as suas próprias despesas e até contribuíssem para- algumas da metrópole, raras vezes se pôde concretizar. As despesas locais

Organização

149

mostravam-se sempre tão elevadas - particularmente nos períodos de maior atenção consagrada à administração ultramarina e ao desenvolvimento colonial - que, não obstante o acréscimo das receitas locais, os resultados se traduziam em deficit, a ser coberto pela metrópole. As despesas militares, em progressivo aumento durante toda a centúria, contribuía ainda mais para acentuar a tendência deficitária.

Embora a reforma de 1836 houvesse estabelecido orçamentos para cada colónia, foi só a partir de 1852 que começou a organizar-se um sistema regular de finanças ultramarinas. Restauraram-se, para cada território, as antigas Juntas de Fazenda (1837), com o objectivo de cobrar os impostos e pagar as despesas. Em 1888 entrou em vigor novo sistema, que substituíu as Juntas por repartições de fazenda provinciais, sob a direcção de inspectores de fazenda do Ultramar. As repartições faziam parte do Ministério da Marinha e Ultramar e toda esta nova reforma acentuava os princípios de centralização metropolitana. Em 1898, tal

centralização foi ainda reforçada ao extinguirem-se os Tribunais de Contas, criados a partir de 1892 para cada colónia a fim de contrabalançarem os excessos centralizadores. Uma Inspeção Geral dos Serviços de Fazenda do Ultramar, instituída em 1900, veio completar a política financeira com sede em Lisboa.

A análise dos orçamentos coloniais a partir dos últimos anos da década de 1830 leva a conclusões deveras interessantes e instrutivas. Até à década de 1870, era o Estado da Índia que exibia as maiores receitas, bem como um orçamento muitas vezes equilibrado. Este facto resultava sobretudo do sistema de impostos, estabelecido sobre comunidades estáveis e bem organizadas, onde o comércio desempenhava papel de relevo. Na Índia, Portugal gastava normalmente um mínimo com assuntos militares e tinha poucos inimigos externos ou internos com quem se haver. Os orçamentos para 1874-75 foram os primeiros a mostrar um predomínio de Angola nas receitas públicas ultramarinas, mas ainda em 1885-86 a Índia figurava em primeiro lugar. Foi apenas nas décadas de 1890 e 1900 que Angola e, depois, Moçambique, definitivamente ultrapassaram o Estado da Índia.

150

África

As receitas de Angola duplicaram na década de 1870: 263 contos em 1867-68, 281 em 1870-71, 542 em 1874-75, 59,1 em 1882-83. Tomaram a duplicar no decénio de 1890 (594 contos em 1885-86, 1374 em 1896-97) e, de novo, nos primeiros dez anos do século XX (1677 contos em 1903-04, 2528 em 1909-10). O crescimento de Moçambique mostrou-se ainda mais espectacular. Até à década de 1880, a colónia da costa oriental figurava atrás de Angola, embora as suas receitas públicas houvessem aumentado mais de sete vezes desde 1839 (70 contos em 1839, 100 em 1863, 248 em 1874-75, 462 em 1885-86). A partir de então, e até 1910, essas receitas mais do que decuplicaram, cifrando-se no dobro das de Angola à data da proclamação da República: 3592 contos em 1896-97, 3327 em 1903-04, 5291 em 1909-10. A razão principal estava na instituição das companhias majestáticas, com seus avultados pagamentos anuais ao tesouro. Em conjunto, as receitas públicas das colónias portuguesas aumentaram de um total de 725 contos, em 1852-53, para mais de 11000 contos em 1909-10. Comparando-a com as receitas públicas da metrópole, a posição financeira do Ultramar subira de uns 7 % para quase 16 %, mais do dobro.

Quanto às despesas, a regra dizia que elas aumentavam sempre mais do que as receitas. Orçamentos equilibrados existiram apenas durante alguns anos, no decénio de 1870, quando nos governos da Metrópole prevalecia uma política rigorosa de economias em todos os campos. Mesmo assim, nem Angola nem Moçambique conseguiram mostrar saldos positivos. Eram colónias, como a Índia, Macau, S. Tomé e Príncipe ou Cabo Verde que, no conjunto, possibilitavam a apresentação de superávits globais para efeitos de propaganda política. Nos começos do século XX, Moçambique pôde pagar para as suas próprias despesas e ainda os habituais

deficits angolanos. No conjunto das colónias menores, tem interesse verificar que, enquanto o Estado da Índia passou a debater-se com problemas de crescente gravidade para equilibrar os seus orçamentos a partir do início da década de 1880, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Macau ostentaram situações financeiras desafogadas. Já a Guiné e Timor se apresentavam constantemente em dívida, tal como Angola.

a escravatui

Organização

151

O orçamento ultramarino global para 1909-10 exibia um deficit de 2000 contos. Tanto nas receitas como nas despesas cabia o primeiro lugar a Moçambique, seguido por Angola, a Índia, S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde, a Guiné e Timor. Moçambique, a Índia, S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde pagavam as suas próprias despesas.

Até à década de 1850 e mesmo depois, a economia colonial portuguesa assentava na escravatura. A Guiné abastecia Cabo Verde, Angola abastecia S. Tomé, e todas elas abasteciam o Brasil. Moçambique exportava mão-de-obra para o Transvaal e até Macau extraía pingues lucros dos carregamentos de escravos chins para a América e a Austrália. Com poucas excepções, as estatísticas de todas as outras exportações coloniais testemunhavam um quadro muito rudimentar de desenvolvimento agrícola, sem falar já de indústria, praticamente inexistente. Este facto explica por que motivo o gradual declínio do tráfico escravagista, até à sua extinção final, prejudicou o desenvolvimento de quase todo o Ultramar português e pôs o difícil problema de reestruturar as respectivas economias.

O Fontismo (ef. cap. X) e, de certa maneira, já o Cabralismo antes dele, tentaram nas províncias ultramarinas, conquanto de forma muito mais moderada, o que procuravam realizar na Metrópole, isto é, o desenvolvimento das infra-estruturas como

meio de fomento do comércio e da agricultura. Esta política foi efectuada quase sem interrupções até à revolução de 1910 e, depois, continuada pelos governos republicanos. Só nos fins da década de 1860 e começos da de 70 é que as necessidades ou as preocupações de economias fizeram afrouxar os investimentos públicos nas colónias. De qualquer maneira, o aumento das despesas com o Ultramar esteve sempre condicionado pela situação económica e financeira da Metrópole.

A deficiência de comunicações prejudicou, durante muito tempo, o surto económico dos territórios ultramarinos portugueses. Até ao decénio de 1860, dificilmente se poderia falar de comunicações regulares entre Portugal e qualquer das suas

colónias. Apenas com Cabo Verde (ilha de S. Vicente) havia uma carreira de navegação permanente desde 1851, servida por paquetes ingleses que demandavam o Brasil. Na década de 1850, o governo português assinara um contrato com uma companhia francesa, para o estabelecimento de linhas de navegação regulares entre Lisboa e Angola, mas sem consequências. Entre 1858 e 1864 chegou a existir uma carreira marítima portuguesa - da

Companhia União Mercantil - entre Lisboa e Luanda, que faliu. Mas a partir de 1864, o governo português resolveu subsidiar uma companhia de navegação inglesa para levar a efeito a ligação marítima entre Lisboa e as colónias da África Ocidental. O plano resultou. Com Moçambique e a Índia, as primeiras comunicações regulares iniciaram-se onze anos depois e nas mesmas circunstâncias, cabendo a uma companhia inglesa o encargo de efectuar carreiras entre Lisboa e Moçambique e daqui para Goa, via canal do Suez. Mais tarde, esta mesma companhia passou a fazer escala em portos moçambicanos na sua rota da Índia Inglesa para Durban. Nos anos de 1890, o governo subsidiou companhias inglesas e alemãs para fazerem escala em Lisboa e Moçambique, via Angola e Cidade do Cabo. Macau começou também a ser servida por linhas francesas e britânicas que ligavam a Europa com a Índia e a China. Quanto a Timor, não existiram quaisquer comunicações directas até 1910. Carga e passageiros tinham de fazer transbordo em Malcaçar (Celebes) e aí colher a linha holandesa que os levava a Díli.

Quanto a companhias portuguesas de navegação bem sucedidas, só as encontramos na década de 1880. A Empresa Nacional de Navegação, fundada naquele ano, iniciou um serviço regular, não subsidiado, entre Lisboa e Angola, via Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe. Um pouco mais tarde, a mesma companhia, agora já auxiliada por fundos governamentais, pôde estabelecer ligações regulares entre as várias ilhas de Cabo Verde e entre o arquipélago e a Guiné. Com Moçambique foi mais difícil manter carreiras regulares. Só a partir de 1903 é que a Empresa Nacional de Navegação alargou as suas iniciativas à colónia da costa oriental africana, mas dependendo de subsídio oficial. Dois anos depois, um contrato entre a mesma firma e o governo estabelecia

ligações regulares costeiras em todas as províncias ultramarinas de África.

Ao desenvolvimento das comunicações marítimas somou-se um melhor apetrechamento de portos, a construção de faróis, a organização alfandegária e a ligação da costa com o interior mediante estradas e caminhos de ferro. Os portos mais importantes eram o Mindelo, na ilha de S. Vicente (Cabo Verde), S. Tomé, Luanda, Benguela e Lobito em Angola, Lourenço Marques (que gradualmente substituiu Moçambique), Mormugão (Índia) e Macau. O Mindelo, também chamado Porto Grande,

vinha muito à frente de todos os outros, com uma tonelagem de navegação total superior a 5 milhões, em 1908. Era um dos maiores portos de abastecimento de carvão na África Ocidental, escalado pelas carreiras marítimas entre a Europa e a América do Sul, Seguia-se-lhe Lourenço Marques, com mais de 2 milhões de toneladas em 1910. S. Tomé atingia quase esse número pela mesma época. Os restantes portos tinham movimento muito menor, abaixo do milhão de toneladas.

Na década de 1870, deu-se início às comunicações por cabo submarino, com um cabo entre Lisboa e Goa, via Bombaim. Contratos firmados entre o governo português e companhias inglesas relacionaram, a pouco e pouco, Portugal com todas as suas colónias (Timor exceptuado) durante a década de 1880. Dentro de cada território, também, se desenvolveram com relativa rapidez as comunicações telegráficas.

A construção de caminhos-de-ferro, requerendo enormes Capitais, mão-de-obra abundante, direcção especializada e protecção militar, levou muito tempo a progredir e nunca até um nível considerado satisfatório. A primeira via férrea planeada pretendia ligar Lourenço Marques com o Transval, oferecendo assim à região norte das colónias inglesas da África do Sul um fácil acesso para o mar. Iniciada em 1870, demorou vinte e quatro anos a atingir Pretória conquanto a parte portuguesa houvesse começado a funcionar em 1889-90 (89 km até Ressano Garcia). Depressa se tornou numa das mais relevantes vias férreas de toda a África. Veio depois a construir-se (1881-87) o caminho-de-ferro de

154

Mormugão, - ligando o porto deste nome à Índia Inglesa (82 km de extensão) - que não conseguiu rivalizar com as outras vias férreas indianas. Em 1887, começaram a assentar-se os carris

155

de novas linhas, uma em Moçambique, com o objectivo de ligar a Beira à actual Rodésia, a outra em Angola, de Luanda para o interior. Aberto o primeiro troço à exploração em 1894, esse caminho-de-ferro da Beira atingira Meníni, na fronteira, em 1898 (339 km), ao passo que o de Luanda, funcionando desde 1888 chegara a Ambaca e a Lucala em 1899, distante 364 km para oriente. Até 1910, a rede ferroviária moçambicana só registou alguns pequenos avanços mais, o da linha Lourenço Marques-Mailana (perto da fronteira com a Suazilândia), na extensão de 60 km, o caminho de ferro de Chai-Chai (16 km) e o de Maquival (27 km), mas em Angola o progresso foi sensível. Ao tempo da proclamação da República, o caminho-de-ferro de Ambaca atingia Malanje (503 km a oriente de Luanda), uma segunda linha férrea, do Lobito a Benguela e daí para oriente, rumo à fronteira, achava-se em construção (320 km já feitos a partir de 1902 e em serviço desde 1908) e uma terceira via começava em Moçâmedes seguindo para leste também (135 km construídos entre 1905 e

1910, em exploração a partir de 1907). A maior parte destes caminhos-de-ferro haviam sido construídos por firmas inglesas e com capital inglês. A data do 5 de Outubro, cerca de 2/3 da rede ferroviária ultramarina estava nas mãos de companhias particulares (inglesas e portuguesas), ao passo que o terço restante se achava nacionalizado.

O desenvolvimento de comunicações internas, que não fossem caminho-de-ferro ou telégrafo, provou ser tarefa mais difícil. Nem Angola nem Moçambique dispunham de qualquer rede de estradas digna de menção ao findar o período monárquico. Quanto possível, os rios serviam de sucedâneos. Na maioria dos casos, as estradas detinham-se a poucos quilómetros das principais cidades, existindo apenas, daí para diante (quando existiam) picadas ou simples caminhos como vias de comunicação.

Do ponto de vista agrícola, a grande montra do Ultramar Agricultura português foi, durante muito tempo, a colónia de S. Tomé e Príncipe. Economicamente decadente até aos anos de 1860, rapidamente se elevou depois no conjunto das colónias portuguesas, com receitas públicas mais do que triplicando entre 1863 e 1867,

156

África

Fig. 32 - A propriedade na ilha do Príncipe em 1910 (segundo F. Mantero, simplificado)

- 1 - Sociedade de Agricultura Colonial (Roça Porto Real)
- 2 - Companhia da Ilha do Príncipe
- 3 - Herdeiros de João José Carneiro

- 4 - Empresa Agrícola do Príncipe
- 5 - Praia Inhome
- 6 - Pequenos proprietários

Organização

157

duplicando a seguir, entre esta última data e 1882 > tornando a dobrar até 1896, de novo até 1903 e quase novamente até 1910. No que respeita a exportações, a riqueza de S. Tomé e Príncipe passou de uns meros 18 contos (1842) a mais de 8000 contos (1910), com uma balança comercial francamente positiva. Nos começos do século XX, as duas ilhas eram consideradas uma colónia-modelo do ponto de vista económico e orgulhosamente exibidas a todo o mundo como prova evidente da capacidade colonizadora dos Portugueses. As razões deste *milagre+ económico assentavam nas bem administradas roças de café e cacau,

trabalhadas por uma mão-de-obra barata e servidas por um sistema assaz eficiente de relações comerciais. O café - introduzido do Brasil em 1800 - tomara a dianteira até 1890, substituindo a cana-de-açúcar como a produção mais importante da colónia. A partir de então, o cacau (introduzido em 1822) veio substituir, quase por completo, o café, com 95 % do valor total das exportações das duas ilhas (1910). À data da proclamação da República, o pequeno arquipélago contava-se entre os três maiores produtores mundiais de cacau. Espécie de jardim botânico equatorial, S. Tomé e Príncipe oferecia igualmente um habitat favorável a muitos outros produtos exóticos > tais como a quina, a baunilha, a borracha, a canela, o cravo, a cola, o chá, o algodão, o gengibre, o tabaco e o anil, a maior parte dos quais introduzidos no decorrer do século XIX. Roças e comércio, em sua maioria, estavam nas mãos de proprietários absentistas portugueses (tanto indivíduos como sociedades), embora o capital estrangeiro se mostrasse igualmente bem representado.

Nas outras colónias, a agricultura estava longe de conhecer sucesso paralelo. Em Angola, por exemplo, e mau-grado todos os esforços levados a efeito até começos do século, a borracha, de longe a exportação mais rendosa, não ia além de cerca de um terço a metade do valor do cacau de S. Tomé. A agricultura moçambicana, embora conhecendo um surto marcado desde a década de 1890 (sementes oleaginosas, borracha, açúcar), também não podia competir com a de S. Tomé. Técnicas agrícolas primitivas, escassez de capitais e rotina impediam todo e qualquer melhoramento.

158

Os velhos prazos de Moçambique (cf. cap. VII e IX), em total decadência durante a maior parte do século de Oitocentos, como que renasceram na década de 1890, tornando-se produtivos

Organização

159

para o Estado e para a colónia. Regulamentos promulgados em 1890 e em 1896 tentaram minorar a exploração da mão-de-obra africana pelos senhores dos prazos e promover um aproveitamento mais eficaz da terra.

Foi também em Moçambique que a necessidade de desenvolvimento acelerado, a partir de 1890, levou à constituição de privilegiadas companhias majestáticas, algumas das quais verdadeiros estados dentro do Estado. Seguia-se o exemplo das vizinhas British East Africa Company e British South Africa Company (1888-89). Em 1888, com capital predominantemente inglês e francês (, 1000 000), nascia a Companhia de Moçambique, que recebeu o seu estatuto de concessão de soberania três anos mais tarde. Ficou com poderes amplíssimos. nas regiões centrais da colónia, entre os rios Zambeze-Luenha e o paralelo 220 (140 000 km'), que incluíam autoridade administrativa e policial, cobrança de

impostos, direitos alfandegários e monopólio postal. Exercia supervisão sobre quase todas as actividades económicas naqueles territórios, podendo empreender obras, estabelecer ou auxiliar indústrias, criar bancos e instituições de crédito, exercer quaisquer ramos de comércio e indústria, arrendar ou transferir em parte as concessões agrícolas, mineiras, comerciais e industriais que lhe tinham sido feitas, etc.

Tinha ainda a obrigação de fundar escolas primárias e técnicas e estações experimentais agrícolas, de promover a fixação de famílias de colonos brancos, de concorrer para as despesas com a administração judicial e eclesiástica, etc. A Companhia de Moçambique fomentou a agricultura (arroz, algodão, borracha, cana-de-açúcar, café), o comércio (5500 contos em 1899, 8000 contos em 1907), a indústria (têxteis) e a actividade mineira (sal, diamantes, ouro), contribuindo decisivamente para o progresso da parte central de Moçambique durante mais de cinquenta anos. A população da sua cidade capital, a Beira, subiu de umas 700 almas (1891) para mais de 3400 (1910). A Companhia também construiu estradas, promoveu a construção do caminho de ferro Beira-Meníni (fronteira), e melhorou - consi-

deravelmente o estado dos seus portos. Várias companhias menores dependiam dela.

A Companhia do Niassa surgiu em 1893 com capital idêntico, inglês e francês em partes iguais. Obteve um estatuto majestático semelhante, que lhe dava soberania sobre quase 200 000 km² de território do norte de Moçambique, entre os rios Rovuma e Lúrio. Com sede no Ibo, a companhia tentou desenvolver as suas concessões, particularmente no que dizia respeito à produção mineira (ferro, carvão) mas nunca conseguiu rivalizar com a sua congénere mais a sul. A região achava-se muito menos penetrada por povoamento ou influência europeus. Rebeliões e receio de rebeliões indígenas exigiam uma prévia acção pacificadora por parte do exército ou da polícia, antes de se poder efectuar qualquer desenvolvimento económico de vulto. Como resultado, o volume total de comércio da Companhia do Niassa não foi além dos 1200 contos (1905), baixando depois até 1908, com deficits orçamentais e comerciais.

Muito menos privilegiada e sem poderes majestáticos existia ainda a Companhia da Zambézia, fundada em 1892 (com uma antecedente sua desde 1878) para se dedicar ao fomento agrícola do vale do baixo Zambeze (regiões de Quelimane e Tete). Menos rica em capital (, 600 000) e menos independente - o governo português possuía 1/10 das acções e recebia cerca de 30 % das receitas - mas também com obrigações muito menores, a Companhia exerceu influência marcada no progresso da área que lhe estava sujeita, construindo =a via férrea de Quelimane ao Maquival, abrindo canais e estradas, edificando sanatórios e fomentando actividades mineiras.

Além destas três companhias privilegiadas (uma quarta, a Companhia de Inhambane, autorizada em 1891, nunca se chegou a constituir), diversas outras sociedades foram criadas em Moçambique na última década do século XIX e na primeira do XX para actividades agrícolas' (sobretudo açúcar) e mineiras. Algumas fracassaram mas outras tornaram-se prósperas, contribuindo todas elas para o rápido crescimento da economia da colónia. Com efeito, as exportações moçambicanas superavam

de longe as de Angola nas vésperas da proclamação da República, o mesmo sucedendo quanto às receitas públicas.

Razão suplementar para o desenvolvimento de Moçambique CoMércio após 1890 foi o surto das ligações da colónia com o Transval e a Rhodésia, cujo tráfico internacional passou a servir-se dos portos de Lourenço Marques e da Beira. O caminho-de-ferro veio definitivamente consagrar a posição das duas cidades. Em Lourenço Marques, o tráfico comercial subiu de 1020 contos (1888) para 27 000 (1908), onde 90% cabiam às mercadorias em trânsito. Por volta de 1910, 57% do comércio externo transvaliano utilizava o porto de Lourenço Marques, contra 32% para Durban e 2% para a Cidade do Cabo. Diversos acordos foram assinados entre Moçambique e o Transval (especialmente em 1875), entre Moçambique e a África do Sul inglesa (1901, 1904, 1909) sobre comércio, utilização de vias férreas e exportação de mão-de-obra africana. Antes da guerra Anglo-Boer, uma média anual de 25 000 trabalhadores negros de Moçambique eram empregados nas minas do Transval. Em 1903 esse número subira para 80 a 90 000.

Nada de semelhante se verificava em Angola. Não existia hinterland estrangeiro desenvolvido bastante para fazer uso de portos e caminhos-de-ferro da colónia. Angola tinha de depender exclusivamente de si mesma e o seu progresso foi retardado por uma longa tradição de proteccionismo e de política económica obsoleta. A escassez de mão-de-obra (devida à exportação de braços para S. Tomé e Príncipe), aliava-se a escassez de capitais. Com dificuldade se obtinham investimentos estrangeiros. Uma companhia privilegiada (a Companhia de Moçâmedes), fundada em 1894 com capital predominantemente francês no total de , 570 000, tentou seguir, em Angola, o exemplo das companhias de Moçambique, mas com medíocres resultados, pelo menos até 1910. Ano após ano se registavam deficits e a Companhia não encarava quaisquer possibilidades de êxito até se achar concluído o caminho-de-ferro internacional de Benguela.

A economia das colónias mais pequenas só muito lentamente foi progredindo. No Estado da Índia não havia grandes condições de desenvolvimento, devido à formidável competição do seu

único e todo-poderoso vizinho, a Índia Inglesa, resignando-se a colónia a uma situação de quase total subserviência. Cabo Verde e a Guiné estagnaram, ao passo que o progresso de Timor até 1910 se mostrou tímido de mais para ser tomado em conta. Apenas Macau experimentou um certo renascimento a partir de 1845, quando o governo da metrópole a converteu em porto livre. O seu comércio não cessou de aumentar (ópio, seda, algodão, fogo de artifício, arroz, açúcar, chá, madeira, tabaco), atingindo maior amplitude, do que o de Angola e rivalizando com o de S. Tomé. Alas revelando-se principalmente chinês e internacional, Macau não assumia grande significado, nem para o Estado, nem para a burguesia portuguesa.

No surto económico e financeiro dos territórios ultramarinos portugueses, a fundação do Banco Nacional Ultramarino, em 1864, teve a sua influência. Estabeleceram-se filiais em Luanda, Cabo Verde e S. Tomé até 1868 e, depois, em Moçambique (1877). Os privilégios concedidos pelo governo ao banco foram várias vezes ampliados, incluindo o monopólio da emissão de notas.

No aspecto cultural o desenvolvimento do Ultramar português mostrou-se medíocre durante todo o século XIX e começos do XX. A habitual falta de dinheiro impedia todo e qualquer esforço de promover a, instrução quer ao nível central, quer aos níveis locais. A essa escassez de fundos somava-se frequentemente a ausência de interesse pelo fomento cultural das colónias. Ao fim e ao cabo, o número de colonos brancos era mínimo e a preocupação pelo nível educacional dos negros, nenhuma. E como fora de outra maneira, se o progresso cultural da Metrópole se mostrava tão lento e tão tímido em suas realizações?!

Reformas da instrução, em 1836, 1848 e 1868 tentaram fazer algo pelas colónias. O decreto de 1836 foi ao ponto de criar escolas médicas em cada distrito administrativo das províncias ultramarinas. Nenhuma se chegou a estabelecer. Muito antes de ensino superior, do que as colónias precisavam era de escolas primárias.

Embora homens de Estado como Sã da Bandeira - que governou o Ultramar na qualidade de ministro da Marinha em 1835-36, 1837, 1856-59, 1865 e 1870 - preconizassem o estabelecimento de escolas primárias para os filhos dos sobas e de escolas normais para a preparação de professores africanos, a instrução primária só muito vagarosamente se foi introduzindo nas várias províncias. Com a reforma de 1848, lançaram-se os fundamentos do ensino primário oficial que, na década de

1850, se pôde estabelecer de facto na maioria das colónias.

O ensino secundário começou também no mesmo decénio, em Goa, onde abriu as suas portas um primeiro liceu. Nas outras colónias, todavia, não existiram liceus até às décadas de

1890 (Macau) e de 1900. Escolas técnicas começaram a funcionar entre 1870 e 1880, em Goa, Angola e Moçambique, mas só muito, mais tarde (começos do século XX) em colónias como Cabo Verde e S. Tomé. Escolas mais especializadas haviam, no entretanto, surgido em Goa (Escola de Pilotos, 1871) e em Macau (Escola de Pilotos, 1862; Escola Náutica, 1881). Ainda em Goa abriram as suas portas, na década de 1850, três escolas normais.

Quanto a estudos superiores, só Ciências e Medicina se puderam instaurar, e apenas no Estado da Índia. As velhas escolas pombalinas de Marinha e de Artilharia fundiram-se numa Academia Militar, mais tarde reorganizada e intitulada Escola Militar e Matemática (1841). A Escola de Medicina e Cirurgia, criada em 1801, foi reformada vinte anos depois e, em 1842-44, convertida em Escola Médica, semelhante às de Lisboa e Porto. Falharam todas as tentativas de criar escolas médicas em Angola, Cabo Verde e Moçambique.

Em consequência, dezenas de jovens brancos, de parceria com alguns negros e indianos, vieram para Portugal matricular-se nas escolas primárias, secundárias e superiores, à custa de parentes abastados ou do governo. Muitos eram, na verdade, filhos da aristocracia africana e goesa, tal como São da Bandeira preconizara. Calculou-se que, entre 1834 e 1853, mais de cem jovens vieram estudar para a Metrópole, dos quais quarenta e oito oriundos de Goa.

A imprensa só lentamente se introduziu e desenvolveu nas possessões ultramarinas, à excepção da Índia e de Macau, onde existia desde os tempos áureos da Expansão. Durante o século XIX, foram-se publicando alguns jornais nas colónias, mas com pouca continuidade e deficiente redacção. Em cada território ultramarino, o órgão de imprensa mais importante era sempre o Boletim Oficial, jornal do governo, que muitas vezes incluía uma secção de notícias e até de temas literários. É interessante registar o aparecimento de uma tímida imprensa africana (de negros e mulatos) durante este período: em 1882 surgiu em Luanda um semanário bilingue, O Futuro de Angola, em português e em quimbundo. Boletins diocesanos e outras publicações tinham, por vezes, maior projecção e duração do que jornais e revistas de propriedade privada. Até aos começos do século XX, o Estado da Índia, Macau e Cabo Verde caminharam na dianteira no que respeitava a imprensa e à actividade literária.

Em Lisboa, como em geral na Metrópole, foi considerável o progresso do interesse científico pela África, sobretudo na segunda metade do século XIX. Em 1851 o governo encarregou o botânico austríaco, Dr. Friedrich Welwitsch, de

estudar a flora angolana, tarefa a que ele se dedicou durante sete anos de profícua investigação (1852-59). Sobre a fauna de Angola debruçou-se o cientista português José de Anchieta, em sucessivas missões a África a partir de 1864. A fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa (1875) teve influência decisiva nos estudos de geografia tropical, etnografia, antropologia, história, botânica, zoologia, geologia e demais ciências relacionadas. Por todos os meios a Sociedade de Geografia pretendeu estimular o conhecimento científico da África Portuguesa. Ajudou a organizar expedições. Fundou museus e uma rica biblioteca. Publicou livros, panfletos e artigos sobre todos os aspectos da ciência e da vida africanas (como também asiáticas). Sob a direcção de Luciano Cordeiro (1844-1900), a Sociedade de Geografia de Lisboa atingiu um alto nível internacional entre as suas congéneres.

Nos fins do século XIX e começos do XX, o Estado providenciou também sobre a criação de diversos serviços de investi-

Organização

165

gação científica ligada ao Ultramar, nomeadamente nos âmbitos da geologia, meteorologia, veterinária e hidrografia. Várias missões partiram para África, com o objectivo, por exemplo, de estudar e combater a doença do sono, área em que os Portugueses (sob a direcção do Dr. Aires Kopke) tiveram prioridade mundial. Em 1902, foi aberto em Lisboa o Instituto de Medicina Tropical - com uma escola e um hospital anexos - que depressa pôde enfileirar entre os melhores da Europa. Também uma escola de assuntos ultramarinos abriu as suas portas na capital em começos do século XX.

Bibliografia - Além das obras gerais já mencionadas (sobretudo a História da Expansão Portuguesa no Mundo, vol. III), o como que relatório de Angel Marvaud sobre Portugal e suas Colónias (*Le Portugal et ses Colonies. Étude politique et économique*, Paris, Félix Alcan, 1912) presta inúmeros serviços, especialmente para as questões económicas e financeiras. O livro clássico de Manuel Pinheiro Chagas, *As Colonias Portuguezas no seculo XIX (1811 a 1890)*, Lisboa, A. M. Pereira, 1890, ainda se mostra de enorme utilidade. A caótica História das Colónias Portuguesas, de Francisco Rocha Martins, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933, dá alguns informes, mas precisa de ser utilizada com grande cuidado. Falta-nos claramente uma boa obra de conjunto restrita aos assuntos ultramarinos.

3 -Os eventos políticos

A história política da África e da Ásia portuguesas durante o século XIX e os começos do século XX caracterizou-se por uma intensa actividade diplomática, destinada a manter e a alargar os territórios existentes, e por uma não menor actividade guerreira que os ocupasse com continuidade.

Até 1885 não havia propriamente uma política europeia em relação à África. Cada país com ambições coloniais - a Inglaterra, a França, a Alemanha - procurava ocupar ou estender a sua influência sobre os territórios que lhe interessavam, fosse em regiões havidas por *vagas+, fosse à custa dos outros. Direitos históricos, verdadeiros ou falsos, serviam muitas vezes para justificar este ou aquele acto de conquista, ou a sua contra-ofensiva. Entre todas as nações da Europa, Portugal era a que seguia uma política mais assente em fundamentos históricos, porque Portugal se mostrava, de longe, a mais fraca das potências coloniais, em todos os aspectos: força militar, mão-de-obra colonizadora e recursos económicos.

Guiné e A norte do equador, tanto franceses como ingleses ameaça-
0110 da Guiné vam os direitos de Portugal a uma ocupação efectiva da costa da

Guiné. A ilha de Bolama foi particularmente visada. Os Ingleses tinham efectuado nela um primeiro desembarque,, em finais do século XVIII, que voltaram a repetir na década de 1830. Mas os

Os eventos políticos

167

Portugueses, com uma pequena força militar estabelecida na ilha a partir de 1828, resistiram, recusando-se a abandonar Bolama. De parte a parte se registaram actos de violência até que, em 1860 a Grã-Bretanha mostrou a intenção de converter Bolama numa parte da sua colónia da Serra Leoa. Portugal lavrou o seu protesto, conseguindo que a Inglaterra aceitasse arbitragem internacional. O presidente dos Estados Unidos, Ulysses Grant, escolhido como árbitro, reconheceu os direitos de Portugal (1870), decisão que a Grã-Bretanha acatou.

Quanto aos Franceses, haviam-se gradualmente fixado na região guineense, e, pelos fins da década de 1820 e na de 1830, fundaram várias feitorias ao longo do rio Casamansa, que Portugal considerava território seu desde havia muito. Só em 1886 se chegou a um acordo entre os dois paSses, segundo o qual os Portugueses desistiam de todos os direitos na bacia do Casamansa (incluindo o porto de Ziguinchor) em troca da renúncia, pela França, à área de Cacine.

No golfo da Guiné, Portugal não levantou obstáculos ao avanço de franceses e de ingleses. Apenas considerou seu o minúsculo território de S. João Baptista de Ajudá, praticamente reduzido a uma fortaleza de pouco préstimo, sem tentar, de forma alguma, a anexação de territórios contíguos. Por sua vez, a França respeitou a bandeira portuguesa em Ajudá, aceitando o forte como enclave na colónia do Dahomey.

Ao longo da costa angolana, pretensões britânicas e france- Angola sas
puseram também em perigo os interesses de Portugal, levando, em última análise,

a alguma perda de suserania efectiva. Os Ingleses contestaram a soberania portuguesa sobre Ambriz (excelente porto no norte de Angola) e, especialmente, sobre a foz do Zaire, incluindo Cabinda na sua margem norte. Pretensões semelhantes foram desenvolvidas pelos Franceses na região do Congo. Com mais exactidão, punham-se em dúvida os direitos de Portugal entre os paralelos 80 e 50 12' S. Ambriz era um centro importante do tráfico de escravos e de outros tipos de comércio. Quando os governos saídos do Setembrismo decidiram ocupá-lo permanentemente - o que fizeram em 1839 - a

Inglaterra lavrou o seu protesto. Navios britânicos, que apareciam com frequência no norte de Angola - a pretexto de impedir o tráfico negreiro - tentaram por várias vezes conseguir o apoio dos Negros, incitando-os à revolta contra Portugal. Em 1855, todavia, foi possível instalar em Ambriz uma força militar efectiva e permanente e dar-se início à ocupação regular do território, facto que os Ingleses a pouco e pouco aceitaram. Já no rio Zaire Portugal não teve igual sorte e, se conseguiu conservar Cabinda (onde a sua presença não levantava dúvidas), perdeu em contrapartida o direito à ligação entre aquele território e Angola. Cabinda tornou-se assim, um enclave em zonas francesa e congoleza (mais tarde, belga), como ainda hoje o é.

Moçambique Na costa oriental, a Inglaterra e a Alemanha exerceram as

principais ameaças. Durante muito tempo, os Ingleses tentaram expulsar Portugal da região de Lourenço Marques, dando-se conta da tremenda importância desse porto para o desenvolvimento económico do hinterland correspondente. A história da fixação europeia em Lourenço Marques mostrou-se, por isso, rica em episódios. No século XVIII, holandeses e austríacos alternaram com os Portugueses no envio de navios mercantes e de pequenas forças militares para a zona disputada. Na década de 1820 começaram as querelas internacionais sobre a posse da baía: os Portugueses tinham construído uma nova fortaleza na região e mostravam-se pouco dispostos a ceder os seus direitos aos Ingleses, sucessores de holandeses e austríacos. Uma vez mais foram tentadas sortes diplomáticas junto dos sobas africanos, para os decidir a tomar partido a favor de qualquer dos lados contra o outro. Mas a atitude das tribos zulus locais (Zulus Watutsi, chamados Vátuas pelos Portugueses) era antes de oposição e combate estrénuo contra toda e qualquer forma de ocupação europeia permanente: repetidas vezes atacaram os colonos portugueses infligindo-lhes pesadas baixas, matando muitos, destruindo propriedade e obrigando-os a retirar. Factos como estes tomavam muito precária a ocupação portuguesa na baía de Lourenço Marques, fortalecendo as pretensões inglesas. Foi só na década de 1870 que nova arbitragem

Os eventos políticos

internacional pôde resolver a questão: o presidente francês Mac-Mahon reconheceu formalmente a soberania plena de Portugal em Lourenço Marques e territórios adjacentes (1875).

No extremo norte de Moçambique, a fixação da fronteira levou também a problemas. Os Alemães haviam ocupado a

actual Tanzânia (Tanganica) decidindo hastear a bandeira imperial em ambas as margens do rio Rovuma. Em 1894 desembarcaram na margem sul, expulsaram a diminuta autoridade portuguesa e substituíram-na pela alemã. Apesar dos protestos do governo de Lisboa, estenderam a sua ocupação a uma espécie de triângulo territorial - o triângulo de Quionga - que só com o fim da Guerra de 1914-18 reverteria para Portugal.

Contudo, o autêntico grande problema que ocupou sucessivos governos e onde todos os esforços portugueses fracassaram disse respeito ao interior da África tropical, no que constituía a ligação entre Angola e Moçambique.

Na década de 1870, a Grã-Bretanha gizara um plano de expansão colonial que, se levado, a efeito sem contestação, lhe conseguiria lugar cimeiro no panorama mundial, destruindo o equilíbrio europeu. A Alemanha (sob Bismarck) e, com muito menor projecção, a França (consideravelmente enfraquecida depois da guerra contra a Prússia) procuraram, por todos os meios, travar essa expansão ilimitada e substituí-la por um acordo internacional que conduzisse, em África também, a uma situação de equilíbrio. Para esse efeito se reuniu em Bruxelas a conferência internacional de 1876.

Oficialmente denominado *Conferência Geográfica+ e convocado pelo rei da Bélgica, Leopoldo II, o encontro levou à criação de uma Associação Internacional Africana, teoricamente definida como associação científica e filantrópica, organizada com o fim de promover a exploração e a civilização da África Central. Na prática, a associação tinha implícitos fins políticos também. O rei Leopoldo surgiu como uma espécie de árbitro na cobiça e na rivalidade das grandes potências e a Bélgica como um competidor inofensivo mas útil entre a Inglaterra, a Alemanha e a França. Portugal não foi convidado, o que correspondia à

política deliberada de ignorar as suas pretensões coloniais, como provindas de uma nação pequena e subdesenvolvida. A Conferência -de 1876 foi coetânea da grande expedição de Stanley à África Central. Dois anos mais tarde, o explorador americano era oficialmente contratado pela Associação Internacional do Congo, organismo sob o patrocínio do rei Leopoldo II, que todas as potências europeias

(incluindo Portugal) reconheceram como estado independente, de estatuto soberano, em 1884-85.

Por essa época, a penetração belga e francesa na região do Congo veio favorecer um acordo provisório entre ingleses e portugueses. Atendendo às circunstâncias, a Grã-Bretanha reconheceu a soberania de Portugal sobre as duas margens do Zaire (tratado de Londres, 1884), de preferência a deixá-las cair em mãos de menos confiança. Contudo, Alemanha, França e Bélgica reagiram sem demora, conseguindo evitar a ratificação do tratado. Para resolver este e outros problemas africanos, Bismarck convocou então uma conferência internacional em Berlim (1884-85), para a qual convidou Portugal. Em 26 de Fevereiro de 1885, a Conferência gizava um *Acto Geral+ que procurava definir *um novo direito público colonial+. Segundo esse Acto Geral, a ocupação efectiva vinha substituir os direitos históricos. Deste modo, a Conferência de Berlim invalidava o tratado de Londres, de 1884, forçando os Portugueses a um esforço rápido e praticamente impossível de envio de tropas e funcionários civis para todas as áreas que pretendiam suas.

O *Afapa Contudo, Portugal não renunciou com essa facilidade. De Cor-de-Rosa+ 1885 a 1890 foram organizadas diversas expedições e tentada uma

ocupação mínima dos territórios entre as duas costas. Era, evidentemente, tarde demais, e os governos não dispunham de verbas, nem de gente, nem sequer de persistência bastante para levar a efeito um empreendimento de tal vulto. Em vez disso, Lisboa perdia-se em congeminções teóricas de como estabelecer um grande Império, o qual, pela sua própria configuração, ia embater com os planos imperialistas britânicos. Cecil Rhodes, ao tempo muito activo na África do Sul, cunhara o famoso lema *domínio inglês do Cabo ao Cairo+, surgindo portanto como o

Os eventos políticos

171

inimigo natural dos sonhos portugueses. Em 1887, o ministro dos Negócios Estrangeiros do governo progressista de José Luciano de Castro, Henrique Barros Gomes, apresentava à Câmara dos Deputados um mapa da *África Meridional Portuguesa+ (datado de 1886), segundo o qual Angola e Moçambique apareciam ligadas. Como a totalidade dessas possessões se achava colorida

Fig. 34-0 Mapa Cor-de-Rosa

em tom rosado, o mapa passou à história com o nome de *Mapa cor-de-Rosa+. Ora, o *mapa-cor-de-rosa+ contrariava todos os planos expansionistas da Inglaterra e, nomeadamente, os de Rhodes. Além da Angola tradicional, considerava portugueses todos os

territórios a sul do paralelo 110 S (com poucas excepções) e até ao paralelo 18,50 S. Do meridiano 260 (oeste de Greenwich) para oriente, as áreas reclamadas pelos Portugueses prosseguiram para sueste até ao distrito de Gaza, no actual Moçambique. Em termos de hoje, atribuía-nos quase toda a Zâmbia, o Malawi e a Rhodésia.

No entanto, o governo português assinara (1886) com a França e com a Alemanha dois tratados que definiam os limites fronteiriços na Guiné, no sul de Angola e no norte de Moçambique. Segundo o primeiro destes acordos, Portugal perdia vários territórios na bacia do Casamansa, compensados em parte pelo facto de a França nos reconhecer a fronteira norte de Cabinda. Pelo tratado com a Alemanha, a fronteira meridional de Angola era fixada no rio Cunene e a de Moçambique no curso do rio Rovuma. Ambas estas linhas de fronteira sacrificavam os interesses e as pretensões tradicionais de Portugal - nomeadamente a costa angolana até ao Cabo Frio - a um apoio aleatório de Bismarck à política do mapa cor-de-rosa.

o Ultimato Durante 1888 e 1889, Portugal tornou claro que projectava

começar sem demora a ocupação das áreas em litígio. Foram planeadas diversas expedições, encarregando-se o major Serpa Pinto de percorrer e estudar o território onde se viria a construir um caminho-de-ferro ligando o lago Niassa à costa oriental. Mas não tardaram a registar-se umas quantas escaramuças com as tribos dos Macololos que alegavam obediência à bandeira inglesa. Estes e outros incidentes levantaram na imprensa britânica uma agressiva campanha contra Portugal. Diga-se de passagem que o governo inglês sempre rejeitara a doutrina do *Mapa Cor-de-Rosa+, prevenindo o governo português das suas possíveis consequências práticas. A política germanófila de Barros Gomes, todavia, iludida com o teórico apoio alemão às pretensões portuguesas, prosseguia na sua rota imprudente. Entre os dois aliados, as relações deterioraram-se com rapidez e, em 11 de Janeiro de

1890, o governo conservador de Lord Salisbury enviava um ultimato a Portugal, exigindo-lhe a retirada imediata de todas as forças actuantes na região do Chire (Niassalândia) e das terras, quer dos Macololos quer dos Machonas (actual Rhodésia). A alternativa era uma quebra de relações diplomáticas, com o provável recurso à força.

Face à ameaça de guerra, o governo progressista submeteu-se e mandou evacuar os territórios em questão dentro do prazo estipulado pelo ultimato. Durante os meses que se seguiram, Por-

Os eventos políticos

tugal tentou conseguir da Inglaterra o recurso a qualquer forma de conferência ou arbitragem internacional que decidisse da questão, mas sem resultado. Nem a Alemanha nem a França mostraram qualquer desejo de interferir, o que obrigou o governo português a aceitar todas as exigências britânicas. Através do País, e sobretudo em Lisboa, a opinião pública só contribuiu para piorar a situação, com os seus clamores histéricos contra a Inglaterra e com as pressões exercidas sobre a acção dos governantes. Na Grã-Bretanha, também os sentimentos anti-portugueses atingiram um limite perigoso para a manutenção das relações entre os dois estados. E incidentes locais em Moçambique vieram ainda envenenar mais todo o ambiente.

Fig. 35-Territórios atribuídos a Portugal segundo o tratado de 1890 (segundo R. J. Hammond)

Um primeiro tratado entre os dois países, assinado em 1890 (Hintze Ribeiro detendo então a pasta dos Negócios Estrangeiros) foi rejeitado pelas Câmaras e pela opinião pública em geral. O governo regenerador de António de Serpa, que sucedera ao progressista, pediu a demissão, e o novo ministro dos Estrangeiros, Barbosa du Bocage, conseguiu negociar um

África

modus-vivendi de seis meses, que confirmava a ocupação britânica dos territórios pretendidos por Portugal. Só em Junho de 1891 foi possível ratificar um segundo tratado com a Grã-Bretanha: ligeiramente menos favorável para os interesses portugueses do que o rejeitado (o qual ainda nos concedia uma faixa de território ligando Angola com Moçambique), reconhecia não obstante, a Portugal, territórios onde os Portugueses jamais haviam posto pé. Em Maio, outro tratado, desta vez com o *Estado Livre do Congo+, presenteava Portugal com uma vasta área em Angola, a oriente do rio Guango (actual Lunda). Paradoxalmente, ao substituir um território vago, falho de ocupação e de fundamentos meramente históricos, por duas possessões bem definidas com 2 000 000 de quilómetros quadrados ao todo, os tratados de 1891 dotaram Portugal com novo império - o terceiro na sua história -, quase tão grande como o Brasil na sua extensão máxima de efectiva ocupação portuguesa. E, ainda por cima, concediam-no numa época em que o número de colonos e de soldados brancos em Angola e Moçambique não atingia as vinte mil pes

soas. No Brasil, em vésperas da independência, viviam cerca de 900 000 brancos e mais de 1 milhão de mestiços europeizados.

Algumas disputas fronteiriças ficaram para regularizar mais tarde. No Sul de

Angola, por exemplo, o Barotse só veio a ser dividido entre a Grã -Bretanha e Portugal em 1903, por arbitragem italiana. Muito depois, na década de 1920, chegou-se a acordo sobre a fixação da fronteira angolana, por tratados firmados com a Bélgica e com a África do Sul. O mesmo sucedeu na Guiné, onde alterações pouco importantes da região fronteiriça ocorreram nas décadas de 1890 e de 1900. Mas, essencialmente, o mapa da África Portuguesa fora delineado em 1891.

No Extremo Oriente, os problemas de Portugal puderam solucionar-se com maior facilidade. Na Índia, a Grã-Bretanha e Timor

reconheceu as fronteiras de Goa, Damão e Diu tal como definidas no século XVIII (ef. cap. IX), sem levantar questões sobre a presença portuguesa. Em Macau, Portugal decidiu-se a tirar partido da fraqueza da China durante todo o século XIX, a fim de vincar a sua plena soberania sobre o pequeno território. Um tratado com o Império Chinês, assinado em 1862, não chegou a ser ratificado pelos Chineses. Vinte e cinco anos mais tarde, novo tratado deparou com idêntica resistência, facto que se repetiria em 1908 e, uma vez mais, na década de 1920. Até ao presente, a China sempre se tem recusado a aceitar a plena propriedade portuguesa de Macau, embora, para efeitos práticos, a soberania de Portugal se mostrasse absoluta de meados do século XIX a meados do século XX.

Em Timor, dificuldades de tipo financeiro induziram o governador local a assinar, em 1851, um tratado com a Holanda, que alienava os direitos portugueses a Solor e à ilha de Flores, situada próxima. Embora denunciado pelo governo português, as suas consequências práticas foram renovadas num acordo formal entre os dois países, firmado em 1859 e ratificado um ano depois. Este tratado definia a fronteira entre o lado holandês de Timor e o lado português, reconhecendo a Portugal a posse do enclave de Ocussim. Com algumas correcções pouco impor-

tantes, introduzidas em 1902, o território da colónia permaneceria o mesmo até à actualidade.

Acordos Definições e rectificações de fronteira, todavia, não chegavam para satisfazer o apetite das grandes potências pelas colónias portuguesas. Como já foi dito (ef. cap. X), o tratado anglo-alemão de 1898 previa uma partilha económica de Angola, Moçambique e Timor entre os dois contratantes, no caso de Portugal ser forçado a obter um empréstimo externo baseado nos rendimentos alfandegários do Ultramar. Uma convenção secreta anexa mencionava a possibilidade de partilha política: *na hipótese de Portugal renunciar aos seus direitos de soberania sobre Moçambique, Angola e Timor, ou, por qualquer outra maneira, perder esses territórios+. A Alemanha ficaria com a metade norte de Moçambique até ao Zambeze, a metade sul de Angola, e Timor, enquanto a Inglaterra se apoderaria das partes restantes de Angola e de Moçambique.

Contudo, a eclosão da guerra anglo-boer (1899) aproximou novamente Portugal da sua mais antiga aliada. Os Ingleses precisavam agora da colaboração portuguesa e das possibilidades oferecidas pelos portos de Moçambique. De acordo com um tratado secreto, assinado em Windsor, em Outubro desse ano, a Grã-Bretanha comprometia-se a reconhecer e a garantir a integridade territorial de Portugal e suas colónias, declarando Portugal a sua neutralidade no conflito e permitindo a passagem de tropas inglesas pelo território moçambicano, a caminho do Transval. Quando a guerra chegou ao seu termo (1902), a África Oriental Portuguesa e a Grã-Bretanha dependiam uma da outra mais do que nunca. Enquanto Portugal aceitasse a influência económica da Inglaterra, esta garantir-lhe-ia as fronteiras do Ultramar. Para mais, ante a ameaça crescente do imperialismo germânico aos interesses ingleses, parecia claro que a Grã-Bretanha não estava disposta a acolher favoravelmente um expansionismo alemão em África à custa de Portugal. Ainda viria a ser negociado, em 1913, novo acordo anglo-alemão sobre as colónias portuguesas, mas mais como política apaziguadora e transitória por parte da Inglaterra do que como ameaça real

Os eventos políticos

177

às colónias portuguesas. Não obstante, as possessões ultramarinas de Portugal estavam longe de seguras nas vésperas da 1.ª Grande Guerra, expressando a Alemanha, sem sofismas, os seus propósitos imperialistas sobre Angola, Moçambique e as outras colónias. A diplomacia portuguesa exercia-se sem desfalecimentos, devendo salientar-se a actividade de homens como o marquês de Soveral, ministro em Londres durante os reinados de D. Carlos e D. Manuel II, e do seu sucessor, Manuel Teixeira Gomes, a partir de 1911. Foi contudo a eclosão da Grande Guerra e a intervenção de Portugal ao lado dos Aliados que definitivamente salvaram o Império Português Africano.

A história interna de Angola, Moçambique e Guiné até começos do século XX caracterizou-se por uma actividade guerreira quase permanente, motivada pelas operações de conquista e subjugação das tribos africanas. As habituais dificuldades financeiras por parte da Metrópole sempre impediram que fosse levada a efeito uma política bem-planeada e bem-executada de subjugação militar. As forças expedicionárias chegavam muitas vezes quando já era tarde demais, dispondo quase sempre de preparação e equipamento medíocres. Assim, a obtenção de vitórias decisivas demorava mais do que seria lógico e dependia frequentemente de actos individuais de bravura, em vez de resultar de empresas militares organizadas.

As campanhas oitocentistas na Guiné tiveram início na Guiné década de 1840, com auxílio eventual da França. Operações mais sistemáticas só principiaram nos anos de 1880 e, desde então, até à guerra de 1914-1918, puderam

registar-se uma ou mais campanhas anuais contra os Papéis, os Balantas, os Fulas, os Biafadas ou os Manjacos. Algumas saldaram-se por desastre mas outras por resultados' brilhantes e, a pouco e pouco, a autoridade portuguesa foi aumentando, Como último e decisivo conquistador da Guiné mencione-se o major Teixeira Pinto (1876-1917), que viria a morrer na frente de Moçambique durante a primeira Grande Guerra. Teixeira Pinto, já com uma folha de serviços distinta, em Angola, dirigiu quatro campanhas

178

África

na Guiné (1913-15), onde teve o cuidado de conciliar a acção terrestre com cobertura marítima e colaboração indígena.

Angola Em Angola, foi possível conseguir períodos mais longos

de paz e obediência à bandeira portuguesa e com esforços relativamente menores. Depois de campanhas dispersas nas décadas de 1850 e 1870, nova era de actividade belicosa intensiva se assinalou nos meados da década de 1880 sob o hábil comando de Artur de Paiva (1858-1900). As suas expedições mais importantes atingiram Caconda (1883), o rio' Cubango (1888), o Bié (1890), a região do Cunene (1892) e o Humbe (1897), mostrando-se fundamentais para assentar a soberania portuguesa sobre a maior parte de Angola. Substituiu-o como herói cimeiro Alves Roçadas (1865-1926), famoso pelas suas campanhas no Cuamato (1904-07). Nos começos da Grande Guerra tomou-se novamente necessário pacificar algumas tribos angolanas, incitadas pela Alemanha a revoltar-se contra Portugal. Alves Roçadas e, depois dele, Pereira de Eça, (1852-1917) conseguiram, no entanto, corroborar a soberania portuguesa nas campanhas do sul de Angola de 1914 e 1915.

Moçambique Das três colónias, todavia, foi Moçambique, se não a mais

difícil de subjugar, pelo menos aquela em que as operações militares alcançaram maior âmbito e onde os heróis coloniais exibiram os seus feitos mais ousados. No Sul, os Portugueses tinham de fazer face a um estado negro relativamente bem organizado, o *Império+ Vátua, que senhoreava vasto território no centro e sul de Moçambique e em parte da Rhodésia.

O *imperador+ Gungunhana, chefe supremo dos Vátuas, representava uma ameaça constante à soberania portuguesa. Dos colonos ingleses e sul-africanos, os Vátuas recebiam auxilio militar, financeiro e técnico, com o fito de enfraquecer a autoridade portuguesa e de a substituir, num futuro. mais ou menos próximo, pela inglesa.

Mas os Vátuas não constituíam o único perigo. Para norte, os povos africanos islamizados ofereciam igualmente resistência tenaz, revoltando-se onde quer que os Portugueses tentassem um

povoamento permanente, atacando com frequência as aldeias e cidades costeiras. A conquista do sultanato de Angoche, por exemplo, custou a Portugal muitas vidas; uma primeira vitória, na década de 1860, foi seguida de novo desaire, continuando as tentativas de submissão até 1910. Em Massangano, as expedições de 1867-69 sofreram derrota. Até aos anos de 1880, os levantamentos de tribos africanas em todo o Moçambique causaram numerosas vítimas e destruições.

Na década de 1890, os ataques vátuas a Lourenço Marques provocaram enorme receio entre a população branca e europeizada. O antigo ministro da Marinha, António Enes (1848-1901), foi nomeado Comissário Régio para Moçambique, com amplas atribuições (1895). Colonialista e homem de Estado dos mais competentes, ajudado por um grupo notável de conselheiros, de que teve o cuidado de se fazer rodear, António Enes preparou até ao pormenor uma campanha sistemática contra os Vátuas. Sob a chefia do major Caldas Xavier conseguiu-se uma primeira e retumbante vitória em Marracuene. O governo da Metrópole enviou reforços comandados pelo coxonal Eduardo Galhardo (1845-1908). As suas tropas, quer sob sua chefia directa, quer sob a dos seus subordinados mais próximos, Freire de Andrade, Paiva Couceiro e outros, combateram com galhardia, obtendo vitórias muito afamadas ao tempo (Magul; Coolela). No território de Gaza, foi criado um novo distrito militar, confiado a Mousinho de Albuquerque (1855-1902). Num feito heróico, Mousinho marchou com um punhado de homens até Chaimite, a *capital+ vátua, prendendo o Gungunhana (1895), que trouxe para Portugal onde veio a falecer. Alguns meses mais tarde, Mousinho de Albuquerque substituiu António Enes como governador-geral de Moçambique, prosseguindo as campanhas militares. Os seus sucessores no governo e no comando continuaram a subjugação da colónia durante as décadas de 18.90 e 1900, até vésperas da LI, Grande Guerra.

Na Índia registaram-se algumas guerrilhas e rebeliões contra a governação portuguesa. Essas revoltas, todavia, assumiam carácter muito mais político, muitas vezes como reflexo da con-

180

turbada situação política metropolitana. Na década de 1850, uma rebelião, que levou tempo a liquidar, opôs hindús a europeus. Nos começos de 1870, nova rebelião militar reflectiu o descontentamento local com uma projectada reforma do exército que, entre outras consequências julgadas desprestigosas, implicaria um aumento de impostos. A revolta prolongou-se por alguns anos, evoluindo numa espécie de guerrilha que tomou tempo, vidas e dinheiro aos Portugueses. Em 1895, novo movimento anti-europeu se registou. Os soldados maratas, por um pretexto de somenos importância, levantaram o pendão da revolta, agitando a colónia durante meses. Seguiu-se uma repressão violenta por parte das autoridades e a ordem só veio a ser em definitivo restabelecida com o governo, simultaneamente forte e

diplomático, do general Joaquim José Machado (1897-1900). Todas estas revoltas obedeciam a motivações muito complexas e progrediam de acordo com toda a espécie de razões locais, por vezes mínimas. Tensões raciais vinham de par com opressão fiscal, querelas entre indivíduos e interesses particulares.

Macam Em Macau, a única revolta digna do nome registou-se durante o governo do oficial de marinha Ferreira do Amaral (1846-49). O Governador exerceu uma política de violência que visava impôr a plena soberania portuguesa sobre o território, tanto do ponto de vista político como do económico. As suas medidas autoritárias e repressivas tiveram como resultado uma revolta declarada, que culminou com o ataque à pessoa do governador, e sua morte (1849). Este evento poderia ter dado início a um assalto geral chinês a Macau, não fora o feito heróico do tenente Vicente de Mesquita (1818-1880) que, com trinta e seis homens e uma peça de artilharia, conseguiu apoderar-se do forte de Passaleão ocupado por algumas centenas de chineses, impondo assim o seu prestígio e o da bandeira portuguesa.

Timor Em Timor registaram-se diversas ameaças de rebelião indígena mas o sistema militar português teve sempre a eficiência

Os eventos políticos

181

necessária para as conter, com poucas vítimas. O coronel Celestino da Silva, que governou Timor durante catorze anos (1894-1908) conseguiu a subjugação e pacificação das várias tribos, impondo a ordem em todo o território e decretando algumas medidas sábias e progressivas.

Bibliografia -Embora sejam numerosos os livros e artigos sobre história política e militar do Ultramar português durante o século XIX, dificilmente encontraríamos uma boa obra de síntese, recomendável sem reservas. Consultem-se, como melhores, a História de Portugal, por Damião Peres, vol. VII, Barcelos, Portucalense Editora, 1935, e a História da Expansão Portuguesa no Mundo, dirigida por António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, vol. III, Lisboa, Ática, 1940.

Em língua inglesa podem citar-se algumas monografias que respeitam aos aspectos internacionais da política portuguesa em África: Richard J. Hammond, Portugal and Africa 1815-1910: A Study in Uneconomic Imperialism, Stanford University Press, Stanford, Calif., 1966; Erio Axelson, Portugal and the Scramble for Africa 1875-1891, Witwatersrand University Press, Johannesburg, 1967; Mabel V. Jackson. Eight, European Powers and South-East Africa: a Study of International Relations on the South-East Coast of Africa 1796-1856, New York e Washington, Praeger, 1967; e Philip R. Warhurst, Anglo-Portuguese Relations in South-Central Africa 1890-1900, Londres, Longmans, 1962.

CAPÍTULO XII

A PRIMEIRA REPÚBLICA

1 -Os problemas básicos a resolver

À roda dos seis milhões andava o número de habitantes da república democrática Portuguesa. O censo de Dezembro de 1911, atrasado de um ano para se normalizar a vida do novo regime, registou precisamente 5 960 056 pessoas no Continente e nas ilhas dos Açores e da Madeira. O de 1920 - retomada a contagem no fim de cada decénio - indicou quase o mesmo: 6 032 991 habitantes. É que só a emigração desfalcara o País em quase meio milhão de indivíduos, o mais alto número de todos os tempos até essa data, e apenas ultrapassado nos nossos próprios dias. As epidemias de 1918 e 1919 levaram mais sessenta mil almas. A guerra, por fim, arrecadou, entre mortos e incapacitados por ferimentos e doenças, mais de 10 000 Portugueses da Metrópole, todos eles homens válidos, todos eles na força da vida e da procriação. Não admira que o crescimento demográfico tivesse baixado dos quase 10% de 1900-1911 para pouco mais de 1% na década imediata.

Logo que acabou a Guerra e foi afrouxando a fuga de gente pelas medidas preventivas dos estados americanos, a taxa de crescimento voltou a aumentar: 13,1% entre 1920 e 1930. Neste ano, contaram-se 6 825 883 Portugueses.

A grande maioria desta gente toda habitava o campo. Só menos de vinte por cento era de condição urbana. E destes 20%, muito mais de metade vivia em duas cidades apenas: Lisboa e Porto. A população da capital galgara 10% - 435 000 pessoas em

1911, 486 000 em 1920 - quando a totalidade do País não excedera um décimo de subida. Nos anos de Vinte, registou-se em Lisboa um crescimento na ordem dos 22% contra 13% apenas em todo o Portugal. Em 1930, Lisboa quase atingia as seiscentas mil almas. O crescimento do Porto mostrava cifras mais modestas, como sempre: 194 000 (1911), 203 000 (1920), 232 000 (1930), ou seja, taxas de 4,6% e 14,2% respectivamente. As outras cidades tinham pouco significado e a sua população até baixara na década trágica da emigração, das epidemias e da guerra. Depois voltou a subir, é certo, e em proporção até muito maior que qualquer das duas metrópoles: 38 % nos dez anos posteriores a 1920.

Assim, o que desde já importa salientar é, por um lado, o urbanismo para Lisboa e para o Porto em todos os vinte anos e, pelo outro, o urbanismo em geral no decénio de 1920-30. O peso da capital subiu de 7,2% no total demográfico do País

(1911), para 8% (1920) e para 8,7% (1930).

Distribuída irregularmente de Norte a Sul, eminentemente rural nas suas actividades, a população de Portugal podia, pois, dividir-se com singular nitidez em dois grandes grupos, que em nível de vida, desenvolvimento cultural e efectividade política correspondiam, grosso modo, à clivagem cidades-campo mas, principalmente, Lisboa e Porto - campo. Era nas cidades, era acima de tudo nas duas metrópoles (visto que as outras pequenas cidades não passavam de centros essencialmente rurais), que o poder de compra e o índice de cultura se tornavam comparáveis - ainda que geralmente inferiores - aos de outros países do mundo civilizado e economicamente evoluído de então. Isso explica que a história política do Portugal democrático fosse sobretudo a história política de Lisboa e do Porto, isto é, a história de pouco mais de um décimo da população do País dominando ou tentando dominar os outros oito a nove décimos (não foi por mero acaso que a República se implantou em Lisboa e se proclamou depois, pelo telégrafo, no restante País, com pouca colaboração revolucionária efectiva). A reacção, provocada ou consciente, de parte dessa maioria, ajuda também a compreender as oscilações pendulares da política

Os problemas básicos a resolver

187

portuguesa nesse período. Uma excepção ao predomínio cultural e político de Lisboa (e um tanto, também, do Porto) só a iríamos encontrar em Coimbra, cidade sede da única universidade do País em 1911. Mas Coimbra representava a reacção - quer cultural, quer política - e, neste sentido, mostrava-se bem mais rural do que urbana. O seu corpo docente esteve em geral na oposição conservadora e até monárquica à La República (os governos democráticos hostilizaram por várias vezes a Universidade de Coimbra, mas nunca tiveram força bastante para a *depurar+ por completo).

Os problemas da emigração e do excessivo peso de Lisboa nunca puderam ser resolvidos. Então como hoje, o problema da emigração preocupou todos aqueles que iam notando o despovoamento acentuado de certas áreas do País, em especial no Minho, Douro Litoral e Beira Litoral,. Sempre houvera gente a emigrar, mas nunca com essas proporções: só em 1912 saíram de Portugal quase noventa mil pessoas, mais do dobro do número de 1908; em 1913 largaram uns oitenta mil e já em 1911 a fuga quase atingira sessenta mil. Em três anos, o País perdera, em proveito sobretudo do Brasil, 226 000 almas, uns 3,7% da sua população total. Lá fora, de resto, passava-se o mesmo; da Espanha, da Itália, da Rússia, da Áustria-Hungria, da Irlanda emigraram por essa época contingentes avultadíssimos. A prosperidade do Novo Mundo atraía milhões, que não viam maneira de trepar na escada difícil da sociedade liberal europeia, super-povoada, ideologicamente oposta a qualquer intervenção estatal que estancasse a fuga de gente.

A guerra fez diminuir a emigração, mas logo os anos de 1919 e 1920, o segundo com uma fuga de sessenta e cinco mil pessoas, vieram

repôr o problema. Foram afinal os países americanos a solucionar a crise, que para eles se traduzia por um excesso de mão-de-obra, mediante uma série de leis que, a pouco e pouco, travaram a chegada de mais gente. Apesar disso, os números continuavam na ordem dos vinte a quarenta mil ao extinguir-se a República Democrática.

188

A primeira república

A emigração, todavia, apresentava aspectos favoráveis para muita gente e até para o Estado. Ajudava a equilibrar a balança comercial, permanentemente deficitária. E servia como uma espécie de válvula de escape nas tensões sociais, evitando situações de descontentamento explosivas, sobretudo nas áreas campestres.

el Agricultura A estrutura económica de Portugal fundamentava-se na

agricultura. O País era rico em determinados produtos agrícolas - vinho, cortiça, frutas -, que permitiam exportações de vulto, mas dispunha de um solo pobre e pouco adequado à colheita do trigo. Assim, o problema de abastecer os grandes centros urbanos - em especial Lisboa - com cereais panificáveis absorveu os esforços de numerosos governos ao longo do primeiro terço da centúria. Oscilando entre uma política de declarado proteccionismo, (que permitia certo desenvolvimento da produção nacional, mas onerava o custo do pão) e outra de franco liberalismo (que barateava o pão mas desfalcava o tesouro em divisas), Portugal conheceu uma autêntica e aguda *questão do pão+ que mobilizou as penas de quase todos os economistas da época (ao lado dos simples amadores e interessados) e se manteve por detrás de não poucas crises políticas e sociais.

As leis dos cereais de 1889-99 (ef. cap. X), prolongadas por outras providências nos fins da Monarquia e começos da República, estabeleceram um regime de protecção segura à cultura nacional do trigo. Toda essa legislação visava proibir a importação de trigo exótico quando o houvesse nacional, fixando para este um preço suficientemente remunerador, tabelando o custo do pão e cuidando ainda de outros pormenores complementares de moagem e rateio. A lei de 1899 - tomada o símbolo das várias disposições cerealíferas - foi por uns chamada *lei benemérita+ e por outros apodada de *lei da fome+, consoante o prisma por que era encarada e o primado dos interesses e vantagens que a filtravam. A curto prazo, e no que respeitava ao consumidor directo, a lei tomou-se odiosa, visto ter encarecido artificialmente o pão 45% a 50% mais. A longo prazo, e no que respeitava ao desbravamento de vastas áreas alentejanas e a uma melhor dis-

Os problemas básicos a resolver

189

tribuição da população do Sul, a lei trouxe inegáveis resultados proveitosos.

Aumentaram, tanto a área semeada de trigo quanto a produção. O rendimento por hectare subiu também um pouco (8,40 hD mas continuava a ser, como hoje, um dos mais baixos da Europa. Simultaneamente, a população alentejana cresceu num ritmo superior ao do resto do País e as famosas charnecas e outras áreas incultas foram, a pouco e pouco, desaparecendo.

O que não desapareceu foram os problemas do consumo. A produção aumentara, é certo, mas a população aumentara muito mais e a concentração urbana mais ainda. A procura de pão de trigo atingiu níveis insuspeitados. Abastecer Lisboa dentro das malhas apertadas da legislação proteccionista e da escassez de divisas converteu-se no quebra-cabeças de praticamente todos os ministros da Agricultura durante o período republicano. O recurso ao trigo exótico tornou-se, não apenas normal, mas absolutamente indispensável. A importação de trigo, que andava pelas

70 000 t por ano em média (96 000 hD no hexénio de 1906-11 (e isto devido ao ano excepcionalmente farto que foi 1911), atingiu 182 122 t em 1916, 178 793 t em 1921, 164 679 t em 1923 e

136 861 t em 1925, todos eles anos maus. Em anos mais favoráveis, estas cifras baixavam para as 80 000 t ou até menos. Antes de 1899, os números por ano tinham sido 123 000 t em 1880-89 e

134 000 t em 1890-99. Em relação ao tremendo surto demográfico do século XX houvera indubitavelmente progresso.

Velo a Guerra e o seu difícil rescaldo. As hesitações dos governantes, pressionados pelas questões políticas e pela falta de continuidade no poder, justificaram as críticas de muitos e impediram que a questão frumentária pudesse continuar a ser debelada no quadro da lei de Elvino de Brito. A legislação numerosa e contraditória (decretos e leis de 1915, 1916, 1918, 1919 e 1921, entre os mais importantes) que saía do Terreiro do Paço pouco ajudava.

Ante cada nova importação, os *economistas+ e, com eles muita outra gente menos responsável, elevaram seus protestos clamorosos. Poucos eram os que, com Ezequiel de Campos ou com Salazar, reconheciam a impossibilidade de resolver a questão dentro do quadro agrícola nacional. O futuro Chefe do Go-

verno (que, a partir de 1928, daria o seu pleno apoio a uma política de auto-suficiência cerealífera, inteiramente contraditória com a sua tomada de posição anterior) afirmava, num lúcido ensaio de 1916, que *o nosso Portugal se encontra cultivando o trigo -base absorvente da exploração agrícola especialmente no Sul - quando melhor conviriam outras culturas às condições do meio+. Para a maioria, uma alteração de política bastaria para resolver o problema. Outros falavam de reforma agrária ou até da colectivização da propriedade.

Para mais, quando a Guerra veio desorganizar toda a navegação mercantil e

reduzir as importações de trigo, as cidades conheceram o espectro da fome. A revolução de Dezembro de 1917 - uma das mais sangrentas - foi em parte motivada (ou pelo menos acirrada) pelo agravamento da falta e carestia de pão, que as más colheitas de uma série de anos e a diminuição das importações causadas pela Guerra tornaram presentes a todos. A turbulência social de 1916-18 teve algumas vezes a fome por má-conselheira. Ete.

Finda a Guerra, os governos de 1919 a 1923 esconjuraram, em parte, aquele espectro importando directamente trigo do estrangeiro, que cediam depois aos industriais da panificação por preço inferior ao do custo. Desta maneira, conseguia-se baratear artificialmente os preços de venda do pão ou, pelo menos, não os alterar proporcionalmente ao custo real do trigo exótico. Assim surgiu o chamado *pão político+, espécie de paliativo social que não resolveu a questão mas ajudou pelo menos à passagem dos anos difíceis do após-guerra. Aquele facto, que equivalia a um subsidio concedido à indústria moageira, aliado ao monopólio de que dispunha a Moagem, vasto trust de industriais da panificação, levou a abusos que suscitaram inúmeras criticas e questões parlamentares violentas.

A agricultura portuguesa não se reduzia evidentemente às culturas arvenses nem os seus problemas à questão do pão. A vinha e a cortiça expandiram-se nas áreas de produção e conheceram as habituais crises periódicas. Não houve, todavia, alteração estrutural nos dados do problema, nem a opinião pública foi perturbada por aspectos cruciais que as tocassem. Mais impor-

Os problemas básicos a resolver

191

tante talvez teria sido o surto pecuário, nomeadamente no gado ovino, o que implicou mais carne e mais lã para o consumo, quando certas áreas de trigo se reconheceram pouco proveitosas e se abandonaram às pastagens. Igualmente se notou expansão nas culturas hortícolas e frutífera, incluindo o olivedo.

Numerosos economistas e agricultores se debruçaram sobre os problemas agrários relativos a outras culturas, que não especificamente a dos trigos. Obras de irrigação sistemática foram defendidas como condição sine qua non do surto rural (Sertório do Monte Pereira e outros, mas sobretudo Ezequiel, de Campos) mas pouco se realizou nesse sentido. O mesmo se diria dos problemas da arborização do País. A República só interferiu na questão do crédito rural e do imposto sobre a terra, o primeiro timidamente abordado, o segundo objecto de reformas profundas (governo Afonso Costa, 1913) e aliás severamente criticadas.

Os problemas económicos - o pão como tantos outros - A Propriedade resultavam sobretudo da viciosa organização da propriedade e as melhores áreas produtoras de cereais (e também de vinha), do comércio, ao lado de uma incipiente industrialização. Um pequeno grupo de latifundiários (quase todos absentistas) detinha pouco se importando em tentar o aumento da produtividade

através de novas arroteias ou de melhoramentos técnicos. O absentismo, aliás, não se confinava à grande propriedade, antes cobria também a média propriedade, que em grande parte estava em poder da pequena burguesia comercial pouco entendida em agricultura.

Por outro lado, a excessivamente pequena propriedade das regiões nortenhas impedia qualquer planificação de vulto e compelia à emigração acelerada. A abolição final dos vínculos (1860-63) e a obrigação da partilha igual segundo o código civil de 1867 levaram ao parcelamento gradual de muitas herdades, que as leis de morgadio haviam conservado unidas durante séculos. E se não fora a intervenção da burguesia das cidades a comprar terras por todo o País e o retorno do Brasil de muitos emigrantes enriquecidos e interessados no mesmo, maior seria ainda a pul-

verização. Mas no Norte, também, os proprietários ausentes grassavam.

Ao todo, havia em Portugal, em 1910, cerca de 1300 000 proprietários rurais, número que se mantinha sensivelmente o mesmo dezasseis anos mais tarde. No panorama geral europeu, o País contava, assim, uma percentagem de donos de terra muito mais elevada do que outras nações, nomeadamente a Bélgica, a França, ou a Inglaterra. Este facto contribuía para a inexistência de anseios colectivistas em larga escala entre a população rural e para a radicação de regimes assentes no direito de propriedade e na sua defesa.

A República, liberal e conservadora, não interferiu nem tentou interferir, pelo menos nos seus primeiros anos, na questão agrária. Parte dos seus sustentáculos recrutava-se exactamente entre a burguesia absenteísta e até entre os grandes latifundiários (José Relvas é o exemplo mais conhecido). Mas é claro que o problema de uma reforma agrária se havia de pôr com premência cada vez maior, e sobretudo depois da Guerra,. Já no século XIX, homens como Alexandre Herculano e Oliveira Martins tinham sugerido e até oficialmente proposto uma série de medidas visando, em última análise, diferente repartição da propriedade. Também nos começos da centúria actual, o propagandista republicano Basílio Teles defendeu uma política renovada de crédito e de imposto, favorecedora de um melhor povoamento, sobretudo nas regiões do Sul. Em 1920 (ministro António Granjo), criava-se o chamado casal de família como primeira medida tendente a evitar o excessivo parcelamento da propriedade. Qualquer chefe de família o poderia instituir, com casas, dependências e glebas. Mas a lei não passou de letra morta.

Mais próximo de reforma agrária foi o que Ezequiel de Campos veio a propor, em 1925, como ministro da Agricultura no governo esquerdista de José Domingues dos Santos, catorze anos depois de ter apresentado, como deputado às Constituintes, um outro interessante projecto de repovoamento rural. Na Proposta de Lei de

Organização Rural, sujeita ao Parlamento, o seu autor reconhecia que *a intervenção agrária [do Estado] tem de ser inexoravelmente na propriedade particular, visto que não

Os problemas básicos a resolver

193

há terras do domínio público disponíveis e de vantagens agrícolas que bastem para toda a gente sem terra+. As grandes herdades, principalmente no Centro e no Sul do País, seriam parceladas para que se constituíssem propriedades familiares e se aumentasse a densidade do povoamento. Na expropriação, o proprietário seria indemnizado mediante obrigações amortizáveis em 36 anos, com juro adequado a partir do sexto ano. Não se tratava propriamente de socialização, visto que os lotes seriam vendidos ou arrendados aos novos proprietários.

A proposta nem chegou a ser discutida nas Câmaras. Caiu o governo ao fim de menos de três meses (Fevereiro de 1925) e os seus sucessores, todos virados para a Direita, recuaram perante a temeridade da medida. Fora do Parlamento, porém, controvérsia apaixonada circundou as ideias de Ezequiel de Campos. Impugnou-as, acima de todos, o grande proprietário Pequito Rebelo, monárquico integralista, um dos naturalmente visados pelas medidas de expropriação, mas também um dos poucos que se preocupavam com a terra e sua valorização efectiva. Não foram só estes dois autores a discutir a hipótese de uma reforma agrária na terra portuguesa. Socialistas, anarquistas e comunistas, seareiros e outros mais para a Direita entraram na liça no decorrer de todo o período republicano, escrevendo, discursando, exigindo. E se todo este debate foi estéril quando a consequências práticas, não deixou de se mostrar fecundo no ideário desenvolvido.

A revolução industrial dos séculos XVIII e XIX só moderadamente tocou o País, aliás mal provido de ferro, carvão e outras matérias primas de base que tinham sempre de importar. O número de fábricas, a produção de artigos manufacturados, o pessoal operário empregado atingiu números muito baixos nos começos do século XX, sobretudo em comparação com os outros países da Europa como a Bélgica, a Holanda, a Suíça ou os estados nórdicos. Em termos de energia utilizada nas fábricas, a indústria portuguesa, pouco antes da proclamação da República, servia-se de cerca de 111000 cavalos-vapor (dos quais 5700 provinham da electricidade), frente a 720 000 empregados pela Bélgica. Não obstante as sucessivas campanhas em prol do desenvol13

194

A primeira república

vimento da energia eléctrica nacional - cujo principal defensor foi sempre Ezequiel de Campos -, pouco se progrediu neste sentido. Construíram-se, é certo, algumas barragens, aumentando a

produção eléctrica hidráulica para 55 milhões de Kwh num total de 188 milhões (1927). Destes, consumiu a indústria electro-química no mesmo ano 5 600 000 Kwh, todos resultantes da energia hidro-eléctrica. Mas muito mais se teria de fazer para dotar o País dessa infra-estrutura industrial básica.

Capitais estrangeiros (ingleses sobretudo, mas também franceses, alemães e belgas) eximiam ao controle nacional parte da pouca indústria existente, ao lado de importantes companhias comerciais, bancárias e de transportes. Esta situação, herdada da Monarquia, fazia do Portugal republicano pouco mais do que uma colónia em larguíssimos aspectos. A posição da Inglaterra revelava-se muito superior à de qualquer outro país, quer em capitais investidos quer em propriedade acumulada.

De 1910 a 1926, a indústria desenvolveu-se um tanto, sobretudo a de conservas de peixe, que passou a n.º 2 no conjunto das exportações portuguesas, quando outrora era superada pela cortiça. Em número de operários fabris, também as conservas acrescentaram notavelmente a sua participação ao longo desses dezasseis anos. Com o vinho e a fruta, as latas de sardinha enfileiravam entre os poucos produtos que tomavam então Portugal conhecido no estrangeiro.

Para estatísticas industriais, todavia, outras actividades levavam a palma às conservas, tanto no valor da produção como no número de pessoal obreiro. Era o caso da indústria têxtil, de menos relevo nas pautas da exportação, mas que ocupava indiscutivelmente o primeiro lugar na nossa indústria: à roda de 40 000 operários nos começos da guerra de 1914, uns 60 000 vinte anos mais tarde, ou seja cerca de um terço de todo o pessoal fabril português. Isto sem contar com a mão-de-obra artesanal caseira. Mais de metade da indústria têxtil localizava-se no Porto e nos seus arredores. Em gente empregada, seguiam-se a moagem (mais de 18 000 operários em 1914), as conservas (16 000), a indústria metalúrgica (9000), e a corticeira (mais de 7000), mas já na exportação esta última sobrelevava, a todas, com

Os problemas básicos a resolver

195

um valor de 4500 contos ao começar a Guerra, quando as conservas só rendiam 2500. Igualmente a cerâmica, a produção vidreira, a indústria de tabacos e o fabrico de fósforos ocupavam grande número de pessoal. Desenvolveram-se ainda as indústrias química (a produção de superfosfatos decuplicou em cinco anos, entre 1911 e 1916) e a de cimento, esta última sobretudo desde 1920.

As grandes concentrações industriais localizavam-se na área do Porto, Douro Litoral e Minho, na margem sul do Tejo, e em alguns outros pontos isolados do País, como por exemplo em Maceira (rio Lis). Três nomes de grandes industriais ficaram associados a essas áreas, servindo bem como exemplos da feitura de um novo Portugal: Narciso Ferreira desde 1900, na zona de Riba d'Ave (indústria têxtil), Alfredo da Silva a partir de 1906, iniciando o grande conjunto do

Barreiro em 1908 (indústrias químicas) e Henrique Sommer com a fábrica de cimento de Maceira-Lis,-começada em 1920.

A maioria destas indústrias visava somente abastecer o mercado interno e o Ultramar. Para exportação, bastavam as conservas e uns tantos produtos de algodão, cortiça e madeira que, com aquelas, quase esgotavam a manufactura que Portugal tinha para oferecer ao estrangeiro.

Isto, tanto em 1910 como em 1926. Pelo contrário, os vinte primeiros artigos do conjunto das importações em 1923-25 lá incluíam os habituais ferro e aço, a maquinaria industrial e agrícola, o carvão, o algodão e os têxteis de lã, os óleos minerais, o material de caminho-de-ferro, os automóveis e o -Papel. Mas havia a registar, nesse final da República, um aumento sensível nas quantidades de matérias primas importadas, o que fazia entrever certo desenvolvimento industrial no presente e no futuro: em contos-ouro (para não termos de atender à desvalorização da moeda), o algodão cru subira de 4736 na média de 1903-14 para 6962 em 1926, o carvão de 4377 para 6691 e a maquinaria mais ainda, de 6613 para 13 522. A população vivendo de qualquer tipo de actividade industrial (incluindo o artesanato) subira de 21,1% (censo de 1911) para 25% (censo de 1930). O número de sociedades industriais e a soma de capitais investidos na indústria haviam aumentado, assim como a sua concentração. Além

dos três casos atrás referidos, esboços dos futuros colossos industriais, conviria mencionar desde já o complexo tabaqueiro.

A Companhia de Tabacos de Portugal, em que entrava 70% de capital estrangeiro (sobretudo francês), constituiu-se em 1891, obtendo do Estado, nesse ano, o monopólio da indústria e do comércio dos tabacos em Portugal. Depois de uma acesa luta parlamentar, a concessão foi renovada em 1906, por mais vinte anos. Nos termos do contrato então celebrado, a Companhia pagaria ao Estado uma soma anual fixa de 6520 contos. Não se previa, por então, nem a Guerra nem a formidável depreciação do escudo que se lhe seguiu. Os 6520 contos mantinham-se inalteráveis em 1923 como em 1906, quando na realidade valiam vinte vezes menos! É verdade que o Governo conseguira, desde o fim da Guerra, uma percentagem nos lucros da Companhia, bem como nos aumentos de preços de venda. Mesmo assim, e avaliando em libras-ouro o rendimento que o Estado colhia do monopólio dos tabacos, verificava-se o seu declínio constante como é fácil de compreender: cerca de , 1400 000 em 1913, , 1243 000 em 1919, , 1 132 000 em 1920, , 413 000 em 1921, , 268 000 em 1922. De cerca de 10 % das receitas totais do Estado, os tabacos haviam passado a menos de 6 %! E isto, note-se bem, apesar do enorme crescimento da indústria tabaqueira depois da Guerra. O valor da produção das quatro fábricas subira de menos de cinco milhões de libras para seis milhões e meio em 1922. O consumo nacional de tabaco, por seu turno, passara de cinco

milhões para sete milhões e meio de libras. Só em meados de 1924 é que o Estado conseguiu realizar um acordo com a Companhia dos Tabacos, segundo o qual a cota fixa paga por esta nos dois anos que lhe restavam de exclusivo subia para 15 000 e 16 000 contos respectivamente, além de uma percentagem de cerca de 20 % nas comissões. Conseguiu-se desta forma um aumento de receitas que atingiram umas , 600 000. Mas apesar de tal compromisso, é evidente que a instauração de qualquer outro sistema viria beneficiar, e em muito, o Estado. Ao chegar o ano de 1926, o Governo preparava-se para tomar o negócio em suas mãos, estabelecendo uma régie. Feroz luta parlamentar conseguiu impedi-lo nos prazos devidos, en-

Os problemas básicos a resolver

197

trando-se numa situação provisória que só os governos saídos da rebelião de 28 de Maio viriam resolver.

O comércio externo havia assim de depender fortemente dos produtos agrícolas para assegurar ao País uma situação viável. Pouco mudaram o género e a posição relativa das principais exportações até 1926: em primeiro lugar, e de longe, o vinho, com três vezes mais valor que outro qualquer produto até à Grande Guerra, e mais de duas vezes em 1926; depois a cortiça (em declínio, a favor das sardinhas), as sardinhas de lata (ascendendo ao n.º 2 depois da Guerra), os têxteis baratos (destinando-se principalmente às colónias) e a fruta. As importações principais em ordem de valor consistiam em trigo, produtos têxteis (superados pela maquinaria a partir da guerra), máquinas, algodão cru, carvão, bacalhau (em aumento desde o conflito), açúcar, aço e ferro. A balança comercial mostrava-se permanentemente deficitária, o que era em parte compensado pelo dinheiro remetido pelos emigrantes: a dar-se crédito às estatísticas oficiais, o valor das importações duplicava o das exportações, mas parece que o destas últimas estava sempre sub-cotado, a ter em conta outras fontes, até estrangeiras. Fosse como fosse, o deficit da balança comercial era de @ monta, sobretudo nos anos de 1919-1921.

A Inglaterra absorvia 70 % das exportações portuguesas, peso esmagador de dependência que o País jamais pôde sacudir nesse tempo. Já nas importações a situação se revelava mais equilibrada, declinando o papel da Grã-Bretanha de 26 % (1913) para 23 % (1924). Os navios ingleses que demandavam os portos portugueses mostravam bem a parte da Inglaterra no comércio externo nacional: em 1924-25 mais de 1/4 da tonelagem total pertencia aquela nação, que ultrapassava a de navios portugueses em quatro para um.

Os problemas da indústria, como também os do comércio, Transporte assentavam na infra-estrutura dos transportes e comunicações, e comunicí

nem sempre satisfatória para ocorrer às necessidades do País. A rede ferroviária aumentou, é certo, entre 1910 e 1926, mas num

ritmo inferior ao do crescimento médio dos tempos da monarquia: cerca de 3000 km em 1910, 3200 km por 1915, 3300 km próximo de 1920, 3500 km em 1926. Menos de metade desta rede pertencia aos Caminhos de Ferro do Estado, enquanto a restante parte estava nas mãos da Companhia Portuguesa dos Caminhos de Ferro (C. P.) e de outras companhias menores. Por ano, haviam-se construído em média 37,2 km de via (quinquénio de

1911-15), que logo baixaram para 19,6 (1916-20) e 14,8 (1921-25). Mas é claro que, uma vez concluída a rede de base, as taxas de crescimento haveriam forçosamente de declinar, como continuaram em geral declinando com o advento do Estado Novo. Não vá com isto julgar-se que era alta a posição de Portugal no conspecto ferroviário europeu - os números de 1916 davam ao País o 15.º lugar na extensão quilométrica por dez mil habitantes mas o 9.º lugar na extensão por 10 000 m². Significa isto que, no primeiro caso, só tínhamos abaixo de nós a Rússia, a Itália, e a Bulgária, conquanto no segundo nos situássemos sensivelmente a meio da escala, com países como a Espanha e a Suécia em posições inferiores.

A rede de estradas estagnara em extensão e decaíra em qualidade desde o tempo de Fontes. O desenvolvimento dos caminhos-de-ferro e a importância quase exclusiva concedida ao comboio tinham feito descuidar muito a estrada. A crise económica da década de 1890 ainda mais impedira que se levassem a bom termo os planos de obras públicas de um estadista como Emídio Navarro. Quando os automóveis e, depois, os camions começaram a ser introduzidos em Portugal, encontraram as estradas num estado deplorável, facto que só veio a piorar até à década de 1920. A condição das estradas, na verdade, merecia as críticas mais acerbas e acabou por obrigar os governos a fazerem alguma coisa a bem da sua reparação. Um plano de certa importância, submetido ao Parlamento em 1922 pelo ministro António Maria da Silva, levou a nada. A partir de 1924, começaram a votar-se mais alguns créditos, mas pouco se conseguiu ainda nas vésperas do 28 de Maio. Apesar de tudo, a rede de estradas aumentara de 11000 km em 1910 para 13 000 dez anos depois, sobretudo devido à acção dos municípios.

Em especial a partir da Guerra, foram-se importando crescentes quantidades de automóveis e de camions da Europa e dos Estados Unidos. Em 1916 contavam-se em Portugal 3211 automóveis, o que situava o País aproximadamente a meio da escala europeia, tanto em números absolutos quanto em densidade por habitantes (1 automóvel por 1692). Abaixo de nós encontravam-se nações como a Espanha, a Áustria - Hungria, a Rússia, a Roménia, a Grécia, etc. Em 1924, contavam-se já 6500 automóveis, número que duplicara em 1927. Mas não se podia desenvolver em termos a camionagem a longa distância, devido ao estado das estradas. Aumentou, sim, o transporte interurbano por camionete. No norte de Portugal havia já, por

volta de 1926, umas oitenta carreiras de transporte de passageiros operando a partir de cidades como o Porto, Braga, Viana do Castelo, Aveiro, Coimbra, etc. No Sul, esse número era de umas cinquenta. Dentro de Lisboa e do Porto, o único transporte de passageiros continuou a ser o eléctrico. Pensou-se num comboio metropolitano para a capital, realizaram-se alguns trabalhos de planeamento mas não se foi além. Onde houve progresso foi nas linhas de telégrafo e de telefone, que aumentaram muito nos dezasseis anos da I República. Em 1927, o número de localidades servidas por telefone quadruplicava o de 1924.

Pior se mostrava a situação nos portos marítimos. Lisboa, o Porto, Leixões, não estavam convenientemente apetrechados para comércio e para comunicações com os outros países da Europa. Era isto que impedia um volume de tráfico maior com a América, visando a transformar Portugal num importante país de trânsito intercontinental. As Juntas Autónomas, criadas a partir de 1910 com o fim de empreenderem obras públicas de infra-estrutura, sobretudo no que respeitava a portos, pouco fizeram em última análise, por falta de fundos. Realizaram-se apenas trabalhos de escassa monta, particularmente no porto de Leixões Mas, apesar destas deficiências, ainda se verificava uma volumosa navegação de cabotagem, suprimindo em parte a dificuldade das comunicações internas por terra.

A marinha mercante mostrou alguns sinais de prosperidade a partir de 1916, quando o apresamento de 70 navios alemães

200

A primeira república

e dois austríacos surtos nos portos portugueses elevou de um dia para o outro a tonelagem nacional de 73 000 para 315 000 t. A captura, porém, fora feita principalmente a instâncias da Inglaterra, onde se ia agravando a questão dos transportes, e 42 navios com uma tonelagem de 154 000 t. foram-lhe imediatamente alugados para enquanto durasse a Guerra (as condições deste afretamento, aliás, deram motivo a críticas sem fim). Desses 42 navios, só voltaram a Portugal 20 (85 000 t.), perdendo-se os restantes durante o conflito. Com eles, e com os outros que Portugal conservara sempre, o governo criou (1916) a sua própria marinha mercante, os Transportes Marítimos do Estado, em operação durante vários anos. Esta experiência de cunho socializante não conseguiu vingar. Era talvez prematura e gorou-se ainda mais pela deficiente administração, por não poucas influências de companhias particulares de navegação, e pela luta política. Os navios acabaram por ser vendidos a sociedades capitalistas (1926) e os Transportes Marítimos do Estado liquidados sem glória.

Essas sociedades de navegação, em número de quatro principais, foram a pouco e pouco melhorando os seus serviços e a tonelagem dos respectivos navios. Eram elas a Companhia Nacional de Navegação (com carreiras regulares até Moçambique), a Companhia Colonial de Navegação (carreiras regulares para a Guiné, S. Tomé, Angola e norte da Europa) a Empresa Insulana de Navegação (carreiras para os

Açores e Madeira) e a nova Companhia dos Carregadores Açorianos (para os Açores e Inglaterra), constituída com os navios vendidos pelo Estado. Passou a ser possível alcançar todas as parcelas do Ultramar português, mesmo Timor, utilizando navios nacionais. Duas leis de 1921 procuraram fomentar a marinha mercante nacional, estabelecendo favorecimento de bandeira, prémios sobre a construção de navios, redução de impostos e outros privilégios. Em 1925, novo diploma legislativo protegia e estimulava a navegação portuguesa entre as Ilhas Adjacentes e os portos do Norte da Europa. Por volta de 1926, havia carreiras regulares nacionais tocando em portos belgas, holandeses, alemães e franceses. Iam-se assim abrindo, devagarinho, novas perspectivas para a

Os problemas básicos a resolver

201

marinha mercante portuguesa e melhorava um pouco a situação de 1920, em que 87,8 % de todas as importações e 89,4 % das exportações nacionais se faziam a bordo de navios ingleses.

As crises económicas mundiais tiveram, como é óbvio, a Crises sua influência em Portugal. Mas o País conheceu também crises próprias, localizadas, por vezes bem mais graves do que as que lhe chegavam de além fronteiras. Assim, a crise internacional de 1913-14 (que se liquidou com a Guerra) sentiu-se moderadamente em Portugal. Não obstante, pelo menos dois bancos encerraram as suas portas, enquanto se registava um aumento no desemprego que esteve por trás de certa inquietação social e da queda do 1.º governo Afonso Costa (Fevereiro de 1914). A Grande Guerra veio resolver este problema e trouxe consigo uma expansão geral do comércio e da indústria a partir do primeiro semestre de 1915. Mas causou também perturbações económicas e sociais bem mais graves, motivadas pela escassez de géneros alimentares, pela inflação, pela actividade revolucionária, pelas tentativas inábeis de dirigismo económico estatal, etc.

Em 1919-20, finda a Guerra, houve um *boom+ na economia do País, como de uma maneira geral em todo o Mundo. O comércio de vinho, cortiça e sardinha expandiu-se. Os gastos em artigos de luxo seguiram-se à escassez dos tempos de guerra. As importações aumentaram. Onze novos bancos abriram as suas portas em 1918-20 (sem contar casas bancárias), sinal evidente da afluência de capitais. Quando o *boom+ chegou ao fim, uma nova crise internacional, a de 1920-22, estendeu as suas asas sobre Portugal também. Tal como na Alemanha e em outros países, essa crise foi-se arrastando e persistiu durante 1923, 1924 e até 1925, com enorme influência na vida portuguesa. Os seus primeiros anos caracterizaram-se por uma inflação monetária incontrolável e uma especulação desenfreada. A taxa de desconto do Banco de Portugal subiu de 5,5 para 6 % (Julho de 1920) e depois para 6,5 % 7,8 e por fim 9 % (Setembro de 1923), percentagem que não sofreu alteração durante quase três

202

A primeira república

anos. Também a taxa de juro nos bilhetes do Tesouro aumentou de 4 3/4 para 5 % (Julho de 1920), e depois, sucessivamente, até 11 % (Março de 1924). Faliram cerca de catorze bancos, já sem mencionar casas bancárias. Esta severa depressão esteve nos bastidores de uma crescente inquietação social e política que viria a lavrar a sentença de morte à República Democrática, em Maio de 1926.

Finanças Herdada da Monarquia, pode dizer-se que a questão financeira constituiu um dos mais candentes problemas dos dezasseis anos da 1.ª República Portuguesa. Três dos seus elementos, sobretudo - o equilíbrio orçamental, o montante da dívida pública e a desvalorização da moeda - estiveram na base das discussões mais acerbas que ocuparam republicanos e monárquicos de todas as tendências e levaram a crises ministeriais sucessivas.

Desde os começos do século XIX que fora impossível equilibrar as contas públicas, com o deficit em constante aumento à medida que o País se ia desenvolvendo e expandindo economicamente. Um dos principais objectivos do Partido Republicano e um dos seus grandes argumentos no ataque às instituições estava exactamente no equilíbrio orçamental. Depois de proclamada a República, tentou-se a sério conseguir o desejado superavit. Não o obtiveram os quatro primeiros ministros das finanças mas o quinto - Afonso- Costa - triunfou. Ascendendo ao poder em Janeiro de 1913, a meio do ano económico, já as contas públicas de 1912-13 fecharam com saldo positivo (embora pequeno), e as de 1913-14, com cerca de , 1000 000 de superavit, provaram a capacidade financeira do estadista. Afonso Costa fizera votar no Congresso a lei-travão, pela qual nenhum parlamentar podia propôr lei que implicasse diminuição de receitas nem aumento de despesas durante o período de discussão do orçamento. Esta lei e uma considerável compressão das despesas públicas estiveram na base do equilíbrio orçamental.

O ministro tentou também algumas reformas fiscais visando aumento de receita mas nesse campo falhou. Pelo contrário,

Os problemas básicos a resolver

203

os réditos do Estado até diminuíram nos anos fiscais de 1913-14 a 1917-18, devido à desvalorização da moeda'

Os seus sucessores no governo não foram capazes de lhe continuar a obra. A eclosão da Guerra veio pôr a questão orçamental no seu primitivo pé. Mesmo antes de intervir ao lado dos aliados (1916), Portugal teve logo de custear milhares de libras

25000200CO15000100005000-5000-10000-15000Fig. 37-0 Deficit Receitas e despesas públicas, 1910-11 a 1926-27

sas expedições às colónias e as tentativas de reorganização militar. O regresso de Afonso Costa ao ministério das Finanças (Novembro de 1915 a Dezembro de 1917) não se traduziu por novos saldos positivos. As despesas com a Guerra subiam de dia para dia, acrescidas de outras, indirectas, que o conflito ia acarretando também. 1917-18 e 1918-19 foram os anos piores de deficit, embora as receitas públicas houvessem subido apreciavelmente com os impostos transitórios motivados pela Guerra. A instabilidade governativa e a mediocridade ou falta de preparação de alguns titulares das Finanças, que se acentuaram com o Sidonismo e situações subsequentes, influíram também, e não pouco, no descalabro dos orçamentos e das contas públicas. Anos houve em que o orçamento não chegou a ser aprovado pelo Congresso -quer por atraso do Governo na proposta da lei de meios, quer por incúria dos parlamentares em a discutirem a tempo -,

recorrendo-se ao expediente de se autorizar o poder executivo a gastar por duodécimos, ou seja, todos os meses 1/12 das despesas previstas. Os orçamentos de 1920-21 a 1922-23 revelaram uma constante diminuição nas receitas do Estado, devido sobretudo à desvalorização da moeda. Em 1922-23 atingiam cerca de um terço do que tinham sido três anos antes e mais de metade dos números de antes da Guerra. Quanto às despesas, iam sendo reduzidas mais e mais - ao contrário do que julgava a opinião pública, iludida pela desvalorização da moeda - a

partir de 1919-20, sempre na mira de se alcançar o equilíbrio. Naquele ano de 1922-23, as despesas públicas revelaram-se inferiores às da gerência de severas economias que fora a de Afonso Costa (acção dos ministros Portugal Durão e Vitorino Guimarães).

Este fenómeno do desequilíbrio orçamental tinha, é claro, índole europeia, senão universal. A excepção da Inglaterra e de alguns países nórdicos, todos os estados europeus - incluindo a Espanha e a Suíça que permaneceram neutrais na Guerra conheceram deficit permanente nas suas contas públicas entre 1914 e 1924. Alguns houve, como a Alemanha, a Itália, os países balcânicos, onde o desequilíbrio orçamental remontava a 1912 ou 1913. Noutros, como a França, a Bélgica, a Bulgária, a Tche-

Os problemas básicos a resolver

205

coslováquia, a Espanha e a Suíça, o desejado superavit só se

alcançou em 1925 ou em 1926. Raros foram, no entanto, os críticos da situação financeira de então que se elevaram acima de um localismo nacionalista para integrar o caso português na conjuntura internacional.

Do ponto de vista do equilíbrio orçamental, a situação melhorou consideravelmente de 1923-24 a 1925-26. O governo António Maria da Silva conseguiu, em 1922, aprovação parlamentar para a sua reforma tributária (gerência Vitorino Guimarães) que, primeiro em período experimental e depois definitivamente desde 1924-25, fez subir as receitas do Estado para o nível de antes da guerra. O agravamento de impostos afectou sobretudo a indústria (contribuição industrial) que, em 1923-24, pagou ao Estado mais do dobro do que pagara no ano económico anterior.

Por outro lado, a desvalorização do escudo parou em 1924. Assim, e após um terrível ano de compressão das despesas, em 1923-24 (em que se gastaram 2/3 do que se despendera antes da Guerra), atingiu-se uma situação mais regular em 1924-25 e 1925-26, com receitas e despesas semelhantes às de antes do conflito europeu. Neste último ano (gerências Torres Garcia e Marques Guedes), o deficit achava-se quase extinto.

A dívida pública corrente, pelo contrário, acusou quase que uma constante diminuição. Em libras-esterlinas, os governos da primeira República conseguiram fazê-la baixar de , 137 668 000 (1910) para , 114 685 000 (1916). A Guerra fê-la subir de novo para , 140 455 000 (1919) mas a desvalorização da moeda, actuando agora como detergente, tinha-a reduzido para , 68 344 000 em 1924. Nos dois anos seguintes subiu outra vez um pouco, mas sempre muito abaixo do nível de 1910.

Já a dívida de guerra seguiu por outro caminho, muito diferente. Montava a , 22 000 000 em 1925, toda ela à Grã-Bretanha. As costumadas tentativas dos países aliados de a verem paga pela Alemanha levaram a um beco sem saída. A Alemanha mostrava-se quase insolvente ou pagava com irregularidade. A crise de 1929 obrigou-a a suspender de vez as *reparações+, vindo o

problema afinal a resolver-se de maneira bem diversa e já durante a administração do Estado Novo.

Moeda Quanto à moeda, a República começou por uma reforma

nominal, procurando colocar a unidade monetária portuguesa no mesmo nível das dos outros países da Europa e evitar as desvantagens práticas da sua exiguidade (o real). Já nos últimos tempos da Monarquia se projectara criar uma nova moeda, mas o assunto não tivera seguimento. Em 1911, o Governo Provisório (gerência José Relvas) introduziu o escudo, equivalente a 1000 réis e dividido em 100 centavos. A lei criava moedas de ouro de 10, 5, 2 e 1 escudos (que nunca chegaram a ser cunhadas), moedas de prata de 1 escudo, 50, 20 e 10 centavos, e moedas de bronze de 4, 2, 1 e 1/2 centavos (esta última também nunca emitida).

Começaram logo os problemas com a estabilidade da nova moeda. O valor oficial de

origem - 1 libra de ouro = 4\$50 Fig. 38 -Desvalorização da moeda.

Valor da libra-ouro em escudos

Os problemas básicos a resolver

207

nunca pôde ser mantido. Na verdade, já para os últimos anos da Monarquia se iniciara a desvalorização da moeda nacional, com o 1\$000 réis aproximando-se mais da quinta parte da libra do que do valor estabelecido. As desvalorizações atingiam 17 % quando começou a Guerra (1911 - 4\$85; 1912 - 4\$90; 1913 - 5\$09; 1914 - 5\$29). Daí em diante o escudo foi descendo gradualmente: 6\$34 (1915), 6\$88 (1916), 7\$37 (1917) 7\$85 (1918), 7\$54 (1919). Escasseavam as moedas, particularmente as de trocos, que se substituíam por cédulas de papel e cartão, dos mais variados tipos e feitios, emitidas pelas câmaras municipais, pelas misericórdias e outras instituições, até por entidades particulares para seu uso privativo. A falta de metais levou a emissões de moedas com ligas mais pobres, incluindo ferro. Em 1916, cessou por completo a cunhagem de prata, e o papel-moeda iniciou o seu reinado quase absoluto por muitos anos.

Os governos fizeram frente aos diferentes deficits orçamentais com notas de banco, cuja circulação aumentou imenso, sobretudo a partir de 1920. A quantidade de notas em curso nos começos de 1926 atingia , 18 500 000, equivalente ao valor em esterlinos de toda a moeda portuguesa em curso em 1914. Em valor nominal, a moeda fiduciária subiu de 78 071 contos (1910) a quase dez vezes mais em 1921, e a 1820 899 contos em 1925. Contudo, em relação à desvalorização do escudo, as notas de banco em circulação só haviam subido de , 16 000 000 (1910) para , 39 000 000 (1919), baixando depois para , 16 000 000 (1921), , 11000 000 (1923) é , 17 700 000 (1925), ou seja, pouco mais do que antes da Guerra. Portanto, a baixa no valor real da moeda mostrava-se muito maior do que o aumento no valor nominal das notas em circulação, apesar da subida dos preços.

O resultado era um abaixamento geral no poder de compra, tanto interno como externo, do povo português.

De 1919 a 1924, o valor do escudo diminuiu quase vinte vezes, aumentando o seu número na libra de 7\$54 (1919), para 11\$54 (1920), 29\$23 (1921), 45\$78 (1922), 91\$70 (1923) e 127\$40 (1924). Tratava-se uma vez mais de uma conjuntura internacional, afectando não apenas os vencidos da Guerra, mas também os vencedores (Itália, por exemplo). Tentando pôr fim ao

208

A primeira república

reinado avassalador do papel moeda, sucessivos governos republicanos legislaram criando novas moedas de pequenas denominações, em bronze e em níquel: 1 escudo,

50, 20, 10 e 5 centavos. Na voragem da desvalorização sumiram-se as mais pequenas, os populares pataco (4 c.), vintém (2 c.) e *dèrréis+ ou meio vintém (1 c.).

Em 1924, Álvaro de Castro, que juntara a Presidência às Finanças, conseguiu finalmente deter a marcha do escudo. Era, não apenas o resultado de uma hábil* política financeira, mas também o reflexo do que ia sucedendo lá por fora. Terminara o difícil período do após-guerra e voltava-se a tempos de maior normalidade, que permitiam a estabilização gradual das moedas. Álvaro de Castro, além de outras medidas de carácter técnico, resolveu vender as reservas de prata do Banco de Portugal o que lhe valeu os maiores ataques. O valor do escudo pôde assim ser estabilizado, melhorando até a sua cotação frente à libra de ouro nos dois anos seguintes (127\$40 em 1924; 113\$03 em 1925; 94\$74 em 1926). A legislação de 1924 reformou também a moeda metálica, aumentando o teor da liga e reduzindo o valor real das moedas. A pouco e pouco, foi sendo possível acabar com as cédulas de papel de ínfimo valor.

A grande burla do banco de Angola e Metrópole (descoberta em fins de 1925), em que Alves Reis e seus cúmplices conseguiram que a própria casa impressora das notas de banco portuguesas (Waterlow & Sons Led., de Londres) lhes fabricasse duplicados das notas de 500\$00 em circulação, mal afectou a situação financeira de Portugal, embora contribuísse ainda mais para o desprestígio do regime.

Uma das razões para a tendência inflatória deve também buscar-se nas continuas transferências de capitais para fora do País. A partir de 1910 grande número de famílias aristocráticas ou da alta burguesia emigraram por motivos políticos-continuando a receber no estrangeiro as suas avultadas rendas habituais-ou escolheram bancos estrangeiros (sobretudo ingleses) como lugares seguros para os seus depósitos. Esta fuga de capitais acentuou-se depois da guerra. Nos meados da década de Vinte, calculava-se em uns oito milhões de libras esterlinas

Os problemas básicos a resolvei

209

a soma total de depósitos acumulados por súbditos portugueses no estrangeiro, ou seja mais de seis vezes- a circulação monetária total. Além deles, mais um ou dois milhões estavam em Espanha para contrabando de gado, trigo e sal. Não se esqueça também a importante quantidade de ouro e prata entesourada pelos particulares - em especial na província -, assustados com a constante desvalorização e com a agitação política. A República jamais conseguiu captar a confiança dos ricos e pouco fez, também, pelo menos até 1924, para evitar a fuga de capitais. Liberal em ideologia económica, conservadora no fundo, respeitou sempre, acima de tudo, a liberdade individual e o pleno direito de propriedade. Não admira, assim, que as reservas auríferas do Banco de Portugal se contassem entre as mais baixas da Europa ao findar o período de que estamos tratando.

Uma classe de burgueses ricos, ligados à banca, ao grande Classes comércio e

à propriedade fundiária, aliado à antiga e mais ou menos nobreza terratenente que continuava a existir, governava oligarquicamente o País nos começos do século XX. Estreitamente ligada aos capitais estrangeiros e à exploração das colónias, via na Monarquia o símbolo da ordem e da conservação dos seus privilégios e lucros. Apoiava a Igreja e era apoiado por ela, ainda que não se mostrasse homoganeamente católica fervorosa. Contava com as patentes mais elevadas do Exército, saldas em parte da sua classe.

O seu grande inimigo era, não o povo miúdo dos operários ou dos camponeses, ainda insuficientemente evoluídos, mas a classe média das cidades. Muito mais numeroso, este segundo grupo social revelava-se majoritário nas grandes aglomerações urbanas, como Lisboa e o Porto. Compunham-no os pequenos burgueses ocupados no comércio e na indústria, os membros das profissões liberais, o médio e o pequeno funcionalismo público, as médias e baixas patentes do exército e da marinha, a maioria dos estudantes universitários e alguns pequenos e médios proprietários rurais. Desejoso de ocupar um *lugar ao sol+ na governação e na direcção económica, genuinamente preocupado com o futuro das colónias e com o atraso do País, im14

buído de ideologias francesas, era anti-clerical e anti-monárquico, assim como geralmente se mostrava anti-socialista e nacionalista ferrenho.

Este grupo podia ainda cindir-se em dois grandes estratos. Por um lado, os membros das profissões liberais, o médio funcionalismo público, a oficialidade militar e naval, o professorado, uns quantos comerciantes e >industriais médios, etc., desempenhando o papel de condutores de massas, de representantes populares. Pelo outro, os pequenos burgueses do comércio e da indústria urbanos, o ínfimo funcionalismo público, os sargentos, os cabos e os próprios soldados e marinheiros, formando uma massa compacta e aliada à alta classe média em quem delegava a sua representação política. Foram estes dois estratos que fizeram a República-não obstante a colaboração esporádica de membros da *alta+ e do *povoléu+-mas sobretudo o primeiro, que acapará a maioria dos cargos e ciosamente procurou defender os seus interesses contra tudo e contra todos. Apesar disso, a alta classe média foi vezes sem conta obrigada a transigir com a baixa classe média, a legislar * para a rua+, como desprezivelmente se dizia no seio das classes superiores.

A estratificação do chamado *povo miúdo+ torna-se bem mais difícil de analisar e sobretudo de relacionar com os movimentos sociais e políticos. Nas cidades, Lisboa e Porto principalmente, havia um pequeno núcleo de autênticos proletários, operários fabris, que não ia muito além das 100 000 pessoas. Na sua maioria mostravam-se pouco instruídos ou mesmo analfabetos, pouco conscientes da sua classe e dos seus interesses gerais, fáceis de recrutar pelos outros grupos e prontos a segui-los cegamente. Era no entanto entre eles que se constituía um

pequeno núcleo de socialistas activos, de anarquistas (mais numerosos), e até de comunistas a partir de 1918. Irmanados com eles, teríamos de apontar os empregados subalternos das grandes companhias de comércio e de transportes (uns 25 000 só nos caminhos-de-ferro), e o baixo funcionalismo público, embora uns e outros fizessem muitas vezes figura de burgueses e compartilhassem com frequência dos interesses da classe média.

O vasto mundo dos camponeses, para além de certos pequenos

Os problemas básicos a resolver

211

proprietários, formava uma massa amorfa, quase totalmente analfabeta, vivendo frugalmente quando não miseravelmente, de poucas ambições, reagindo às vezes e por vagas contra a exploração pelas cidades; massa reduzida à condição servil e praticamente colonizada, clerical e supersticiosa na sua maioria, presa fácil da influência do padre, do senhor da terra, do cacique político e do demagogo. Era entre este grande mundo-a que juntaríamos os pescadores-que se encontravam os mais infelizes, os mais miseráveis, os que forneceram à emigração o quase total contingente.

Em Portugal, apesar do escasso número de proletários e aspectos moderados que o capitalismo exhibia aqui, também As primeira@ dos greves

se fizeram sentir reivindicações sociais. Nos primeiros dez anos do século XX, ainda durante a Monarquia, as greves atingiram já números alarmantes. Os Republicanos, que tinham conseguido apoio popular pelo ataque aos modos da exploração capitalista e pela defesa de uma ordem nova baseada no trabalho e na justiça, foram forçados a cumprir algumas das suas promessas quando triunfantes. O Governo Provisório decretou desde logo (Dezembro de 1910) o direito à greve, mas já quando os trabalhadores haviam iniciado um movimento grevista sem precedentes. Nos dois últimos meses desse ano, e em 1911, foram mais de 70 as greves registadas no País. Incluía trabalhadores de todos os tipos, tanto operários como empregados de companhias comerciais e de transportes: ferroviários, telefonistas, pedreiros, empregados da Carris, estivadores, operários corticeiros, padeiros, sapateiros, caixeiros, etc. Mais de setenta foram de trabalhadores rurais. Quanto a motivos, cerca de metade dos casos de greve respeitava a salários, sendo os demais de solidariedade com outras greves, horário de trabalho, etc. A maioria triunfou nos seus objectivos, mas muitas greves resolveram-se por compromisso e umas quantas tiveram de aceitar a derrota. Lisboa e

arredores mostravam-se, claro está, as zonas grevistas por excelência, embora o movimento abrangesse todo o País, incluindo as Ilhas Adjacentes.

212

A primeira república

Esta súbita agitação social colheu de surpresa a maior parte da população, sobretudo os elementos burgueses. Se reflectia, acima de tudo, a deficiente condição do grosso dos trabalhadores e a sua luta por um padrão de vida superior e um horário de trabalho mais razoável, sugeria também a crescente força dos sindicatos e a sua participação no movimento operário internacional. A medida que o tempo passava, exhibia sem disfarces o divórcio entre os governos republicanos - dirigidos pela burguesia - e os objectivos dos trabalhadores.

Logo em 1911 se desvanecera muita da simpatia que os pequenos burgueses haviam sentido de início pelas reivindicações operárias. A opinião pública burguesa achava as greves excessivas e inoportunas, acusando os trabalhadores de favorecerem os inimigos da República. O proletariado, por seu turno, acusava os burgueses de não cumprirem as suas promessas da propaganda. O chamado *direito à greve+, alegavam, era, no fundo, uma lei de cariz burguês, visto reconhecer aos patrões o direito a lock-out em condições idênticas e obrigar à participação prévia com tantos dias de antecedência. O fosso entre burgueses e proletários não tardou a aprofundar-se, lançando-se estes últimos em violenta oposição ao regime e efectuando por vezes estranhas alianças com monárquicos e com elementos da Extrema-Direita. Mas como o número de autênticos operários era bastante pequeno, em comparação com a burguesia activa de Lisboa e do Porto, as suas reivindicações nunca foram convenientemente atendidas e a ameaça de revolução social jamais atingiu as proporções que teve noutros países. As *massas+ urbanas no Portugal republicano estavam longe de se poder definir como de obreiros fabris, à maneira de uma França ou de uma Inglaterra.

Apesar de tudo, muitas situações republicanas fizeram o que puderam para solucionar ou, pelo menos, para minorar a questão social. A reorganização dos serviços de assistência pública contou-se entre as primeiras medidas de alcance social decretadas pelo novo regime. O decreto de 25 de Maio de 1911 (António José de Almeida), além de proceder à sua reestruturação, criou

Os problemas básicos a resolver

213

um *fundo nacional de assistência+, destinado principalmente a socorrer os indigentes e a evitar a mendicidade.

Nos começos de 1911, o ministro do Interior (António José de Almeida) propôs em conselho de ministros que se promulgasse um decreto-lei estabelecendo a semana obrigatória de seis dias e o regulamento do número de horas de trabalho por dia. Estava-se então em ditadura, mas só aquele primeiro aspecto pôde passar a lei. Durante esse ano e 1912, pouco ou nada mais se decretou em matéria de legislação social. A agitação violenta lavrou como nunca. Embora o número de greves

isoladas diminuisse (35 em 1912, 19 em 1913), desenvolveu-se a acção obreira organizada. Em Janeiro de 1912, eclodiu a primeira greve geral.

O governo decretou o estado de sítio em Lisboa, encerrou à força a Casa Sindical (sede do movimento operário) e prendeu centenas de pessoas. Entre 1911 a 1914, reuniram-se congressos obreiros uns atrás dos outros, desenvolvendo-se a organização anarquista. Foram os anos de afirmação da crescente força operária, repletos de ódio social, de lutas contra o governo e de frequentes atentados à bomba. O 1.º ministério Afonso Costa, tentando por um lado apaziguar os descontentes com uma progressiva lei sobre acidentes no trabalho (1913), fez pelo outro sentir aos operários o seu pulso forte, reprimindo a agitação e perseguindo muitos dos seus caudilhos. Seguiram-se anos mais sossegados mas não menos importantes. Para começar, foi criada (1914) a União Operária Nacional, que pretendia unir todo os trabalhadores e se achava em estreito contacto com a Internacional operária. Depois, o governo democrático de Azevedo Coutinho decretou finalmente a lei reguladora das horas de trabalho: 7 para escritórios e bancos, 8 a 10 para fábricas e oficinas, 10 para as lojas com um descanso de 2 horas para almoço (Janeiro de 1915). Em 1916, criava-se o Ministério do Trabalho e Previdência Social.

A entrada de Portugal na guerra deu o sinal para nOVO A Gaerra período de agitação social, que duraria até ao fim da República e suas

/

Democrática. A oposição à guerra e a subida do custo de vida consequente desencadearam uma nova vaga de greves em 1917. Decretou-se so"iaís

a greve geral, houve luta armada, prisões e perseguições. O terceiro gabinete Afonso Costa tentou (sem o conseguir) obter apoio dos trabalhadores para o seu esforço de guerra. Num discurso de Julho de 1917, por exemplo, o chefe do governo mostrava a sua simpatia para com a luta de classes e inclinava-se para as teses marxistas, o que lhe valeu um ataque cerrado por parte do grande capital. Condenava a exploração do trabalho e declarava compreender a necessidade das greves. Mas em boa verdade havia pouco que o seu governo, ou os seus sucessores pudesse fazer para resolver o problema. Os aumentos de salários não conseguiam acompanhar o aumento do custo de vida e a desvalorização da moeda. Em números reais, viam-se os funcionários públicos a ganhar, em 1917, 61,61/o dos ordenados de antes da guerra, e esta percentagem foi baixando aos sacões até 1920-21.

Ameaçados pelo surto da agitação social, os ministérios de 1918 a 1920 adoptaram várias providências a favor do operariado e do baixo funcionalismo público. Mas foram medidas que, sendo demasiado tímidas para contentar os protestos, só serviam para alienar o tradicional apoio dado pela burguesia ao regime. Em 1919, decretou-se a semana de 48 horas para a maioria dos trabalhadores e

lojistas, e a de 42 horas para os empregados bancários e de escritório. Estabeleceu-se também a obrigatoriedade do seguro social (em casos de acidente, doença, velhice, etc.) e um Instituto de Seguros Sociais. Ao mesmo tempo, dava-se início à construção de bairros operários por conta do Estado. Estas medidas, todavia, nunca chegaram a entrar em execução ou a

receber completamento.

Os salários continuavam a baixar. O médio funcionalismo público verificou que os seus ordenados reais tinham declinado para 35,8% (1918), 22,6% (1920) e 22% (1921) do que recebiam antes da guerra. O baixo funcionalismo achava-se em melhor situação: 54,6% (1918), 50,5% (1919), 65,2% (1920) e 76,5% (1921). Também os assalariados da indústria e do comércio viam os seus esforços compensados por uma melhoria de situação. Era o resultado, tanto do aperfeiçoamento de organização que haviam conseguido, como do constante movimento grevista. De facto, a

Os problemas básicos a resolver

215

Confederação Geral do Trabalho, que em 1919 substituíra a União Operária Nacional, controlava uma boa parte do movimento sindical. Tal como na vizinha Espanha, a C. G. T. mostrava-se anarquista em doutrina, repudiando o comunismo político e a subordinação a Moscovo. Em 1924, por maioria esmagadora (104 em 115 sindicatos) iria votar a sua filiação na Internacional anarquista.

Atentados à bomba, lutas individuais e assassinatos, muitas vezes com cheiro político, traduziram igualmente a agitação social desde 1919. Apesar da posição oficial de neutralidade dos trabalhadores nas querelas políticas, consideradas assunto *burguês+, foram sem conta os operários e os empregados subalternos que participaram nas muitas revoluções e conspirações durante o período da República Democrática. Também nos partidos eleitoralistas militavam numerosos proletários.

O movimento grevista mostrou poucos sinais de abrandar. Embora com altos e baixos no gráfico estatístico (21 greves em 1919; 39 em 1920; 10 em 1921; 22 em 1922; 21 em 1923; 25 em 1924; 10 em 1925), continuava a pôr um problema constante que tinha de ser enfrentado. Declararam-se greves gerais em 1919, 1920 e 1921, mas só a primeira teve algum sucesso. É interessante verificar que as motivações salários e horários de trabalho baixaram de 60% (1910-11) para 52% dos casos, enquanto as de solidariedade obreira subiam de 17% para 24%. São estas percentagens testemunho de que algumas das reivindicações tinham sido atendidas, mas igualmente de que a consciência de classe aumentara um tanto. Em parte por causa disto, só 27% das greves obtiveram vitória, contra 44% em 1910-11. Para a maioria das outras, ficava-se sempre no compromisso.

Do lado dos patrões, também se modificara a situação. Nos começos da República,

o patronato fraccionava-se em células isoladas que não sentiam necessidade de se unir. Aos poucos, o surto do movimento operário e a escassa protecção que recebiam do governo (pelo menos assim o pensavam) levou-os a tentarem formas de organização activa. Depois da primeira Grande Guerra, surgiu a Confederação Patronal, cujo primeiro dirigente foi logo abatido a tiro pelos seus inimigos. Em 1924, um grupo de pro-

prietários, banqueiros e outros capitalistas organizaram a União dos Interesses Económicos para lutar contra aquilo a que chamavam a *subversão social+ e defender os seus interesses capitalistas.

De uma maneira genérica, pode dizer-se que o movimento operário triunfou em muitos objectivos. Conseguiu uma certa melhoria do nível de vida, apesar de todas as perturbações económicas, sociais e políticas que resultavam das greves. O cônsul da Grã-Bretanha em Lisboa podia escrever com alguma verdade em 1924 que *não havia praticamente desemprego e que o operário nunca estivera tão bem como então+. As estatísticas do poder de compra revelam igualmente que o baixo funcionalismo público, embora longe de estar bem pago, se encontrava, em 1926, em situação ligeiramente superior à de que gozava antes da primeira guerra mundial (76,5% em 1921, 137,5% em 1922, 119,1% em 1923, 94,4 % em 1924, 109,5 % em 1925). Fora também ganha a batalha das oito horas de trabalho - a lei de 1919 não foi cumprida por todos antes de 1922 - começando desde logo os sindicatos a batalha a favor do dia de 6 horas, o que a quase todos parecia então utópico.

As classes Os problemas sociais tinham agora enveredado por outra direcção. Era a classe média e o alto funcionalismo público quem superior mostrava maior descontentamento. Se muito banqueiro e muito

capitalista lucraram com a guerra e com as especulações a que se entregaram, se um número considerável de arrivistas pouco escrupulosos se guindara na escala social, constituindo uma classe de *novos ricos+, em contrapartida o médio comerciante, o alto e médio funcionário público (incluindo o oficial do exército e da marinha), o médio proprietário rural e urbano, todos esses, enfim, de que havia saído o esteio de base da República em 1910, se mostravam em 1926 descontentes com o regime. Queixavam-se de baixa do seu poder de compra (para o médio e alto funcionalismo, as percentagens eram: 100 em 1914, 22 em 1921, 36,5 em 1922, 49,4 em 1923, 37,7 em 1924, 43,7 em 1925), da escassa margem de lucro nos seus negócios, do aumento dos impostos (sobretudo desde a reforma tributária de 1922), do surto

do movimento obreiro e das exigências dos sindicatos, etc.

Por outro lado, a pequena e a média burguesia de tendências progressistas, que haviam feito a República, não o tinham conseguido, quer por falta de tempo, quer por tibieza de vontade, escassez de competência ou deficiência de manobra, ocupar a maioria dos lugares-chave na banca, no grande comércio e na grande indústria. Foram os reaccionários, monárquicos e clericais, ou os neutros em matéria política, quem continuou a governar os bancos e as grandes companhias. A pequena e média burguesia republicana conquistara o Estado mas não dominara o capital. Isto converteu a República numa edificação falha de base, numa espécie de castelo no ar, que, ou acabaria por destruir a grande burguesia, ou seria destruída por ela, logo que lhe faltasse o apoio das massas urbanas. Foi o que aconteceu.

Entre os pontos essenciais que o Partido Republicano inscrevera no seu programa, o da família constituía um dos mais importantes. Defendia liberdade para a mulher e protecção legal para os filhos. Proclamava alguns dos princípios mais avançados que pela Europa e pela América se advogavam então no discurso e na prosa, quando não já na lei.

A condição da mulher portuguesa, como da de todos os países mediterrâneos, era de profundo atraso. 77,4% das mulheres maiores de sete anos não sabiam ler nem escrever em 1911. Imersas em ignorância, as mulheres representavam presa fácil para padres fanáticos, bruxas, videntes, charlatães e demagogos, uma força perigosa actuando nos bastidores, com sua influência sobre maridos e filhos, um veículo de resistência ao progresso. Claramente o reconheciam os reformadores sociais e educacionais que, mediante uma lenta mas persistente campanha, tentavam promover a emancipação gradual de mulheres inteligentes e instruídas, lutando pelo mesmo fim ainda com mais determinação e conhecimento de causa. A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, fundada em 1909, desempenhou notável papel nesse objectivo, mau grado o escasso número das suas filiadas (menos de 500 em 1910). Não pode esquecer-se o que foi a luta inglória dessas mulheres (dirigidas por senhoras enérgicas e cultas como

Ana de Castro Osório, Adelaide Cabette, Maria Velede e outras) para criar um novo Portugal, aberto às ideias modernas e encerrado à ditadura tradicional do outro sexo. Segundo os seus estatutos, a Liga declarava lutar por novas leis sobre a mulher, a esposa e a criança, tais como igualdade entre os direitos do marido e os direitos da mulher, autonomia económica para a esposa, igualdade de direitos perante a lei e estabelecimento do divórcio, além de todo um programa de educação para o sexo feminino. Proclamada a República, a Liga lutou também pela concessão do direito de voto às mulheres. Houve até quem preconizasse o serviço militar obrigatório para ambos os sexos. Outro grupo saído da Liga, a

A Associação de Propaganda Feminista continuou o combate nos primeiros tempos da República.

O novo regime trouxe consigo algumas medidas muito interessantes e altamente progressivas. A lei de 3 de Novembro de 1910 estabeleceu o divórcio para todos, sem curar da forma do casamento, considerando marido e mulher iguais no que respeitava aos efeitos do divórcio. Duas leis promulgadas no dia de Natal do mesmo ano (que a República denominara Festa da Família) tornaram o casamento civil obrigatório, concederam direitos iguais a ambos os sexos no casamento e protegeram os direitos legais dos filhos (nos casos de legitimidade, adopção e ilegitimidade). Em 1911, foi nomeada a primeira mulher professora universitária (Carolina Michaëlis de Vasconcelos). A lei eleitoral de 1911 era ambígua quanto à concessão do direito de voto ao sexo feminino - visto não especificar o sexo dos *cidadãos+ eleitores - o que levou uma médica, Carolina Beatriz Ângelo, a solicitar ingresso nos cadernos eleitorais, a ser inscrita como votante e a votar efectivamente nas eleições de 1911. Contudo, a lei eleitoral de 1913 negou às mulheres o direito de voto que só muito mais tarde - já com o Estado Novo - lhes seria concedido, mas de forma limitadíssima.

A questão religiosa pairou sobre Portugal durante todo este

religiosa período. Nos começos do século, a Igreja reorganizara as suas

forças na maior parte dos países depois de um longo período de declínio e iniciara uma ofensiva geral contra o ateísmo e a apa-

Os problemas básicos a resolver

219

tia dos Cristãos, um e a outra traduzidos nas maneiras mais variadas: livre-pensamento, cientismo, tolerância, republicanismo democracia, socialismo, etc. O primeiro concílio do Vaticano (1869-70) reafirmara os princípios tradicionais da Igreja, acentuara a centralização papal e lançara as bases da luta contra o *modernismo+ e seus males. Surgiram novas devoções, novos santos e novas ordens religiosas, primordialmente interessadas na caridade e na educação. Este verdadeiro renascer da Igreja Católica como corpo de combate suscitou uma contra-reacção de anti-clericalismo violento, especialmente acentuada em França, na Itália e em Portugal.

Apesar das leis de confisco de 1820-34, a Igreja Portuguesa era ainda uma das mais poderosas potências existentes no País.

O clero secular mal fora afectado pela legislação de combate às congregações. Continuava a possuir bens de raiz nas cidades e no campo. Participava em empreendimentos comerciais, industriais e financeiros. E, além dele, havia de novo as ordens religiosas, que tinham voltado a coberto de vários pretextos ou disfarçadamente, e que se davam as mãos com o clero secular na restauração da

força e do prestígio da Igreja. A famosa lei de 1901 (Hintze Ribeiro) legalizara praticamente o regresso de frades e freiras desde que se dedicassem a actividades educacionais ou caritativas. Por volta de 1910, mais de trinta congregações ou associações religiosas, distribuídas por 160 casas, viviam em Portugal, com algumas centenas de regulares. Exerciam uma influência de ano para ano mais marcada, sobretudo entre a aristocracia.

Entre essas congregações, vinham à cabeça em prestígio, embora não em número de membros nem de casas (onde lhes levavam a palma os Franciscanos, os Dominicanos e as Doroteias), os Jesuítas. A data da proclamação da República, possuíam em Portugal e no Ultramar mais de vinte casas (sendo onze na Metrópole) com 386 membros. Tinham organizado, e dirigiam, uma associação laica com fins religiosos denominada Apostolado da Oração que, em 1909, se orgulhava de contar 1500 centros com mais de 2 000 000 de sócios. Mesmo concedendo o devido desconto ao exagero desta última cifra - que incluiria crianças e adoles-

220

A primeira república

centes - ainda assim ficava matéria bastante para avaliar da importância da organização. Aos Jesuítas pertenciam ainda', ou estavam sob sua direcção, uma dúzia de escolas -- entre as quais os dois famosos colégios de Campolide (em Lisboa) e São Fiel (Beira Baixa) - com um número total de inscrições superior a 2500. A qualidade do ensino ministrado, mas sobretudo as condições de internato, a fama de que gozavam e uma certa moda, tornavam esses colégios altamente populares entre a classe média e a aristocracia. Os Jesuítas dirigiam ainda uma conhecida revista científica e literária, a Brotéria, dedicando-se com proficiência às ciências naturais. Controlavam, ao que parece, a ordem religiosa feminina das Doroteias. E tinham até contribuído decisivamente para organizar um partido político, o Partido Nacionalista, que ganhara alguns lugares na Câmara dos Deputados desde 1904 e onde a sua influência predominava.

A Igreja dispunha ainda dos seminários, um por bispado aproximadamente, que propagavam a doutrina e a influência clerical entre as massas, numa época em que a menor densidade de escolas oficiais e a maior pobreza do povo os tornavam popularíssimos nos meios rurais. Alguns milhares de alunos frequentavam em 1910 a dúzia de seminários existentes em Portugal. Para as classes mais elevadas, a Igreja dispunha de outras escolas sobretudo as dos Jesuítas, já referidas. Dirigia também uns quantos centros de investigação, além de vários jornais e revistas. No que respeita à beneficência, a influência da Igreja fazia-se sentir um pouco por toda a parte, através dos asilos, dos hospitais, das sopas dos pobres, etc.

A influência clerical atingira a própria corte, principalmente através da rainha D. Amélia e do rei D. Manuel II, profundamente devotos.

Este formidável edifício abria, no entanto, fendas de alto a baixo. Se é verdade

*que mais de noventa por cento da população portuguesa se declarava católica, é difícil conceber que mais de metade se declarasse clerical. A distinção entre estes dois termos tinha grandes tradições na história de Portugal, sobretudo a partir do tempo do liberalismo. Podia-se aceitar a religião mas repelia-se o papel e a própria existência do clero. Rejeitava-se sobre-

Os problemas básicos a resolver

221

tudo a interferência do clero na vida política e cultural. Por outro lado, aquele número de noventa por cento nem sequer correspondia à realidade prática do culto religioso. A maioria dos habitantes do sexo masculino, em Portugal como em todos os países latinos do mundo, não *praticava+. Religião era coisa de mulheres. Ia-se à igreja para se baptizar os filhos, para se casar e assistir a casamentos, ou quando a velhice e a morte se impunham. No mais, a atitude do homem português, na sua maioria, era de franco afastamento religioso, quando não de ateísmo prático. Este fenómeno acentuava-se nas cidades e atenuava-se nos campos. Acentuava-se ainda em Lisboa e no Porto. Ganhava sobretudo as classes médias, os intelectuais e o operariado.

Contra a Igreja, o Partido Republicano organizou uma ofensiva formidável. Por todas as maneiras tentou convencer as massas, bem como as elites, dos perigos do clericalismo na sociedade moderna. Livros, jornais, revistas, panfletos, discursos públicos e outros muitos meios difundiam o ateísmo (ou, pelo menos, um Cristianismo não-clerical), o cientismo, o socialismo e outras doutrinas, bem como *factos+ históricos seleccionados, que denunciavam o fanatismo, o jesuitismo, a Inquisição e outros males do passado relacionados com a preponderância do Clero. Os Republicanos insistiam também na aliança entre a Igreja e as oligarquias governantes, conseguindo assim juntar anti-clericalismo e anti-monarquismo. Nas cidades, em especial em Lisboa e no Porto, esta propaganda encontrou excelente solo e tornou-se uma utilíssima arma de combate às instituições.

/

Uma vez proclamada, a República identificou-se com a luta contra a Igreja. Todas as ordens religiosas foram expulsas (1910), humilhando-se em particular os Jesuítas, que por vezes foram tratados como criminosos. Em poucos meses, todos os frades e

todas as freiras tinham deixado o País ou sido forçados a abandonar o hábito. Encerraram-se as casas religiosas, os colégios e os centros de caridade dirigidos pelas congregações, passando para o Estado todos os seus bens. Desta vez, porém, a legislação anti-clerical afectou igualmente o clero secular. Seguindo de perto as leis francesas de 1905, um decreto do Governo Provisório de

222

A primeira república

Abril de 1911 (Afonso Costa) separava a Igreja do Estado, declarava livres todos os cultos (até então, um certo número de restrições ainda impedia sobre as religiões não-católicas), proibia o ensino do Cristianismo nas escolas e o ensino em geral aos clérigos, nacionalizava a propriedade da Igreja (incluindo as próprias igrejas, capelas e suas pertenças) e introduzia uma supervisão apertada nas manifestações do culto. Criaram-se por todo o país comissões culturais que ficavam com o encargo de organizar o culto católico e fiscalizá-lo. Fora das igrejas, foi proibido aos clérigos o uso de vestes talares (que aliás não tinha tradição em Portugal e resultava apenas da influência espanhola e italiana), assim como de procissões e outras quaisquer manifestações religiosas susceptíveis de provocar alteração pública. Para efeitos de culto, o Estado emprestava ao clero todas as igrejas e capelas, livres de qualquer ónus. Provisoriamente, autorizava também bispos e párocos a residir nas suas moradas tradicionais, que agora passavam ao domínio público. Deixavam-se à Igreja apenas cinco dos seminários existentes. Eram suprimidas todas as despesas oficiais com o culto religioso e com a manutenção do clero, tanto ao nível central como municipal, mas a lei estabelecia pensões permanentes para os padres que as requeressem. Restabelecia-se o antigo beneplácito régio, não podendo quaisquer bulas e demais documentos vindos da Cúria pontifícia ou da Igreja portuguesa ser publicados sem aprovação do Governo.

A lei da Separação de 1911 - por muitos considerada a pedra angular do novo regime - fora precedida de várias outras leis que claramente testemunhavam da política anti-clerical da República. Assim, foram abolidos os juramentos e as invocações de tipo religioso, incluindo as das escolas, suprimidos os feriados católicos e decretado obrigatório para todos o registo civil de nascimentos, casamentos e óbitos.

Estas e outras leis - a do divórcio, por exemplo - causaram um descontentamento geral nas fileiras do clero. Já na véspera do Natal de 1910 se haviam reunido os bispos e assentado numa pastoral colectiva que foi tornada pública em fins de Fevereiro de 1911. O episcopado protestava contra a supressão do juramento religioso, a abolição dos feriados católicos, a expul-

Os problemas básicos a resolver

223

são das congregações, a lei do divórcio, a projectada extinção da Faculdade de Teologia, a proibição do ensino religioso nas escolas, etc. A reacção do Governo consistiu em proibir aos párocos de lerem a pastoral nas igrejas. Muitos houve, porém, que desafiaram a interdição, sobretudo no Norte. O bispo do Porto foi tido por culpado no incitamento dos párocos à desobediência, e deposto.

A questão religiosa prosseguiu durante os anos de 1911, 1912 e 1913. A maioria dos párocos renunciou ao seu direito a pensões do Estado, e só menos de 20 % as requereram. O Governo acusou os bispos de fazerem pressão sobre os padres para que recusassem as pensões, e ainda para que fizessem

*greve+ nas suas funções religiosas. Por todo o País se defrontavam católicos e anti-clericais, por vezes até aos limites da violência. Violando o beneplácito e resistindo às ordens do Governo, os prelados caíam sob a alçada da lei. O patriarca de Lisboa, o arcebispo-bispo da Guarda e o governador da diocese do Porto (que sucedera ao bispo deposto) foram castigados com dois anos de banimento fora dos distritos a que pertenciam as respectivas dioceses (1911). Seguiram-se com idêntica penalidade os bispos do Algarve, de Viseu, Braga, Portalegre, Lamego e Bragança, o governador do bispado de Coimbra e o arcebispo de Évora (1912). O bispo de Beja teve de sair do País logo após a proclamação da República, sendo mais tarde deposto também. Pelos meados de 1912, nenhum prelado de Portugal Continental residia na respectiva diocese.

O papa Pio X procurou interferir com a bula Jamdudum in Lusitania (1911, confirmada em 1912), que o Governo proibiu de ser publicada ou difundida >no País. Foi suprimida a legação no Vaticano e quebradas as relações diplomáticas com a Santa Sé (1913). Em Outubro deste último ano, reunia-se solenemente em Lisboa, com enorme publicidade, o Congresso Internacional do Livre-Pensamento.

As medidas anti-clericais foram recebidas com desgosto pela maioria da população, sobretudo no Norte. Simplesmente, o número, aqui, pouco significado tinha. A maioria da população estava inerte, passiva, mergulhada em analfabetismo e em

subdesenvolvimento económico. A população activa, a população das cidades, sobretudo (com destaque para lisboa), recebeu a política anti-religiosa como manifestação sua. Fora ela que fizera a República e que a sustentava. Era ela que justificava o anti-clericalismo governamental e que o tornou tão popular entre as massas urbanas. Uma vez mais, a cidade opunha-se ao campo e impunha-lhe a sua força.

Apazígdmento No entanto, muita gente reconhecia a necessidade de uma

do co"flíto situação diferente, que suavizasse as relações entre a República

religioso e a Igreja. Bernardino Machado, quando Presidente do Ministério pela primeira vez (1914), pronunciou-se a favor de um entendimento e actuou nessa direcção. Foi reintegrado o bispo do Porto e concedida uma amnistia a todos os sacerdotes culpados de se oporem às ordens do Governo. A Lei da Separação começou a ser discutida- no Parlamento com vista à sua revisão. Os Católicos, por se u turno, organizaram-se melhor e deram-se conta da inutilidade da luta aberta e violenta contra o regime. Por volta de 1912, revivera em Coimbra o Centro Acadêmico de Democracia Cristã, esboço de partido católico, que já existira em tempos da Monarquia. Outros núcleos católicos foram surgindo aqui e além. A imprensa católica aumentou, passou a ser melhor orientada e a saber com

bater com mais inteligência. As eleições de 1915 trouxeram ao Parlamento os primeiros representantes eleitos como católicos. A partir de 1916, algumas ordens religiosas começaram a regressar a Portugal, de forma muito disfarçada. A primeira foi a das Doroteias.

A eclosão da primeira Grande Guerra e a intervenção de Portugal no conflito facilitaram um renascimento da influência do clero. Foi concedida assistência religiosa aos militares em campanha. Bernardino Machado, agora Presidente da República, patrocinou o restabelecimento de relações diplomáticas com o Vaticano. Também a Igreja procurou novas armas de combate. No plano político, em vez de se manter intransigentemente contra o regime, preferiu aliar-se com os elementos mais conservadores do repúblicanismo (sem abandonar, para isso, a aliança tradicional com a Monarquia e com os aristocratas), explorando

Os problemas bílicos a resolver

225

habilmente todo e qualquer descontentamento contra medidas menos populares e contra crises económicas passageiras. Muitos políticos católicos (entre eles o jovem Salazar) declararam secundária a questão do regime, refugiando-se numa espécie de neutralidade política ao nível superior, que lhes permitia de facto uma propaganda mais eficiente junto das várias camadas da população. No plano económico, a Igreja assegurou e desenvolveu ligações importantes com os representantes da alta finança, do comércio, da indústria e da agricultura. No plano religioso, procurou novos meios para estimular a fé e reconquistar as almas. Em Maio de 1917, a Igreja ou alguns dos seus elementos locais, possivelmente organizou - e certamente explorou as chamadas aparições de Fátima, que se sucederam a outras *aparições+ menos bem logradas, e depressa exerceram uma influência grande sobre as massas, preparando um renascimento da devoção popular. Em Outubro desse ano, tinha lugar a última das *aparições+, precisamente no momento em que os anti-clericais desencadeavam nova vaga de perseguições e castigos. A Igreja sentira-se forte para desafiar o Governo uma vez mais. Como consequência, os bispos do Porto, Lisboa, Braga e Évora tinham sido temporariamente banidos.

O triunfo do Sidonismo (Dezembro de 1917), com a subida ao poder de uma situação conservadora e pro-clerical, trouxe paz à Igreja Portuguesa. Foram reintegrados os bispos depostos, reviu-se finalmente a Lei da Separação (suavizando-se certas arestas, como a composição e atribuições das comissões culturais) e restabeleceram-se as relações diplomáticas com o Vaticano (1918). Cinco deputados católicos tomaram assento nas Câmaras. O regresso ao poder dos Democráticos (1919) não alterou a situação. Tendia-se agora para um compromisso entre Estado e Igreja, numa época que testemunhava um renascer cristão e um declinar do anti-clericalismo. O Presidente da República Antônio José de Almeida foi ao ponto de impor o barrete cardinalício ao núncio apostólico, à maneira dos reis (1923). Pela mesma época, o ministro da Instrução, Leonardo Coimbra, um democrático, ousou propôr ao Congresso a reintrodução do ensino religioso nas

escolas. Mais congregações continuavam a

15

226

A primeira república

regressar a Portugal - incluindo os Jesuítas. Em todas as eleições legislativas vinham às Câmaras deputados católicos. Criaram-se novos bispados, em Vila Real e em Leiria (1920). Visivelmente as coisas haviam mudado.

A questão A propaganda republicana anterior a 1910 insistira na necessidade urgente de resolver o problema cultural do País. É fora

de dúvida que os governos monárquicos após 1820 - e mesmo antes - se tinham preocupado com a questão. Reformas da instrução, criação de escolas e outros meios de cultura haviam estado na ordem do dia de várias situações políticas, por vezes com excelentes resultados. A taxa de analfabetismo para maiores de sete anos baixara 5,3 % nos últimos onze anos do regime (1900-1911), facto bem digno de consideração.

Todavia, estes resultados não se julgavam satisfatórios por muita gente. Sempre preocupados em comparar o País com as mais progressivas e as mais ricas nações do globo, os Portugueses de então sentiam o seu atraso cultural ante uma França, uma Bélgica ou uma Suíça. Na verdade, em 1911, Portugal contava 75,1 % de analfabetos (taxa total). Além disso, os governos monárquicos tinham-se indiscutivelmente ocupado mais de caminhos-de-ferro, de comércio ou de finanças, de que da educação. Davam prioridade ao desenvolvimento material, relegando para segundo plano o desenvolvimento espiritual do País.

O programa republicano consistia precisamente no contrário, facto que tem de ser sublinhado se quisermos apreciar com rigor e compreender as realizações da República Democrática. Estudos e discussões sobre cultura, instrução e pedagogia interessavam a um grande público e preocupavam a maioria da elite. Em 1876, - João de Deus (1830-96) dera à estampa a sua famosa Cartilha Maternal, onde se introduzia um método de ensinar a ler assás revolucionário. Reagindo contra a tradição do aprender de cóp, João de Deus procurava basear-se antes na decomposição da palavra nos seus elementos componentes. Apesar dos seus muitos inimigos, este novo sistema, analítico e intuitivo, mereceu os aplausos da maioria dos educadores progressistas e tornou-se uma espécie de bandeira para os pro-

Os problemas básicos a resolver

227

pagandistas culturais republicanos. O filho de João de Deus, João de Deus Ramos (1878-1953), continuou a luta iniciada por seu pai em prol de uma reforma

pedagógica infantil. Foi ele o fundador em Portugal das escolas experimentais infantis, os jardins-escolas, onde se aplicavam princípios modernos de pedagogia, assentes no conceito de desenvolvimento integral da criança, no individualizar de cada aluno e no esforço de desenvolver a sua capacidade criativa e a sua maturidade emocional. O número de jardins-escolas, porém, nunca se multiplicou, por falta de verbas para os construir. Em regra, os governos republicanos davam o apoio mais entusiástico a iniciativas como esta, mas não davam dinheiro. Nestes termos, bem difícil se tornava o caminho para a frente: o primeiro jardim-escola inaugurou-se em 1911, em Coimbra, o segundo e o terceiro abriram as suas

portas em 1914; mas em 1927, só cinco jardins-escolas existiam ao todo em Portugal.

As reformas republicanas do ensino primário e o espírito animava influenciaram consideravelmente a qualidade da oficial aberta a todos. Um plêiade notável de pedagogos, entre os quais são de salientar os nomes de João de Barros e Adolfo Coelho, esteve por detrás dos esforços e das medidas realizados. Escassos foram, todavia, os efeitos práticos no que respeitou à educação das massas, devido à constante pobreza do Estado. A legislação de 1911 estabeleceu instrução oficial e livre para todas as crianças aos níveis infantil e primário, e escolaridade obrigatória entre as idades de sete e dez anos. Tanto métodos quanto disciplinas seguiam os sistemas à época mais actualizados. O princípio geral da descentralização levou o governo a confiar aos municípios a organização e a superintendência da instrução primária, regra mantida até 1918 (neste ano voltou novamente a depender do Governo). O ensino elementar foi classificado em infantil e primário, com este último abrangendo três graus, primário elementar, primário complementar e primário superior.

Criaram-se algumas escolas primárias superiores (1919), mas sempre com muita dificuldade, escassez de meios e falta de

228

A primeira república

peçoal competente. Cavalos de batalha de diversas situações políticas, foram sempre o ponto fraco das reformas educacionais republicanas. Antônio Sérgio acabou com elas de vez, quando ministro da Instrução (Janeiro de 1924); mas a opinião pública protestou e as escolas primárias superiores voltaram a aparecer com o ministro Hélder Ribeiro (Junho de 1924). A Ditadura iria

Fig. 39- Analfabetismo, 1864-1960

mente extingui-las, em Junho de 1926. Criaram-se (1911) e começaram a funcionar também (1913) escolas temporárias móveis, em especial para o ensino de adultos. Aumentaram-se os ordenados dos professores. O número de escolas primárias em funcionamento efectivo subiu de cerca de 5000 em 1910 para mais de 6500 em 1927, enquanto o de professores aumentava de uns 6000 para uns 8500. Freguesias sem escola reduziram-se a metade: 702 em 1910 (ou seja, 17,5 % da totalidade das freguesias), 345 em 1926 (8,6 %). Por área de km², os números eram uma escola por cada 16,4 (1911) e uma escola por cada 12,6 (1927). Contudo, a taxa de analfabetismo baixou relativamente pouco: 75,1 % em 1911, 70,5 % em 1920, 67,8 % em 1930. Em quase vinte anos diminuiu 7,3 %, número por certo maior do que em qualquer período Idêntico da Monarquia (as percentagens foram 3,8 % de 1878 a 1900 e 4,1 % de 1890 a 1911), mas bem menor

Os proble-mas básicos a resolver

229

do que aquele que a opinião pública esperava da nova ordem. Quando a República Democrática chegou ao seu termo, mais de metade da população portuguesa compunha-se ainda de analfabetos, o que punha uma vez mais o problema da educação de massas.

Para conveniente preparação do professorado primário, foram criadas numerosas escolas normais, com métodos de ensino

N1 de escolas

7500Fig. 40-Criação de escolas primárias, 1910-1927

e apetrechamento actualizados. Instituíram-se também escolas de educação física anexas às universidades de Lisboa e de Coimbra.

Cuidou-se relativamente menos da instrução secundária, e isto porque a excelente reforma de 1894-95 (Jaime Moniz) carecia apenas de correcções de pormenor. Construiu-se no entanto um liceu e aumentou substancialmente o número de professores, sendo estabelecidas duas escolas normais para a sua preparação. Muito mais importantes foram as reformas do ensino técnico. Um decreto de 1911, firmado por Brito Camacho, transformava o Instituto Industrial e Comercial em duas escolas, elevadas a nível universitário, o Instituto Superior Técnico e o Instituto Superior do Comércio, com amplos programas disciplinares, novos métodos e moderno apetrechamento. Também a Escola de Agronomia e Veterinária foi desdobrada nos novos Instituto Superior de Agronomia e Escola de Medicina Veteri-

nária, ambas com categoria superior. Em 1918 (ministro Alfredo de Magalhães) reformou-se o ensino técnico médio e fundou-se um segundo Instituto Superior de Comércio, no Porto. Por todo o País foram sendo inauguradas, ano após ano, diversas escolas técnicas agrícolas, comerciais e industriais. Em 1923 havia ao todo em Portugal 54 escolas técnicas de nível secundário, o que correspondia a uma por 120 000 habitantes. O número de alunos ultrapassava 8000, ou seja, uma escola para cada 150 alunos.

Ensino A instrução superior mereceu atenção desvelada. Como prínscípio básico, a República tentou nivelar Coimbra com Lisboa

e Porto, estabelecendo para isso duas novas universidades e ponto final no monopólio centenário da escola coimbrã. Para esse fim, o Governo Provisório reuniu as escolas superiores já existentes nas duas cidades - Curso Superior de Letras, Escola Politécnica, Escola Médico-Cirúrgica e Escola de Farmácia, em Lisboa; Academia Politécnica, Escola Médico-Cirúrgica e Escola de Farmácia no Porto -, elevou-as a Faculdades e criou (António José de Almeida, 1911) a universidade de Lisboa e a universidade do Porto. Novas, só instituiu a Faculdade de Direito de Lisboa - medida importantíssima no combate ao monopólio coimbrão, já que a Faculdade de Direito correspondia, para todos os efeitos, a uma escola de futuros governantes - e a Faculdade de Letras de Coimbra, que vinha substituir a extinta Faculdade de Teologia, herdando-lhe instalações, biblioteca, parte do professorado e, conseqüentemente, muitos dos vícios. Todas as Faculdades, quer em Coimbra, quer em Lisboa e no Porto, foram profundamente reformadas, com novos e revolucionários planos de estudos, aumento substancial dos quadros docentes, moderno apetrechamento científico, etc. Além disso, a ideologia republicana levou à abolição das classes obrigatórias, à extinção do foro académico e à descentralização do ensino superior, tornando electivos os reitores e outras autoridades académicas, concedendo autonomia financeira às escolas, etc. Aumentou-se o número de bolsas de estudo a alunos necessitados. Decretou-se a primeira reforma ortográfica da língua por-

tuguesa, visando sobretudo uma mais fácil aprendizagem da escrita. O primeiro governo Afonso Costa iria por fim criar o novo ministério da Instrução Pública (1913), símbolo bem claro da preocupação com o ensino.

Depois de várias tentativas mais ou menos malogradas, o governo Álvaro de Castro criou, em 1924 (ministro António Sérgio), uma Junta Orientadora dos Estudos, que se destinava a promover a investigação e os estudos post-universitários. Na sua composição entravam professores, cientistas e homens de letras do melhor que havia no País. E em Dezembro de 1924, o governo esquerdista de José Domínguez

dos Santos chegou a falar de um sistema de instrução pública totalmente gratuita aos três níveis.

Apesar de tudo isto, a falta de meios materiais impediu a

efectivação de muitas das medidas preconizadas, pelo menos com aquela velocidade que tanto os governantes como a opinião pública desejavam. Se o grande mérito da República esteve em fornecer a legislação e o enquadramento indispensáveis para uma revolução cultural em Portugal, a escassez de verbas sempre impediu a abertura de novas escolas ao ritmo necessário, e dificultou o recrutamento de professores e o apetrechamento de bibliotecas, laboratórios e outros centros de pesquisa. E assim por diante.

Uma pequena parcela desta legislação progressista foi posteriormente renegada por alguns governos mais conservadores, ou quando circunstâncias políticas obrigavam o Estado a intervir. Tornou-se assim à centralização desde 1918-19, voltando os reitores das universidades a ser nomeados pelo governo, como dantes. Foram também razões políticas que levaram em 1919 o governo Domingos Pereira (ministro Leonardo Coimbra) a transferir a Faculdade de Letras de Coimbra para o Porto, medida que o governo São Cardoso, seu sucessor, foi incapaz de efectivar, acabando-se no compromisso de manter ambas as escolas. Mais tarde, quando a roda da política girou de novo e a universidade coimbrã readquiriu a influência perdida, a Faculdade de Letras do Porto foi extinta (1928), para só reviver trinta e cinco anos depois.

Culturo Para lá do sistema oficial de educação, o período da República assistiu a um fermento cultural de grande interesse,

especialmente marcado nos campos do ensino livre e na difusão da cultura pelo povo. Através do País, brotavam cursos públicos e livres de todos os tipos e a todos os níveis, organizavam-se conferências e outras manifestações de cultura popular, muitas vezes mantidas pela iniciativa de associações culturais ou outras. Entre as mais relevantes, salientem-se as chamadas universidades livres, fundadas em 1912, e as universidades populares, em 1913. Estabelecidas em Lisboa e no Porto, ofereciam a um público heterogéneo séries permanentes de conferências e cursos por especialistas voluntários não remunerados. Muitas dessas conferências publicavam-se depois como pequenos opúsculos, distribuídos gratuitamente ou vendidos a baixo preço. Cumulativamente, vários editores e associações particulares se dedicaram à tarefa de espalhar cultura entre as massas urbanas, mediante a publicação de livrinhos baratos com obras portuguesas e internacionais (traduzidas) de reconhecido mérito, científicas, históricas, literárias, etc. Publicavam-se textos integrais, selecções e resumos. Uma associação literária fundada no Porto em 1912 (Renascença Portuguesa) teve papel de relevo nesta actividade.

A mesma atitude de educação popular, de divulgação da cultura entre as massas como qualquer coisa de urgente e de vital para o progresso e a própria sobrevivência da nação, afirmou-se em muitos outros campos. Na música, por exemplo, abundaram as séries de concertos para o povo, a preços módicos e nos maiores salões das duas grandes cidades do País. Na arte multiplicaram-se as exposições (sobretudo de pintura) e criaram-se em vários pontos do País museus regionais e locais. Os arquivos e as bibliotecas sofreram reformas profundas, estabelecendo-se arquivos distritais em cada capital de distrito -muitos deles jamais efectivados, diga-se de passagem - @ tentando-se centralizar neles espécies valiosas ainda espalhadas pelos arquivos locais. A Torre do Tombo recolheram vários fundos importantes, parte dos quais oriundos da Igreja. Diversas bibliotecas públicas abriram salas de leitura infantil. A Biblioteca Na-

Os problemas básicos a resolver

233

cional de Lisboa procurou desempenhar um papel orientador e propugnador da cultura, em especial entre 1919 e 1927, quando Jaime Cortesão, coadjuvado por Raul Proença, dirigiu os seus destinos. Devido à iniciativa das universidades livres, foram inauguradas, desde 1922, bibliotecas ao ar livre em jardins públicos.

No campo jornalístico, uma imprensa completamente livre (apesar de alguns empastelamentos de jornais em períodos revolucionários e de alguns confiscos de números esporádicos por ordem governamental), onde todo e qualquer assunto moderno e em moda podia ser e era discutido, permitiu a proliferação de jornais e revistas de todos os tipos, muitos com existência efémera. Em 1917, havia em Portugal (Continente e Ilhas) 414 periódicos, ou seja, um por 14 396 pessoas. Este número foi subindo até 1923, ano em que se registaram 532 publicações periódicas Q para cada 11340 habitantes). Baixou depois, recenseando-se, ao tempo do 28 de Maio, 487 periódicos, isto é, 1 para cada 12 383 pessoas. Predominavam as folhas políticas (191 em 1917, 204 em 1923, 167 em 1926) mas não havia falta de jornais de cultura e até de alguns bons jornais noticiosos. Tinham vasta circulação por todo o país, não obstante o número de analfabetos. Em pequenas vilas e aldeias, era frequente ler-se o jornal em voz alta perante uma assistência heterogénea de povo, que ouvia e comentava.

O torvelinho político, acentuado depois de 1910, foi de certa maneira nocivo ao progresso cultural. Arrebatou alguns dos melhores escritores, artistas e professores, tomando-lhes tempo e ericando-os uns contra os outros. Tudo se tornava em polhica. Movimentos literários e artísticos tinham sempre o seu lado político. Visitantes estrangeiros foram ao ponto de dizer que os Portugueses eram o povo mais político do mundo e de diagnosticar a política como doença nacional.

Mas o pendor político não deixou de ter as suas vantagens. Fomentou o debate livre e a argumentação sem entraves. Mostrou ser uma boa escola de democracia. Dos pontos de vista filosófico e estilístico resultou em pensamento racionalista, em exposição clara, quantas vezes em discurso e em prosa literários.

234

A primeira república

A oratória conheceu o seu último grande período, com as falas empolgantes de um António José de Almeida, um Alexandre Braga, um Afonso Costa ou um Cunha Leal. E, apesar de tudo, nunca impediu o País de acompanhar o progresso científico, cultural e artístico que ia pelo mundo. Existia um pequeno grupo de bons escritores, bons médicos, bons juristas e mesmo alguns bons cientistas, em estreito contacto com os seus colegas no estrangeiro e por eles respeitados e apreciados.

Ciência Nos domínios da ciência e da técnica, Portugal deu o seu e iécnica contributo, embora pequeno, para o progresso da humanidade.

As ciências tropicais - medicina, botânica, zoologia - continuaram a enfileirar entre os seus campos preferidos de pesquisa. Um pequeno mas competente grupo de cientistas (com alguns estrangeiros também) prosseguiu o estudo e o inventário cuidado das floras e faunas de Angola, Moçambique e outras províncias ultramarinas. Na década de 1920, Ricardo Jorge contribuiu decisivamente para o conhecimento da peste e sua transmissão. Promoveu-se a investigação sobre doenças cancerosas com a criação do Instituto do Cancro (1924, só instalado em 1927) onde alguns médicos de nome iniciaram os seus trabalhos. Na neurologia, na psiquiatria, na anatomia e na fisiologia produziram-se igualmente trabalhos de interesse. Entre 1904 e 1915, Gomes Teixeira (1851-1933) publicou a sua obra matemática mais importante. Na astronomia, distinguiu-se Campos Rodrigues (1836-1919), premiado pela Academia de Paris.

Todavia, foi no campo da aviação que se realizaram as maiores conquistas científicas e técnicas de Portugal durante o período republicano. Estudada com atenção e praticada com perícia desde os seus começos, a conquista do ar recebeu impulso decisivo com a Grande Guerra, onde a pequena falange de aviadores portugueses ombreou com os mais famosos *azes+. Depois da Guerra, os Portugueses aventuraram-se a voos mais largos: Gago Coutinho e Sacadura Cabral foram de Lisboa à Madeira Março de 1921) sem pontos de apoio, como então era costume, e um ano mais tarde (Março a Junho de 1922), de novo sem pontos de apoio, atravessaram o Atlântico, pela primeira vez nessas

condições na história da aviação. A morte de Sacadura Cabral (1924) impediu o planejado voo à volta do mundo. Mas nesse mesmo ano de 1924, outro par de ousados aviadores, Brito Pais e Sarmiento de Beires realizaram o raid Lisboa-Macau, a que se seguiram outras viagens aéreas até 1930, ligando a Metrópole com as colónias. Gago Coutinho aperfeiçoou o sextante, aparelho que prestou grandes serviços nesse tempo.

O movimento literário durante os dezasseis anos da República Democrática precisa de ser estudado mais por uma análise de grupos e correntes do que pela insistência nos indivíduos. O primeiro terço do século viu os últimos reflexos da grande época que fora o final do século XIX e os modestos começos e experiências de uma nova época literária. Por isso, não conteve uma profusão de grandes autores, dispersando-se antes por muitos géneros, tentativas e erros. Ensaístas e jornalistas predominaram sobre romancistas, poetas e dramaturgos, exactamente com o artigo, o folhetim jornalístico, a conferência, o discurso e a entrevista predominaram sobre o romance, o poema ou a monografia. Por outro lado, a preocupação democrática em alcançar um público vasto e popular, em vez de um escol pequeno e sofisticado, distraiu muitas vezes os escritores de temas profundos e

subtis, pouco acessíveis às massas, em proveito de assuntos mais banais e superficiais, mesmo demagógicos, julgados de maior necessidade imediata.

Bons exemplos dessa tendência foram Guerra Junqueiro (1850-1923) e Gomes Leal (1848-1921) no campo da poesia, dois dos mais queridos e aplaudidos autores do seu tempo, porém assás medíocres, sobretudo o primeiro, quando submetidos a uma crítica objectiva. O teatro e a novela burguesas tiveram como melhores representantes Júlio Dantas (1876-1962) e Henrique Lopes de Mendonça (1856-1931) que escreveram para públicos sempre atentos e compensadores. O romance histórico, apresentado como folhetim jornalístico ou vendido pelas portas em fascículos baratos, teve enorme influência no público citadino de tendências progressistas (Malheiro Dias 1875-1941; Cam-

pos Júnior, 1850-1917; e, a maior distância, Rocha Martins, 1879-1952).

A mais válida literatura portuguesa do tempo caracterizou-se em geral por uma marcada tendência nacionalista que reagia contra o realismo cosmopolita dos fins do século XIX. Esse nacionalismo exprimiu-se de variadas maneiras, quer pela insistência em temas e heróis históricos, quer pelo culto de valores, modos e paisagens ditos *tipicamente português...,+ (o pitoresco, o folk-lore, o campo), quer ainda pelo gosto mórbido pela tradição e pela religião. Na forma e no estilo, o simbolismo deu o tom. Escritores como Teixeira de Pascoais (1877-1952), Afonso Lopes Vieira (1878-1947) e António Correia de Oliveira (1879-1960) foram talvez os mais salientes nessa tendência da poesia. Menos * nacionalistas+

se mostraram Antônio Feijó (1870-1917) e Eugénio de Castro (1869-1944), ambos poetas. Na prosa, mencionem-se ensaístas como Antônio Patrício (1878-1930) Raul Brandão (1867-1930) e Aquilino Ribeiro, este ainda nos seus começos. A maioria dos escritores iniciavam ou desenvolviam carreiras em torno de um periódico de nome, que servia também de ponto de encontro para intelectuais afins. Aconteceu isso, por exemplo, com a revista A Águia, do Porto (1910-30), a mais famosa entre muitas, ou, no campo da história, com a lisboeta Revista de História (1912-27), em reacção contra o positivismo e o materialismo.

Nacionalismos estreitos e simbolismos em excesso foram, todavia, atacados sem quartel por uma outra corrente de expressão, muito mais cosmopolita e sujeita à influência francesa, racionalisticamente orientada e visando o desenvolvimento de uma consciência crítica. Os seus melhores representantes actuaram no campo da política e do ensaio, com João Chagas (1863-1925) entre os maiores. A partir de 1921, o semanário Seara Nova esforçou-se corajosamente nesse mesmo sentido e congregou alguns dos maiores escritores do século XX português: Jaime Cortesão (1884-1960), Raul Proença (1884-1941), Antônio Sérgio (1883-1969), etc. Perto destes em pensamento e em estilo, embora orientado para fins mais estéticos e sensualistas esteve Ma-

Os problemas básicos a resolver

237

nuel Teixeira Gomes (1860-1942), presidente da República de 1923 a 1925.

Correntes modernistas iniciaram-se por volta de 1915 mas exerceram diminuta influência na sociedade portuguesa do tempo. Uma série de periódicos de efémera duração (Orpheu, 1915; Centauro, 1916; Portugal Futurista, 1917; Contemporânea, 1922-23; Athena, 1924-25) tentaram uma revolução cultural que punha em xeque os próprios alicerces da sociedade burguesa. Contudo, com seus ataques ao senso comum e à moral convencional, o grupo de jovens escritores e artistas que constituía o movimento só conseguiu ser recebido com desprezo, sarcasmo ou indignação pela maioria do público. Mário de São Carneiro (1890-1916), Almada Negreiros (1893-1970), Antônio Boto (1897-1959) e, especialmente, Fernando Pessoa (1888-1935) não tiveram projecção alguma no seu tempo apesar de enfileirarem entre os maiores de todos os tempos. É significativo o facto de Fernando Pessoa, por muitos considerado o maior poeta português a seguir a Camões, ter sido apenas *descoberto+ durante e após a 2.ª Guerra Mundial, com o grosso da sua obra publicado postumamente.

Nas artes, a persistência das antigas formas e estilos sentiu-se ainda mais que na literatura. Predominaram o naturalismo e o nacionalismo na pintura, na escultura e na arquitectura, com geral aplauso do público. As exposições de arte (em constante aumento desde 1910) mostraram sem fadiga uma sucessão monótona e sempre crescente de pintores neo-românticos, tratando com as

mesmas técnicas dos mesmos temas, onde o camponês e o cenário rural *típicos+ eram exaltados formosa e artisticamente, com desprezo pela cidade e pelos valores urbanos. Assuntos históricos ou pseudo-históricos estavam também em moda. Uma corrente deste tipo, apesar da qualidade em geral boa dos seus representantes - Carlos Reis (1863-1940) Falcão Trigoso (1878-1956) Antônio Saúde (1875-1958), Alves Cardoso (1883-1930), Alberto de Sousa (1880-1961) e os velhos mestres que continuavam activos, como Malhoa e Columbano - não trazia inovações e não podia interpretar as grandes mudanças que Portugal e o Mundo

iam atravessando. Foi essa mesma corrente a predominar nos domínios da escultura (vejam-se as estátuas *monumentais+ para as praças públicas e edifícios de todo o País) e da arquitectura, onde continuaram a ser bem aceites o neo-gótico, o neo-clássico e o chamado estilo da *casa portuguesa+, mais ou menos inspirado em modelos tradicionais. Bons exemplos desse tradicionalismo, embora com certos traços inovadores - o uso sistemático do azulejo historiado, entre outros - e uma fusão de elementos que lhes concedia um aspecto global diferente, foram os pavilhões de Portugal em várias exposições internacionais: Panamá-Pacífico (1915), Rio de Janeiro (1922), Sevilha (1929). Mais exóticas ainda no seu *barroquismo+ exibicionista se mostraram as moradas burguesas de Lisboa anualmente galardoadas com o chamado prêmio Valmor.

Tendências mais modernas nas artes tiveram poucos cultores e depararam com a hostilidade sistemática do público. O Salão dos Humoristas (1912) foi o primeiro a testemunhar certa inquietação renovadora. O regresso a Portugal, ao rebentar a Guerra, de Amadeu de Sousa Cardoso, que estudara e trabalhara em Paris, poderia ter tido sua influência no desenvolvimento do cubismo e de outros *modernismos+, não fora a morte prematura do pintor (1887-1918). Passos no mesmo sentido deram-nos, no entanto, Santa Rita (1889-1918) e Eduardo Viana (1881-1967) entre outros poucos.

A música teve certo florescimento, em comparação com o século XIX. Viana da Mota (1868-1948) que estudara no estrangeiro, foi nomeado director do Conservatório de Lisboa, criando escola e produzindo ele próprio algumas peças de boa qualidade.

Muito interessante se mostrou o curto período de apogeu do cinema português. Entre 1920 e 1930 filmaram-se algumas excelentes películas para a técnica do tempo, criando-se até uma efémera escola de cinema.

Bibliografia - Há poucos trabalhos modernos que possam ser recomendados. Quando estiver concluída, a História da República Portuguesa. As Estruturas de Base, dirigida por A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1973 ss. (publicação em fascículos) introduzirá

o leitor nos vários aspectos e problemas focados neste capítulo, com abundante cópia de material estatístico e bibliográfico. Enquanto isso não acontecer, veja-se, do mesmo autor, o livrinho, *A 1.ª República Portuguesa. Alguns aspectos estruturais*, 2.ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1975.

Para as questões de tipo social, sobretudo no que respeita às classes trabalhadoras, vejam-se os vários livrinhos de textos publicados a partir de 1971 por José Pacheco Pereira (*As Lutas Operárias contra a Carestia da Vida em Portugal. A Greve Geral de Novembro de 1918*, s/l., Portucalense, 1971, e *Questões sobre o Movimento Português e a Revolução Russa de 1917*, Porto, Portucalense, 1971) e César Oliveira (*O Operariado e a República Democrática - 1910-1914*, Porto, Afrontamento, 1972; *A Criação da União Operária Nacional*, Porto, Afrontamento, 1973; etc.), desiguais no mérito das sínteses introdutórias, mas todos eles contendo extensas bibliografias.

Sobre cultura e arte, consultem-se: o manual de Antônio José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, Porto, Porto Editora, s/d., que permite uma visão de conjunto sobre o panorama cultural geral; as monografias de José Augusto França, *A Arte em Portugal no século XX*, Lisboa, Bertrand, 1974, e *A Arte e a Sociedade Portuguesa no século XX*, Lisboa Livros Horizonte, s/d [1972] que orientam o leitor no ambiente artístico; e ainda a síntese de João de Freitas Branco, *História da Música Portuguesa*, Lisboa, Europa-América, 1959.

2 - Ideologias e Estrutura Política

Surto do Embora uma certa ideologia republicana se possa fazer rerep"blic,"i@mo, montar a 1820, foi só nos meados do século XIX que o Republicanismo surgiu como doutrina claramente expressa e com repercussão popular. A ditadura de Costa Cabral e o levantamento contra o seu regime haviam patenteadado as contradições do liberalismo monárquico. As revoluções europeias de 1848 tiveram igualmente o seu reflexo em Portugal, com muitos representantes das gerações mais jovens a mostrarem a sua adesão à democracia através de manifestações, panfletos e periódicos de curta vida. A partir de 1851, a expansão económica do País, expressa pelo Fontismo, traduziu-se em compromisso atrás de compromisso por parte dos grupos dirigentes. Num Portugal todo virado para o negócio e para as questões práticas, ideologias monárquicas de qualquer tipo ocupavam um lugar cada vez mais pequeno. A prosperidade burguesa não favorecia as reacções generalizadas contra um regime moderado, tolerante e que tudo acolhia no seu seio. Para mais, tanto D. Pedro V como D. Luís (ao menos no começo do reinado) foram monarcas populares e que não suscitavam a animosidade de ninguém.

Apesar de tudo, um homem como Henriques Nogueira (1825-

58), activíssimo dentro da geração de 48, conseguiu ainda escrever uma espécie de evangelho do Republicanismo português, sublinhando os princípios de república, municipalismo, federalismo e associacionismo. Defendia uma república descentralizada- acei-

tando a ideia de Herculano de um neo-municipalismo renovador -, socialista à maneira de Fourier e de Louis Blanc (acentuando o associacionismo voluntário) e federalista no quadro de uma federação geral dos povos ibéricos. A realização destes princípios traria todas as benesses para Portugal e restauraria a sua glória e o seu prestígio como nação.

De uma maneira geral, o Republicanismo português a partir de 1855 limitou-se a desenvolver e a precisar o ideário básico de Henriques Nogueira, com poucos acrescentos essenciais. De resto, esse ideário era comum às outras ideologias de cunho republicano por toda a Europa.

O segundo grande impulso ao surto do Republicanismo em Portugal saiu da geração de 1865-70. Tal como vinte anos atrás, um pequeno grupo de jovens proclamou a sua fé nos ideais republicanos e o seu ódio e desprezo para com o regime monárquico. Todavia, ao contrário dos seus predecessores, os mais activos representantes da geração de 1865-70 (embora não necessariamente os seus melhores espíritos) não morreram na juventude nem aderiram à *sociedade estabelecida+ à medida que iam envelhecendo. Haviam mudado as condições na Europa e parecia mais esperançosa a perspectiva de um mundo republicano próximo. A República triunfara em França (1870), fora proclamada em Espanha (1873-74) e encontrava solo fértil na Itália. Por outro lado, o Fontismo perdera boa parte do seu primitivo élan que tudo submergira, e crises económicas iam abalando, de tempos a tempos, a confiança cega da burguesia.

Homens como Elias Garcia (1830-1891), Teófilo Braga (1843-1924), Basílio Teles (1856-1923) e Sampaio Bruno (1857-1915) tiveram uma acção decisiva na difusão do ideário republicano durante quarenta anos, precisando alguns dos seus pontos mais vagos e enriquecendo o seu conteúdo com elementos filosóficos, políticos e sociais. Prêgavam-se com paixão o cientismo e o positivismo, que a maioria dos Republicanos absorvia como antídoto contra a religião. De facto, a anti-religiosidade era o novo e importante acrescento trazido ao Republicanismo dos tempos de Henriques Nogueira, a reacção contra o chamado Ultramontanismo ou excessiva centralização papal Gembremo-nos de que o

primeiro concílio do Vaticano, em 1869-70, definira o novo dogma da infalibilidade do Papa). Em contra-partida, o Republicanismo português foi gradualmente perdendo o elemento declaradamente socialista que antes continha. Uma República social começou a ser julgada como utópica por muitos republicanos, que se davam conta de que as condições reais da sociedade portuguesa e as realizações possíveis estavam muito longe de aspirações sociais igualitárias. Num país como Portugal, onde os operários representavam uma minoria insignificante, ligar o sonho de República aos seus objectivos específicos de classe significaria adiar a mudança de regime por várias gerações. Parecia mais realista, a fim de atrair a burguesia, renunciar aos princípios *socialistas+ e prosseguir com os princípios *democráticos+ de tipo político. Não obstante, os ideais socialistas ou socializantes jamais foram esquecidos, ao menos do ponto de vista teórico. De certa maneira, poder-se-ia dizer que o Republicanismo português se fez *socialista+ em princípio, mas *burguês+ na prática.

Esta solução provou ser a correcta. Em meados da década de 1870 nasceu o Partido Socialista Português, divorciado da ortodoxia republicana, e com ele o gradual crescimento do Partido Republicano. A partir da década de 80, os Socialistas entraram a marcar passo, enquanto os Republicanos marchavam avante com sempre crescente vigor. Não se esqueça, porém, de que no Partido Republicano militavam numerosos socialistas, tanto nos quadros como nas massas, constituindo uma autêntica ala esquerda de considerável peso político.

O Federalismo nunca foi completamente esquecido, mas os propósitos imperialistas de muitos espanhóis não ajudaram à sua difusão. Por outro lado, o profundo traumatismo sofrido com o Ultimato de 1890 suscitou um renovar de nacionalismo que arrastou consigo todos os grandes nomes da geração de 1890.

De um ponto de vista estritamente político, os Republicanos seguiram o modelo das instituições suíças. Defendiam o sufrágio universal - a que mais tarde renunciaram na prática -, o predomínio do legislativo sobre o executivo, e uma actividade presidencial mínima. Eram contra o serviço militar obrigatório e

contra o corpo diplomático, que reduziam a um simples corpo consular. Insurgiam-se contra diversos tipos de impostos e

pugnavam pelo desenvolvimento do cooperativismo.

O rápido crescimento do Republicanismo teve também suas desvantagens e seus pontos fracos. Para se converter em ideologia de massas, como certamente se converteu (na medida em que se podia falar de *massas+ no Portugal

oitocentista), veio a perder em construtivismo e em coerência, ganhando em destrutivismo e em heterogeneidade. Ser republicano, por 1890, 1900 ou 1910, queria dizer ser contra a Monarquia, contra a Igreja e os Jesuítas, contra a corrupção política e os partidos monárquicos, contra os grupos oligárquicos. Mas a favor de quê? As respostas mostravam-se vagas e variadas. Subsistia, como objectivo preciso, a descentralização. Mas quanto ao resto, e apesar de muitas excepções, a tendência geral era antes para se conceder à palavra *República+ algo de carismático e místico, e para acreditar que bastava a sua proclamação para libertar o País de toda a injustiça e de todos os males. É importante acentuar este aspecto para compreender as desilusões e as contradições dos Republicanos quando, por fim, triunfaram, em 1910. Na verdade, o Republicanismo veio a findar também como uma espécie de utopia, no sentido em que implicava um regime perfeito *do povo, para o povo+, baseado em completa igualdade, liberdade e *justiça democrática+. O ideário republicano, na sua última fase, mostrava pouca diferença do de 1820 (ou seja, o da Revolução Francesa) que a monarquia constitucional tentara interpretar e aplicar de uma forma pragmática. Este facto esvaziou a República de muitas realizações práticas (que haviam cimentado e institucionalizado a monarquia liberal), reduzindo-a, em grande parte, a um

aperfeiçoamento difícil ou impossível de fórmulas já experimentadas. Em suma, o programa republicano pode dizer-se que consistia, essencialmente, no estabelecimento da verdadeira liberdade, da autêntica igualdade e da perfeita fraternidade sobre a terra,

O Ultimatum de 1880 humilhara os Portugueses e despertara o interesse pelas colónias. Os Republicanos incluíram no seu programa o desenvolvimento integral das províncias do Ultramar,

244

A primeira república

que procuraram implementar com vigor a partir de 1910. Assim, colonialismo, ao lado de um nacionalismo exacerbado, caracterizaram também o ideário republicano tardio, suscitando toda a casta de sonhos românticos para o futuro. Portugal comparava-se à Bélgica ou à Holanda nas suas possibilidades de construir um império. A *Portuguesa+, adoptada como hino nacional em 1910, era um bom símbolo de tais esperanças e crenças: *Heróis do mar, nobre povo... levantai hoje de novo o esplendor de Portugal ... +; *... brade a Europa à Terra inteira: Portugal não pereceu ... +; *... Saudai o sol que desponta sobre um ridente porvir; seja o eco d'uma afronta, o sinal do ressurgir ... +.

Seria errado supôr que o Republicanismo estagnou com a proclamação da República. Se a ideologia de base sofreu poucas ou nenhuma mudança, a verdade é que se instituiu uma política de governo que foi evoluindo à medida que a realidade abria os olhos aos Republicanos e lhes mostrava a necessidade de objectivos mais determinados. Assim por exemplo, muitas das premissas de tipo suíço simplesmente desapareceram. Outras modificações relacionaram-se também com a história da

organização partidária durante os dezasseis anos de República Democrática (1910 a 1926).

Programas Assim, o programa do Partido Democrático, exposto pela primeira vez em Setembro de 1911 e, depois, precisado e ampliado no Congresso partidário de 1912, incluía um vasto conjunto de princípios teóricos e de medidas práticas que faziam honra à capacidade dos seus autores. Para além da defesa das liberdades essenciais, continuava a insistir na descentralização e na regionalização da vida política e económica portuguesa (com extensão às colónias), propondo a autonomia política de todas as cidades, a vitalização das funções administrativas locais e a

progressiva eliminação das funções exercidas pelos representantes do poder central. Pugnava por um associativismo a todos os níveis, preconizando o desenvolvimento das cooperativas agrícolas, a organização completa do operariado e a existência de comissões mistas efectivas de patrões e de trabalhadores para resolução de problemas de salários, horários de trabalho, fixação

Ideologias e estrutura política

245

de preços, etc. A protecção ao trabalhador exprimia-se ainda na previdência obrigatória por parte do patronato e do Estado, na instituição de seguros sociais e de aposentações, na socialização dos seguros de vida, na assistência às mulheres grávidas e às crianças, na construção de bairros operários, etc. Defendia-se com vigor a pequena propriedade e o parcelamento do latifúndio, preconizava-se a criação do imposto progressivo e regressivo sobre propriedade, rendimento e heranças, e propunha-se o estabelecimento, por regiões, de um *mínimo de existência+, isento de qualquer imposto. Continuava a falar-se de sufrágio universal mas já se não tocava na questão do corpo diplomático. O programa insistia grandemente na questão do ensino, a todos os níveis e por todas as formas, bem como na reorganização do Exército e na difusão da instrução militar até à infância e à adolescência. Na questão religiosa pugnava pela manutenção da lei da Separação.

Não era um programa socialista. Mas incluía princípios socializantes altamente avançados para a época e susceptíveis de atrair em sua defesa representantes de todas as classes sociais, à excepção da grande burguesia. Em linguagem partidária moderna, tinha muito de programa social-democrata. Sobre o programa do Partido Socialista de então, apresentava a grande vantagem de não parecer utópico, de aceitar, corrigindo-a, a realidade económico-social e de conter uma série de normas susceptíveis de aplicação imediata. Era um programa de cunho pragmático, acessível a todos, não um programa ideológico. Daí a sua força, ao tempo, o seu sucesso junto, até, de grupos políticos vindouros, aparentemente em contradição consigo - caso da União Nacional posterior a 1930, que o aplicou em grande parte

- e a sua actualidade ainda hoje. Todos os outros programas de partidos

*burgueses+ se inspiraram no programa do Partido Democrático, truncando-o, é certo, retirando-lhe as características mais radicalizantes, convertendo-o quase em caricatura, mas ficando-lhe, em suma, grandemente devedores. Diferenças essenciais, só as encontraríamos no programa do Partido Socialista, no do futuro Partido Comunista e, também, no dos Integralistas, como veremos,

Os PartUos A estrutura básica do sistema partidário republicano desde republicanos 1910 incluía um grande e bem organizado partido de centro-esquerda - o Partido Democrático, oficialmente arraigado à designação tradicional de Partido Republicano Português (P.R.P.) - e múltiplos grupos marginais que nasceram, cresceram, declinaram e se sumiram consoante as circunstâncias e as personalidades que os dirigiam. O P. R. P. derivou a sua força e organização do velho Partido Republicano unificado, com uma longa tradição de chefia colectiva, que o fazia altamente maleável e susceptível de superar rivalidades e querelas pessoais. Embora certas figuras gozassem, de tempos a tempos, de bastante prestígio, aptidão política e força efectiva para imprimir ao partido uma direcção definida - assim Elias Garcia e Bernardino Machado antes de 1910, Afonso Costa entre 1911 e 1917, e Antônio Maria da Silva na década de 20 - o P. R. P. nunca conheceu, em boa verdade, um patrão, um chefe indisputado que, por si só, resumisse o partido. Estava organizado em comissões paroquiais, municipais e distritais e era dirigido por um Directório, eleito trienalmente (depois bienalmente, a partir de 1912) pelo Congresso do Partido, que também se reunia para fins de supervisão geral de política e de discussão.

Outro motivo de fortalecimento - e, também, de enfraquecimento - do P. R. P. foi a adesão, em grande número, de antigos monárquicos, filiados nos Partidos Regenerador e Progressista, que fizeram passar para os quadros dos Democráticos boa parte da estrutura partidária do antigo regime, sobretudo à escala local.

Todos os outros partidos, embora em princípio se afizessem a moldes descentralizadores e de chefia colectiva como os do Partido Democrático, significavam, na realidade, o contrário. Em 1911, a vontade de construir um grupo conservador forte, que pudesse lutar contra a influência dominante do P. R. P., fracassou ante a teimosia de dois candidatos a chefe - Antônio José de Almeida e Brito Camacho - que não quiseram ceder entre si. Nestes termos, o *Bloco+ conservador, que fizera a eleição de Manuel de Arriaga (Agosto de 1911), se cindira do grosso do P. R. P. em Outubro - quando os amigos de Afonso Costa

foram eleitos majoritariamente para o Directório - e conseguira ainda sobreviver uns meses mais com o ambicioso nome de União Nacional Republicana, desfez-se a curto prazo, fraccionando-se em dois. Surgiram assim (1912) dois pequenos

partidos conservadores, um, o Partido Evolucionista Português, em torno de António José, e o outro, a União Republicana, em volta de Brito Camacho. Entre ambos, as diferenças eram mínimas, como em ambos as ideologias se mostravam vagas. Em 1919, os dois chefes retiraram-se, para todos os efeitos, da política activa, o que levou ao nascimento da almejado bloco conservador, o Partido Liberal Republicano. Era já muito tarde, porém, para forçar as posições conquistadas pelo P. R. P. Para mais, o Partido Liberal, se foi incapaz de se libertar do princípio do chefe, jamais conseguiu um chefe competente e aceite por todos. Resultou daí organização frouxa, indisciplina partidária e direcção anárquica. As duas facções evolucionista e unionista continuavam a subsistir, degladiando-se com frequência e opondo figuras como António Granjo a Barros Queirós. Em 1923, o Partido Liberal auto-dissolveu-se e tentou reorganizar as suas forças com outro nome e a entrada de um grupo relativamente numeroso de dissidentes do P. R. P. Deste baralhar de cartas surgiu o Partido Nacionalista, que não se mostrou mais homogêneo que o seu antecessor, antes produzindo duas cisões internas num período de três anos. Como chefe, foi eleita uma personalidade neutra, Ginestal Machado, embora Cunha Leal e Alvaro de Castro se revelassem os autênticos *patrões+ adentro do novo partido.

Dissidências, quer do P. R. P., quer de qualquer dos outros partidos, levaram a grupelhos ainda mais fracos e menos organizados, parte dos quais não passavam de grupos parlamentares, com mera organização de quadros e fraco apoio das massas. Dos Evolucionistas saíram, em 1916, uns quantos rebeldes que iriam fundar, um ano mais tarde, o Partido Centrista chefiado por Egas Moniz. Juntamente com os chamados Dezembristas - a amálgama revolucionária que derrubou o 3.1, governo Afonso Costa em Dezembro de 1917 - deram origem ao Partido Nacional Republicano espécie de frente popular das Direitas repu-

248

A primeira república

blicanas, seguindo cegamente o Presidente-Ditador Sidónio Pais. Depois de este ter sido morto (Dezembro, 1918), o Partido Nacional Republicano quebrou-se em vários fragmentos. Alguns juntaram-se aos Evolucionistas e aos Unionistas, outros só mais

1911

1912

1913

1915

1918

1919

1921

1922

[@J

1925

El 1@J E @@ @@- M o M E]

9 10 11 12 11 1 @ is
 Is 17

Fig. 41- Representação partidária, 1911-1925

- 1 - Socialistas
- 2 - Democráticos
- 3 - Evolucionistas
- 4 - Unionistas
- 5 - Independentes
- 6 - *Integridade Republicana+
- 7 - Católicos
- 8 - Nacionais Republicanos (Sidonistas)
- 9 - Monárquicos

- 10 - Reconstituintes
- 11 - Liberais (depois Nacionalistas)
- 12 - Dissidentes
- 13 - Governamentais
- 14 - Esquerdistas
- 15 - União dos Interesses Económicos
- 16 - Regionalístas
- 17 - Populares

tarde, já aos Liberais, outros ainda continuaram autónomos sob o título de Partido Republicano Presidencialista, dirigido por Tamagnini Barbosa. Vieram a unir-se aos Nacionalistas, em 1925. Destes últimos cindiram-se, em começos de 1926, os partidários de Cunha Leal agrupados na nova União Liberal Republicana.

Do P. R. P. safu, em 1920, o Núcleo de Acção de Reconstituição Nacional (Partido

Reconstituente) chefiado por Alvaro de Castro e Sã Cardoso. Estes Reconstituintes só duraram três anos, fundindo-se com os Liberais para dar em lugar, como vimos, ao Partido Nacionalista (1923). Alvaro de Castro e a sua gente, contudo, abriram nova cisão meses mais tarde, originando-se o grupo parlamentar da Acção Republicana. Um grupo de dissidentes parlamentares, tendo à sua frente Domingos Pereira, saiu também do Partido Democrático (1920), mas voltou ao seu seio anos depois. Outra divergência no seio do P. R. P. autonomizou a sua ala esquerda, seguindo José Domingues dos Santos, em 1925. Foi o chamado Partido da Esquerda Democrática.

Finalmente, e para esgotar a história dos grupos saldos do outrora uno Partido Republicano Português, falta mencionar o Partido Reformista, de Machado Santos (activo de 1911 a 1918), e o Partido Popular de Júlio Martins, que rompeu com os Evolucionistas quando estes últimos decidiram fundir-se com os Unionistas, em 1919. O Partido Popular veio a juntar-se aos chamados Outubristas, ou partidários do famoso movimento de 19 de Outubro de 1921, para constituir o Partido Radical.

Em resumo, quando a República Democrática chegou ao seu fim, em Maio de 1926, existiam seis facções partidárias derivadas do P. R. P. de 1911: eram elas, da Esquerda para a Direita, o Partido Radical, o Partido da Esquerda Democrática, o P. R. P. ou Partido Democrático, a Acção Republicana, o Partido Nacionalista e a União Liberal.

Esta divisão não esgotava os Republicanos. Novos grupos haviam surgido em discordância e sem relação com os outros partidos, embora aceitando a forma republicana de Estado. Eram eles a Federação Maximalista Portuguesa (1919), depois chamada Partido Comunista Português (1921), e o grupo Seara

250

A primeira república

Nova (1921). Existia ainda o velho Partido Socialista, sempre isolado e quase sempre insignificante. Também os Anarquistas se organizaram como o grupo de maior relevo entre os trabalhadores.

O grupo Seara Nova foi sem dúvida alguma o mais significativo de todos os agrupamentos republicanos e não republicanos - à excepção do Integralismo Lusitano e das facções Comunista-Socialista-Anarquista - a apresentar uma ideologia coerente visando uma reforma completa da mentalidade e da política portuguesa. Nascido como reacção contra os partidos - tais como eles eram - sempre pretendeu não ser um partido mas antes um *grupo+ desejando *ajudar os partidos a aperfeiçoarem-se e a governar bem+. Como tal, Seara Nova apresentava-se defensora dos interesses nacionais contra os exclusivismos das oligarquias, grupos, classes e partidos. Os seus fins e

programa combinavam uma afirmação assás vaga dos habituais slogans republicanos com algumas outras ideias mais precisas: socialismo democrático, radicalismo não-jacobino, internacionalismo e pacifismo. Pugnava por uma opinião pública nacional, assente sobre a verdade e a razão, e não sobre pseudo-factos e emoção.

Na Direita, os argumentos políticos dependiam porventura mais da definição ideológica. Em Coimbra, vários intelectuais católicos sob a chefia de Oliveira Salazar e do P.O Gonçalves Cerejeira fizeram reviver (por 1912) e reestruturar o Centro Académico de Democracia Cristã (C. A. D. C.) que datava dos finais da Monarquia. Era uma organização de estudantes e professores, menos preocupada com o dualismo monarquia-república (embora a maioria dos seus membros tendesse para a monarquia) do que com uma sociedade social-católica baseada nas encíclicas do papa Leão XIII. Foram essencialmente os mesmos elementos que fundaram, em 1917, o Centro Católico Português, com objectivos semelhantes mas com organização mais à escala nacional. Ambos estes grupos lutavam contra a República como um regime maçónico, anti-clerical e assente em bases individualistas.

O Integralismo Lusitano, em ascensão desde 1914, tinha um programa mais original e mais radical de Estado futuro e de organização social, que se opunha praticamente a todas as ideologias republicanas. Moldado nas doutrinas de Maurras e Sorel, mas com reestruturação de certa maneira original, o Integralismo Lusitano combinava um corpo de objecções radicais às correntes políticas da época com um sistema assás preciso de como organizar o Estado português de amanhã. Era contra o liberalismo (tanto político quanto económico), como era contra quase todo o ideário de Revolução Francesa ou revoluções suas derivadas. Assim, os Integralistas erguiam-se com violência contra o individualismo e a soberania popular, com suas expressões políticas práticas de monarquia constitucional ou de república. Rejeitavam quase por completo o século XIX, com sua crença *falaciosa+ no progresso e na liberdade. Apontavam os perigos do cientismo mal-interpretado, que conduzia ao ateísmo, ao positivismo e a outras doutrinas tendentes a negar a Deus, a religião e os princípios absolutos. Como é óbvio, condenavam severamente aquilo a que chamavam os corolários do demoliberalismo, isto é, o colectivismo, com suas formas de socialismo e comunismo. De Maurras, os Integralistas extraíram também um certo anti-semitismo, mas nunca o levaram tão longe como outros sistemas pré-fascistas e fascistas. Encaravam o semitismo como encaravam a Reforma e todo o movimento Protestante, ou, seja, como uma ameaça ao predomínio da Igreja e da tradição.

Aos poucos, o Integralismo Lusitano foi apresentando um programa completo de doutrina e de política. Defendendo a tradição inquebrantável e o culto do passado como os melhores mestres do presente, havia de defender uma monarquia pré-constitucional, alicerçada na religião, na autoridade e no corporativismo. Aceitava a ordem social tal como definida pela Igreja, sobretudo por Leão XIII na encíclica Rerum Novarum (1891). Sublinhava o nacionalismo e a perenidade

danação, contra o cosmopolitismo e as doutrinas internacionalistas. Um dos seus poucos pontos de contacto com o ideário republicano estava na defesa da descentralização, à maneira medieval, com

252

A primeira república

ampla autonomia para os municípios, as províncias e as regiões. Os Integralistas aceitaram, a princípio, a realza de D. Manuel II mas com a condição de que o ex-monarca acatasse o seu ideário e os seus desejos de *remodelação total da sociedade portuguesa+. Quando D. Manuel recusou, declarando-se preso ao seu juramento constitucional, os Integralistas passaram-se para o

ramo miguelista (1920) e reconheceram a candidatura do jovem D. Duarte Nuno ao trono português.

Depois do suicídio dos velhos partidos monárquicos, que se auto-dissolveram logo a seguir ao 5 de Outubro, os monárquicos ortodoxos começaram a reorganizar-se por volta de 1914, aproveitando-se do governo mais tolerante de Bernardino Machado e das divisões dos republicanos. Unindo-se, formaram a chamada Causa Monárquica que, com poucas modificações, aspirava a restabelecer o regime deposto quatro anos antes. A Causa Monárquica gozava da confiança plena do ex-rei D. Manuel II e era dirigida por um lugar-tenente nomeado por ele. A princípio Azevedo Coutinho, depois Aires de Ornelas tiveram a seu cargo a difícil tarefa de organizar as hostes monárquicas e de tentar deitar abaixo a jovem República.

Sendo o partido realista *oficial+, conquistou rapidamente grande prestígio entre as fileiras monárquicas e praticamente orientou ou influenciou a maioria das iniciativas anti-republicanas a partir de 1914. Mas também no seu seio se geraram dissensões. Um grupo de monárquicos mais à direita, que desejava novo tipo de monarquia, próxima das fórmulas integralistas, constituiu o seu próprio grupo, a Acção Realista Portuguesa, chefiada por Alfredo Pimenta (1923). A ela aderiram muitos integralistas. Mais do que um partido, todavia, a Acção Realista pôde antes considerar-se uma ala dentro da Causa Monárquica, visto que D. Manuel II a aceitou e fez participar no Conselho Superior daquele agrupamento monárquico.

O quarto agrupamento dos Monárquicos era o Partido Legitim. ista. Não tinha praticamente ideologia própria, para além de seguir a candidatura do príncipe D. Miguel - a quem chamavam D. Miguel II - nascido na Áustria e filho do rei D. Miguel. Os Legitimistas eram muito poucos, até à adesão dos Integra-

Meologias e estrutura política

253

listas, em 1920. No entanto, começavam a meter-se na política activa já por 1912, alinhando com os Manuelistas na 2.ª incursão monárquica, no Norte. Conseguiram também convencer D. Manuel a encontrar-se em Dover com seu primo (1912) num esforço mal sucedido de reconciliar os dois ramos. Mais tarde, porém (1922), depois da morte do infante D. Afonso, seu tio (1921), o ex-monarca declarou que aceitaria como sucessor o herdeiro que as Cortes viessem a escolher. Para facilitar uma futura unanimidade, D. Miguel II *abdicou+ em favor de seu filho segundo, Duarte Nuno, em 1920.

Tentativa interessante de constituir um partido de classe foi a que ocorreu em 1925, quando diversos proprietários rurais, industriais, financeiros e grandes comerciantes se uniram para fundar a União dos Interesses Económicos, como defesa capitalista contra as ameaças radicais e socializantes. A U. E. 1. conseguiu logo grande êxito, nas eleições legislativas desse ano, mandando ao Parlamento deputados seus. O movimento de 28 de Maio de 1926 guindou-a a colaboradora do governo e a mentora de muitas iniciativas económicas. Mas a análise do seu real impacte no Portugal post-1926 acha-se ainda por fazer.

Os agrupamentos operários a que já foi feita referência, constituíam muitas vezes autênticos partidos, com acção política directa ou indirecta, apoio eleitoral, organização moldada na dos partidos políticos, congressos periódicos, órgãos na imprensa, etc. O mais importante de todos foi, sem dúvida, a União Operária Nacional, criada em 1914, e transformada, cinco anos depois, na Confederação Geral do Trabalho, de âmbito muito mais vasto.

As sociedades secretas e semi-secretas não podem ser esquecidas, como enquadramento das organizações partidárias. Sabemos muito pouco sobre qualquer dessas sociedades e a bibliografia sobre elas mostra-se escassíssima. A Carbonária, saída da Maçonaria como associação de combate, com o fim de fazer a Revolução, e que alguns dizem ter chegado aos 40 000 membros no seu período de apogeu (1908-10), decaiu muito rapidamente desde então e desapareceu para todos os efeitos, apesar

de esforços para a fazer reviver, em 1915. Em seu lugar surgiram, episódicamente, vários grupos, clubes e grupelhos que actuavam, ou como corpos de polícia privativa, ao serviço de vários partidos e das próprias instituições, ou como associações onde, por vezes, era difícil traçar uma linha clara entre fins políticos e fins criminosos. Assim nasceram, mais ou menos ligados à Maçonaria-Carbonária e ao Partido Democrático, a Formiga Branca, os Defensores da República, os Voluntários da República, o Grupo dos Treze, e outros. O Grupo do 27 de Abril e os Lacraus dirigiam-se contra a acção da Formiga Branca e dos Democráticos. A Legião Vermelha, fundada nos anos de Vinte, tinha larga participação de extremistas das esquerdas. Entre

1911 e 1915, um grupo de jovens parlamentares e oficiais associaram-se na chamada Jovem Turquia, com intuítos de completa renovação da política e sociedade portuguesas. Havia ainda as sociedades religiosas com actividade política semi-secreta que podiam enfileirar entre as associações de tipo político. (Companhia de Jesus, Associação Fé e Pátria, Apostolado da Oração, Juventudes Católicas e Ordens Terceiras várias), às vezes com acção política bem relevante e influência por todo o País.

De todas as associações deste tipo, porém, a mais importante era, de longe, a Maçonaria. Em 1912, o número de maçons não ia provavelmente além de 2887, agremiados em 148 lojas, e este número já devia ser bastante superior ao dos filiados na Ordem à data da proclamação da República. Por volta de 1914 o número total de maçons portugueses aproximava-se dos 4000. Não era, contudo, pela quantidade dos seus agremiados que a

influência da Maçonaria podia ser avaliada. Associação de elite, preocupava-se antes com a qualidade e com a participação, ao nível superior, nos quadros político, administrativo, económico e social, dos seus membros. Ora, o que uma análise das equipas governativas e legislativas permite concluir é a percentagem elevada de maçons que delas fazia parte. Mais de metade dos ministérios da Primeira República foram presididos por maçons e a totalidade do seu tempo de governo elevou-se a nove anos e sete meses, ou seja, mais de 65 % do período completo de vigência da República Democrática. Três presidentes da República

- Bernardino Machado, Sidónio Pais e António José de Almeida -pertenciam à ordem maçónica. Algumas das medidas mais progressivas adoptadas pelo regime republicano tiveram participação das lojas e foram subscritas por ministros maçons.

O âmbito da influência da Maçonaria durante a Primeira República está ainda por determinar cabalmente mas não parece exagerado afirmar que a história das duas instituições apresenta paralelos do maior interesse e que o declínio de uma correspondeu ou foi, em grande parte, causador, do declínio da outra.

Ora a Maçonaria conheceu uma importante cisão em 1914, que lhe arrebatou cerca de metade dos seus agremiados. Aos dirigentes do Grande Oriente Lusitano Unido, cujo grão-mestre era Magalhães Lima (1907-1928), passou a opor-se o Supremo Conselho do grau 33 chefiado pelo general Ferreira de Castro. Aparentemente, as divergências políticas entre radicais e conservadores, com sua expressão social no conflito entre grupos burgueses, introduziram-se no seio maçónico, levando o grupo mais à direita a constituir-se autonomamente. Este grupo apoiou Sidónio Pais em 1917-18, enquanto o Grande Oriente foi perseguido e a sua sede assaltada durante o mesmo período. Em 1922 não se contavam mais de 80 lojas e 30 triângulos no Grande Oriente Lusitano, número que baixara para 73 e 14 triângulos em 1926, com um número total de 3325 maçons. A Maçonaria dissidente,

por seu turno, não cessou de declinar, vindo os seus membros a reintegrar-se a pouco e pouco no Grande Oriente, sobretudo já depois do movimento do 28 de Maio, quando se reconheceu a necessidade de unificação.

A Constituição republicana de 1911 inspirou-se sobretudo na constituição Constitucional brasileira de 1891, mas também nos textos consti-

tucionais suíço e francês, e nas constituições portuguesas anteriores. Alicerçada sobre os princípios demo-liberais, sublinhava os direitos e as garantias do indivíduo, combinando fórmulas oitocentistas (como as várias liberdades, a segurança individual e o direito de propriedade) com princípios mais tipicamente republicanos, quais o da igualdade social - definida como a rejeição de todos os privilégios derivados do nascimento, dos títu-

256

A primeira república

los de nobreza e das próprias ordens honoríficas - e o do laicismo - expresso pela igualdade e liberdade para todas as religiões, secularização dos cemitérios públicos, neutralidade religiosa em matéria de ensino nas escolas públicas, proibição a

todas as ordens religiosas de se estabelecerem em Portugal, e

registo civil obrigatório e exclusivo. O parágrafo 37 do artigo 3.º garantia ainda o direito de resistência a quaisquer ordens que pudessem violar as garantias individuais.

A Constituição de 1911 consignou a doutrina dos três poderes, acentuando o legislativo que, de facto, se tornou o mais importante para todos os efeitos. O Parlamento (oficialmente denominado Congresso) era formado por uma Câmara de Deputados, composta de representantes dos círculos eleitorais, com 25 anos ou mais de idade, eleitos pelo povo cada três anos, e por um Senado, composto de representantes dos distritos e das províncias ultramarinas, com 35 anos ou mais, eleitos, também directamente pelo povo, cada seis anos, mas renovando-se por metades cada três. O Presidente da República era eleito pelo Congresso por um período de quatro anos, não podendo ser reeleito no quadriénio imediato. Nomeava o presidente do ministério e os ministros do governo, os quais deviam participar nas reuniões do Congresso e cuja permanência no poder passou a depender, na prática (embora não por qualquer disposição constitucional), das maiorias parlamentares.

A Constituição de 1911 foi revista duas vezes, em 1916 e em 1919-21. Resultado das condições especiais de guerra, a primeira revisão limitou-se a restabelecer as condecorações e a autorizar a pena de morte em caso de guerra e unicamente no campo de batalha. A segunda revisão deu ao Presidente o direito de dissolver o Congresso, criou um Conselho Parlamentar para assistir

o Presidente e estabeleceu as bases da descentralização ultra-marina. Em Maio de 1918, leis ditatoriais vieram alterar alguns artigos da Constituição, principalmente no que respeitava à eleição do Presidente, que passou para os cidadãos. Mas logo em

Dezembro do mesmo ano se repôs a Constituição em vigor na sua plena integridade.

A insistência republicana nos conceitos de democracia e de representação popular salientou a importância do corpo eleitoral e sublinhou o significado das eleições. No entanto, a preocupação de preparar um corpo consciente de cidadãos através da educação e de evitar o caciquismo tradicional, impediu o alargamento substancial do número de eleitores e rejeitou o sufrágio universal imediato. A lei eleitoral de 1911 manteve várias das restrições do período monárquico, ao conceder o direito de voto apenas aos cidadãos maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever ou fossem chefes de família havia mais de um ano.

O que desapareceu foi a base censitária. Dos 850 000 eleitores recenseados resultantes (pouco mais ou menos), só uns 60 % foram às urnas para eleger os candidatos republicanos, grande parte em lista única confeccionada pelo P. R. P. O Governo decidira que, nos círculos onde não houvesse oposição, não se procedesse a eleições, resultando automaticamente eleitos os candidatos propostos. Registaram-se, porém, protestos, acabando por se realizar o acto eleitoral em locais onde só fora presente uma lista. 234 deputados constituíram a Assembleia Nacional Constituinte, mais conhecida por *as [Cortes] Constituintes+. Excluindo a representação ultramarina (um deputado por cada uma das colónias da Guiné, S. Tomé e Príncipe, Macau, Timor, dois por Cabo Verde, dois pela Índia, três por Angola e três por Moçambique), esse número correspondia a um deputado por 27 000 habitantes, representatividade bastante superior à do constitucionalismo monárquico (1/40 000). Porém, quando se aprovou a Constituição, tal número subiu de novo para um deputado por 36 500 habitantes, visto que os 71 senadores - três por cada um dos 21 distritos administrativos de Portugal, Açores e Alameda, e um por cada uma das oito colónias - foram eleitos entre os 234 representantes (alguns dos quais, aliás, nunca haviam chegado a tomar posse, por irregularidades eleitorais). Nas eleições posteriores, a representação manteve-se em 1/36 500 (163 deputados desde 1915), baixando para 1/39 000 em 1918 (155 deputados). O código eleitoral de 1913 excluiu do direito de votos os analfabetos chefes de família e os militares no activo. Era mais uma tentativa de consciencializar política¹⁷

mente o eleitorado, transferindo o poder predominantemente para as massas urbanas e afastando dele uma enorme percentagem de rurais (analfabetos), fáceis

de constituir clientelas conservadoras. Estavam então no poder os Democráticos, cuja força assentava precisamente na pequena e média burguesia das cidades. Alterações a este código, decretadas em 1915, restringiram o direito de voto aos cidadãos que soubessem ler e escrever, mas voltaram a incluir nele os militares. Estas restrições fizeram baixar o corpo eleitoral recenseado para menos de 400 000 (1913) e para 471000 (1915). A lei eleitoral de 1918 (decretada por Sidónio Pais que precisava, por razões opostas às dos Democráticos, do apoio das massas inferiores, rurais ou urbanas) estabeleceu o sufrágio para todos os indivíduos do sexo masculino maiores de 21 anos, sem cuidar de analfabetismos. Em consequência, o número de eleitores saltou para cerca de 900 000. Contudo, a lei de 1919 repôs a situação como dantes. Em 1925 achavam-se recenseados 574 260 indivíduos, o que correspondia a 84,4 % do eleitorado potencial.

A história eleitoral da República Democrática esteve longe de monótona. Para começar, em dezasseis anos de regime houve sete eleições legislativas gerais, em 1911, 1915, 1918, 1919, 1921, 1922 e 1925 (além de eleições suplementares várias, a mais importante em 1913), e oito eleições presidenciais, em 1911, 1915 (duas vezes), 1918 (duas vezes), 1919, 1923 e 1925, sem falar já de eleições municipais e para as juntas de freguesia. Parte delas caracterizaram-se por actos de violência aqui e além, e por resultados duvidosos em alguns círculos. Contudo, muito de exagero se tem escrito e afirmado acerca das eleições do período republicano. Regra geral, foram mais livres do que quaisquer outras anteriormente a 1910, sendo a fiscalização por elementos opositores ao Governo muito mais efectiva do que nunca. Por outro lado, todas as reclamações contra irregularidades eleitorais eram aceites e seguiam os trâmites da lei, corrigindo-se com frequência o que se praticara ilegalmente. Parece fora de dúvida que se ia aos poucos conseguindo algum progresso no sentido de uma representação popular legítima. Portanto, fazem mais sentido do que para o período monárquico os estudos da

geografia eleitoral em termos de representação partidária. Uma vez mais, as cidades tinham significado maior do que as áreas rurais no que respeitava a uma votação legítima e consciente.

Apesar de tudo, os governos republicanos raras vezes conseguiram mobilizar um vasto corpo de eleitores, os quais se iam a pouco e pouco desinteressando pelas excessivamente frequentes comparências às umas, e desiludindo com as realizações da República. A história eleitoral de Lisboa é >a este respeito, assás significativa. Em 1911, no auge do entusiasmo, parece que só 60 % do eleitorado do País votou, nos poucos círculos onde houve eleições. Mas em Lisboa votaram 86,6 % dos recenseados, todos com listas republicanas. Depois, a percentagem de abstenções foi sendo cada vez mais elevada, apesar das campanhas empreendidas pelos partidos para que se votasse: 61,8 % de abstenções em Lisboa, em 1913, 48,2 % em 1915, 65 % em 1918. No acto eleitoral de 1919 as abstenções atingiram

o máximo: quase 80 % em Lisboa! Voltaram depois a baixar: 79 % (1921), 53 % (1922), 60 % nas últimas eleições republicanas (1925). Os resultados gerais do País registavam números muito mais elevados de participação eleitoral, como é uso na província, e até em aumento, dos começos para os fins do regime democrático:

59,9 % de votantes em 1915, 71 % dez anos mais tarde. As eleições presidenciais de 1918 registaram 40 % de abstenções em geral e mais de 70 % em Lisboa, mau grado todo o carisma de Sidónio Pais. Factos como estes podiam pôr em dúvida o apoio popular à República ou o interesse pela sua marcha. Mas seria errado interpretar as abstenções só como censura ou rejeição do regime republicano, tanto mais que existiram, desde 1915, candidaturas católicas e, desde 1918, candidaturas monárquicas também. Eram antes sinónimo de apatia, despolitização, negligência e outras atitudes habituais na vida política dos países democráticos, nomeadamente em nações subdesenvolvidas.

As leis eleitorais da República estabeleceram sempre o sistema de lista incompleta, concedendo representação proporcional às minorias. Qual ela devesse ser, foi sempre objecto de grande disputa. Antes de 1910, a legislação vigente garantia às minorias mais de 22 % dos lugares na Câmara dos Deputados

260

A primeira república

(35 em 155). As leis de 1911 e 1913 mantiveram pouco mais ou menos esta proporção. Reclamações constantes por parte dos partidos da oposição (sobretudo depois da esmagadora vitória democrática em 1913) fizeram subir a percentagem das minorias para quase 27 % desde 1915 (44 em 163). Muito debatida também foi a divisão do País em círculos eleitorais e a atribuição de lugares parlamentares a alguns círculos-chave, como Lisboa e Porto.

O código eleitoral de 1911 repartiu Portugal em 51 círculos (47 no Continente e 4 nas Ilhas Adjacentes) de quatro deputados cada, à excepção dos de Lisboa (vinte deputados em dois círculos), Porto (dez deputados) Angra do Heroísmo e Horta (três deputados em cada). A lei de 1915 reduziu aquele número para 43 (39 no Continente e 4 nas Ilhas), com três ou quatro deputados por círculo, exceptuados os dois de Lisboa e o do Porto (oito cada), o de Angra (dois) e o da Horta (um).

Instabilidade Uma característica geral da vida política portuguesa desde

POLÍTICO 1910 encontramos-na sem dúvida na instabilidade: parlamentar,

presidencial e governamental. Como ficou dito, em dezasseis anos houve sete eleições gerais para o parlamento, oito para a presidência da República e quarenta e cinco ministérios. Esta situação começara, em boa verdade, nos tempos da Monarquia constitucional, de que a 1.ª República representou apenas um climax. De facto, melhorou até um pouco a instabilidade parlamentar. Em setenta

e seis anos de constitucionalismo monárquico, houvera quarenta e três eleições gerais e outras tantas Câmaras com representação partidária diferente, ou seja uma média de um ano e oito meses por legislatura. Com a República, todavia, piorou a instabilidade governamental e introduziu-se a instabilidade na chefia do Estado. Com ministérios durando em média quatro meses, a República Democrática Portuguesa levou a palma a toda a Europa em instabilidade, batendo a França (tanto durante a 3.^a como a 4.^a Repúblicas) e a própria Espanha da 2.^a República.

Múltiplas razões a causavam. O excessivo peso do Congresso na vida política da Nação foi sem dúvida uma delas. Em 1923,

Ideologias e estrutura política

261

o Parlamento esteve reunido durante onze meses. Em onze outros anos, houve sessões parlamentares de sete a dez meses por ano. Em geral, era de sete a média de meses por ano em que as Câmaras funcionavam. Um tal sistema, se podia revestir-se de certas vantagens, impedindo a corrupção em larga escala e obrigando a um diálogo constante entre governantes e representantes do povo, apresentava também terríveis desvantagens. O Parlamento interferia em todos os aspectos da vida governativa, exigindo explicações constantes aos membros do governo, fazendo obstrução frequente por parte das minorias, atacando só pelo gosto do ataque ou em busca de efeitos pessoais e partidários, insultando, parecendo mais, em suma, uma assembleia de chicana do que de defesa dos interesses nacionais. Os governos dependiam totalmente das maiorias parlamentares, caindo ao sabor de ninharias, de questiúriculas pessoais ou de caprichos. Cerca de vinte ministérios tiveram de pedir a demissão por causa de votos de desconfiança do Parlamento.

Indisciplina partidária acarretava também instabilidade política. Mesmo quando os Democráticos conseguiram maiorias em ambas as Câmaras, daí não resultou necessariamente estabilidade. Incapazes de construir um forte partido conservador que pudesse obter ganhos substanciais nas eleições e, assim, alternar com os Democráticos no jogo do poder, as oposições sentiam-se permanentemente frustradas., com sua dose de crescente impaciência e ódio. Falhando na conquista do eleitorado e na destruição da absorvente máquina democrática, os partidos oposicionistas buscavam refúgio em argumentos ilusórios, tais como a lei eleitoral defeituosa, as eleições falsificadas, a corrupção política, etc. O sentimento crescente-não importa a sua

veracidade real-de que Portugal se encontrava ditatorial e corruptamente governado pelo Partido Democrático, e de que a liberdade (e a própria República) estava em jogo enquanto os Democráticos permanecessem no poder, levou à convicção de que só a violência conseguiria removê-los e modificar a situação para melhor. Os Democráticos, claro está, sentiam-se ameaçados, quando no poder, ou esbulhados dele, quando na oposição. Respondiam com a mesma violência. Um

clima geral de

262

A primeira república

suspeita mútua envenenou sempre as relações entre governo e oposição durante os dezasseis anos da República. Os resultados traduziam-se por revolução atrás de revolução, outro dos motivos da instabilidade política: oito ministérios e quatro presidentes caíram devido a movimentos armados ou a crimes políticos. Praticamente, em todos os anos se dava uma rebelião ou se descobriam conjuras para tal. Em diversos anos, houve mais do que uma.

É claro que a violência não se pudera desenvolver com uma autoridade forte. Na verdade, a fraqueza governamental foi outra característica da República Democrática. Nem as forças armadas, nem a Guarda Republicana, nem as Polícias tinham disciplina bastante para obedecer ao Governo até ao fim. Por outro lado, também não dispunham da coesão interna necessária para forçar o Governo a aceitar os seus ditames. Assim a República representou sempre uma espécie de balança entre os civis - geralmente no comando da administração e do governo - e os

militares (reflectida não só em força real mas também em ideias e modos de vida), que não logrou alcançar o equilíbrio.

Finalmente, não saberíamos esquecer as manobras dos anti-republicanos, dos Católicos e das potências estrangeiras (nomeadamente a Espanha), todas ainda mal conhecidas, mas todas visando a subversão e o descrédito do regime. Três vezes houve guerra civil (1911, 1912, 1919), sempre causada pelos Monárquicos. A participação do clero e dos interesses económicos nas conspirações e nos movimentos revolucionários espera o seu historiador.

Bibliografia-No âmbito das obras gerais, torna-se também desnecessária a consulta de A. H. de Oliveira Marques, *A Primeira República Portuguesa* (alguns aspectos estruturais), 2.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, [1975], cujo capítulo V (Ideologia e Política) se acha aqui reproduzido. Só o respectivo *Apêndice+, pp. 136-142, conserva utilidade. Quando for publicada integralmente, a *História da Primeira República Portuguesa. As Estruturas de Base* - dirigida pelo mesmo autor, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1973 ss. (em curso de publicação) - incluirá uma análise mais pormenorizada e rigorosa da problemática política.

Ideologias e estrutura política

263

Sobre a ideologia republicana, o melhor estudo de síntese deve-se a Joel Serrão (J. S.), artigo *Republicanismo+, no *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, pp. 587-595, que inclui igualmente referências bibliográficas importantes. Uma variante pelo mesmo autor encontra-se na sua *Antologia do Pensamento*

Político Português / 1. Liberalismo, Socialismo, Re~licanismo, Porto, Inova, 1970, que inclui textos do ideário republicano.

Os partidos da República esperam o seu historiador, estando todavia em curso monografias importantes, sobretudo uma sobre o Partido Evolucionista. Vejam-se Marcelo Caetano, História Breve das Constituições Portuguesas, 2.1 ed., Lisboa Verbo, 1968, David Ferreira W. F.) artigos *Democrático (Partido)+, *Evolucionista (Partido)+, *Integralismo Lusitano+ *Republicano Português (Partido)+, *Seara Nova+, *Unionista (Partido)+, etc., no Dicionário de História de Portugal, vol. I a IV, a História do Regimen Republicano em Portugal, dirigida por Luis de Montalvor, 2 vols., Lisboa, 1930-32 e outras obras gerais, já várias vezes mencionadas. Sobre o Partido Democrático, na sua primeira fase, consulte-se essa fonte preciosa que são os dois volumes do Boletim do Partido Republicano Português, Lisboa, 1912-15.

Estamos porventura mais bem servidos para alguns agrupamentos monárquicos, graças aos escritos combativos e polémicos de Raul Proença, Páginas de Política, 2 vols., Lisboa, Seara Nova, 1938-39, e de Carlos Ferrão, O Integralismo e a República (Autópsia de um Mito), 3 vols., Lisboa, Editorial Século, 1964-66. Os Integralistas escreveram igualmente muito sobre si próprios (um resumo do seu ideário acha-se em A Questão Ibérica, Lisboa, 1916, série de conferências proferidas na Liga Naval, em 1915). A bibliografia sobre os grupos operários foi já indicada neste capítulo.

A Constituição de 1911 foi estudada por variados autores, cuja relação se pode encontrar no artigo de Mário Soares, *Constituição de 1911+, no Dicionário de História de Portugal, vol. I, pp. 679-682.

Nada existe sobre as eleições ou geografia eleitoral, para além dos dados estatísticos insertos no, Censo Eleitoral da Metrópole (Câmaras Legislativas), Ministério das Finanças, Direcção Geral de Estatística, Lisboa, 1916 e no Censo Eleitoral da Cidade de Lisboa, Ministério das Finanças, Direcção Geral de Estatística, Lisboa, 1916. Sobre as eleições de 1911 e o

primeiro Congresso, vale no entanto a pena consultar As Constituintes de 1911 e os seus Deputados, Lisboa, Livraria Ferreira, 1911.

3 -Os Acontecimentos

O Governo Conquistado o poder, o Partido Republicano nomeou um goProvisório verno provisório, simbolicamente presidido pelo idoso e respeitado professor do Curso Superior de Letras, Teófilo Braga, mas cujos verdadeiros chefes eram os ministros do Interior (António José de Almeida), da Justiça (Afonso Costa), dos Negócios Estrangeiros (Bernardino IUachado) e, um pouco ri@ais tarde, do Fomento (Brito Camacho). Em menos de um ano, o Governo Provisó

rio conseguiu cumprir alguns dos pontos principais do programa republicano, bem como consolidar o novo regime, assegurar a ordem pública interna e alcançar o reconhecimento por parte das potências estrangeiras. Numa Europa conservadora e

predominantemente monárquica (a França e a Suíça eram as únicas exceções), a posição da República Portuguesa apresentava-se plena de dificuldades e de perigos. Isto explica a preocupação de *ordem+ e de tolerância que, acima de tudo, i@órteou os esforços dos governantes, travando iniciativas de tipo revolucionário, sobretudo no domínio social, e alienando, ipso facto, as simpatias de muitos fautores da República, mormente entre as classes trabalhadoras. Impedir que um vento anárquico e subversivo da ordem social vigente varresse o País foi o grande objectivo dos gabinetes republicanos, pressionados pela opinião pública conservadora internacional e até pelas declarações, *conselhos amigáveis+ e avisos dos representantes das grandes potências. Esta preocupação de uma República ordeira, respeitável e burguesa vinha, claro

Os acontecimentos

265

está, ao encontro dos desejos da maioria dos dirigentes republicanos, social e >culturalmente incapazes de pugnarem por um regime de tipo socialista ou socializante. Mas contradizia os propósitos de muitos outros, orientados para uma via mais esquerdista, cõscios da necessidade de identificar República com Revolução. No Governo Provisório, afrontaram-se, desde logo, os partidários das duas correntes, bem longe, aliás, de se traduzirem em opções simples e declaradas. E o conflito iria persistir até ao fim da 1.ª República, enredado nas **éomplexidades da governação e da conjuntura internacional.

Entre as alterações a curto prazo introduzidas, salientem-se algumas medidas simbólicas, que ajudaram a dissociar das antigas as novas gerações, cavando um fosso entre velho e novo regime: a bandeira, mudada de azul-e-branco para encarnado-everde, o hino nacional, a Portuguesa em vez do Hino da Carta, a moeda, adoptando-se o escudo em lugar do real, e a reforma ortográfica, simplificando a escrita numa aproximação fonética. Embora consideradas por muitos, então como hoje, como pormenores de somenos importância, aquelas alterações exerceram grande impacte na construção de uma barreira psicológica entre o passado monárquico e o presente republicano. E a intervenção portuguesa na LI- Grande Guerra veio impor definitivamente as

cores vermelha e verde como símbolos da Pátria, minorando ou de todo impedindo futuras congregações emocionais em redor da bandeira azul-e-branca.

As eleições legislativas de Maio de 1911 quase só o Partido Republicano apresentou candidatos. Apenas em poucos círculos surgiram uns quantos independentes, *-socialistas ou dissidentes, a contestarem as candidaturas oficiais. A Assembleia Nacional Constituinte, saída dessas eleições, tinha um

facies de classe média burguesa, com um grupo majoritário de oficiais do exército e da marinha, funcionários públicos civis, advogados e médicos. A sua principal função consistiu em discutir e aprovar uma constituição para o novo regime e em corroborar os actos ditatoriais do Governo Provisório que o haviam organizado e consolidado.

266

A primeira república

Entre os republicanos, porém, as rivalidades e as lutas não tardaram a surgir. O Governo e o Directório do Partido incompatibilizaram-se a breve trecho, aquele apontando para uma via mais radical e revolucionária, este pugnando por uma maior moderação no conjunto das medidas imediatas a pôr em prática. Foi o Directório que controlou as eleições, fazendo vencer candidaturas predominantemente conservadoras. Por seu turno, dentro do governo não eram menores as rivalidades, opondo o ministro mais radical, Afonso Costa, secundado por Bernardino Machado, a António José de Almeida e a Brito Camacho. Cada um destes dois últimos tinha a sua clientela, constituindo os germens de futuros partidos políticos, e os seus órgãos na imprensa diária, respectivamente a *Republica* e *A Lucta*, fazendo face ao poderoso *Mundo*, porta-voz dos dois primeiros. A divisão entre republicanos ainda se complicava pela existência de grupúsculos marginais, mas activos e aguerridos, para onde se canalizavam toda a espécie de despeitos, de ódios pessoais e de descontentamentos. O mais importante destes grupos era o de Machado Santos, com o seu jornal *Intransigente* e os seus ataques generalizados a tudo e a todos.

As dissensões tornaram-se patentes ao grande público aquando das eleições presidenciais (Agosto de 1911) que se seguiram à votação da Constituição. Os partidários de António José de Almeida e de Brito Camacho que, em conjunto, tinham maioria na Assembleia (o chamado Bloco), fizeram eleger o advogado e velho republicano Manuel de Arriaga contra Bernardino Machado, o candidato de Afonso Costa. O novo presidente, procurando travar a influência crescente deste último e do seu grupo, defendeu o princípio de que o primeiro ministério constitucional deveria ser formado por individualidades que não tivessem feito parte do Governo Provisório. Inclinou-se também para os chamados gabinetes de *concentração+, ou seja, de unidade republicana, sem predomínio desta ou daquela facção. Assim, e até Janeiro de 1913, o País foi governado por ministérios de coligação, com maiorias de almeidistas e de camachistas (João Chagas, Augusto de Vasconcelos, Duarte Leite). Eram governos fracos, com escasso apoio popular e sem possibilidade de levarem a efeito qual-

Os acontecimentos

267

quer programa definido. Por outra parte, o Parlamento deixara rapidamente de representar a face política da Nação, visto que os seus membros reflectiam, tão

somente, a situação existente em Maio de 1911, quando o Partido Republicano se achava ainda unido e o seu Directório conservador em controle do acto eleitoral.

Ora, as divisões entre os vencedores haviam-se cristalizado em partidos políticos. Do lado majoritário, herdando a máquina formidável do Partido Republicano Português e conservando-lhe até o nome ao nível oficial, existia o grupo liderado por Afonso Costa, geralmente conhecido por Partido Dernoerático. Mais pequeno, o grupo de Antônio José de Almeida constituiu-se como partido, em começos de 1912, com o nome de Evolucionista. Por fim, um terceiro agrupamento, bastante reduzido em número, formara-se em torno de Brito Camacho, respondendo ao ambicioso título de União Republicana (1912).

Apesar de todos estes problemas e divisões, o novo regime foi, a pouco e pouco, aumentando o seu apoio nacional. Várias conspirações monárquicas e tentativas de fomentar uma guerra civil e o regresso do rei (incurções em Trás-os-Montes em 1911 e

1912) fracassaram por completo. Os partidos monárquicos liavam-se auto-dissolvendo e nenhuma força organizada se opunha à República. O Exército alinhava, na sua maioria, com o novo regime e a Marinha, na quase totalidade. A finança, os altos interesses económicos, os grandes proprietários mostravam-se divididos e na expectativa, sem hostilizarem abertamente a República. O operariado achava-se igualmente dividido, com uma parte militando no Partido Democrático e até nos partidos conservadores, outra parte no Partido Socialista e só uma terceira, conquanto a mais aguerrida e porventura a majoritária, cerrando fileiras contra a situação burguesa, mas num combate desorganizado e incoerente. O único perigo real era a Igreja e por isso, contra ela, se travou um combate quase permanente a partir de 1910.

Em fins de 1912, tornou-se patente que os governos de con- Os Derno centração tinham de ceder lugar a governos mais fortes, que pu, ticas no p@

dessem efectivamente continuar a obra revolucionária do Governo Provisório reclamada pela opinião pública. Depois de uma tentativa gorada junto dos Evolucionistas, o presidente Arriaga, bem contra sua vontade, chamou ao poder Afonso Costa (Janeiro de 1913) que constituiu um gabinete quase por completo de democráticos, com o apoio dos Unionistas e dos Independentes.

Afonso Costa e o seu grupo ocuparam o poder durante um ano. Legislou-se intensamente, sobretudo no campo das finanças, a grande preocupação dos republicanos. O orçamento foi equilibrado, apresentando-se saldos positivos, tanto nas contas públicas de 1912-13, como nos orçamentos de 1913-14 e 1914-15, este último já não efectivado. Promulgou-se uma reforma importante da

contribuição predial, que isentou de imposto milhares de pequeníssimos proprietários, agravando por outro lado a

soma paga pelos médios e grandes possidentes. Fortaleceu-se a autoridade do governo, outra das grandes preocupações de então. Mas se Afonso Costa e os Democráticos conheceram um aumento de prestígio e de popularidade entre a pequena e a média burguesias, perderam-nos, contudo, no seio de grande parte do operariado urbano, ao empregarem a força na repressão de certas greves e manifestações, tidas por perigosas para a República, e ao prenderem numerosos operários. Outro tanto sucedeu no seio dos monárquicos, da Igreja e das classes superiores, impedidos de levar a efeito conspirações e intentonas revolucionárias mercê da prevenção da autoridade. Mas, apesar de tudo, o apoio aos Democráticos intensificara-se em todo o País, como o provaram as eleições legislativas suplementares de Novembro de 1913, que lhes deram maioria esmagadora.

Questões menores, o robustecimento da oposição ao governo pela retirada do apoio unionista e a intervenção directa do Presidente Arriaga, que ansiava por um gabinete de conciliação, levaram à demissão de Afonso Costa, e à chamada ao poder de Bernardino Machado (Fevereiro de 1914). Este organizou um ministério predominantemente extra-partidário mas apoiado pelos Democráticos, que mantinham o controle geral da administração. Até Janeiro de 1915, o Partido Democrático continuou, para todos os efeitos, no poder.

Os acontecimentos

269

No entretanto, eclodira a Primeira Guerra Mundial. Tornou-se claro, à maioria dos responsáveis e dos interessados pela política portuguesa, que o interesse nacional estava em fazer causa comum com os Aliados, contra a Alemanha. Sabia-se das conversações havidas em 1913 entre a Inglaterra e a Alemanha para uma partilha das colónias portuguesas, à maneira de 1898 (cf. capítulo XI). As ambições germânicas no Ultramar português exibiam-se sem disfarces, sobretudo na imprensa, onde uma verdadeira campanha, agressiva e desdenhosa de Portugal, se vinha verificando desde havia tempo. Se o País entrasse na guerra ao lado dos futuros vencedores - e o grosso da opinião pública não duvidava, pelo menos até 1916, de que tal vitória iria pertencer aos Aliados - o perigo da perda das colónias seria eliminado. Por outra parte, alinhar com as grandes potências significaria, para o jovem regime, um reconhecimento de facto que a República sentia não haver ainda conquistado em 1914. A neutralidade e o germanofilismo da Espanha contrastaria, assim, com a atitude intervencionista de Portugal no conflito generalizado, garantindo-lhe novo prestígio e robustecida independência na Europa futura.

Interesse nacional, interesse colonial e interesse republicano apontavam, pois, para a intervenção a guerra ao lado dos Aliados. Nisso concordavam Democráticos e Evolucionistas. Já os Unionistas, e com eles muitos monárquicos e

clericais, pensavam o contrário ou, pelo menos, queriam esperar por uma melhor compreensão do desenlace do conflito. Muitos simpatizavam com a causa alemã e com a forma germânica de governo e de cultura. Alinhar com os Aliados era, afinal, alinhar com a França ateia e

maçónica, com a protestante Inglaterra que tanto ofendera Portugal e com a cismática e autocrática Rússia. E, além de tudo, era alinhar com Afonso Costa, o inimigo w> 1, o símbolo de todos os males.

Bernardino Machado e a sua equipa não assumiram um compromisso declarado e inequívoco para com a causa aliada. Mas o governo mostrou a intenção de intervir no conflito se e quando a Inglaterra o necessitasse. Esta atitude mereceu severas críticas por parte de muitos Democráticos e Evolucionistas, que

270

A primeira república

Ditadura de Pimenta

de Castro

14 de Maio

entendiam dever Portugal forçar uma intervenção, mesmo sem o expreso pedido dos Ingleses, a fim de a Inglaterra ser obrigada a aceitar a colaboração portuguesa no mesmo pé de igualdade que as outras potências. Em 1914 não se previa um prolongamento das hostilidades por muitos anos, supondo-se até que, ao cabo de alguns meses, a vitória aliada ou uma paz de compromisso se viriam a registar. Era preciso, pois, aproveitar o tempo. E os ataques alemães e as escaramuças verificadas em Angola e em Moçambique tornavam para muitos ofensiva ao brio nacional a manutenção dos laços diplomáticos com os Impérios Centrais.

Alarmado com a virulência da luta política, sobretudo após a queda do governo Bernardino Machado e a sua substituição por um ministério totalmente democrático, e cedendo a pressões dos seus amigos políticos e pessoais, o Presidente Arriaga resolveu intervir, realizando aquilo que muitos consideraram um autêntico golpe de Estado. Em Janeiro de 1915, provocou a demissão do governo e confiou ao seu amigo pessoal, general Pimenta de Castro, o encargo de organizar ministério, com o objectivo de pacificar a nação e de presidir, com imparcialidade, às eleições legislativas que se avizinhavam. Apoiavam-no os Evolucionistas, os Unionistas, parte do exército, os monárquicos, a Igreja, parte do operariado, numa palavra, todas as correntes opostas ao Partido Democrático. Pimenta de Castro entregou sete das nove pastas a oficiais do exército e da marinha (facto sem precedentes) e tentou apaziguar os descontentes. A política de guerra fol praticamente esquecida, as perseguições

contra os monárquicos e a Igreja interrompidas (com reintegração de oficialidade e funcionalismo civil), mas iniciada urna perseguição ou discriminação contra os Democráticos. Em Março, o Parlamento foi impedido de se reunir para uma última sessão e o governo entrou para todos os efeitos em ditadura.

Era cedo demais, contudo, para um governo das Direitas em Portugal. Os Democráticos, de parilhas com outros que também se opunham à ditadura do velho general, tinham atrás de si a

Os acontecimentos

271

burguesia das grandes cidades. Muitos republicanos começaram a recear um perigo monárquico por detrás das medidas de tolerância governamentais. Sem descurar a propaganda eleitoral, os Democráticos reconheceram que a violência era o método mais simples, mais rápido e mais eficaz para derrubar a Ditadura. Em 14 de Maio de 1915 fizeram eclodir uma revolução armada em Lisboa, que teve a participação da marinha, de parte do exército e de grande número de civis, enquadrados pela Maçonaria e pela Formiga Branca. A revolta, que custou centenas de mortos e feridos, conseguiu derrubar o governo e instalar, de novo, os Democráticos no poder. Arriaga demitiu-se e o Congresso elegeu Teófilo Braga para completar o seu período presidencial. As eleições legislativas deram aos Democráticos maioria absoluta nas duas câmaras. Em Agosto, Beffiardino Machado foi eleito Presidente da República para o quadriénio 1915-1919. Afonso Costa, que entretanto sofrera um grave acidente de viação, foi novamente chamado ao poder, formando um ministério democrático em Novembro de 1915.

Nos começos de 1916, crescentes dificuldades com a obtenção de transportes marítimos levaram a Grã-Bretanha a solicitar de Portugal que requisitasse as dezenas de navios mercantes alemães que se haviam refugiado em portos do Continente, Ilhas e Ultramar desde o início das hostilidades. O próprio País tinha necessidade directa de alguns desses navios para o seu comércio internacional, interrompido ou desorganizado devido à guerra. Consciente do risco que a requisição dos navios iria acarretar mas reconhecendo as suas vantagens práticas para justificar uma intervenção que a Inglaterra claramente não desejava, o governo português procedeu à requisição das embarcações (Fevereiro de 1916). A resposta foi a declaração de guerra por parte da Alemanha (9 de Março), seguida, a breve trecho, do corte de relações diplomáticas com a Áustria. Democráticos e Evolucionistas assentaram na constituição de uma *União Sagrada+, à maneira francesa, cedendo Afonso Costa a presidência do ministério ao seu antigo adversário Antônio José de Almeida, e retendo apenas a pasta das Finanças. Os Unionistas e os Socialistas, embora

272

A primeira república

não entrassem para o governo, concederam-lhe o seu apoio. Para efeitos práticos,

Afonso Costa e os Democráticos continuaram a

controlar a situação, tanto mais que as pastas-chave (Finanças, Guerra, Estrangeiros) lhes pertenciam. Um ano mais tarde, os Evolucionistas, embora mantendo o apoio, deixaram o governo, reassumindo Afonso Costa a presidência (Abril de 1917).

O governo da União Sagrada teve de cumprir a difícil missão de organizar uma força expedicionária que fosse combater em França, além das várias expedições a Angola e a Moçambique que, aliás, datavam já dos anos anteriores. O exército português, em lenta fase de reorganização desde 1911, não estava em condições de ser, desde logo, enviado para os campos de batalha da Flandres e de aí sofrer o confronto com os modernos exércitos europeus. Mas devido à capacidade directiva e organizadora do ministro da Guerra, Norton de Matos, secundado por uma equipa de qualidade, tornou-se possível aquilo a que muitos chamaram o *mflagre de Tancos+, ou seja, a preparação de um corpo expedicionário em cerca de nove meses. Nos começos de 1917, desembarcavam em França os primeiros contingentes do C.E.P. (Corpo Expedicionário Português) que, se não os melhores no combate, também não desacreditaram a sua bandeira.

Em Portugal, todavia, o esforço de guerra e a conjuntura internacional acarretaram consequências internas desastrosas. Havia escassez de géneros, de primeira e de segunda necessidade, até ao extremo da fome entre as classes inferiores urbanas. Muitos artigos passaram a ser racionados. O crescente número -de tropas que partiam para os campos de batalha da França e de Moçambique suscitava descontentamento cada vez maior num povo que, em geral, não compreendia a razão do combate e da participação portuguesa. A lista dos mortos e dos feridos, publicada regularmente, assustava um país pequeno, cónscio das suas fracas potencialidades demográficas e sobretudo poupado, havia mais de um sé culo, a mortandades por guerra. Para mais, a evolução do conflito no decorrer do ano de 1917 e até ao verão de 1918 não permitia aquele optimismo inicial e aquelas certezas na vitória aliada que tinham estado por detrás da intervenção portuguesa. Muitos, sobretudo entre os Unionistas e os Monár-

Os aconteci?mentos

273

quicos, voltavam a prever uma vitória alemã desejando, asshn, que Portugal abandonasse a luta ou, pelo menos, nela deixasse de participar activamente, o mais depressa possível.

Afonso Costa, preocupado acima de tudo com a direcção da guerra e com as relações internacionais, descurava a política interna. Altamente prestigiado no estrangeiro, negociando com sucesso uma situação favorável para Portugal no futuro concerto das nações aliadas, esquecia-se do desfavor das condições dentro do País e menosprezava as intrigas no seio do próprio Partido contra a sua personalidade autoritária. A sua impopularidade ia crescendo, sobretudo entre as

massas urbanas, que mais sentiam os efeitos da guerra. A agitação social conturbou as grandes cidades e até a província, sobretudo nos meses de Verão e Outono de 1917, obrigando o governo a adoptar medidas severas de repressão. Por outro lado, o gabinete e o seu chefe pareciam tentar certa aproximação com as classes trabalhadoras, desautorizando e censurando o patronato e suscitando, da parte deste, críticas abertas ao presidente do ministério *marxista+. Por seu turno, a Igreja e os Monárquicos tiravam o partido que podiam de todo o descontentamento, intrigando sem cessar e conspirando contra o regime.

Em 5 de Dezembro de 1917, com o grosso do exército com- O Sidmi~ batendo na Flandres e em Africa e o chefe do governo em missão fora do País, algumas unidades de Lisboa, apoiadas por elementos populares e com um esteio forte nos cadetes da Escola de Guerra, revoltaram-se sob a chefia do ex-ministro em Berlim, o major e professor Sidónio Pais. A revolta fez-se e triunfou, aparentemente contra a guerra e contra a chamada demagogia dos Democráticos. Financiavam-na, ao que parece, alguns grandes proprietários e membros da alta burguesia, tendo o apoio, directo ou indirecto, de grande parte do Partido Unionista, a

que Sidónio Pais pertencia. Sidónio era pouco conhecido, embora tivesse sido ministro nos governos de 1911-12. O ministério, a que interinamente presidia Norton de Matos, demitiu-se, Bernardino Machado recebeu a iAtimação de deixar -o Pais, Afonso Costa foi preso ao entrar em Portugal e Sídônio Pais

is

274

A primeira república

instaurou uma ditadura militar, com a participação unionista. Concentrando nas suas mãos todos os poderes, destituiu o Presidente da República, dissolveu o Congresso, decretou alterações à Constituição, introduziu um regime presidencialista à maneira americana e fez-se eleger Presidente da República por eleições directas, em Abril de 1918. Já então os Unionistas, descontentes com a feição o ditatorial da *República Nova,+ - como o novo

regime se intitulava - se haviam retirado do governo e passado à oposição.

As eleições legislativas, realizadas também em Abril, recusaram-se a concorrer os três grandes partidos da *República Velha+. Os Monárquicos, contudo, apresentaram-se em grande número, ganhando as minorias em muitos círculos. O novo Congresso ficou, assim, constituído por uma maioria governamental -do recém-constituído Partido Nacional Republicano- e por uma forte minoria de monárquicos e de católicos.

o regime sidonista caracterizou-se por uma crescente confusão política e administrativa e pelo terror imposto aos adversários. O seu único cimento era a

figura de Sidónio Pais, galante e bravo, elegante no seu uniforme militar, atraindo como poucos as massas em seu redor, suscitando devoções pessoais fervorosas e adesões de todas as fileiras. Verdadeiro herói popular, para muitos um novo D. Sebastião, sobrepondo à legalidade constitucional o arbitrio da sua vontade, corrigindo os desmandos dos seus partidários com gestos românticos de perdão e de liberdade, Sidónio e o seu regime, fértil em desfiles militares, em cavalgadas pelas ruas e em recepções brilhantes, eram bem o oposto da República burguesa e puritana, dominada pelo racionalismo maçónico e simbolizada por um Teófilo Braga modestamente vestido, de guarda-chuva no braço e deslocando-se de *eléctrico+. É necessário acentuar este contraste, porque a *República Nova+, se não derivou apenas, nem essencialmente, dele, pôde aguentar-se em seu torno e persistir como sonho, mesmo depois de morta. A mística do *chefe+, que tão importante se iria revelar mais tarde, encontrou em Sidónio o seu primeiro representante no nosso século XX. Para um racionalista da escola tradicional, era difícil ou mesmo impossível com-

Os acontecimentos

275

Prender este fenómeno novo - inexistente, pelo menos, desde D. Miguel - e avaliar a sua dimensão como perigo futuro. Daí, as interpretações mais ou menos erróneas e sempre incompletas que o Sidonismo suscitou ao tempo.

A *República Nova+ não possuía um programa definido que a pudesse contrapor ao regime anterior. Teria de viver de realizações práticas, do cumprimento integral das promessas feitas pelos republicanos no tempo da propaganda. Para isso faltavam-lhe, porém, os homens indispensáveis e a permeabilização à ideologia radical que definira o programa republicano. Vitorioso, Sidónio Pais viu-se sem quadros à sua volta, que lhe permitissem levar a efeito as complexas tarefas da administração e da condução da guerra. Os Unionistas abandonaram-no a breve trecho. O pequeno grupo chefiado por Machado Santos não incluía talentos governativos. Os cadetes da Escola de Guerra podiam ser bravos mas eram jovens demais (um deles, Henrique Forbes de Bessa, estudante do Instituto Superior Técnico, foi governador civil de Lisboa, ministro do Interior e por fim ministro do Trabalho, sem solução de continuidade, tudo isto aos 23 e aos 24 anos!).

Nestas condições, Sidónio teve de se apoiar mais e mais na Extrema-Direita (monárquicos, clericais, alta burguesia) cuja colaboração o fazia afastar da opinião pública republicana. Em um ano de ditadura, viu-se forçado a três remodelações ministeriais quase completas, o que agravou a instabilidade governamental e introduziu um princípio de caos na administração pública. As consequências da guerra sentiam-se cada vez mais profundamente e os problemas que haviam motivado a rebelião anti-democrática, longe de se solucionarem, ainda se complicaram. A influência de pacifistas e de germanófilos, ao nível ministerial, a colaboração de soldados e oficiais que se recusavam a ir combater, tudo isto fez diminuir o esforço de guerra e sabotar o moral das tropas. Os soldados da Flandres deixaram de ser rendidos. Alguns contingentes

regressaram à pátria. Insultavam-se e caluniavam-se os principais defensores da intervenção portuguesa no conflito, parte dos quais estavam presos ou exilados, ou se viam perseguidos. A ofensiva alemã da Primavera

276

A primeira república

de 1918 levou de vencida o debilitado C.E.P. (batalha do Lys, 9 de Abril), cujos restos deixaram de constituir um corpo autónomo, integrando-se no comando do exército inglês.

Em Lisboa e algures a agitação social prosseguia. Muitos proletários, que haviam confiado em Sidónio e contribuído para a sua vitória, davam-se agora conta de que a política social da *República, Nova,+ era a mesma, senão pior, do que a dos odiados Democráticos. Um clima de repressão alargou-se a todo o País, com milhares de prisões, torturas e espancamentos. Muita gente exilou-se. A censura de guerra, que Sidónio Pais demagogicamente abolira ao tomar conta do poder, foi restabelecida e alargada, na prática, a assuntos não militares.

A oposição liberal tentou reagir, fortalecida com os sucessivos fracassos do novo regime. Organizou várias conspirações e uma revolução que o governo conseguiu dominar. Mas em Dezembro de 1918, Sidónio Pais, caía assassinado e o País mergulhava numa das mais graves crises políticas da sua história moderna.

A Mo~quia Já antes da morte de Sidónio que o governo estava a perder

do Norte controle da situação em diversas partes do País. Tinham-se

criado Juntas Militares no Norte e no Sul, com o pretexto de defender Portugal da *subversão+ e de apoiar o Presidente contra os seus inimigos mas, na realidade, com o propósito de proclamar a Monarquia, mais cedo ou mais tarde. O próprio ministro da Guerra do último governo de Sidónio, tenente coronel Alvaro César de Mendonça, era um monárquico confesso. Com a morte do Presidente, as Juntas aumentaram o seu poder, principalmente no Norte. Apressadamente o ministério revogou as alterações à Constituição e fez eleger o seu decano, almirante Canto e Castro, Presidente da República pelas duas câmaras do Parlamento. Seguiu depois uma política dúbia, de compromisso, tentando agradar simultaneamente às Esquerdas e às Direitas, num esforço de evitar a guerra civil. A sua crescente fraqueza tomou-se a todos patente. Os Monárquicos preparavam, quase às claras, a restauração do regime deposto em 1910, buscando a aprovação de D. Manuel para os seus de@ígnios. Alarmados

Os acontecimentos

277

com tal perspectiva, os Republicanos procuraram obter controle absoluto da situação, revoltando-se nos começos de Janeiro de

1919, mas sem resultado. Poucos dias depois, em 19, as Juntas Militares proclamavam a Monarquia no Porto e em Lisboa.

Foi relativamente fácil dominar a rebelião no Sul. A maioria das guarnições da capital permaneceram fiéis. O povo urbano, aos milhares, acorreu a defender a *sua+ República, apoiando

Fig. 42 -A guerra civil, Janeiro-Fevereiro de 1919

278

A primeira república

decisivamente o exército e a marinha a desalojar os revoltosos do seu reduto entrincheirado na serra de Monsanto, naquilo a que se chamou a *Escalada de Monsanto+. Parecia claro que as massas lisboetas continuavam republicanas e participantes na marcha dos negócios públicos, emprestando à República aquele carácter popular urbano que já fora patente em 1910 e em 1915.

No Norte, porém, a situação não se mostrou tão fácil de resolver. Os Monárquicos conseguiram aguentar-se durante quase um mês, dominando todo o Minho, Trás-os-Montes (à excepção de Chaves) e as Beiras até à linha do Vouga. No Porto, o coronel Paiva Couceiro, antigo herói das campanhas de África e combatente monárquico no 5 de Outubro, chefiou uma Junta Governativa do Reino, com sete ministérios, confiados a figuras gradas do movimento realista. A Junta -tentou organizar, política, militar e administrativamente, todo o território que lhe obedecia-e que passou à história com o nome de Monarquia do Norte -nomeando governadores civis para os distritos de Viana, Braga, Porto, Vila Real, Bragança, Aveiro, Coimbra, e Viseu, criando um órgão de imprensa próprio e legislando ininterruptamente até 13 de Fevereiro seguinte. Uma das suas primeiras medidas consistiu em revogar *toda a legislação promulgada desde 5 de Outubro de 1910, inclusive+, e em restabelecer a que nessa data vigorava. Este absurdo não terá sido causa menor do fraco apoio que a Junta veio a conseguir entre as populações nortenhas, sobretudo ao nível da classe média. Depois de umas quantas escaramuças, mais do que verdadeiras batalhas, a Guerra Civil terminou com a entrada das forças republicanas no Porto (13 de Fevereiro) e o içar da bandeira verde-rubra em todas as localidades do Norte.

A restauração Em Lisboa, o ministério sidonista de Tarnagnini Barbosa, da *RePública tinha, no entretanto, cedido lugar a um governo compósito, preVelba+ sidido por José Relvas, e em que entravam já representantes

de todos os partidos políticos, incluindo, pela primeira vez, um Socialista na pasta do Trabalho. Mas a vitória decisiva da República acarretou o descrédito do Sidonismo e a sua irradiação

Os acontecimentos

279

final da governação. Em Março de 1919, tomava conta do poder novo ministério, presidido pelo democrático Domingos Pereira, onde não participavam sidonistas. Era o regresso, em plena força, da *República Velha+ .

As eleições legislativas de Junho deram a vitória aos Democráticos, guindando ao poder um governo cem por cento democrático, presidido pelo coronel Sã Cardoso. Para a Presidência da República foi eleito (Agosto) Antônio José de Almeida, que renunciou a chefia dos Evolucionistas. No Outono desse ano, Evolucionistas e Unionistas fundiram-se no Partido Liberal, o grande partido conservador cujo objectivo seria alternar com os Democráticos na conquista do poder, numa nova forma de rotativismo, à maneira inglesa,

No entanto, com o final das hostilidades internacionais, A Paz reunira-se em Paris a Conferência da Paz. O prestígio de Portugal caíra muito baixo, devido aos meses de Sidonismo e de agravamento da instabilidade política. A delegação portuguesa, chefiada, a princípio, por Egas Moniz, e depois por Afonso Costa, lutou denodadamente por conseguir representatividade igual à de outros beligerantes e por obter as indemnizações a que se julgava com direito. O tratado de paz sempre nos restituiu Quionga (ef. cap. XIV), atribuiu-nos uma percentagem aceitável nas chamadas reparações - que, pelo labor de Afonso Costa, foram alargadas ao período de 1914-16, atendendo aos ataques da Alemanha desde o verão de 1914 - e reconheceu a integridade das colónias. Afonso Costa manteve-se à frente da delegação portuguesa até fins de 1920, tomando parte na primeira assembleia da recém-criada Sociedade das Nações.

A nova *República Velha+ não era a mesma de antes. Para As novas cc

começar, toda uma série de circunstâncias, de tipo internacional Fões result@ e nacional, mudara consideravelmente, devido à guerra: inflação, da guerra

desvalorização da moeda, problemas económicos e sociais, conflitos entre gerações estavam a moldar uma nova ordem. Comunismo e fascismo surgiam, ameaçadores para a sociedade burguesa estabelecida. Por toda a parte se registavam atentados

280

A primeira república

políticos. Através da Europa, os anos de 1911 a 1923 foram marcados por anarquia, instabilidade, perturbação generalizada.

Os antigos chefes políticos retiraram-se da cena activa. Pressionado por

elementos do seu próprio partido, Afonso Costa exilou-se em Paris de onde nunca quis voltar, desgostoso com a marcha da política, agravado pela indisciplina partidária e pela ingratidão dos seus correligionários. No estrangeiro serviu Portugal como representante diplomático em várias missões, nomeadamente junto da Conferência da Paz e da Sociedade das Nações. Muito conceituado em todos os círculos internacionais, chegou mesmo a desempenhar as funções de presidente da Assembleia da S. d. N., na sua convocação extraordinária de Março de 1926. Antônio José de Almeida, prematuramente envelhecido e doente, foi eleito, como vimos, Presidente da República, passando a exercer uma acção de árbitro em vez de figurante directo nos assuntos políticos. Brito Camacho suspendeu a publicação do seu jornal *A Lucta*, aceitou depois o cargo de Alto-Comissário em Moçambique e, embora conservando a sua cadeira de deputado e certa influência nos bastidores, foi-se a pouco e pouco desvanecendo da cena directa. Outros, antes em primeiro plano, afastaram-se também, desinteressaram-se pela política ou preferiram figurar como observadores, mais do que como actores. Os cargos dominantes no governo, no Parlamento, na própria administração, caíram na mão de personalidades de segunda ordem, pouco capazes ou pouco preparados para debaterem os problemas crescentes da Europa do pós-guerra. Seria interessante comparar este panorama com o de outros países europeus ou americanos, onde fenómeno semelhante parece ter ocorrido.

Os resultados cifraram-se por incompetência, caos administrativo, descontentamento generalizado. Para mais, muitos oficiais do Exército de altas patentes, de regresso da guerra, cheios de prestígio e de popularidade, convenceram-se de que deviam intervir na política e ser as melhores garantias do futuro de Portugal. Pouco preparados, muito deles, para levar a efeito a grandiosa tarefa a que se propunham, dubitativos, em outros,

Os acontecimentos

281

os dotes de inteligência, questionável, em todos, a sua entrada na política, encontravam, todavia, compreensão e apoio em grande parte da opinião pública, cansada dos políticos e desejosa de encontrar neles os *messias+ salvadores da pátria.

A partir de 1918, o número de ministros oficiais do Exército e da Marinha aumentou consideravelmente. Até 1926, doze dos vinte e seis ministros (46 %) foram presididos por militares (antes de Sidónio, a percentagem fora apenas de 15 0/0). No Parlamento, facto semelhante estava a ocorrer. Embora essa oficialidade actuasse, a princípio, mais em nome individual do que em representação dos respectivos corpos militares, era inevitável que, a pouco e pouco, a sua consciência de classe iria ganhando força. Não tardou, aliás, que parte da opinião pública começasse a apelar para o Exército para que interferisse abertamente na política.

Uma das principais razões que conduziam à instabilidade

Insta~ política

era a incapacidade dos Democráticos de obterem maiorias absolutas que lhes permitissem governar por si próprios. Tinham sempre de depender do apoio dos outros partidos, o que justificava as constantes alianças, feitas e desfeitas ao sabor da conjuntura. Questões mínimas podiam levar à queda do governo, impedindo toda e qualquer continuidade administrativa. Os ministérios de coligação ofereciam escassas condições de durabilidade, visto que os interesses partidários acabavam sempre por prevalecer. A duração média dos governos ia de três a seis meses: mas chegou a havê-los de um mês e até de dez dias! A instabilidade aliavam-se os constantes movimentos revolucionários ou tentativas nesse sentido. Em 1919, a seguir à revolução monárquica, os Democráticos alargavam consideravelmente os quadros e a capacidade militar da Guarda Nacional Republicana, que passou a dispor de artilharia. Procurava-se, assim, dar à República uma base defensiva segura. Mas o resultado foi que a Guarda Republicana se transformou em força política de respeito durante dois anos, fazendo e desfazendo ministérios ou, pelo menos, carecendo de ser ouvida em cada crise ministerial.

A obsessão de um *governo nacional+ teve igualmente o seu quinhão de responsabilidade na situação instável do País. Ante as dificuldades crescentes do regime nos campos económico, financeiro e político, a opinião pública reclamava com insistência a constituição de ministérios *de competências+, mais do que de políticos, crente de que, de um governo de união nacional, formado acima e além dos partidos, sairia a almejada salvação da Pátria. Mas mesmo na impossibilidade manifesta de constituir tal ministério, os responsáveis pela marcha da política fugiam a homogeneidades partidárias, preferindo combinações com elementos de dois ou mais grupos, o que ajudava a satisfazer a opinião pública e a distribuir responsabilidades, mas igualmente a criar os fundamentos da instabilidade governativa.

Os anos de 1920 e de 1921, em Portugal como noutros países da Europa, caracterizaram-se por situações instáveis e conturbadas. Corrupção, atentados políticos, bombismo social, crise de autoridade, inflação tornaram-se moeda corrente. O último ministério com alguma estabilidade e efectivas condições de governo fora o do democrático Sã Cardoso (Junho de 1919 a Janeiro de 1920). Em 1920 sucederam-se, quase vertiginosamente, sete ministérios. Em 1921, embora houvesse a registar certa tendência para maior estabilidade, poderosas forças semi-ocultas ou de todo escondidas preparavam acontecimentos muito graves. O T e C e' Liberato Pinto, chefe do estado maior da G.N.R. e presidente do ministério durante três meses, foi acusado de concussão pelo gabinete que se lhe seguiu - o de Bernardino Machado - julgado em tribunal e condenado. Esta e outras razões - falava-se já na necessidade de desarmar a G.N.R. - levaram a uma revolta por parte de elementos da Guarda, que pôs fim à situação Bernardino Machado (Maio). Seguiu-se um ministério liberal (ou seja, conservador), presidido por Barros Queirós, que conseguiu do Presidente da República a

dissolução do Parlamento. As eleições que se seguiram deram vitória aos Liberais, embora os Democráticos houvessem triunfado em Lisboa, como sempre. Ao ministério Barros Queirós sucedeu outro ministério liberal, presidido por Antônio Granjo. Mas era ainda

Os acontecimentos

283

cedo demais para os conservadores deterem o poder durante muito tempo. Os ventos continuavam a soprar da esquerda, em Portugal como em outras nações do globo. Em 19 de Outubro, eclodiu em Lisboa uma revolução radical - aliás extremamente complexa nas suas motivações, elementos e objectivos - que forçou o governo à demissão. Na noite da desordem que se lhe seguiu (Noite Sangrenta, nome com que passou à história), vários políticos republicanos, como Machado Santos, Carlos da Maia e o próprio Antônio Granjo foram selvaticamente assassinados. Ao que parece, os crimes não tiveram relação directa com o movimento nem foram determinados pelos chefes rebeldes. Motivos pessoais e de corporação - o ódio de marinheiros e de membros da Guarda Republicana contra antigos chefes e responsáveis ou julgados responsáveis por punições passadas teriam sido habilmente explorados por elementos das direitas, ligados a poderosas forças económicas, à Igreja, aos monárquicos e até à Espanha, todos interessados em criar um clima geral de desordem e de violência que pudesse desacreditar de vez a República e justificar uma mudança de regime. Se tal não foi possível, pelo menos obteve-se o descrédito mais completo para os revolucionários, que os impossibilitou de conservarem o poder durante muito tempo e de cumprirem os pontos mínimos do seu, aliás vago, programa governativo.

Em Janeiro de 1922, novas eleições gerais deram a vitória os aos Democráticos, conseguindo o governo reduzir amplamente democrático

novamente os efectivos e as potencialidades da Guarda Nacional Republi- no poder cana, que deixou de representar qualquer perigo para o futuro. Daí em diante, só o Exército passava a dispor de força e de prestígio.

Certo cansaço político caracterizou os anos de 1922 e 1923, permitindo ao governo democrático de Antônio Maria da Silva manter-se no seu posto durante vinte e um meses. A situação geral do País tendia a melhorar, à medida que os efeitos da guerra se iam atenuando. Mas a desvalorização do escudo continuava a fazer-se sentir em grau elevado, provocando descontentamento generalizado contra a marcha da política e os seus

284

A primeira república

responsáveis. Em Agosto de 1923, o Parlamento elegeu para a presidência da República o candidato dos Democráticos, o escritor Manuel Teixeira Gomes, ao tempo ministro em Londres. Teixeira Gomes tomou posse em Outubro, com a firme

intenção de criar o almejado governo nacional, sob a égide de Afonso Costa, seu amigo pessoal, que lhe prometera colaboração quando necessário. No panorama político formara-se, no entretanto, o Partido Nacionalista, como restauração do Partido Liberal mas mais orientado para a direita. O seu elemento de maior força combativa e prestígio popular era, sem dúvida, Cunha Leal. Nas fileiras dos Democráticos, por seu turno, a ala esquerda, chefiada por José Domingues dos Santos, contestava a política cautelosa e moderada do chefe do governo, exigindo uma viragem à esquerda muito mais decidida e decisiva. Esta ala esquerdista do Partido Democrático tinha o apoio dos intelectuais da Seara Nova, grupo extra-partidário mas com certa audiência entre os políticos pela excepcional eraveira dos seus componentes.

Gasto pelo poder, o ministério António Maria da Silva demitiu-se em começos de Novembro de 1923. Teixeira Gomes chamou imediatamente Afonso Costa, que entrou no País no meio dos aplausos mais delirantes e da expectativa mais benévola. Mas os Nacionalistas, ávidos do poder, recusaram a participação no governo que Afonso Costa exigia para constituir um ministério nacional. Nestas condições, Teixeira Gomes resolveu-se a chamar o Partido Nacionalista às responsabilidades governativas. Este seu primeiro e único ministério, a que presidia Ginestal Machado, não se aguentou mais de um mês, falho como estava de maioria parlamentar. Sucedeu-lhe novo gabinete heterogéneo, presidido pelo dissidente nacionalista Alvaro de Castro e em que se achava, pela primeira vez, representado o grupo Seara Nova.

O governo de Alvaro de Castro conseguiu estabilizar a moeda e realizar outras medidas de interesse que lhe granjearam o respeito e a aprovação de grande parte da opinião pública. Mas acabou por soçobrar, como os demais, após seis meses de administração. A sua queda (Junho de 1924) deu o sinal para uma profunda crise política que só viria a terminar com o fim da

Os acontecimentos

285

Primeira República. Exacerbadas, as questões dentro do Partido Democrático, entre ala direita (António Maria da Silva) e ala esquerda (José Domingues dos Santos), tomavam o partido indisciplinado e incapaz de exercer uma firme acção governativa ou de oposição. No centro e na direita, nacionalistas, partidários de Alvaro de Castro e outros ainda degladiavam-se ferozmente.

O Presidente da República, tido por favorável aos Democráticos, era objecto de campanhas ignóbeis e de ataques frontais por parte dos Nacionalistas e dos Monárquicos, que reclamavam a sua demissão. As várias tentativas de entregar o poder a Afonso Costa malograram-se, até pela recusa, por parte deste estadista, de constituir governo à margem das instituições parlamentares.

Em Novembro de 1924, a esquerda conseguiu efemeramente o poder durante três meses, sob a chefia de José Domingues dos Santos, auxiliado por uma equipa mais jovem e menos *queimada+ politicamente. Mas não tardou o ministério a ser

deitado abaixo pelos *Bonzos+ (como eram conhecidos os da ala direita, em oposição aos *Canhotos+) do Partido Democrático, aprofundando-se o fosso entre as duas correntes. Na Primavera de 1925, o grupo dominguista abriu cisão no seio do P.R.P. (Esquerda Democrática), recusando-se a acatar os chefes eleitos e apresentando o seu próprio programa de realizações possíveis.

Ao mesmo tempo, grande parte do Exército e muitos elementos à direita demonstravam a sua simpatia crescente pelas soluções autoritárias e pelos regimes de tipo mussoliniano (Itália) e riverista (Espanha). Em Abril e em Julho de 1925, eclodiram em Lisboa duas revoltas militares, ambas sufocadas pelo governo, em que tomavam parte monárquicos, nacionalistas e outros direitistas. A opinião pública não deixou de encarar com simpatia estas e outras tentativas de pôr fim à *desordem+ reinante, aliás extremamente exagerada por todos aqueles que visavam liquidar a experiência republicana ou que tinham ambições de mando inconfessáveis. A acção violenta dos anarquistas e da Legião Vermelha, grupo para-político com filiações nihilistas; e comunistas, só contribuía para atemorizar a burguesia -e até parte do proletariado - empurrando-o para os braços dos partidos e correntes da direita.

286

A primeira república

As eleições gerais legislativas de Novembro de 1925 deram uma vez mais a vitória aos Democráticos, que conquistaram metade dos lugares na Câmara dos Deputados e maioria absoluta no Senado. Antônio Maria da Silva foi chamado a organizar o que seria o último ministério da 1.ª República. Constantemente atacado pelos Nacionalistas e desgostoso com a marcha da política, Teixeira Gomes resignou a presidência (Dezembro). O Congresso elegeu Bernardino Machado para o substituir nos dois anos que faltavam no seu mandato.

o fim dd A situação geral do País melhorava indubitavelmente desde 1.ª República 1923. O orçamento tendia a ficar equilibrado com as receitas

que adviriam do novo regime dos tabacos. A dívida pública mostrava-se mais ou menos estabilizada, sendo quase metade do que era em 1910 ou em 1919. O escudo achava-se saneado, estando em vias de cunhagem boas moedas de cobre e de níquel que substituiriam as cédulas de papel. A efectivação de obras públicas e de reformas sociais avançadas fazia parte dos programas governativos dos partidos do centro-esquerda e começava timidamente a tornar-se uma realidade. A República evoluía logicamente para um radicalismo de feição socializante. Reforma agrária, aumento da tributação sobre os possidentes, nacionalizações, desenvolvimento da assistência social, melhoria do nível de vida das classes populares contavam-se entre os assuntos em discussão e inseriam-se na agenda dos partidos, quando não se achavam já em vias de efectivação. Era o resultado óbvio da gradual industrialização do País e da lenta alfabetização das massas.

Mas esta evolução, se parecia excessivamente demorada a uns - os intelectuais,

os operários - afigurava-se demasiado rápida a outros - os proprietários rurais, os capitalistas, parte da classe média, a Igreja. As altas e médias patentes do Exército, o alto e médio funcionalismo público verificavam que o seu poder de compra se achava reduzido a metade do que fora em 1910. A banca, o alto comércio e a grande indústria sentiam-se agravados ou ameaçados pelo aumento dos impostos, debilitados pelo surto do terrorismo de raiz anarquista-bolchevista. O es-

Os acontecimentos

287

cândalo do banco Angola e Metrópole e da duplicação das séries de notas de 500 escudos, descoberta em fins de 1925, salpicou de lama todo o regime e sobretudo os principais responsáveis pela marcha da política e da economia. A Igreja desejava recobrar a influência perdida e vibrar um golpe decisivo no ateísmo cientista e maçónico. Parte do operariado mostrava-se impaciente nas suas reivindicações sociais. Parte da inteligência (com muitos jovens) sentia-se desiludida com os ideais republicanos e atraída pela novidade do fascismo.

A classe média das cidades, sobretudo de Lisboa, que fora o grande obreiro e sustentáculo da República, estava saturada das constantes revoluções e arruaças, que sempre na capital se verificavam, receando o anarquismo e o bolchevismo e ansiando por um governo forte que restaurasse a ordem e a tranquilidade. Todos se queixavam do statu-quo, até mesmo uma fracção dos Democráticos. Os demais partidos conspiravam contra a permanência no poder do P. R. P., não vendo saída senão na violência. E, como gigantesco pano de fundo, existia a Nação agrária, a Nação conservadora, a Nação das mulheres, a maioria da Nação, em suma, em reacção contra a minoria progressiva dos grandes centros urbanos.

Acentue-se ainda que, ao contrário do liberalismo oitocentista, a República Democrática não era o começo de qualquer coisa estruturalmente nova, mas antes a fase última de algo que se iniciara muito atrás, em 1820. A 1.ª República foi o climax de um processo, o resultado natural da evolução do liberalismo monárquico. De certa maneira, podia comparar-se ao Despotismo Iluminado como derradeiro grito de um período histórico. Não tinha continuação possível. Havia de morrer e de ser substituída por qualquer coisa de completamente diferente.

Em 28 de Maio de 1926, o general Gomes da Costa, um dos mais prestigiados heróis da guerra, revoltou-se em Braga e iniciou uma marcha sobre Lisboa. A maioria do Exército, depois de algumas hesitações, juntou-se-lhe ou manteve-se neutral. Em Lisboa, o governo pediu a demissão (30 de Maio) e o Presidente confiou a um dos chefes revolucionários, o Comandante Mendes Cabeçadas, o encargo de formar ministério. No dia seguinte, o

próprio Presidente renunciava ao seu mandato, entregando todos os poderes a Cabeçadas. Nos começos de Junho, o Parlamento era dissolvido. A revolução triunfara.

Bibliografia- Constituem legião as monografias coetâneas ou pouco posteriores sobre episódios e figuras da República. Mas a única obra de conjunto que fornece um relato factual do período republicano, com relativa objectividade, é a História de Portugal, dirigida por Damião Peres, vol. VII, Barcelos, Portucalense, 1935 (capítulos escritos por Angelo Ribeiro e Hemâni Cidade) e especialmente o seu Suplemento, Barcelos, Portucalense, 1954, todo ele escrito pelo Damião Peres. Até 1915, consulte-se o bom manual de factos políticos publicado por David Pereira, História Política da Primeira República Portuguesa, vol. 1 (1910-1915), partes I e II, Lisboa, Livros Horizonte, 1973.

CAPITULO XIII

O *Estado Novo+

1. -0 Fascismo Português

A partir de 1914 surgiu em Portugal uma corrente ideológica O Integrali bem definida na sua orientação para a direita. Foi ela o Integralismo Lusitano. Apontaram-se já, no capítulo precedente, as suas características essenciais e a sua evolução sumária, na doutrina e na acção, até à escolha da candidatura miguelista, na pessoa do jovem príncipe Duarte Nuno.

Com a passagem dos anos, o Integralismo Lusitano encontrou os seus chefes, os seus apóstolos e até os seus mártires. Tornou igualmente mais rigorosos alguns pontos básicos do seu programa, que diziam respeito a problemas reais do tempo, v. g. a questão agrária, a estrutura do futuro Parlamento, o equilíbrio financeiro, etc.. Antônio Sa@dinha (1888-1925) foi o principal filósofo do Integralismo, José Pequito Rebelo o seu maior economista e o Presidente Sidónio Pais - que, por si mesmo, jamais se apresentou como integralista, mas que reuniu integralistas em seu torno, a título de conselheiros e ministros - o seu mártir e primeiro (embora parcial) executor das suas doutrinas.

O Integralismo Lusitano traduziu também um divórcio de gerações, uma rebelião da gente nova (na sua maioria fazendo parte da geração de 1910-14) contra a sociedade do tempo. Nesta medida, o Integralismo teve o seu quê de moda, de atitude *contra+ - como, aliás, todo o Fascismo -, atraindo numerosos jovens que se importavam menos com pensar ideologias do que com lutar contra algo de odioso, isto é, as convicções de seus

O *Estado Novo+

país. O romantismo da violência física, pregado pelos Integralistas como método de acção e, às vezes, posto em prática, vinha ajudar a esse apelo. Para muitos, ainda, o Integralismo significava uma doutrina de elite, de gente bem-pensante que se insurgia contra as banalidades e os lugares-comuns do demo-liberalismo, apanágio de uma maioria de medíocres. De facto, os Integralistas raramente provinham de estratos sociais baixos, recrutando-se sobretudo entre a aristocracia, os proprietários rurais e a alta e média burguesias das cidades.

O Estado autoritário português teve ainda outras raízes, embora com seiva menor do que a do Integralismo. Os grupos de combate católicos, tipo CADC (Centro Académico de Democracia Cristã), de que o futuro presidente Salazar foi secretário geral, e Centro Católico, que se apresentava como neutro na questão de regime e onde Salazar, também, exerceu acção de relevo, ao lado de outros agrupamentos da direita adentro da República Parlamentar (os Nacionalistas, por exemplo) não podem nem devem ser esquecidos.

O Fascismo italiano (a partir de 1922), a ditadura do general Primo de Rivera em Espanha (1923-30) como também, mais tarde, os regimes autoritários austríaco e alemão, além de outros, exerceram igualmente grande influência na construção do sistema autoritário português de semelhanças fascistas. Tanto Carmona como Salazar confessaram a sua admiração por aqueles dois ditadores, e provavelmente aprenderam com eles algumas lições de governação. Por volta de 1926, o Fascismo começava a

estar na moda em Portugal e a conquistar certa popularidade sobretudo entre a intelligentsia - apontando-se as suas soluções como constituindo *a solução+ para o caso português. Este facto não deixou de preocupar os intelectuais da esquerda e do centro-esquerda, particularmente o grupo da Seara Nova, que organizou uma *semana contra o Fascismo+ dois meses antes da revolução de 28 de Maio, denunciando os perigos dos regimes autoritários, salientando os aspectos negativos do Fascismo e

prevenindo a Nação contra aquilo a que chamavam a demagogia fascista.

O estado autoritário-corporativo

Seria errado, todavia, chamar fascista ao movimento militar de 28 de Maio de 1926. A rebelião fizera-se contra a *corrupção+ e a *degradação+ da república parlamentar, mais do que contra as instituições do parlamentarismo. A Constituição demo-liberal de 1911 não foi substituída nem expressamente

rejeitada até 1933. Muitos oficiais dirigentes defendiam uma república democrática e o regresso à *normalidade constitucional +, que poderia implicar certas alterações na Constituição e certas expurgações de *maus+ políticos, mas nada mais. Era este, aliás, o desejo de praticamente todos os partidos - à excepção do Democrático que haviam apoiado ou aclamado o movimento como meio de pôr fim à máquina eleitoral e à influência, julgada excessiva, dos Democráticos. o *programa+ da revolução compreendida uma longa série de aspirações vagas, que todos, no País, na generalidade, desejavam ver realizadas, desde os esquerdistas até aos conservadores: inquérito aos serviços públicos, aos funcionários suspeitos e às *grandes fortunas+; economias e saneamento da administração; valorização do escudo e baixa do custo da vida; reparação de estradas; ponto final nas nacionalizações e entrega a companhias particulares dos serviços nacionalizados; reformas do exército e da marinha; aumento no número de escolas; reformas na justiça; melhor administração das colónias, etc. Pouca ou nenhuma ideologia se poderia encontrar em tudo isto> razão que permitiu i_,ma concordância geral em torno da revolução mas explicou também a dificuldade da tarefa de a efectivar.

A ditadura militar de 1926-28 evitou, com o maior cuidado, toda e qualquer acção que pudesse ser interpretada como sinal da restauração da Monarquia. A maioria dos oficiais dirigentes eram republicanos. Por seu turno, o governo sentia que precisava do apoio da Nação, majoritariamente oposta à solução realista. E os monárquicos, confiados e jubilantes, preferiram esperar por uma transição que julgavam próxima e inevitável. Em 1932, todavia, o falecimento do ex-rei D. Manuel infligiu um golpe mortal às esperanças de restauração da Monarquia. Ao amado, respeitado e infeliz último rei de Portugal, substituíu-se agora um jovem desconhecido e estrangeiro, ligado à facção miguelista, que mui-

tos monárquicos continuavam a repelir. Com a morte de D. Manuel, todas as perspectivas viáveis de destruição do regime chegaram portanto ao fim. Grande número de monárquicos, incluindo o próprio Salazar, deram-se conta desta realidade, e aceitaram a ideia de República. Muitos integralistas, por sua vez, esperando a consolidação da Ditadura e uma oportunidade mais favorável, resolveram não hostilizar as instituições republicanas. A conjunção destes dois factos ajudou à manutenção e robustecimento do statu-quo autoritário e ao prolongamento da forma republicana, mesmo com a oposição clamorosa e violenta da maioria dos republicanos organizados, que acusavam a Ditadura de traição ao regime.

Os começos Por volta de 1928, começaram a dar-se os primeiros passos do tio@,\$ ordem no sentido da construção de uma nova ordem, embora muito

devagar. No Outono de 1929, Salazar caracterizou a futura reorganização constitucional como devendo basear-se *em nacionalismo sólido, prudente,

conciliador+, salientou o papel a desempenhar pela família, a corporação moral e económica, a freguesia e o município, e pronunciou o slogan que se tornaria famoso: *Nada contra a Nação, tudo pela Nação+. Esta insistência num nacionalismo actuante repetir-se-ia sem parar nos discursos e escritos de Salazar e seus partidários, como verdadeiro leit-motiv do regime.

Artificialmente, a nova ordem tomou conta do nacionalismo como qualquer coisa de seu, como qualquer coisa de estruturalmente novo e típico do regime em formação, em contraste com uma anterior política anti-nacional ou, pelo menos, a-nacional. Repetindo-a constantemente -método porventura inspirado nas práticas fascistas italianas - Salazar conseguiu convencer grande parte do País, e porventura convencer-se a si próprio também, da verdade de tal asserção. Em Maio de 1931, definiu o fim da Ditadura como sendo o *estabelecimento de um nacionalismo político, económico e social, bem compreendido, dominado pela soberania incontestável ao Estado forte+.

Esta doutrina do Estado forte, outro dos slogans do regime, dirigia-se sobretudo a uma burguesia cansada de instabilidade política. Com o seu habitual exagero na apreciação do passado

O estado autoritário-corporativo

295

próximo, Salazar contrapôs a antiga *desordem+ à nova ordem. Disse-o em Maio de 1930 (discurso da Sala do Risco): *uma palavra só - desordem - definia em todos os domínios a situação portuguesa+, e, dois meses mais tarde, *todos sabem de onde vimos - de uma das maiores desorganizações que em Portugal se devem ter verificado na economia, nas finanças, na política, na administração pública+; *o mesmo espectáculo de desordem permanente -.. Podemos dizer que tinham desaparecido da vida portuguesa a seriedade e a justiça: a indisciplina era por consequência geral+ (Maio de 1932). O Estado forte nasceria do robustecimento do Poder Executivo, da abolição dos partidos e dos sindicatos de classe, da manutenção da censura e da reorganização das forças armadas e da polícia. Contudo, Salazar sempre se insurgiu contra os regimes totalitários, criticando, quer o Fascismo italiano, quer o Nazismo alemão. Pretendia distinguir claramente entre autoritarismo e totalitarismo.

O *Estado Novo+ - o termo foi cunhado por volta de 1930 e O Estado desde então nunca mais abandonado - seria social e corporativa. O Estado desde então nunca mais abandonado - seria social e corporativa. A sua célula de base encontrar-se-ia na família, os seus elementos fundamentais nas corporações morais, económicas e intelectuais, onde os interesses de patrões e empregados se harmonizariam com vista a um interesse comum, *nacional+. Seguindo a doutrina integralista, Salazar rejeitava a luta de classes como algo de inevitável, considerando-a antes como opondo-se frontalmente aos princípios do Estado Novo. Nestes termos, o Estatuto do Trabalho Nacional - promulgado em 1933 com grande influência da Carta del Lavoro italiana -, e, depois dele, cópia de outras leis e regulamentos, definia uma organização corporativa para o sector industrial e para os empresários agrícolas. Os chamados *Elementos Primários+

compreendiam: a) os sindicatos nacionais, compostos de empregados, operários ou membros das profissões liberais; b) os grêmios, reunindo empresas, sociedades ou firmas singulares ou colectivas, e extensivos igualmente aos agricultores (Casas da Lavoura, Grêmios da Lavoura); as casas do povo, uniões rurais de patrões e trabalhadores; e d) as casas dos pescadores, associações de gente do mar e seus em-

presários. Os chamados *Elementos Secundários+ ou *Intermédios+ englobavam as Federações Nacionais e as Federações Regionais, isto é, associações de sindicatos ou grêmios idênticos, e as Uniões, associações de actividades afins já organizadas em sindicatos e grêmios, visando a representarem em conjunto todos os interessados em grandes ramos de actividade nacional.

Finalmente, as Corporações propriamente ditas constituiriam, segundo a lei que as criava, *a organização unitária das forças de produção, representando integralmente os seus interesses+. Além destas corporações económicas, existiriam também as corporações morais, para fins de assistência, beneficência e caridade - hospitais, asilos, recolhimentos, creches, casas pias, misericórdias - e as corporações culturais, visando objectivos científicos, literários, artísticos ou de educação física - universidades, academias, associações científicas, literárias, artísticas e desportivas.

Levou bastante tempo a conseguir uma regulamentação completa para todos estes organismos e a torná-los operativos. Além da resistência e da indiferença que geralmente encontraram, pôs-se depressa em dúvida que os benefícios reais económicos derivantes da organização corporativa fossem grandes (para além de darem emprego a alguns milhares de funcionários públicos), argumentando-se que, pelo contrário, muitos dos elementos primários e secundários só embaraçavam a produção e o comércio. As organizações do trabalho tomaram-se rapidamente instrumentos da política governamental, que ditava quando e como se deveriam realizar os contratos de trabalho. Muitas destas organizações tiveram carácter compulsivo, ao passo que regulamentos internos restringiam a liberdade de auto-determinação e especificavam os poderes de negociação com os grêmios. A população agrícola só em parte foi abrangida por todo este esquema (na década de 1960, apenas um quinto dos rurais pertencia às casas do povo). O entusiasmo inicial com que alguns haviam acolhido o nascimento do sistema corporativo depressa se desvaneceu, e foi só em 1956 que o Governo, mais por razões de coerência do que de utilidade real, decretou as regras básicas para o estabelecimento das corporações. Na realidade, só as de tipo económico

transportes e turismo (1957), crédito e seguros (1957), pesca e conservas de peixe (1957), imprensa e artes gráficas (1959) e espectáculos (1959).

Além destas três ordens de elementos, o regime instituiu os chamados *organismos de coordenação económica+, espécie de corpos pre-corporativos, visando relacionar o Estado com as corporações. Foram eles as comissões reguladoras destinadas a condicionar as importações, as juntas nacionais para fomentar e disciplinar as exportações, e os institutos para supervisionarem e oficialmente garantirem a qualidade e categoria dos produtos exportados. Diversos outros organismos apareceram ainda para dirigir e orientar actividades profissionais e corporativas.

É cedo para apreciar as consequências últimas de todo este complexo sistema na economia nacional. Mas o que parece fora de dúvida é que o Estado corporativo e autoritário veio moldar um Portugal diferente, estreitamente vinculado ao Estado e, nesta medida, de difícil destruição. Independentemente dos seus defeitos e dos seus deficientes resultados quanto à produção e ao nível de vida, o sistema corporativo construiu um país economicamente organizado, um Estado intervencionista essencialmente diferente da ordem republicana, liberal e assente no *laissez faire+. Quarenta anos de efectivação habituaram os Portugueses à sua existência, tornando-os cada vez mais dependentes das iniciativas e da vontade do Estado. Para mal ou para bem, parece fora de dúvida o contraste real entre o regime posterior a 1926 e o que vigorou entre 1820 e aquela data. Neste sentido, o *Estado Novo+ traduziu, de facto, uma Revolução, visto ter tocado, ao contrário da 1.ª República, em algumas estruturas de base. Este facto necessita de ser salientado para ajudar a compreender a continuidade de um regime que durou mais de quarenta anos.

As características anti-democráticas do *Estado Novo+ são elementos outro aspecto a mencionar. Nos seus discursos-chave de 1930, fascistas Salazar rejeitou, sem sofismas, os conceitos de liberdade individual e de organização partidária, embora insistindo nas *legiti-

mas liberdades individuais e colectivas+. O partido - por ele considerado ficção - deveria ser substituído pela associação a que ele chamava *realidade+. E, em 1934, prosseguiu afirmando que o movimento de Maio *tendia a proscrever definitivamente o liberalismo, o individualismo e as lutas partidárias e sociais+ (discurso de 26 de Maio). Nestes termos, todos os partidos políticos e associações secretas foram proibidos (1935), pouco tempo depois da entrada em vigor da nova Constituição, aceitando-se apenas uma *união de todos os Portugueses+, caracteristicamente crismada em *União Nacional+ e apresentada como não sendo um partido e opondo-se aos partidos. Só depois da vitória aliada, de 1945, é que surgiu uma nova e vaga expressão - *democracia orgânica+ - com que o regime se auto-definiu e que pôs em circulação como compromisso com as

necessidades da conjuntura.

A partir de 1936, o *Estado Novo+ ganhou novos aspectos fascistas. Ao antigo elemento integralista adicionou-se a crescente influência dos grupos portugueses aparentados ao Fascismo, nomeadamente a dos Nacionais Sindicalistas (muito activos em 1932-34, sob a chefia de Rolão Preto, e mais tarde, fundidos na União Nacional) e, obviamente, a das experiências fascistas em toda a Europa. A eclosão da Guerra Civil em Espanha trouxe como resultado o nascimento da milícia do regime, a Legião Portuguesa (1936), organização para-militar que, nos seus começos, teve muito de movimento espontâneo de voluntários. Os seus objectivos consistiam em participar na *cruzada anti-bolchevista+ e em defender *o património espiritual da Nação+, bem como o Estado corporativo. A Legião Portuguesa reuniu porventura uma vintena de milhar de membros nos fins da década de Trinta e começos da de Quarenta, tanto mais que a filiação tinha o seu quê de obrigatório em certos empregos públicos. Não tardou, porém, a declinar em número e em prestígio, deixando, a breve trecho, de ser tomada muito a sério, até dentro do próprio regime.

Outro grupo para-militar de características fascistas, modelado de acordo com os exemplos italiano e alemão, foi a Mocidade Portuguesa, organização obrigatória que visava abranger toda a

O estado autoritdrio-corporativo

299

juventude escolar, do ensino primário à universidade, mas que, mais tarde, foi restringida (na sua forma compulsiva) às idades de onze a catorze anos. A Mocidade fundia alguns aspectos interessantes de escutismo com doutrinação política e religiosa. Fundada também em 1936 (com um precedente na Associação Escolar Vanguarda criada dois anos antes), rapidamente declinou, tornando-se objecto de mofa e desprezo para grande parte dos adolescentes.

Ambas as organizações adoptaram do modelo fascista os uniformes (camisas verdes), a saudação romana, a terminologia, a estrutura interna, variados lemas, etc. Embora muitas destas características fossem postas de parte a partir de 1945, ainda era possível ver o ministro da Educação Nacional levantando o braço em saudação romana no final da década de Cinquenta. E, não obstante todas as críticas dirigidas contra Legião e Mocidade, os dois organismos sobreviveram até 1974, assignando-se-lhes missões mais actualizadas (por exemplo, a Defesa Civil do território para a Legião, ou tarefas de organização estudantil para a Mocidade), numa tentativa de os fazer reviver e de lhe instilar entusiasmo renovado. Citando Hermínio Martins, esses dois exemplos *ilustram um padrão de conduta característico do regime: a tenacidade com que se agarra aos seus simbolos-chave e a capacidade elástica com que revive organizações dormentes depois de períodos de descrédito internacional+.

As outras instituições autoritárias do Estado foram os meca- Mecanismos nismos

repressivos: a censura, as polícias, etc.;

repressivos

A censura à imprensa foi instituída pouco depois da revolução de 28 de Maio de 1926 e mantida desde então. Aos poucos foi-se estendendo aos outros meios de comunicação, tais como o teatro, o cinema, a rádio e a televisão. Em todos os casos, nenhuma palavra ou imagem podia ser publicada, pronunciada ou difundida sem prévia aprovação dos censores. De todos os mecanismos repressivos a censura foi sem dúvida o mais eficiente, aquele que conseguiu manter o regime sem alterações estruturais durante quatro décadas. Visou assuntos, não apenas políticos e militares, mas também morais e religiosos, normas de

300

O *Estado Novo+

conduta e toda e qualquer notícia susceptível de influenciar a população num sentido considerado perigoso. Assim, a censura podia proscriver, quer a descrição de uma conjura revolucionária contra o Governo, em Portugal, quer a notícia de qualquer perturbação social no estrangeiro, quer até a narrativa de uma orgia escandalosa algures no mundo. Como os censores variavam grandemente, tanto em rigor como em cultura - sem falar de inteligência - aconteceu muitas vezes que a sua acção atingiu limites absurdos ou deixou passar matéria importante e *perigosa+. Por outro lado, a censura raramente esteve centralizada a todos os níveis, possuindo cada distrito ou cada cidade o seu próprio corpo de censores. Como consequência, o rigor censorial variou também com a geografia. Mas seria errado supôr que os censores tinham liberdade absoluta na maneira de se servir do *lâpis azul+. Além de receberem instrução genérica sobre os tipos de assuntos *subversivos+ que deveriam eliminar, eram constantemente avisados pelos superiores (que, em última análise, dependiam do próprio Presidente do Conselho) sobre temas e perigos de conjuntura. Mas não há dúvida de que parte da sua actividade dependia apenas de seu alvedrio.

As consequências últimas de um sistema de censura durando há tantas décadas foram disciplinar autores, jornalistas, empresários e todos aqueles relacionados com os meios de transmissão às massas, e obrigá-los a uma auto-censura permanente, a fim de evitarem que a sua produção fosse constantemente dificultada e mutilada. Esta auto-censura levou muitas vezes a extremos de cautela, de difícil justificação. Levou também ao surto de uma forma altamente original de cripto-transmissão por parte dos autores e de compreensão subentendida por parte dos públicos. Em estes desenvolveu-se um hiper-criticismo e uma dúvida generalizada relativos a tudo o que se lia ou ouvia.

Embora a censura não se aplicasse aos livros, estes podiam ser frequentemente retirados do mercado por ordem das autoridades. Neste caso, tanto autores como editores podiam estar

O estado autoritário rio-co rpo ra tivo

301

sujeitos a castigo. De novo, uma repressão desse tipo visava matérias tanto políticas como apolíticas. Jornais e livros estrangeiros podiam igualmente ser confiscados ou impedidos de entrar no País.

A polícia política, cujas origens remontam a algumas, tímidas, formas anteriores a 1926 - sem falar dos grupos de voluntários ao serviço do poder ou das ideologias por ele defendidas, como a Formiga Branca e a própria Carbonária - foi reorganizada na década de 1930, ao que parece com auxílio e treinamento de peritos alemães e italianos. Primeiro chamada Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (P. V. D. E.), passou a ser conhecida por Polícia Internacional e de Defesa do Estado (P. I. D. E.) a partir de 1945, data em que viu as suas atribuições consideravelmente ampliadas. Conquanto menos violenta - e sobretudo menos bem organizada - do que a GESTAPO nazi ou a Polícia Secreta Soviética, o curriculum da P. V. D. E. - P. I. D. E. foi todavia estendido bastante para nos fazer recordar a Inquisição. E à maneira da Inquisição, também, a Polícia Secreta Portuguesa parece ter alcançado, sob o regime de Salazar, em todas as esferas da vida nacional, tais limites de poder e penetração que desafiaram a autoridade do próprio Estado - incluindo a das Forças Armadas - e a converteram gradualmente num estado dentro dele. Da mesma forma que a Inquisição, teve de justificar a sua própria existência e os seus amplos poderes pela *invenção+ ou exageração de ameaças à segurança do regime e pela *fabricação+ de comunistas e de outros perigosos opositores ao Estado Novo. Claro que é cedo ainda para analisar objectivamente uma instituição acerca da qual tantas opiniões apaixonadas se têm expressado. A soma de depoimentos existentes, todavia, impressiona qualquer observador, fazendo pensar que a P. V. D. E. - P. I. D. E. não pertenceu a um mundo civilizado e humanista, aparentando-se antes com regimes de tipo anterior à Revolução Francesa. A sua insistência nas formas mais sofisticadas de tortura e em outras pressões de natureza física e psicológica, o seu uso de lúgubres prisões civis e campos de concentração - o mais famoso funcionou na ilha de Santiago, em Cabo Verde, de 1936 a 1956, tor-

nando-se o seu nome, Tarrafal, o símbolo do expoente máximo da perseguição política-, a sua irrupção violenta em residências particulares e o seu confisco de livros e documentos de toda a ordem, a violação exercida sobre a correspondência dos cidadãos, a sua presença em toda a parte (na crença do comum dos cidadãos, crença que condicionou a criação de um ambiente), tudo isto alicerçou o poder de Salazar durante décadas, ajudando a explicar a famosa *ordem. nas ruas+ que ele tão orgulhosamente gostava de proclamar. A Polícia Secreta matou centenas de indivíduos e encerrou nas suas prisões muitos milhaxes durante anos a fio. Em 1956, um decreto governamental introduziu as chamadas *medidas de segurança+, que davam poderes ao ministério da Justiça, ante proposta da Polícia, de manter indefinidamente sob prisão (renovando o período da sentença por períodos de três anos) todos aqueles que fossem considerados

*perigosos à Sociedade+. É verdade que tais medidas raramente tiveram aplicação, mas o simples facto da sua existência introduziu um principio altamente perigoso, visto arredar da lei o respeito pelos direitos do indivíduo e igualar presos políticos com os piores delinquentes. O decreto de 1956 deu ipso facto à Polícia o poder de decidir arbitrariamente de quão *perigoso+ ou *regenerado+ um preso político podia ser.

As principais vítimas da P. V. D. E. - P. I. D. E. foram sempre os comunistas ou seus simpatizantes, cujos mártires ultrapassaram, de longe, quaisquer outros oposicionistas. Parece também averiguado que os elementos das classes *inferiores+ recebiam em geral pior tratamento do que os das classes média e superior. Seria, no entanto, errado, considerar a Polícia Secreta como um organismo de classe visando reprimir apenas actividades de outra classe. Todas as correntes de opinião, incluindo os Católicos e os Integralistas e representantes de todas as classes e grupos sociais contaram inúmeras vítimas das perseguições policiais.

Outros corpos de polícia que se devem mencionar como meios de repressão foram a Guarda Nacional Republicana, particularmente activa nas zonas rurais, a própria, Polícia de Segurança Pública, útil em desfazer reuniões e manifestações, e até a Guarda Fiscal. Nenhum deles, contudo, esteve especificamente relacionado com o *Estado Novo+, remontando a sua existência e activi-

O estado autoritdrio-corporativo

303

dades a períodos anteriores, por vezes até com mais vigor e influência (caso da G. N. R. no começo da década de 1920).

O mecanismo repressivo não se detinha aqui. Pelo contrário, outras forças menos evidentes adquiriam, por vezes, maior relevância na obtenção dos fins do regime do que a censura ou a autoridade policial. Assim sucedia com pressões de natureza política exercidas sobre os funcionários públicos - incluindo professores e membros das forças armadas - no sentido de os neutralizar como opositores. De tempos a tempos, registaram-se expurgações selectivas que punham fim à actividade dos menos conformistas e serviam de exemplo para os demais. Num país pequeno como Portugal, altamente centralizado, as pressões políticas iam também afectar muitas profissões *independentes+, para lá do funcionalismo público, como frequentemente se verificou. Por vezes, ao perseguir-se alguém, omitiam-se cuidadosamente os motivos políticos reais, invocando-se, antes, razões de ordem profissional ou moral. Também se verificaram pressões sobre empresas ou sobre particulares para demitirem ou para recusarem admissão a indivíduos politicamente suspeitos ou de menos confiança. Pôde assim ser estabelecido todo um clima geral de dependência do Estado e dos seus objectivos políticos, a que o sociólogo Hermínio Martins chamou de *óptimo de terror+.

Segundo o próprio Salazar (discurso de 26 de Maio de 1934), o texto do "evangelho" do Estado Novo era formado pela Constituição, pelo Acto Colonial, pela Carta Orgânica do Império, pelo Estatuto do Trabalho Nacional e pelo programa da União Nacional. A estes textos deveria acrescentar-se a Concordata com a Igreja, assinada em 1940. Deixando para o próximo capítulo os textos relativos ao Ultramar, e pondo de lado um dos outros documentos, já mencionado atrás, analisemos muito em resumo a Constituição de 1933.

Influenciada pela Constituição republicana de 1911, pela Carta Constitucional da Monarquia, pela Constituição alemã de 1919 e, provavelmente, pelo ideário dos exilados republicanos

Constituição de 1933

304

O "Estado Novo"

expresso no manifesto Ao País de 1927, o novo texto constitucional reflectia um compromisso nítido entre os princípios "democráticos" (que Salazar tão acerbamente atacava) e as tendências de tipo integralista-fascista-autoritário, expressas, quer em teoria quer em prática, em muitos decretos governamentais promulgados a partir de 1926. Traduzia ainda um compromisso entre república e monarquia. Devido a estas características híbridas, a Constituição de 1933 deparou com escasso aplauso e menos cumprimento, sendo desprezada pela maioria dos oposicionistas e pouco tida em conta pelo próprio regime.

A Constituição definia o Estado como unitário e corporativo. Classificava o exercício da soberania em quatro órgãos: o Presidente da República, a Assembleia Nacional, o Governo e os Tribunais. Concedia ao Presidente extensas atribuições, comparáveis às que a Carta Constitucional garantia ao rei, e fazia-o ainda eleger por voto popular. Destas características poderia ter resultado um regime presidencialista. Mas a manutenção de Salazar na chefia do ministério durante trinta e seis anos deslocou os poderes presidenciais para o Governo e reduziu a quase nada a função do Chefe do Estado. > A Assembleia Nacional era constituída por noventa deputados, eleitos por sufrágio directo por um período de quatro anos. As suas funções consistiam em vigiar pelo cumprimento da Constituição e das leis e em decretar as leis propostas pelo Governo ou pelos deputados. Na prática, este último caso raramente aconteceu, derivando do Governo a iniciativa da maioria das leis e limitando-se a aspectos reduzidos as atribuições reais da Assembleia. Uma Câmara Corporativa, composta de procuradores das corporações, dos municípios, da Igreja, das universidades, dos institutos de assistência e dos corpos administrativos, assistia a Assembleia Nacional e o Governo na feitura das leis. O seu papel foi geralmente mínimo.

O Governo tornou-se a fonte real de poder e a sua cabeça o Presidente do Conselho de Ministros - o verdadeiro e único chefe da Nação. Citando Marcelo

Caetano, poder-se-ia definir o sistema português como um *presiderencialismo do primeiro-ministro+.

O estado autoritário-corporativo

305

A Constituição de 1933 continuava a consignar toda a sorte de liberdades e direitos individuais para o cidadão (incluindo liberdade de palavra e de associação, o direito ao habeas corpus, etc.) mas fazia-os dependentes de (deus especiais+ que os regulariam. Na prática, essas *leis especiais+ contradiziam muitas vezes a própria Constituição, tornando-se em lei efectiva do País.

Várias alterações à Constituição foram decretadas ao longo dos anos, mas afectando, geralmente, pontos secundários. Assim, o número de deputados à Assembleia Nacional aumentou para 120 (1945) e para 130 (1959). O Acto Colonial, considerado parte integrante da Constituição, sofreu modificações em 1951. A única alteração de real importância ocorreu em 1959, quando a eleição do Presidente da República passou a depender de um colégio eleitoral (composto pela Assembleia Nacional, a Câmara Corporativa e por representantes dos municípios e das províncias ultramarinas) em vez do sufrágio directo dos cidadãos.

Apesar das poucas implicações práticas do sistema eleitoral, Eleições será conveniente fazer-lhe breve referência. As dimensões do eleitorado, para começar, não se ampliaram significativamente em quarenta anos, embora as mulheres diplomadas e chefes de família tivessem recebido o direito de voto no começo da década de 1930: 1300 000 em 1933, cerca de 1500 000 nos anos de Sessenta. No mesmo período, todavia, a população total do País aumentou em dois milhões e a taxa de analfabetismo desceu para metade. Isto significa que grande parte do potencial eleitor (que não abrangia analfabetos) jamais esteve inscrito nos cadernos eleitorais, quer por vontade própria, quer por irradiação pelas autoridades. Ambos os casos ocorreram, dependendo muitas vezes a conservação de um nome nos cadernos de votação efectiva nas eleições anteriores. Jamais se estimulou o recenseamento eleitoral, sintoma, tanto de precaução por parte do governo contra possíveis desaires nas urnas, como de desprezo doutrinário pelos actos eleitorais em si mesmos. Em regra, grande percentagem de abstenções caracterizava as *farsas+ eleitorais (como a Oposição lhes chamava), embora os números

306

O *Estado Novo+

oficiais quase sempre apresentassem percentagens acima dos oitenta ou dos noventa por cento de votantes.

A *União Até 1945, só a União Nacional propunha candidatos à Assembleia Nacional e à Presidência da República. Concebida por Salazar como

uma espécie de *anti-partido+, congregando todos os Portugueses num objectivo comum, a União Nacional tornou-se, para todos os efeitos, em partido do Governo desde o seu começo. De facto, o *Estado Novo+ apresentava-se como algo de tão revolucionário e de tão ideologicamente definido face a tendências demo-liberais ou socialistas que seria impossível uma união patriótica em torno dos seus princípios. O próprio Salazar foi o primeiro a fechar a porta a qualquer união efectiva ao afirmar (discurso de 23 de Novembro de 1932): *Nós temos uma doutrina e somos uma força... Nestas circunstâncias não há acordos, nem transições nem transigências possíveis+. E de novo, anos mais tarde, repetiu palavras de condenação de todos os seus inimigos políticos, falando deles como tendo sido expulsos pela *justiça, da Pátria+. Nestas condições a União Nacional só podia englobar a ala direita da Nação política, sobretudo a que simpatizava com o ideário integralista ou fascista. Em termos de correntes políticas anteriores aos 28 de Maio, obteve a adesão ideológica de muitos monárquicos (alguns constitucionais mas principalmente integralistas e legitimistas), católicos (gente do C. A. D. C. e do Centro Católico), filiados na União dos Interesses Económicos, alguns *liberais+ do partido de Cunha Leal e alguns nacionalistas.

A COPOSIÇÃO+ Todos os outros, isto é, o centro, o centro-esquerda e a esquerda ficaram de fora, numa atitude de total compromisso para com aquilo a que sempre chamaram *a Ditadura+. O regime foi incapaz de os integrar em seu seio - embora os neutralizasse por completo como oposição - sendo obrigado a aceitá-los como uma espécie de permanente espectro pairando sobre todas as realizações e vitórias da sua era. Ao contrário da Espanha e até da Itália, onde parte significativa da intelligentsia aderiu ao Fascismo, a grande maioria dos intelectuais portugueses - no-

meadamente os mais válidos -preferiu trilhar a estrada árdua e espinhosa da oposição frontal a um regime autoritário. (Este facto acentuou-se sobretudo a partir do fim da década de 1930; anteriormente, muitos intelectuais haviam demonstrado certa simpatia para com a Ditadura: Fernando Pessoa, por exemplo, aplaudiu abertamente a Revolução nos seus primeiros anos, embora, mais tarde, condenasse muitas das atitudes do regime, nomeadamente a decisão de proibir a Maçonaria). Mau grado as várias amnistias - aliás nunca completas e muitas vezes enganadoras - dezenas de escritores, cientistas, professores e políticos, do melhor que Portugal possuía então, ao lado de milhares de indivíduos talentosos e úteis, viveram em exílio forçado ou com residência fixa boa parte das suas vidas, muitos deles acabando por morrer fora da Pátria. Outros escolheram um exílio voluntário, de preferência a aceitar o regime ou a pactuar com ele, ou ainda a serem vítimas de perseguições. Tal aconteceu, só para citar alguns exemplos, com o ex-Presidente da República Bernardino Machado (exilado de 1927 a 1940), os antigos primeiros-ministros Afonso Costa (falecido em Paris, em 1937)

e José Domingues dos Santos (no exílio de 1927 até 1954), ou os escritores Antônio Sérgio (1927 a 1936) e Jaime Cortesão (1927 a 1956). Egas Moniz, único prêmio Nobel português (1949), foi também vítima de perseguições, dentro do País.

Não quer isto dizer que a União Nacional não houvesse beneficiado da integração de parte dos quadros e da organização

- sobretudo à escala local e provincial - do Partido Democrático, como já este também beneficiara da adesão de Regeneradores e Progressistas. As ideologias sobrepunham-se aqui, como sempre se sobrepõem, os interesses pessoais e locais. Isso permitiu-lhe tecer, em curto espaço de tempo, uma rede bastante apertada, fora das grandes cidades, que lhe deu praticamente o controle da província, ou, pelo menos, influência considerável à escala local. Já em Lisboa e no Porto o seu prestígio e impacto social se mostraram sempre reduzidos.

Os aspectos católicos do *Estado Novo+ precisam de ser Igreja e Estad

salientados mas não exagerados, visto que o regime de Salazar

308

O *Estado Novo+

- ao contrário do de Franco - nunca se apresentou com feição de sistema *apostólico+, empenhado em qualquer tipo de cruzada violefita contra elementos anti-católicos. As poucas referências públicas feitas pelo Presidente do Conselho sobre catolicismo e religião em geral revelaram-se sempre moderadas e tolerantes, em contraste com as suas opiniões partidárias e extremistas sobre tantos outros assuntos. O seu discurso de 1940, ao ser assinada a Concordata com o Vaticano, apontou para um caminho de centro, sem aceitar qualquer influência dominante da Igreja no Estado e opondo-se, sem ambiguidade, a uma intervenção da Igreja na política. Neste sentido, poder-se-ia concluir que uma atitude política de influência maurrasiana prevaleceu sobre as próprias convicções religiosas de Salazar, e que o tradicional anti-clericalismo do Estado português não se desvaneceu por completo no seu tratamento da coisa pública. Aprendera porventura a lição com os hábeis governantes da Monarquia Constitucional, que souberam controlar a Igreja muito mais do que serem controlados por ela.

Assim, Estado e Igreja não foram reunificados. Não se registaram perseguições nem discriminações por motivo de convicções religiosas ou ateias. E a Concordata, embora tornando lei algumas reivindicações católicas, como fossem a abolição do divórcio para os casados religiosamente e o ensino da religião nas escolas, nem pôs fim ao casamento civil e ao divórcio civil, nem restituiu à Igreja todo o património confiscado a partir de 1910. Os cemitérios não foram sacralizados. As ordens religiosas só seriam aceites se se dedicassem a qualquer espécie de obra benéfica ou educativa. Não se restabeleceram os juramentos religiosos. Não foram tornadas obrigatórias as aulas de religião nem estabelecidos exames ou classificações. A Faculdade de Teologia não teve

restabelecimento. Em resumo, se a Concordata significou um com-omisso entre a situação anterior a 1910 e o laicismo da 1.ª República, inclinou-se porventura mais para o último do que para a primeira.

É verdade que deixaram de ser permitidos qualquer pro.

paganda ou quaisquer escritos contra a religião católica. E verdade também que não foi facilitada a difusão de outras crenças,

O estado autoritário-corporativo

309

que não a católica. Mas tais medidas derivaram mais de um desejo de manter a tradição nacional e de beneficiar das vantagens da homogeneidade religiosa, do que propriamente de intolerância fanática. Só na década de 1950, é que certo reviver de fanatismo levou à definição constitucional da religião católica como *religião da Nação portuguesa+, coisa que o texto original de 1933 havia cuidadosamente evitado.

Mais do que qualquer atitude clerical, Salazar insistiu antes
Civiliza;ão na sua convicção de defender a *civilização cristã e ocidental+
c

e de criar um Estado bem apetrechado para tal fim. Uma crença ô>
com nts

desse tipo notava-se já nos seus discursos dos começos da década de trinta, tornando-se numa espécie de obsessão nos seus últimos anos à testa do Governo. Salazar apresentou-se, diversas vezes, como profeta nas tragédias do mundo, que ele atribula ao abandono, pelos dirigentes políticos do mundo ocidental, dos autênticos valores da civilização do Ocidente, e pela sua rendição às forças do mal. Estas forças resumiam-se, claro está, no Comunismo, outra das obsessões de Salazar e do seu regime até ao fim. As referências públicas ao Comunismo e suas ameaças de subversão tornaram-se cada vez mais frequentes a partir de 1936 (devido à Guerra Civil Espanhola) e tópico predilecto desde o fim da segunda Grande Guerra. Nem a União Soviética nem qualquer país comunista foram reconhecidos pelo governo português, à excepção de Cuba (visto que, com este país, jamais se registou quebra de relações diplomáticas). Os ataques estrangeiros à política ultramarina portuguesa, nas décadas de Cinquenta e Sessenta, deram a Salazar e ao regime novo argumento para acentuar a sua posição anti-comunista e para defender a existência de uma conspiração contra o Ocidente.

Bibliografia - O único estudo recomendável sobre o *Estado Novo+ é a excelente, embora curta, análise de Hermínio Martins, Portugal, separata de European Fascism, editado por S. J. Woolf, Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1968, pp. 302-336 (edição americana, Nova York, Random House, 1969).

Sobre Integralismo, além de H. Martins, veja-se, contra, Raul Proença, Páginas de Política, vol. I e II, Lisboa, Seara Nova, 1938-39; Carlos Ferrão,

310

O *Estado Novo+

O Integralismo e a República (Autópsia de um mito), 3 vols., Lisboa, Século, 1964-66; David Pereira (D.F.) artigo *Integralismo Lusitano+, no Dicionário de História de Portugal, dirigido por Joel Serrão, vol. II, pp. 556-560; e a favor, A Questão Ibérica (colecção de conferências feitas por chefes integralistas), Lisboa, 1916, e Leão ~os Ascensão, O Integralismo Lusitano, Porto, Imprensa Portuguesa, 1943, entre outros muitos.

Sobre influências italianas e outras estrangeiras sobre o regime por. tuguês, consulte-se o já esquecido mas sempre útil livrinho Origine e caratteri dello *Stato Nuovo+ Portoghese, editado por Aldo Bizarri, Milão, Istituto per gli studi di Politica Internazionale, 1941.

A melhor fonte para o estudo dos princípios, essenciais e evolução do *Estado-Novo+, bem como do pensamento de Salazar, é, claro está, o próprio Salazar: vejam-se os seus Discursos e Notas Políticas, 6 vols., Coimbra, Coimbra Editora, 1935-67. O livro clássico de Antônio Ferro, Salazar. O homem e a sua obra, La ed., Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933, continua a ser o melhor estudo sobre o ditador, feito por um partidário seu. Por não portugueses existem várias biografias, mas só merece a pena ler a de Christian. Rudel, Salazar, Paris, Mercure de France, 1969. Acerca do corporativismo, veja-se Marcelo Caetano, O Sistema Corporativo, Lisboa, 1938. Sua é também a excelente obrinha, História Breve das Constituições Portuguesas, 2.ª ed. (importante por datar já de uma época em que o seu autor ascendera à Presidência do Conselho), Lisboa, Verbo, 1968, que sumaria o quadro'constitucional do regime.

De grande utilidade para todo o estudante das estruturas políticas e económicas de Portugal é qualquer compêndio de Organização Política para os liceus. Veja-se, por exemplo, A. Martins Afonso, Princípios Fundamentais de Organização Política e Administrativa da Nação, 14.ª ed., Lisboa, Papelaria Fernandes, s/d. [1966].

Sobre repressão, os testemunhos opositoristas não têm fim. Vejam-se, entre os mais válidos, o livro de Fernando Queiroga, Portugal Oprimido (Subsídios para a história do fascismo em Portugal) 2.ª ed., Lisboa, Edit. O Século, 1974, ou o de P. Fryer e P. MacGowan Pinheiro, Oldest Ally. A Portrait of Salazar's Portugal, Londres, 1961, ou ainda os autos judiciais editados por Francisco Salgado Zenha, Quatro Causas, Peças Forenses, Lisboa, Livraria Morais, 1969. Acerca de imprensa e de censura, veja-se Alberto A. de Carvalho e A. Monteiro Cardoso, Da Liberdade de Imprensa, Lisboa, Meridiano, 1971. Depois de

25 de Abril de 1974 surgiu toda uma literatura memorialista sobre a repressão, que é ainda cedo para apreciar criticamente. Vejam-se, todavia, como dois bons exemplos, Cândido de Oliveira, *Tarrafal. O pântano da morte*, Lisboa, República, 1974, e Correia Pires, *Memórias de um Prisioneiro do Tarrafal*, Lisboa, Edições Dêagã, 1975.

Hermínio Martins é também o autor de uma breve mas penetrante análise de oposição portuguesa: *Opposition in Portugal, separata de Government and Opposition*, vol. IV, n., 2 (Spring, 1969), pp. 250-263.

2 -Portugal nos meados do século XX

Quando Salazar tomou conta do poder, em 1928, a questão Financeiras financeira constituía preocupação quase obsessiva. Equilibrar o orçamento era o ponto cimeiro de quase todos os programas partidários. Depois de uma década de finanças afectadas pela guerra, a maior parte dos países europeus - embora não todos conseguira já esse equilíbrio e Portugal desejava naturalmente alinhar com eles.

O primeiro orçamento de Salazar o de 1928-29, pôde realizar o milagre: as receitas totalizaram 2175 mil contos, ao passo que as despesas se mantiveram em 1900 mil contos, com o resultado, portanto, de um saldo positivo de 275 mil contos. A política de Salazar consistira em reduzir substancialmente as despesas (270 mil contos) mediante severas economias, e em ligeiramente aumentar as receitas (207 mil contos) através da criação de alguns novos impostos e de uma melhor administração dos dinheiros públicos (as chamadas reformas financeiras).

A partir de 1928-29, todos os orçamentos e contas públicas se apresentaram oficialmente equilibrados, embora fosse posta em dúvida, (pelo menos até 1940) e até ao nível estatístico da Sociedade das Nações, a validade do critério financeiro seguido por Salazar para obter os seus famosos superávits. De qualquer forma, o equilíbrio financeiro tornou-se uma espécie de feitiço para o *Estado Novo+ e uma das pedras angulares da sua admi-

312

O *Estado Novo+

nistração, símbolo de bom governo e de progresso contínuo. Até à eclosão da segunda Grande Guerra, as receitas mantiveram-se quase estacionárias, as de 1939 não superando as de

2800025000220001900016000130001000070001000Fig. 43 -Receitas e despesas públicas, 1927-1970

1928-29 em mais de 50 mil contos. Por sua vez, as despesas aumentaram um pouco, dando em resultado que os saldos positivos nunca voltaram a atingir o nível do primeiro ano da administração de Salazar. Em 1936, uma reforma financeira alterou o ano fiscal, fazendo-o coincidir com o ano civil.

A 2.ª guerra mundial trouxe alguma prosperidade para o País. Sendo neutro, Portugal pôde vender os seus produtos muito favoravelmente, sem grandes necessidades de despesa com armamento ou com defesa do território. Muita gente enriqueceu com as exportações de volfrâmio, que constituíam também receita apreciável para o Estado. Em 1946 as receitas públicas haviam quase duplicado (em relação ao nível de 1939), ao passo que a desvalorização da moeda não ia além dos 10 %. As reservas de ouro atingiam níveis elevados, alicerçando a estabilidade monetária.

Esta tendência continuou. No final da década de 1940, as receitas públicas ultrapassavam 5 milhões de contos, atingindo os 9 milhões no decênio seguinte. O surto económico dos anos de Sessenta elevou as receitas do Estado a quase 13 milhões (1966), 20 milhões (1967) e 22 milhões de contos (1968), duas vezes o nível de 1960 e dez vezes mais do que os números anteriores à Guerra. As reformas tributárias de 1958-65 alteraram as regras básicas até então seguidas, criando uma maior eficiência a favor do Estado. Surgiram novos impostos, nomeadamente em 1965 (imposto de mais-valia) e em 1966 (imposto de transacções). As despesas, claro está, subiram na mesma proporção. Desde o fim da guerra que a tendência foi para reduzir cada vez mais os saldos do orçamento, com poucas excepções. No mesmo período, o escudo sofreu uns 12 % de desvalorização (1949).

As crises económicas mundiais afectaram sem dúvida o País, mas só moderadamente. A crise de 1929 exerceu o seu impacto sobre as receitas públicas, que decresceram um tanto de 1929-30 a 1932-33, readquirindo a sua marcha ascensional depois dessa data, mas sempre de vagar. Os preços baixaram (índice 2272 em 1929, índice 1960 em 1932), sofreram redução as taxas de desconto, e o desemprego conheceu um ligeiro aumento. Mas

* esmagadora dependência económica em relação a países como

* Inglaterra e a França, mais do que aos Estados Unidos, assim como o baixo nível de industrialização, frearam quaisquer consequências catastróficas. A política de obras públicas, activamente levada a efeito pelo Governo, impediu também que o

desemprego alastrasse. O escudo esteve ligado à libra até à década de 1930: em Junho de 1931, Salazar completara a sua primeira reforma financeira e anunciou o

regresso ao estalão-ouro (que a Inglaterra decidira já em 1925). Contudo, como a Inglaterra abandonou o estalão-ouro em Setembro desse mesmo ano de 1931, Portugal teve de fazer outro tanto, alguns meses mais tarde.. Ao eclodir a 2.ª Grande Guerra (1939), o escudo foi encadeado ao dólar e à libra simultaneamente, a fim de lhe ser mantido o valor com um mínimo de alterações. O custo de vida aumentou a partir de então, atingindo-se, em 1941, o índice de 1929. Só no final da década de Quarenta se tornou possível travar a subida dos preços. Com o início das guerrilhas africanas, a expansão económica do País e a situação inflatória mundial, a subida de preços recomeçou. Em 1968, o custo da vida era 31 % mais elevado do que dez anos atrás.

Obras Públicas Comparável em tantos aspectos ao Fontismo oitocentista (cf. cap. X), o *Estado Novo+ levou a efeito um amplo programa

de obras públicas. Para além de todos os aspectos propagandísticos - constantemente proclamados dentro e fora de Portugal -esta política visava desenvolver e melhorar as infra-estruturas consideradas fundamentais no surto da economia nacional. As obras públicas tornaram-se outro leit-motiv do regime, um símbolo revelador da construção do novo Portugal e, na verdade, uma das grandes realizações do governo de Salazar. Mas enquanto o Fontismo assentara em investimentos particulares e na iniciativa privada -já que um Estado liberal outra coisa não permitiria - as obras públicas durante o *Estado Novo+ foram, acima de tudo, um empreendimento do Estado e um modo de evitar o desemprego em épocas de depressão ou estagnação económica,

Portugal nos meados do século XX

315

A rede de caminhos-de-ferro sofreu escassas modificações, a não ser na alienação, por arrendamento, dos Caminhos de Ferro do Estado, à maior companhia ferroviária do País-a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses (1927). A extensão quilométrica poucos aumentos experimentou: 3 300 km na década de Vinte, 3500 (1935), 3600 (década de Quarenta). A medida que as estradas e o número de automóveis e camionetas se multiplicavam, a rede ferroviária entrava em estagnação.

O que melhorou um pouco foi o material circulante e o serviço em geral. Em 1926 electrificaram-se os primeiros combóios (troço Iãsboa-Cascais), mas houve que esperar pelos anos de Cinquenta e Sessenta para se continuar o processo, auxiliado pela introdução de locomotivas Diesel. Em 1968, havia electrificados quase 900 km de vias férreas. Outra novidade importante foi a inauguração dos primeiros quilómetros de comboio metropolitano, em Lisboa, em 1959.

A construção e a reparação de estradas constituíram, durante muitos anos, o orgulhoso símbolo da nova administração. A rede vial total duplicou em vinte e cinco anos (13 000 km na década de Vinte, 26 000 km em 1950), ultrapassando os 30 000 km em 1968. A primeira, e durante muito tempo única, auto-estrada, foi aberta ao tráfico na década de 1940, seguindo o modelo das auto-estradas alemãs.

Mais importante, contudo, se revelou a reparação de estradas, sobretudo nos anos de 1926-30 e de 1931-40, mediante verbas consideráveis, todos os anos atribuídas para esse fim. Até à década de Cinquenta, as estradas portuguesas classificavam-se como boas por padrões europeus. Todavia, o aumento do tráfico - sobretudo de camionagem. - e um gradual descuido com os trabalhos de reparação levou a desgastes consideráveis nos anos de Sessenta e à óbvia necessidade de toda uma mudança radical na estrutura rodoviária do País. A construção de estradas foi acompanhada pela construção de pontes, edificando-se, entre muitas outras, algumas verdadeiramente espectaculares, como por exemplo a ponte sobre o rio Douro no Porto, inaugurada em 1963, e a ponte sobre o Tejo, em Lisboa-a maior ponte suspensa da Europa-aberta ao tráfico em 1966-

316

O *Estado Novo+

Também as redes telegráfica e telefónica conheceram notável expansão: 8000km de fios de telégrafo em 1930, 100000 em 1968; 300 km de fios telefónicos em 1930, quase 60 000 em 1968. Os telefones foram totalmente nacionalizados na década de Sessenta.

Melhorou-se o apetrechamento portuário. Em Lisboa, Leixões e noutros lugares levaram-se a efeito obras de vulto no alargamento e na extensão de docas e cais, aprofundamento de águas, construção de muralhas protectoras e equipamento em maquinaria moderna. O mesmo sucedeu nos aeroportos, embora em Muito menor escala.

Outro tipo de iniciativas respeitou à irrigação e à electrificação do País. Construíram-se numerosas barragens (Castelo do Bode, Cabril, Paradela), algumas monumentais e tradutoras de uma capacidade técnica excelente. Apesar disso, a electrificação total do País achava-se ainda longe de realizada na década de Sessenta, registando-se de tempos a tempos cerimónias de inauguração da luz eléctrica em localidades do interior.

As obras públicas abrangeram muitos outros aspectos da vida nacional, tais como a construção civil (bairros para trabalhadores), a saúde e a assistência (hospitais), o desporto (estádios), a justiça (tribunais e prisões), a administração (ministérios e repartições), as forças armadas (quartéis, estaleiros), o turismo e a cultura (pousadas, restauro de monumentos), etc. A participação do Estado em grande número de obras empreendidas por particulares ou pelos municípios tornou-se coisa habitual, quase uma condição natural e indispensável, aumentando a dependência generalizada em relação ao Governo.

Comércio A política de obras públicas começou a produzir os seus frutos alguns decénios mais tarde, tornando possível -no quadro da expansão geral europeia- o rápido desenvolvimento económico de Portugal nos anos de Cinquenta e sobretudo de Sessenta. Em termos de balança de comércio, por exemplo, as exportações aumentaram dez vezes, entre 1926 e 1951 (principalmente a partir da

Guerra), duplicando depois até 1964 e atingindo mais de 28 vezes o seu nível primitivo em 1967 (772 000 contos em 1926;

Portugal nos meados do século XX

317

7 563 000 contos em 1951; 14 814 000 contos em 1964; 19 685 000 contos em 1967). Como as importações só aumentaram doze vezes no mesmo período (2 342 000 contos em 1926; 29 135 000 contos em 1967), o costumeiro deficit da balança - só evitado em 1941-43 devido à Guerra - diminuiu em relação ao volume

Milhares de contos

30000 V

Importação

Exportação

Fig. 44 -Balança comercial, 1926-1967

318

O *Estado Novo+

das transacções. Quanto às exportações, geralmente situadas abaixo do nível do deficit, ultrapassaram-no, pela primeira vez, em 1936-46 e depois, permanentemente, a partir de 1950 (com uma única excepção em 1961). O deficit ainda existente ficava compensado com as divisas enviadas pelos emigrantes e com os proventos do turismo, particularmente importantes desde os anos de Cinquenta.

O aumento das exportações resultou, acima de tudo, do processo de industrialização do País, embora alguns produtos agrícolas e mineiros (tais como cortiça, vinho, fruta e pedra) também houvessem conhecido certa expansão ou obtido melhores preços. Nos meados da década de Sessenta, os produtos têxteis representavam uma quarta parte de todas as exportações portuguesas, quando não iam além de uma quinta parte em 1961, de 5% em 1934 e de 6% em 1926. Os produtos químicos duplicaram em cinco anos (1961-65) para fins de exportação, alcançando 70% do total exportado em 1965. Igualmente o papel e a maquinaria viram os seus efectivos duplicados no mesmo período. Na década de Cinquenta, introduziu-se no País a siderurgia em larga escala, cujas consequências é ainda cedo para avaliar historicamente. Quanto às conservas de peixe, mantiveram o seu lugar de relevo nos mercados internacionais. No conjunto, o papel da indústria nos artigos exportados subiu de um terço (1926) para quase dois terços ao findar a década de Sessenta. As importações é que pouco mudaram de características. Portugal continuou a receber

toda a casta de produtos manufacturados, tais como maquinaria e material ferroviário e rodoviário, têxteis, plásticos, borracha, azeite, carvão, metais, trigo, etc.

Altamente reveladoras da posição política de Portugal no mundo foram as mudanças nos mercados externos com que comerciava. Até aos anos de Vinte, a Grã-Bretanha detinha o primeiro lugar nesses mercados. Nos começos da década de Trinta, >/3 a >/4 de todas as importações provinham da Inglaterra, seguindo-se-lhe a Alemanha, os Estados Unidos, a Bélgica-Luxemburgo e a França, mas a grande distância. As províncias ultramarinas mostravam-se tão significativas quanto a Alemanha, COM cerca de 1/, das importações. Quanto às exportações, se-

Portugal nos meados do século XX

319

guiam antes de tudo para o Império Colonial (1/s a >/4), e depois, a curta distância, para a Grã-Bretanha. Mais longe vinham a Alemanha, a França, a Espanha e os Estados Unidos.

A segunda Grande Guerra e as transformações mundiais subsequentes modificaram todo este quadro. A dependência em relação ao Ultramar foi em crescendo, traduzindo-se por um primeiro lugar efectivo, quer nas importações (17% em 1954, 14,2% em

1967), quer nas exportações (25,3% em 1954, 24,3% em 1967).

O segundo lugar ocupava-o, com irregularidade, a Grã-Bretanha (importações: 15% em 1954, 13,70,10 em 1967; exportações: 15,0 em 1954, 21,5% em 1967), seguida de perto pela Alemanha (importações - 13,7% em 1954, 15% em 1967; exportações - 6,9% em 1954, 5,3% em 1967) e pelos Estados Unidos (importações 8,3% em 1954, 6,91/o em 1967; exportações - 10,3% em 1954, 10% em 1967).

Mau grado as grandes transformações e realizações que tiveram lugar na maior parte dos aspectos económicos, sobretudo a partir da Guerra, o *Estado Novo+ não conseguiu transformar Portugal num país economicamente desenvolvido em termos europeus. A principal razão esteve em que, em quase todos os outros países subdesenvolvidos da Europa, a taxa de crescimento económico se mostrou muito mais elevada do que a portuguesa, ao mesmo tempo que se fazia acompanhar de uma política coerente e inteligente de desenvolvimento cultural, que em Portugal faltava quase por completo. Na década de Cinquenta, o Governo começou a pôr em execução vastos planos de desenvolvimento nacional combinado, incluindo no seu âmbito as Províncias Ultramarinas, o equivalente português dos famosos planos quinquenais soviéticos. A um primeiro Plano de Fomento, abrangendo os anos de 1953-58, seguiu-se um segundo (1959-64), depois um Plano Intercalar (1965-67) e finalmente um terceiro (1968-73). É ainda cedo para apreciar o valor e o impacte de tais planos, mas parece fora de dúvida que a sua contribuição para edificar um país economicamente desenvolvido, a meio-caminho entre capitalismo e

socialismo, se mostrou relevante. Todavia, nos meados da década de Sessenta, o produto nacional bruto resultava num

320

O *Estado Novo+

rendimento anual per capita de 408 dólares somente (Suécia 2 740; Turquia - 275), o que mantinha Portugal na cauda da Europa. O número de emigrantes que saíam do País ano após ano, em busca de melhores salários, constituía prova evidente das medíocres condições de vida na Pátria, sobretudo nas zonas rurais. A guerra em Africa, se estimulou o desenvolvimento económico e a emigração para o continente negro, freou, todavia, uma taxa de crescimento mais elevada na Metrópole, uma vez que cerca de 50% das receitas públicas se passaram a destinar à defesa. E a dependência crescente das Províncias de Além-Mar (ef. cap. XIV) representou outro obstáculo a um surto mais acentuado no quadro de uma Europa unida.

Agricultura e No ramo da agricultura, uma das principais preocupações

arborização consistiu em obter auto-suficiência na produção de cereais. Consequência directa das questões anteriores a 1926, este objectivo reflectia também uma tendência geral europeia dos anos de Trinta. Viviam-se no tempo dos nacionalismos económicos exacerbados. Mussolini publicitara a sua famosa *batalha do trigo+ ou campanha para a produção deste cereal, em termos de auto-suficiência, o que exerceu grande impacto em vários países. Em 1929 começou em Portugal a chamada *campanha do trigo+ e, durante a década de Trinta, realizou-se um esforço considerável visando alargar as áreas de produção, nomeadamente no Sul. Os resultados pareceram notáveis a princípio: a área semeada aumentou e a produção do cereal nobre subiu de 284 000 t para um máximo de 771 000 t (1935). As colheitas de 1934 e 1935 - servidas por anos meteorológicos excepcionais - foram tão fartas que se armazenou trigo para a exportação. Mas as consequências últimas estiveram longe de corresponder a estes auspiciosos começos. A maioria dos solos não tinha condições para searas permanentes de trigo, esgotando-se em poucos anos. Levantaram-se desde logo problemas de como colocar os excedentes no mercado internacional a preços compensadores. O excesso de produção veio a mostrar-se tão nocivo quanto anteriormente o fora a escassez. Para mais, o continuo aumento demográfico anulava toda e qualquer perspectiva de fazer Portugal um país auto-suficiente

Portugal nos meados do século XX

321

em trigo. Apesar de algumas atitudes esporádicas em contrário, a *campanha do trigo+ chegara ao seu termo com os anos da guerra, reatando-se a tradição de o importar do estrangeiro. Não obstante, alguns resultados haviam sido permanentemente conseguidos, quer no que respeitava ao alargamento das áreas de produção, quer no aumento da produção em si (como também de milho e de outros

cereais), que continuou até aos anos de Sessenta.

Mais bem sucedida e útil foi a política de arborização, que converteu terrenos áridos e escarpas de montanha em terras verdes e produtivas. A área total arborizada subiu de 23,1 % (1920) para 27,8 % (1939) e para 28,2 % (1957). Desenvolveram-se também as práticas de irrigação, com a construção, por todo o País, de numerosas barragens, represas e até canais. Uma campanha geral de produção agrária, lançada nas décadas de Trinta e de Quarenta foi acompanhada por um esforço bastante mais bem sucedido de colonização interna racionalizada (acção da Junta de Colonização Interna).

Entre as culturas tradicionais, a da vinha expandiu-se bastante até à década de Quarenta, aumentando a produção de vinho de 5 para 14 milhões de hectolitros, mas decrescendo posteriormente. O azeite, a cortiça e a fruta tiveram igualmente as suas produções substancialmente alargadas. Expandiu-se ainda a actividade piscatória, com resultados de monta na indústria conserveira, uma das mais significativas do País.

Parte de toda esta expansão agrícola resultou de grande surto demográfico que caracterizou Portugal durante algumas décadas.

De 1930 a 1968, a população do País aumentou em mais de um terço. A taxa de crescimento mostrou-se especialmente elevada de 1930 a 1940. Em números, de acordo com os censos realizados todos os dez anos, passou-se de 6 825 883 (1930) para 7 722 152 (1940), 8 441 312 (1950) e 8 889 392 (1960). Havia para cima de nove milhões de portugueses em meados da década de Sessenta, quando a crescente emigração os puxou bruscamente para trás. O censo de 1970 só viria a registar 8 668 267, recuo sem precedentes na história demográfica do País. A taxa de morta-

322

O *Estado Novo+

lidade baixou para metade: 22,43 ‰, em 1926, 10,72 ‰, em 1965, embora a mortalidade infantil ainda atingisse 64,9 ‰ em 1965 (era de 126,1‰ em 1940). A taxa de natalidade diminuiu também, de 32,82 ‰ (1926) para 23,74 ‰ (1965).

MilhSes de hab
9_

Fig. 45-POPulaÇãO portuguesa, 1920.1970

Factor importante a explicar as modificações demográficas foi, sem dúvida, a emigração. Depois dos números altos do período posterior a 1919, a salda de gente para o estrangeiro baixou durante as décadas de Trinta e Quarenta, devido,

primeiramente, às restrições adoptadas por várias nações americanas e, depois, à eclosão da guerra. Com o regresso à normalidade, iniciou-se

Portugal nos meados do século XX

323

nova vaga de emigração, sempre em crescendo, para o Brasil (1945 a 1963), os Estados Unidos e o Canadá (no fim dos anos de Sessenta) e a Europa (também no decénio de Sessenta). Os números oficiais indicaram cerca de 20 000 emigrantes (1950),

n@ de em ígrantes

100000@

50000

20000

10000

5000

20001000

Fig. 46 - Enúgração, 1926-1970

30 000 (1951), quase 50 000 (1952), uma média anual de 30 000 (1953-63), 55 000 (1964), 89 000 (1965), 120 000 (1966) e 95 000 (1967). Estas últimas cifras superaram os níveis de 1912-13 (cf. cap. XID em absoluto, mas não as atingiram em relação ao total da população. Na década de Sessenta, a maior parte dos emigrantes saiu com destino a França e à Alemanha onde a carência de mão-de-obra lhes proporcionava salários muito mais elevados do que na Terra-Mãe. Abstraindo dos aspectos humanos do problema, a emigração traduziu-se em certas vantagens para o País,

324

O *Estado Novo+

tais como o envio permanente de somas avultadas em moeda estrangeira, a aceleração da mecanização agrícola, o aumento de salários devido à escassez de braços, etc. Todavia, depauperou-o em centenas de milhar de homens e mulheres válidos, o que viria a resultar em problemas de mão-de-obra de difícil solução,

O surto urbano prosseguiu e acelerou-se, com as áreas de Lisboa e do Porto a constituírem focos de atracção permanente de levas de gente rural dos distritos do interior. Em 1960, 25,1% dos Portugueses viviam nessas duas zonas. A

população *urbana+ total, porém, não ia além dos 22,8%. Queria isto dizer que uma grande percentagem de pessoas - 49 % em 1950, 44 % em 1960, 40 % no fim dos anos de Sessenta - continuava a depender da agricultura, com menos de um terço da população (34 % em 1950, 29 % em 1960, 30 % no fim da década de Sessenta) ocupada em tarefas industriais.

As reformas administrativas contaram-se entre as principais realizações do *Estado Novo+. Preocupados com a *ordem+ acima de tudo, Salazar e os seus ministros fizeram o que puderam para melhorar os serviços públicos em geral. Em todos os ministérios foram levadas a efeito reformas internas, sobretudo no começo da década de Trinta, visando uma organização mais eficiente e económica. O Exército e a Marinha conheceram mais de uma reforma cada qual. Também no campo da justiça se efectuaram modificações substanciais.

O número de ministérios foi sucessivamente aumentado, como reflexo de maior especialização de funções: dez em 1926 (Interior, Justiça, Finanças, Guerra, Marinha, Negócios Estrangeiros, Comércio e Comunicações, Colónias, Educação, Agricultura; em 1932, a Agricultura fundiu-se com o Comércio, mas criou-se o novo ministério das Obras Públicas), onze de 1933 a 1940 (a Agricultura novamente autónoma), dez de 1940 a 1947 (Agricultura e Comércio reunidos sob a designação geral de Economia), onze de 1947 a 1950 (a mais, o ministério das Comunicações), treze de 1950 a 1955 (ministérios da Defesa Nacional e da .Presidência), catorze de 1955 a 1958 (novo ministério da Saúde e Assistência), quinze de 1958 a 1965 (ministério das Corpora-

ções), catorze novamente, de 1965 a 1969 (extinto o ministério da Presidência). Grande número de subsecretariados e secretariados se criaram também, o que elevava a quase trinta o número total de membros do Governo na década de Sessenta.

Salazar modificou igualmente os métodos tradicionais de governação. Reuniões do Conselho de Ministros ficaram reduzidas ao mínimo, ocorrendo, em vez delas, frequentes sessões de trabalho de dois e três membros, entre o Presidente do Conselho e os seus ministros. Recomposições totais de ministério terminaram em 1932. Até à sua demissão forçada, trinta e seis anos mais tarde, Salazar só em cinco ocasiões mudou 50 % ou mais dos seus ministros de uma vez só: em 1936, 1944, 1947, 1958 e 1968. Alterações periódicas do Gabinete (uma vez por ano até 1936, uma vez em cada três ou quatro anos, com poucas excepções, posteriormente) afectavam em geral cerca de um terço dos seus colaboradores. Esta prática resultou em continuidade governativa e em perfeito controle do ministério por parte do Primeiro-Ministro que jamais tinha de encarar um naipe completo de faces novas ao mesmo tempo. Em média, os ministros de 1932 a 1968 conservaram-se no poder quatro anos e meio. Ilouve, todavia, casos de muito

maior permanência, estendendo-se até dez anos e mais: assim o ministro da Marinha, Américo Tomás (futuro Presidente da República) governou de 1944 a 1958 e o seu sucessor, Fernando Quintanilha de Mendonça Dias, de 1958 a 1968; o ministro da Justiça, João Antunes Varela, esteve no poder de 1954 a 1967 e o seu antecessor, Manuel Cavaleiro Ferreira, de 1944 a 1954; o ministro das Finanças, António Pinto Barbosa, foi-o de 1955 a 1965; o das Obras Públicas, Eduardo Arantes e Oliveira, governou de 1954 a 1967; os ministros das Comunicações, Manuel Gomes de Araújo e Carlos Ribeiro estiveram no poder de 1947 a 1958 e de 1958 a 1968 respectivamente; etc. A permanência no poder aumentou após a Guerra, à medida que Salazar ia envelhecendo e se mostrava menos disposto a mudanças.

Os dois códigos administrativos de 1936 a 1940 insistiram na centralização para todos os efeitos práticos. Presidentes da Câmara e Regedores das freguesias passaram a ser nomeados pelo poder central. Contudo, a divisão administrativa geral do ~

326

O *Estado Novo+

mantve-se basicamente sem alterações. Além das freguesias, dos concelhos e dos distritos, a Constituição de 1933 reintroduziu as províncias como unidades administrativas. Em número de onze (Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, Douro Litoral, Beira Alta, Beira Baixa, Beira Litoral, Estremadura, Ribatejo, Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Algarve), viriam a ser suprimidas mais tarde, segundo a reforma de 1959. Um novo distrito surgiu também em Setúbal (1926). O número, tanto de concelhos como de freguesias, aumentou consideravelmente desde 1926, como resultado sobretudo do surto demográfico. A divisão eclesiástica também conheceu melhoramentos, com a criação do bispado de Aveiro (1960). Ao publicar-se o novo Código Civil, em 1966, o *Estado Novo+ atingiu finalmente um dos seus objectivos mais cobichados. A maior parte da legislação do País, do mais alto ao mais baixo nível, pertencia-lhe agora.

O *Estado Novo+ jamais concedeu prioridade absoluta a uma política de educação das massas, apesar de alegações periódicas em contrário feitas ao nível oficial. A taxa de analfabetismo global só a pouco e pouco foi baixando até à década de Cinquenta, mau grado as condições únicas de estabilidade, continuidade, autoritarismo e recursos financeiros que permitiriam o seu debelamento rápido. Era de 67,8 % em 1930, de 55 % em 1940 e de 45 % em 1950. O número de escolas primárias oficiais ascendia a 7000 em 1927, subindo posteriormente até 10 000 em 1940 e a 10 800 em 1950. Correspondiam-lhes, no professorado, 8500 elementos (1927), 13 400 (1940) e 14 000 (1950). O Governo preocupou-se bem mais com a construção de edifícios, vinculados a uma rigorosa separação dos sexos, do que com a difusão da instrução em larga escala ou a introdução de métodos pedagógicos actualizados. Só a partir de 1950 é que se cuidou com maior intensidade da

extinção do analfabetismo, que teimava em ensombrar as tabelas das estatísticas. Foram levadas a efeito, em 1953 e em 1956, *campanhas de educação de adultos+ e de efectivação da escolaridade obrigatória, indubitavelmente com objectivos de propaganda mas também com impacte real no debelamento do analfabetismo. Na verdade, a percentagem de analfabetos baixou

Portugal nos meados do século XX

327

para 38,1 % (1960) e para 30 % (1968), o que continuava a situar Portugal na cauda da Europa. O número de escolas primárias atingiu 11500 (1960) e 18 000 (1968). O ensino primário elementar, abolido em 1936, voltou a merecer alguma atenção por parte

mi(hares de esco[as iais1410Fig. 47-Escolas primárias oficiais, 1926-1970

das autoridades, a partir da mesma década de Cinquenta. A escolaridade obrigatória passou de três para quatro (1960) e, por fim, para seis anos (1967). Todavia, a percentagem do produto nacional bruto aplicada à instrução era só de 1,9 % em 1963, mais do que a da Espanha, mas inferior a de países com problemas idênticos ao de Portugal, como era o caso da Grécia (2,1 %) do México (3 %) ou de Cuba (5,8%).

A instrução secundária e técnica, em comparação, mereceu mais interesse às esferas oficiais. Surgiram, por toda a parte, novos liceus e escolas técnicas, aumentando a respectiva população escolar de 32 000 (1926) para 74 000 (1940), 95 000 (1950), 217 000 (1960) e 350 000 (1968), ou seja, um efectivo dez vezes superior. Já o número de professores não aumentou proporcionalmente, resultando daí que as dimensões de cada classe cres-

328

O *Estado Novo+

ceram e, em consequência, o tipo de ensino se deteriorou. Não obstante, a qualidade da instrução secundária pôde manter o seu nível assaz elevado em comparação com muitos países do estrangeiro, mau-grado a introdução de propaganda política e religiosa em disciplinas como História, Filosofia e Organização Política e Administrativa da Nação. O sistema altamente centralizado levou à criação dos chamados *livros únicos+, oficialmente aprovados pelo Ministério da Educação Nacional e impostos a toda uma população escolar como únicos textos autorizados. A política do *livro único+ foi também adoptada nas escolas primárias. Diversas reformas do ensino secundário, geralmente inspiradas em modelos franceses, procuraram melhorar os métodos didácticos e actualizar os programas, com relativo sucesso (1929-32, 1936, 1947-48, etc.).

Pelo contrário, o ensino superior atravessou geralmente um período de abaixamento de nível, consequência do intrometimento político e da desconfiança oficial face a professores e a estudantes. Expurgações periódicas privaram as universidades de alguns dos seus melhores valores, ao mesmo tempo que razões estritamente políticas impediam o recrutamento de pessoal qualificado, dificultavam as promoções e facilitavam o caminho a personalidade medíocres. Em 1930, o Governo criou uma Universidade Técnica em Lisboa, agrupando as escolas existentes de Engenharia (Instituto Superior Técnico), Ciências Económicas e Financeiras, Agronomia, e Veterinária, mas sem criar escolas novas. Pelo contrário, foram até extintas a Faculdade de Letras do Porto (1928) e a Escola de Farmácia de Coimbra (1928, restaurada em 1932), encarando-se igual medida para com as Faculdades de Direito e de Letras, também da capital. Em 1933 extinguiu-se a Faculdade Técnica do Porto. Só a partir da década de Cinquenta é que o sistema universitário pôde progredir um tanto, beneficiando da expansão económica do País e da matrícula de contingentes cada vez maiores de alunos (6 000 estudantes universitários em 1926; 9000 em 1940; 14 000 em 1950; 20 000 em 1960; 35 000 em 1968). A Faculdade de Letras do Porto reapareceu (1961), surgindo, na mesma cidade, uma nova Faculdade de Economia (1953).

Reformas sucessivas nas várias escolas superiores contribuíram sobretudo para aumentar a centralização mas pouco fizeram no sentido de melhorar a qualidade do ensino. Basicamente, e

exceptuando algumas modificações estruturais em escolas de ciências e de engenharia, os métodos e as disciplinas permaneceram o que eram antes de 1926, por vezes com alterações mínimas no número de elementos docentes e nas verbas orçamentais. A política de obras públicas levou à construção de uma nova Cidade Universitária em Coimbra (iniciada em 1948) e de outra em Lisboa (começada em 1953). Só nos campos da Medicina e da Engenharia é que se obtiveram alguns progressos notáveis, com a criação de vários excelentes laboratórios e centros de investigação (Instituto de Estomatologia, Institutos de Climatologia e Hidrologia, etc.) e o desenvolvimento de outros já existentes (por exemplo, o Instituto de Oncologia). O Laboratório Nacional de Engenharia Civil, fundado em 1946, depressa enfileirou entre os melhores do mundo.

As organizações estudantis foram, ou dissolvidas, ou estritamente vigiadas por decretos governamentais. Proibiram-se todos e quaisquer contactos directos com organizações internacionais. Mas a política oficial de promover centros da Mocidade Portuguesa dentro das universidades falhou por completo, constituindo sempre os estudantes o foco mais vivo de rebelião contra o regime e mais difícil de domesticar, sobretudo a partir de 1960.

O desejo de incentivar e supervisionar as actividades de investigação ao nível post-universitário levou ao fortalecimento da Junta fundada em 1924 (ef.

capítulo XIX que, a pouco e pouco, se tornou praticamente a única fonte de concessão de bolsas de estudo e o único enquadramento para actividades post-universitárias. Nomeada Junta de Educação Nacional (1929) e, depois, Instituto para a (mais tarde de) Alta Cultura (1936), transformou-se num organismo de características burocráticas, orientado politicamente e discriminatório.

Na década de 1950, instituída a opulenta Fundação Calouste Gulbenkian - ao lado de várias outras fundações particulares menos importantes - iniciou-se certa concorrência cultural e científica com o sistema centralizado da educação oficial. Tam-

330

O *Estado Novo+

bém a Igreja conseguiu criar uma rudimentar Universidade Católica (anos de Sessenta). Várias escolas e institutos particulares com fins diversos, (actividades empresariais, línguas vivas, hotelaria, turismo, etc.) abriram igualmente as suas portas a públicos cada vez mais vastos.

Fora dos aspectos da instrução regular, o desenvolvimento geral da cultura foi prejudicado pela crescente intervenção do Governo e pela sua desconfiança em relação a correntes progressivas do espírito. No mundo das letras, a acção da censura fez-se sentir constantemente, proibindo ou mutilando artigos, obrigando à extinção jornais e publicações periódicas e impedindo outros de aparecerem. Inúmeros manuscritos ficaram inéditos por receio dos editores ou dos próprios autores. Outros muitos foram confiscados logo após a publicação. Factos semelhantes ocorreram com peças de teatro e com películas cinematográficas, bem como com emissões radiodifundidas ou televisionadas. Poucos movimentos internacionais de vanguarda no campo da renovação cultural puderam entrar ou difundir-se amplamente ou só fizeram quando já haviam perdido o carácter de novidade. Autores e demais intelectuais portugueses tiveram, portanto, de se deslocar ao estrangeiro ou de depender de publicações estrangeiras para tomar contacto com o mundo da cultura e ultrapassar a estagnação ou mesmo o atraso sentidos dentro do País. Para seu crédito, é de toda a justiça dizer que, em geral, conseguiram manter-se a par daquilo que se ia passando no mundo. Todavia, cerceados nas suas possibilidades de se dirigirem a públicos vastos, ficaram reduzidos, quantas vezes, a entesourar os conhecimentos adquiridos ou a transmiti-los apenas de forma superficial e mutilada. Como resultado, a elite cultural tendeu a contrair-se gradualmente, e a tornar-se numa espécie de aristocracia fechada, cujos contactos com a massa da população foram diminuindo mais e mais.

Entre os maiores prosadores e poetas até à década de Cinquenta, contaram-se Aquilino Ribeiro (1885-1963) e Miguel Torga (nascido em 1907), ambos candidatos ao prêmio Nobel, Perreira de Castro (nascido em 1898) cujas principais obras se traduzi-

ram para numerosas línguas, José Régio (1901-69), Alves Redol (1911-69) -o maior expoente do neo-realismo -e Antônio Sérgio (1883-1969), filósofo e ensaísta.

Um dos grandes momentos na história cultural portuguesa dos tempos modernos foi, indiscutivelmente, a *descoberta+ da obra de Fernando Pessoa (ef. cap. XII). Desconhecido da maioria dos cidadãos até à década de Quarenta, Pessoa depressa se revelou um dos maiores escritores portugueses e mundiais de todos os tempos, colocando-se imediatamente a seguir a Camões no dizer de muitos críticos. A sua principal obra viu a luz da publicidade nas décadas de Quarenta e Cinquenta (após 1943) e

o impacto que exerceu na literatura portuguesa subsequente está ainda para ser determinado,

O jornalismo decaíu com o estabelecimento da censura e as dificuldades sistemáticas levantadas à criação de novos periódicos. O número de publicações periódicas (umas 500 em 1926) aumentou até 1933 (702), decrescendo depois para 497 (1944). Embora se tenha ainda elevado posteriormente (1111 em 1967), jamais pôde atingir o seu anterior nível em relação à população alfabetada e ao impacto sobre a opinião pública. Mais revelador ainda se mostrou a estatística dos jornais diários, que baixaram de 47 (1925) para 30 (média a partir de 1929). Em Lisboa, os diários diminuíram de 26 (1926) para 10 em média. As razões políticas desempenharam, mais uma vez, o papel principal no desencorajamento de todas as espécies de actividade literária, desde a poesia (a menos perseguida) até ao teatro, ou em travar o surto e o desenvolvimento de novos temas (geralmente havidos por subversivos). Não obstante, a literatura portuguesa conseguiu sobreviver e até, em certos casos, rivalizar com a dos países estrangeiros. Nos meados da década de 1960, Portugal ocupava o 14.º lugar na Europa quanto ao número de livros anualmente publicados (estivera em 11.º lugar em 1960), o que, aproximadamente, correspondia ao seu lugar demográfico no Continente -sem contar com a taxa de analfabetismo; no total mundial, ocupava o 17.º lugar. Em proporção à população, estes números colocavam-no acima de países como os Estados Unidos. Tradu-

ções de obras estrangeiras representavam 1/5 do número total de obras publicadas.

As ideologias políticas exerceram menor influência nas artes, embora a tendência para a centralização em todos os campos

também influenciasse o desenvolvimento da arquitectura, da escultura, da pintura e das artes menores. Muitos artistas foram forçados ao exílio permanente ou a viver longos períodos fora da Pátria. A fundação, em 1933, do Secretariado de Propaganda Nacional (S.P.N.) - mais tarde crismado em Secretariado Nacional de Informação (S. N. I.) - ajudou decisivamente a criar um estilo nacional de tipo *fascista+ (muito influenciado por formas *tradicionais+), que permeou todas as artes, pelo me-

nos até à década de Cinquenta. Sob a direcção vigorosa de António Ferro (1895-1956), o S. P. N. - S. N. I. empreendeu esforços múltiplos em todos os campos artísticos, muitas vezes com fins de propaganda, mas muitas outras, também, com características do maior interesse na promoção das artes. Após a segunda Guerra Mundial, novas correntes estéticas se afirmaram, libertas do controle oficial, e seguidas por uma geração mais jovem de notáveis pintores, escultores e arquitectos. De projecção mundial, todavia, só haveria a mencionar a pintora Maria Helena Vieira da Silva (nascida em 1908), vivendo aliás no estrangeiro desde 1928.

O cinema declinou, após um período breve de tímido florescimento nos anos de Trinta, quando a voga dos filmes musicais ou baseados em canções ligeiras se impunha em todo o mundo. Mas a insistência oficial em temas obsoletos ou de propaganda, aliada ao desencorajamento face à inovação, prejudicou o surto do neo-realismo e de outras correntes modernas, levando, em pouco tempo, à gradual extinção de um cinema português.

A ciência e as técnicas desenvolveram-se desigualmente. Em alguns campos, tais como a Medicina, a contribuição de Portugal mostrou-se de primeira classe. Egas Moniz (1874-1955) recebeu o prémio Nobel em 1949 devido às suas descobertas nos ramos da angiografia e da leucotomia. Fundou uma importante escola de investigação, nestes e noutros campos. Também a medicina tropical conheceu surto marcado. Outro bom exemplo de progresso técnico ocorreu no ramo da engenharia civil. Muitas ciências, contudo, estagnaram ou declinaram, por falta de verbas para apetrechamento adequado e para investigação, ou devido a perseguições políticas.

Bibliografia - Na falta de boas monografias sobre o Estado Novo, é de recomendar o uso de fontes primárias, tais como o Anuário Estatístico de Portugal, as publicações da antiga Sociedade das Nações e da sua sucessora Organização das Nações Unidas, e ainda de anuários das grandes enciclopédias universais, sobretudo o Encyclopaedia Britannica Book of the Year. Até às décadas de Quarenta e Cinquenta, encontram-se dados já elaborados com perspectiva económica e demográfica em Ezequiel de Campos, O Enquadramento Geo-Económico da População Portuguesa atra-

vês dos Séculos, 2.1 ed, Lisboa, Ocidente, 1943, e em *Orlando Ribeiro, Portugal, Barcelona, Montaner y Simón, 1955 (vol. V da Geografia de España y Portugal, dirigida por Manuel de Terán). Revela-se igualmente útil, para apreciar a sucessão dos factos, o livro 30 Anos de Estado Novo, direcção literária de F. Matos Gomes, Lisboa, Organizações Império, 1957.

Sobre as reformas financeiras de Salazar, consulte-se o próprio Salazar, A reorganização financeira, dois anos no Ministério das Finanças, 1928-1930, Coimbra, Coimbra Editora, 1930, seguido por vários dos seus discursos e notas officiosas, sobretudo no vol. 11 (1935-1937) dos seus Discursos e Notas Políticas, Coimbra, Coimbra Editora, 1937. José Joaquim Teixeira Ribeiro no seu manual Introdução ao Estudo da Moeda, Coimbra, Atlântida, 1949, consagra um capítulo à evolução monetária portuguesa até 1948. Veja-se ainda Marcelo Caetano A obra financeira de Salazar, Lisboa, 1934. Entre as críticas a essa mesma obra, relevem-se as entrevistas concedidas por Afonso Costa ao jornalista brasileiro José Jobim e por este publicadas com o título de A Verdade sobre Salazar, Rio de Janeiro, Calvino Filho, 1934.

Sobre obras públicas, veja-se a publicação oficial Quinze Anos de Obras Públicas (1932-1947), Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, 2 volumes, Lisboa, 1949, cobrindo o período até 1947, com excelente ilustração. Entre os muitos livros e panfletos sobre assuntos económicos, salientem-se Araújo Correia, Portugal Económico e Financeiro, 2 vols, Lisboa, 1938, Ezequiel de Campos, Problemas Fundamentais Portugueses, Lisboa, 1946, Pereira de Moura e Luis Maria Teixeira Pinto, Problemas do Crescimento Económico Português, Lisboa, 1958, V. Xavier Pintado, Structure and Growth of the Portuguese Economy, Genebra, 1964, e Vito. rino Magalhães Godinho, O Socialismo e o Futuro da Península, Lisboa, Livros Horizonte, 1969. Há um bom, embora sumariado, estudo de Henrique de Barros sobre colonização interna, em Economia Agrária, vol. III, Lisboa, Sã da Costa, 1954. Sobre outros aspectos agrícolas veja-se Mário de Azevedo Gomes, Henrique de Barros e Eugênio de Castro Caldas, *Traços principais da evolução da agricultura portuguesa entre as duas guerras mundiais+, in Revista do Centro de Estudos Económicos, n.01 1 e 2 (1945), pp. 21-203 e 49-89. Álvaro Cunhal dá o ponto de vista comunista em A Questão Agrária em Portugal, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

As variações demográficas foram estudadas por Alberto de Alarcão, Mobilidade Geográfica da População de Portugal (Continente e Ilhas Adjacentes). Migrações internas 1921-1960, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969, P. Marques da Silva, O Povoamento da Metrópole observado através dos Censos, Centro de Estudos Demográficos, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 1970 e João Evangelista Um século de População Portuguesa (1864-1960), Centro de Estudos Demográficos, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 1971.

Sobre administração, o melhor trabalho deve-se a Marcelo Caetano, no seu Manual de Direito Administrativo, 2 vols., 10.^o e 8.^o ed., Lisboa,

Portugal nos meados do século XX

335

Coimbra Editora, 1973-1969. Problemas educativos têm merecido a atenção de dezenas de pessoas. Vejam-se, entre os melhores, os estudos de Rogério Fernandes, Ensino: Sector em Crise, Lisboa, Prelo, 1967 e Situação da educação em Portugal, Lisboa, Moraes, 1973, bem como a Análise Quantitativa da Estrutura Escolar Portuguesa, 1950-1959, Lisboa, Centro de Estudos de Estatística Económica do Instituto de Alta Cultura, 1969; ou ainda os dois volumes da revista Análise Social (vol. V e VI, 1967-68), dedicados a *A Universidade na Vida Portuguesa+.

Com vista a um panorama geral da literatura, consulte-se Antônio José Saraiva e Oscar Lopes, História da Literatura Portuguesa, Porto, Porto Editora, s/d. Sobre arte, veja-se o livrinho de José Augusto França, A Arte e a Sociedade Portuguesa no Século XX, Lisboa, Livros Horizonte, s/d. [1972].

Sobre classes sociais, assunto não tratado neste capítulo, existe um bom estudo, de carácter sociológico, da autoria de Hermínio Martins, Portugal, separata de Contemporary Europe: class, status & power, editado por M. S. Archex e S. Giner, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 1971, pp. 60-89.

3 -Os Acontecimentos

Os começos O governo presidido pelo Comandante Cabeçadas, compromisso entre a opinião pública republicana e os grupos militares de tendência direita, não tinha condições de perdurar. Tentava conciliar o que, pelos próprios princípios ideológicos, se mostrava inconciliável. Apoiado pelo grosso do Exército, o general Gomes da Costa deu um golpe-de-estado (17 de Junho) e impôs a sua autoridade plena a novo gabinete. Contudo, nem os seus princípios (militara até havia pouco no Partido Radical) inspiravam confiança às Direitas, nem a sua total incapacidade política lhe permitiria manter-se muito tempo no poder. Em 9 de Julho de 1926, novo golpe-de-estado militar, dirigido principalmente pelo monárquico general Sinel de Cordes, despachou Gomes da Costa para um exílio dourado nos Açores (onde, mais tarde e caricaturalmente, lhe seria concedido o bastão de marechal) e substituiu-o pelo general óscar Carmona, homem de confiança das Direitas, ex-ministro da Guerra no gabinete nacionalista de Ginestal Machado, e oficial respeitado, mas de escasso prestígio militar.

Até 1928, Sinel de Cordes e Carmona governaram o País em típica ditadura militar. Carmona manteve a presidência mas Cordes detinha a pasta das Finanças, sendo considerado o homem forte do regime. Tentou reorganizar as finanças e

equilibrar o orçamento, assim como estimular a economia. Mas, faltando-lhe por completo a preparação para um empreendimento dessa grandeza, nada conseguiu a não ser resultados desastrosos: o

Os acontecimentos

337

deficit atingiu níveis inauditos e o Governo teve de dirigir-se à Sociedade das Nações a fim de conseguir o seu patrocínio na negociação de um empréstimo externo.

A Ditadura era obviamente apoiada por uma grande parte da população, ao menos nos seus começos. Como quase todos estavam descontentes e unidos contra o statu quo, quase todos aplaudiram a revolta, muitos porque se mostravam incapazes de a compreender e outros muitos porque pensavam poder aproveitar-se dela para os seus fins próprios. Era este, claramente, o caso dos partidos de oposição aos Democráticos. Todavia, à medida que os elementos direffistas começaram a prevalecer, e as tendências monárquicas e fascista a afirmar-se, um número cada vez maior de pessoas - mesmo no seio das Forças Armadas - se passou a interrogar sobre os perigos do recém-criado regime e a calar a adesão entusiástica dos primeiros tempos. Muitos, dentre os próprios fautores da revolta, clamavam que Sinel de Cordes e Carmona haviam traído a revolução, que a República se achava em perigo e as instituições democráticas ameaçadas. De facto, o regime estabelecera a censura à imprensa desde os seus começos, e entregara-se a outras tarefas repressivas dos direitos individuais.

Acresce ainda que a incompetência administrativa e ao nível ministerial, longe de diminuir, como fora objectivo da revolução, ainda se agravava. Falhos de quadros directivos e organizadores, pouco respeitados, os militares no comando teórico das operações obedeciam, muitas vezes, a ditames e sugestões que lhes chegavam de autênticos sovietes de oficiais inferiores, onde verdadeiramente assentou o poder por algum tempo. No Verão de 1927, por exemplo, o tenente Moraes Sarmiento pôde, com impunidade, invadir o Palácio de Belém e insultar, até à agressão física, os ministros reunidos em conselho, sem que do facto lhe adviessem consequências de gravidade.

A crescente oposição exprimiu-se da maneira habitual: a Revokas de força. De 3 a 9 de Fevereiro de 1927 eclodiu, primeiro no Porto 1927-31 e depois em Lisboa, um violento movimento revolucionário que tinha consigo a adesão de unidades do Exército e da Marinha e

338

O *Estado Novo+

de milhares de civis. Embora com dificuldade, mas ajudado pela falta de sincronismo da revolta nas duas cidades, o Governo conseguiu sufocá-la, à custa de centenas de mortos e feridos. Seguiu-se-lhe, em 20 de Julho de 1928, outro

movimento revolucionário, de menor amplitude, limitado a Lisboa, Setúbal e pouco mais. Falhou igualmente. Em 1931, registaram-se duas revoltas, a primeira de Abril a Maio, na Madeira, Açores e Guiné, sob o comando de oficiais que aí se encontravam deportados e que conseguiram resistir durante quase um mês; a segunda, em 26 de Agosto, também em Lisboa, com alguma virulência. A Ditadura triunfou sempre. Igualmente ocorreram algumas tentativas de golpe-de-estado no seio do próprio regime, mas sem consequências de maior, a não ser empurrarem-no cada vez mais para a Direita.

O resultado prático de todas estas revoltas e conspirações verificou-se no desenvolvimento e aperfeiçoamento dos maquinismos repressivos. A censura conheceu um endurecimento marcado, milhares de pessoas recolheram à prisão (seguindo muitas centenas delas para as Ilhas Adjacentes e as colónias), a polícia política passou a interferir cada vez mais na vida quotidiana dos cidadãos. Oficiais de terra e mar, professores, e outros funcionários públicos foram afastados do serviço devido à sua atitude hostil - ou suspeita de atitude hostil - para com o regime. Milhares de outros homizaram-se no estrangeiro. E assim por diante. Desta maneira, a Ditadura pôde, gradualmente, ver-se livre dos seus piores inimigos, incluindo a maior parte dos revolucionários profissionais e dos elementos treinados na prática conspiratória, conseguindo impôr ao País uma situação de *paz e tranquilidade+.

Com centro em Paris, a Oposição organizara-se a partir de Fevereiro de 1927, tentando agrupar as várias correntes partidárias num combate sem tréguas contra os ditadores. Surgiu assim a Liga de Defesa da República (vulgo Liga de Paris), cujos dirigentes eram Afonso Costa, Alvaro de Castro (falecido em 1928), José Domingues dos Santos, Jaime Cortesão e António Sérgio. Mas a Liga não conseguiu a unidade sonhada, tendo deparado sempre com a desconfiança e até a resistência do Partido

os acontecimentos

339

Democrático. Mau-grado os vários esforços no sentido de uma unidade efectiva, as divisões que tinham grassado durante o período final da 1.ª República ainda se exacerbaram entre os envolvidos, impedindo toda e qualquer acção eficaz contra o regime ditatorial. Por volta de 1931, a Liga de Paris estava praticamente morta, da sua existência não restando mais que alguns documentos combativos e um desenvolvido plano de governo futuro, que viria a influenciar o ideário e as realizações do *Estado Novo+.

Pelos fins de 1927, tomara-se patente que a política financeira de Sinel de Cordes não conduzia senão à catástrofe. O Governo pediu formalmente à Sociedade das Nações o seu patrocínio na negociação de um empréstimo externo, como já antes tentara obter fundos de vários banqueiros ingleses e franceses. Mas os

chefes da oposição no exílio, nomeadamente Afonso Costa e Bernardino Machado, secundados por uma equipe valorosa e activa, preveniram os financeiros internacionais e a S.d.N. de que só o Congresso tinha poderes para contrair empréstimos fora do País, e de que, portanto, não lhes reconheceriam qualquer validade se, eventualmente, tomassem ao poder. A Sociedade das Nações, posta em guarda contra o descalabro das finanças portuguesas, enviou a Lisboa uma comissão de peritos, que estudou a situação e estabeleceu certo número de condições implicando um controle de facto das finanças do País no caso da efectivação do empréstimo. Pressionado pela opinião pública e pelos protestos clamorosos dos exilados, o governo da Ditadura viu-se obrigado a rejeitar as condições da S.d.N. e a desinteressar-se da efectivação do empréstimo, por considerar aquelas condições ofensivas da plena soberania nacional. Este facto quis também dizer o fim para a política de Sinel de Cordes. O seu prestígio caiu verticalmente e ele e o seu grupo tiveram de ceder o passo a gente mais nova e mais qualificada.

No entretanto, alguns decretos ditatoriais haviam mudado a Constituição (que, teoricamente, permanecia em vigor), estabelecendo a eleição presidencial por voto directo dos cidadãos, à

340

O *Estado Novo+

maneira de Sidónio Pais. Carmona foi o único candidato, sendo portanto eleito Presidente da República (Abril de 1928). O coronel Vicente de Freitas formou novo ministério, com a inclusão de Oliveira Salazar no elenco governativo, à testa das Finanças.

Menos marcadamente político do que o anterior ministério, o de Vicente de Freitas parecia indicar um caminho de conciliação, dentro do quadro republicano. Só três dos seus membros eram militares, salientando-se a participação de vários *técnicos+, com escassa ou nenhuma filiação partidária. Carmona deixou de desempenhar qualquer papel de relevo. Contudo, esta tendência neutralista, ou de compromisso, não prosseguiu. Uma modificação ministerial, em Novembro desse ano, abriu a porta a elementos da Extrema-Direita nas pastas da Justiça (Mário de Figueiredo) e da Instrução (Cordeiro Ramos). Em Julho de 1929, a ala direita conseguiu nova vitória, a pretexto de uma questão religiosa mínima, levando à demissão de Vicente de Freitas e à sua substituição por outro moderado, o general Ivens Ferraz. Mas os esforços deste último, de levar a efeito uma política conciliatória à escala nacional, falharam também. Em Janeiro de 1930, Carmona aceitou como chefe do Governo o general Domingos de Oliveira, individualidade muito mais chegada à Direita. Era quase o triunfo da política do Professor Salazar.

SIdozar Oliveira Salazar, de trinta e nove anos, professor de Economia na Universidade de Coimbra (Faculdade de Direito), tinha já um passado político de certa relevância. Fora ele quem ajudara a organizar os Católicos como grupo

político, sendo proposto candidato católico a deputado em 1921 (por Guimarães) e 1925 (Arganil) e eleito da primeira vez. Em 1919, havia sido acusado de conspirar, com outros colegas, contra as instituições republicanas. Longe de desconhecido, Salazar era considerado um representante ideal dos interesses da Extrema-Direita católica, simpatizante da Monarquia. Além disso, os seus livros e artigos sobre problemas económicos e financeiros, bem como o

seu Prestígio como docente, faziam-no louvar e respeitar por todos. Cabeçadas chamara-o para seu ministro das Finanças no

Os acontecimentos

341

efémero primeiro gabinete saído do 28 de Maio. Em 1928, Salazar só aceitou novamente a pasta das Finanças, com a condição de supervisionar os orçamentos de todos os ministérios e de ter direito de veto em todos os aumentos de despesa respectivos.

O sucesso da sua política financeira granjeou-lhe imenso prestígio e converteu-o no *salvador+ da Nação. O orçamento para 1928-29 previa um saldo positivo que pôde ser efectivado e

era o primeiro desde havia quinze anos. Os seus discursos públicos, de palavras concisas e calmas, elegantes e simples, em contraste com a habitual vã retórica dos políticos, agradavam à maioria e interessavam pela compreensão. Em Junho de 1928, por exemplo, disse ao País que uma boa política de administração devia ser <dão clara e tão simples como a pode fazer qualquer boa dona de casa - política comezinha e modesta que consiste em se gastar bem o que se possui e não se despende mais de que os próprios recursos+.

A pouco e pouco, o controle do governo por Salazar atingiu os problemas políticos e militares. Já em 1929 ele se dirigia à Nação sobre assuntos não financeiros, sugerindo lemas governativos em que o nacionalismo direitista era realçado (*Nada contra a Nação, tudo pela Nação+). Em 1930 fez dois famosos discursos, onde se definiam claramente os pontos principais da futura organização do País. Atrás de Salazar, claro está, achavam-se poderosas forças: o capital e a banca, que desejavam pulso livre para se expandirem sem restrições, protegidos contra gravames de classe, movimentos grevistas e a contínua agitação social; a Igreja, proclamando vitória sobre o ateísmo republicano demo-liberal e maçónico e explorando as chamadas aparições de Fátima que não tardaria a associar com a figura do futuro Presidente do Conselho; a maioria do Exército, constantemente louvado pelo próprio Salazar, respeitado, conhecedor de nova disciplina e detentor de redobrados privilégios; os intelectuais das Direitas, com grande percentagem de professores de Coimbra; e a maior parte dos Monárquicos,, firmemente convencidos de que Salazar lhes acabaria por devolver o seu rei (o próprio D. Manuel II escreveu palavras de louvor ao estadista)-

O *~0 O chamado *Estado Novo+, assim como a *União Nacional+,

Novo, foram igualmente definidos durante 1930 e 1931. A política da

Ditadura em relação à África Portuguesa teve, da mesma forma, a sua expressão escrita pela mesma época, numa espécie de código intitulado *Acto Colonial+ (ef. cap. XIV). Opondo-se ao regime dentro do País e pela via legal, constituiu-se então a Aliança Republicana Socialista, que compreendia democráticos, socialistas e outros muitos, incluindo dissidentes da Ditadura (entre eles Cabeçadas). O seu chefe era o general Norton de Matos, que sucedera a Magalhães Unia e a Antônio José de Almeida no grão-mestrado da Maçonaria Portuguesa. Mas a Ditadura não a tolerou por muito tempo. Quanto aos demais partidos, foram-se dissolvendo ou soçobraram na inactividade, à medida que a repressão política se intensificava.

Em Julho de 1932, Domingos de Oliveira cedeu finalmente o lugar a Salazar. Este formou um ministério predominantemente civil e de indivíduos da sua geração, que o admiravam sem reservas. Entre os ministros de maior competência contavam-se Armindo Monteiro (professor de Direito) na pasta das Colónias e Duarte Pacheco (engenheiro), na das Obras Públicas.

No decorrer de 1932 e 1933, deram-se os últimos passos para a modelação do Estado autoritário e corporativo. O ex-rei D. Manuel falecera em Inglaterra sem herdeiros directos, e Salazar tomou bem claro que considerava a questão monárquica encerrada. Propôs igualmente a dissolução do Centro Católico, rejeitou todo e qualquer acordo ou plataforma de entendimento com os grupos oposicionistas e apelou para uma congregação política do País em tomo da *União Nacional+, de que se tornou o chefe. Em Fevereiro de 1933, foi publicado o texto da nova Constituição, sujeita a plebiscito em 19 de Março seguinte. De acordo com os resultados oficiais, apenas 6 190 pessoas ousaram votar *Não+; houve uns 800 000 *Sim+ e cerca de 500 000 abstenções, as quais o Governo considerou como votos afirmativos, como antes anunciara já. A Constituição seguiu-se o Estatuto do Trabalho Nacional e, posteriormente, toda uma série de medidas de organi~o do Estado Corporativo. Os partidos políticos, as sociedades secretas e as associações sindicais foram proibidos. Nos

fins de 1934, as primeiras eleições legislativas dentro do novo esquema político trouxeram à Assembleia Nacional um grupo de noventa deputados, propostos por uma única organização, a União Nacional. Em 1935, Carmona era reeleito Presidente da República sem contestação. Durante 1936, duas organizações tipicamente

fascistas, a Legião Portuguesa ou corpo de voluntários para defesa do regime, e a Mocidade Portuguesa, organismo para-militar obrigatório entre os adolescentes, fizeram a sua aparição, no meio de grande entusiasmo. O *Estado Novo+ estava firmemente estabelecido.

No entanto, continuou a existir dissensão, mesmo no seio dos *Nacionalistas+ nome pelo qual os partidários da nova ordem gostavam de ser conhecidos. O antigo chefe do governo Vicente de Freitas, o próprio que nomeara Salazar ministro das Finanças, denunciou a União Nacional como partido totalitário e criticou abertamente a nova Constituição, o que lhe valeu ser prontamente demitido de Presidente do Município de Lisboa, (1933). Por seu turno, e reagindo contra a nova organização do trabalho, milhares de operários desencadearam uma greve geral de tipo revolucionário, parcialmente bem sucedida (Janeiro de 1934). No mesmo ano, os Nacionais-Sindicalistas ou C * Azuis, grupo fascista que apoiara Salazar no começo, tentou uma conspiração contra as suas tendências *não-revolucionárias+. Em 1935, alguns elementos direitistas e monárquicos planearam uma revolta militar em Lisboa, que foi descoberta pela Polícia e abortou à nascença. Em Setembro de 1936, a eclosão da Guerra Civil Espanhola induziu as tripulações de dois barcos de guerra a revoltarem-se em Lisboa e a tentarem sair a barra a fim de se juntarem às forças republicanas do País vizinho. Certa agitação social lavrou também durante esse ano, por razões idênticas. A última tentativa aberta de pôr fim ao regime por via não pacífica ocorreu em 1937, quando uma bomba quase atingiu Salazar, numa rua de Lisboa.

Não foi difícil, nem à Ditadura, nem ao *Estado Novo+, O Relações estabelecimento de boas relações com as potências estrangeiras. ext~

A Inglaterra sentiu-se aliviada com o fim do período de agitação

social e política que só se poderia mostrar nocivo aos seus interesses económicos e à segurança da Península. Os governos conservadores de Stanley Baldwin (1924-29; 1935-37) e Neville Chamberlain (1937-40) e o próprio governo de presidência trabalhista, de Ramsay Mae Donald (1929-35) nada fizeram por hostilizar o novo regime, antes o apoiaram e secundaram de várias maneiras. Logo em 1931, o Príncipe de Gales e seu irmão, o duque de Kent, efectuaram uma visita oficial ao País. Em França, a pressão dos exilados dificultou, durante algum tempo mais, as boas relações com o governo português, que não tardaram, aliás, a reatar-se. A Itália, evidentemente, só tinha palavras de louvor para a nova ordem, tão próxima da sua. A Espanha, sujeita à ditadura de Primo de Rivera até 1930, foi o primeiro estado da Europa a apoiar a situação portuguesa, que a copiava de perto. Carmona visitou oficialmente Madrid em 1929, sendo recebido pelo rei Afonso XIII e por todo o governo. A proclamação da República Espanhola (1931) preocupou os governantes portugueses durante algum tempo, tanto mais que a Espanha se tornou ponto de reunião dos exilados republicanos e base de

organização de conspirações. Mas a novel República Espanhola depressa evoluiu para a Direita, não se tornando difícil a Salazar estabelecer com ela cordiais relações diplomáticas e conseguir até o internamento de chefes emigrados proeminentes como, por exemplo, Bernardino Machado. Em 1935, o próprio ministro dos Estrangeiros de Portugal, Armindo Monteiro, visitava oficialmente Madrid. A vitória da Frente Popular, nas eleições de 1936, constituiu novo perigo para o regime salazarista. Mas depressa a revolta militar fascista, em Julho desse ano, veio desviar a ameaça, que praticamente chegou ao fim com a ocupação pelos rebeldes de toda a linha fronteiriça portuguesa. Nos meses anteriores ao *Aizamiento+, fora a vez de Portugal constituir um centro de conspiração anti-republicana, visto que o seu principal dirigente, general Sanjurjo, aqui se encontrava homiziado. Durante toda a guerra civil espanhola, o governo português mostrou-se o melhor aliado dos insurrectos nacionalistas, colaborando, directa e indirectamente, com os seus esforços. As autoridades portuguesas não hesitaram em devolver, sem demora, para o ou-

Os acontecimentos

345

tro lado da fronteira as centenas ou milhares de refugiados republicanos espanhóis que a atravessaram, mesmo sabendo que os entregavam a uma morte certa. A estação emissora particular, Rádio Clube Português, com a plena aquiescência do Governo, prestou serviços inestimáveis à causa nacionalista espanhola, difundindo notícias que lhes eram da maior utilidade. Foram numerosos os viriatos ou voluntários portugueses, nas fileiras dos insurgentes, falando-se num total de vinte mil e num número de mortos na ordem dos oito mil, cifras provavelmente exageradas. Em Outubro de 1936, Salazar quebrou as relações diplomáticas com o governo republicano espanhol, reconhecendo oficialmente Frânco a partir de Maio de 1938. Devido aos seus fornecimentos de armas à Espanha nacionalista, Portugal até rompeu relações diplomáticas com a Tchecoslováquia (1937), que no-las vendia e pretendia declaração formal de que tal não voltaria a acontecer. Diga-se também que, na Sociedade das Nações, Portugal secundou a Itália na questão da Etiópia.

O que se deve, no entanto, salientar - e para crédito do regime salazarista - é que se achava na forja uma nova política externa portuguesa. Sem jamais pôr em causa a aliança com a

Inglaterra, antes a corroborando e valorizando, o *Estado Novo+ tentou uma via mais independente e nacional, que aliás se coadunava com as suas afinidades ideológicas. O surto da Alemanha nazi, da Itália fascista e da Espanha de Franco favoreceu e condicionou, sem dúvida alguma, uma tal política. Economicamente, também, e como base indispensável, a evolução da conjuntura e as modificações das estruturas permitiam a Portugal libertar-se, a pouco e pouco, do exclusivo jugo inglês, incentivando laços com outras nações e dependendo, mais

estritamente, do património colonial. As condições internacionais durante a guerra de 1939-45 ajudaram a Nação a sair definitivamente da órbita britânica, permitindo-lhe opções e asserções de maior independência.

Dentro de Portugal, o domínio quase absoluto do regime por Salazar foi em crescendo. A conversão gradual do Primeiro-Ministro em ditador condicionou o robustecimento do *Estado

ia

O *Estado Novo+

Novo+. Ele próprio se deu conta do facto e declarou que nova era de consolidação se iniciara por volta de 1936. Além da chefia do Governo e da pasta das Finanças, Salazar tomou para si a da Guerra (desde 1936) e a dos Negócios Estrangeiros (desde 1936), conservando a primeira até aos começos e as outras duas até ao fim da Guerra. Considerava-se o guia da nação, acreditava que havia coisas que só ele podia fazer (*Infelizmente há muita coisa que parece só eu posso fazer+ - nota oficiosa publicada em Setembro de 1935) e conseguia que parte crescente do País o fosse acreditando também. A sua interferência em todos os aspectos da vida nacional podia até abranger programas de celebrações e festividades. Em 1938, por exemplo, lavrou do seu punho as bases de todo o programa das comemorações do Duplo Centenário, a realizar em 1939 e em 1940, incluindo pormenores de livros a imprimirem-se e de cortejos históricos a organizarem-se. O seu facies crescente de ditador levou-o a um gradual endeusamento de si próprio, que cada vez menos o fazi aceitar e confiar nos outros. Como consequência, a sua capacidade de escolha de autênticos valores governativos tendeu a reduzir-se, a sua concessão de autonomia aos seus colegas de gabinete a diminuir e o seu apoio em favoritos e no sistema repressivo a aumentar.

Portugal e A eclosão da segunda Grande Guerra (1939) deu a Salazar

a Guerra uns cinco anos de trégua interna. A maior parte dos seus inimigos concordaram em pôr termo a quaisquer actos subversivos até findarem as hostilidades. Poucos, entre adeptos e opositores, acreditavam que o País se conseguisse manter fora do conflito armado. ~ Portugal declarou-se neutral desde os começos e pôde manter esta atitude devido à conjunção de uma série de factores. Está fora de dúvida o hábil jogo diplomático realizado pelo próprio Salazar. Mas parece que a razão principal a impedir a invasão da Península Ibérica pelas forças alemãs prevista para o Outono ou Inverno de 1940 -foi o ataque intempestivo de Mussolini à Grécia e a sua incapacidade de levar os Gregos a vencer. Obrigado a intervir para evitar a abertura de uma frente aliada nos Balcãs, Hitler adiou ou pôs de

parte o projecto, deixando a Península em paz. A atitude irtransigente de Franco, recusando-se a entrar na guerra ao lado dos Alemães, constituiu novo factor de auxilio à política de neutralidade portuguesa.

Esta política, contudo, teve o seu preço. Timor sofreu, por duas vezes, invasão, primeiro pelos Australianos (1941), depois pelos Japoneses (1942) que o ocuparam durante três anos, destruindo e matando milhares de portugueses e indígenas a seu bel-prazer, sem que sequer fossem quebradas as relações diplomáticas entre Portugal e o Japão. Em Macau, igualmente os Japoneses controlaram de facto a administração, durante a maior parte da Guerra. Salazar foi também forçado a ceder aos ~os (Grã-Bretanha e Estados Unidos) bases militares nos Açores, em 1943. Apesar de uma romântica elegia à queda da Polónia, nos começos de Outubro de 1939, parece claro que as simpatias de Salazar estavam, muito mais com a Alemanha e a Itália (em cujos regimes ele tanto se inspirara), do que com as demo-liberais Inglaterra e Estados Unidos, aliadas ao seu inimigo de sempre, a União Soviética. Felizmente para ele, e para a situação política que em Portugal criara, a Espanha franquista manteve-se neutral e pôde sobreviver à vitória aliada. Com Franco, Salazar assinara um tratado de não agressão e amizade, logo em Março de 1939. Esse tratado recebeu confirmação numa declaração conjunta dos dois países, feita em Maio de 1940, a que se seguiu um protocolo em Julho do mesmo ano e um encontro Franco-Salazar em Sevilha, em Fevereiro de 1942. Surgiu assim o chamado Bloco Ibérico, inovação na política externa portuguesa e espécie de contrapartida da aliança tradicional com a Grã-Bretanha.

. 1940 representou, para o *Estado Novo+ em toda a sua pu- A ExPos@ reza, o ponto máximo de apogeu. A fim de comemorar o oitavo dO M"dl centenário, da nacionalidade e o terceiro centenário da Restaura- p~gaês ção, o regime organizou um conjunto impressionante de cerimónias, exposições, congressos e publicações, de que a súpula gloriosa foi a Exposição do Mundo Português. Cuidadosamente preparada e brilhantemente apresentada por alguns dos melhO-

348

O *Estado Novo+

res architectos, artistas e decoradores do Portugal de então, a Exposição constituiu, para além dos seus notáveis aspectos estéticos, uma típica manifestação fascistizante no modo de interpretar o passado e de abusar dele para testemunhar o presente e anunciar o futuro. Pôde considerar-se um sucesso pessoal para Salazar e para António Ferro, o chefe responsável do Secretariado de Propaganda Nacional.

Sur@o da Os problemas internos só verdadeiramente recomeçaram oposição com a conclusão das hostilidades. A vitória aliada na Europa (Maio de 1945) foi pretexto para manifestações pro-democráticas e pro-socialistas em todo o País. Para muita gente, e em especial para os opositores ao regime, o triunfo das democracias teria como resultado drásticas mudanças adentro do *Estado Novo+, senão mesmo o retorno, puro e simples, às antigas instituições parlamentares.

Esta convicção arreigou-se nas principais cidades, gerando uma vasta corrente de opinião pública que punha em xeque as realizações de Salazar e a sua permanência no poder. Tanto a Grã-Bretanha como os Estados Unidos veriam com agrado alterações no sistema político de Portugal, como no da Espanha, parecendo haverem pressionado Salazar nesse sentido. Com efeito, em Setembro de 1945, a Assembleia Nacional era dissolvida, anunciando o Governo eleições livres para Novembro, com a possibilidade de participação de outros grupos políticos. Este facto suscitou grande agitação, dentro e fora das fileiras do regime. Dezenas de milhar de pessoas aderiram ao recém-criado M.U.D. (Movimento de Unidade Democrática), espécie de Frente Popular contra o *Estado Novo+. Durante a

campanha eleitoral, a censura à imprensa foi grandemente aliviada, o que revelou descontentamento generalizado a várias camadas da população e um desejo de modificações revolucionárias nas estruturas.

A Oposição depressa se deu conta, todavia, de que a liberdade concedida não permitia ir muito além de declarações na imprensa. Também verificou que precisava de muito mais tempo para se organizar e poder lutar eficazmente contra o regime. Os antigos partidos haviam praticamente desaparecido. A Maçonaria

Os acontecimentos

349

ria fora extinta. Só o clandestino Partido Comunista tinha quadros e possibilidades de acção, o que lhe concedia grande força e capacidade de manobra. Assim, os oposicionistas responsáveis pela marcha da campanha solicitaram do Governo o adiamento do acto eleitoral. Quando Salazar recusou, a Oposição decidiu abster-se de participar. Todos os candidatos propostos pela União Nacional foram, conseqüentemente, eleitos sem contestação, como antes (1934, 1938, 1942). Pouco tempo depois, uma

vasta perseguição, visando todos aqueles que haviam subscrito as listas de apoio ao M.U.D., mandou para a cadeia algumas centenas de pessoas, demitiu outras de cargos públicos (incluindo oficialidade de terra e mar) e colocou sob vigilância policial outras muitas. A Polícia Secreta era, ao mesmo tempo, reorganizada e aperfeiçoada nos seus métodos, passando a ser conhecida como P.I.D.E (Polícia Internacional e de Defesa do Estado). Todo o maquinismo repressivo sofreu melhoramento. Parecia claro que Salazar não contara com um movimento oposicionista tão generalizado e se sentia, ao mesmo tempo, encolerizado e receoso.

A partir de 1945, a existência de uma oposição tomou-se inegável. Expressou-se de variadas maneiras, geralmente pouco eficientes, no plano prático, mas passou a constituir um pesadelo constante para o regime. Em 1946, eclodiu uma revolta militar no Norte (com uma marcha do Porto à Mealhada), a primeira em dez anos. Embora fosse fácil ao governo sufocá-la, ela abriu nova era de conspirações e tentativas de revolta, todas, aliás, fracassadas. Em 1947, uma das mais

importantes dentre estas revelou a existência de uma vasta participação militar, com o possível apoio do próprio Carmona, cansado, ele também, da ditadura opressiva de Salazar. O principal reflexo da oposição ao regime, todavia, verificou-se de quatro em quatro anos, sempre que se realizavam eleições legislativas, ou nos períodos de escolha do chefe do Estado. Durante o mês de campanha, o Governo reduzia a censura a um mínimo, permitia ataques frontais ao regime e autorizava a Oposição a exhibir as suas forças e a sua capacidade. Como, porém, não se efectivavam modificações na lei eleitoral, não se garantia a liberdade de voto nem se

350

O *Estado Novo+

alargava o recenseamento, os candidatos oposicionistas, ou desistiam nas vésperas do acto, ou aceitavam concorrer nas condições desiguais que lhes eram permitidas, e perdiam. Foi o que aconteceu em 1949, 1951, 1953, 1957, 1958, e 1965. As campanhas eleitorais tomaram-se uma questão de estratégia para a Oposição e a sua própria razão de existência; mas tornaram--se também uma hábil válvula de escape para Salazar e o regime poderem dominar o País, e uma excelente arma de propaganda para convencerem as nações estrangeiras de que a situação politica portuguesa nada tinha de fascista e contava com o apoio popular. A Oposição foi, por outro lado, empurrada para o caminho, julgado possível, da legalidade, o que a enfraqueceu em combatividade revolucionária e a dividiu quanto à melhor maneira de derrubar o *Estado Novo+.

E~CS Até 1949 o regime passou, sem qualquer dúvida, por uma de 1949 grave crise. Muita gente pensava que os Aliados iriam adoptar,

para com Portugal, a política de boicotagem que tinham posto em prática em relação à Espanha. As Nações Unidas opuseram-se à admissão do País no seu seio. A atmosfera interna caracterizava-se por certa tensão, os boatos fervilhavam, abortaram conspirações e registava-se crescente repressão. Professores dos vários graus de ensino foram demitidos. O campo de concentração do Tarrafal reabriu as suas portas a fim de receber presos políticos, na sua maioria comunistas ou simpatizantes. As eleições presidenciais de 1949 - Carmona fora reeleito em 1942 sem contestação - o M. U. D. propôs o idoso general Norton de Matos como candidato oposicionista. Contrariamente ao que muitos pensavam, Norton levou a efeito uma campanha vigorosa, auxiliado por um corpo notável de conselheiros. Denunciou todos os fracassos e contradições do Salazarismo, apontou os males da repressão e da censura permanentes, e anunciou a sua intenção de restaurar um regime democrático se fosse eleito Presidente. Muitos portugueses acreditaram numa possível vitória eleitoral de Norton de Matos, e o próprio Salazar pode tê-lo também receado. Porém, sem quaisquer garantias de que houve~ liberdade de votar e sem conseguir a reforma dos cader-

Os acontecimentos

351

nos eleitorais, o candidato do M. U. D. retirou-se da corrida alguns dias antes da votação. Carmona foi, nestes termos, reeleito uma vez mais. Todavia, em várias regiões de Angola, onde o prestígio de Norton se mantinha, e onde a concorrência às urnas prosseguira até ao fim, a Oposição o ganhou maiorias.

1949 quis dizer o ponto máximo numa frente unida contra o *Estado Novo+. Não tardou que os seus componentes, comunistas, socialistas, moderados, velhos democráticos, levassem as disputas internas ao ponto da cisão, no combate pela preeminência, estratégia a adoptar e objectivos a atingir. A lembrança da 1.ª República e o facto de que as únicas personalidades com prestígio e ainda algum eco popular eram os velhos políticos de vinte e cinco anos atrás envenenavam a oposição portuguesa com questões pessoais e partidárias, rivalidades e ideais obsoletos, impedindo-a de se adaptar aos tempos modernos e de propôr à Nação qualquer coisa de definido, claro e atraente. Para muitos, derrubar o regime significaria apenas riscar, de um traço, toda a legislação posterior a 1926. Mas, para muitos outros, toda a sorte de interesses havia resultado dessa legislação e das suas efectivações reais. Destas dissensões beneficiava o

Partido Comunista, único organizado e disciplinado, propenso a registar adesões das camadas jovens e a falar uma linguagem ajustada à época em que se vivia. Em cada acto eleitoral, o Partido Comunista tendia a marear a sua posição, comandando nos bastidores e actuando isoladamente em função do' que julgava serem os seus interesses e os do País. Este facto contribuiu ainda mais para fraccionar o M.U.D. e para alimentar a propaganda governamental com pasto abundante e eficiente.

Quando Carmona morreu, em Abril de 1951, as eleições que se seguiram apresentaram pouco perigo para a Situação. Os mo- Eleições se de 1951

derados propuseram o almirante Quintão Meireles, antigo ministro da Ditadura no ministério Vicente de Freitas (1928-29), um dos muitos que entendiam haverem Salazar e a sua gente traído a revolução. A Esquerda apresentou Rui Luis Gomes, matemático e professor universitário de nome. O Supremo Tribunal de Justiça, contudo, negou-lhe o seu placet, acusando-o de comu-

352

O *Estado Novo+

nista. Quintão Meireles, por sua vez, retirou-se da campanha nas vésperas do acto eleitoral, como de costume. O candidato do Governo, general Craveiro Lopes, foi eleito sem oposição.

Estabilidade Por essa altura, o regime vencera indubitavelmente a sua primeira crise séria e fortalecera até a sua posição. Receando

um controle comunista da Península Ibérica e decididos a não correrem qualquer risco, os Aliados ocidentais passaram a

apoiar o *Estado Novo+. Portugal tornou-se membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (O.T.A.N.) desde 1949, surgindo no tablado internacional como um dos defensores do mundo livre. Para se ir ao encontro da opinião pública internacional e das crescentes críticas ao colonialismo, a Constituição foi alterada, modificado o Acto Colonial de 1930 e introduzidas mudanças no estatuto dos indígenas bem como na designação oficial das colónias, crismadas em *províncias ultramarinas+. Em 1955, a conjuntura internacional permitiu a entrada de Portugal nas Nações Unidas, por acordo entre a União Soviética e as potências ocidentais quanto ao número de estados, comunistas e não comunistas, a admitir. No País, intensificou-se a política de obras públicas, fomentou-se a industrialização e elevaram-se salários. A estabilidade ao nível governamental aumentou ainda. Vários chefes de Estado e ministros estrangeiros visitaram Portugal. Ao mesmo tempo, a repressão continuava ou intensificava-se até. A torre de marfim em que Salazar estava encerrado endurecera, à medida que o Presidente do Conselho ia envelhecendo e perdendo contacto com os níveis inferiores da administração e o público em geral. Em 1940, Salazar abriu mão da pasta das Finanças, largando, depois, a da Guerra (1944) e a dos Negócios Estrangeiros (1947). Ficou apenas sendo chefe do Governo. Nestes termos, tornou-se mais fácil para um grupo de favoritos e de conselheiros hábeis rodearem-no estreitamente e influenciarem-no com predomínio. Parece que, também, e como consequência natural, a corrupção no seio da administração pública terá aumentado.

O coronel Fernando dos Santos Costa, ministro da Guerra desde 1944 e, durante muito tempo, tido como o *homem forte+

Os acontecimentos

353

do regime, emergiu a pouco e pouco como um dos favoritos de Salazar e seu possível sucessor. Alinhando na Extrema Direita, monárquico, foi ele quem provavelmente influenciou o Presidente do Conselho a reabrir a questão monárquica e a chamar a Portugal o pretendente Duarte Nuno (neto de D. Miguel), autorizando-o, e à família, a residirem no País, tolerando que os Monárquicos se organizassem e fizessem a sua propaganda (em contraste com a atitude repressiva face aos grupos da Oposição) e mencionando até a possibilidade de *solução monárquica+ num

dos seus discursos. A tensão existente entre Carmona e Salazar pode ter sido uma das razões que levaram o Presidente do Conselho a apoiar os Monárquicos outra vez.

Com o ano de 1958 teve início a segunda grande crise política do regime. A crescente insensibilidade de Salazar e a sua

A crise política
1958

incompreensão perante o mundo em que vivia começava a provocar reacção, não só nas fileiras oposicionistas mas também entre os neutros politicamente e até os próprios adeptos da Situação. No seio da União Nacional, adquirira algum vulto uma ala mais liberal, que pedia maior abertura do espectro político, de forma a poder englobar um número alargado de aderentes ou simpatizantes. Essa ala pretendia modificações ou reformas nos métodos administrativos, nas opções governativas (quer em relação ao País quer ao Ultramar e ao estrangeiro) e na atitude face à Oposição. Amadurecera uma geração de técnicos e de intelectuais, sem responsabilidades nem ligações com os primeiros tempos do regime de Salazar. Essa geração estava disposta a colaborar com o Governo em tarefas e responsabilidades mas pretendia as actualizações que julgavam indispensáveis aos tempos correntes. Respeitadores e admiradores de Salazar e sua obra, desconheciam o passado histórico, aceitando o que lhes era afirmado pela propaganda oficiosa acerca do período parlamentar anterior ao *Estado Novo+.

Nos finais da década de Cinquenta, muitos dos defensores da necessidade e inevitabilidade de reformas na estruturí do regime viam em Marcelo Caetano um dos homens capazes de as

pôr em execução. Professor da Faculdade de Direito e historia23

354

O *Estado Novo+

dor, Marcelo Caetano era, sem dúvida, um dos mais competentes e respeitados defensores do *Estado Novo+. Fizera parte do Governo duas vezes, a primeira em 1944-47 como ministro das Colónias, e a segunda, em 1955-58 como ministro da Presidência.

As eleições presidenciais de 1958 revelaram, sem sombra de engano, as dissensões adentro do regime. O Presidente Craveiro Lopes que, segundo parece, tentara um pouco mais de autonomia para a função presidencial, recusou-se ou foi rejeitado como candidato a um segundo mandato. Em vez dele, Salazar fez escolher o almirante Américo Tomás, seu ministro da Marinha desde havia catorze anos. A oposição centro-esquerda escolheu, por pressão de António Sérgio, o general Humberto Delgado, oficial-aviador no activo e ao tempo Director Geral da Aeronáutica Civil. Delgado fora outrora um partidário acérrimo da Ditadura e admirador de Salazar. A Extrema Esquerda indicou o nome do advogado Arlindo Vicente.

Delgado mostrou ser o homem adequado às circunstâncias. Demagogo e exaltado, contactou facilmente com as massas populacionais, suscitando enorme entusiasmo em todo o País. A Esquerda depressa se deu conta do carisma de Delgado, renunciando à sua candidatura à parte e alinhando atrás dele. Tal como em 1949, o regime receou não sobreviver perante a autêntica bola-de-neve que a acção de Delgado ia causando, e preparou uma possível acção militar em caso de vitória ou de excessiva ameaça oposicionista. Embora sem garantias de liberdade de voto e

sem possibilidade de controle das urnas, Humberto Delgado decidiu ir até ao fim. Os números oficiais deram-lhe um quarto do total dos votos (ganhou aqui e além, sobretudo numas quantas cidades de Moçambique), mas o general sempre alegou ter triunfado nas eleições e ser ele, portanto, o legítimo chefe dos Portugueses.

Findo o acto eleitoral, a repressão intensificou-se uma vez mais. Delgado foi demitido, não tardando a ter de solicitar asilo político na Embaixada do Brasil. Mais tarde e ao fim de complicadas diligências, seria autorizado a sair de Portugal, homiziando-se no Brasil e na Argélia. Muitos dos seus partidários foram igualmente demitidos, presos ou julgados. O bispo do

Os acontecimentos

355

Porto, que escrevera uma carta a Salazar insistindo sobre mudanças de método e política governamentais, teve de deixar o País também. Uma modificação ministerial (Agosto de 1958), se sacrificou Santos Costa - tornado incómodo em excesso, até para Salazar - excluiu, igualmente, Marcelo Caetano.

O período de agitação política prosseguiu durante algum tempo. Parte dos Católicos mais progressistas passou a intervir activamente em questões políticas e a lutar contra um regime que - segundo diziam - prejudicava a Igreja, alienando-lhe as simpatias de números cada vez maiores de indivíduos e travando-lhe a marcha indicada pelos novos tempos. Em Março de 1959, uma rebelião esteve para eclodir em Lisboa, com a participação decisiva de grupos católicos. Em Janeiro de 1961, a situação complicou-se com a captura do paquete Santa Maria por exilados políticos luso-espanhóis, chefiados por Delgado e Henrique Galvão, outro antigo militante situacionista que já se salientara como conselheiro do almirante Quintão Meireles, dez anos atrás. A captura tinha ligações com uma revolta que eclodiu, de facto, em Angola, em Fevereiro do mesmo ano (ef. cap. XIV). Em Abril de 1961, o próprio ministro da Defesa, general Botelho Moniz, tentou um golpe-de-estado contra Salazar, que fracassou. Em Dezembro, as possessões portuguesas na Índia - Goa, Damão e Diu - ameaçadas desde havia tempo, sofreram invasão pelo exército indiano que depressa as conquistou, com diminuta perda de sangue, facto que abalou consideravelmente o prestígio do regime. Em 1 de Janeiro de 1962, rebentava em Beja nova rebelião militar, que depressa foi sufocada, mas que custou a vida ao Subsecretário de Estado do Exército, Jaime Filipe da Fonseca. Finalmente, de Março a Maio, um movimento estudantil de grande envergadura sacudiu o País, sobretudo a partir da Universidade de Lisboa. Incluiu greves, manifestações, protestos e prisões em massa. Nos seus começos, o então reitor da universidade, Marcelo Caetano, conquistou certa popularidade por se ter indisposto com o Governo e resignado as suas funções por entender haver sido violada a autonomia universitária.

356

O *Estado Novo+

Contudo, foi ainda possível a Salazar emergir vitorioso de toda esta crise e iniciar novo - e último - período de estabilização. Medidas repressivas multiplicaram-se sobre estudantes e professores. Muitos foram expulsos da universidade e impedidos de prosseguir nos seus estudos, quer perpetuamente, quer durante períodos mais ou menos longos. Centenas foram presos, julgados e condenados. Alguns professores foram demitidos, outros obrigados à demissão sob diversos pretextos. As universidades continuaram a luta nos anos seguintes, mas com menos vigor. Completamente dividida, a Oposição deixou de constituir ameaça séria ao regime. A partir de 1962, praticamente cada ano presenciou o nascimento de mais um grupo oposicionista, em

geral ligado ao Marxismo, e caracterizando-se por ataques ferozes a todos os outros grupos adversos ao regime.

Em 1965, o almirante Américo Tomás foi reeleito presidente, sem oposição. Decidido a não correr mais riscos, Salazar fizera alterar a Constituição (1959), tomando a eleição presidencial indirecta e entregando-a a um corpo disciplinado de eleitores, em vez de a confiar ao povo.

O problema O problema principal fora agora transferido da Metrópole ultramarina para o Ultramar, onde as revoltas africanas, os actos de terrorismo e a participação estrangeira preocupavam toda a gente. Começaram guerrilhas na Guiné (1963) e em Moçambique (1964), além das de Angola, efectivas desde 1961. Em Macau, os Comunistas impuseram a sua vontade (1966), embora tolerando uma soberania portuguesa teórica. Aumentou o número de anos de serviço militar obrigatório, intensificando-se o recrutamento. A maior parte dos recrutas e dos oficiais milicianos passou a estacionar um mínimo de dois anos em qualquer dos territórios ultramarinos. O problema colonial serviu também para isolar Portugal dos outros estados, particularmente no seio das Nações Unidas. Contudo, uma vez mais a política externa do regime levou a melhor, quer explorando habilmente todas as dissenções entre as potências ocidentais e os estados africanos, quer oferecendo compensações de tipo económico ou militar e permitindo investimentos estrangeiros em larga escala, tanto na Me-

Os acontecimentos

357

trópole como nos territórios ultramarinos, quer ainda autorizando o estabelecimento de bases a outros países da O. T. A. N. (Alemanha, França). Ao mesmo tempo, passou a conceder-se redobrada atenção ao Ultramar, multiplicando-se os investimentos por parte do Estado, desenvolvendo-se os recursos locais como nunca antes, e fomentando-se o progresso da educação. O ministro do Ultramar, Adriano Moreira, um ex-esquerdista, teve papel relevante em toda esta política e, durante um curto espaço de tempo (1961-62), foi encarado como

possível sucessor de Salazar. A emigração de Portugal para Angola e Moçambique aumentou consideravelmente em toda a década de Sessenta, duplicando e mesmo triplicando o número de eplonos brancos lá estabelecidos.

Pelos finais do decénio, e mau-grado todas as aparências de ordem e de tranquilidade, ninguém podia negar que o regime já não era o que antes fora. A divisão minava-lhe as fileiras, ao passo que a óbvia senilidade de Salazar prejudicava gravemente a administração e a política em geral. A situação era praticamente controlada pela censura e pela P.I.D.E. Em Fevereiro de 1965, o general Humberto Delgado caía assassinado, ao tentar entrar clandestinamente no País pela fronteira espanhola. A responsabilidade do atentado, que desprestigiou o regime dentro e fora de Portugal, atribuiu-se geralmente à Polícia Portuguesa com a cumplicidade da espanhola, e no dizer de muitos, do próprio Partido Comunista Portuúuês, ameaçado de perder controle entre os grupos de exilados. Em 1968, o chefe oposicionista Mário Soares era deportado para S. Tomé, facto sem precedentes desde a década de Trinta. A repressão caracterizou o final do Salazarismo como nos tempos áureos do seu estabelecimento e radicação. Para muitos, tornou-se evidente que algo teria de mudar num futuro próximo.

A mudança ocorreu da maneira menos esperada. Nos primeiros dias de Setembro de 1968, Salazar caiu de uma cadeira, batendo com a cabeça no chão. Resultou-lhe um coágulo de sangue no cérebro que teve de ser operado. Em 16 do mesmo mês, uma hemorragia cerebral punha fim às esperanças dos seus par-

358

O *Estado Novo+

tidários de o verem retomar funções de comando. Em 27 de Setembro, perdidas todas as ilusões, o Presidente Américo Tomás chamava ao poder Marcelo Caetano. Chegara ao seu termo um período de quarenta anos de governo quase absoluto, o mais longo da história portuguesa desde o reinado de D. João V.

Bibliografia- Não existe qualquer história do Estado Novo em conjunto, que possa aqui ser citada, sem reservas ou com elas. Para o período até 1934, vejase a História de Portugal, de Damião Peres, Suplemento, Porto, Portucalense, 1954-58. Para o período posterior, até 1950, pode utilizar-se, como registo dos factos, a obra Cinquenta Anos de História do Mundo, vol. II, Lisboa, Editorial Século, 1953.

Do lado do Estado Novo, vejam-se também os Anais da Revolução Nacional, direcção de João Ameal, 5 vols., Lisboa, 1948-56. Há um excelente documentário sobre a Exposição do Mundo Português, publicado pelo Secretariado Nacional da Informação em 1956, com prefácio de Eduardo Brazão.

Do lado da Oposição, a bibliografia é vasta, mas muito desigual em

seriedade e historicidade. Para os anos de 1926-35, vejam-se elementos em

O General Sousa Dias e as Revoltas contra a Ditadura, 1926-31, organiz. de A. H. de Oliveira Marques e A. de Sousa Dias, Lisboa, Dom Quixote, 1975 assim como, organizados também por A. H. de Oliveira Marques, em

A Unidade da Oposição à Ditadura, 1928-32, Lisboa, Europa-América, 1973, e em A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo, Lisboa, Dom Quixote, 1975. A melhor obra de conjunto, restrita ao período posterior a 1942, deve-se a Mário Soares, Portugal Amordaçado. Depoimento sobre os anos do Fascismo, Lisboa, Arcádia, 1974. As Minhas Memórias, de Cunha Leal, 3 vols., Lisboa, 1966-68, constituem outro texto de leitura indispensável. Tanto Humberto Delgado como Henrique Galvão deixaram livros publicados sobre episódios da sua vida como opositoristas, do primeiro, as

Memórias (tradução de Ricardo Madeira Romão), Lisboa, Delfos, 1974, do segundo, O Assalto ao *Santa Maria+ (tradução de Manuel Pires da F. Matos), Lisboa, Delfos, 1973. O testemunho de Alvaro Lins, Missão em

Portugal, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960, tem igualmente muita importância para o período de 1958-59.

A consulta da revista Seara Nova interessa sempre, pela abundância de documentação inserta sobre a actividade licita da Oposição.

CAPÍTULO XIV

O ULTRAMAR NO SÉCULO XX

1 - Políticas

Logo em 1911, a República criou um novo ministério dentro do Governo, o das Colónias. A palavra em si não traduzia mais do que uma moda da época, uma influência francesa acima de tudo (criara-se em França um *ministère des colonies* desde 1894), sem significar doutrina nova na administração. Do ponto de vista constitucional, as *colónias+ continuavam a julgar-se parte da nação como dantes. Para evitar mal-entendidos e contrariar boatos, o primeiro ministro dos Estrangeiros da República, Bernardino Machado (1910-11), declarou sem sombra de dúvida que o novo governo considerava as possessões ultramarinas um património tão sagrado quanto o território da mãe-pátria. Na Constituição de 1911, e em muitos outros textos oficiais, a palavra *colônia+ aparecia juntamente com a palavra *provincia+, obviamente com sentidos idênticos.

Todavia, a República veio introduzir mudanças essenciais na administração do

Ultramar. Durante cerca de uma década, princípios novos de governo colonial tentaram dar forma a uma África Portuguesa mais progressiva e suscitar o seu desenvolvimento ininterrupto.

Esses novos princípios assentavam numa ampla descentralização, tendência bem característica da ideologia republicana desde os velhos tempos da propaganda. Nos começos de 1914, o

primeiro governo Afonso Costa (pelo seu ministro das Colónias, Almeida Ribeiro) submeteu ao Congresso um projecto de lei que estabelecia as regras básicas da administração ultramarina reformada. Estas Leis Orgânicas, espécie de texto constitucional para as colónias, foram aprovadas em geral (1914) durante o governo Bernardino Machado e depois, em particular, para cada província ultramarina, durante o ano de 1917 (3.º governo Afonso Costa). Lançando os fundamentos para a descentralização financeira e administrativa, estabeleciam também normas básicas de como lidar com as populações indígenas. Aceitando em geral a doutrina exposta, nos fins do século passado, por Antônio Enes e seus discípulos, as leis de 1914-17 criavam uma espécie de direito indígena, totalmente diferente do direito português metropolitano e aplicável apenas ao estágio de civilização africano e timorense. Em cada colónia, os indígenas seriam protegidos (tutorados) pelo governador e seus delegados, mediante legislação especial. O direito privado obedeceria aos seus usos e costumes tradicionais. Não lhes eram concedidos direitos políticos, a não ser no quadro da vida tribal respectiva.

Veio a revolta sidonista (Dezembro de 1917) e veio a Grande Guerra a impedirem a execução das Leis Orgânicas. Mas logo que tomou a paz e, com ela, o regresso dos Democráticos ao poder, o governo de Sá da Bandeira decidiu-se a continuar a política de descentralização ultramarina, e a alargá-la ainda mais. Teve de se alterar a Constituição para nela caberem os novos princípios. Depois de longo debate parlamentar, as leis de Agosto de 1920 introduziram seis novos artigos no texto constitucional e modificaram um sétimo no mesmo sentido. Segundo a terminologia adoptada, as colónias portuguesas gozariam de autonomia financeira e de descentralização (fiscalizadas pela metrópole), compatíveis com o desenvolvimento de cada uma. Ser-lhes-iam aplicadas leis orgânicas especiais. As funções administrativas pertenceriam ao governador, assistido por um conselho executivo e um conselho legislativo, e fiscalizado pelo governo da Metrópole. Quando este o julgasse conveniente, atribuições executivas poderiam ser delegadas temporariamente em Altos Comissários, cujas funções seriam acumuladas com a de gover-

nador. E assim foram nomeados Norton de Matos e Brito Camacho, respectivamente Altos Comissários para Angola e Moçambique. Partiram de Portugal em princípios de 1921. O regime dos Altos Comissários duraria até 1930.

A política de autonomia colonial chegou ao seu termo com o advento do

advento do *Estado Novo+ (ef. cap. XIII). A tendência para a descentralização inverteu-se, e um sistema mais centralizado, semelhante ao que vigorava antes de 1914, voltou a aparecer. Com o fundamento de corrigir abusos e evitar tendências ditatoriais, que se haviam apontado, sobretudo em relação a Norton de Matos, sucessivos decretos restauraram ao ministério das Colónias as funções coordenadoras preexistentes. Aos Altos-Comissários voltaram a suceder governadores-gerais. Uma nova expressão, a de Império Colonial Português, começou a surgir na terminologia oficial. Toda a política do ministro João Belo (1926-27) tendeu a sublinhar a unidade política dos territórios ultramarinos, embora conservando, no plano teórico, a sua autonomia administrativa e financeira. Em relação aos indígenas não se registaram, de começo, alterações apreciáveis. Em 1926 foi publicado um Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique, regulamentando uma série de princípios já estabelecidos e aplicados anteriormente. Seria mais tarde (1927) feito extensivo à Guiné também. Alterado em 1929, este Estatuto veio a sofrer novas modificações um ano depois.

O Acto Colonial de 1930, em cuja concepção e redacção o próprio Salazar - ministro das Colónias interino durante alguns meses - desempenhou papel de relevo, corroborava os princípios básicos estabelecidos desde 1926. Concebido como um espécie de Constituição para os territórios de além-mar - e, conseqüentemente, mais amplo em escopo do que o Estatuto dos Indígenas, que não abolia -, acrescentado, mais tarde, como apêndice, à própria Constituição de 1933, introduzia algumas características ultra-nacionalistas, tão caras ao espírito de Salazar. Assim, no seu artigo 2.º, declarava pertencer à *essência orgânica da Nação portuguesa a missão histórica de possuir e colonizar territórios ultramarinos, e de civilizar as populações indígenas neles com o

preendidas+. O artigo 5.º considerava o Império Colonial Português como *solidário nas suas partes com a Metrópole+. O artigo 12.º proibia, para o futuro, o estabelecimento de companhias majestáticas, embora permitindo que as existentes pudessem vigorar até ao termo dos respectivos contratos. No artigo 13.º, defendiam-se os interesses nacionais contra os investimentos de capital estrangeiro. Outros artigos protegiam e defendiam os *indígenas das colónias+ - embora não fosse dada qualquer definição precisa de *indígena+ -, garantindo-lhes a sua plena propriedade, liberdade de trabalho e liberdade de consciência. Contudo, nos termos do artigo 20.º, ficava o Estado com a faculdade de obrigar

os indígenas a trabalhar em obras públicas de interesse geral para a comunidade, em ocupações cujo resultado lhes pertencesse, na execução de decisões judiciárias penais, ou no cumprimento de obrigações fiscais. O artigo 22^f mencionava *estatutos especiais+ para os indígenas, consoante o seu estágio de evolução, e declarava respeitar (provisoriamente, concluir-se-ia) os seus usos correntes que não fossem incompatíveis com a

moral e os ditames da humanidade.

A medida que o tempo foi passando, a política de centralização intensificou-se, até ao ponto de se condenar o regime anterior a 1926 como a-nacional. Escrevendo pelos fins da década de Trinta, o ex-ministro das Colónias (1931-35), Armindo Monteiro, acusava severamente os governos do passado republicano de* renunciarem aos seus deveres para com os territórios ultramarinos+ e, mais particularmente, o Alto Comissário Norton de Matos de usurpar poderes pertencentes ao Congresso. Nas palavras de Armindo Monteiro, *a ideia de solidariedade nacional fora riscada do direito de Angolaw

Os princípios do *Estado Novo+ sobre administração colonial ficaram também incorporados na Carta Orgânica do Império Colonial Português e na reforma administrativa ultramarina, ambas promulgadas em 1933. Dois anos mais tarde, reunia-se em Lisboa uma conferência dos governadores coloniais para intensificar o princípio da solidariedade. O Presidente Carmona visitou, pela primeira vez, S. Tomé e Príncipe e Angola (1938) e, depois, Cabo Verde e Moçambique (1939). A guerra interrompeu estas

assimilados

Políticas

365

visitas, retomadas pelos presidentes Craveiro Lopes e Américo Tomás, que atingiram todas as parcelas do património ultramarino. Outros visitantes frequentes foram os ministros das Colónias.

Toda a legislação respeitante a indígenas defendia princípios tradicionais na história de Portugal. O seu objectivo final consistia em trazer os Africanos e Timorenses *não civilizados+ para a civilização europeia e para a nação portuguesa, mediante uma

transformação gradual nos seus costumes e nos seus valores morais e sociais. As culturas locais, a organização social existente e o direito consuetudinário seriam respeitados e mantidos, mas apenas numa base transitória. Logo que os indígenas se considerassem europeizados - pelo facto de aprenderem português, frequentarem a escola e serem cristãos -, obtinham o estatuto de assimilados, sendo-lhes garantidos os direitos de qualquer cidadão português. É de notar que a condição de *indígena+ jamais foi imposta às colónias de Cabo Verde, Índia ou

Macau, cujos habitantes recebiam, ipso facto, o estatuto de cidadãos.

A política dos assimilados mostrava-se lógica de um ponto de vista europeu, mas apresentava igualmente certo número de perigos. Podia levar a circunscrever o indígena a um vasto ghetto e dificultar-lhe a saída dele. Considerar alguém *assimilado+ tinha muito de arbitrário e de incontrolável. Para mais, a maior parte dos casos de *assimilação+ verificou-se nas décadas de Trinta e de Quarenta, que foram períodos de quase estagnação na África Portuguesa. Como consequência, o número de assimilados só muito lentamente progrediu: eram uns 30 000 em Angola e pouco mais de 4000 em Moçambique, em 1950. É verdade que números como estes ficavam aquém da realidade, porquanto milhares de africanos *civilizados+ se recusavam, por sua vez, a requerer a condição de assimilado, que os obrigaria a pagar contribuições mais elevadas. Mas é verdade também que os assimilados dificilmente passavam a cidadãos de 1.ª classe, exercendo-se sobre eles uma autêntica discriminação, tanto económica como social.

366

O Ultramar no século XX

As reformas — A partir do fim da segunda Guerra Mundial, o anti-colonialismo ganhou nova dimensão. Críticos do sistema colonial português elevaram, por toda a parte, as suas vozes, denunciando a

servidão da maioria dos africanos e a estagnação económica das colónias. Para apaziguar esta primeira vaga de ataques, Salazar aprovou umas quantas alterações à sua política colonial, no começo de Cinquenta. A Constituição foi modificada, acrescentando-se-lhe a parte essencial do Acto Colonial como parte integrante (título VIII, intitulada *Do Ultramar Português+. As palavras *colónia+ e *colonial+ desapareceram por completo, cedendo o passo a *provincia ultramarina+ e a *ultramarina+. A designação *Império+ caiu a pouco e pouco no esquecimento. A condição de *indígena+ foi oficialmente definida como transitória (1951). Em 1953, surgiu a nova Lei Orgânica do Ultramar Português, seguida por um mais esclarecido Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique (1954).

Desta forma, o Governo procurou subtrair-se às disposições da Carta das Nações Unidas que estipulavam a responsabilidade e os deveres das potências coloniais para com os territórios seus dependentes. Portugal limitou-se, daí em diante, a ignorar resoluções como a tomada em Novembro de 1960, que lhe exigiam a apresentação imediata de relatórios sobre a sua administração colonial. Resoluções do mesmo tipo, votadas de tempos a tempos pela O. N. U., deparavam com sorte idêntica. Falando ao National Press Club, de Washington, em Novembro de 1967, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, afirmava que *nós [Portugueses] consideramo-nos igualmente uma nação africana, por integração e multirracismo+.

Em 1961, o Estatuto dos Indígenas Portugueses chegava ao seu termo, tornando-se,

daí em diante, todos os habitantes de Angola, Moçambique e Guiné, plenos cidadãos de Portugal. Desapareceu a condição de assimilado, sendo teoricamente concedidas às Populações africanas maiores possibilidades de olharem pelos Seus interesses e participarem na administração dos seus assuntos próprios. O ministro Adriano Moreira (1961-62) tentou reintroduzir um certo tipo de descentralização administrativa e eco-

Políticas

367

nómica, criando assembleias municipais e comissões locais, reconhecendo os conselhos das aldeias como corpos administrativos locais, concedendo terras aos habitantes, etc. Embora os princípios básicos de conversão do Africano em Europeu não sofressem alterações, começou a prestar-se mais atenção às culturas e tradições tribais, num esforço maior de estudar, analisar e até conservar práticas e instituições velhas de séculos.

A campanha internacional contra o regime de trabalho indí- Regime de gena
seguido nas possessões portuguesas (sobretudo em S. Tomé, Trabalho Angola e
Moçambique) datava dos tempos da Monarquia (ef. cap. XI).

A ética republicana, proclamando a liberdade e a igualdade para todos e denunciando toda a casta de abusos, havia, como é óbvio, de interferir no regime de trabalho seguido nas colónias. A situação era difícil, não só pelo melindre de prejudicar a colonização branca com seus reflexos no panorama económico, mas também devido à opinião generalizada de que o indígena era indolente por hábito e carecia de o obrigarem a trabalhar para fins civilizacionais. Mais ou menos todas as potências coloniais da época perfilhavam este ponto de vista, defendendo que o trabalho representava uma obrigação moral e legal.

Norton de Matos, duas vezes governador de Angola, foi o melhor representante do *new look+ republicano para com os indígenas. Como viria a declarar mais tarde, encontrou escravatura em Angola, *encoberta, camuflada, sofismada+. Era o resultado da falta de mão-de-obra e das pressões económicas à escala nacional e internacional.

Norton de Matos travou, tanto quanto pôde, o recrutamento forçado de trabalho africano. Fez suspender o código de trabalho indígena de 1911 que, em muitos aspectos, se mostrava pior que os anteriores. Proibiu os castigos corporais, publicou um copiosa série de portarias concedendo protecção oficial ao Negro, lutou contra o alcoolismo entre os indígenas, instituiu comissões para assistência local, etc. Tentou igualmente, em parte conseguindo, o repatriamento total dos trabalhadores angolanos em S. Tomé. Ao mesmo tempo ia gizando (e aos poucos executando) um

368

O Ultramar no século XX

plano de conversão dos Negros em agricultores permanentes, garantindo-lhes a posse plena das suas terras mediante um cadastro oficial da propriedade indígena, tanto particular quanto comunitária. Desta forma se edificaria uma Angola nova e se reduziria a necessidade, para o Negro, de ir oferecer o seu trabalho ao patrão branco e fora da sua terra.

O primeiro governo de Norton de Matos (1912-15) teve enorme influência no sistema tradicional de recrutamento de trabalho. Contratos livres vieram substituir as tais *formas disfarçadas+ de escravatura. Tabelaram-se e elevaram-se os salários. Nomearam-se inspectores que fiscalizassem o cumprimento dos contratos de trabalho, e verificassem as condições de vida do indígena, especialmente no que dizia respeito à alimentação, à habitação, ao vestuário e à assistência médica. Etc.

Todavia, só uma estabilidade governativa grande poderia garantir o sucesso permanente da nova política indígena. Isso não aconteceu. Demitido em 1915, Norton de Matos viu sucederem-lhe nove governadores em seis anos, o que, por si só, prejudicou todas as medidas renovadoras. Regressando, em 1921, o agora Alto Comissário imprimiu de novo à política indígena o impulso anterior, conseguindo mantê-lo mesmo para além da sua demissão final, em 1924. Mas não sofreu contestação que os seus sucessores foram incapazes de assegurar a permanência da orientação inicial, até mesmo porque a ela era contrária ou lho inculcava a Metrópole. O programa republicano exigia uma luta permanente e árdua contra a tradição, o preconceito e os interesses adquiridos, extremamente difícil de manter. Após 1926, os colonos tiveram maior liberdade do que antes para agir como bem lhes parecia. O combate contra os interesses capitalistas e a

consequente exploração do indígena afrouxou. Muita da legislação progressiva de Norton de Matos e de alguns sucessores seus foi sendo, aos poucos, posta de parte, esquecida, ou simplesmente revogada. E as tais * formas disfarçadas+ de escravatura voltaram a renascer aqui e além.

O problema do recrutamento da mão-de-obra indígena não se punha só para o binómio, S. Tomé-Angola. De Moçambique seguiam todos os anos, para a União da África do Sul e para a Rho-

Políticas

369

désia, cerca de 50 000 trabalhadores com destino principalmente às minas do Transvaal. Muitos outros passavam a fronteira clandestinamente. Não eram melhores as condições que os assistiam, mas poucos reflexos da sua quase-escravatura surgiram na imprensa estrangeira. É que o desenvolvimento económico da África inglesa dependia, em parte, da mão-de-obra moçambicana, e os

>interesses britânicos faziam calar as críticas humanitárias. Aliás, os governos republicanos esforçaram-se por melhorar as condições de recrutamento e por repatriar muitos trabalhadores, embora com menos publicidade do que na contracosta.

Um acordo firmado em 1928 autorizava o recrutamento anual de um mínimo de 65 000 e um máximo de 100 000 moçambicanos pela companhia mineira do Transvaal, números, aliás, raras vezes atingidos. Também a exportação de mão-de-obra para a Rhodésia passou a significar bastante nas receitas da colónia. Mau-grado o aumento de cuidados com assistência médica e a repatriação da grande maioria dos trabalhadores ao fim de um período de dois a três anos, as condições reais do contrato achavam-se longe de perfeitas, verificando-se uma taxa, por vezes muito elevada, de mortalidade, entre esses emigrantes (4 a 5 na década de Vinte).

Posteriormente, diversas leis - 1953, 1960, 1961, 1962, etc. procuraram impedir toda a espécie de trabalho não-remunerado, compulsivo, etc. Embora as condições de recrutamento de mão-de-obra tivessem consideravelmente melhorado de 1910 até à actualidade (sobretudo desde 1961), a exploração do obreiro negro nunca pôde ser travada de todo, devido às carências económicas e à persistência de tradições longínquas, acatadas e mesmo defendidas por muitos africanos. Uma ou outra forma de trabalho obrigatório estava sempre presente, por causa de *crises económicas+, *emergência+, ou argumentos idênticos.

O que deve salientar-se é que motivações de tipo económico, mais do que atitudes racistas, estiverem em geral por detrás das relações entre portugueses e africanos. Só em Moçambique, e nunca coerentemente, se podia encontrar um certo preconceito racista contra o Negro, devido à influência sul-africana e rhode24

siaria, apesar de todos os esforços oficiais em contrário. Exploração do trabalhador, discriminação real, conquanto ilegal, negligência no combate ao analfabetismo e outros sinais julgados típicos de um regime colonialista podiam igualmente encontrar-se na Metrópole, onde as classes chamadas inferiores eram similarmente exploradas, sujeitas a discriminação e desprezadas na sua promoção cultural. A história dos territórios ultramarinos portugueses e a política de Portugal em África no século XX têm de ser compreendidas como réplica, ampliada, da história metropolitana, com todo o seu lento desenvolvimento económico, vícios sociais de estrutura e atraso cultural. É a não compreensão deste fenómeno que normalmente leva a enganos e interpretações erradas.

Bibliografia - A História de Portugal de Damiano Peres, Suplemento, Porto, Portucalense, 1954-58, contém a factologia mais importante para o período de 1914 a 1934. Completam-na a obra colectiva, dirigida por António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, História da Expansão Portuguesa no Mundo, vol. III, Lisboa, Atica, 1940, o livro de Henrique Galvão e Carlos Selvagem, Império

Ultramarino Português, 4 volumes, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1950-53, e o manual inglês Portuguese Africa. A Handbook, editado por David M. Abshire e Michael A. Samuels, Londres, Pall Mall Press, 1969.

Para o período posterior a 1945, a bibliografia é numerosa mas dispersa e desigual em objectividade. Encontram-se dados históricos de utilidade em Ronald H. Chilcote, Portuguese Africa, Englewood Cliffs, Prentice Hal Inc., 1967, e em Eduardo Mondlane, The Struggle for Mozambique, Penguin Books, 1969. Do lado oficial português, consulte-se Adriano Moreira, Política Ultramarina, Lisboa, 1956, A Posição de Portugal em África, Lisboa, 1962, e O Caminho do Futuro, Lisboa, 1963, juntamente com muitos dos seus discursos e entrevistas. Vejam-se ainda Marcelo Caetano, Portugal e a Internacionalização dos problemas africanos, Lisboa, Ática, 1963, e A. Franco Nogueira, as Nações Unidas e Portugal. Estudo de Anti-Colonialismo, 2.ª edição, Lisboa, 1962.

Sobre problemas de trabalho e a política portuguesa de mão-de-obra colonial, consulte-se J. R. Norton de Matos, Memórias e Trabalhos da minha vida, 4 volumes, Porto, Marânus, 1945-46 (sobretudo o vol. III) e, do mesmo autor, A Província de Angola, Porto, Marânus, 1926. Para uma síntese geral, veja-se de Joaquim M. da Silva Cunha, O sistema português de política indígena. Princípios gerais, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952, e O trabalho indígena: estudo de direito colonial, Lisboa, 1954. Sobre o problema até 1920, vale a pena utilizar James Duffy, A Question of Slavery, Oxford, Clarendon Press, 1967.

2 - Da pacificação aos programas de independência

Por volta de 1910, a autoridade portuguesa era mais ou menos respeitada pelas populações indígenas de Angola, Moçambique, Guiné e Timor. A administração republicana, sublinhando a ocupação civil sobre a militar, procurou evitar, tanto quanto possível, campanhas de *subjugação+ à maneira tradicional. Pelo contrário, recomendou-se aos governadores que consagassem as suas energias a contactos pacíficos com os povos indígenas, embora sem qualquer aparência de fraqueza. Procurava-se assim substituir a imagem do conquistador, destrutivo, autoritário e odioso, pela imagem do protector, útil, paternalista e atraente. Mesmo nos casos em que a força militar se julgava inevitável, variaram os métodos e as práticas de pacificação, com menos relevo para a violência e o heroísmo e mais para a persuasão continua e a colaboração com as populações locais.

Houve, não obstante, diversas campanhas militares durante o período republicano: no norte de Moçambique até 1913, no ocidente de Timor em 1912-13, no noroeste de Angola até 1914 e especialmente na Guiné até 1915 (onde se distinguiu Teixeira Pinto com seus novos métodos de guerra, simultaneamente violenta e persuasiva). A eclosão da Guerra fomentou umas quantas rebeliões contra Portugal, tanto em Angola como em Moçambique, por

incitamento dos Alemães. Nas fronteiras de ambas as coló-

372

O Ultramar no século XX

nias, os Alemães atacaram postos militares logo em 1914, levando a escaramuças e a baixas de parte a parte. Lisboa teve de mandar à pressa expedições, duas a Angola (1914-15) e quatro a Moçambique (1914-17). Com as forças indígenas, os efectivos totais elevaram-se a uns 57 000 homens, sendo 32 000 Europeus e 25 000 Africanos. Em Angola, a luta não durou muito tempo e limitou-se a escaramuças de fronteira, marchas e contra-marchas sem grande lustro para qualquer dos contendores. Mais esforço demandou a subjugação das populações indígenas revoltadas a sul do Cunene, os Cuanhamas, os Cuamatos e os Evals. Alves Roçadas e Pereira d'Eça sucederam-se no comando das campanhas, que prosseguiram até ao Verão de 1915. Por essa época, as tropas inglesas e sul-áfricanas completavam também a ocupação da África do Sudoeste Alemã, o que pôs ponto final à guerra. Em Moçambique, a luta durou mais tempo e trouxe-nos piores resultados. Após as habituais escaramuças de fronteira, os Portugueses conheceram um curto período de sucessos, passando o Rovuma, reocupando Quionga e chegando a invadir a África Oriental Alemã (Tanganica), na Primavera e no Verão de 1916. Sucederam-se porém as contra-ofensivas de Von Lettow-Vorbeck que, até ao Verão de 1918, foi empurrando os Portugueses para sul, até perto de Quelimane, com grande soma de devastações e pouca glória para o exército nacional. Ao todo, custou a guerra em África uns 5000 mortos e mais de 10 000 feridos, entre europeus e africanos.

Na década de Vinte registaram-se ainda alguns levantamentos, greves e outra agitação aqui e além, mas com ínfima participação tribal e características muito mais económicas e sociais. Também na década de Trinta houve alguma agitação na Guiné. Pouco interferiram na vida normal das colónias, bastando a actividade da policia para os conter.

Guerra de A Guerra de 1939-45 só implicou -combates em Timor. Nos

1939-45 finais do ano de 1941, tropas@,iUstralianas desembarcaram na ilha,

ocupando-a pacificamente, apesar dos protestos do governo de Lisboa. Chegaram depois os Japoneses, com o fito de combaterem e expulsarem os Australianos. Desta vez, a invasão esteve longe de pacifica, havendo, pelo contrário, a lamentar toda a sorte

Da pacificação aos programas de independência

373

de violências e largas destruições. Aqui e ali eclodiram guerrilhas, com a

participação de grupos dispersos de australianos e timorenses e até de muitos colonos e deportados políticos brancos persistindo até ao fim da Guerra. Quando os Japoneses evacuaram a ilha, em 1945, centenas ou milhares de pessoas, incluindo muitos brancos da Metrópole, haviam morrido em combate, nos bombardeamentos ou nas prisões nipónicas. Díli e outros povoados ficaram destruídos e todo o território acusava a devastação característica das áreas vítimas de uma guerra destrutiva.

Por essas épocas nada de parecido com movimentos de independência perturbava a paz das colónias portuguesas. É verdade que, quer em África, quer na Metrópole, se associaram alguns Negros para fins políticos e se ergueram queixas contra os abusos da administração. Em 1920, fundou-se em Lisboa a Liga Africana, agrupando umas dezenas de pretos e mulatos que estudavam em escolas metropolitanas. A Liga participou na terceira Conferência Pan-Africana, reunida em Londres, e organizou em Lisboa a segunda sessão dessa mesma Conferência (1923). Em Angola e Moçambique surgiram umas quantas sociedades e publicações periódicas de negros e mulatos, reclamando um desenvolvimento mais rápido das colónias, direitos iguais entre portugueses brancos e portugueses de cor, correcção de abusos, etc. Eram tudo, porém, movimentos embrionários e de elite, sem reflexo nas massas africanas e sem conjunturas internacionais a favorecerem-nos. Aliás, o estabelecimento da censura à imprensa, em 1926, foi aos poucos amordaçando as veleidades de protesto e reduzindo associações e periódicos a actividades mais inofensivas.

Depois da segunda Guerra Mundial, o despertar do continente africano e a generalização dos movimentos de independência exerceram o seu impacto nas colónias portuguesas também. Tanto em África como na Metrópole surgiram vários grupos, mais ou menos clandestinos, de unidade africana. Por volta de 1950, alguns estudantes negros e mulatos da universidade de Lisboa reuniram-se e fizeram um plano assás preciso de indepenA Liga Africana

Começo doi movimentos independê

dência num enquadramento africano. Entre eles contavam-se os futuros dirigentes Eduardo Mondlane, de Moçambique, e Mário de Andrade, de Angola. Perseguidos pela Policia, tiveram de sair de Portugal e de buscar refúgio no exílio. Mais tarde, voltaram a Africa, onde começaram a organizar rebeliões em Angola, Moçambique e na Guiné.

O seu movimento era puramente intelectual, e escassos os contactos com as populações indígenas. Mergulhados numa vida tribal, primitiva, a esmagadora maioria dos Africanos não tinha condições para reagir a activistas intelectuais nem podia compreender os seus objectivos. Não havia qualquer consciência nacional em torno de conceitos como *Angola+ ou *Moçambique+, criações

artificiais dos fins do século XIX, que só teriam algum significado para os colonos portugueses e para os poucos mulatos e negros europeizados. Os povos da África Portuguesa, completamente divididos por diferenciações tribais e linguísticas, dificilmente poderiam ir além dos seus estreitos horizontes agrícola-pecuários de cunho local. Portanto, a única maneira possível de promover rebeliões entre eles seria fomentar ódios ráticos (de Preto contra Branco) ou explorar descontentamentos contra violências físicas por parte dos colonos.

Outra possibilidade mais remota estava na junção de forças com os movimentos anti-salazaristas, no fito de desencadear uma revolta geral contra o regime, como primeiro passo numa revolta contra o colonialismo, a vir depois. Esta hipótese parece ter sido aceite por alguns grupos oposicionistas portugueses - sobretudo entre exilados - embora se pergunte até que ponto esses grupos aceitariam a aliança para além de uma mera estratégia política que derrubasse o *Estado Novo+. Fbssse como fosse, o antigo conselheiro e protegido de Salazar, capitão Henrique Galvão, teve acção decisiva na organização de uma revolta sincronizada, tanto de anti-salazaristas como de activistas independentes negros em Angola. Os seus planos iam ainda mais longe, visto incluírem uma união anti-fascista ibérica, que ergueria a bandeira de uma Espanha livre e de um Portugal livre nas colónias de Fernando Pó e Rio Muni, antes de o fazer em Angola. Era com este objectivo que o paquete *Santa Maria+ foi assaltado e

Da pacificação aos programas de independ~

375

desviado da sua rota nas águas do Caribe, na extraordinária e rocambolesca aventura de Janeiro de 1961.

Todavia, se os planos de Galvão fracassaram, o mesmo não As revoltas aconteceu com a revolta angolana. Em Fevereiro de 1961, algu- e`M A0g01,O

mas centenas de filiados no M. P. L. A. (Movimento Popular de

Fig. 49 -As revoltas em Angola, 1961 (segundo René Pélissier)

1 - área da revolta de 1961 (Marco)

2 - área da revolta de 1961 (Janeiro-Fevereiro)

3 - principais infiltrações

376

O Ultramar no século XX

Libertação de Angola), dirigidos por Mário de Andrade, passavam ao ataque armado de prisões, quartéis e estação emissora de Luanda. O Governo, porém, conhecedor das linhas gerais da trama revolucionária e que, com fitos de prevenção,

reforçara já as guarnições angolanas enviando tropas da Metrópole além de ter procedido à prisão de centenas de suspeitos e tomado outras medidas de alerta -, pôde controlar a situação e repelir os atacantes. Um sentimento generalizado de medo entre os colonos levou à morte de muitos negros e à fuga de numerosos outros, parte dos quais se foi juntar aos rebeldes. Em Março, tribos do norte de Angola revoltaram-se com o auxílio ou instigação de Congolezes, massacrando selvaticamente centenas de colonos e suas famílias. Toda esta situação levou à repressão violenta por parte das autoridades e dos próprios colonos, apoiados por elas, aliás com o auxílio de não poucos indígenas. Centenas, senão milhares de negros, parece terem perecido, à medida que operações de *limpeza+ em larga escala se realizavam em aldeias indígenas, com a fuga conseqüente de milhares de africanos para o vizinho Congo. Diz-se que o levantamento do Norte se deveu, sobretudo, a outro grupo angolano, a U. P. A. (União das Po~ções de Angola), dirigida por Holden Roberto, rival de Mário de Andrade.

As revoltas de 1961 levaram muita gente a acreditar, dentro e fora do País, que os dias do colonialismo português estavam contados e que a concessão da independência a todas ou quase todas as possessões ultramarinas ocorreria num futuro breve. Começaram guerrilhas no norte de Angola, com algum território efectivamente ocupado pelos guerrilheiros durante o ano de 1961. Difundiram-se amplamente relatórios das atrocidades que se diziam cometidas pelos Portugueses. O caso português atraíu, por assim dizer, a atenção mundial.

Contudo, os insurgentes, como as nações estrangeiras em geral e outros muitos dentro do País, subestimaram a tenacidade do Governo e a capacidade da própria nação em tentar resolver o problema por via militar e por outros meios também. Tropas em vastos contingentes, relativamente bem organizados e equipados, largaram de Lisboa em vagas sucessivas. A P. I. D. E. não

Da pacificação aos programas de independência

377

demonstrou menor actividade, aumentando os seus efectivos em África, até ao ponto de superarem os da Metrópole. A princípio, o controle em Angola foi conseguido pela força e pelo terror. Mas o Governo depressa se deu conta de que outros meios eram necessários também. Canalizaram-se verbas para o Ultramar como nunca anteriormente. Prestou-se finalmente atenção a reclamações e pedidos velhos de décadas. Garantiram-se aos Negros todos os direitos, ao lado de melhores ocupações e de salários mais elevados. Beneficiaram a instrução e os serviços sanitários. Intensificaram-se as obras públicas. Em menos de dez anos, fez-se mais para promover o desenvolvimento do Ultramar do que nas três décadas anteriores. Citando Douglas Wheeler, *a atmosfera de Luanda em 1966-67 pode reflectir-se nas propostas, meio a sério, de que Portugal levante um monumento à catana... a fim de honrar o instrumento do que muitos consideram um *milagre+

económico em Angola+. Ao mesmo tempo, a política externa de Salazar visava obter o apoio da O. T. A. N. para a situação portuguesa - o que só indirectamente conseguiu -, convencendo as potências ocidentais das vantagens insubstituíveis da presença portuguesa em África, apertando os laços com estados sul-africanos e, ao mesmo tempo, facilitando os investimentos de capitais estrangeiros. Esta política foi, em geral, coroada de êxito. A África do Sul e a Rhodésia tornaram-se os melhores aliados de Portugal em África, mas até alguns estados negros, como o Malawi e a própria Zâmbia, aceitaram colaboração com Portugal devido a vantagens económicas e a assistência técnica. Fazendo figura de grande potência em África, com o segundo maior contingente de brancos a sul do Sahara, Portugal desenvolveu uma política extremamente hábil, que impediu boa dose de auxílio às três causas da independência.

Não obstante, a actividade das guerrilhas não diminuiu..Pelo contrário, até se incentivou com o início de rebeliões na Guiné (1963) e no norte de Moçambique (1964). Em situação oposta à de Angola, onde a divisão interna minava os rebeldes (em 1967 podiam contar-se cinco grupos principais, sub-divididos em mais de uma dúzia de unidades partidárias), tanto a Guiné como Mo-

çambique correspondiam a organizações revolucionárias quase unificadas. Na Guiné, o P. A. I. G. C. (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde), com Aníbal Cabral como dirigente supremo (secretário-geral) e quartel-general em Conakry (República da Guiné) controlava a situação do lado dos insurgentes. Em parte devido a isto, em parte devido ao esparsa povoamento europeu da Guiné, a guerrilha progrediu com rapidez, pretendendo os rebeldes o domínio efectivo de um terço a metade de todo o território (embora excluindo quaisquer cidades) nos fins da década de Sessenta. Em Moçambique, a unidade africana pôde também conseguir-se sob o comando inteligente de Eduardo Mondlane e da sua FRE.LIXO. (Frente de Libertação de Moçambique) com sede em Dar-es-Salaam (Tanzânia). A FRE.LIMO desenvolveu sobretudo as suas actividades no norte do território, entre os rios Rovuma e Lúrio, exactamente onde a ocupação portuguesa se mostrara sempre mais reduzida. Contudo, o assassinio de Mondlane, em 1969, infligiu um golpe considerável na causa da independência.

Por volta de 1968, mais de 100 000 soldados portugueses actuavam nos três territórios. Eram, no entanto, raras as confrontações abertas, e a grande maioria dos militares regressava à Pátria sem nunca ter visto nem ouvido o inimigo. O resultado traduzia-se no número relativamente pequeno de baixas: 1653 mortos em combate desde 1961 até 31 de Dezembro de 1968. As baixas por desastre atingiam talvez o dobro desse número, o que elevava o total dos mortos a cerca de 5000, ou seja, tantos (em oito anos) quantos durante a I Guerra Mundial, só na África Portuguesa. Em muito maior número eram, evidentemente, os feridos graves, sobretudo os mutilados. Contudo, e de uma maneira geral, podia dizer-se que o impacto da guerra como fantasma sanguinário nas duas grandes colónias e na

Metrópole se mostrava ténue, excepto como meio de agitação política. Pelo contrário, a guerra trazia prosperidade e um melhor nível de vida a milhares de soldados, que recebiam pagamentos superiores aos que teriam na Pátria. Acrescido à intensa propaganda nacionalista, levada a efeito pelo Governo e à mentalização exer-

Da pacificação aos programas de independência 379

cida nos quartéis, este facto tomava a guerra, senão popular, pelo menos não inteiramente odiada.

As possessões mais pequenas não estiveram isentas de agitação. Possessões menores. Em S. Tomé, um levantamento de trabalhadores africanos

(1953), causado pelas deficientes condições de trabalho, levou a repressão violenta por parte das autoridades mas também a algumas tentativas de ir ao encontro das reivindicações obreiras. No Golfo da Guiné, as forças armadas da recém-criada República do Dahomey expulsaram os poucos residentes portugueses da fortaleza de S. João Baptista de Ajudã, depois do gesto romântico do seu comandante, que deitou fogo ao edifício antes de se render (1961). Na Índia, o governo de Nehru, tentou em vão, durante anos, uma retirada voluntária de Portugal dos territórios de Goa, Damão e Diu, que os Indianos comparavam aos pequenos territórios franceses, pacificamente evacuados. O Governo português, todavia, alegando que Goa, Damão e Diu faziam parte integrante da mãe-pátria e não podiam ser alienados, fechou os ouvidos a todas as propostas. Na década de Cinquenta, os Indianos organizaram diversas *invasões+ pacíficas (satyagrahas), a que os Portugueses respondiam invariavelmente a tiro aprisionando os *invasores+. Em 1954, os dois pequenos enclaves de Dadrá e Nagar-Avelly (distrito de Damão) foram permanentemente ocupados pelos Indianos. Portugal levou o caso às Nações Unidas e ao Tribunal Internacional da Haia (1955). Por fim, Nehru deu-se conta de que só pela força conseguiria expulsar os Portugueses. Em Dezembro de 1961, tropas indianas invadiram e ocuparam Goa, Damão e Diu. Completamente submergidos por forças várias vezes superiores às suas, os Portugueses ofereceram apenas uma resistência simbólica, acabando o governador Vassalo e Silva por ordenar uma rendição geral. Alguns meses depois, efectivava-se o repatriamento de todos os Europeus e de milhares de Goeses que preferiram escolher a nacionalidade portuguesa. Chegado a Lisboa, Vassalo e Silva e o seu estado maior foram condenados e banidos do Exército.

Em Macau, a oposição entre a ideologia oficial portuguesa e a ideologia marxista chinesa levou à intervenção da China e à

sua quase ocupação da cidade. As pressões chinesas começaram na década de

Cinquenta; em 1955-57 foram elas já que impediram as comemorações oficiais dos quatrocentos anos de domínio português, sob a alegação de que Macau constituía sempre parte integrante da China. Na década de Sessenta, a propaganda maoísta inundou a pequena colónia. Quando as autoridades procuraram resistir e obstar ao facto, a China fomentou um levantamento popular (1966), que obrigou o governo local e o governo de Lisboa a submeterem-se a todas as exigências chinesas. De então para cá, Macau passou virtualmente a ser controlada pelos Comunistas.

Bibliografia - Sobre as derradeiras campanhas de pacificação e a 1.ª Guerra Mundial na África Portuguesa, a bibliografia é assaz vasta. Vejam-se visões de conjunto na História da Expansão Portuguesa no Mundo, dirigida por António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, vol. III, Lisboa, Ática, 1940, e na História de Portugal, dirigida por Darnião Peres, vol. III, Barcelos, Portucalense, 1935, e Suplemento, Porto, Portucalense, 1954-58. Veja-se ainda a monografia digna de crédito do general M. Gomes da Costa, A Guerra nas Colónias, 1914-1918, Lisboa, Portugal/Brasil, s/d.

Também vasta se mostra a bibliografia sobre os levantamentos africanos. Na sua maioria, não merece confiança, devido à paixão partidária.

Do lado dos movimentos de independência, consultem-se: a) obras gerais: James Duffly, Portugal in Africa, Penguin Books, 1963; Ronald H. Chilcote, Portuguese Africa, Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1967; *Three Revolutions+, número especial de Africa Report sobre a África Portuguesa, vol. 12 n.º 8 (Novembro 1967); b) sobre Angola: Angola: a Symposium. Views of a Revolt, Oxford University Press, 1962; Les Angolais, editado por Robert Davezies, Paris, Editions de Minuit, 1965; Pierre Moser, La Révolution Angolaise, Tunis, Société d'Action, d'Édition et de Presse, 1966; John Marcum, The Angolan Revolution, vol. I, The Anatomy of an Explosion (1950-1962), M. I. T. Press, Cambridge, Mass., 1969; Mário de Andrade e Mare Ollivier, La Guerre en Angola. Étude socio-économique, Paris, François Maspero, 1971; c) sobre Moçambique: Eduardo Mondlane, The Struggle for Mozambique, Penguin Books, 1969; d) sobre a Guiné, Gérard Chaliand, Lutte armée en Afrique, Paris, François Maspero, 1967; Amílcar Cabral, Revolution in Guinea. An African People's Struggle, Londres, Stage 1, 1969.

Do lado do governo português, consultem-se, entre outros muitos: Angola. Curso de extensão universitária, Lisboa, 1963; Amândio César, Angola 1961, Lisboa, Verbo, 1962; Artur Marciel, Angola Heroica, Lisboa, Bertrand, 1963.

3 -0 Ultramar em meados do século

A análise demográfica de Angola e Moçambique revela o crescimento da população branca. Em Angola, havia menos de 10 000 colonos à data da proclamação da República, em Moçambique pouco mais de 5000. Vinte anos mais tarde, esses números haviam quintuplicado em ambas as

Demogr44

colónias. Seguiu-se um período de quase estagnação: 44 000 brancos em Angola em 1945, pouco mais de 31000 em Moçambique. Nas décadas de Cinquenta e Sessenta é que o crescimento se acelerou: em Angola, uns 100 000 colonos por 1955 e mais de 300 000 ao findarem os anos de Sessenta; em Moçambique, 50 000 em 1950, duas vezes este número em 1960, e cerca de 200 000 ao encerrar-se o decêmo. A população negra revelava as consequências habituais dos primeiros contactos intensivos com culturas muito mais avançadas: declinara provavelmente em Angola, de uns quatro para uns três milhões (1930), subindo depois novamente para 4 milhões (1950), perto de 5 milhões (1960) e mais do que isso no final da década. São, aliás, muito pouco de confiar estas estatísticas relativas à população indígena, anteriormente ao censo de 1940. Além de brancos e pretos, convém não esquecer os mulatos, cujo número equivalia ou superava mesmo o de brancos, nos começos do século. Ainda por 1930, era de cerca de 15 000 em Angola e 12 000 em Moçambique. Mas a sua percentagem foi constantemente baixando com a intensificação da emigração branca de

Portugal: 30 000 em Angolã na década de Cinquenta, 25 000 em Moçambique. Na costa oriental viviam também alguns milhares de Amarelos e de Indianos - 15 000 em 1950 - dedicando-se com proficiência ao comércio.

A medida que se fomentava a ida de colonos portugueses para Angola e Moçambique, assistia-se nas duas colónias a um urbanismo acentuado e a uma oposição crescente entre cidades e campo. Transpunha-se assim para o Ultramar uma características bem metropolitana. Os brancos viviam, na sua maior parte, nas cidades, rodeados por uma larga clientela de negros meio-civilizados e inteiramente seus dependentes. Os indígenas mantinham-se no campo, pouco contactando com os meios urbanos, ocupados nas suas formas tradicionais de uma agricultura rudimentar. E, como na Metrópole, as cidades dominavam a vida das duas colónias, com uma cidade-capital controlando por completo a vida dos demais centros urbanos. Era em Luanda e em Lourenço Marques que vivia mais de metade da população branca. Entre brancos e pretos, Luanda subiu de uns 15 000 habitantes (1910) para o dobro (1923), 60 000 (1940), 140 000 (1950), 225 000 (1960), quase 500 000 (1968) com uma percentagem de brancos sempre em aumento. Lourenço Marques passou de uns 14 000 (1910) para 37 000 (1928) e 78 000 (1960). Na costa oriental desenvolveu-se muito a Beira, capital da Companhia de Moçambique e segunda cidade da colónia, cuja população ascendeu de uns 3000 (1910) para 20 000 (1928) e 45 000 (1960). Outras cidades em ascensão foram Quelimane que passou a número dois (64 000 habitantes em 1950), João Belo (49 000), Tete (38 000), Vila Cabral (28 000) e Porto Amélia (21000). João Belo e Vila Cabral não passavam de aldeias insignificantes até ao fim da segunda Grande Guerra. A estrutura urbana de Moçambique variou, portanto, da de Angola, devido ao facto de a capital estar localizada demasiado ao Sul, o que impediu a polarização e centralização típicas de Luanda. Em Angola, nada de semelhante aconteceu. Benguela, segundo centro

urbano da colónia, manteve a sua insignificância frente à capital. Norton de Matos fundou praticamente Huambo (futura Nova Lisboa), que uma lei de 1928 converteria em capital teórica da colónia, mas

sem que ao facto correspondesse um acréscimo de urbanismo de vulto. Desenvolveu-se o Lobito (do nada, em 1910, para 50 000 habitantes em 1960 e o 2º lugar no panorama urbano). Nova Lásboa era a terceira cidade em 1960, com 40 000 habitantes.

O Governo procurou fomentar a emigração da cidade para o campo, ajudando o povoamento rural em certas áreas, tais como Ceta, em Angola, onde os colonos ficavam proibidos de contratar mão-de-obra africana. Apareceram também coló * agrícolas mistas (Cunene, em Angola, Médio Limpopo em Moçambique) e outras só para famílias africanas (Caconda em Angola, Inhamissa em Moçambique). Ao mesmo tempo intensificou-se, sobretudo desde o fim da segunda Guerra, a emigração de Portugal, com o resultado de que milhares de famílias passaram a transferir pessoas e bens para Angola e Moçambique, ano após ano. A emigração de estrangeiros não foi, em regra, encorajada.

Ao concluir-se a década de Sessenta, as áreas de maior densidade demográfica, tanto em Angola como em Moçambique, abrangiam as tradicionais regiões costeiras e de planalto, acrescidas de umas quantas zonas recentes ao longo das vias férreas ou de estradas. O alastrar das guerrilhas e a fixação de tropas portuguesas por todo o território contribuiu, paradoxalmente, para um melhor conhecimento de zonas remotas e para a abertura de numerosas estradas nos últimos anos.

Nas outras colónias, a população total estacionou ou declinou mesmo, na falta de uma imigração regular da Metrópole. Todas elas, à excepção da Guiné e de Timor (cujo escasso desenvolvimento não era de molde a atrair colonos), haviam atingido o limite máximo para as suas fracas possibilidades e tendiam a exportar, mais do que a importar, gente. Nenhuma delas conheceu, no período republicano, um desenvolvimento económico que pudesse estar na base de qualquer surto demográfico.

A população da Guiné cresceu continuamente, mas a um ritmo lento: 343 000 habitantes em 1926, 350 000 em 1940, 510 000 em 1950, 544 000 em 1960. Em Cabo Verde, havia quase tantas pessoas em 1950 como cinquenta anos atrás (menos de 150 000), com altos e baixos no período intermédio. Superpovoadas para

os seus recursos, as ilhas expediam era gente, e em largos números, para os

Estados Unidos, Brasil e outros países. Em S. Tomé e Príncipe, a população baixou até à década de Cinquenta (68 000 em 1910, 56 000 em 1950), subindo depois um pouco (63 000 em 1960). Atingira-se, também nelas, o saturamento. A população da Índia Portuguesa diminuiu (550 000 h em 1910, 532 000 em 1926), subiu depois, como a de toda a Índia (580 000 em 1930, 624 000 em 1940, 637 000 em 1950), para voltar a baixar no último decênio de domínio português, devido à conturbada situação política que levou à saída de milhares de pessoas com destino à União Indiana, a Moçambique e à África Oriental Inglesa. Nas vésperas da invasão, o território registava apenas 626 000 habitantes. Quanto a Macau, a sua cobertura demográfica variou grandemente, devido ao afluxo de emigrantes da vizinha China. Durante a segunda Grande Guerra, atingiu porventura as 400 000 almas ou mais. Depois, a fuga de muitos milhares frente ao avanço comunista tornou a inundar a cidade com refugiados. O censo de 1950 registou 188 000 habitantes e o de 1960, 169 000, números elevados demais para as pequenas dimensões da colónia (16 km²). Em Timor, a população cresceu até à Guerra, para depois diminuir devido às mortes e migrações: 440 000 em 1926, 460 000 em 1940, 442 000 em 1950, 517 000 em 1960.

A excepção de Macau, todas as cidades-capitais não passavam de pequenas vilas, amodorradas numa existência sem história. Em Cabo Verde, o Ilhéu levava a palma à Praia, mas a sua população não ia além das 10 000 almas em 1920. Pangim e Bissau chegaram aos 20 000 habitantes em tempos mais recentes. Em Cabo Verde predominaram sempre os mestiços, também em grande número no Estado da Índia e em Macau. Em todas as colónias, exceptuada Cabo Verde, os brancos e os mestiços preferiam a cidade ao campo, e o comércio e a administração à agricultura.

Na organização, tanto de Angola como de Moçambique e da Guiné, representou um passo importante a substituição da administração militar pela civil. Ao tempo da proclamação da República, as duas grandes colónias dividiam-se em distritos, subdi-

O Ultramar em meados do século

385

vididos em capitánias-mores, que englobavam ainda comandos militares e postos administrativos. Na Guiné não havia distritos, chamando-se às capitánias-mores residências. Em alguns distritos, existiam uns quantos concelhos, onde a densidade de população europeia era maior. Em todos os casos, e aos três níveis, a autoridade militar prevalecia sobre a civil ou achava-se mesmo identificada com ela.

Em 1911, tentou-se em Moçambique, pela primeira vez, introduzir unidades administrativas civis, em algumas regiões.

Fig. 50 -Divisão administrativa de Angola em 1912-13

25

386

O Ultramar no século XX

Contudo, foi em Angola que o governador-geral Norton de Matos sistematicamente pôs em vigor o novo princípio, criando em 1912 trinta e três circunscrições administrativas ao segundo nível, coexistindo com as capitânias-mores (dezanove), o número das quais significativamente diminuiu. Os concelhos foram elevados para dez. Aos poucos, as novas unidades civis foram-se substituindo às militares, que desapareceram quase de todo em 1921. A reforma administrativa angolana deste ano (segundo governo Norton de Matos) criou 11 distritos, 65 circunscrições e

Fig. 51 -Divisão administrativa de Angola em 1921-23

O Ultramar em meados do século

387

287 postos administrativos, além de 13 concelhos. O progresso na ocupação de Angola elevava o número de distritos para 14, o de concelhos para 14 e o de circunscrições para 82 quando Norton de Matos deixou o governo, em 1924.

Não ocorreram mudanças significativas até 1936 (embora o número de circunscrições tivesse diminuído), data em que nova reforma introduziu as províncias englobando distritos e aumentou o número de concelhos para 30, face a 36 circunscrições. A reFig. 52-Divisão administrativa de Angola em 1936

388

O Ultramar no século XX

forma de 1954 aboliu as províncias, reduziu os distritos a 13 e arrolou 55 concelhos contra 20 circunscrições apenas, o que representava um passo em frente na europeização do sistema administrativo de Angola.

Em Moçambique, foi semelhante a tendência para as circunscrições civis e os concelhos irem substituindo as unidades militares, mas a um ritmo mais lento. Dos começos do século até à década de Trinta existiram seis distritos, um deles vindo a absorver, pouco depois de 1910, o território militar (Gaza) de

Fig. 53 -Divisão administrativa de Angola em 1954

O Ultramar em meados do século

389

que fazia parte Lourenço Marques. Além deles, existiam os territórios da Companhia de Moçambique e da Companhia do Niassa. A partir de 1935, o distrito de Moçambique absorveu o território da Companhia do Niassa, extinto quando os privilégios desta chegaram ao fim, em 1929. A reforma de 1936 criou três províncias, seis distritos - uma quarta província e um sétimo distrito apareceram em 1941 com o território da CompaFig. 54 -Divisão administrativa de Moçambique em 1911-18

nhia, extinta, como companhia majestática, nesse ano - 66 circunscrições e 12 concelhos. O número de distritos subiu, mais tarde, ainda, para nove. Em 1963 desapareceram as províncias, mantiveram-se os distritos, mas o número de concelhos aumentou para 30, face a 61 circunscrições. O maior atraso de Moçam-

390

O Ultramar no século XX

bique frente a Angola deduz-se facilmente do confronto destes números.

Em Cabo Verde, na Guiné, em S. Tomé, em Macau e em Timor nunca se criaram distritos durante o período republicano. A Guiné possuía dois concelhos em 1910, número que não sofreria alteração durante várias décadas, passando depois a três, e a nove, em 1968. Timor tinha, como ainda tem, um só concelho. Ambas as colónias se foram dividindo em circunscrições tamFig. 55 -Divisão administrativa de MOÇambique em 1947

bém. Em S. Tomé, Macau, Cabo Verde, e Índia, desde os tempos da Monarquia que se impusera a organização municipal plena, o que dispensou circunscrições. No Estado da Índia existiam igualmente, desde havia muito, três distritos administrativos. Em 1963 criaram-se dois distritos em Cabo Verde.

O Ultramar em meados do século

391

A administração geral em cada colónia incluía órgãos locais, como, por exemplo, os Conselhos Legislativos, criados em 1920, e várias vezes reformados; um Conselho Económico e Social para Angola e para Moçambique; um Conselho de Governo para as colónias mais pequenas; etc. Os seus poderes variavam consoante

as circunstâncias mas eram, em geral, fracos no centralizado sistema português.

O desenvolvimento económico de todas as colónias portuguesas, mas em especial de Angola e de Moçambique, obedeceu a um ritmo irregular, épocas de crescimento alternando com períodos de crise. A conjuntura internacional foi importantíssima em tais variações. As colónias - exceptuada a Guiné - dependiam de mercados estrangeiros e de capital estrangeiro tanto

Fig. 56-Divisão administrativa de Moçambique em 1963

392

O Ultramar no século XX

Surto económico de Angola

ou mais que de portugueses. E sabe-se bem como os produtos tropicais e equatoriais flutuaram na procura mundial, com consequências trágicas nas economias das províncias.

É preciso ainda não esquecer que o desenvolvimento de regiões atrasadas depende muito de uma administração competente e de estadistas capazes e empreendedores. Um dirigente excepcional como foi Norton de Matos (1912-15, 1921-24) seguido, em certa medida, por Vicente Ferreira (1926-28) conseguiu imprimir a Angola um tal impulso que a pôs à frente de Moçambique - onde nenhum governador se lhe pôde comparar

- em penetração europeia e (mais tarde) em desenvolvimento económico. E no entanto, as receitas e as despesas públicas de Moçambique por volta de 1910 eram o dobro das da colónia da costa ocidental, com um volume total de comércio duplo também. Foi só a partir do fim da década de Vinte e na de Trinta que Moçambique começou a estagnar.

Até aos primeiros anos do século XX, a borracha constituía a exportação número um de Angola e a principal fonte dos seus rendimentos. Seguiam-se, mas a grande distância, a cera, o peixe e os couros. Tal era a situação em 1910, embora a baixa na procura de borracha selvagem - consequência da concorrência da borracha plantada - se fizesse notar desde havia tempo. A partir de 1911, as exportações de borracha caíram verticalmente e Angola experimentou um período difícil de readaptação até à Grande Guerra. O governador Norton de Matos fomentou, com sucesso, o desenvolvimento de várias culturas, relacionadas com a colonização europeia e com as formas de agricultura indígena: assim o milho e o feijão, entre outras. Também estimulou as culturas do algodão, do café e do açúcar. Na década de Vinte, tanto

* café como o algodão se desenvolveram rapidamente, enquanto

* coco, o óleo de palma e a cera constituíram outras produções importantes. O açúcar atravessava então um período de crise. Os diamantes começaram em 1921 a

ter a sua relevância também. Nas exportações de 1922 vinham já em primeiro lugar o café, seguido de perto pelos diamantes e depois, a distância, o milho, os cocos, a cera e o óleo de palma.

O segundo governo de Norton de Matos caracterizou-se por uma expansão económica geral, desproporcionada para os recursos da colónia. Uma crise de crescimento, resultado do aumento vertiginoso das despesas e do fracasso em conseguir empréstimos que as compensassem, trouxe consigo o pânico, a especulação e o pretexto para violentíssimos ataques ao governo do Alto Comissário. A sua demissão forçada, em 1924, veio piorar ainda a situação (que estava longe de catastrófica, como se dizia), porquanto os seus sucessores foram incapazes de lhe prosseguir a obra e antes contribuíram para o agravamento da crise, que só piorou com o advento do período de depressão internacional. O desenvolvimento de Angola parou praticamente e a colónia estagnou até à segunda Grande Guerra Mundial.

Nos anos de Trinta, o café passara a número um nas exportações angolanas, seguido pelos diamantes, a farinha de peixe, o milho, o algodão e o sisal. Quando a crise arruinou momentaneamente o comércio cafeeiro, os diamantes ocuparam o primeiro lugar, seguidos pelo açúcar e pelo algodão. Nos fins da década de Quarenta, o café voltara a assumir o lugar cimeiro na riqueza de Angola, posição que pôde manter até hoje. Vinham depois os diamantes, o sisal (cultura próspera devido à Guerra Mundial, à guerra da Coreia, à guerra do Vietriam e a todas as guerras em geral), o milho, o açúcar e o algodão. Nos anos de Cinquenta foi descoberto minério de ferro, que depressa enfileirou entre as fontes de riqueza do território. O mesmo sucedeu com o petróleo, objecto de exploração activa nos anos de Sessenta.

A República favoreceu os investimentos estrangeiros, concedendo-se grandes privilégios a umas quantas companhias internacionais. Foi o caso da Diamang (Companhia dos Diamantes de Angola), fundada em 1917 com capitais belgas, franceses, ingleses, americanos e portugueses, e que obteve as primeiras concessões de importância quatro anos mais tarde. Aos poucos, foi-se convertendo num verdadeiro Estado dentro de Angola, espécie de réplica da Companhia de Moçambique, embora sem autoridade administrativa. Com o exclusivo na extracção diamantífera em toda a colónia e autoridade considerável sobre milhares de km², a Diamang organizou, o seu próprio corpo de

polícia, construiu a sua rede rodoviária, e criou as suas cidades (Henrique de Carvalho, Portugália). Patrocinou também actividades culturais de interesse.

Os números do comércio externo mostram claramente os vários períodos no desenvolvimento de Angola. Até à década de 1920-30, o progresso da colónia foi escasso, com o valor das importações e das exportações subindo pouco ou até declinando durante os anos da Guerra. Não obstante, registavam-se de vez em quando balanças comerciais favoráveis e os déficits eram geralmente pequenos. A política de Norton de Matos levou a um surto considerável, tanto de importações como de exportações, que voltariam a estagnar com a crise advinda. Em 1936, Angola exportava pouco mais do que em 1924 e importava muito menos. Com a segunda Guerra, tanto exportações como importações se expandiram: os números das primeiras em 1945 quase duplicavam os de 1938, mas os de 1948 mais do que dobravam os de 1945. A expansão afrouxou um pouco de 1954 a 1961, para logo se reiniciar, com cifras espantosas de grandeza. Os números para 1967 eram o dobro dos dez anos atrás. Quanto à balança comercial, mostrou-se permanentemente positiva a partir dos anos de 30, até aos de 50. A Metrópole manteve-se sempre o principal interessado no comércio externo de Angola, embora aumentassem espectacularmente as transacções com o estrangeiro. Veja-se a evolução das percentagens do comércio com Portugal, em que as exportações da colónia baixaram de 90 % (1910) para 77 % (1913), 53 % (1923), 57 % (1923), 57 % (1933), 39 % (1943), 21 % (1953), 25 % (1963), e 36 % (1968), enquanto as importações da Metrópole se reduziam também de cerca de 90 % (1910) para 77 % (1920), 54 % (1922), 51 % (1933), 74 % (1943), 48 % (1953), 48% (1963) e 38% (1967).

Em Angola começaram, antes mesmo da mãe-pátria, os planos de desenvolvimento económico combinado. Um primeiro Plano de Fomento iniciou-se em 1938, seguido por um segundo (1945) e um terceiro (1951). Em 1953, o nascimento dos Planos de Fomento metropolitanos pôs fim aos ultramarinos, visto que aqueles abrangiam toda a área económica portuguesa, incluindo os territórios de além-mar.

O Ultramar em meados do século

395

Uma política de obras públicas mereceu a Norton de Matos a melhor das atenções, como base de desenvolvimento económico. Em 1912, havia em Angola uns 100 Km de estradas e menos de 1000 Km de vias férreas. Doze anos mais tarde, a rede de estradas atingia 25 000 Km (nove décimos das quais construídas em 1912-15 e 1921-23) e a de caminhos de ferro mais de 1500 Km. Até ao fim da década, intensificou-se sobretudo o assentamento destes últimos. A linha de Moçâmedes foi continuada até São da Bandeira (1923), enquanto a de Benguela atingia a fronteira com o Congo Belga (1929), com mais de metade do seu percurso construído desde 1926. Assentou-se ainda uma nova linha de Porto Amboim para o interior (1923-25). Posteriormente, o ritmo afrouxou: até 1933 tinham sido construídos 10 000 Km mais de estradas, mas daí por diante, até 1960, a rede

rodoviária entrou em estagnação. Só na década de Sessenta é que novo salto em frente pôde ser registado: 35 500 Km em 1960, 72 000 Km em 1967. A rede ferroviária total não ia além dos 2000 Km ao tempo da segunda Guerra Mundial. Desde então, construíram-se pequenos ramais a partir das linhas-chave, ao passo que as de Amboim, e de Moçâmedes progrediam um tanto. A rede ferroviária total abrangia 3200 km em 1965-67. Quanto a serviços aéreos, começaram a funcionar desde 1938. Na década de Cinquenta, já a maior parte de Angola tinha ligações aéreas, que não pararam de se desenvolver posteriormente.

As comunicações marítimas, quer com Portugal, quer com outros países, progrediram, dando-se início a avultados melhoramentos nos principais portos da colónia. Foi o caso do Lobito. Tal como na Metrópole, iniciou-se também a edificação de diversas grandes barragens, sobretudo nos anos de Quarenta e Cinquenta, com os fins primaciais de electrificação e irrigação.

O desenvolvimento económico de Moçambique seguiu linhas surto bem diversas. Para começar, mais de metade da colónia estava económico nas mãos de três companhias particulares, duas das quais (a de Moçam Companhia de Moçambique e a Companhia do Niassa) gozando de autonomia administrativa nos territórios que ocupavam. As regiões atribuídas a duas delas contavam-se entre as mais an-

tigas colonizadas pelos Portugueses na África Oriental e onde a penetração europeia se mostrava maior. Quer isto dizer que o

Governo português precisava de investir muito menos em Moçambique do que em Angola para obter resultados idênticos; mas também que factos puramente económicos, tais como conjunturas económicas internacionais, haveriam de afectar a colónia mais profundamente do que afectariam Angola.

Durante todo o período da 1.ª República, e além dele até 1960, as receitas públicas de Moçambique ultrapassavam, e em muito, as da colónia da costa ocidental. O mesmo acontecia com o comércio externo, se fossem somados os valores das exportações e importações da parte administrada por Lourenço Marques com os do comércio externo das companhias privilegiadas. No entanto, Moçambique contava menos europeus, uma distribuição mais irregular da população branca e uma rede vial e

ferroviária mais pequena.

No seu conjunto, as principais produções de Moçambique e suas fontes primárias de riqueza não se modificaram grandemente em cinquenta anos. Tal como em Angola, a borracha desempenhava papel de relevo ao começar o século, mas não tão exclusivo como na outra colónia. As oleaginosas (copra, sésamo, amendoim) iam-

lhe à frente - lugar que conservaram até hoje
- e o açúcar vinha perto, em terceiro lugar. Quando a borracha declinou, até desaparecer por fim, o açúcar passou a número dois, seguido pelo sisal e pelo algodão. Esta era a situação no

fim da década de Vinte, como nos fins da de Sessenta, com a única diferença de que o algodão e o açúcar trocaram posições.
O chá também se converteu em fonte de prosperidade importante.

A Companhia de Moçambique prosperou e contribuiu para o desenvolvimento da colónia até cerca de 1923. As suas exportações em regra ultrapassavam as do resto da província (incluindo a Companhia do Niassa), apesar de provirem de um sexto da área total da colónia, habitado por um décimo da sua população. O caminho-de-ferro e o porto da Beira permitiam um tráfico internacional sempre crescente. A Beira tornou-se a segunda cidade da colónia (20 000 hab. em 1928), muito adiante

O Ultramar em meados do século

397

de qualquer outra. A Companhia abriu proporcionalmente mais escolas e registava uma frequência estudantil mais elevada que a parte administrativa pela Metrópole: em 1930 contava 6402 alunos primários contra 42 868 no resto da província; em 1940, 8408 contra 72 154. Construiu novas vias férreas, ampliou consideravelmente a rede de estradas e fez vários outros melhoramentos.

Por volta de 1923-24, uma crise económica e financeira grave começou a afectar a vida da Companhia, com dramáticas consequências. As exportações baixaram em flecha, sendo os valores para 1927 um terço dos de 1922. Um ligeiro levantar de cabeça em 1928, foi prontamente derrubado pela crise mundial de 1929, que arruinou por completo o comércio externo da Companhia, sua principal fonte de prosperidade. Em 1933, as exportações eram de 0,7 milhares de contos-ouro, em contraste com os 2,6 de 1927 e com os 8,7 de 1922, que haviam marcado o climax. Embora a situação houvesse melhorado depois, as exportações não iam além de 1,3 milhares de contos-ouro em 1940, nas vésperas da integração do território na administração pelo Estado.

A história da Companhia do Niassa passou ainda por mais vicissitudes. A Companhia jamais possuiu os meios, nem talvez uma administração capaz, de levar a efeito o desenvolvimento da área vastíssima que lhe coubera, onde a penetração e a colonização europeias eram mínimas. Nunca construiu quaisquer vias férreas e só bem poucas estradas. As suas cidades *capitais+, primeiro o Ibo, depois Porto Amélia, jamais passaram de vilórias insignificantes (Porto Amélia, em 1928, tinha 1633 habitantes, dos quais só 67 eram brancos). A eclosão da Guerra teve efeitos directos na vida da Companhia, porquanto o território entre o

Rovurna e o Lúrio foi o principal teatro do conflito. Os Alemães invadiram-no, causando importantes destruições e não poucas baixas humanas, só retirando em 1918. O movimento comercial da Companhia foi sempre escasso, em constante estagnação ou declínio, com meia dúzia de anos de prosperidade apenas (1911-12; 1926-1929). Ao findar os seus dias, em 1929, as

exportações da Companhia do Niassa não iam além de 1/14 do total das da colónia, e de 1/4 das da Companhia de Moçambique.

Contudo, o território entre os rios Rovuma e Lúrio correspondia à quarta parte de toda a província, com 1/8 da sua população total. Para o governo de Lisboa, a herança da Companhia do Niassa foi sem dúvida um pesado fardo.

O sistema de descentralização preconizado pela República e o regime dos Altos-Comissários não conseguiram fomentar o desenvolvimento de Moçambique como o haviam feito em Angola. Nem o governador Álvaro de Castro (1915-18) nem o Alto Comissário Brito Camacho (1920-23), talvez os dois governantes mais enérgicos e capazes que Moçambique conheceu durante a 1ª República, se puderam comparar a Norton de Matos na sua acção em Angola. A estrutura da colónia da costa oriental, muito mais complexa que a da contra-costa, muito mais enfeudada a interesses económicos e muito mais dependente de capitais ingleses, enredava a livre actividade dos governos e travava toda e qualquer iniciativa revolucionária que não lhe pagasse tributo.

Nos anos finais da década de Vinte e na de Trinta, Moçambique estagnou um pouco, mas não tardou que as receitas públicas começassem a aumentar como nunca anteriormente. De

1935 a 1945 as receitas duplicaram, duplicando de novo nos cinco anos seguintes, e, uma vez mais, até 1955. De 1955 a 1967 tornaram a atingir o dobro, mas já então o ritmo de crescimento do território se mostrava inferior ao de Angola. A partir de 1965, as receitas públicas de Moçambique passaram a ser menores do que as do território da costa ocidental.

No que diz respeito ao comércio, uma vez mais foi a segunda Grande Guerra a grande estimuladora, conquanto a balança jamais se revelasse equilibrada, apesar do grande aumento das exportações (em 1967, iguais ao dobro das de dez anos atrás). Contudo, as receitas do comércio de trânsito, dos ganhos dos emigrantes e do turismo conseguiram converter em satisfatória a balança de pagamentos. Tudo isto significava que Moçambique pagava mais ao Estado (porque possuía uma estrutura capitalista mais cerrada e mais desenvolvida, além de uma população total superior à de Angola), embora fosse, na realidade, mais pobre em recursos económicos.

O período republicano traduziu-se, porém, para Moçambique, por um considerável desenvolvimento das infra-estruturas, em especial no apetrechamento de portos e na construção de caminhos de ferro. Tanto Lourenço Marques como a Beira ficaram em condições de dar vasão ao tráfico internacional da África do Sul e das Rhodésias. No Sul construíram-se, entre outras, as linhas de Goba, começada em tempos da Monarquia e alcançando aquele povoado perto da fronteira com a Swazilândia em 1912, No Centro, abriram-se à exploração trechos das linhas da Beira à Niassalândia e de Quelimane. No Norte começou a construir-se em 1923 a linha de Moçambique, que ligaria a costa com Vila Cabral. Ao todo, a rede ferroviária passou de uns meros 500 Km em 1910 para quase o dobro em 1920, alcançando 2000 Km em

1925- O crescimento prosseguiu nos anos de Trinta, com 2500 Km em 1935. Seguiu-se um período de certa estagnação, reiniciando-se só na década de Cinquenta o alargamento da rede:

2700 km (1955), 3200 (1960) e mais de 3500 em 1967. Também a rede de estradas se expandiu, atingindo 14 000 Km em

1928, 24 000 em 1940, 37 000 em 1955 e 38 000 em 1967. Outras obras públicas incluíram barragens, escolas, etc.

O surto industrial nos dois territórios mereceu, comparati- A indústria vamente, menor atenção. Até à década de Sessenta, Portugal seguiu uma típica política colonialista, de fomento da produção de matérias primas mas de desencorajamento de quaisquer actividades industriais nos territórios do ultramar. Assim, só as indústrias da borracha e têxtil assumiam algum significado nos fins dos anos de Cinquenta. O começo das guerrilhas veio modificar todo o panorama, trazendo consigo um rápido desenvolvimento da indústria, que ainda é cedo para apreciar do ponto de vista histórico.

Não foi uma vida fácil a das outras seis colónias, à excepção talvez de Macau e de S. Tomé. Lisboa preocupava-se com Angola e Moçambique mas por isso mesmo descurava ou esquecia as demais províncias, que eram pequenas e produziam menos. Não se mostravam brilhantes as respectivas economias e situações

Surto das possess menores

financeiras, embora em muitos casos se registassem balanças comerciais favoráveis e superavit nas contas públicas, impossíveis de obter nem na Metrópole nem nas duas colónias grandes. Cabo Verde, por exemplo, acusou orçamentos equilibrados em anos difíceis como 1916, 1917, 1919, 1920, etc. Se S. Torné baixou em, importância, nem por isso a colónia perdeu o seu lugar de

primeiro, ou um dos primeiros produtores de cacau do mundo, continuando a prosperar economicamente. A partir dos anos de Trinta, a política de *solidariedade+ entre a Metrópole e as colónias, tomadas em conjunto , somada à necessidade obsessiva de serem apresentados orçamentos equilibrados todos os anos (nem sempre, aliás, possível), quis dizer que os territórios mais prósperos tinham de pagar pelos menos prósperos, e todos de reembolsar a mãe-pátria dos seus *empréstimos+. Mas, de uma maneira geral, é possível dizer-se que as seis colónias estagnaram ou fizeram poucos progressos durante o período da 1.ª República, situação que aliás se manteria até à década de 1950-60As receitas públicas duplicaram ou mais do que duplicaram em Cabo Verde, Guiné, Macau e Timor em 1958-67, ao passo que em S. Tomé e Príncipe aumentavam mais de 50 %. Na Índia Portuguesa, as mesmas receitas haviam-se multiplicado por seis desde o final da década de Quarenta, quando os soldados da União Indiana as vieram anular por completo. Na Guiné, as exportações baixaram em flecha desde o começo das guerrilhas e da ocupação, permanente ou esporádica pelos guerrilheiros rebeldes, de vastas áreas agrícolas.

A zona A partir dos anos de Cinquenta, o governo do *Estado do escudo Novo+ concebeu uma área de mercado comum (zona do escudo)

para o conjunto de Portugal e suas possessões ultramarinas. Para esse fim, as tarifas aduaneiras seriam gradualmente reduzidas até à sua completa extinção, prevista para um período de dez anos a começar em 1962. A execução parcial deste ambicioso plano implicou, naturalmente, contactos cada vez mais estreitos entre Portugal metropolitano e todos os territórios de além-mar.

Consciente da importância das missões católicas na europeização dos indígenas, a República não impôs ao Ultramar a política anti-clerical seguida na Metrópole ou, pelo menos, não a impôs com o mesmo rigor. A Lei da Separação, de 1911, previa a retirada completa das ordens religiosas e a sua substituição por clérigos seculares. Criava ao mesmo tempo missões laicas - as chamadas missões civilizadoras - com fins educativos vazios de ideologia religiosa. Os novos missionários (dos dois sexos) seriam convenientemente preparados na Metrópole, devendo possuir um treino mínimo como professores em Portugal. Eventualmente, as missões laicas substituiriam as missões cristãs.

Nenhum destes projectos pôde ser plenamente levado a efeito. Poucos missionários pertencendo a ordens religiosas tiveram de abandonar o seu posto por causa da legislação republicana. As circunstâncias locais justificavam a sua permanência e obrigavam à suspensão provisória da lei. Poucas perseguições se registaram ou se mantiveram. Contudo, como as autoridades não protegiam nem acarinhavam as missões católicas, e muito menos as subsidiavam, desenvolveram-se a breve trecho vários centros estrangeiros de propaganda protestante e até muçulmana que

motivaram protestos e receios de *desnacionalização+. @ partir de 1919, o Governo resolveu intervir e de certa maneira dificultar a criação sem peias dessas missões. Ao mesmo tempo, garantia-se um certo apoio às missões católicas. Por outro lado, as missões laicas tiveram pouco tempo para se desenvolver e prosperar, apesar dos subsídios que a lei lhes concedia. Até 1926 -data em que as aboliu a legislação saída do 28 de Maio - só nove haviam de facto começado a funcionar em Angola e cinco em Moçambique.

O novo Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas (1926) acentuou o espírito nacionalista, tão caro à *nova ordem+. Procurou dificultar o estabelecimento de missões estrangeiras ou não-católicas, ao passo que aumentava os subsídios e abertamente favorecia as missões e os sacerdotes católicos. A Igreja ficou com o pulso livre para operar em todos os territórios ultramarinos em situação altamente privilegiada. A Concordata de 1940 (ef. cap. XIII) e o Acordo Missionário do mesmo

26

402

O Ultramar no século XX

ano, ambos assinados com o Vaticano, mais aumentaram as possibilidades da Igreja Católica na evangelização e europeização dos indígenas.

De qualquer forma, o número e o apetrechamento das missões religiosas nunca bastaram para tentar uma evangelização em massa das populações indígenas. Em Angola, as estatísticas mostravam apenas 24 missões em 1910, 49 nos meados da década de Trinta, 93 nos anos de Cinquenta e mais de 200 no começo dos de Sessenta. Em Moçambique, havia umas 25 em 1910, 30 em 1930, 60 em 1940, o dobro nos anos de Cinquenta e novamente o dobro dez anos mais tarde. O resultado era um papel limitadíssimo na educação e na civilização dos Negros. Em 1911 só havia 73 000 indígenas católicos em Angola e menos do que esse número em Moçambique. Com efectivos cinco vezes superiores, não se haviam conseguido nos meados do século mais do que 1000 000 católicos em Angola (1/4 da população total e 350 000 em Moçambique (1/15 da população), 66 000 em Timor e 19 000 na Guiné. E ainda muita gente punha em dúvida o optimismo destas cifras.

Resultado importante dos acordos entre a Igreja e o Estado após 1940 foi a completa reorganização da estrutura eclesiástica no Império Português. Nesse ano, tanto Angola como Moçambique foram elevadas a arcebispados (com sedes nas respectivas capitais), criando-se duas outras dioceses em Angola - Nova Lisboa e Silva Porto - e duas em Moçambique - Beira e Nampula. A Guiné foi também separada de Cabo Verde (1940) e convertida (1955) em prefeitura apostólica. Em Timor criou-se outra diocese (1940). Desta maneira, a organização eclesiástica passou a coincidir com a forma política do Império, tal como outrora, do 16.o ao 18.a Século. Progressos posteriores, quer de Angola quer de Moçambique, levaram

à criação de novas dioceses: Sã da Bandeira (1956), Malanje (1957) e Luso (1963) na África Ocidental, e Quelimane (1954), Porto Amélia (1957), Inhambane (1962) e Tete (1963) na África Oriental. Assim, unidades eclesiásticas e distritos administrativos ficaram quase coincidentes. No Oriente, pelo contrário, o declínio acentuado da influência portuguesa pôs fim ao tradicional direito de Padroa-

do, praticamente abolido pela Santa Sé por acordo com o governo português (1950), depois de consideráveis limitações, em vigor já desde 1928.

O desenvolvimento cultural do Ultramar ficou muito aquém Instrução do desenvolvimento econômico. Durante anos a fio, só Cabo Verde, Macau e o Estado da Índia tiveram um sistema educacional digno do nome. Ao tempo da proclamação da República, não existia ensino secundário de qualquer espécie nas outras cinco colônias. Mesmo as escolas primárias eram em número absurdamente pequeno para o total das populações. Angola dispunha de umas cinquenta escolas oficiais, Moçambique de cerca do dobro. Havia além disso as escolas elementares, em número quatro vezes maior, mas que só ministravam o ensino do português e das primeiras letras. Na Guiné, em S. Torné e em Timor os números mostravam-se proporcionalmente pequenos. Pelo contrário, o Estado da Índia orgulhava-se de mais de cem escolas primárias oficiais, Cabo Verde de mais de sessenta, e Macau proporcionalmente não lhe vinha muito atrás. Na Índia existia um liceu, uma escola normal do ensino primário e até um esboço de Faculdade de Medicina. Fora destas três colônias e de S. Tomé, a frequência escolar quase só se limitava aos filhos dos Europeus e de alguns mestiços.

O surto migratório, ligado à política republicana de fomento educacional, levaram à criação de mais escolas primárias e aos começos de um outro nível de instrução. Em Angola, as escolas de instrução primária tinham subido para 84 em 1923, a que havia que somar uma meia dúzia de escolas técnicas. O primeiro liceu abriu as suas portas em Luanda em 1918. A maior parte do surto ocorrera durante os dois governos de Norton de Matos. Em Moçambique, o sistema educacional não cresceu mais depressa:

25 escolas primárias oficiais em 1918, 35 em 1926, sem contar as escolas primárias rudimentares, que passavam de 100 (1918) e de 200 (1926). Ministrava-se ensino secundário em dois locais e funcionavam ainda diversas escolas técnicas.

Pode, evidentemente, ter-se já uma ideia das taxas de analfabetismo no Ultramar português de então. Aproximava-se dos

99 % em S. Tomé, dos 85 % no Estado da Índia e dos 85 % em Cabo Verde.

Até finsoda segunda Grande Guerra, a instrução estagnou ou pouco progrediu. Em 1945, Angola tinha 129 escolas primárias com uns 8000 alunos, a Guiné 44, com 870 S. Torné e Príncipe 14, com 1700, ao passo que Timor, acabada de sair da guerra, se achava em fase de reorganização da sua estrutura educacional. As estatísticas de Moçambique obedeciam a critérios diferentes, não discriminando entre escolas primárias e elementares. Ao todo, registavam 822 escolas e 120 000 alunos. As colónias melhor apetrechadas continuavam a ser Cabo Verde (100 escolas e quase 6000 alunos), a Índia (mais de 10 000 alunos) e Macau. O ensino secundário é que revelava mais progressos, com 32 unidades (liceus e escolas técnicas) em Angola e 45 em Moçambique.

O grande passo em frente ocorreu nos anos de Cinquenta e Sessenta, em todos os territórios, mas sobretudo em Angola e em Moçambique. As cifras para o ano escolar de 1956-57 mostravam 3171 escolas primárias em Angola, com uma frequência total de 264 836 alunos. O crescimento em Moçambique era ainda maior, visto que a 3 667 escolas correspondiam 468 893 alunos. As reformas educacionais do mesmo período criaram um sistema unificado de ensino, tanto para africanos rurais como europeizados - e igualmente válido para crianças brancas -

oficializando as escolas das missões e impondo-se-lhes programas idênticos. Os métodos de ensino do Português aos negros passaram a obedecer aos preceitos mais avançados da didáctica em toda a África. Os livros de instrução primária - ilustrados com

desenhos e histórias da vida local - apresentaram-se mesmo com qualidade superior à dos usados na Metrópole. A educação secundária revelou progresso menor, conquanto importante: 95 escolas em Angola, 84 em Moçambique, com frequências mais de dez vezes (Angola) e quase quatro vezes (Moçambique) superiores às registadas em 1945. A necessidade de reacção aos movimentos terroristas e de independência levou o Governo a criar universidades nos dois territórios (1963), as quais rapidamente experimentaram progressos.

O Ultramar em meados do século

405

Nos outros territórios, o crescimento mostrou-se menos espectacular, embora positivo. Introduziu-se a instrução secundária na Guiné, em S. Torné e Príncipe e em Timor. Ao findar a década de Sessenta, o sistema educativo português no Ultramar, embora longe de ser o melhor em África, mostrava todavia uma inegável capacidade de crescimento rápido, podendo comparar-se favoravelmente com o de muitos outros estados africanos.

A grande questão, evidentemente, era de como providenciar educação em massa à população rural africana. As missões cristãs que, sem dúvida, muito faziam nesse sentido, estavam longe de ser suficientes. As taxas de analfabetismo mantinham-

se na ordem dos 90 % na Guiné, em Moçambique e em Angola (em 1950, eram, respectivamente, de 98,85 %, 97,8 % e 96,4 0/o), na dos 80 % em S. Torné e na dos 70 % em Cabo Verde. Em Angola e em Moçambique, centenas de milhar, porventura milhões de africanos, não tinham qualquer contacto com a cultura portuguesa, sendo até incapazes de falar português. Em Macau, as constantes imigrações e emigrações tomavam as percentagens destituídas de sentido. Na Índia, quando os Portugueses foram expulsos, em 1961, a taxa de analfabetismo andava acima dos 70 % do total da população (era de 78,3 % em 1950).

Bibliografia - Não existe nenhuma obra de conjunto de recomendar. Os quatro volumes de Henrique Galvão e Carlos Selvagem, *O Império Ultramarino Português*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1950-53 contém muita informação de préstimo. Consultem-se as estatísticas oficiais no *Anuário Estatístico do Império Colonial Português* (mais tarde chamado *Anuário Estatístico do Ultramar*), Lisboa, 1943-59, e no *Anuário Estatístico de Portugal*, a partir de 1960. As enciclopédias portuguesas e estrangeiras devem ser consultadas também. Para cada colónia existem ainda *Anuários*.

Não tem fim a bibliografia acerca de problemas específicos. Ronald Chílote, no seu livro *Portuguese Africa*, Englewood Cliffs, 1967, indica uma bibliografia bastante extensa e digna de crédito, que pode ser usada com vantagem para o estudo da África Portuguesa no século XX,

CONCLUSÃO

A nomeação de Marcelo Caetano foi recebida com um misto de esperança, de cepticismo e de medo. Muitos esperavam uma mudança radical em política, o fim do *Estado Novo+ para todos efeitos, com o possível regresso gradual a um regime de democracia parlamentar. Outros viam, tanto em Salazar como no seu sucessor, nada mais do que símbolos de uma estrutura bem tecida e institucionalizada, a qual não fora nem destruída nem sequer tocada de leve. Consequentemente, esperavam pouco ou nada de novo do governo então constituído. Muitos outros receavam um período de agitação a seguir-se à saída de Salazar do poder, temendo, quer uma revolução das Esquerdas, quer a conquista do mando por elementos da Extrema-Direita.

A política de Marcelo Caetano mostrou-se extremamente cautelosa. Bem cónscio da difícil situação que herdara, tentou, de uma maneira geral, manter as coisas tais como estavam, com apenas ligeiras e quase imperceptíveis modificações. Sabia bem que forças poderosas - o Exército e a Marinha, as Polícias, o grande capitalismo, a alta burocracia, parte da hierarquia eclesiástica - o vigiavam de perto, concedendo-lhe o seu apoio apenas se estivessem seguras de que a *estabilidade+ e os seus interesses seriam mantidos a todo o custo. Por outro lado, contactando de perto com intelectuais mais ou menos da Oposição, ele

próprio sendo um intelectual e apercebendo-se sem dificuldade da mudança dos tempos, sentiu que não podia repudiar totalmente uma abertura, por pequena que fosse, à esquerda, e uma política de alguma atracção para os diversos grupos oposicionis-

tas. Assim, como se disse anedoticamente e ele próprio comentou, fez sinal à esquêrda e virou à direita.

Fazer sinal à esquerda significava transigir em alguns pontos menores e destituídos de perigo. Chamou do exílio Mário Soares e deixou regressarem à pátria centenas ou milhares de outros, incluindo comunistas confessos e o bispo do Porto, forçado a sair em 1958. Retirou à P. I. D. E. os seus quase-pletos poderes e moderou um pouco a actividade da censura. Permitiu que elementos da Oposição se reunissem em Aveiro num congresso, dito republicano histórico. Nas livrarias começaram a aparecer dezenas de obras de gênero *subversivo+, que antes teriam sido imediatamente confiscadas. Teatros e cinemas ganharam maior liberdade de exibição de peças e filmes de conteúdo social ou *imoral+. Nos lugares públicos, passou a falar-se mais abertamente e com menos receio. Etc.

Virar à direita significava manter a estrutura do *Estado Novo+ na sua essência. Ministros nomeados por Salazar foram conservados no novo governo, só muito gradualmente sendo substituídos: no verão de 1970, ainda se mantinham cinco deles. Tropas portuguesas continuaram a seguir para Africa para lutar contra os rebeldes. Não foram permitidos partidos políticos. Não se concedeu qualquer amnistia. Recusou-se liberdade de associação. A política estrangeira não sofreu alterações. Nada do sistema corporativo foi modificado. Não apareceu nova lei de imprensa. Na verdade, nada de essencial mudara, realmente, dois anos após a queda de Salazar.

As eleições legislativas de Novembro de 1969 constituíram a pedra de toque da política marcelista. Pela primeira vez em quarenta e quatro anos, a Oposição foi às urnas em quase todos os círculos de Portugal e Ilhas Adjacentes. Em muitas assembleias de voto, nomeadamente nas grandes cidades, as eleições puderam considerar-se livres, com fiscalização por parte de representantes oposicionistas. As mulheres tiveram direito de voto.

Os candidatos da Oposição pertenciam a vários grupos, oficialmente designados como *Comissões Eleitorais+. Na maior parte do País foi possível conseguir a unidade das forças oposicionistas, mas em Lisboa e no Porto a facção orientada pelos Comu-

nistas (C.D.E. - Comissão Democrática Eleitoral) e a controlada pelos Socialistas (C.E.U.D. - Comissão Eleitoral de Unidade Democrática) separaram-se. Houve também candidatos monárquicos e até dissidentes da União Nacional. Contudo, como não foram autorizados partidos políticos e como a campanha eleitoral só se pôde processar no mês imediatamente anterior às eleições, a Oposição não tinha quaisquer hipóteses de vencer a poderosa máquina do regime. Milhares de votantes potenciais não estavam registados, ao passo que outros tinham sido riscados dos cadernos eleitorais, na boa tradição do passado. Sem confiança, nem no Governo, nem na Oposição, e receando o que pudesse acontecer, muita gente preferiu ficar em casa e aguardar o que viesse, com o resultado de que o número de abstenções, nomeadamente nas grandes cidades, foi além do de votantes. Para mais, a lei não previa representação para as minorias, concedendo a totalidade dos lugares à lista que obtivesse qualquer pluralidade. Assim, a Oposição perdeu espectacularmente em todos os distritos, e, uma vez mais, a Assembleia Nacional ficou composta por deputados de um só agrupamento político. Não obstante, o monolitismo ideológico no seio do regime começara a abrir brechas. Já na organização das listas de candidatos a deputados pela União Nacional se haviam escolhido algumas individualidades independentes ou de certa tendência centrista. Uns quantos deputados mais jovens julgaram possível opôr-se ao regime dentro das suas próprias estruturas. Na nova Assembleia Nacional, um quinto a um quarto dos deputados - a chamada ala liberal - manifestou certas tendências *heréticas+, erguendo por vezes a voz contra o (drnobilismo+ do regime. A própria União Nacional mudou de nome, passando a chamar-se Acção Nacional Popular.

Ao chegar ao fim o período eleitoral, assim também a *lua-de-mel+ entre Marcelo Caetano e os grupos oposicionistas atingiu o seu termo. De parte a parte se levantaram recriminações azedas, denunciando os dirigentes da Oposição aquilo a que chamavam a hipocrisia e as contradições do Presidente do Conselho. A guerra em África constituía o principal ponto de divergência, visto o Governo não tolerar qualquer discussão sobre a permanência de Portugal no Ultramar ou sobre a maneira de solucionar

412

Conclusão

o conflito. Na Primavera de 1970, Mário Soares teve de se exilar novamente, para não ser preso. Outros chefes oposicionistas foram perseguidos ou encarcerados.

A hostilidade dos estudantes universitários para com o regime e as exigências de um sistema educativo totalmente modificado impediram que os anos lectivos de 1968-69 e 1969-70 decorressem com normalidade. Em Janeiro de 1970, o chefe do Governo escolheu para ministro da Educação Nacional José Veiga Simão, que conseguiu apaziguar um tanto os descontentamentos, anunciando ao mesmo tempo reformas importantes no ensino.

Durante os anos de 1972 e 1973, a situação do País agravou-se, como balanço

final de uma longa época de história que se aproximava do fim.

Militarmente, a situação no Ultramar mantinha-se quase estacionária, mas o custo de uma guerra de desgaste permanente ia-se acentuando e impendendo sobre todos os aspectos da vida nacional. O exército via-se desprestigiado por não conseguir vitória numa luta de guerrilhas que poderia continuar indefinidamente. Os seus quadros manifestavam cansaço por mais de dez anos de hostilidades sem desenlace previsível e sem que o Governo modificasse a sua atitude monolítica de intransigência que permitisse qualquer diálogo com o adversário ou qualquer outra solução que não a militar. Aumentavam as deserções, atingindo vários milhares os jovens fugidos às armas e vivendo no exílio, por vezes em precárias condições. Aumentava o número de mortos e de feridos.

Politicamente, o Estado Novo mostrava-se incapaz de renovação e de abertura, não só por a rigidez e o arcaísmo das suas estruturas, mas também pelo peso inflexível de um grupo de *históricos+, chefiados pelo próprio Presidente da República, Américo Tomás, que procurava utilizar, pela primeira vez na longa vida do regime, os latos poderes que a Constituição lhe conferia. Pressionado por este grupo e sem apoios à esquerda devido à timidez e à ambiguidade da sua política, Marcelo Caetano mantinha toda a máquina repressiva da tradição salazarista, que aliviara um pouco durante os primeiros anos do seu governo, mas que voltou a intensificar nos últimos. As eleições legislativas de 1973 não foram diferentes das do tempo de

COWIusão

413

Sala ar, a não ser no que respeitou à incapacidade da Oposição de apresentar uma frente unida e robusta. A * ala liberal+ do regime desapareceu.

Economicamente, a crise mundial, aliada às consequências da guerra no Ultramar, estendeu as suas asas sobre o País. A inflação, sobretudo, começou a assustar muita gente, até então politicamente neutra, que se passou para os arraiais oposicionistas, em descontentamento progressivo. Também neste campo, o governo de Marcelo Caetano demonstrou completa incapacidade de actuar decidida e eficazmente.

Como pano de fundo, enfim, a questão social. Iam-se agravando as tensões entre uma escassa grande burguesia, caracterizada pelo controle de alguns monopólios de extensão e influência desmesuradas para o tamanho de Portugal e que acaparava os principais benefícios da guerra e do surto capitalista das eras de Cinquenta e Sessenta, e uma média e pequena burguesias em expansão numérica e económica, desejosas de ocuparem um lugar ao sol na máquina do Estado e na partilha dos lucros. O emburguesamento de grande parte do proletariado urbano faziam-no integrar-se neste conflito burguês.

O desenlace de toda esta situação começou a esboçar-se através de alguns eventos

plenos de significado futuro. Em 1973, o governador da Guiné, general Antônio de Spínola, figura de grande prestígio como militar e como defensor de uma nova política de ampla participação indígena, foi substituído no seu governo por se ter manifestado contra o monolitismo político-militar. Nos começos de 1974, foi nomeado Vice-Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, cujo Chefe era o general Costa Gomes, outro militar que, já de havia muito, se exprimira também contrariamente à manutenção do statu-quo nas colónias.

Pela mesma ocasião desenhava-se um vasto movimento conspiratório entre um grupo de capitães do Exército, a pretexto de uma questão mínima de promoções e abertura de quadros aos milicianos, mas que rápido se transformou em contestação generalizada ao regime.

Em Fevereiro de 1974, o general Spínola fazia publicar, com a aprovação de Costa Gomes, um livro famoso de sua autoria,

414

Conclusão

Portugal e o Futuro, onde criticava sem disfarces a política interna e externa portuguesas, com a defesa de uma solução federalista para o Ultramar, e se advogava, nas entrelinhas, a

ideia de um golpe de Estado contra o Governo.

A partir de então, os acontecimentos precipitaram-se. Em 14 de Março, Spínola e Costa Gomes eram demitidos das suas funções. Em 16, eclodia nas Caldas da Rainha uma primeira revolta militar que, por falta de organização e coordenação, pôde ser rapidamente jugulada. Um mês depois, em 25 de Abril de 1974, novo movimento militar, desta vez com a participação activa da maioria das unidades, e desenrolando-se com a maior rapidez e precisão, punha fim ao regime. Em pouco mais de doze horas, Lisboa, o Porto e as principais cidades passaram para as mãos dos revoltosos. Não houve praticamente resistência e quase nenhum derramamento de sangue. O Governo rendeu-se em Lisboa e Marcelo, Caetano, com Américo Tomás e alguns ministros, foram presos e deportados para a ilha da Madeira. Constituiu-se uma Junta de Salvação Nacional sob a presidência de Spínola, com Costa Gomes em segundo lugar. O Estado Novo deixara de existir.

A 2.ª O movimento militar de 25 de Abril de 1974 pouco tivera República de ideológico nas suas raízes. Fora, acima de tudo, uma revolta

de protesto contra a condição das Forças Armadas e a eternização da guerra colonial. Nos bastidores moviam-se, sem dúvida, as outras forças, de carácter económico, social e político já atrás a floradas. Mas a sua consciencialização ao nível dos fautores do movimento só pouco a pouco foi emergindo. O mesmo se diga da sua caracterização em termos de filosofia política e

de objectivos de longo alcance a atingir. O programa do Movimento das Forças Armadas (M. F. A.), dado a conhecer no dia imediato ao da revolta, inseria um conjunto de medidas susceptíveis de obter o aplauso de todas as camadas sociais, com a

possível excepção da grande burguesia: destituição de todas as autoridades supremas do Estado Novo, extinção da D. G. S., Legião Portuguesa e organizações políticas de juventude, prisão dos principais responsáveis do regime e seus crimes, controle económico e financeiro, amnistia aos presos políticos, abolição

conclusão

415

das censuras, saneamento das forças armadas e nilitarizadas e pouco mais. A curto prazo, seria escolhido um Presidente da República e um Governo Provisório - mantendo-se, todavia, a Junta de Salvação Nacional- e decretar-se-iam amplas liberdades, permitindo-se a criação de associações políticas, Seria o

Governo Provisório quem lançaria os fundamentos de: uma nova política económica, *tendo, como preocupação imediata a luta contra a inflação, e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista+; uma nova política social, com o objectivo essencial de *defesa dos interesses das classes trabalhadoras+; uma política externa de respeito pelos compromissos internacionais em vigor; e uma política ultramarina, de *reconhecimento de que a solução das guerras no Ultramar é política e não mWtar+, com vista à obtenção da paz. Não se falava de socialismo. No prazo de um ano seria eleita uma Assembleia Nacional Constituinte que prepararia a futura constituição.

A excepção dos pontos económicos e sociais, este programa foi, no geral, cumprido, e com brevidade. Mas confiando ao Governo a defirição da política económica e social, parecia fazer tábua rasa do povo e das organizações que dele proviriam. De facto, reflectia o carácter elitista do movimento, cem por cento militar e assente na convicção de casta de que era às Forças Armadas ou aos seus mandatários - que elas controlariam de perto - que cabia o direito e o dever de impor ao País o seu destino. Repetia-se, portanto, a situação criada pelo movimento de 1926. Simplesmente, enquanto em 1926 se passara a governar em ditadura repressiva, em 1974 pretendia governar-se em regime de ampla liberdade. Ora o povo mostrou, bem depressa, a sua intenção de ter parte no movimento, não só pelas manifestações entusiásticas que, de Norte a Sul, demonstraram a sua adesão a uma plena democracia, mas também pela entrada na liça dos partidos políticos e de outras associações recém-constituídas, cheios de fogo ideológico e ansiosos de dirigirem, eles próprios, os militares do M. F. A. Comunistas de vários matizes mostraram-se particularmente activos, tentando apoderar-se das alavancas do poder às escalas local, regional e profissional e

desencadeando vasta ofensiva com vista à introdução de um

416

Conclusão

regime socialista popular e à vitória nas futuras eleições. O regresso de Alvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, e a sua recepção oficial pela Junta legalizaram o partido e emprestaram-lhe nova força. A seguir aos comunistas em acção combativa vinham os socialistas, sob a égide de ~o Soares, também retornado do exílio. Os sociais-democratas, reunidos em torno da antiga ala liberal do primeiro Parlamento cactanista (1969), fundaram o Partido Popular Democrático. Dezenas de outras associações foram constituídas nos primeiros meses após a revolução.

O 1.1 Governo Provisório, formado em Maio de 1974, era uma tentativa de governo de unidade nacional não fascista. Presidido por um civil, demo-crata moderado, o advogado Adelino da Palma Carlos de longas tradições oposicionistas, congregava comunistas (Álvaro Cunhal e outros), socialistas (Má, rio Soares e outros), sociais democratas, democratas liberais e até monárquicos. A excepção da do Trabalho (comunista), as pastas-chave ficavam nas mãos de socialistas. Poucos dias antes, o general Spínola fora investido no cargo de Presidente da República.

As contradições existentes, tanto no seio do Governo como no das Forças Armadas e que reflectiam, embora em proporção diferente, as profundas divergências ideológicas dos Portugueses, impediram o 1.1 Governo Provisório - como todos os demais que se lhe seguiram, até hoje (Novembro de 1975) - de levar a cabo as principais tarefas que lhe competiam, dentro da vontade geral de criar um Portugal novo. Palma Carlos foi forçado a demitir-se, em Julho de 1974, cedendo o lugar a um

2.o Governo Provisório, presidido pelo coronel (em breve promovido a brigadeiro e, depois, a general) Vasco Gonçalves, com metade das pastas de ministro atribuídas a militares. A este se seguiu um 3.1 (Setembro de 1974), depois um 4.o (Março de

1975) e por fim um 5.o (Agosto de 1975) Governos Provisórios, todos presididos por Vasco Gonçalves, mas onde a viragem para a esquerda comunista ou comunizante se foi sempre acentuando bem como o número de militares participantes. Em fins de Setembro de 1974, depois de falhada uma tentativa de golpe de Estado, o general Spínola pediu a demissão de Presidente da

Conclusão

417

República e passou à oposição, sendo substituído por Costa Gomes. Em Março de 1975, os elementos do Centro e da Direita de entre os revolucionários de 25 de Abril tentaram uma revolta aberta, que fracassou à nascença, levando à prisão e ao exílio de numerosos militares e civis, entre os quais o próprio Spínola.

Estes factos levaram à substituição da Junta de Salvação Nacional por um (alargado) Conselho da Revolução e à institucionalização do Movimento das Forças Armadas, prevendo-se a sua manutenção como órgão de soberania até um período de seis anos.

Em 25 de Abril de 1975, um ano após a revolução, foram levadas a efeito as eleições para a Assembleia Constituinte, as primeiras eleições livres desde havia cinquenta anos. A participação eleitoral foi maciça, registando-se mais de 90 % de votos dos cidadãos inscritos. Bem consciente das opções político-económicas, propagandeadas durante todo um ano de intensa actividade partidária, a população deu uma vitória clara aos partidos não comunistas (Partido Socialista, Partido Popular Democrático, Centro Democrático Social e Partido Popular Monárquico), com 72,5 % dos votos apurados. Era a reacção natural de um país onde predominavam os pequenos proprietários. O Partido Socialista obteve 37,9 I/O e o Partido Popular Democrático 26,4 %. De entre os oito partidos comunistas e aparentados, o Partido Comunista Português obteve 12,5 % do total geral.

Após o resultado eleitoral, os partidos vencedores tentaram convencer os militares a entregar-lhes o essencial da governação pública. Mas os grupos comunistas e aparentados, vendo perdidas as esperanças de uma vitória eleitoralista, ao menos nas grandes cidades, esforçaram-se em sentido contrário. Os meses que se seguiram foram de agitação por todo o País, verificando-se, por um lado, uma intensa campanha anti-comunista à escala nacional com ataques violentos e sucessivos a sedes dos partidos de extrema-esquerda e, pelo outro, unia escalada do Partido Comunista Português e seus aliados, com acusações sistemáticas de reaccionarismo fascista dirigidas a todos os outros grupos. Em Julho de 1975, sem outra alternativa, os Socialistas e os Sociais Democratas saíram do governo e pas27

saram à oposição. Vasco Gonçalves, com o apoio do P. C. P., formou o 5.º e seu último Governo Provisório, que logo foi anunciado como sendo de *transição+.

Na verdade, ano e meio após a revolução, a situação económica, financeira, social e política do País deteriorara-se de tal forma que a oposição ao Governo e, com ele, ao Movimento das Forças Armadas, era geral. Entre os militares, as divisões foram-se acentuando. A pressão das nações ocidentais avolumava-se. Durante Agosto, tanto o Exército como a Aviação puseram em xeque o Governo e o esquerdismo por ele manifestado. O Presidente Costa Gomes, depois de longas hesitações, forçou Vasco Gonçalves à demissão, encarregando de constituir governo (Setembro de 1975) o almirante Pinheiro de Azevedo, tido por simpatizante dos Socialistas. Este formou ministério com abundante participação de socialistas e sociais-democratas e a promessa de encarar de frente as realidades e atender aos desejos da maioria da Nação.

A 2.ª República Portuguesa, em dezoito meses de existência, contava no seu activo com a restauração das liberdades e direitos fundamentais (incluindo o restabelecimento pleno do divórcio, por acordo com o Vaticano), a descolonização aplicada à Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde - que emergiram como outras tantas repúblicas independentes - o fim da guerra e o regresso dos soldados combatentes na Guiné e em Moçambique, a quebra dos grandes monopólios e a nacionalização de numerosas empresas básicas, a reforma agrária, a gradual consciencialização política dos cidadãos e sua

participação na vida colectiva a diversos níveis, o estabelecimento de relações diplomáticas com quase todos os estados do mundo, etc. O seu passivo era, todavia, impressionante também, traduzindo-se numa situação económica e financeira extremamente grave, num desemprego que orçava pelas 300 000 pessoas em Setembro de 1975 (5 % da população activa) sem contar com os retornados das ex-colónias, numa inflação acelerada e incontrolável, numa quebra de autoridade e de disciplina generalizadas, na incapacidade de promover eficazmente a descolonização de Angola e Timor, no acentuado divisionismo político interno, na fuga de quadros técnicos para o estrangeiro, na

Conclusão

419

existência de milhares de presos políticos sem julgamento, no desaparecimento de um ensino universitário digno do nome, etc.

Tal como após 1822, perdido o Brasil, haverá porventura que esperar algumas dezenas de anos de crise para recuperar o equilíbrio.

Novembro, 1975.

GOVERNANTES DE PORTUGAL

CHEFES DO ESTADO

João VI

MONARQUIA

António da Silveira Pinto da Fonseca, presidente da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino (Porto) Gomes Preire de Andrade, Principal Decano

da Sé Patriarcal de Lisboa, presidente do Governo interino (Lisboa) Gomes Freire de Andrade, Principal Decano

da Sé Patriarcal de Lisboa, presidente da Junta Provisional do Governo supremo

do Reino (Lisboa e Porto) Manuel Antônio de Sampaio Melo e Castro

Moniz Torres de Lusignano, conde de Sampaio, presidente da Regência

Pedro IV Maria II

Isabel Maria, infanta, regente Miguel, infante, regente

1816-1826

1820

1820

IM1821

1821

1826-1828

1828

1826

1826-1853

(1) Para a situação anterior a 1820, veja-se o Apêndice ao vol. I desta História, pp. 647-649.

422

Governantes de Portugal

Pedro de Sousa Holstein, 1.º marquês de

Palmela, presidente da Regência 1829-1831 Pedro IV, regente

1831-1834 Francisco Xavier da Silva Pereira, 1.º

conde

das Antas, presidente da Junta Provisória do Supremo Governo do Reino (Porto)

1846-1847 Miguel I O

1828-1834 Pedro V

1853-1861

Fernando II C)

1853-1855 Luís I

1861-1889 Carlos I

1889-1908 Manuel

II

1908-1910

REPÚBLICA

Presidente do Governo Provisório

Joaquim Teófilo Fernandes Braga

Presidentes da República

Manuel de Arriaga Brum da Silveira Joaquim Teófilo Fernandes Braga Bernardino
Luís Machado Guimarães (1)

Presidentes do Ministério

1910-1911

1911-1915

1915

1915-1917

Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais
1918

1917-

Presidentes da República

Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais
João do Canto e Castro Silva Antunes
1919

1918

1918-

Henrique Mitchell de Paiva Couceiro, presidente da Junta Governativa Provisória
do Reino (Porto)

1919 António José de Almeida

1919-1923 Manuel Teixeira

Gomes

1923-1925 Bernardino

Luís Machado Guimarães

1925-1926

(1) Realeza efectiva sobre todo o território metropolitano continental de 1828 a
1832; soberania limitada pela invasão dos partidários de D. Maria II, de 1832 a
1834. (2) Rei nominal desde 1837 (1) Destituído em 11-XII-1917. Só resignou as
funções em 2-VI-1919,

Governantes de Portugal

Presidentes do Ministério José Mendes Cabeçadas Júnior Manuel de Oliveira Gomes
da Costa António Óscar de Fragoso Carmona

Presidentes da República António Óscar de Fragoso Carmona

Adalberto G"tão de Sousa Dias,

presidente da Junta Governativa (Madeira) 1931

Presidentes do Conselho

Antônio de Oliveira Salazar

Presidentes da República Francisco Xigino Craveiro Lopes Américo Deus Rodrigues Tomás

Presidente da Junta de Salvação Nacional Antônio Sebastião Ribeiro de Spínola

Presidentes da República Antônio Sebastião Ribeiro de Spínola Francisco da Costa Gomes

423

1926

1926

1926-1928

1928-1951

1951

1951-1958

1958-1974

1974

1974

1974i- Ministros do Reino

CHEFES DO GOVERNO

MONARQUIA

Inácio da Costa Quintela ()

4-VII-1821 a 7-IX-1821

Filipe Perreira de Araújo e Castro C)

7-IX-1821 a 1-VI-1823

2. Ministro assistente ao despacho (')

Manuel Inácio Martins Pamplona Corte

Real, Conde de Subserra

1-VI-1823 a 15-1-1825

3. Ministros do Reino

José Joaquim de Almeida e Araújo Correia de Lacerda

15-1-1825 a 1-VIII-1826 Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato

1-VIII-1826 a 6-XII-1826

(1) Interinamente substituído por Francisco Duarte Coelho (14-VIII a 7-IX-1821).

(1) Interinamente substituído por José da Silva Carvalho (7-IX a 8-X-1821) e por José Antônio Guerreiro (28-V a 1-VI-1823). (5) Com funções praticamente equivalentes às de Presidente do Lfinistério.

424

Governantes de Portugal

Luís Manuel de Moura Cabral Francisco Alexandre Lobo, Bispo de Viseu Manuel Francisco Mesquita de Macedo

Leitão e Carvalhosa, 2.O visconde de Santarém Carlos Honório de Gouveia Durão

Regime de D. Miguel

4. Ministros assistentes ao despacho

Nuno Caetano Álvares Pereira de Melo,

6.O duque de Cadaval

S. Ministros do Reino

José António de Oliveira Leite de Barros,

4.O conde de Basto C) António José Guião

Regime de D. Pedro

6. Ministro de todas as pastas

Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque (1)

7. Ministro de todas as pastas, excepto Guerra

e Marinha

José António Ferreira BraklaIny José Dionísio da Serra

8. Ministros do Reino

Pedro de Sousa HoIstein, 1.O marquês de

Palmela C) Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque C)

6-XII-1826 a 18-XII-1826

18-XII-1826 a 8-VI-1827

8-VI-1827 a 5-IX-1827

5-IX-1827 a 26-11-1828

26-11-1828 a 1-VII-1831

1-VII-1831 a 4-VIII-1833

4-VIII-1833 a 26-V-1834

15-11-1830 a 2-VII-1831

2-VII-1831 a 10-X-1831

10-X-1831 a 3-11-1832

3-11-1832 a 10-XI-1832

10-XI-1832 a 12-L1833

(1) Com funções praticamente equivalentes às de Presidente do Ministério. (2) Já era ministro do Reino desde 26-11-1828. (1) Interinamente substituído por Antônio de Meio Breyner Teles da Silva (3.o conde de Ficalho), João Ferreira Sarmiento e António César de Vasconcelos Correia (14-1 a 2-VII). (1) Interinamente substituído por Luís da Silva Mouzinho, de Albuquerque (29-VII * 25-IX-1832). (1) Interinamente substituído por Bernardo de São Nogueira e Figueiredo (18-XI-1832 * 124-1833).

Governantes de Portugal

425

Cândido José Xavier Joaquim Antônio de Aguiar Bento Pereira do Carmo

9. Presidentes do Conselho de Ministros

Pedro de Sousa Holstein, Lo duque de

Palmela Vitório Maria Francisco de Sousa Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa,
2.O conde de Linhares João Carlos Gregório Domingos Vicente

Francisco de Saldanha de Oliveira e Daun, 1.O marquês de Saldanha José Jorge
Loureiro Antônio José de Sousa Manuel e Meneses

Severim de Noronha, Lo duque da Terceira José Manuel da Cunha Faro Meneses
Portugal da Gama Carneiro e Sousa, 4.O conde de Lumiares, José Bernardino de
Portugal e Castro,

5.O marquês de Valença Bernardo de São Nogueira e Figueiredo, . 1.O visconde de
São da Bandeira Antônio Dias de Oliveira Visconde de São da Bandeira Rodrigo Pinto
Pizarro Pimentel de Almeida Carvalhais, 1.O barão da Ribeira de Sabrosa José
Lúcio Travassos Valdez, 1.O conde

do Bonfim Joaquim Antônio de Aguiar Duque de Palmela Duque da Terceira Duque de
Palmela Marquês (depois Duque) de Saldanha C) Duque de Saldanha Antônio Bernardo
da Costa Cabral,

1.O conde de Tomar Duque da Terceira

12-L1833 a 15-X-1833
15-X-1.833 a 23-IV-1834
23-IV---1834 a 24-IX-1834

24-IX-1834 a 28-IV-1835

4-V-1835 a 27-V-1835

27-V-1.835 a 18-XI-1835
25-XI-1835 a 19-IV-1836

19-IV-1836 a 10-IX-1836

10-IX-1836 a 4-XI-1836

4-XI-1836 a 5-XI-1836

5-XI-1836 a 1-VI-1837
2-VI-1837 a 10-VIII-1837
10-VIII-1837 a 18-IV-1839

18-IV-1839 a 26-XI-1839

26-XI-1839 a 9-VI-1841

9-VI-1841 a 7-H-1842

7-11-1842 a 9-11-1842 9-11-1842 a 20-V-1846

20-V-1846 a 6-X-1846

6-X-1846 a 28-IV-1847

18-XII-1847 a I.OXI-1849

18-VI-1849 a 26-IV-1851

26-IV-1851 a IX-1851

(1) A Presidência esteve vaga entre 28-IV e 18-XII-1847. Foram ministros do Reino, durante este tempo, Francisco Tavares de Almeida Proença (28-IV a 22-VIII) e Antônio de Azevedo Melo e Carvalho (22-VIII a 18-XII).

Governantes de Portugal

Duque de Saldanha Nuno José Severo de Mendonça Rolim de

Moura Barreto, 2.º marquês de Loulé Duque da Terceira Joaquim Antônio de Aguiar Marquês (depois duque) de Loulé (1) Marquês (ex-visconde) de Sã da Bandeira Joaquim Antônio de Aguiar Antônio José de Ávila, 1.º conde de Ávila Marquês de Sã da Bandeira Duque de Loulé Duque de Saldanha Marquês de Sã da Bandeira Marquês (ex-conde) de Ávila e Bolama Antônio Maria de Fontes Pereira de Melo Marquês (depois duque) de Ávila Antônio Maria de Fontes Pereira de Melo Anselmo José Braameamp Antônio Rodrigues Sampaio Antônio Maria de Fontes Pereira de Melo Antônio Maria de Fontes Pereira de Melo José Luciano de Castro Pereira Corte Real Antônio de Serpa Pimentel . João Crisóstomo de Abreu e Sousa João Crisóstomo de Abreu e Sousa José Dias Ferreira José Dias Ferreira Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro José Luciano de Castro Pereira Corte Real José Luciano de Castro Pereira Corte Real Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro José Luciano de Castro Pereira Corte Real José Luciano de Castro Pereira Corte Real Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro João Ferreira Franco Pinto Castelo Branco João Ferreira Franco Pinto Castelo Branco Francisco Joaquim Ferreira do Amaral Artur Alberto de Campos Henriques Sebastião Custódio de Sousa Teles Venceslau de Sousa Pereira de Lima Francisco Antônio da Veiga Beirão Antônio Teixeira de Sousa

1-V-1851 a 6-VI-1856

6-VI-1856 a 16-11-1859

16-11-1859 a 26-IV-1860

1-V-1860 a 4-VII-1860
4-VII-1860 a 17-IV-1865
17-IV-1865 a 4-IX-1865

4-IX-1865 a 4-L1968
4-L1868 a 22-VII-1868
22-VII-1868 a 11-VIII-1869

11-VIII-1869 a 19-V-1870
19-V-1870 a 29-VIII-1870
29-VIII-1870 a 29-X-1870

29-X-1870 a 13-IX-1871
13-IX-1871 a 5-111-1877

S-III-1877 a 29-L1878
29-1-1878 a 1-VI-1879
1-VI-1879 a 25-111-1881
25-111-1881 a 14-XI-1881

14-XI-1881 a 24-X-1883
24-X-1883 a 20-11-1886
20-11-1886 a 14-1-1890
14-1-1890 a 14-X-1890
14-X-1890 a 25-V-1891
25-V-1891 a 17-1-1892
17-1-1892 a 27-V-1892
27-V-1892 a 22-11-1893
22-11-1893 a 7-11-1897
7-11-1897 a 18-VIII-1898

18-VIII-1898 a 25-VI-1900

25-VI-1900 a 28-11-1903
28-11-1903 a 20-X-1904

20-X-1904 a 27-XII-1905
27-XII-1905 a 20-111-1906

20-111-1906 a 19-V-1906

19-V-1906 a 2-V-1907
2-V-1907 a 4-11-1908
4-11-1908 a 25-XII-1908
25-XII-1908 a 11-IV-1909

11-IV-1909 a 14-V-1909
14-V-1909 a 22-XII-1909
22-XII-1909 a 26-VI-1910

26-VI-1910 a 5-X-1910

(1) Interinamente substituído pelo Visconde de Sã da Bandoira (12-IX a 6 X-1862).

Governantes de Portugal

427

REPCBLICA

Joaquim Teófilo Fernandes Braga João Pinheiro Chagas Augusto César de Almeida Vasconcelos

Correia Duarte Leite Pereira da Silva Afonso Augusto da Costa Bernardino Luis Machado Guimarães Bernardino Luís Machado Guimarães Vítor Hugo de Azevedo Coutinho Joaquim Pereira Pimenta de Castro Junta Revolucionária João Pinheiro Chagas José Augusto Soares Ribeiro de Castro José Augusto Soares Ribeiro de Castro José Augusto Soares Ribeiro de Castro Afonso Augusto da Costa Antônio José de Almeida Afonso Augusto da Costa Junta Revolucionária Sidónio Bernardino Cardoso da Silva

Pais João do Canto e Castro Silva Antunes João Tamagnini de Sousa Barbosa João Tamagnini de Sousa Barbosa José Mascarenhas Relvas Domingos Leite Pereira Alfredo Ernesto de Sã Cardoso Francisco José Fernandes Costa Alfredo Ernesto de Sã Cardoso Domingos Leite Pereira Antônio Maria Baptista José Ramos Preto Antônio Maria da Silva Antônio Joaquim Granjo Alvaro Xavier de Castro Liberato Damião Ribeiro Pinto Bernardino Luís Machado Guimarães Tomé José de Barros Queirós Antônio Joaquim Granjo Manuel Maria Coelho Carlos Henrique da Silva Maia Pinto Francisco Pinto da Cunha Leal

5-X-1910 a 3-IX-1911
3-IX-1911 a 12-XI-1911

12-XI-1911 a 16-VI-1912

16-VI-1912 a 9-L191?

9-1-1913 a 9-11-1914
9-11-1914 a 23-VI-1914
23-VI-1914 a 12-XII-1914

12-XII-1914 a 25-LI915

25-1-1915 a 14-V-1915
14-V-1915 a 15-V-1915
15-V-1915 a 17-V-1915
17-V-1915 a 19-VI-1915
19-VI-1915 a 22-VII-1915
22-VII-1915 a 29-XI-1915
29-XI-1915 a 15-111-1916
15-111-1916 a 25-IV-1917
25-IV-1917 a 8-XII-1917
8-XII-1917 a 11-XII-1917

11-XII-1917 a 14-XII-1918
14-XII-1918 a 23-XII-1918

23-XII-1918 a 7-L1919

7-L1919 a 27-1-1919
27-1-1919 a 30-111-1919
30-111-1919 a 29-VI-1919

29-VI-1919 a 151-1920

15-1-1920
151-1920 a 21-L1920
21-L1920 a 8-111-1920
8-111-1920 a 6-VI-1920
6-VI-1920 a 26-VI-1920
26-VI-1920 a 19-VII-1920
19-VII-1920 a 20-XI-1920
20-XI-1920 a 30-XI-1920
30-XI-1920 a 2-111-1921
2-111-1921 a 23-V-1921

23-V-1921 a 30-VIII-1921
30-VIII-1921 a 19-X-1921

19-X-1921 a 5-XI-1921
5-XI-1921 a 16-XII-1921
16-XII-1921 a 6-11-1922

Governantes de Portugal

António Maria da Silva António Maria da Silva António Maria da Silva António

Ginestal Machado Alvaro Xavier de Castro Alfredo Rodrigues Gaspar José Domingues dos Santos Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães Antônio Maria da Silva Domingos Leite Pereira Antônio Maria da Silva José Mendes Cabeçadas Júnior Manuel de Oliveira Gomes da Costa Antônio oscar de Fragoso, Camona José Vicente de ~tas José Vicente de Pteltas Artur Ivens, Perraz Domingos Augusto Alves da Costa

Oliveira Antônio de Oliveira Salazar Antônio de Oliveira Salazar Antônio de Oliveira Salazar Marcelo José das Nev@ @klvfs Caetano Junta de Salvação Nacional Adeling da Palma Carlos Vasco dos Santos Gonçalves José Baptista, Pinheiro de Azevedo

6-11-194 a 30-XI-1922
 30-XI-1922 a 7-XII-1922
 7-XII-1922 a 15-XI-1923
 15-XI-1923 a 18-XII-1923
 18-XII-1923 a 6-VII-1924
 6-VII-1924 a 23-XI-1924
 22-XI-1924 a 15-11-1925 IS-II-1905 a 1-VII-1925
 1-VII-1925 a 1-VIII-1925
 1-VIII-1925 a 17-XII-1925

17-XII-1925 a 30-V-1926
 30-V-146 a 17-VI-1926
 17-VI-1926 a 9-VIII-1926
 9-VII-1926 a 18-IV-1928
 18-IV-1928 a 10-XI-1928
 10-XI-1928 a 8-VII-1929

8-VII-1929 a 21-1-1930

21-1-1930 a 5-11-1932
 5-11-1932 a 11-IV-1933
 11-IV-1933 a 184-1936
 184-1936 a 27-IX-1968
 27-IX-1968 a 25-IV-1974
 25-IV-1974 a H>V-1974
 16-V-1974 a 18-VII-1974
 18-VII-1974 a 25-IX-1975
 25-IX-1975 a

ÍNDICE DOS MAPAS E GRÁFICOS

Fig. 1 -Importações de trigo, 1865-1910	6
+ 2 -0 solo cultivado em 1867	7 +
3 - Utilização do solo em 1875 (segundo O. Ribeiro)	9 +
4 - Caminhos-de-ferro existentes	15 + 5

-Marcha dos preços, 1820-1910	21 (preço do alqueire de trigo no Porto) + 6
-Receitas e despesas públicas, 1820-21 a 1910-11	25 (escala logaritmica) + 7
-Organização judiciária segundo a reforma de 1841	29 + 8
-Aumento da população, 1821-1911	31 + 9
-Crescimento de Lisboa, 1852-1905 (segundo Vieira da Silva, simplificado)	32 + 10
-Emigração, 1885-1910	34 (escala logaritmica) + 11
-Criação de escolas primárias, 1825-1910	47 + 12
-Divisão eleitoral, 1859	70 + 13
-Divisão eleitoral, 1878	71 + 14
-Divisão eleitoral, 1901	72 (a *Ignóbil Porcaria+) + 15
-Repr@esentatividade parlamentar, 1820-1910	74 + 16
-Tempo de governo dos vários grupos políticos antes de 1851	76 + 17
-Tempo de governo dos vários grupos políticos, 1851-1910	77 + 18
-A Guerra Civil, 1831-1834	93 + 19
-A *Maria da Fonte+, 1846	99 + 20
-A Patuleia, 1846-47	101

430

Índice dos Mapas e Gráficos

Fig. 21 -Composição da Câmara dos Deputados, 1906-1910	111 + 22
- O Portugal Republicano (eleições municipais de 1908)	113 + 23
-0 Portugal Republicano em 1910 (organização do Partido)	115 + 24
- Principais viagens portuguesas através da África, 1831-1886 (Segundo Teixeira da Mota, simplificado)	131 + 25
- Angola portuguesa em 1830 (segundo D. Wheeler, simplificado)	124 + 26
-Angola portuguesa em 1861 (segundo D. Wheeler, simplificado)	125 + 27
-Angola portuguesa em 1906 (segundo R. J. Hammond)	126 + 28
- Angola portuguesa em 1911 (segundo R. J. Harrunond)	127 + 29
- Povos angolanos (segundo o Atlas de Portugal Ultramarino simplificado)	132 + 30
- Povos Moçambicanos (segundo o Atlas de Portugal Ultramarino, simplificado)	134 + 31
- Rede ferroviária da África Austral em 1911 (segundo a Estatística dos Caminhos-de-ferro das Colónias Portuguesas)	154 + 32
-A propriedade na ilha do Príncipe em 1910 (segundo F.	

Mantero, simplificado)	156 + 33-
Grandes produtores de cacau, 1894-1908 (segundo F.	
Mantero simplificado)	158 + 34-
0 Mapa Cor-de-Rosa	
171 + 35-Territórios atribuídos a Portugal segundo o tratado de	
1890 (segundo R. P. Hammond)	173 + 36-
Territórios atribuídos a Portugal segundo o tratado de	
1891 (segundo R. J. Hammond)	174 + 37-
0 Deficit. Receitas e despesas públicas, 1910-11 a 1926-27	
203 + 38 -Desvalorização da moeda. Valor da libra-ouro em escudos.	
206 + 39 -Analfabetismo, 1864-1960	
..... 228 + 40-Criação de escolas	
primárias, 1910-1927	229 + 41 -
Representação partidária, 1911-1925	248
+ 42-A Guerra Civil, Janeiro-Fevereiro de 1919	
277 + 43-Receitas e despesas públicas, 1927-1970	
..... 312 + 44-Balança comercial, 1926-1967	
..... 317 + 45-População portuguesa, 1920-	
1970	322 + 46 - Emigração, 1926-
1970	323 + 47-Escolas
primárias oficiais, 1926-1970	327 + 48-
Jornais diários, 1925-1969	
332 + 49-As revoltas em Angola, 1961 (segundo René Pélissier)	
.... 375 + 50-Divisão administrativa de Angola em 1912-13	
..... 385 + 51-Divisão administrativa de Angola em 1921-23	
..... 386 + 52 -Divisão administrativa de Angola em 1936	
..... 387 + 53 - Divisão administrativa de Angola	
em 1954	388 + 54 - Divisão administrativa de
Moçambique em 1911-18	389 + 55 -Divisão
administrativa de Moçambique em 1947	390 + 56 -
Divisão administrativa de Moçambique em 1963	391

INDICE DOS AUTORES CITADOS NA BIBLIOGRAFIA

Abshire (David M.) - 370 Afonso, (A. Martins) - 310

larcão (Alberto de) = 334 Almeida (Fortunato de) - 58, 59,

116,143 Ameal (João) - 358 Andrade (Mário de) - 380 Aragão (A. C. Teixeira, de)
- 59 Arriaga (José de) - 116 Ascensão (Leão Ramos) - 310 Axelson (Eric) - 181

Baião (Antônio) - 143, 181, 370, 380 Barros (Henrique de) - 334 Bessa (José Marcelino de Almeida)

-83 Bizarri (Aldo) - 310 Branco (João de preitas) - 238 Brazão (Eduardo) - 358 Brochado (Bernardino José) - 142

Cabral (Amilcar) - 380 Caetano (Marcelo) - 83, 263, 310,

334, 370 Caldas (Eugênio de Castro) - 334 Campos (Ezequiel de) - 59, 333, 334 Capelo (Hermenegildo, Carlos de

Brito) - 143 Cardoso (A. Monteiro) - 310 Carvalho (Alberto A. de) - 310 Carvalho (Henrique Dias de) - 143

Castro (Armando) - 59 César (Amândio) - 380 Chagas (Manuel Pinheiro) - 165 Chaliand (Gérard) - 380 Chilcote (Ronald H.) - 370, 380, 405 Cidade Qlemâni) - 143, 181, 288,

370, 380 Colen (J. Barbosa) - 116

Cordeiro (Luciano) - 143 Correia (Araújo) - 334 Costa (Afonso) - 334 Costa (M. Gomê-s da) - 380 Cunha (Joaquim M. da Silva) - 370 Cunhal (Á Ivaro) - 334

Davezies (Bobert) - 380 Delgado (Humberto) - 358 Duffy (James) - 143, 370, 380

Fernandes; (Rogério) - 335 Ferrão (Carlos) - 263, 309 Perreira (David) - 263, 288, 310 Ferro (Antônio) - 310 França (José Augusto) - 59, 238,

335 FrYer (P.) - 310

Galvão (Henrique) - 358, 370, 405 Gamito (Antônio, Cândido Pedroso)

-142 Godinho (Vitorino Magalhães) 59, 334 Gomes (F. Matos) - 334 Gomes (Mário de Azevedo) - 334

Haight (Mabel V. Jackson) - 181 Hammond. (Richard J.) - 181 Herculano (Alexandre) - 59

Ivens (Roberto) - 143

Jobim. (José) - 334 Lins (Alvaro) - 358

Leal (Cunha) - 358

Índice dos Autores Citados na Bibliografia

Lopes (oscar) - 59, 238, 335

Machado (Fernando) - 59 Maciel (Artur) - 380 Mantero, (Francisco) - 143 Marcum (John) - 380 Marques (A. H. de Oliveira) - 238,

262, 358 Martins (Francisco Rocha) - 165 Martins (Herm"o) - 309, 310, 335
Martins (Joaquim Pedro de Olí.

veira) - 59, 116 Marvaud (Afigel) - 165 Matos (J. R. Norton de) - 366 Mondlane (Eduardo) - 370, 380 Moniz (Magalhães e) - 58 Montalvor (Luí s de) - 116,=
Monteiro (Amiindo) - 59 Moreira (Adriano) - 370 Moser (Pierre) - 380 Moura (Pereira de) - 334 Múrias (Manuel) - 143, 181, 370,

380

Nogueira (A. Franco) - 370

Oliveira (Cândido de) - 310 Oliveira (César) - 238 olliver (Marc) - 380

Pereira (José Pacheco) - 238 Pereira (Miriam, Halpern) - 58 Peres (Darnião), -
58, 116, 181, 288,

358, 370, 380 Pinheiro (P. Mae Gowan) - 310

Pinto (Alexandre Alberto da Rocha

Serpa) - 143 Pinto (Luis Maria Teixeira) - 334 Pires (Correia) - 310

Porto (Antdnio Francisco Perreira

da Silva) - 142 Proença (Raul) - 263, 309

Queiroga (Pernando) - 310

Ribeiro (Angelo) - 288 Ribeiro (José Joaquim Teixeira)

-334 Ribeiro (Orlando) - 334 Rudel (Christian) - 310

Sã (Vitor de) - 83 Sã da Bandeira (Marquês de) - 143 Salazar (Oliveira) - 310,
334 SarnueIs (Michael A.) - 370 Santos (Eduardo dos@ - 143 Santos (FernandO
PítelW - 83 Saraiva (Antônio. José) - 59, 238,

335 Selvagem (Carlos) - 370, 405 Serrão (Joel) - 59, 82, 116, 143, 263,

310 Silva (P. Marques da) - 334 Soares (Mário 1 - 263, 358 SO~0 (Simão José da Luz) - 116

Terán (Manuel de) - 334

Warhurst (Philip R.) - 181 Welwitsch (Frederico, Artur) - 143

Zenha (Francisco Salgado) - 310

INDICE ANALITICO

A

Abril de 1974 (25 de) - 414 Abrilada - 88 Absenteísmo - 157 Absolutismo, absolutistas - 75, 81,

87-92, 94, 100, 106, 191, 192 Absolutismo moderado - 88 Absolutismo, restauração do - 89,

90 Academia de Fortificação, Artilharia

e Desenho - 51 Academia dos Guardas Marinhas

-51 Academia Militar - 163 Academia de Paris-234 Academia Politécnica - 52, 230 Academia Real das Ciências - 51 Academia Real da Marinha - 50 Acção Nacional Popular - 411 Acção Realista Portuguesa - 252 Acção Republicana - 249 Acordo Missionário 1940 - 401 Acordo Anglo-Alemão 1913-176 Açores - 16, 28, 32, 33, 68, 90-92, 138,

185, 200 257, 336, 338, 347 Acto Adicional 1852 - 103 Acto Adicional 1885 - 41 Acto Adicional 1896-42 Acto Colonial - 303, 305, 342, 352,

363,366 *Acto Geral+ - 170 Actos Adicionais - 66, 79 Açúcar - 159, 392 396 Adiantamentos, @stão dos - 112 Administração

século xLx - 26-28, 81, 97, 103 século xx - 244, 275, 324-326 Administração - Ultramar

século xix - 145-148

século xx - 361, 362, 363-367, 371, 384-391 Administração eclesiástica - 141,

142, 326 Administração ecle~tica, Ultramar - 402 Aeroportos - 316 Afonso XII (rei de Espanha) - 107 Afonso XIII (rei de Espanha) - 344 Afonso (infante de Portugal) - 253 África, africanos - 57, 62, 119, 120,

123, 127-129, 133, 135, 137, 141, 142,
144-146, 153. 164-166, 169, 175, 176,
273, 278, 320, 365-367, 372, 374, 404
405, 410, 411 África Central - 169, 170 *África Meridional Portuguesa+ 171
África Ocidental - 152, 153, 402 África Ocidental Portuguesa - 131 África
Oriental - 293, 396 África Oriental Alemã - 372 África Oriental Inglesa - 384
África Oriental Portuguesa - 176 África Portuguesa - 342, 361, 365,

370 373, 374, 376, 378 Afric@ do Sudoeste Alemã - 372 África do Sul - 139, 153,
161, 170,

377, 399 Agitações sociais - 213-216 Agricultura

século xix - 4-10 século xx - 188-191, 320, 321 Agricultura - Ultramar

século xix - 155, 159, 180 século xx - 392 Águia (A) - 236 Agular (Joaquim
António de) - 37 Aianas - 131

28

434

Índice Analítico

Ajudã (S. João Baptista de) - 147,

167, 379 Albuquerque (Mousinho de) - 179 Alemanha, alemães - 32, 48, 53, 64,

106, lio, 119, 128, 139, 166, 168-171,
173 176-178, 201, 204, 205, 269, 271,
279: 318, 31Ü, Z.323, 345, 347, 371,372,
397 Alenquer - 73 Alentejo-68, 100 Alfageme de Santarém (0) - 53 Algarve - 8,
16, 68, 92, 100, 223, 326 Álgebra - 48 Algodão - 157, 159, 392, 393, 396 Aliados
- 177, 269, 350, 352 Aliança Republicana Socialista 342 Almeida (António José
de) -212,

213, 225, 230, 234, 247, 255, 264, 266,
267, 271, 27D, 280 342 Almeida (Later@ e) - 120 Almoester - 94 Alpoim. (José 1~
de) - 110 Alto Alentejo - 16, 322 Altos-Comissários - 280, 362, 363,

368, 393, 398 Alto Douro - 326 *Alzamiento+ - 344 Amaral (Ferreira do) - 114,
180 Amarante - 73 Amarelos - 382 Ambaca - 155 Ambaca (Via férrea) - 155 Ambos -
131 Ambriz - 138, 167, 168 Amélia (rainha de Portugal) - 108,

220 Amendoim - 396 América - 33, 137, 145, 151, 199, 217 América do Sul - 153

Amnistia - 88, 224, 307, 410 Analfabetismo - 45, 46, 82, 217, 226,
228, 258, 305, 326, 327, 331, 403-405 Anarquismo - 210, 213, 215, 250, 285,
287 Anchieta (José de) - 164 Andrade (Mário) - 374, 376 Andrade (Alfredo Freire
de) - 179 Andrade (Gomes Preire de) - 84 Andrade (Gomes Freire de), decano
da Sé de Lisboa - 85 Angelo (Carolina Beatriz) - 218 Angoche - 125, 126, 175,
179 Angola - 68, 108, 110, 119, 120, 122-125, 127-131, 135, 137-140, 144, 146-
153, 155, 157, 161-164, 167-169, 171,
172, 174, 176-178, 200, 234, 257, 270,
351, 355-357, 363, 364, 366-367, 371-377, 381-396, 398, 399, 401-405, 418 Angola
e Metr6pole (burla do banco)-208 Angra do Heroísmo - 90, 260 Anti-Clericalismo -
35, 107, 219-225,
308,401 Apostolado da Oração - 219, 254 Araquistain (Luís) - 79 Araújo (Manuel
Gomes de) - 325 Arborização - 320, 321 Arganil - 340 Argélia - 354 Aristocracia
- 81, 292 Arquitectura - 57, 237, 238, 332 Arquivo Nacional da Torre do Tom.
bo - 55, 232 Arquivos - 55, 232 Arriaga (Manuel de) - 246, 266, 268,
270, 271 Arroz - 8, 159 Arruda - 73 Arte
século xix - 53 > 57,58, 104 século xx - 232, 233, 237, 238, 332,
333 Ásia - 137, 141, 142, 145, 146, 166 Ásia Portuguesa - 146 Asseiceira - 94
Assembleia Nacional - 67, 304, 305,
306, 343, 348, 411 Assembleia Nacional Constituinte 257, 265, 415, 417 ,
Assistência - 38, 44, 212, 213, 219,
220, 296, 316 Associação Central da Agricultura
Portuguesa - 10 Associação Comercial do Porto - 18 Associação Fé e Pdtria. - 254
Associação Internacional Africana @ - 169 Associação Internacional do Congo
-170 Associação Mercantil Lisbonense18 Associação Escolar Vanguarda-299
Associação de Propaganda Feminista - 218 Associações académicas - 329
Associações comerciais - 18 Associações políticas, Ultramar 373 Associações
religiosas - 78 Associações secretas - 78, 298 Ateísmo - 35, 221, 251, 287
Athena - 237

Índice Analítico

Atlântico (oceano) - 234 Áustria - 89, 90, 105, 271 Austrália, australianos - 151, 347,

372 Áustria, Hungria - 187, 199 Auto de Gil Vicente (Um) - 53 Aveiro - 39, 199, 278, 326 Aviação - 234, 235, 418 Ávila (duque de) - 41 Azambuja - 73 Azeite - 191, 321 Azevedo (Pinheiro de) - 418 Azulejos - 58, 238

Bacalhau - 197 Bala dos Ilgres - 125 Baião - 73 Baixo Alentejo - 16, 326 Bairros Sociais - 214 Balanga comercial - 19, 152 188,

197, 316. 394, 397, 398, 400 Balantas - 132, 177 Balcãs - 346 Baldwin (Stanley) - 344 Baldios - 7 Balzac - 56 Banca - 20, 201, 202 Banca - Ultramar - 162 Banco Angola e Metrópole - 287 Banco de Lisboa - 20 Banco Nacional Ultramarino - 20,

162 Banco de Portugal - 20, 201, 208,

209 Bandeira - 265 Banto (língua) - 130 Barbosa (António, Pinto) - 325 Barbosa (Tamagnini) - 247, 278 Barotse - 120, 175 Barreiro - 195 Barros (João de) - 227 Batata - 8 Batongas - 131 Beira (cidade) - 155, 159, 161, 382,

399 402 Beir@ Alta - 16, 326 Beira Baixa - 16 326 Beira Litoral - 1'6, 33, 187, 326 Beira - Meníni (caminho-de-ferro)

159 Beirão (Veiga) - 18 Beiras - 68, 100, 278 Beires (Sarmento de) - 235 Beja - 223, 355 Belenzada - 97

Bélgica, belgas - 12, 32, 53, 103, 119,

128, 169, 170, 175, 192, 193, 204, 226,

2441 318 Belo (João) - 363 Benedictinos - 38 Beneficência - 296, 308 Benguela - 68, 122, 125, 131, 153, 155,

382, 395 Benguella ds Terras de Iacca (De)

-122 Benguela (caminho-de-ferro) - 161 Beresford (Arthur) - 84, 85 Bernardo, (José) - 98 Bessa Ulenrique Forbes de) - 275 Biafadas - 131, 177 Biafar - 131 Biblioteca Nacional de Lisboa 232, 233 Bibliotecas - 232, 233 Bió - 120 >122 Bijag65 - 132 Bismarck - 110, 169, 170, 172 Bissau - 68, 126, 380 Blanc (Louis) - 241 *Bloco+ - 246 Bloco Ibérico - 341 Bobo (O) - 54 Bocage (Barbosa du) - 173 Boeres. - 119 Bolama - 126, 166, 167 Bolchevismo - 287 Boletim Oficial - 164 Bolsa - 20 Bolsas de estudo - 230, 326 Bombarral - 142 *Bonzos+ - 285 Borges (Ferreira) - 17, 18, 85 Borracha - 151, 169, 318, 392, 396,

399 Boto (António) - 237 Bouças - 73 Braga - 119, 223, 225, 278, 287 Braga (Alexandre) - 234 Braga (Teófflo) - 56, 241, 264, 271,

Bragança - 8, 223, 278 Branco (Camilo Castelo) - 55 Brandão (Raul) - 236 Brasil, brasileiros - 3, 16, 19, 20,

24, 25, 33, 34, 52, 62, 64, 67, 68, 82,
84 - 88, 90, 91, 1,03, 127, 128, 137,
138, 1^ 144, 151, 152, 157, 174, 175,

187 191 323, 3,54, 384, 419 Br;@sÜ, inclcí@éfidência do - 87, 89 British East Africa Company - 159 British South Africa Company 159

436

Índice Analítico

Brito (Elvino de) - 6, 33, 189 Brochado (Bernardino José) - 120 Brotéria - 220 Bruno (Sampato) - 241 Bruxelas - 169 Bulgária - 198, 204 *Burgueses+ (ou grupo do centro)

-75 Burguesia - 42, 43, 55, 56, 81, 96,

102, 209, 210, 212, 214, 216, 217, 258,
265, 267, 268, 271, 273, 294

c

Cabeçadas (Mendes) - 287, 288, 336,

340,342 Cabette (Adeialde) - 218 Cabinda - 138, 167, 168, 172 Cabo (cidade do) - 130, 152, 161

-122 Cabo Delgado-125, 128 Cabo Frio - 172 Cabo Verde - 16, 68, 129, 137, 138,

146, 147, 148, 150, 151, 152' 153,162,
163, 164, 257, 302, 364, 365, 383, 384
390, 400, 403-405, 418 Cabral (Amilcar) - 378 Cabral (Costa) - 13, 14, 27, 28,
48,

SO, 75, 97, 98, 100, 102, 240 Cabral (Sacadura) - 234, 235 Cabralismo, cabralistas - 52, 75, 76,

97, 98, 100, 102, 151 Cabril - 316 Cacau - 1391 157, 158, 400 Cacheu - 68, 126 Cacine - 167 Caconda - 125:, 178, 383 Cadaval - 73 Cadbury (Wflliam) - 140 Caetano (Marcelo) - 304. 353, 354,

355, 358, 409, 411-414 Café - 139, 157, 159. 392, 393 Caldas da Rainha - 414
Camacho (Brito) - 229, 246, 247,

264, 266, 267, 280, 363, 398 Câmara de Comércio e Indústria

em Lisboa -- 18 Câmara Corporativa - 304, 305 Câmara dos Deputados - 65, 661
801

95, 96, 171, 220, 256, 259, 286 Câmara (D. João da) - 54 Câmara Municipal de
Lisboa - 114 Câmara dos Pares - 36, 411, 42, 43,

65,66, 67, 95 Caminhos de Ferro Portugueses 198, 315

Camionagem - 198, 199, 315 Camisas Azuis - 348 Campanhas militares (Ultranar)

- 133, 371, 372 Campos Júnior - 235, 236 Capitais estrangeiros - 12, 13, 18.

155, 157, 159, 160, 161, 196, 209, 356,

364, 377, 391, 393; 397 Capitalismo - li, 253, 319, 368, 398 Camões - 331
Campolide (colégio de) - 220 Campos (Ezequiel de) - 189, 191-194 Canadá - 323
*Canhotos+ - 285 Capelo (Herrnenegildo) - 122, 123 Carbondria - 78, 116, 253,
254, 301. Cardoso (Alves) - 237 Cardoso (Amadeu de Sousa) - 238 Cardoso (António
Maria) - 123 Cardoso (Augusto) - 123 Cardoso (Sã) - 231, 249, 279, 282 Caribe -
375 Carlos (rei de Portugal) - 40, 90,

108, 110, 111, 112, 114, 177 carlos (Palma) - 416 Carlota Joaquina (rainha de
Portugal) - 86, 87 Carmona (õscar) - 336, 337, 340,

343, 344, 349, 350, 351, 353, 364 Carneiro (Mário de Sã) - 237 Carregado - 14
Carta Constitucional - 36, 41, 46,

64-66, 68, 79, 88, 89, 96-98, 103, 144,

303 Carta dei Lavoro Italiana - 295 Carta das Nações Unidas - 366 Carta Orgânica
do Império - 303,

364 Carta Orgânica do Império Colonial Português - 364 Cartilha Maternal - 226
Cartistas - 75, 97, 98, 100 Carvalho (Henrique de) - 123 Carvalho (Silva) - 28,
85 Casa Pia de Lisboa - 129 *Casa portuguesa+ - 58, 238 Casa Sindical - 213
Casamansa (rio) - 167, 172 Casamento - 308 Casas da Lavoura - 295 cascais - 73
Casino Lisbonense - 56 Castelo do Bode - 316 Castelo Branco - 39 > Castilho
(António Feliciano) - 56

Índice Analítico

437

Castro (Álvaro de) - 208, 231, 247,

249, 284, 285, 338, 398 Castro (Canto e) - 276 Castro (Eugênio de) - 236 Castro (Ferreira de) - 255 Castro (Ferreira de) escritor - 330 Castro (José Luciano' de) - 28, 109,

114, 171 Castro (Pimenta de) - 270 Castro (Vieira de) - 147 Cassal (rio) - 120, 123 Catalunha - 8 Causa Monárquica - 252 Cazembe - 120 Cela - 383 Celebes (ilha) - 152 Centauro - 237 Centro (partido) - 75, 88, 102 Centro Católico Português - 250,

306, 342 Centro Promotor do Melhoramento

da Classe Laboriosa - 44 Censos - 31, 185, 321, 381, 384, Censura-51, 52, 276, 295, 299, 300,

301, 303, 330, 331, 337, 338, 349,
357> 373, 392, 410, 412 C. A. D. C. (Centro Académico de

Democracia Cristã) - 224, 250,

306 Centro Democrático Social-417 Cera - 392 Cerejeira (Manuel Gonçalves) - 250
Chá - 157 396 Chagas Q6ão) - 236, 266 Chai-Chai (via férrea) - 155 Chaimite -
179 Chamberlain (Neville) - 344 Charles et Georges - 140 Chaves - 278 China,
Chineses - 139, 141, 142, 152,

175, 379, 384 Chire - 172 Cidade Universitária de CoImbra

-329 Cidade Universitária de Lisboa 329 Ciência

século xix - 57 século xx 234, 235, 333 Ciências Económicas e Financeiras

- 328 Cientismo - 56, 241, 251, 287 Cinema - 238, 330, 333, 410 Classes sociais
- 66, 81, 85, 96, 98,

103, 104, 107, 108, 114, 188, 191, 192,
209, 212, 214, 215, 216, 219, 220, 221,

242, 253, 255, 258, 264, 265, 267, 268>

271, 275, 287, 292 295, 302, 341, 409 Classicismo - 57 Clero

século xix - 34-37 42, 87 século xx - 219-22@, 262 Clero, bens do - 36 Clero
regular - 34, 37, 401 Clero secular-39, 219 Clericalismo - 220, 221 Cochim. -
142 Coco-392 Código Administrativo (1836, 1842,

1878, 1886, 1895, 1896) - 27, 28 Códia.o Administrativo 1936 - 325 Código

Administrativo 1940 - 325 Código Civil - 30 191, 326 Código ComercW'(1833) - 17
Código Eleitoral 1911 - 260 Código Eleitoral 1913 - 257 Código de falências
(1899) - 18 Código Penal - 30, 45 Código do Processo Comercial (1896, 1905) -18
Código de Trabalho Indígena de

1875-78 - 138, 139 Código de Trabalho Indígena de

1909-140 Código de Trabalho Indígena de

1911-367

Coellio (Adolfo) - 227 Coillard - 123 CoImbra-45, 49, SO, 112, 187, 199,

223-225, 227, 229-231, 250, 278, 341 Colégio das Missões Ultramarinas

-142 Colégio dos Nobres - 50 Colonialismo - 62, 166, 211, 352, 380 Colonização -
119-129, 133, 135, 136,

159, 174, 175, 367, 382 383 Columbano Bordalo ~iro - 58,

237 Comércio

século xix - 17-21 século xx - 197, 244, 316-319, Comércio (Ultramar)

século xix - 127, 137, 138, 159-162,

167 século xx - 392, 394, 396, 398, 400 Comissários Régios - 179 C.D.E.
(Comissão Democrática Eleitoral) - 411 C. E. U. D. (Comissão Eleitoral de

Unidade Democrática) - 411 *Comissões Eleitorais+ - 410 Companhia dos
Carregadores Açorianos - 200

438

Índice Analítico

Companhia Colonial de Navegação

-200 Companhia Confiança Naciolial 20 Companhia dos Diamantes de Angola
(Diamang) - 393 Companhia Geral do Crédito Predial Português - 5 Companhia de
Inhambane - 160 Companhia de Jesus - cf. Jesuítas Companhia das Lezírias - 10
Companhia de Moçambique - 159,

389, 393 Companhia de Mo~edes - 161 Companhia Nacional de Navegação

-200 Companhia do Niassa - 160, 389,

395-398 Companhia das Obras Públicas de

Portugal - 13, 14 Companhia Portuguesa dos Caminhos de Ferro - 198 Companhia dos Tabacos de Portugal - 196 Companhia União Mercantil - 152 Companhia da Zambézia, - 160 Companhias de navegação - 152 Companhias privilegiadas-150, 159,

150, 159, 160, 161, 364, 394, 395, 397 Comunicações

século xix - 5, 13, 14-18, 52, 151-153 século xx - 197, 315, 316, 395 Comunismo comunistas - 210, 215,

250, 251, 279, 285, 302, 309, 352, 356,
380, 410, 411, 415-417

Conaery - 378 Concordada de 1859-141 Concordata de 1886 - 142 Concordata de 1940 - 303, 308, 401 Concilio do Vaticano LO - 219 Confederação Geral do Trabalho 215, 253 Confederação Patronal - 215 Conferência internacional de 1876

169, 170 Conferência internacional de Berlim (1884-85) - 170 Conferência Pan-Africana - 373 Conferência da Paz de Paris - 279,

280 Conferências do Casino - 56, 105 Congo, Congolezes - 119, 120, 122,

123, 167, 170, 376 Congo Belga - 131, 395 Congresso Internacional do Livre.

-Pensamento - 223

Congresso do Partido Democrático

- 1912 - 244, 246 Congresso da República - 225, 256,

260, 271, 286 Congresso Republicano histórico de

Aveiro - 410 Congresso de Viena (1815) - 105 Congues - 131 Conselho Económico e Social - 391 Conselho de Estado - 64, 65 Conselho de Governo - 147, 391 Conselhos Legislativos - 391 Conselho Parlamentar - 256 Conselho da Revolução - 417 Conselho Ultramarino - 146 Conservadores - 95, 187 Conservas - 12 194, 195, 197, 318,

321 conservatório Geral de Arte Dramática de Lisboa-51 conservatório de Lisboa-238 conservatórios das Artes e Ofícios

49 Constituição - 85, 412 Constituição de 1822 - 26, 36, 63, 64,

66, 67, 75, 96, 144, 145 Constituição de 1826 - 65, 89; cf.

Carta Constitucional Constituição de 1838 - 144, 146 Constituição de 1911 - 255, 256, 266,

293, 303, 339, 361 Constituição de 1933 - 303-05, 309,

326, 339, 352, 356, 362, 363, 366 Constituição alemã de 1919-303 Constituição belga (1831) - 66 Constituição brasileira de 1891 255 Constituição de Cádiz (1812) - 63 Constituição espanhola (1837) - 66 Constituição francesa de 1795 - 63 Constituintes - 77, 192, 257 Contemporânea - 247 *Convenção de Gramido+ - 100 Coolela - 179 Cordeiro (Luciano) - 146 COOPERativismo - 44, 243, 244 Copra - 396 Cordes (Sinel de) - 336, 337, 349 Corpo Expedicionário Português (C.E.P.) - 272, 276 Corporativismo - 251, 295-297, 304,

342,410 Cortes - 26, 34, 36, 63-65, 67, 85-89,

111,253 Cortiça - 8, 188, 190, 194, 197, 318,

321 Corvo (Andrade) - s4

Índice Analítico

439

Cortesão (Jaime) 233, 236, 307, 338 Costa (Afonso) - 191, 204, 213,

214, 222, 231, 234, 246, 247, 264,
266-269, 271-273, 279, 280, 284, 285,
307, 338, 339, 362 Costa (Fernando dos Santos) - 352

355 Costa (Gomes da) - 287, 336 Couceiro (Paiva) - 179, 278 Coutinho (Azevedo) - 213, 252 Coutinho (Gago) - 234, 235 Cranganor - 142 Crime do Padre Amaro (0) - 55 Crises económicas - 20, 107, 108,

201, 205, 279, 313, 369, 393, 397 Crisóstomo (João) - 109 Cuamato - 177, 372 Cuango (rio) - 174 Cuanhamas - 372 Cuanza (rio) - 120, 122 Cuba - 309, 327 Cubango, (rio) - 122, 178 Cubismo - 238 Cultura

século xix - 51.53, 55-58, 136, 162-164 século xx - 220, 226, 231, 234, 237, 296, 307, 319, 320-331 Cunene (rio) - 120, 172, 178, 372,

383 Cunhal (Álvaro) - 416 Curso Superior de Letras - 48, W,

230

D

Dadrá - 379 Dahomey - 139, 167, 379 Damão - 175, 355, 379 Dantas (Júlio) - 235 Dar-es-Salaam - 378 Defensores da República - 254 Defesa Civil do Território, - 299 Delgado (Humberto) - 354, 355, 357 Democracia - 200, 257 *Democracia, Orgânica - 298 Demografia - V. população Despotismo Esclarecido - 60, 287 Deus (João de) - 226, 227 Dezembristas - 247 Diamantes - 159, 392, 393 Dias (Fernando Quintanilha de

Mendonça) - 325 Dias (Malheiro) - 235 Díli - 152, 373 Direcção-Geral de Segurança - 412, 414 Desemprego - 313, 314 Dissidência Progressista - 78, 112

Ditadura - 95, 96, 109, 112, 213, 228,

270, 271, 274, 275, 293, 294, 336-339, 342, 343 345, 346, 349-351, 354 Diu - 175, 355, 379 Dívida consolidada - 26 Dívida de guerra - 205 Dívida pública - 24-26, 205, 286 Divórcio - 218, 222, 223, 308 Dominicanos - 219 Doroteias, - 219, 220, 224 Douro (rio) - 13, 16 315 Douro Litoral - 187: 195, 326 Dover - 253 Duarte Nuno - 252, 253, 353 Duplo Centenário - 346-348 Durão (Portugal) - 204 Durban, - 123, 152, 161

E

Eça (Pereira de) - 178, 372 Écoles Polytechniques - 50 Economia . século XIX - 82, 84, 85, 90, 97, 103,

104 século XX - 201, 282, 313, 314, 319,

320, 324, 352 Economia (Ultramar)

século XX - 130, 139, 151, 155-159,

161, 162

século XX - 3671 369, 391-M Eiffel - 16 Eleições - 82, 89, 96, 112, 113,

116, 148, 257-260, 265, 268, 271, 274, 279, 282, 305, 306, 339, 340, 343, 348, 349, 410, 411 Eleições 1820 - 67 Eleições 1822 - 67 Eleições 1826-52 - 68 Eleições 1853-1910 - 69 Eleições (1860, 1865, 1870, 1878, 1890,

1894, 1899, 1910) - 81 Eleições 1922 - 283 Eleições 1925 - 286 Eleições 1949 - 350, 351 Eleições 1951 - 351, 352 Eleições 1958-354 Eleições 1965-356 Eleições 1908 (municipais) - 113,

114 Emigração - 33, 34, 128, 129, 1W

-188, 191, 197, 211, 318, 320, 321, 357,
382-384, 398, W, 405 Empresa Insulana de Navegação 200 Empresa Nacional de
Navegação

-152

440

Índice Analítico

Enes (António) - 197, 362 Entre-Douro-e-Minho - 33 Epide~ - 185, 186 Empréstimo
externo - 337, 339 Energia hidroelétrica - 316, 395,

399 Ensino

século xix - 38, 142, 159, 162, 163 século xx: - 219, 220, 223-228, 308,

327, 397, 403, 405 Ensino Infantil - 227 Ensino livre - 232, 233 Ensino Primário
- 45, 163, 227, 229,

327, 403 Ensino Secundário - 48, 163, 229,

328, 403-405 Ensino Superior - 49, 162, 163, 230-232, 328 Ensino Técnico - 49,
163, 229 230,

163 Erário Régio - 23 *Escalada de Monsanto,+ - 278 Escola de Agronomia - 328
Escola de Agronomia e Veterinária

-229 Escola de Belas Artes de Lisboa

-51 Escola de Belas Artes do Porto

-51 Escola de Engenharia - 328 Escola de Farmãela-230 Escola de Farmácia de
Coimbra328 Escola do Exército-50, @1 Escola de Guerra-273, 275 Escola Industrial
do Porto-49 Escola de Medicina e Cirurgia163 Escola de Medicina Veterinária229,
230 Escola Militar e Maternãttca-163 Escola Naval -- s1 Escola Náutica - 163
Escola Normal -403 Escola de Pilotos - 163 Escola Poilt~ca - so, 66, 230 Escola
de Veterinária - 328 Escolaridade obrigatória -327 Escolas comerciais - 49
Escolas de educação ffsica - 229 Escolas elementares - 403, 404 Escolas
industriais - 49 Escolas Médico-Cirúrgicas _ 51,230 Escolas das Missões -
404

Escolas normais - 163, 229 Escolas primárias - 162P 163, 326,

327,403,404 Escolas primárias superiores - 227 Escolas superiores-50, 51, 329
Escolas técnicas - 163 327, 403, 404 Escultura - 58, 237, 23h, 332 Escravatura -
127, 136-140, 151, 167,

168, 367-369 Espanha, - 16, 32, 53, 85, 87, 90, 100,

105, 106, 107, 110, 128, 141, 187, 198,
199, 204, 205, 209, 215, 260, 262, 269,
283, 285, 306, 319, 327, 344, 345, 347,
348, 350, 374 Espírito Santo (Padres) - 38 Estado autoritário - 292, 304, 342
Estado Livre do Congo - 174 *Estado Novo+ - 198, 206, 218, 292,

295, 297, 301, 302, 303, 306, 307, 311,
314, 319, 324, 326, 339, 342, 343, 345-348, 350-354, 363, 364, 374, 400, 409,
410. 412, 414 Estados Unidos - 110, 128, 139, 167,

199, 314, 318, 323, 331, 347, 348, 384 Estatuto Orgânico das Missões Católicas
Portuguesas (1926) - 401 Estatuto Político, Civil e Criminal,

dos indígenas de Angola e Moçambique - 363, 366 Estatuto do Trabalho Nacional
295, 303, 342 Estradas - 14, 16, 18, 155, 160, 198,

199, 315, 395, 397 Estremadura - 8, 68, 326 Etiópia - 345 Evales - 372 Évora -
223, 225 Évora-Monte, concessão de - 94 Exército - 50, 84-87, 95. 123, 209,

210, 245, 267, 280, 281, 283, 285-87,
324, 337, 341, 379, 409, 413, 418 Exilados - 61, 90, 303, 304, 307, 332

338, 339, 344, 357, 374, 410, 412 Explorações africanas - 119, 120,

121,123 Exposição Internacional de Sevilha

- 238 Exposição do Mundo Português 347, 348 Exposições internacionais - 238
Extremo Oriente - 175 Eurico, o Presbítero - 54

Índice Analítico

441

F

Faculdade de Cânones - 50 Faculdade de Direito - SO, 230, 340,

353 Faculdade de Direito de Lisboa 328 Faculdade de Economia do Porto

-328 Faculdade de Engenharia - 328 Faculdade de Leis - 50 Faculdade de Letras de Coimbra 230, Faculdade de Letras de Lisboa 230, 328 Faculdade de Letras do Porto - 328 Faculdade Técnica do Porto - 328 Faculdade de Medicina - 329, 403 Faculdade de Teologia - 223, 230,

308 Família. - 217 Farinha de peixe - 393 Fascismo - 251, 279, 287, 291, 294,

295, 298, 299, 306, 332, 337, 343 Fátima (aparções de) - 225, 341 Federação Maximalista Portuguesa

-249 Federações Nacionais - 296 Federações Regionais - 296 Federalismo - 241, 242 Feijó (António) -236 Felgueiras - 73 Felupes - 132 Fernando II (rei de Portugal) 95, 96, 103, 104, 106 Fernando, VII (rei de Espanha) 90 Ferraz Uvens) - 340 Ferreira (D. António), bispo do

Porto - 410 Perretra (Caetano) - 122 Ferreira (José Dias) - 109 Ferreira (Manuel Cavaleiro) - 325 Ferreira (Narciso) (Riba d'Ave) 13, 195 Ferreira (Vicente) - 392 Ferro - 393 Ferro (António) - 333, 348 Figueira da Foz - 18 Figueiredo (Mário de) - 340 Filoxera, - 8 Finanças

século XIX - 23, 85, século - - 196, 202, 268, 282, 286,

311-314, 319, 336

Finanças (Ultramar)

século XIX - 148-51 século XX-396, 400 Fisiocracia - 4 Flandres - 272, 273, 275 Flores (ilha) - 175 Fomento (planos de) - 102, 319, 394 Fontes Pereira de Melo (António,

Maria de) - 13, 14, 16, 48, 69, 70, 80, 81, 102, 198 Fontismo - 14, 19, 20, 24, 151, 240,

241, 314 Fonseca (Jaime Filipe da) - 355 Fonseca (Rodrigo da) - 27, 69, 102 Forças Armadas - 301, 337 Formiga Branca - 254, 271, 301 Fourier - 241 França, Franceses - 4, 32, 48, 52, 88,

90 >91, 94, 105 106, 110, 119, 128, 140, 141, 166, 167, 169, 170, 172, 173, 177, 192, 204, 212, 219, 226, 260, 264, 269, 272, 314, 318, 323 357, 361 Franciscanos - 3W, 219 Franco (Francisco) - 308, 345, 347 Franco (João) - 28, 48, 69, 109, 110,

112, 114 Franquismo - 111 Funcionalismo público - 42, 209,

210 214, 216, 286, 303 Frei de Sousa-53 Freitas (Vicente de) - 340, 343,

351 Freitas, Barjona de - 30 FRELIMO (Frente de Libertação

de Moçambique) - 378 Frente Popular - 344 Fulas - 131, 177 Fuschini (Augusto) - 109

o

179

Galhardo (Eduardo) Galiza - 16 Galvão (Henrique) - 355, 374, 375 Gama (Arnaldo) - 54 Gamito (Antônio Pedroso) - 119,

120 Garcia (Elias) - 241, 246 Garcia (Torres) - 205 Garrett (Ahneida) - 53, 102 Gaza - 171, 179, 388 Geba - 126 Geração de 1848 - 240 Geração de 1870 - 24, 55, 56 Geração de 1890 - 242 Geração de 1910-14 - 291 Gestapo - 301

442

Índice Analítico

Goa, Goesw - 68, 142, 152, 153, 163,

175, 355, 379 Goba (via férrea) - 399 Golpe de Estado . 17 Junho 1926 V. Rebeliões Golpe de Estado 9 Julho 1926 -V.

Rebeliões, Gomes (Costa) - 413 Gomes (Henrique Barros) - 171,

172 Gomes (Manuel Teixeira) - 177,

236, 237, 284, 286 Gomes (Rui Luis) - 351 Gonçalves (Vasco) - 416-418 Gondomar - 73 Governo Provisório de 1911-211,

221, 230, 264-66, 268 Governos Provisórios de 1974-75 415-418 Grã-Bretanha- 3, 19, 108, 110,119,

138, 140, 167, 169, 170, 173-76, 197,

205, 271, 318,347, 348 Graça (Joaquim Rodrigues) - 120 *Grande Lisboa+ - 33 Grande Loja de Portugal - 255 Grande oriente Lusitano Unido 255 Granjo (António) - 192, 247, 282,

283 Grant (Ulysses) - 167 Grécia, gregos - 16, 199, 327, 346 Grémios da Lavoura - 295 Greve académica de 1907 - 112 Greve académica de 1962 - 355 Greves - 44, 45, 211, 212, 213, 214,

215, 372 Greves acadêmicas - 412 Grupo do 27 de Abril - 2@4 Grupo dos treze-254 Grupos sociais -ver Classes sociais Guarda - 223, 282 Guarda Nacional Republic&na-262,

281-83, 302, 303 Guarda Fiscal - 302 Guedes (Marques) - 205 Guerra Anglo---Boer - 161 Guerra Civil - 89, 90, 91. 93, 100, 262,

277 Guerra Civil de 1832-34 - 10 Guerra Civil de 1846-47 - V. Maria

da Fonte Guerra Civil de Espanha - 298, 309,

34"45 Guerra da Coreia - 393 Guerra Mundial (1.a) - 8, 12, 16, 21,

169, 177, 178, 179, 185-87, 192, 195,
196, 197, 199, 200, 201, 203, 204, 205,

207, 213, 215, 216 224, 34, 238, 265,
269, 362, 378, 397' Guerra Mundial (1.a), consequências - 279, 280, 281 Guerra Mundial (1.11) (Portugal na)

- 271, 272, 273, 275, 276 Guerra Mundial (1.a) (Ultramar) 372 Guerra Mundial (2.a) - 204, 237, 309,

312, 313, 319, 325, 333, 346, 347, 366,
372, 373, 382, 384, 393-395, 397, 398,
404 Guerra do Ultramar - 320, 356, 376-379,411 Guerra do Vietname-393Guerrilhas - 100, 356, 373, 376, 378,

383, 399, 400, 404, 410 Guimarães - 340 Guimarães (Vitorino) - 204, 205 Guiné - 126, 128, 130, 131, 135, 137,

139, 14&48, 150-52, 162, 166, 172,
175, 177, 178, 200, 257, 338, 356, 363,
366, 371, 372, 374. 377, 383-390, 402-
405, 413 Guiné-Bissau. - 418 Guiné (Golfo da) - 167, 379. Guibenkjan (Fundação Calouste) 329 Gungunhana - 178, 179

H

Hammond (R. J.) - 128 Harris (John) - 140 Henrique de Carvalho (cidade) 394 Herculano (Alexandre) - 54, 55, 102

192, 241 Hereros - 131 Hino Nacional - 244, 265 Hino da Carta - 265 História de Portugal (A. Hercul&

no) - 55 Hitler (Adolf) - 346 Holanda - 128, 175, 193, 244 Horta - 260 Huambo -

382 Hugo (Vitor) - 56 Humbe - 178

Iberismo - 106, 107 Ibo - 123, 160, 397 Ideologia do Estado Novo - 294,

295 Ideologia liberal - 62, 63, 92

Índice Analítico

443

Ideologia republicana - 240, 241-45,

287 Igreja - 4, 34, 36, 39, 45, 61, 95, 108,

141, 209, 218-22, 224, 225, 232, 243,

251, 267, 268, 270, 273, 283, 286, 2879

303, 304, 308, 309, 330, 341, 355, 401-403 Ilhas Adjacentes - 27, 67, 71, 73,
144,

200, 211, 271, 338, 410 Iluminismo - 45 Imperialismo - 128, 131 Imprensa - 51,
52, 80-82, 106, 164,

224, 233, 330, 331, 348, 373 Imprensa estrangeira - 369 Incursões monárquicas -
ver Rebe.

liões monárquicas Indemnizações de guerra - 279 Índia, indianos - 130, 141, 142,
152,

175, 179, 355, 365, 379, 382, 403 Índia (Estado da) - 129, 138, 147-153, 161, 163,
164, 384, 390, 400, 403,

404, 405 Índia Inglesa - 142, 152, 154, 162 Índia Portuguesa - ver Índia (Estado
da) Índias Ocidentais - 139 Individualismo - 251 Indústria

século XIX - 11 século 193, 244, 318, 399 > Indústria eléctrica - 194

Indústria química - 195, 318 Inflação - 201, 208, 214, 216, 279,

286, 314 Inglaterra, ingleses - 4, 11, 16, 19,

25, 32, 48, 53, 88, 90, 91, 94, 100,

103, 105, 106, 108-10, 119, 128, 137,

139-41, 166-69, 171, 173, 176, 192,

194, 197, 200, 204, 212, 269-71, 314,

342, 343, 345, 347 Inhambane - 122, 123, 402 Inhamissa - 383 Inquisição - 34,

35, 86, 221, 301 Inspeção Geral dos Serviços de

Fazenda do Ultramar - 149 Instituto de Alta Cultura - 329 Instituto do Cancro -

234 Instituto de Climatologia - 329 Instituto de Estomatologia - 329 Instituto de Hidrologia - 329 Instituto Industrial e Comercial de

Lisboa - 229 Instituto Industrial de Lisboa -- 49 Instituto de Medicina Tropical
165 Instituto de Oncologia - 329 Instituto de Seguros Sociais - 2, 14

Instituto Superior de Agronomia

-229 Instituto Superior do Comércio 229, 230 Instituto Superior Técnico - 229,

275, 328 Instrução -ver Ensino Integralismo Lusitano - 245, 250,

251, 252, 295, 298, 302, 306 Intervencionismo - 297 Intransigente - 266
investigação científica - .57, 164,

165, 231, 234, 329, 330, 333 Islam (influência, do) - Mtramar

-131, 132 Irlanda - 187 Irmãos de S. João - 38 Irmãs da Caridade francesas - 38
Irmãzinhas dos Pobres - 38 Isabel Maria (Infanta de Portugal)

-88 Itália - 32, 53, 94, 104, 106, 128, 187,

198, 204, 207, 219, 241, 285, 306, 344,
345 Ivens, (Roberto) - 112, 123

Janeirinha - 104 Janeiro de 1891 (31 de) - 108 Japão - 347 >372, 373 Jesuítas -
37, 38, 78, 219, 220, 221,

226, 243, 254 João V (rei de Portugal) - 35 João VI (rei de Portugal) - 63, 64,

85, 86, 87, 88 João Belo (cidade) - 382 Jorge (Ricardo) - 234 Jornais - 51, 52,
61, 233, 331 Jornalismo - 331 Jovem Turquia - 254 Junqueiro, (Guerra) - 57, 235
Junta de Colonização Interna - 321 Junta Consultiva do Mtramar 146 Junta do
Crédito Público - 23 Junta de Educação Nacional - 329 Junta Governativa do
Reino - 278 Junta Orientadora dos Estudos 231 Junta do Porto - 100 Junta
Provisional do Governo Supremo do Reino - 85, 86 Junta de Salvação Nacional-414-
417 Juntas Autónomas - 199 Juntas de Fazenda - 149 Juntas Gerais -28, 147

444

Índice Analftico

Juntas Militares - 276 Justiça - 28 Juventudes Católicas - 254

K

Kafué (rio) -- 120 Katanga - 123 Kent (Duque de) - 344 Kopke (Aires) - 165
Kruger National Park - 122

L

La Lys, batalha de-276 Laboratório Nacional de Engenharia Civil - 329 Zacraus -
254 Lamego - 223 La7aristas - 38 Leal (Cunha) - 234, 247, 284 Leal (Gomes) - 235
Leão XIII (Papa) - 250 Legião Portuguesa -298, 299, 343,414 legião Vernwlha -
254, 285

1?egislação administrativa - 26, 27 Legislação agrária - 4, 188, 189, 191,

192, 193 Legislação eleitoral - 67-73, 218, 245,

257-260, 305, 306, 339, 349, 350, 411 Legislação financeira - 23 Legislação
fiscal - 2051 216, 245,

268, 313 Legislação sobre Imprensa - 52 Legislação judicial - 28, 30 Legislação
sobre marinha mercante

-200 Legislação social - 211-14, 216-18,

244, 245, 286, 295 Legislação social (Ultramar) - 137,

138, 140, 367-69 Legislação ultramarina - 144-47,

362-66,377 Legitimistas - 252 Lei eleitoral 1852-69 lei eleitoral 1859-70 Lei
eleitoral 1878-69 Lei eleitoral 1895-69 Lei eleitoral 1901 - 70, 72, 73 Lei
eleitoral 1911-218, 257 Lei eleitoral 1913-218 Lei eleitoral 1918-258 Lei
orgânica do Ultramar Português - 366

Lei da Separação da Igreja do Es.

tado-222, 224, 225, 245, 401 Lei-travão - 202 Leiria - 39, 226 Leis eleitorais -
70 Leite (Duarte) - 266 Leixões - 17, 199, 316 Leopoldo II (rei da Bélgica) -
169,

170 Lettow-Vorbeck (Von) - 372 Leuchtenberg (Augusto de) - 95 Liberalismo - 10,
60, 63, 75, 81, 84

-86, 88, 89, 91, 92, 94, W , 105, 109,

145, 249, 251, 282, 287, 292, 298,

304 Libéria - 139 Liceus - 48, 327, 403, 404 Liga Africana - 373 Liga Agrárítt
do Norte - 10 Liga de Defesa da República - ver

Liga de Paris Liga de Paris (Liga de Defesa da

República) - 338, 339 Liga Republicana das Mulheres

Portuguesas - 217, 218 Lima (Magalhães) - 255, 342 Limpopo - 383 Lis (rio) - 195
Literatura

século xix - 52, 56, 104 século xx - 232-237, 330, 331 Livingstone, (David) -
119, 120 Lobato (Gervásio) - 54 Lobito - 153, 155, 383, 395 Londres - 89, 123,
177, 284, 373 Lopes (Craveiro) - 352, 365 Loulé (duque de) - 80, 105 Lourenço
Marques - 125, 126, 129,

130, 153, 161, 168, 169, 179, 382, 389,
396, 399 Lourenço Marques - Mailana (Via

férrea) -155 Loures - 73 Lourinhã - 73 Lousada - 73 Luanda - 120, 122, 129, 130,
152, 153,

155, 162, 164, 376, 377, 382, 403 Lucia - 266, 280 Luenha (rio) - 159 Luis (rei
de Portugal) - 104, 1061

107, 240 Luis Filipe - 114 Lulua (rio) - 120 Lunda (rio) - 174 Lunda-Quiocos -
131 Lúrio (rio) - 160, 378, 3*97, 398 Luxemburgo - 318

Índice Analítico

445

M

Mac Donald (Pamsay) - 344 Macau - 68, 130, 138, 142, 147, 148,

150, 151, 153, 162-64, 175, 180, 257,
347, 356, 365, 379, 384, 390, 399, 400,
403-405, Maceira-Lis (fábrica de cimentos)

-195 Machado (Bernardino) - 109, 1:10,

224, 252, 255, 264, 266, 268-71, 273,
282. 286, 307, 339, 344, 361, 362 Machado (Ginestal) - 247, 284, 336
Machado(Joaquim José) - 180 Machonas - 172 Macololos - 172 Maçonaria - 61, 78,
116, 253-55, 271,

307, 342, 348, 349 Mac-Mahon - 169 Macuas - 131 Madeira (Ilha) - 16, 28, 32. 3:3
68

129, 185, 200, 234, 257, 338, 41@ Madrid - 344 Mafra - 73 Magalhães (Alfredo de) - 230 Magul - 179 Maia - 73 Maia (Carlos da) - 283 Maias (Os) - 55 Makasar - 152 Malanje - 123, 155, 402 Malaca - 142 Malawi - 119, 131, 171, 377 Malhoa, (José) - 58, 237 Mandingas - 131 Manjacos - 132, 177 Manuel (Passos) - 19, 27, 48-51, 96 Manuel II (rei de Portugal) - 40

114, 116, 177, 220, 252, 253, 276, 293:

294, 342 Manuelistas - 253 Mão-de-obra - 12, 187, 323 Mão-de-obra (Ultramar) - 138, 1139,

151, 161, 364, 367-69, 383 Maoismo - 380 *Mapa cor-de-rosa+ - 170-72, Maquival - 155 Marco de Canavezes - 73 Maria I (rainha de Portugal) - 30,

60, 63, Maria II (rainha de Portugal) 88-90, 95, 100, 103, 104 *Maria da Fonte+ - 98, 99 Maria Pia, (rainha de Portugal) 104 Marinha - SO, 267, 281, 324, 337, 409

Marinha mercante - 199, 200 Marracuene - 179 Marrocos - 130 Martins (Herminio) - 299, 303 Martins (JúUo)- 249 Martins (Oliveira) - 56, 109, 192 Martins (Rocha) - 236 Marxismo - 214, 273, 356, 379 Massangano - 179 Matadi - 125 Matérias primas - 160, 193, 195,

197,398 Materialismo - 236 Matos (Norton de) - 272, 273, 342,

350, 351, 363, 364, 367, 368, 382, 386,

392-95, 398, 403 Maurras - 251 Mealhada - 349 Meireles (Quintão) - 351, 352, 355 Meliapor - 142 Melo (Antônio Maria de Pontes Pereira de) -V. Pontes Pereira de Melo (António Marfa de) Mendonça (Álvaro César de) - 276 Mendonça (Renrique Lopes de) 235 Menini - 155 Mesquita (Marcelino) - 54 Mesquita (Vicente) - 180 México - 327 Michelet - 56 Miguel (rei de Portugal) - 37, 86-90, 94, 95, 97, 98, 252, 253, 275, 353 Miguelismo - 92 *Milagre de Tancos+ - 272 Milho - 392, 393 Afinas - 159, 160 Mindelo - 91, 153, 384 Minho - 16, 68, 98, 187, 195, 278, 32e Ministérios (estabilidade e instabilidade) - 80, 81, 116, 260-62, 282, 324, 325 Ministérios, ministros:

Agricultura - 189, 192, 324 Agricultura e Comércio - 324 Colónias - 324, 354, 362-65 Comércio e Comunicações - 324 Comunicações - 325 Corporações - 324 Defesa Nacional - 324, 355 Educação Nacional - 299, 324, 328,

412 Exército (subsecretaria) - 355 Fazenda - 13, 30, 85, 102, 109 Finanças - 145, 204, 208, 271, 272,

324, 325, 336, 340. 341, 343, 346, 352

Índice Analítico

Fomento - 264 Guerra - 30, 145, 272, 276, 324, 346,

352 Instrução - 225, 228, 231, 340 Interior - 213, 264, 275, 324 Justiça - 30, 97, 102, 145, 264, 302, @ 324, 325, 340 Marinha-30 145, 146, 149, 16P3,

179, 324, 325, 354 Negócios Eccl~ticos e Justiça

-30 Negócios Estrangeiros -30, 102,

245 171, 173, 264. 272, 324, 336,

3@ @, 346, 352, 361, 366 Obras Públicas - 13, 14, 30, 49,

102, 324, 325, 342 Reino - 28, 30, 31, 48, 85, 97, 102,

109, 145 Saúde e Assistência-324 Trabalho - 275, 278, 416 Ultramar - 30, 357
Ultramar (Inspeção Geral dos

Serviços de Fazenda do Ultramar) - 149 Mfstica do chefe - 274 Missões - 241, 142, 401, 402, 405 Missões católicas - 401 Missões laicas - 401 Missões protestantes - 402 Moagem - 12, 13, 188, 190, 194 Moçâmedes - 120, 123, 129, 155, 395 Moçambique - 68, 105, 108, 110, 119,

120, 123-25, 128, 130, 131, 133, 135,

139, 140, 144, 146-52, 155, 158@63, 169,

171-74, 17" g, 234, 257, 2 o@ 272,

280, 349, 356, 357, 363-69, 371-74, 377,

381-92, 395-99, 402-05. 418 Mocidade Portuguesa - 298, 299,

329, 343 Modernismo -- 237, 238 Moeda

século xix - 22 século xx - 196, 20"6, 265, 284,

286, 313, 400 Monarquia, Monárquicos - 40, 70,

74, 108, 112, 114, 1.30, 146-48, 188,

194, 202, 206, 207, 209, 211, 225,

243, 250, 252, 262, 272-78, 285, 293,

294, 306, 336, 337, 340, 341, 353, 367,

392, 399, 411, 416 Monarquia Constitucional - 79, 80,

109, 260, 308 Monarquia do Norte - 276-278 Monarquia Nova - 114 Mondlane (Eduardb) - 374. 378 monge de Cister (0) - 54,

Moniz (Botelho) - 355 Moniz (Egas) - 247, 279, 307, 333 Moniz (Jaime) - 48, 49, 229 Montanha (explorador) - 122 Monteiro (Armando) - 342, 344, 364 Monteiro (José Maria Correia) 119 Moreira (Adriano) - 357, 366 Mormugão - 153, 154 Moscovo - 215 Mota (Viana da) - 238 M.F.A. (Movimento das Forças Ar+

madadas) - 414, 415, 417, 418 M.P.L.A. (Movimento Popular de

Libertação de Angola) - 375 M.U.1). (Movimento de Unidade Democrática) - 348-51 Movimentos estudantis - v. greves

académicas Muchopes - 131 Mulher, direitos da -44, 217 Mundo (0) - 266 Museus - 232 Música - 54, 232, 238 Mussolini - 320, 346 Mussumba - 120 Mweru (Iago) - 120

N

Nacionais Sindicalistas - 298, 343 Nacionalismo, nacionalistas - 79,

249 294, 343, 345, 363 Nações Unidas - 350, 352, 356, 379 Nagar-Avely - 379

Nalus - 132 NarnIbia - 131 Nampula - 402 Napier - 92 Napolerao III - 140

National Press Club - 366 N.A.T.O. - 352, 357, 377 Naturalismo - 237 Navarro

>(Ernídio) - 14, 49, 198 Nazismo - 295 Negreiros (Almada) - 237 Nehru, - 379

Neo-elasticismo, neoclássico - 58,

238 Neo-gótico - 57, 238 Neo-realismo, - 331, 333 Neo-romantismo - 57, 237

Nevinson (Henry) - 140 Nhaneca - Humbles - 131 Nhanjas - 131 Niassa (Iago) - 123,

172 NiassaAndia, - 172, 399 Nthflisrno - 285

Índice Analítico Nobel, prêmio - 330, 333 Nobreza - 39-42, 65, 87, 209 Nobreza

(direitos políticos) - 41 Nogueira (Franco) - 366 Nogueira Qlenriques) - 240,

241 Nogueira (Sã) - 92, 96 Noite Sangrenta - 283 Noruega - 16 Nova Lisboa - 382,

383, 402 *Novíssima. Reforma Judiciária+

-28 Núcleo de Acção de Reconstituição

Nacional (Partido Reconstituente) -249 Nuno (Duarte) - 252, 253, 353

O

obras públicas - 314-16, 329, 395,

399 Ocussim (enclave de) - 175 Oeiras - 73 oleaginosas - 151 396 óleo de palma -

2 Oliveira (António Correia de) - 236 oliveira (Domingos de) - 340, 342

Oliveira (Eduardo Arantes e) - 325 O.N.U. (Organização das Nações

Unidas) - 366 Operariado - 42-44, 194, 209-216, 253,

267, 268, 287, 343 Opinião pública - 80, 87, 108, 114,

128, 137-40, 173, 212, 214, 223, 224.

228, 265, 268, 269, 273, 275, 282-85,

300, 331, 337, 339, 341, 348, 352, 354 Oposição - 82, 112, 116, 258, 260-262,

268, 274, 276, 285, 301-03, 306, 307,

338, 339, 342, 344, 348-51, 353-57, 373,

374. 409-11. 413

Ordenações Filipinas - 27, 30 Ordens religiosas - 5, 10, 35, 37-38,

219, 221, 224, 225 >226, 308, 401 ordens Terceiras - 254 ornelas (Aires de)

_ 252 orpheu - 237 Ortigão, (Ramalho) - 56 Osório (Ana de Castro) - 218 OXAN.
(Organização do Tratado

do Atlântico Norte) - V. N.A.T.O. Outubristas - 249 ouro - 22, 159, 209, 313

P

Pacheco (Duarte) - 342 Paços de Ferreira - 73

447 Padroado - 141 1421 402 403 P.A.I.G.C. (Part@do A.friéano da Independência
da Guin@ e Cabo Verde) - 378 Pais (Brito) - 235 Pais (Sidónio) - 248, 255, 258,
259,

273-76, 281, 340 Paiva (Artur de) - 178 Palmela (Duque de) - 31, 91, 95, 98,

100 Pampelido (praia de) - 91 Panamá-Pacífico (exposição internacional) - 238

Pangira - 130, 384 Panorama - 54 Papel - 318 Papel moeda - 22, 207, 208, 286

Papéis - 132, 177 Paradela - 316 Paredes - 13 Paris - 52, 89, 140, 238, 279,

280, 333 Parlamento - 23, 41, 66, 67, 80-82, 96,

109, 140, 173, 192, 193, 198, 224-26,

253, 261, 267, 270, 276, 280-82, 284,

288 Partidos-15, 77, 78, 82, 109, 116,

245-53, 261, 267, 278, 279, 286, 287,

293, 297, 298, 306, 307, 342, 343, 348,

349, 411 Partidos (estruturação partidária)

-79,80 Partidos (organização dos) - 245 Partidos católicos - 250 Partido

Centrista - 247 Partido Comunista Português - 245,

249, 349-51, 357, 416, 417 Partido Democrático, democráticos

- 75, 225, 244, 245, 246, 249, 258,

261, 270, 271, 272, 273, 276, 281, 282,

283, 284, 285, 286, 287, 307, 331, 338-339, 362 Partido da Esquerda Democrática

-249 Partido Evolucionista-247-249, 267-272, 279 Partido Histórico - 76, 77

Partido Legitimista - 252 Partido Liberal Republicano - 247,

279, 284 Partidos monárquicos - 78, 79, 250-253 Partido Nacional Republicano-
247,

248, 274 Partido Nacionalista - 78, 220, 247,

249.284-86 Partido Ordeiro - 75 Partido Popular - 249 Partido Popular
Democrático-416.

417 partido Popular Monárquico - 417

448

Índice Analítico

Partido Progressista - 76, 77, 79,

104, 109, 110, 112, 246 Partido Progressista Histórico-76 Partido Radical-249,

337 Partido Reformista-77, 249 Partido Regenerador-76, 77, 79,

102, 104, 109, 110, 116, 246 Partido Regenerador-Liberal - 78,

791 110 Partido Regenerador Progressista

-76 Partido Republicano Português (P.

R. P.) - 77, 103, 107, 110, 114, 115,

202, 217, 221, 242, 246, 247, 249, 257,

264-67, 285, 287 Partido Republicano Presidencial,

ta - 249 Partido Socialista - 417 Partido Socialista Português - 44,

77, 245, 250, 267 Partido Unfonista - 248, 268-75, 279 Pascoais, (Teixeira de) -

236 Passaleão (forte de) - 180 Patriarca das Índias Orientais 142 Patrício

(António)- 236 Patuleia - 76, 98 Pecuária - 191 Pedreira* @, pedra - 318 Pedro 1

(imperador do Brasil) V.

Pedro IV (rei de Portugal) Pedro II (imperador do Brasil) 91 Pedro IV (rei de Portugal) - 36, 37,

64, 88-91, 94, 95 Pedro V (rei de Portugal) - 51, 100,

104, 240 Petróleo - 393 Pio X (papa) - 223 Pimenta (Alfredo) - 252 Pimentel (António de Serpa) - 109 Pinheiro (Columbano Bordalo) V. Columbano Bordalo Pinheiro Pinhel - 39 Pinto (Liberato) - 282 Pinto (Serpa) - 122, 123, 172 Pinto (Teixeira) - 177, 371 Pirinéus - 53 Penafiel - 73 Pereira (Domingos) - 231, 249, 279 Pereira (Sertório do Monte) - 191 Pessoa (Fernando) - 237, 307, 331 P.I.D.E. (Polícia Internacional e de

Defesa do Estado) - 301, 302, 349, 357, 376, 410, 411 Pintura - 58, 237, 332 Pó (Fernando) - 374

Poesia -V. Literatura Polícia política - 301-03, 338, 349,

357, 376, 410, 412 Polícia Secreta Portuguesa - 301,

302, 349 Polícia Secreta Soviética-301 Polícia de Segurança Pública - 302 Policia de Vigilância e Defesa do

Estado (P.V.D.E.) - 301, 302 Polícias-262 299 357, 374, 409 PoMnia-64, @47 > Pombal (Marquês de) - 42, 45, 60 Pontes - 13, 16, 314 População

século x- - 31-33, 135 século - w.- 185, 189, 305, 321-24,

327, 369 População (Ultramar)

século xix-129, 174, 175 século xx - 381-84 Portalegre - 39, 223 Porto-16-18, 32, 33, 42-45, 49-52, 58,

72, 73, 81, 82, 85, 90.92, 94, 96, 100, 102, 108, 114, 163, 186, 187, 194, 195, 199, 209, 210, 212, 221, 223-25, 430, 232, 236, 260, 2781 307, 315, 324, 337, 349, 355, 410 Porto (cerco do) - 92, 94 Porto (Silva) - 58, 120, 122 Porto Amboim - 395 Porto Amélia - 382, 397, 402 Porto Grande - 163 Portos - 17, 153, 161, 162, 199, 316,

395, 399 Portugal em Africa (ocuDação efec.

tiva) - 123-28, 130, 133, 166-175, 405 Portugal e o Futuro - 413 Portugal Futurista - 237 Portugália - 394

*Portuguesa+ (hino) - 244, 265 Positivismo - 236, 241, 251. Póvoa do Varzim, - 73 Povos africanos - 130, 132-34, 168,

172, 374 Praia - 384 Prata - 22, 207-209 Preços - 21, 313 Presidência do Conselho - 14, 30,

31, 80, 102, 208, 224, 304, 324, 325,
352-54, 411 Presidência da República-56, 224,

225, 237, 254, 256, 260, 268, 270, 271,
274, 276, 279, 280, 282, 284, 285, 288.
304-07, 325, 340, 343, 412, 415, 416,
41R Presidencialismo - 304 Preto (Rolão) - 298

Índice Analítico

449

Pretória - 123, 153 Primo Basílio (0) - 55 Primo de Rivera - 344 Príncipe de Gales - 344 Proença (Raul) - 233, 236 Proletariado - V. Operariado Propaganda Pide - 141, 142 Proposta de Lei de Organização Rural - 192 Propriedade

século mx - 10, 135, 156 século xx - 190-192 Propriedade vinculada - 4, 5, 40, 41,

191 Protestantismo - 251 Províncias Ultramarinas-318, 319 Prússia - 169

Queirós (Barros) - 247, 282 Queirós (Ega de) - 55, 56 Quelimane - 123, 126, 160, 2172, 382,

399,402 Quelimane--uival (via férrea) 160 Quental (Antero, de) - 56 Questão Coimbrá - 56 Questão social - 212, 216, 273 Quionga - 169, 279, 372 Quicongos - 131

R

Racismo - 369 Racionalismo - 274 Rádio Clube Português - 345 Ramos (Gustavo Cordeiro) - 340 Ramos (João de Deus) - 227 Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação - 11 Rebeliões - 84-94 96-98, 102, 122

262, 277, 278, 282, 285, 293, 336, 343,
349, 355, 371, 372, 374, 377, 378 Rebeliões 1927-31 - 337-339 Rebeliões (Ásia) - 179, 180 Rebeliões monárquicas - 267 Reforma ortográfica - 230, 265 Rebelo (Pequito) - 193 Redol (Alves) - 331 Regência (1R29-1832) - 90, 91 Regeneração - 102 Régio (José) - 331 Reis (Alves) - 208 Reis (Carlos) - 237 Reis (Soares dos) - 58 Religiões africanas - 130, 131 Relvas (José) - 192, 206, 278

Renan - 56 Renascença Portuguesa - 232 República (2.-) - 414-419 República Espanhola (1.-) - 107,

344 *República Nova+ - 274-76 *República Velha+ - 278, 279 Republicanismo, - 107 Rerum Novarum - 251 Ressano Garcia - 153 R~on - 140 R~ta - 54 Revista de História-236 Revolta dos Marechais - 97 Revolução - 86, 112, 281, 298 Revolução de 1820 - 85 Revolução Americana - 60 Revolução Espanhola de 1868-70 106, 107 Revolução Francesa - 60, 136, 243,

251,301 Revolução francesa de 1848 - 240 Revolução francesa de 1870 - 107 Revolução (ideologia americana) 86 Revolução (ideologia francesa) - 86 Revolução Industrial - 56, 193 Revolução de Setembro de 1836

-68 Revolução republicana (1891) - 108 Revolução de 5 de Outubro de 1910

- 116, 155, 252, 253, 278 Revolução do 14 de Maio de 1915 270, 271 Revolução de 5 de Dezembro de

1917 - 190, 273, 362 Revolução de 19 de Outubro de 1921

-283 Revolução de 28 de Maio de 1926 197, 198, 233, 249, 253, 255, 287, 293,

299, 341, 401 Revolução de 25 de Abril de 1974 414 P.hodes (Cecil) - 170, 171 Rhadésia - 108, 119, 155, 161, 171,

172, 178, 368, 369, 377, 399 Riba dIAve - 195 Ribatejo - 8, 16, 326 Ribeiro (Almeida) - 362 Ribeiro (Aquilino) - 236, 330 Ribeiro (Carlos) - 325 Ribeiro (Hélder) - 228 Ribeiro (Hffitze) - 38, 72, 81, 109,

112, 114, 173, 219 Rio de Janeiro - 3, 64, 238 Rio Muni - 374 Roberto (Holden) - 376 Roçadas (Alves) - 178, 372 R<>drigues (Campos) - 234

450

Índice Analítico

Romance - V. literatura Romênia, - lo, 199 Roitativismo - 76, 77, 109, 279 Rovuma (rio) - 160, 169, 172, 372,

378, 397, 398 R~ - 187, 198, 199

Sã da Bandeira (cidade) - 395, 402 Sã da Bandeira (marquês de) - 96,

103, 128, 137, 146 Sado (rio) - 10 Sahara - 130 Sala, do Ríssoo (discurso da) -
295 SaMo dos H#moristas-238 Salários - 44, 211, 215, =, 368 Salazar, sala~mo -
189, 225, 250,

294, 295, M-04, 306-09, 311-13, 324,
325, 340-43, 345-57, 363, 366, 374, 377,
409, 410. 412, 413 Saldanha (duque de) - 80, 92, 95,

97, IW, - 102, 104, 106 WC~9 - 38 Salisbury (lord) - 172 Sampaio (eande de) - 86
Sampaio (Rodrigues) - 28 Sanjurjo, general - 344 Santa Maria (paquete) - 355,
374 Santa. Rita, pintor - 208 Santa Sé - 37, 39, 223 403 Santiago, ilha de - ãól
Santo Tirso, - 73 ~tos (Machado) - 249, 266, 275,

Santos (José Domíngues dos) -192, 231 249, 284, 285, 307, 338 São Fiel @Colégio
de), 220 S. Tomã - 139-41, 157, 379 S. Tomé o Príncipe - 68, 140, 146,

148, 150 53, 155, 157, 161-63, 200,
257, 357, 364, 367, 368, 384, 390, 399,
400, 403-W, 410 S. Vicente (ilha de) - 152, 153 S. Vicente de Paulo (ordem de)

-38 Sarmento (Morais) - 337 Saúde (Antônio) - 237 Scott (Walter) - 54 Sesbra
(Antônio Luís de) - 102 Seara Nova - 236, 249, 250, 284 Sebastião o (rei de
Portugal) - 274 Secretariado de Propaganda Nacional (S. P. X.) - 332 348
Secretariado Naci@l de Informa.

ção (S. N. I.) - 332 Semitismo - 251

Sena (Rio) - 120 Senado - 66, 256, 286 Sengas - 131 Sérgio (Antônio) - 228, 231,
236,

307, 331, 338, 354 Sernache, do Bonjardim - 142 Serpa (Antônio de) - 173 Serra
(Correia da) - 3 Serra Leoa - 139, 167 Sésamo - 396 Setembrismo, Setembristas -
75,

96, 97,137,167 Setúbal. - 18, 326, 338 Sevilha - 347 Sevilha (exposição
Internacional) 238 Shakespeare - 104 Siderurgia - 318 Sidonismo-204, 225, 273,
274, 276

278,279 AUva (Alfredo da) - 13, 195 Silva (Antônio Maria da) - 198,

205, 246, 283-86 Silva (Celestino da) - 181 Silva (Maria Helena Vieira da) 333
Silva (Rebello da) - 54, 147 Silva (Vassalo e) - 379, Silva Porto (cidade de) -
402 Silveira. (Antônio da) - 85 Silveira (Mousinho da) - 5, 23, 26,

28 92 Si;@k@ (José Veiga) - 412 Simbolismo - 236 Sindicalismo - 44 Sindicatos - 216, 342 Sintra - 73 Siaal - 393, 396 Soares (Mário) - 357. 410. 412, 416 Sobral de Monte Agraço - 73 Sociais-democratas - 416, 417 Social - democracia - 245 Socialismo, socialístas- 107, 210,

241,242, 245, 251, 265, 271, 306, 31j9,
342, 348, 411, 416, 418 Sociedade de Geografia de Lisboa

122,164 Sociedade das Nações - 279, 280,

311, 337, 339, 345 Sociedades Agrícolas - 10 Sociedades anónimas - 18 Sociedades industriais - 195 Sociedades de navegação - 200 Sociedades por quotas - 18 Sociedades religiosas - 254, Sociedades secretas - 253-55, 342 Socorros mútuos, sociedades de 44

Índice Analítico

451

Sofala - 123, 126 Solor - 68, 175 Sonuner (11enrique) - 195 Sorel - 251 Sousa (Alberto de) - 237 Sousa (Teixeira de) - 114 Soveral (marquês de) - 177 Spínoia (António de) -413, 414,

416. 417 Stanley (H. M.) @ 119, 170 Suazilândia - 155,399 Sudoeste Africano - 131 Suécia - 198, 320 Suez (canal do) - 152 Suíça - 32, 53, 193, 204, 205, 226, 264 Swahili - 131 Swan (Charles) - 140

T

Tabaco - 12, 13, 151, 195, 196, 286 Tanganica - 169, 372 Tanzânia, - 131, 169, 378 Tarrafal - 350 Tchecoslováquia - 204, 205, 345 Teatro - 53, 54, 235, 330, 410 Teatro Nacional - 53 Teixeira (explorador) - 122 Teixeira (Gomes) - 234 Tejo (rio) - 10, 88,94,195,315 Telefone - 199, 316 Telégrafo - 199, 318 Teles (Basílio) - 192, 241 Terceira (Duque da) - 92, 94, 95, 97 Terceira (ilha) - 90, 91, 94 Terrorismo -v. Guerrilha Tete - 120, 126, 160, 382, 402 Têxteis - 12 > 13, 19, 159, 162, 194,

1991,318,399. Timor, timorenses-68, 110, 127,

147, 148, 150-52, 167, 175, 176, 180,
200, 257, 347, 365, 371, 372, 383, 384,
390, 400, 402-05, 418 Tohicapa (rio) - 122 Tomar (conde de) - 102 Tomás (Américo) - 325, 354, 356,

358, 412. 414 Tomás (Fernandes) - 85 Tongas - 131 Torga (Miguel) - 330 Torres Vedras - 73 Totalitarismo - 295 Transportes - 1, 3, 5, 13, 14-18, 54,

197, 315, 395 Transvaal - 122, 123, 151, 153, 161,

176, 252, 369 Trás-os-Montes - 16, 68, 267, 278,

326

Tratado com a Inglaterra, 1890 123, 173 Tratado com a Inglaterra, 1891

174 Tratado com a Holanda, 1851 175 Tratado com a Holanda, 1859 175

Tratado de Londres, 1844 - 170 Tratado secreto de Windsor, 1899

-176 Tribunal de Contas - 23, 149 Tribunal Internacional da IWA 379 Tribunal de Justiga (Supremo) 28,66,351 Tribunal do Tesouro Público - 23 Trigo - 5, 6, 188-191, 197, 318, 320,

321 Trigoso (Falcão) - 237 Turquia - 320

U

Ultimato de IM - 108, 109, 145, 242,

243 Ultramontanismo - 241 Umbundos - 131 União da África do Sul - 368

União Ibérica - 105-07 União Indiana - 384, 400 União dos Interesses Económicos

-216, 253,306 União Liberal Republicana - 249 União Nacional - 245, 298, 303, 306

307, 342, 343, 349, 353, 411 União Nacional, ala liberal - 353,

411 União Nacional Republicana - 247 União Operária Nacional - 213, 215,

253 U. P. A. (União das Populações de

Angola) - 376 União Republicana - 247, 267 *União Sagradm - 271, 272 União Soviética - 269, 309, 347, 352 Universidade - 49, 229, 230, 328, 356,

404 Universidade Católica - 330 Universidade de Coinibra-SO, 51,

56,187 Universidade de Lisboa - 230, 355,

373 Un1versid,.@kde do Porto-230 Universidade Técnica de Lisboa328

452

Índice Analítico

Universidades livres - 232 Universidades populares - 232 Urbanismo - 186
Urbanismo (Ultramar) - 382, 383

v

Valmor (prêmio) - 238 Valongo - 73 Varela (João Antunes) - 325 Vasconcelos
(Augusto de) - 266 Vasconcelos (Carolina Michaëlis

de) - 218 Vaticano - 418 vaticano (1.º concílio do) - 219,

242 Vátuas - 133, 168, 178, 179 Veieda (Maria) - 218 Viagens de exploração -
169, 170,

172 Viana (Eduardo) - 238 Viana do Castelo -- 199, 278 Vias férreas - 14, 16,
18, 53, 153-155,

160, 161, 172, 197, 198, 315, 395-97,

399 Vicente (Arlindo) - 354 Vieira (Afonso Lopes) - 236 Viena (tratado de), 1815
- 137 Vila Cabral - 382, 399 Vila do Conde - 73 Vila Franca de Xira - 73, 87

Vila Luso - 402 Vila Nova de Gaia - 73 Vila Real - 226, 278 Vilafrancada - 87

Vinha, vinho - 8, 188, 190, 191, 197,

318, 321 Vintistas - 75 Vouga (via férrea) - 278 Viseu - 223, 278 Voluntários da
República - 254 Vitor Manuel II (rei de Itália) 104 Volfrâmio - 313

W

Washington - 366 Watutsi - 168 Welwitsch. (Friedrich) - 122, 164 Wheeler
(Douglas) - 377 Windsor (tratado de) - 110

X

Xindongas - 131 Xavier (Caldas)

179

z

Zaire (rio) - 125, 167, 168, 170 Zambeze (rio) - 122, 123, 126, 135,

160, 176 Zambeze-Luenha (rios) - 159 Zâmbia - 108, 119, 120, 171, 377 Zanzibar -
120 Zinguichor - 126, 167 Zulus - 133, 168

ÍNDICE GERAL

Prefácio	xi
Capítulo X- A Monarquia Constitucional	1
1 -Estruturas do passado e ordem nova	3
O novo Portugal	3
Agricultura	4
Propriedade	10
Indústria	11
Transportes e Comunicações	13
O Fontismo	14
Estradas e vias férreas	14
Outros meios de comunicação	16
Comércio	17
Banca	20
Preços	21
Moeda	22
Finanças	23
Administração	26
Justiça	28
Governança	30
População	31
Emigração	33 A
Igreja	34 Clero
regular ... @	37 Clero
secular	39 Nobreza
.....	39 Burguesia
.....	42 Operariado
.....	43 Ensino primário
.....	45 Ensino secundário
.....	48 Ensino técnico ..
.....	49 A Universidade
.....	49
454 Índice Geral
Escolas superiores	Imprensa
.....	Literatura. Relações com o exterior
Geração de 1870	Ciência

..... Arte

Bibliografia

2 - A Vida Política

Origens e influências A Maçonaria

..... Os Exilados

Ideologia Usica, Constituição de 1822

..... Carta Constitucional Constituição

de 1838 Actos Adicionais

Eleições de 1820 Eleições de 1822

..... Eleições de 1826-52 Eleições

de 1852-1910 Os Partidos

.....

O Rotativismo Novos Partidos

..... Associações secretas e religiosas

Ideário dos partidos monárquicos Estruturação partidária

..... Instabilidade e estabilidade ministerial Corrupção política

.....

Bibliografia

3 - Os principais acontecimentos

Antecedentes da Revolução Revolução de 1820

..... Regresso de D. João VI A Contra-

Revolução Sucessão de D. João VI

..... Restauração do Absolutismo Começos da

Guerra Civil. Os Açores ... A Guerra Civil no Continente

..... Dificuldades dos Liberais .. -

Os Conservadores no Poder Setembrismo

.....

Índice Geral

455

Cabralismo, 97 A

*Maria da Fonte+ 98

2.a fase do Cabralismo 99 A

Regeneração 102 De D.

Maria 11 a D. Luis 103 Política

interna 104 Política

externa 105

O Iberismo 106

Sintomas de crise da Monarquia	107
O Ultimato e o 31 de Janeiro	108
fase do rotativismo,	109
* problema colonial	110
* Franquismo	111
Manuel II. A Acalmação	114
 Bibliografia	 116
 Capítulo XI - África	 117
 1 - Viagens e colonização	 119
começos da exploração africana	119
Explorações até meados do século	119
grandes viagens das décadas de 70, 80 e 90	122
à ocupação efectiva	124
..... 129 Povos africanos	
..... 130 Penetração portuguesa	
..... 133 Sistema de colonização	
..... 135 Escravatura	
..... 136 Libertos e serviços	
..... 138 S. Tomé e Príncipe e mLo-de-	
obra africana	139
..... 140 Missionaçã	
..... 141	
 Bibliografia	 142
 2 - Organização	 144
Princípios gerais	144
Administração central	145
Governança	146
Organização administrativa e eleitoral	148
..... 148 Economia: a	
escravatura	151
marítimas	151

456

@náice óeral

Caminhos-de-ferro Agricultura
..... Companhi privilegiadas
comércio Cultura
.....

Bibliografia

3 - Os eventos políticos

Guiné e o Golfo da Guiné Angola

..... Moçambique

Territórios entre Angola e Moçambique .

O *Mapa Cor-de-Rosa+

O Ultimato Regularização de fronteiras

..... Índia, Macau e Timor Acordos anglo-

alemães Campanhas coloniais

Guiné Angola

..... Moçambique

Índia Macau.

..... Timor

Bibliografia

Capítulo XII - A Primeira República

1-Os problemas básicos a resolver

* População

* Agricultura

* Propriedade

* Indústria

* Comércio Transportes e comunicações

..... Crises económicas - Finanças :.-

..... Moeda Classes Sociais

..... As primeiras greves ...* Tentativas de

resolução da questão social A Guerra e suas consequências sociais ... As

classes média e superior A família e a mulher

.....

Índice Geral

457

A qu"o religiosa 218

Medidas anti-clericais 221

Apaziguamento do conflito religioso 224 A

questão cultural 226

Ensino primário 227

Ensino secundário e técnico 229

Ensino superior 230

Cultura e ensino livre 232

Ciência e Técnica 234

Literatura	235
Arte	237
Bibliografia	238
2-Ideologias e Estrutura Política	240
Surto do republicanismo	240
Programas posteriores a 1910	244 Os
Partidos republicanos	246
Partidos católicos e monárquicos	250
Grupos operários	253
Sociedade secretas	253
CONSTITUIÇÃO de 1911	255
Eleições	257
Instabilidade política	260
Bibliografia	262
3 -Os Acontecimentos	264
O Governo Provisório	264
Divisão entre os republicanos	266 Os
Democráticos no poder	267 A
Guerra ..	269
Ditadura de Pimenta de Castro	270 *
14 de Maio	270 *
União Sagrada	271 *
Sidonismo	273 *
Monarquia do Norte	276 *
restauração da *República Velha+	278 A
Paz	279 As
novas condições resultantes da guerra	279
O Exército	280
Instabilidade política	281 Os
Democráticos novamente no poder	283
O fim de, 1,11 República	286
Bibliografia	288
458	Índice Geral
Capítulo XIII -0 *Estado Novo+	

1 - O Estado Autoritário - Corporativo	
O Integralismo	Outras raízes do Estado Novo
.....	
O movimento de 28 de Maio	A questão monárquica
.....	Os começos da nova ordem
O Estado Corporativo	Elementos fascistas
.....	Mecanismos repressivos
Textos de base	Constituição de 1933
.....	Eleições
* *União Nacional+	
* *Oposição+	Igreja e Estado
.....	Civilização Cristã e Comunismo
Bibliografia	

2-Portugal nos meados do século XX

Finanças	Obras Públicas
.....	Comércio
Aspectos gerais do crescimento económico	Agricultura e arborização
.....	População
Administração	Instrução
.....	Cultura
.....	
Bibliografia	

3-Os Acontecimentos

Os começos	Revoltas de 1927-31
.....	
O Empréstimo Externo	De Vicente de Freitas a
Domingos de Oliveira Salazar	
O *Estado Novo+	Relações externas
.....	Centralização de funções em Salazar - @ ---, ...
Port@@igi4 e a Guerra	

Índice Geral

459

A Exposição do Mundo Português	347
Surto da Oposição,	348
Eleições de 1949	350
Eleições de 1951	351

Estabilidade do regime	352 *
crise política de 1958	353 *
agitação de 1958-62	355 *
problema ultramarino	356
iffitimo, período de estabilização	357
 Bibliografia	 358
 Capítulo XIV - O Ultramar no século XX	 359
 1 - Políticas	 361
Colónias e mãepátria,	361 A
política de descentralização	361
Advento do.#Estado, Novo+	363 A
política dos assimilados	365 As
reformas posteriores a 1950	366
Regime de trabalho	367
Racismo e motivações económicas	369
 Bibliografia	 @70
 2-Da pacificação aos programas de independência	 371
Campanhas militares	371
Guerra de 1939-45	372 A
Liga Africana	373
Começo dos movimentos de independência	373
As revoltas em Angola	375
Levantamentos, na Guiné e em Moçambique	377
Resultados da guerra	378
Possessões menores	379
 Bibliografia	 380
 3 - O Ultramar em meados do século	 381
Demografia	381
Administração	384
Economia	391
Surto económico de Angola	392

Surto económico de Moçambique	395 A
Indústria	399
Surto económico das possessões menores	399

460 Índice
Geral

A zona do escudo	400
Panorama religioso	401
Instrução ... *	403

Bibliografia	405
------------------------	-----

conclusão	-
407	

Governantes de Portugal	
421 índice dos Mapas e Gráficos	
429 índice dos Autores citados na Bibliografia	
431 índice Analítico	
..... 433	

NOTA FINAL

O autor não quer deixar de exprimir os seus agradecimentos muito sinceros a todos aqueles que contribuíram para a impressão deste livro. Entre outros, cujo nome porventura esquece, salienta: os seus editores, srs. architecto Graco Wandschneider, dr. Júlio Pedrosa Vieira e D. Maria de Fátima de São Pessoa; seu pai, Henrique de Oliveira Marques, que desenhou o esboço do quadro genealógico, e seu amigo, sr. Francisco Louro, que ajudou a organizá-lo e completá-lo; o orientador gráfico, sr. Manuel Dias; o desenhador, sr. José Monteiro Peres; o fotógrafo, sr. A. Sampaio Teixeira; e os seus amigos srs. dr.a D. Maria Teresa Campos Rodrigues, Arsênio Cavaleiro, Rui Rocha e José Manuel Lopes que organizaram o extenso índice analítico. Agradece ainda a todas as entidades e particulares que permitiram a reprodução das obras de arte insertas no presente volume.

REIMPRESSÃO EM OFFSET

NAS OFICINAS DA SOCIEDADE

TIPOGRÁFICA, LDA. PARA PALAS

EDITORES. ABRIL 1977

